UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**Tradição, Modernidade e a História das Américas em *Visão
do paraíso* (1946-1969)**

(Versão corrigida)

Renato A. Martins

Tese de Doutorado, sob orientação da Profa.
Dra. Laura de Mello e Souza, apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História
Social do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da
Universidade de São Paulo.

São Paulo

2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**Tradição, Modernidade e a História das Américas em *Visão
do paraíso* (1946-1969)**

(Versão corrigida)

Renato A. Martins

De acordo

Profª. Dra. Laura de Mello e Souza

Tese de Doutorado, sob orientação da Profª.
Dra. Laura de Mello e Souza, apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História
Social do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da
Universidade de São Paulo.

São Paulo

2017

Valha-te Deus, cansada fantasia

Cláudio Manuel da Costa

**Tradição, Modernidade e a História das Américas em *Visão do*
paraíso (1946-1969)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de doutor

Aprovada por

Profa. Dra. Laura de Mello e Souza – Orientadora
PPGHS-FFLCH-USP / Universidade de Paris IV – Sorbonne

Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani – Presidente
PPGHS-FFLCH-USP

Prof. Dr. Fernando Antonio Novais – Titular
PPGHE-FFLCH-USP

Profa. Dra. Iris Kantor – Titular
PPGHS-FFLCH-USP

Prof. Dr. Sérgio Alcides Pereira do Amaral – Titular
PPGEL-FALE-UFMG

Prof. Dr. Alberto Luiz Schneider – Titular
PPGH-PUC-SP

FICHA CATALOGRÁFICA

Martins, Renato A.

Tradição, Modernidade e a História das Américas em *Visão do paraíso* (1946-1969)/Renato A. Martins, São Paulo, DH-FFLCH-USP, 2017; orientadora Laura de Mello e Souza.

360 pp.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. . I. Souza, Laura de Mello e, orient. II.
Título.

Resumo

Esta tese investiga as relações entre os polos *tradição e modernidade* no estudo comparado dos imaginários português e espanhol sobre o mito do paraíso terrestre da América na obra *Visão do paraíso: os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil* (1959), de Sérgio Buarque de Holanda. O significado de modernidade será delimitado pelas complexas ambivalências, cronológicas e conceituais, entre a Idade Média e a Renascença. Já seu estudo foi realizado a partir de uma hipótese acerca das condições, por assim dizer, textuais e institucionais de produção da obra, indicativa de um paradoxo: para além de um elemento ‘despercebido’, ‘acessório’ ou mesmo ‘importante’, o estudo comparado concentra a própria condição explicativa responsável pela representação do passado na forma de objetivo central do livro *Visão do paraíso*; porém, enquanto tal, ele pode ser pensado como um objetivo de ocasião no que diz respeito às amplas preocupações da trajetória de reflexão historiográfica do autor.

Dividiremos a exposição em dois atos que se retroalimentam: (1) a análise interna da obra, correlacionando, de dupla forma, *Visão do paraíso* às outras reflexões de Sérgio Buarque e aos autores que têm importância metodológica na elaboração deste problema central: por um lado, mobilizando tais referências para a compreensão do estudo comparado. Por outro, ressaltando a própria ocasião deste estudo em relação aos demais trabalhos de seu autor. E (2) percorrendo, também de duas maneiras, algumas etapas da trajetória institucional de Sérgio Buarque, reconhecidas como momentos paradigmáticos de sua atuação intelectual e historiográfica, e que circunscrevem e justificam a periodização adotada pela pesquisa (1946-1969): sua atuação no Museu Paulista, onde, entre 1946 e 1956, é diretor da instituição; na Escola Livre de Sociologia e Política, na qual, entre 1947 e 1958, é professor e depois, aluno; e na Universidade de São Paulo, que, entre 1956 e 1969, tem Sérgio Buarque como membro de seu corpo docente. De forma geral, exploram-se tais etapas para compreender os aspectos institucionais de produção do estudo comparado de *Visão do paraíso*. Particularmente para demonstrar que, no plano das instituições, a motivação de sua produção encontra-se tanto mais ligada às circunstâncias do concurso para a cadeira de Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, prestado em novembro de 1958 por Buarque de Holanda, do qual a obra é originada. E menos à trajetória intelectual do autor como um todo.

Abstract

This thesis investigates the relation between the poles of *tradition* and *modernity* in the comparative study of the Portuguese and Spanish imaginaries about the myth of the terrestrial paradise in the Americas in Sergio Buarque de Holanda's work *Visão do paraíso: os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil* (1959). The meaning of modernity shall be delimited by the complex chronological and conceptual ambivalences between the Middle Ages and the Renaissance. The study was based on a hypothesis about the textual and institutional conditions of production of the work, which are indicative of a paradox: beyond an 'unnoticed', 'accessory' or even 'important' element, this comparative study concentrates the very explanatory condition responsible for the representation of the past in the form of the central objective of the book *Visão do paraíso*; however, as such, it can be thought of as a contingent objective in regard to the broad concerns of the author's trajectory of historiographical reflections.

We shall divide the exposition into two parts that reinforce each other: (1) the internal analysis of the work, correlating, in a double way, *Visão do paraíso* with Sérgio Buarque's other reflections and with the authors who had methodological importance in the elaboration of this central problem: on the one hand, utilizing such references for the understanding of the comparative study's meaning. On the other, emphasizing this very study in relation to the author's other works. And; (2) the pathways, also in a double way, to some stages of Sérgio Buarque's institutional trajectory, recognized as paradigmatic moments of his intellectual and historiographic work, and which circumscribe and justify the periodization adopted by the research (1946-1969): his work at the Museu Paulista, where, between 1946 and 1956, he was the institution's director; in the Escola Livre de Sociologia e Política, where, between 1947 and 1958, he was a professor and later a student; and at the University of São Paulo, where between 1956 and 1969 he was a faculty member. In general, these steps are explored to understand the institutional aspects of production of the comparative study of *Visão do paraíso*. In particular, in order to demonstrate that, in institutional terms, the motivation for its production is more linked to the circumstances of the competition for the chair of Brazilian Civilization of the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of the University of São Paulo, in which Buarque de Holanda participated in November 1958, from which the work originated - and less to his trajectory as a whole.

Para Aldo Abduhader, *in memoriam*

ÍNDICE

INTRODUÇÃO –	12
 CAPÍTULO 1 – As formas da história	33
 As transformações de <i>Visão do paraíso</i>	37
Em torno dos motivos edênicos: a formação e a pesquisa de um mito.....	43
Objetivos e hipóteses de uma obra.....	55
Modernização histórica e historiográfica nos termos de um prefácio.....	73
 CAPÍTULO 2 - Cultura, Modernidade e história comparada em <i>Visão do paraíso</i>	85
 A construção de uma cultura do Renascimento, em <i>Visão do paraíso</i>	87
A mitologia do paraíso terrestre e o Renascimento europeu.....	92
O imaginário espanhol. Ou, os “enganos” de Cristóvão Colombo.....	94
O conservantismo português. As cores atenuadas da Ilha Brasil.....	101
Sérgio Buarque de Holanda, <i>Visão do paraíso</i> e a Universidade de São Paulo.....	118
O professor e o orientador Sérgio Buarque de Holanda.....	132
Sérgio Buarque de Holanda, <i>Visão do paraíso</i> e o Instituto de Estudos Brasileiros.....	156
 CAPÍTULO 3 - Apresamento e mineração	168
 Bandeiras e bandeirismos na historiografia.....	170
Apresamento e continentalização.....	183
O futuro autor de <i>Visão do paraíso</i> no Museu Paulista.....	201
Entre a síntese e a singularidade histórica.....	212
Sérgio Buarque e a Seção de História.....	225
 CAPÍTULO 4 - Políticas ibéricas de colonização da América	244
 O moderno Império ultramarino espanhol.....	247
Histórias da colonização portuguesa no Brasil.....	251

As raízes de <i>Visão do paraíso</i>	254
A feitorização do Brasil.....	263
Conjuntura política da expansão espanhola na América.....	275
O professor e aluno Sérgio Buarque.....	281
Sérgio Buarque diante de trabalhos finais de um curso.....	297
 CONSIDERAÇÕES FINAIS -.....	 307
 FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	 318
 ANEXOS.....	 343

Agradecimentos

Agradeço, antes de tudo, a Laura de Mello e Souza pela orientação generosa e atenciosa, sem a qual o desenvolvimento desta tese não teria sido possível. Mais ainda, agradeço pela formação, que sem dúvida vai me acompanhar sempre adiante.

Agradeço ao Programa de História Social da Universidade de São Paulo, e aos funcionários do Departamento. Meus agradecimentos também a todos os funcionários de Arquivo Pessoal Sérgio Buarque de Holanda; do Centro de Apoio à Pesquisa em História Sérgio Buarque de Holanda; do Instituto de Estudos Brasileiros; do Museu Paulista e da Escola Livre de Sociologia e Política.

Agradeço a Maria Arminda do Nascimento Arruda, José Jobson de Andrade Arruda, Thiago Lima Nicodemo e Ana Paula Torres Megiani, por acompanharem este trabalho de perto. E também a Paulo Iumatti, Iris Kantor, Fernando Antonio Novais, Miguel Palmeira, Sergio Alcides, Alberto Luiz Schneider, Francisco Carlos Palomanes Martinho, Vera Lucia Amaral Ferlini, Pedro Puntoni, Maria Ligia Coelho Prado, Júlio Pimentel Pinto Filho, Giselle Martins Venancio, Fernanda Peixoto, Renato Sztutman, Sylvia Caiuby Novaes, Marta Amoroso, Ana Claudia Rocha Marques, Pedro Meira Monteiro, Eliane Robert Moraes, Fernando Paixão, Camille Dumoulié, Gérard Dessons, Laura Janina Hosiasson, Simone Rossinetti Rufinoni e Yudith Rosenbaum.

Agradeço aos professores e colegas do Grupo de Estudos Historiográficos Ibero-Americanos (sediado na Cátedra Jaime Cortesão da FFLCH-USP/Instituto Camões) pelo espaço de discussão e aprimoramento constante: se alguns eu já agradei acima, não posso esquecer de Leandro Villarino, Eduardo Peruzzo, Carlos Fernando de Quadros, Luís André do Prado e Roberto Pereira Silva.

Agradeço aos meus pais e meus irmãos: José Antonio, Evangelina, Fê e Bia, pelo apoio irrestrito.

Agradeço aos amigos que deixaram este percurso leve e prazeroso: Majô, Dani, Caru, Paulinha, Dante, Mi, Danilo, Perê e Clá.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida.

Introdução

Sem dúvida a história é o nosso mito. Ela combina o pensável e a origem, de acordo com o modo através do qual uma sociedade se compreende.

Michel de Certeau

Mais ainda: uma interrogação sobre a história, sobre a sociedade, que não assumisse a tarefa de interpretar os dados postos em forma pela ciência não seria capaz de abrir para si própria um caminho.

Claude Lefort

Esta tese investiga as relações entre os polos *tradição e modernidade* no estudo comparado dos imaginários português e espanhol sobre o mito do paraíso terrestre da América na obra *Visão do paraíso: os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil* (1959), de Sérgio Buarque de Holanda. O significado de modernidade será delimitado por um conceito cultural de Renascimento europeu; ou se preferirmos, pelas complexas ambivalências, cronológicas e conceituais, entre a Idade Média e a Renascença. Já seu estudo foi realizado a partir de uma hipótese acerca das condições, por assim dizer, textuais e institucionais de produção da obra, indicativa de um paradoxo: se, para além de um elemento ‘despercebido’, ‘acessório’ ou mesmo ‘importante’, o estudo comparado concentra a própria condição explicativa responsável pela representação do passado na publicação na forma de objetivo central; enquanto tal, ele pode ser percebido e analisado como um objetivo de ocasião no que diz respeito às amplas preocupações da trajetória de reflexão historiográfica do autor.

A elaboração do problema central desta tese não se deu, naturalmente, de um momento para o outro. A princípio constatamos que seria preciso retirar *Visão do paraíso* do lugar obscurecido a que é destinada nos estudos sobre Sérgio Buarque de Holanda, não obstante os poucos e, em muitos casos, proveitosos artigos e dissertações sobre o tema, como veremos. Em linhas gerais, a obra é parte integrante da participação do autor na autonomização e legitimidade da disciplina histórica no Brasil. Em especial a necessidade de distinguir a história fomentada em instituições universitárias de outras representações sobre o passado. Basta lembrar que é originalmente apresentada na forma de tese de concurso junto à cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 12 de novembro de 1958¹. É então formada exclusivamente por sete capítulos e um apêndice bibliográfico². Alguns meses depois é publicada na forma de livro pela editora José Olympio³ com doze capítulos (além do apêndice), fruto da divisão de dois capítulos da edição anterior⁴. A edição seguinte, coeditada pela Companhia Editora Nacional e

¹ Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso: os motivos edênicos do descobrimento e da colonização do Brasil*. São Paulo, Cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1958 (Tese de Cátedra).

² Os capítulos são os seguintes: I - “A experiência e a fantasia”; II - “Terras incógnitas”; III - “Do eldorado à serra de prata”; IV - “O paraíso perdido”; V - “Mundo Velho e Novo Mundo”; VI - “*non ibi aestus*”; VII - “América portuguesa e Índias de Castela”.

³ Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959.

⁴ O antigo capítulo “Do eldorado à serra de prata” é dividido em “Peças e pedras” (III); “O ‘outro Peru’” (IV); “Um mito luso-brasileiro” (V) e “As atenuações plausíveis” (VI). Já o capítulo “*non ibi aestus*” é substituído por “Voltando a Matusalém” (IX); “O mundo sem mal” (X) e “*non ibi aestus*” (XI).

Edusp e que só viria a público 10 anos depois (1969)⁵, acolheria, além da organização da versão passada, duas diferenças: um “Prefácio à segunda edição” e a estrutura de texto (“Prefácio” mais capítulos) definitiva de *Visão do paraíso*. A versão derradeira do livro, porém, corresponde à edição seguinte, de 1977, coeditada pela Companhia Editora Nacional e Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, que ainda contaria com um anexo contendo um relato do religioso Simão de Vasconcelos⁶.

Ainda que pouco se saiba do itinerário da recepção de *Visão do paraíso* desde 1959 até hoje, e não sendo este um problema aqui enfrentado, é possível cotejar até agora pelo menos dois momentos em que a obra despertou atenção das camadas letradas brasileiras. O primeiro corresponde às reflexões, presentes em aproximadamente 30 resenhas, relativas ao lançamento da primeira edição. No caso a obra é prontamente reconhecida como expressão latente da moderna historiografia; por outro, soava como uma espécie de ‘incógnita’ de difícil classificação por seus comentadores, resultando, em suma, num modelo por assim dizer híbrido: *Visão do paraíso* é, a um só tempo, um livro de história, mas também um gênero da literatura. Nesses termos, a comparação dos imaginários ibéricos na obra ou é ‘eclipsada’ por uma leitura discutível dos mesmos (a própria diferença proposta pelo estudo comparado é diluída numa espécie de busca “de colonizadores ibéricos” pelas miragens paradisíacas); ou, quando muito, é lembrada como um aspecto, dentre tantos outros, da arquitetura interna da publicação⁷.

Outro momento, alvorecido nos anos 1980 e marcado por uma recepção majoritariamente empreendida por, e circunscrita a, historiadores, consagrou a

⁵ Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia Editora Nacional / EDUSP, 1969.

⁶ Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia Editora Nacional / Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1977. Uma edição de *Visão do paraíso* seria ainda lançada em Caracas: Sérgio Buarque de Holanda. *Visión del paraíso: motivos edénicos en el descubrimiento y colonización del Brasil*. Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1987. Sua tradução para o espanhol segue “la segunda edición publicada em 1969 por la Companhia Editora Nacional de la Universidade de São Paulo”. Apesar de, nela, “el próprio autor, Sérgio Buarque de Holanda, hizo correcciones y aumento el texto usado em la presente traducion el ano 1979”, optamos por considerar a edição de 1977 como definitiva, pois as correções não alteram o formato do argumento do texto de 1969 que esta tese pretende enfrentar.

⁷ Ver particularmente Maria Isaura Pereira de Queiroz. “Interpretando *Visão do paraíso*”. In *O Estado de São Paulo*. 16.05.1959; Sergio Milliet. “Visão do paraíso”. In *O Estado de São Paulo*. 06.12.1959; Adonias Filho. “Uma constante literária”. *Jornal do Comércio*. 08.11.1959; e Afrânio Coutinho. “Correntes cruzadas”. In *O Estado de São Paulo*. 16.05.1959. Sobre esta etapa de recepção da obra, ver André Carlos Furtado. “Leituras e leitores à margem da primeira edição de *Visão do paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda (1959)”. In *I Encontro de Graduandos e Pós-Graduandos do Núcleo de Pesquisa e Estudos em História Cultural*. Niterói, PPGH-UFF, 2014. Sobre a incompreensão da crítica, ver Jose Adil Blanco de Lima. *Entre a crítica e a história: a construção de Visão do paraíso de Sérgio Buarque de Holanda*. Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em História da UFJF (Dissertação de Mestrado), 2013.

percepção de *Visão do paraíso* existente até hoje: a obra mais importante da trajetória historiográfica de seu autor, quando não da própria historiografia brasileira⁸. Algumas observações relativas ao seu então inédito prestígio devem ser aqui sublinhadas. Em primeiro lugar, o fato de que alguns trabalhos gerados nesse contexto, na forma de resenhas, mas também de artigos e apresentações, sinalizam com maestria a importância do estudo comparado no texto da obra. A exemplo de Ronaldo Vainfas, um dos historiadores que elege *Visão do paraíso* “o livro mais arrojado, enquanto trabalho de historiador” em relação ao “conjunto da obra de Sérgio Buarque de Holanda”⁹, salientando enfim o “uso da comparação entre a América Portuguesa e a Espanhola”, nela¹⁰. Luiz Costa Lima, por sua vez, ainda relaciona a comparação a uma proposta metodológica¹¹ capaz de gerar e desenvolver, para além da homogeneidade, uma *diferença histórica* entre os imaginários português e espanhol. Ocorre que nem a consagração, tão pouco preciosas observações como essas, suscitaram estudos de fôlego sobre a questão. De modo que, ainda hoje, a discussão encontra-se paralisada pela imagem do “diálogo” e “continuidade” entre *Visão do paraíso* e as demais reflexões de Sérgio Buarque de Holanda. A mais frequente, sem dúvida, corresponde à proximidade entre a obra de 1959 com os tipos “ladrilhador”/“semeador”, “trabalhador”/“aventureiro”, de *Raízes do Brasil*. É como se a menção ligeira da comparação como uma tópica buarquiana de interpretação do Brasil desse por encerrado o assunto.

Não que a imagem seja equivocada. Julgamos mais produtivo, porém, apreender o problema na ótica de sua materialidade e historicidade; isto é, levando-se em conta as relações do estudo comparado com as transformações textuais da tese em livro e, ainda, algumas das circunstâncias institucionais para as quais é produzido¹². Como nota Lucia Maria Paschoal Guimarães, qualquer estudo sobre Sérgio Buarque corre o risco de cair na repetição diante de tudo o que já foi escrito sobre este “verdadeiro clássico das letras

⁸ Jose Adil Blanco de Lima. Idem, p. 15.

⁹ Ronaldo Vainfas. “Posfácio”. In Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

¹⁰ Vainfas parece falar por muitos. Sobre o reconhecimento da importância da comparação de imaginários ibéricos em *Visão do paraíso*, ver os seguintes textos, que serão bastante discutidos ao longo do trabalho: Luiz Costa Lima. “Sérgio Buarque de Holanda: *Visão do paraíso*”. In *Revista USP*. n. 53, 2002; e Gustavo Henrique Tuna. “Novos olhares sobre velhas fontes: Sérgio Buarque de Holanda e as crônicas de viagens em *Visão do paraíso*”. In Pedro Meira Monteiro e João Kennedy Eugênio (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Rio de Janeiro / Campinas, EdUERJ / Ed. da Unicamp, 2008.

¹¹ Luiz Costa Lima. “Sérgio Buarque de Holanda: *Visão do paraíso*”. In Pedro Meira Monteiro e João Kennedy Eugênio (orgs.). Idem.

¹² Voltaremos à questão ao discutirmos a metodologia do trabalho.

nacionais”¹³. No caso de *Raízes do Brasil*, por exemplo, a fortuna crítica, inaugurada aproximadamente a partir dos anos 1960, mostra que a sua análise pode ser dividida, *grosso modo*, em três fortes e influentes matrizes de interpretação: a *sociológica*, para a qual o ensaio se caracteriza pela crítica às raízes ibéricas e na inspiração weberiana; a *historicista/e ou identitária*, que destaca a atenção de Sérgio Buarque às mudanças e permanências na história, entremeadas por ‘singularidades culturais’; e enfim, a matriz da *integração*, que assiná-la os contrastes do livro, tomando-os em seu conjunto, sem fazer uma opção excludente por um ou outro¹⁴.

Em relação à *Visão do paraíso*, e diria mesmo, parte expressiva da produção historiográfica de Sérgio Buarque, contudo, é difícil arcar com conclusões parecidas. A obra, apesar de consagrada, segue sendo pouco estudada. O próprio Ronaldo Vainfas, embora bem saliente seu valor seja como *monumento*, seja como *documento*¹⁵, não deixa de notar essa incongruência no pêndulo que mensura a questão.¹⁶ Se, de forma geral, pouco se sabe sobre o processo de fabricação textual e contextual de *Visão do paraíso*, o que dizer do comparativismo? Lembre-se dos sábios conselhos de Robert Wegner, para quem “deve-se temer os estereótipos que simplificam as complexidades internas [de *Visão do paraíso*], diluindo toda a história da América [...] em mitos em torno de um paraíso a ser ganho”; e, por essa razão, deve-se melhor compreender uma *diferença* que me parece crucial do argumento da obra: o fato de que, para Sérgio Buarque, no limite, são os espanhóis, e não os portugueses, os grandes idealizadores de uma América paradisíaca: “a América Católica ganha mais nuances desde que se explorem aqueles tons diferenciados [...] de mitos por assim dizer semelhantes [...] [a] um paraíso terrestre [...] mas que podem ser mais prosaicos e humildes entre os luso-

¹³ Lucia Maria Paschoal Guimarães. “Itinerários inexplorados: Sérgio Buarque de Holanda na trilha de Capistrano de Abreu”. In *Revista Maracanã*. n. 2, v. 2, p. 101.

¹⁴ Aqui me valho sobretudo do balanço recentemente realizado sobre a fortuna crítica de *Raízes do Brasil* por João Kennedy Eugênio, que inclui na primeira vertente (sociológica) os trabalhos de Antonio Candido, sobretudo: Antonio Candido. “O significado de *Raízes do Brasil*”. In Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1969; a segunda (identitária), tributária dos trabalhos de Maria Odila da Silva Dias, principalmente: Maria Odila da Silva Dias. “Estilo e método na obra de Sérgio Buarque de Holanda”. In *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo, Secretaria de Cultura / USP, 1988; e a terceira (integradora) oriunda, entre outros, de Ângela de Castro Gomes. “Dialética da tradição”, In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 12, v. 5, 1990.

¹⁵ Ronaldo Vainfas. “Posfácio”. In Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 560.

¹⁶ Ronaldo Vainfas. “Sérgio Buarque de Holanda: historiador das representações mentais”. In Pedro Meira Monteiro e João Kennedy Eugênio (orgs.). *Op. Cit.*, p. 552-555.

brasileiros que entre os hispânicos”¹⁷. Laura de Mello e Souza finalmente sublinha que, de forma geral, “ninguém, até hoje, enfrentou *Visão do paraíso*, analisando-o por dentro”, de modo que “ainda não se cuidou suficientemente do aspecto comparativo de *Visão*”. Além disso, a historiadora parte de uma proveitosa suposição: a obra “não é a história dos delírios edenizadores dos lusitanos, mas de seu raquitismo”; já “Os espanhóis – daí a importância da chave comparativa – foram os grandes edenizadores da América”.¹⁸ Levar em conta a *historicidade* do *sentido* e do *papel* da comparação no argumento de *Visão do paraíso* – não obstante, enfim, as relações que ela *de fato* e *de direito* preserva com a trajetória reflexiva de seu autor –, é um ponto de partida estratégico que nos parece digno para tratar a obra como um documento histórico.

Uma ampla trajetória de pesquisa bibliográfica e documental¹⁹, somada à leitura das poucas dissertações sobre a obra, foi responsável por correlacionar, com mais afinco, o estudo comparado à problemática da *tradição* e *modernidade*. Sabe-se que, ainda assim, estamos diante de seara tão ampla como fartamente percorrida, na medida em que o par pode indicar, por exemplo, desde a problemática da *modernização* do Brasil face à esfera internacional²⁰ às soluções e impasses do *modernismo*.²¹ Duas pesquisas de mestrado, além de ajudar a romper a referida lacuna investigativa, acabaram assumindo uma indiscutível relevância no trabalho ao salientarem o que nos pareceu um ‘capítulo’ do debate entre iberistas e americanistas acerca da permanência (ou não) e da legitimidade (ou não) da tradição ibérica no subcontinente americano. Se o tema tomou conta da imaginação de autores os mais díspares como Richard Morse, José Ortega y Gasset, Luiz Werneck Vianna, Rubem Barboza Filho e, mais recentemente, Alberto Luiz Schneider e Valdir Donizete do Santos²²; Luiza Laranjeira e Thiago Lima

¹⁷ Robert Wegner. “América, alegria dos homens: uma leitura de *Visão do paraíso* e de *Wilderness and Paradise in christian thought*”. In João Cezar de Castro Rocha (org.). *Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia*. Rio de Janeiro, TopBooks, 2003, p. 374 e 375.

¹⁸ Laura de Mello e Souza. “Posfácio”. In Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 548; e Laura de Mello e Souza. “Prefácio”. In Thiago Lima Nicodemo. *Urdidura do vivido: Visão do paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*. São Paulo, Edusp, 2008, p. 20 e 21.

¹⁹ Ver a metodologia e o uso da documentação do presente trabalho.

²⁰ Ver Ângela de Castro Gomes. “Dialética da tradição”, In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 12, v. 5, 1990; Luiz Guilherme Piva. *Ladrilheiros e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*. São Paulo, Editora 34, 2000 e Gabriela Nunes Ferreira. *A formação nacional em Buarque, Freyre e Vianna*. *Revista Lua Nova*. n. 37, 1996.

²¹ Ver João Kennedy Eugênio. “Um horizonte de autenticidade. Sérgio Buarque de Holanda: monarquista, modernista, romântico”. In Pedro Meira Monteiro e João Kennedy Eugênio (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas / Rio de Janeiro, Editora da Unicamp / Ed. Uerj. 2008.

²² Ver Richard Morse. *O espelho de próspero: cultura e ideias nas Américas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000; José Ortega y Gasset. *Meditaciones del Quijote*. Madrid, Alianza Editorial, 1987; Luiz

Nicodemo, cada qual a sua forma, buscam situar, na obra de 1959, o sentido da presença dos imaginários ibéricos na América a partir de uma conceitualização de modernidade circunscrita ao Renascimento (outro termo, no caso, para ilustrar a questão, embora mais abrangente, do americanismo).

Em *Natureza e artifício*²³, Laranjeira confirma, junto à importância das diferenças entre os imaginários português e espanhol, as relações, igualmente diversas, mantidas entre eles com o Renascimento ao dedicar seu trabalho inteiramente à questão. Para tanto, os trata como “diferentes tipos de racionalidade que caracterizaram as mais diversas manifestações da subjetividade renascentista”, isto é, a um conceito de modernidade significativamente weberiano. Já em *Urdidura do vivido*²⁴ – esta publicada –, Nicodemo não se volta propriamente às distinções entre os imaginários ibéricos, embora sugira que, na ótica da obra de 1959, “a atitude do homem português na forma de agir, pensar e perceber o tempo era muito mais próxima da visão de mundo medieval do que da moderna [renascença]”²⁵. E o faz lembrando que o processo de arguição à tese homônima, defendida em novembro de 1958, auxilia à melhor compreensão deste aspecto presente na obra. É a primeira e, por ora, a única vez que *Visão do paraíso* seria discutido *também* por meio das circunstâncias externas de sua produção.

As duas dissertações dão força e legitimidade à problemática da comparação. Ainda assim, aprofundamos algumas indagações que nos levaram a perceber o que, de fato, estamos entendendo por objetivo central de *Visão do paraíso*. Um estudo cuja combinação entre *problematização* e *periodização* se dá da seguinte forma: uma escala delimitada pela Época Moderna, e, dentro desta, pelas relações entre o Renascimento e a colonização do Novo Mundo. Nessa ótica, os aspectos medievais de Portugal traduzem um imaginário realista em parte indiferente às possibilidades abertas, na Idade Média, mas sobretudo por iniciativa dos humanistas, no século XV, à liberalidade moderna ocasionada pela *fantasia*; particularmente a fantasia paradisíaca da América. Indiferença

Werneck Vianna. *A revolução passiva: iberismo e americanismo*. Rio de Janeiro, Revan, 2004; Rubem Barboza Filho. *Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte / Rio de Janeiro, UFMG / IUPERJ, 2000; Alberto Luiz Schneider. *Iberismo e luso-tropicalismo na obra de Gilberto Freyre*. In *História da Historiografia*, n. 10, 2012 e Valdir Donizete dos Santos Junior. *A trama das ideias: intelectuais, ensaios e construção de identidades na América Latina (1898-1914)*. São Paulo, Intermeios, 2016.

²³ Luiza Laranjeira da Silva Mello. *Natureza e artifício: Sérgio Buarque de Holanda e as formas mentis portuguesa e espanhola na conquista e colonização do Novo Mundo*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História da PUC-Rio (Dissertação de Mestrado), 2005.

²⁴ Thiago Lima Nicodemo. *Urdidura do vivido: Visão do paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*. São Paulo, Edusp, 2008.

²⁵ Idem, p. 108.

cujas bases se encontram num modelo de racionalismo medieval ancorado numa tradição escolástica atenta ao domínio de uma *experiência* concreta e particular. E intitulada pelas páginas da obra de “atenuação plausível” e/ou “realismo pedestre”. Por outro, a modernidade, mais do que se aplicar ao universo ibero-americano como um todo, estaria em grande medida reservada ao, e demarcada pelo, imaginário paradisíaco espanhol. Como expressão direta daquela liberalidade, a ideia de *moderno*, no caso, não se confunde com processos de nacionalização ou de vanguardas artístico-literárias; advém afinal de um artefato cultural místico-simbólico, diverso em relação ao realismo do qual busca subverter.

Se, como lembra Robert Wegner, a obra faz com que, “o autor acertasse o passo com o processo de institucionalização [dos estudos históricos no Brasil] e passa a ser figura central da historiografia acadêmica”²⁶; também foi preciso seguir o rastro aberto com perspicácia por *Urduidura do vivido* sobre as condições de produção da obra *Visão do paraíso*. Revisitamos a defesa da tese de cátedra. Porém, igualmente pesquisamos outras etapas da trajetória institucional do autor cuja importância para a sua carreira de historiador é predominantemente reconhecida por estudiosos. A primeira diz respeito às outras fases do concurso, que, além da defesa, inclui uma prova didática e escrita²⁷, bem como a própria atuação de Sérgio Buarque como professor catedrático da cadeira de Civilização Brasileira entre o 2º semestre de 1956, quando, por sugestão de Lourival Gomes Machado, seu amigo e então professor de Política da FFLC-USP²⁸, ele assume interinamente a cadeira, até 1969, ao demandar sua aposentadoria. Pois, pelo menos a princípio, esta se apresenta em continuidade às demandas intelectuais para as quais nosso autor produz sua tese²⁹.

Ainda percorremos a atuação do autor na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde, num gesto súbito, matricula-se em 1956 como aluno de mestrado do curso

²⁶ Robert Wegner. “Latas de leite em pó e garrafas de uísque: um modernista na universidade”. In Pedro Meira Monteiro e João Kennedy Eugênio (orgs.). *Op. Cit.*, p. 482.

²⁷ “Encontro Sérgio Buarque de Holanda” (cópia dos pontos e notas obtidas por Sérgio Buarque de Holanda na sua defesa de tese). In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Hp 182 P78.

²⁸ Ver comentário de Antonio Candido em Francisco Iglésias. “Sérgio Buarque de Holanda, historiador”. In *3º Colóquio UERJ – Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1992, p. 85. A amizade entre Lourival Gomes Machado e Sérgio Buarque de Holanda é lembrada por Maria Odila da Silva Dias. “Sérgio Buarque de Holanda da USP”. In *Estudos Avançados*. n. 22, 1994.

²⁹ Ver Afonso de Taunay. “A propósito do Curso de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”. In *Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1934-1935*. São Paulo, Seção Gráfica da FFCL, 1935. Sobre um estudo de fôlego da cadeira de Civilização Brasileira, ver Diogo Roiz. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de história na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)*. Curitiba, Appris, 2012.

de pós-graduação da instituição para suprir um impedimento legal, presente na legislação do concurso que prestaria dois anos depois na Universidade de São Paulo: a apresentação de um diploma em nível de curso superior na área do concurso³⁰. A dissertação então apresentada em julho de 1958, *Elementos formadores da sociedade portuguesa na época dos Descobrimentos*, apresenta uma formalização capciosa do estudo comparado transposto nos meses seguintes na tese. O que de imediato nos deixou curioso para a atuação de Sérgio Buarque na mesma instituição, onde também foi docente da cadeira de História Econômica do Brasil entre 1947 e 1957, dessa vez interrogando se, afinal, o conteúdo de *Elementos formadores* já estaria anunciado nas aulas. Enfim, resta dizer que percorremos a atuação administrativa de Sérgio Buarque no Museu Paulista, onde foi diretor na mesma época, entre 1946 e 1956. Sobretudo porque, embora a instituição seja tributária de paradigma em parte alheio ao lócus da escrita da história acadêmica, isto é, equacionada pelas repartições dos institutos históricos, largamente influentes no Brasil do século XIX, tem lá seus vínculos com a academia: é declarada instituição complementar da Universidade de São Paulo desde a fundação desta, em 1934, e incorporada a ela em 1963³¹; além de ser reconhecidamente apontada como uma das pedras de toque para a carreira de Sérgio Buarque como historiador. Com a inclusão desta etapa da atuação museológica do autor, é como se fechássemos um acordo com a periodização do trabalho: 1946, quando Sérgio Buarque se torna diretor do Museu Paulista, à sua aposentadoria na Universidade de São Paulo, em 1969. Acordo conciliador, já que engloba o problema central da pesquisa por meio da análise interna de *Visão do paraíso* e de uma delimitação externa a partir de três instituições³².

Os resultados de investigação surpreendem. Esperávamos afinal encontrar nas três instituições uma espécie de reivindicação deliberada de Sérgio Buarque do que, em *Visão do paraíso*, transparece sob a forma de objetivo central. Porém, não nos deparamos com a problematização costurada à questão do Renascimento e da colonização, somada à *mitologia paradisíaca* como objeto e aporte historiográfico de uma história comparada dos imaginários ibéricos. Se mais a frente os projetos do autor

³⁰ Como se sabe, Sérgio Buarque forma-se em direito em 1925, mas nas décadas seguintes não adquire diplomação em cursos superiores. A solução, portanto, foi recorrer a um procedimento comum entre estudantes e pesquisadores nos anos 1940 e 1950: matricular-se como aluno de mestrado no curso de pós-graduação da Escola Livre de Sociologia e Política.

³¹ Ver Ulpiano Bezerra de Menezes. "Museu Paulista". In *Estudos Avançados*, n.22, 1994.

³² Sobre a relevância destas instituições na trajetória historiográfica de Sérgio Buarque, ver Robert Wegner. *Op. Cit.*

nesta fase de atuação serão aludidos, cabe aqui lembrar que foi precisamente a discrepância entre texto e contexto que de imediato nos levou a repensar a investigação: ao invés de privilegiar a uma pressuposta continuidade entre eles, optou-se por reconhecer e tratar o estudo comparado de *Visão do paraíso* como um objeto de *ocasião* ante aos demais empreendimentos historiográficos do autor. Esta escolha é, evidentemente, uma estratégia arbitrária pelo qual as condições “internas” e “externas” do *sentido* e *lugar* da proposta comparada de *Visão do paraíso* podem ser investigadas. Não queremos prescrever, claro, uma imagem isolada nem da comparação, nem da obra, na história de vida de seu autor, mas fundamentalmente apreendê-la por um ângulo a partir do qual suas peculiaridades possam ser sobressaltadas.

A ocasião de uma obra

A comparação entre os imaginários já aparece como um objetivo central no trabalho de cátedra (1958), preservando-se desse modo até a versão definitiva da obra (1977). Isso não significa que ela assuma a função de ‘substância essencial de um livro’ – lembrando uma expressão de Roger Chartier³³; e que as transformações da tese na obra sejam isentas de outras inquirições igualmente centrais, ou ainda de narrativas, no sentido dado por Paul Ricoeur à expressão³⁴, que nada falam da confrontação e dos subsequentes significados da diferença entre o imaginário das duas Américas. Em alguma medida a historiografia moderna vincula-se à escrita da história como problematização explicativa capaz de produzir uma *diferença*, sobremaneira crítica, em relação ao passado³⁵. Como bem indicam Mateus Henrique de Faria Pereira e Pedro Afonso Cristovão dos Santos, a defesa deste tipo peculiar de modernidade historiográfica não é incólume a Sérgio Buarque, que a associa seja à prática de “inquerito” com “direção definida”, seja à intenção de apreendê-la por meio de uma categoria de “historiografia brasileira”, aplicada, pois, à instituição universitária e profissionalização acadêmica³⁶. Partindo-se dessa constatação, busca-se por um lado

³³ Ver Roger Chartier. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.

³⁴ Paul Ricoeur. *Tempo e narrativa*. São Paulo, Martins Fontes, 2010.

³⁵ Não buscamos propor ou adotar uma noção de historiografia moderna, mas somente partir da constatação de que, enquanto tal, ela pode envolver uma representação diferencial do passado. Ver por exemplo Reinhart Koselleck. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto / PUC-RIO, 2006.

³⁶ Mateus Henrique de Faria Pereira e Pedro Afonso Cristovão dos Santos. “Odisseias do conceito moderno de história: *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen*, de Capistrano de Abreu, e *O*

compreender o significado do comparativismo de *Visão do paraíso*, salientando que ele ocupa o lugar de “inquerito” (objetivo central) na obra, na roupagem de uma representação específica do tempo pretérito; por outro, que ele pode ser pensado menos como algo que *personifica* e, enfim, *naturaliza* os projetos historiográficos do autor, e mais como um momento peculiar de sua escrita da história: a tese para o concurso de 1959.

Mais precisamente, a comparação, além de presente no texto do estudo de 1958, está anunciada no comunicado da defesa, bem como no processo de arguição ao trabalho³⁷, sob a forma de tese. A julgar pelas transformações do estudo em livro, entre as quais o “Prefácio à segunda edição” (1969), a tese é reiterada ao ser readaptada em objetivo central logo a partir da primeira edição da obra. Sabe-se da importância dada por Sérgio Buarque aos seus próprios prefácios³⁸. Este, além de ser pouco estudado, corresponde, literalmente, à única explicação sistemática e substantiva da arquitetura textual da obra, acabando por revisitar as questões discutidas do dia 12 de novembro de 1958. Por essa razão, deixa entrever algo pleno de sentido ao nosso trabalho: ele é em grande medida endereçado à Comissão julgadora do concurso. Logo, sua pauta é bastante voltada às questões de uma tese enquanto uma etapa peculiar da escrita acadêmica da história proposta por universidades, e em especial pelo regime de cátedras que perdurou na Universidade de São Paulo entre 1934 e 1968³⁹.

De uma forma ou de outra, a preocupação em comparar as Américas sempre esteve no horizonte investigativo e imaginativo de Sérgio Buarque. Seu desejo em formular e escrever uma *Teoria da América*, entre o fim da década de 1920 e início da seguinte; a reflexão empreendida em “Lé Brésil dans la vie Americaine”, apresentada em 1954, isto é, alguns anos antes de redigir sua tese de cátedra; ou ainda a opção por republicar suas posições sobre um debate travado com o historiador Jaime Cortesão em 1952, na coletânea *Tentativas de mitologia*, em 1979 – exemplos não faltam⁴⁰. No entanto, a

pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados”, in: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 50, 2010.

³⁷ Myriam Ellis. “Concurso para provimento da cadeira de História da Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo”. In *Revista de História da USP*. n. 38, 1959.

³⁸ Basta lembrar de Sérgio Buarque de Holanda. *Livro dos prefácios*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

³⁹ Ver Diogo Roiz. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de história na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)*. Curitiba, Appris, 2012.

⁴⁰ Ver Sérgio Buarque de Holanda. “Le Brésil dans la vie américaine”. In *IXemes Rencontre Internationales de Genève. Journal de Genève*, 1954. *Fundo Sérgio Buarque de Holanda / Siarq-Unicamp*. *Fundo Sérgio Buarque de Holanda / Siarq-Unicamp*. Pi 173 P17.

preocupação está longe de se traduzir num projeto contínuo, uníssono e coerente em sua transcendentalidade. Fora das circunstâncias ocasionadas pelas transformações da tese em obra, ele, em suma, praticamente desaparece ou apresenta-se em condições significativamente diferenciadas; abandona-se, ou joga-se para um plano diminuto, aquilo que, segundo autores como Francisco Iglésias e Laura de Mello e Souza, era a “novidade do *recorte* e do *objeto*” de *Visão do paraíso* no Brasil: “a projeção de um mito antiquíssimo, ‘venerando’, como diz o autor, na *história*, imprimindo movimento e dinâmica ao que, por definição, se apresentava como estático”⁴¹. Ocorre que Sérgio Buarque não insiste demasiadamente nesta novidade, nem antes, nem depois de *Visão do paraíso*. A publicação, em sua forma de tese ou de obra, é, desse modo, o único estudo de fôlego de Sérgio Buarque de Holanda por meio da inquirição insistente e meticulosa dos *imaginários mitológicos paradisíacos* a partir de uma periodização exclusivamente ancorada na colonização da Época Moderna. De modo que a dissonância entre *Visão do paraíso* e o itinerário institucional percorrido pelo autor também é percebida nas relações desta obra com seus outros livros tidos como históricos, por assim dizer: *Monções* (1945), *Caminhos e fronteiras* (1957), *História geral da civilização brasileira* (1960-1984), *Do Império à República* (1972), *Tentativas de mitologia* (1979), *O extremo oeste* (1986) e *Capítulos de literatura colonial* (1991).

Exceto, enfim, em outro trabalho de fôlego também concluído em 1958 já em razão do concurso de cátedra: a referida dissertação *Elementos formadores da sociedade portuguesa na época dos Descobrimentos*. Esta exceção à regra, mais do que simples coincidência, ajudou a constatar que a própria formalização do estudo comparado de *Visão do paraíso* se deu significativamente em razão das demandas do concurso à cadeira de Civilização Brasileira. Alguns autores lembram que Sérgio Buarque se matricula de forma repentina em agosto de 1956 como aluno da Escola de Sociologia e Política para obter um título de pós-graduação, exigência para prestar o concurso de cátedra⁴²; e que, praticamente na mesma época, interrompe projetos intelectuais em andamento desde pelo menos a década de 1940 para readaptá-los na tese⁴³. Como

⁴¹ Laura de Mello e Souza. *Op. Cit.*, p. 544. Ver também Francisco Iglésias. *História e literatura: ensaios para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte, Perspectiva/Cedeplar/Face/UFGM, 2009.

⁴² Rodrigo Ruiz Sanches. *Sérgio Buarque de Holanda: a trajetória de um intelectual independente*. Araraquara, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras, Unesp/Araraquara (Tese de Doutorado). 2007, p. 74.

⁴³ Ver, entre outros, Antonio Candido. “Introdução”. In Sérgio Buarque de Holanda. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo, Brasiliense, 2000, p. 09 e 10. Os trabalhos então em andamento, que serão discutidos ao longo da tese, correspondem basicamente ao volume *Literatura colonial*, que seria o 7º da

veremos, tais projetos então não descartam a problemática dos imaginários na formação colonial brasileira, porém nada leva a crer que o fazem por meio da história comparada e da análise do subcontinente americano como um todo. Além disso, a forma de publicação e o argumento de *Elementos formadores* – um estudo em parte sobre fronteiras étnicas no qual a cultura portuguesa é percebida no cruzamento com a espanhola⁴⁴ –, não estão delineados nestes projetos, fazendo crer que, enquanto tal, não teria sido produzido se não fosse a necessidade de seu autor em apresentar uma dissertação. Como igualmente veremos, a tese *Visão do paraíso*, por sua vez, apesar de acolher pesquisas e reflexões realizadas por décadas pelo autor, foi produzida às pressas para as demandas pleiteadas pelo concurso⁴⁵. Logo após o lançamento da primeira edição, Sérgio Buarque afirma em entrevista: “*Visão do paraíso* foi escrito em quatro meses e meio, é talvez por isso meu livro de mais unidade, pois não parei para escrevê-lo”⁴⁶. Ora, a unidade, é possível acrescentar, deve-se igualmente ao fato de se originar das exigências de uma *tese* – forma que, nunca é demais lembrar, requer uma proposição, desenvolvimento conclusão de uma pesquisa. Em outras palavras, a ocasião do tema da obra se explica porque, em grande parte, algumas de suas circunstâncias de produção também o são.

Temporalidade e diferença

A metodologia do trabalho supõe que a reflexão não pode estar infensa ao desafio de enfrentar, simultaneamente, o processo de escrita da obra e os seus condicionamentos de vária ordem. Procuramos portanto nos desfazer da conhecida disjuntiva entre análise ‘interna’ e ‘externa’, pois ela se traduz em falso problema⁴⁷. Propomos assim uma aproximação daquilo que as análises sobre a história dos intelectuais por vezes afasta de

História da literatura brasileira, esta, planejada no começo dos anos 1940 por Álvaro Lins para a Editora José Olympio; *A Era do Barroco no Brasil* e o próprio *Capítulos de literatura colonial*, lembrado anteriormente.

⁴⁴ Edgar de Decca. “Decifra-me ou te devoro: as metáforas em Raízes do Brasil”. In Pedro Meira Monteiro e João Kennedy Eugênio (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, Rio de Janeiro, Editora da Unicamp e EdUERJ, 2008.

⁴⁵ Sérgio Buarque de Holanda. “Corpo e alma do Brasil”. In *Encontros: Sérgio Buarque de Holanda* (Renato Martins org.). Rio de Janeiro, Azougue, 2009, p. 177 e 178 (originalmente publicado na *Revista Novos Estudos – CEBRAP*. n. 69, 2004 [1981]). E Maria Odila Leite da Silva Dias. “Sérgio Buarque de Holanda na USP”. In *Estudos Avançados*, n. 22, v. 8, p. 270.

⁴⁶ Sérgio Buarque de Holanda. “História brasileira num castelo medieval”. In *Encontros: Sérgio Buarque de Holanda* (Renato Martins, org.). Rio de Janeiro, Azougue, 2009, p. 65 (originalmente publicado na *Tribuna da Imprensa*, em 15.11.1959).

⁴⁷ Ver Maria Arminda do Nascimento Arruda. “A moderna cultura latino-americana: interpretações e reconstrução”. In *Política & Trabalho*, n. 39, 2013.

forma duradoura: de um lado o processo de escrita das obras; de outro, as condições institucionais de sua produção. A título de uma sistematização ligeira, a análise interna é em alguma medida herdeira da perspectiva morfológica, que se desenvolve por meio da psicologia e da história da arte e alcança o estruturalismo linguístico e antropológico⁴⁸. Seus objetivos concentram-se sobretudo na análise textual das obras e da cultura. A exemplo da reflexão empreendida por Lévi-Strauss em *Mitológicas*, no qual clama pela “análise estrutural” do mitos, os tratando não propriamente em relação à sociedade, mas num “sistema inteligível na sincronia”.⁴⁹ Já o externalismo tem bases nas modernas noções de sociedade, especialmente nas proposições ancoradas na ideia de que o social só se explica pelo social, seu foco analítico sendo deliberadamente posto nas condições societárias de produção das obras⁵⁰. Uma boa amostra do caso pode ser retirada de *Viena fin-de siècle: política e cultura*, de Carl Schorske, um estudo sobre a moderna vida intelectual de Viena entre os séculos XIX e XX investigada como uma “experiência social em comum, no seu mais amplo sentido”⁵¹.

Por essa razão, as relações entre a escrita da proposta comparada de *Visão do paraíso* e a inserção institucional de seu autor serão tratadas nos termos de uma *operação historiográfica*, tal como definida por Michel de Certeau. Desnecessário lembrar que Certeau descarta de imediato a disjuntiva acima lembrada ao elencar os três elementos desta operação: (1) uma *instituição de saber* onde o historiador exerce sua atividade⁵², entre as quais a *instituição histórica*⁵³. Esta perspectiva permite relacionar a inserção de Sérgio Buarque nas três instituições privilegiadas pelo trabalho, quais sejam, o Museu Paulista, a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e a Universidade de São Paulo, à construção textual da obra de 1959. (2) Uma *prática metodológica*, sem a qual nenhuma história pode “ser feita”.⁵⁴ Cabe destacar um aspecto dela que, aliás, atualiza uma reflexão ampla que tomou conta de intelectuais de linhagens heterogêneas como Paul Ricœur, Claude Lefort, François Hartog e Bruno Latour, e cara às próximas

⁴⁸ Ver o prefácio de Françoise Zonabend ao Philippe Descola et al (orgs.). *Les idées de l'anthropologie*. Paris, Armand Colin, 1988.

⁴⁹ Claude Lévi-Strauss. *A origem dos modos à mesa. Mitológicas III*. São Paulo, Cosac & Naify, 2006, p. 237. Ver, por exemplo, o debate entre Lévi-Strauss e o folclorista Stith Thompson sobre as relações entre estruturalismo e história em “As meninas modelo”, quarta parte do volume.

⁵⁰ Ver Heloísa Pontes. *Destinos mistos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998; particularmente a discussão realizada em Heloísa Pontes. “Círculos de intelectuais e experiência social”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n.34, v. 12, 1997.

⁵¹ Carl Schorske. *Viena fin-de-siècle: política e cultura*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 18.

⁵² Michel de Certeau. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2008, p. 65.

⁵³ Idem, p. 69.

⁵⁴ Ibidem, p. 78.

páginas: as relações entre *historicidade* e *diferença*⁵⁵. Para Certeau, se a legitimidade do discurso historiográfico moderno começa efetivamente com a diferenciação entre o *presente* e o *passado*, este é percebido como *alteridade* – “o outro é o fantasma da historiografia” –, sendo o discurso algo que “se estabelece como saber do outro”⁵⁶. Historicidade, com efeito, pode ser percebida como a “historicidade da história”: o sentido desta alteridade articula-se com a prática metodológica – não raro levando-se em conta a construção de modelos e a evidenciação de desvios em relação a eles – produzida nas relações entre o historiador com as instituições e a sociedade da qual faz parte. Nesses termos, não há como admitir a historicidade no singular⁵⁷.

Esta segunda fase ajuda a retratar um aspecto relativo às bases metodológicas da comparação proposta por *Visão do paraíso*: o esforço em apreender o passado em sua *singularidade* e *pluralidade* em relação ao meio societário e institucional de seu autor. Ainda que, nunca é demais lembrar, as historicidades em jogo não representam compartimentos estanques nem entre elas, nem com o próprio presente. Duas formas de historicidade acima indicadas são particularmente responsáveis pela produção do passado na escrita da história da obra: o realismo pedestre medieval dos colonizadores portugueses e a concepção místico-simbólica de Renascença que anima a experiência colonizadora na América espanhola. Sobretudo porque, enquanto tais, acabam por pleitear espaço com uma terceira forma, subjacente à América portuguesa, que ofusca de forma circunstancial as diferenças entre presente e passado no texto da obra: o mito paradisíaco enquanto retrospectiva de aspirações nacionais contemporâneas aos séculos

⁵⁵ Impossível discutir a questão por todos os ângulos. Sobre a historicidade em Ricoeur – historicidade como *fronteira*, ver: Paul Ricoeur. *História e verdade*. Rio de Janeiro, Forense, 1968. Sobre a historicidade em Claude Lévi-Strauss – historicidade como devir dentro de uma cultura, ver Claude Lévi-Strauss. *As formas da história: ensaios de antropologia política*. São Paulo, Brasiliense, 1979, em especial o capítulo “Sociedades ‘sem história’ e historicidade”. Em François Hartog – historicidade como um regime que produz uma apreensão particular do passado, ver François Hartog. *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte, Autêntica, 2013. Em Bruno Latour – historicidade como categoria para interrogar a homogeneidade das relações entre natureza e cultura, ver Bruno Latour. *A esperança de Pandora*. São Paulo, Edusc, 2001, particularmente o capítulo “A historicidade das coisas: por onde andavam os micróbios de Pasteur”.

⁵⁶ Michel de Certeau. *Op. Cit.*, p. 14.

⁵⁷ Claro que esta sugestão não é exclusiva de Michel de Certeau. Ver por exemplo Jacques Le Goff. *O nascimento do purgatório*. Lisboa, Editorial Estampa, 1993; Georges Duby. *O tempo das catedrais: arte e sociedade, 980-1420*. Lisboa, Editorial Estampa, 1978; e _____. *As três ordens e o imaginário do feudalismo*. Lisboa, Editorial Estampa, 1982; Emmanuel Le Roy Ladurie. *Montaillou: povoado occitano de 1294-1324*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997; Robert Darnton. *O grande massacre de gatos*. Rio de Janeiro, Graal, 1986; Keith Thomas. *O homem e o mundo natural*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010; Georges Dumézil. *Heurs et malheurs du guerrier*. Paris, Flammarion, 1985; e Clifford Geertz. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 2012.

XIX e XX⁵⁸. Não que este ponto tenha peso semelhante aos outros – daí o seu papel circunstancial. O fato é que se vinculam à própria inserção institucional de Sérgio Buarque. O Museu Paulista ilustra um projeto de escrita da história característico de um lugar – os museus e os institutos históricos e geográficos⁵⁹, em torno dos quais se constitui uma concepção historiográfica pautada por uma “retórica da nacionalidade” capaz de apresentar às comunidades nacionais luso-brasileiras à época a ideia de um passado e presente comum⁶⁰. Já a Escola Livre de Sociologia e Política e a Universidade de São Paulo, como instituições de ensino superior, fomentam, ao menos a princípio, uma metodologia cujo teor crítico envolve de forma mais evidente a suposição de diferenças entre presente e passado. Em suma, a análise das relações da trajetória institucional de Sérgio Buarque com a construção do estudo comparado é importante para a compreensão (3) da escrita da história propriamente dita, terceiro e último elemento da operação.

A operação pode ser percebida com maior precisão na organização do trabalho. Dividido em introdução, considerações finais e quatro capítulos, “As formas da História”, primeiro deles, apresenta uma análise de algumas transformações importantes do texto da tese *Visão do paraíso* em sua versão definitiva, de 1977: (1) a redistribuição dos capítulos da obra, estabelecidos em sua forma definitiva logo na primeira edição, de 1959; (2) o “Prefácio à segunda edição”, incorporado no texto de 1969 e (3) o “Anexo” (sete parágrafos de “Notícias antecedentes, curiosas e necessárias das cousas do Brasil”, de *Crônica da Companhia de Jesus*, de 1663, de Simão de Vasconcelos). Sem buscar distinguir uma errônea ‘substância essencial’ no argumento da obra⁶¹, procuramos mostrar que não obstante a complexidade das transformações entre 1958 e 1977, da tese ao “Anexo” o autor *alça e reitera* o papel do estudo comparado à condição de objetivo central. Tendo ponto de partida o referido “Prefácio”, o capítulo busca igualmente mostrar as bases metodológicas da comparação a fim que ela seja melhor compreendida. Bases, aliás, retiradas da história comparada, praticada aproximadamente entre 1850 e

⁵⁸ A questão foi indicada por Maria Sylvia Carvalho Franco. “*Visão do paraíso: romantismo e história*”. In Pedro Meira Monteiro e João Kennedy Eugênio (orgs.). *Op. Cit.*

⁵⁹ Sobre as características gerais dos museus históricos, ver, Lília Moritz Schwarz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993. Sobre a proliferação de institutos históricos durante o surgimento do Museu Paulista, ver Paulo Teixeira Iumatti e Julio Velozzo. “Conhecimento, política e instituições no Brasil (1889-1934)”. In *Reflexos: revue pluridisciplinaire du monde lusophone*, n. 2, 2013.

⁶⁰ Ver Temístocles Cezar. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle: essai sur une rhétorique de la nationalité: le cas Varnhagen*. Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales (Tese de Doutorado), 2002.

⁶¹ Ver Roger Chartier. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.

1950, crítica ao ideário da nação enquanto objeto histórico e pautada por um discurso sobre o *saber etnológico do outro*⁶² ao pretender *comparar diferentes culturas* no passado.

O seguinte, “Cultura, Renascimento e Modernidade em *Visão do paraíso*”, é voltado aos dois primeiros capítulos da obra, “Experiência e fantasia” e “Terras incógnitas”, que me parecem especialmente responsáveis por formalizar as proposições da obra na forma de objetivo central. Se antes optamos por desvendar bases metodológicas, agora percorre-se as relações de *proximidade* e *distância* entre os imaginários ibéricos com a conceitualização cultural da Renascença no próprio texto destes capítulos. Por se mostrarem tão cruciais nesta história que procuramos apresentar, serão relacionados à defesa da tese de 1958, que levou a perceber o estudo comparado como a própria *tese* do trabalho de cátedra. Em seguida procuro contrastar o dia 12 de novembro com outros momentos cruciais da trajetória de Sérgio Buarque como historiador. Seja com as demais fases do concurso, que ainda incluem uma prova escrita e didática; seja particularmente três momentos de Sérgio Buarque na cadeira de História da Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo (suas atividades de professor, de orientador de trabalhos de pós-graduação e, ainda, no Instituto de Estudos Brasileiros, do qual é fundador, em 1962, e diretor entre 1962 a 1964). Estes casos, como procuramos mostrar, preservam considerável distância com a preocupação da obra de 1959; é preferível percebê-los como parte, este sim, de um antigo projeto que remonta ao menos aos anos 1940: a elaboração de uma História Geral do Brasil escrita não exclusivamente por historiadores.

O terceiro, “Apresamento e mineração”, abarca os três capítulos seguintes de *Visão do paraíso* – “Peças e pedras”, “O ‘outro Peru’” e “Um mito-luso-brasileiro” –, voltados à concepção de colonizadores bandeirantes de paraíso terrestre. Nele procuramos mostrar que nem tudo o que diz respeito à análise comparada se traduz numa diferença expressiva entre *presente* e *passado*. A busca dos primeiros paulistas à lagoa dourada, afinal, é motivo para Sérgio Buarque associar não só o empreendimento destes personagens, mas dos colonizadores portugueses como um todo, à intenção de formação mítico-geográfica da nacionalidade. Ainda que este não seja o argumento por assim dizer dominante da comparação, optamos por leva-lo em conta, relacionando-o a outro aspecto presente nestes capítulos: o paulatino desencanto e desistência de tais

⁶² Ver Michel de Certeau. *Op. Cit.*

personagens com as lagoas douradas e a subsequente opção pelo apresamento e escravização de povos indígenas para as lavouras de São Paulo (algo que, no conjunto da obra, aparece como desdobramento daquele particularismo medieval). Procuramos também compreender este ambivalente argumento à luz da experiência de Sérgio Buarque como diretor do Museu Paulista, entre 1946 e 1956, pois como se sabe, a instituição se apoia na proposição historiográfica segundo a qual São Paulo é o alicerce formador do Brasil. Sabe-se também como a reflexão de Sérgio Buarque é tida como uma revisão crítica desta abordagem ao privilegiar a intencionalidade escravista e localista dos moradores de São Paulo. Sem buscar refutá-la, salientamos, contudo, que sua gestão mostrou-se conivente às diretrizes mais tradicionais do Museu, a despeito das críticas, no caso, serem aludidas *em passant*; e que ela se articula à obra de 1959 de duas formas: por um lado, a gestão, à medida que vai prenunciando, também, uma tentativa de escrita de uma História Geral do Brasil (aqui pensada pela perspectiva do bandeirismo), se aproxima e se distancia do problema central de *Visão do paraíso*. Aproxima-se porque, em alguma medida, ele reaparece na abordagem mítico-geográfica daqueles colonizadores. Afasta-se pois, ao mesmo tempo, não se traduz na ocasião do estudo comparado dos imaginários ibéricos.

O final, “Políticas ibéricas da colonização da América”, por meio do sexto capítulo de *Visão do paraíso*, “As atenuações plausíveis”, ao último, “América portuguesa e Índias de Castela”, procura discutir os termos políticos do estudo comparado. Isto é, a estratégia de Sérgio Buarque de recolocar as diferenças entre *presente* e *passado* a partir da história política: por um lado, a modernidade renascentista espanhola é apreendida pela ótica de um Império de dimensão ultramarina; por outro, o tradicional arcaísmo, atribuído à formação da América portuguesa, ganha a imagem de um mosaico de feitorias cujo modelo é herdado de atividades comerciais de navegadores italianos na Idade Média. O capítulo levará em conta ao mesmo tempo a atividade de Sérgio Buarque na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, entre 1947 e 1957, na medida em que ela ajuda a ilustrar a hipótese paradoxal do trabalho: aqui também a atividade docente de Sérgio Buarque na instituição pouco contempla o objetivo de *Visão do paraíso* pois, mais uma vez, o autor dedica-se à História Geral do Brasil, dessa vez pela ótica da economia política. Já seu itinerário como aluno da instituição o faz, de forma repentina, apresentar, em sua dissertação de mestrado, *Elementos formadores*, a primeira sistematização de fôlego do estudo comparado, particularmente esboçado pela

dicotomia Império/feitorização, encontrada, meses depois, na tese e na obra *Visão do paraíso*.

Nas considerações finais, procuramos discutir os resultados de uma pesquisa sobre esta que, talvez, seja a obra mais importante da historiografia brasileira, mas até hoje pouco estudada – mesmo depois deste trabalho. O primeiro deles diz respeito à nossa insistência em privilegiar a análise historicizada, nos termos acima propostos, das relações entre tradição e modernidade na comparação entre as duas Américas na reflexão buarquiana; e a subsequente dúvida sobre a possibilidade delas serem apreendidas como um método constante e resguardado do estudo historiográfico do autor. Sem pretensão de cair em determinismos explicativos ao situar a ocasião de *Visão do paraíso*, ou apresentar análises e definições encerradas dos outros projetos historiográficos de Sérgio Buarque, busca-se destacar que o objetivo central desta obra, para além de uma cristalização das preocupações historiográficas de Sérgio Buarque, foi, *também*, obra de contingência; contingência que, tudo leva a crer, passou meio em branco pela fortuna crítica em razão do capital simbólico ocupado pela obra na historiografia brasileira⁶³. Além disso, a comparação não se confunde o tempo todo à operação metodológica de *ruptura* entre *presente* e *passado*. Ao mesmo tempo ela faz ressurgir o eco de uma escrita da história anterior à tese acadêmica, fundamentada na historiografia do Oitocentos, como aliás tentamos sugerir no terceiro capítulo. Ainda que a ambivalência seja assimétrica, já que a ruptura é desmedidamente seu elemento *predominante*; e que o eco, claro, não retira o problema central de *Visão do paraíso* o seu elemento de ocasião.

Nota sobre a delimitação documental e da periodização do trabalho

O principal documento da tese é o livro *Visão do paraíso: os motivos edênicos da colonização do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, em sua versão definitiva, estabelecida em 1977. A edição utilizada neste trabalho é a Sergio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso: os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010 (que preserva na íntegra o texto de 1969 e o anexo da edição seguinte). Além da obra de 1959 em sua versão definitiva, a pesquisa leva em

⁶³ Sobre capital simbólico, ver Pierre Bourdieu. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 2007.

conta outros livros de Sérgio Buarque de Holanda: *Raízes do Brasil*⁶⁴; *Monções*⁶⁵; *Caminhos e fronteiras*⁶⁶; *História geral da civilização brasileira*⁶⁷; *O extremo oeste*⁶⁸; *Capítulos de literatura colonial*⁶⁹; *Tentativas de mitologia*⁷⁰ e *A contribuição italiana para a formação do Brasil*⁷¹. E também seus artigos, que correspondem a uma extensa periodização, mas podem ser consultados na bibliografia do presente trabalho. Este material terá um duplo papel na análise. Por um lado, auxilia a compreensão do texto e do argumento de *Visão do paraíso*, não deixando de ilustrar, quando necessário, as relações de continuidade entre esta obra e os outros trabalhos do autor, a despeito do seu aspecto de ocasião. Por outro, e principalmente, será referência para marcar as diferenças acima discutidas entre a obra de 1959 e eles.

A pesquisa contempla igualmente a investigação dos seguintes acervos: (1) **Fundo Sérgio Buarque de Holanda** (acervo pessoal de Sérgio Buarque de Holanda, localizado na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP). Contém a maioria das cartas, correspondências (ativas e passivas), entrevistas, resenhas, entre outros tipos de produção intelectual de e sobre Sérgio Buarque de Holanda, que também serão levadas em conta. (2) **Centro de Apoio à Pesquisa em História**, localizado na Universidade de São Paulo. Acolhe a documentação referente às atividades de Sérgio Buarque na cátedra de Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo; (3) **Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros**, também localizado na Universidade de São Paulo. Nele se encontra o acervo referente às atividades de Sérgio Buarque nesta instituição; (4) **Acervo do Museu Paulista**, localizado na instituição homônima. Hospeda as fontes

⁶⁴ Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936. (Vamos utilizar as seguintes edições: a original e a Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969. Com relação a esta última, usaremos a edição Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995).

⁶⁵ Sérgio Buarque de Holanda. *Monções*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante, 1945. (Vamos utilizar a seguinte edição: Sérgio Buarque de Holanda. *Monções e Capítulos de expansão paulista*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014, que agrega a versão original do texto de 1945).

⁶⁶ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957. (Vamos utilizar a seguinte edição: Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001).

⁶⁷ Sérgio Buarque de Holanda. *História geral da civilização brasileira*, São Paulo, Difel, 1960-1984. (Vamos utilizar a seguinte edição: Sérgio Buarque de Holanda. *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007).

⁶⁸ Sérgio Buarque de Holanda. *O extremo oeste*. São Paulo, Brasiliense, 1986. (Vamos utilizar a seguinte edição: Sérgio Buarque de Holanda. *Monções e Capítulos de expansão paulista*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014, que acolhe o texto original de *O extremo oeste*).

⁶⁹ Sérgio Buarque de Holanda. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo, Brasiliense, 1991. (Vamos utilizar a edição original).

⁷⁰ Sérgio Buarque de Holanda. *Tentativas de mitologia*. São Paulo, Perspectiva, 1979. (Vamos utilizar a edição original).

⁷¹ Sérgio Buarque de Holanda. *A contribuição italiana para a formação do Brasil*. Florianópolis, UFSC, 2002. (Vamos utilizar esta edição, a única publicada em forma de livro).

relativas à gestão de Sérgio Buarque como diretor do museu. (5) **Acervo da Escola de Sociologia e Política de São Paulo**, localizado na própria escola. Abriga os documentos sobre a atuação docente e discente de Sérgio Buarque na instituição. Por fim, também consultamos autores e obras que tiveram importância metodológica para o problema central da pesquisa. No caso, privilegiaram-se as edições cujo texto se aproxima de maneira considerável das edições citadas na obra. De todo modo, o período compreendido pela pesquisa é circunscrito pela trajetória institucional acima apresentada, não coincidindo com a pesquisa das fontes: compreende portanto o ano de 1946, em que Sérgio Buarque torna-se diretor do Museu Paulista, e 1969, quando se aposenta na Universidade de São Paulo. Além disso, anexamos ao final do trabalho três reflexões que tiveram um papel importante no argumento da tese (como as próximas páginas procuram demonstrar). Duas delas, de autoria de Sérgio Buarque: o artigo **“Historiografia portuguesa”**, originalmente publicado em *O Estado de São Paulo*, em 1960⁷²; e um trabalho de final de curso do autor, durante sua época de aluno da Escola de Sociologia e Política, intitulado *Formação de uma vila sertaneja*⁷³. A outra corresponde ao artigo intitulado **“Introdução ao debate sobre a Ilha-Brasil”**⁷⁴, de Jaime Cortesão. Os dois últimos não estão publicados. Todos eles, até onde podemos perceber, foram pouco ou nada pesquisados.

Se nem o objeto, tão pouco a periodização do presente trabalho, esgotam a trajetória historiográfica de Sérgio Buarque, eles não deixam de ser a parte mais fundamental dela, como os especialistas fartamente atestam. Por isso, nos parecem amplamente eficazes para a demonstração que se segue nas próximas páginas. Até porque, esta tese procura menos apresentar uma resposta acabada e mais aprofundar seu objetivo e hipótese. No limite, *ocasião* é uma estratégia metodológica antes de ser um substantivo feminino. É, enfim, *uma* perspectiva a partir da qual o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda pode ser pensado.

⁷² Sérgio Buarque de Holanda. “Historiografia portuguesa”. In *O Estado de São Paulo*, 12.11.1960. Republicado em Marcos Costa (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo / Editora Unesp, 2011.

⁷³ Sérgio Buarque de Holanda. “Formação de uma vila sertaneja”. *Trabalho prático apresentado à disciplina “História social do Brasil”*. São Paulo. Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1957.

⁷⁴ Jaime Cortesão. “Introdução ao debate sobre a Ilha-Brasil”. In *Diário de Notícias*, 13.07.1952.

Capítulo 1 – As formas da história

Numa palestra encomendada e proferida nos anos 1960 aos estudantes do “Centro de Estudos Históricos Afonso de Taunay”, da Universidade de São Paulo⁷⁵, Sérgio Buarque chama atenção para um assunto caro à historiografia ocidental, pelo menos desde o século XIX: as relações dos historiadores com a conceitualização da realidade histórica. Pode-se até mesmo dizer que a fala do palestrante aproxima-se de uma reivindicação do que hoje se entende por uma história dos conceitos. Lembremos que, em suas variantes contemporâneas, esta por vezes pode ser apreendida numa acepção ampla, remetendo desde a uma história da linguagem e dos discursos; ou às diversas modalidades de aproximação linguística ou conceptual da história da política e do político⁷⁶. Porém, sua gênese é sobretudo alemã – *Begriffsgeschichte* –, consolidada aproximadamente a partir dos anos 1970 por meio em grande parte da iniciativa de historiadores como Reinhart Koselleck, mas também do austríaco Otto Brunner e do alemão Werner Conze. A exemplo do dicionário intitulado *Conceitos históricos fundamentais: léxico histórico da língua política e social na Alemanha*, organizado por eles, no qual transparece a crítica a uma história metafísica do espírito e das ideias de matriz hegeliana, cuja baixa contextualização dos conceitos utilizados no passado acabou derivando numa análise anacrônica dos mesmos⁷⁷.

Não cabe aqui mensurar as relações formais e palpáveis de Sérgio Buarque com os primeiros tempos da história dos conceitos ou mesmo reivindicar um lugar para o historiador, nela. Basta lembrar que a questão vem à tona quando se propõe a falar do diálogo da História com as Ciências Sociais, demanda aliás “quase impost[a] pelos estudantes que se sentiam um tanto perplexos com o que lhes parecia menos científico nos estudos de História, contrastando-a principalmente com a Sociologia, disciplina que

⁷⁵ O Centro de Estudos Históricos “Afonso de Taunay” era sediado, na época, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

⁷⁶ Sobre estas acepções, ver: Javier Fernández Sebastián. “Apresentação: algumas notas sobre história conceptual e sobre a sua aplicação ao espaço atlântico ibero-americano”. In *Ler História*. n. 55, 2008.

⁷⁷ Segundo Marcelo Gantus Jasmin, “os dicionários de maior relevância são o *Historisches Wörterbuch der Philosophie* (Dicionário Histórico de Filosofia), editado por Joachim Ritter e Karlfried Gründer a partir de 1971; o *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland* (Conceitos Históricos Fundamentais. Léxico Histórico da Língua Política e Social na Alemanha), editado por Otto Brunner, Werner Conze, Reinhart Koselleck a partir de 1972; e o *Handbuch politisch-sozialer Grundbegriffe in Frankreich 1680-1820* (Manual de Conceitos Político e Sociais Fundamentais na França), editado por Rolf Reichardt e Eberhard Schmitt desde 1985. Isso não significa que essa história implique apenas a forma dos dicionários”. In Marcelo Gantus Jasmin. “História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 20, n. 57, 2008, p. 35. Ver também João Feres Jr. e Marcelo Gantus Jasmin (orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro, PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006.

tende a ser naturalmente legiferante ou que aspira a sê-lo”⁷⁸. O palestrante é reticente às “formas fixas, às leis genéricas” que circunscreveriam de maneira taxativa uma realidade que, por ser *histórica*, mostra-se desde logo mais “complexa e difícil” para ser “aprimorada em sistemas conceituais fixos”. Porém, adverte: a História não poderia ao mesmo tempo abdicar de enfrentar a problemática e a incorporação lançada pelos conceitos, desde que se reconheça de antemão que estes não são “imutáveis e esclerosados”⁷⁹.

Afinal, se a História tende a ser “irredutível a leis gerais” e mais próxima do “domínio do individual e do concreto”⁸⁰, nenhum fenómeno individual é puramente individual e “absolutamente incomparável”. Eis um *jogo oscilante* entre o que ele chama de “particular e a repetição”, que poderia ser praticado por meio da comparação. Ao defender uma espécie de história comparada dos conceitos, Sérgio Buarque, portanto, procurava distinguir a atividade do historiador de outras disciplinas, inclusive aquelas que possam ter ressonância na própria produção historiográfica: as “filosofias da História”, “doutrinas em parte místicas, às vezes, como no caso de Spengler, do próprio Toynbee”; o estruturalismo francês, especialmente a versão consolidada por Émile Durkheim, que aliás pouco o anima: “torna-se possível estudar os homens primitivos mais ou menos como se fossem formigas”. Se estas “podem ser estudadas e classificadas pelos naturalistas”, aquela humanidade arcaica “pode ser estudada e classificada pelos antropólogos, que não se cansam de inventariar por exemplo o seu regime de castas, o seu código totêmico, os seus grupos de parentesco, a sua mitologia, articulando tudo isso em esquemas lógicos”⁸¹.

Procura, por sua vez, distinguir a metodologia da história comparada dos horizontes historiográficos instituídos pela concorrência nacionalista contemporânea à viragem do século XIX e XX, e pautados, com efeito, pela questão da formação nacional; a “história tribalista”:

A história tribalista é a que impõe como obrigação sacrossanta construir o passado nacional sob a forma de uma imagem sem jaça. Admite-se, com frequência, que o presente

⁷⁸ Sérgio Buarque de Holanda. “Palestra discorrendo sobre o tema ‘História’, a convite dos alunos do ‘Centro de Estudos Históricos Afonso de Taunay’”. (196-). *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Pi 179 P18, p. 1. (Não temos certeza se a palestra é parte de uma única apresentação, concedida por Sérgio Buarque, ou se ela também se divide em dois textos, produzidos para oportunidades parecidas, porém diversas. Estamos por averiguar).

⁷⁹ Idem, p. 1.

⁸⁰ Ibidem, p. 5.

⁸¹ Ibidem, p. 3.

possa ser alvo de acerbadas críticas e imprecisões. Raros são, porém, os que toleram qualquer tentativa de ver nesses erros do presente um fruto dos erros do passado que os pudessem servir para explicar e porventura para superar. O passado nacional há de apresentar-se como uma procissão de imaculadas glórias e querer outra coisa é pecado de lesa-patriotismo. [...] não é insurgir-se contra ele [o patriotismo], ou tentar feri-lo o pretender que não há, que não deve haver, uma história patriótica, da mesma forma que não há matemática ou biologia patriótica.

Intimamente vinculado a esse tribalismo acha-se generalizada de que o historiador é, por força, um indivíduo que só há de ter olhos para o passado, nacional ou não, e que sua missão essencial é zelar pela preservação de tudo quanto foi imunizado e de certo modo canonizado pela pátina do tempo⁸².

Voltaremos ao assunto. Por ora, lembremos, com Lucia Maria Paschoal Guimarães, da importância de artigos como “O pensamento histórico no Brasil na primeira metade do século XX”, de 1951, de Sérgio Buarque de Holanda, para a formação da área de estudos da história da História no Brasil: “esboça percursos, aponta linhagens, devassa arquivos, enfim, ultrapassa os limites convencionais da enumeração de obra e autores, detendo-se na análise refinada das referências teóricas mais utilizadas”.⁸³ Tudo leva a crer que a palestra deve ser tratada de forma parecida, pois ela é uma espécie de “chamado” para que os historiadores passem convictamente a refletir sobre a dimensão teórico-metodológica da produção historiográfica: “já não é possível apenas escrever história, é preciso saber refletir, e refletir demais sobre a história, sob pena de permanecer na rotina”.⁸⁴ A abstenção de refletir em termos historiográficos sobre as relações de proximidade e distanciamento com as outras Ciências Sociais levou a historiografia a uma *crise*: “A simples preocupação de construir-se se possível uma espécie de história teórica que já hoje não preocupa apenas os filósofos, mas atinge o próprio clã dos historiadores, é um sinal da crise a que me referi”⁸⁵. Desse modo, a palestra consiste, sobretudo, numa série de ajuizamentos metodológicos de Sérgio Buarque sobre a *escrita da História*, bem como a constituição, desta, em campo disciplinar. O chamado se faz enquanto algo *necessário* à melhor delimitação metodológica da História frente às suas alteridades disciplinares: “através da crescente

⁸² Idem, p. 13.

⁸³ Lucia Maria Paschoal Guimarães. “Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões”. In Lucia Maria Bastos Pereira das Neves et al (orgs.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2011, p. 22 e 23.

⁸⁴ Idem, p. 3.

⁸⁵ Ibidem, p. 2.

depuração e do aperfeiçoamento das suas técnicas a historiografia pode aspirar cada vez mais ao estatuto científico”⁸⁶.

Além disso, ela acolhe outra peculiaridade ao situar, ainda que brevemente, a história comparada, e em especial a comparação entre conceitos, dentro de uma reflexão propriamente historiográfica. Por essa razão optamos por iniciar este capítulo recorrendo ao texto datilografado – que no limite, já sinaliza o percurso argumentativo de Sérgio Buarque de Holanda encontrado também na obra *Visão do paraíso*: uma reflexão, histórica e historiográfica, sobre a comparação de imaginários ibéricos a partir de um conceito de *cultura*. Porém, ao mesmo tempo, há na publicação de 1959 uma particularidade. Se Paschoal Guimarães bem salientou a preocupação do autor em “avaliar as dimensões [historiográficas] da produção brasileira no século passado”⁸⁷; se, num mesmo passo, pode-se já notar – e talvez não mais que isso – na palestra uma discussão propriamente historiográfica sobre a história comparada; em *Visão do paraíso*, a comparação assume a defesa exaustiva de uma forma de escrita da história voltada deliberadamente para um momento de sua reflexão realizada dentro da universidade – a tese acadêmica.

1.1. As transformações de *Visão do paraíso*

Algumas obras de Sérgio Buarque foram modificadas de forma insistente por ele para reformular alguns de seus argumentos mais longevos. O exemplo mais evidente é *Raízes do Brasil*, cuja primeira edição é de 1936: concebida no exterior, quando o autor passou quase dois anos na Alemanha, entre 1929 e 1930, é consideravelmente alterada ao longo de pelo menos três décadas⁸⁸. A produção de *Visão do paraíso* obedece a requisitos um tanto diversos. Esta obra, a despeito de abrigar décadas de reflexão e

⁸⁶ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 6.

⁸⁷ Lucia Maria Paschoal Guimarães. *Op. Cit.*, p. 23.

⁸⁸ Ver, entre outros, Leopoldo Waizbort. “O mal entendido da democracia: Sergio Buarque de Hollanda, *Raízes do Brasil*, 1936”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 76, v. 26, 2011 e _____. “*Raízes do Brasil*: inércia e transformação lenta”. In Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2016; João Cezar de Castro Rocha. “Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre: raízes de uma rivalidade literária”. In *Revista Dicta&contradicta*. Rio de Janeiro / São Paulo, Civilização Brasileira / IFE, 2012; Luiz Feldman. *Clássico por amadurecimento: estudos sobre Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2016. As mudanças textuais entre as edições de *Raízes do Brasil* levaram recentemente à publicação de uma edição crítica da obra: Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2016, organizada e apresentada por Pedro Meira Monteiro e Lilia Schwarcz, que acolhe “o texto atual de *Raízes do Brasil* e as suas variantes entre as cinco primeiras edições” (Pedro Meira Monteiro e Lilia Schwarcz. “Uma edição crítica de *Raízes do Brasil*: o historiador lê a si mesmo”. In Sérgio Buarque de Holanda. *Idem*, p. 25). Questões parecidas estão presentes no também recente “Dossiê: Sérgio Buarque de Holanda: 80 anos de *Raízes do Brasil*”. In *Revista Brasileira de História*. n. 73, v. 36. Vamos discutir a obra *Raízes do Brasil* em outros momentos do trabalho.

pesquisa, foi planejada, subitamente, para suprir um requisito formal do concurso prestado pelo autor à cátedra de Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo, entre 10 e 14 de novembro de 1958, sendo redigida em aproximadamente quatro meses. Nada leva a crer que teria sido produzida caso não fossem tais exigências. Se estas serão analisadas no próximo capítulo, aqui basta mostrar que as modificações do texto inicial de *Visão do paraíso*, isto é, em forma de tese de cátedra, por um lado tomam expressiva distância de projetos interrompidos em razão do concurso (ainda que, de uma forma ou de outra, os aproveite em sua versão de trabalho acadêmico e de obra); e por outro, procuram paradoxalmente *reiterar* o que entendemos por *objetivo central* da tese. O faremos, em primeiro lugar, por meio da reflexão sobre o conteúdo dos projetos interrompidos por Sérgio Buarque. E em seguida, vamos contrastá-los com o texto de *Visão do paraíso*, tendo como epicentro da análise o “Prefácio à segunda edição”, de 1969; e levando-se em conta, com efeito, alguns momentos que nos parecem cruciais seja da sua súbita confecção em forma de tese; seja das suas transformações ao longo das três primeiras edições da obra (1959 1969 e 1977).

Antonio Candido foi o primeiro a apontar a expressiva leva de trabalhos suspensos por Sérgio Buarque ao longo da segunda metade da década de 1950. Eles podem ser sumariamente divididos em dois: o “*Literatura colonial*, que seria o 7º da *História da Literatura Brasileira*, encomendado a Sérgio Buarque desde meados dos anos 1940, e parte de um projeto ambicioso, planejado por Álvaro Lins para a editora José Olympio”⁸⁹; e “outro livro [...], livro de grandes proporções que anunciou mais de uma vez nas listas de “Obras do autor”, a começar pela 3ª edição de *Raízes do Brasil* (1956), onde lemos: ‘Em preparo: *A Era do Barroco no Brasil (cultura e vida espiritual nos séculos XVII e XVIII)*’”. O anúncio também é encontrado “na abertura de *Caminhos e Fronteiras*. Em 1959, na 1ª edição de *Visão do paraíso*, ainda lemos as mesmas indicações, que desaparecem dali por diante”⁹⁰. Antonio Candido teve acesso à parte expressiva dos originais destes projetos, sobretudo a que se destina ao volume de *Literatura colonial*. Por sugestão de Maria Amélia Buarque de Holanda, então viúva do autor, acabou organizando e publicando postumamente (1991) com o título *Capítulos de literatura colonial*.⁹¹

Como lembra Antonio Candido, este texto inacabado refere-se ao esboço de uma

⁸⁹ Antonio Candido. “Introdução”. In Sérgio Buarque de Holanda. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo, Brasiliense, 2000, p. 8 e 9.

⁹⁰ Idem, p. 10.

⁹¹ Sérgio Buarque de Holanda. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo, Brasiliense, 1991.

história colonial brasileira, que pode ser dividida da seguinte forma: (1) um panorama inconcluso da literatura colonial luso-brasileira; (2) parte de um estudo sobre o padre Antonio Vieira; e (3) uma pesquisa incompleta sobre o Arcadismo, que compreende um capítulo teórico e um estudo sobre o escritor Claudio Manuel da Costa. Exceto o “Panorama”, tudo reflete uma contínua e insistente preocupação com a literatura épica (renascentista e barroca) e árcade⁹². De modo que as relações de proximidade temática com a obra *Visão do paraíso* são abundantes. Ambas acolhem com veemência os louros investigativos da significativa fase de pesquisa de Sérgio Buarque em Roma, entre 1952 e 1954, no acervo da Arcádia Romana, como lembra o próprio Candido⁹³. Já para Laura de Mello e Souza, além do tema do paraíso terrestre, sobretudo em sua forma de Idade do Ouro, ter ganhado corpo especialmente nesse contexto investigativo, há semelhanças mais estreitas: “a leitura de autores como Frei Antonio do Rosário e suas *Frutas do Brasil* deve ter servido tanto para fundamentar a mitificação da natureza americana, neste último livro [*Visão do paraíso*]”; mas também “para esclarecer, naquele primeiro [*Capítulos de literatura colonial*], acerca das matrizes que instruíram Frei Santa Rita quando, afastado do Brasil desde os 8 anos de idade, começou a escrever, já velho, o seu *Caramuru* protonativista”⁹⁴.

Parte da pesquisa sobre Frei Antonio do Rosário está alocada no capítulo homônimo de *Visão do paraíso*, que para a historiadora “teria sido escrito na Itália, ao mesmo tempo em que ia elaborando boa parte dos textos sobre o Barroco, editados em 1992 nos *Capítulos de Literatura Colonial*”⁹⁵. Parte da investigação sobre Santa Rita Durão se encontra num capítulo da obra inacabada cujo título, “O mito americano”, é aliás bastante auto-explicativo. Nele, *Caramuru* nem sempre cede com facilidade ao paulatino desbotamento imaginário que assola o imaginário luso-brasileiro ultramarino. O Novo Mundo é impregnado “da magia idílica de que o Setecentos europeu dotava as terras e os homens primitivos, ainda não contaminados pelos vícios e artifícios de uma civilização exausta”⁹⁶. Por essa razão, é uma visão característica da literatura luso-brasileira do século XVIII, já um pouco liberta do gênero épico camoniano, isto é, de uma narrativa obsessivamente centrada em personagens e eventos no passado; e mais

⁹² Idem, p. 7.

⁹³ A estadia de Sérgio Buarque na Itália entre 1952 e 1954 foi estudada por Thiago Lima Nicodemo. *Alegoria moderna: crítica literária e história da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo, Unifesp, 2014.

⁹⁴ Laura de Mello e Souza. “Posfácio”. In Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 549.

⁹⁵ Laura de Mello e Souza. “Prefácio”. In Thiago Lima Nicodemo. *Op. Cit.*, p. 16 e 17.

⁹⁶ Sérgio Buarque de Holanda. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo, Brasiliense, 2000, p. 93.

afeita a uma espécie de modernidade árcade que tenta se insurgir a tal linguagem, tida então por afetada. Em Santa Rita Durão Sérgio Buarque afinal vê um tributário da estética camoniana, mas reluta em conceituá-lo como poeta do passado, pois acha que em *Caramuru* o homem natural é tratado de maneira que revela o escritor do tempo⁹⁷.

Não cabe aqui esgotar a fértil suspeita levantada por Laura de Mello e Souza, e sim aproveitá-la para revelar algumas semelhanças entre *Capítulos de literatura colonial* e *Visão do paraíso*. No capítulo homônimo da obra de 1959, *Frutas do Brasil* é, assim, matriz poderosa de *Caramuru* na medida em que revela precisamente o semblante barroco de Santa Rita Durão; semblante que agora não assumiria a forma de gênero literário com a mesma força, e sim um imaginário histórico épico que se desdobra no engrandecimento mítico da porção portuguesa da América: “O que procurava Frei Antônio do Rosário nas frutas do Brasil”, nos diz Sérgio Buarque, “não eram, em verdade, as frutas, era o que a simples aparência delas pudesse dissimular: seus segretos significados e seu hieróglifo misterioso”. Pois “não lhe importava tanto o vê-las com os olhos ou o apalpá-las com a mão; queria, sim, ver e sentir, apesar dos olhos e das mãos”⁹⁸. *Capítulos* igualmente apresenta, em alguns momentos, o ponto de vista comparativo, se assim pudermos dizer: “de passagem” o autor nota a relevância do poeta barroco espanhol Luis de Góngora no gênero, contudo, arcadista de Cláudio Manuel da Costa⁹⁹; ou um “patriotismo anti-espanhol”¹⁰⁰, saliente à percepção do jesuíta padre Antonio Vieira. De modo que a comparação entre as duas Américas não é mero apêndice de *Capítulos*. Ocorre que, à diferença de *Visão do paraíso*, ela não está *estruturada*. Não há no trabalho inacabado um estudo com fôlego equivalente acerca da América espanhola e particularmente de seus escritores. Lembre-se mais uma vez de Antonio Candido, para quem a comparação nos *Capítulos* adquire um vulto e uma fecundidade “nunca visto antes” nos estudos sobre a literatura brasileira. Porém, na

⁹⁷ Antonio Candido. *Op. Cit.*, p. 18.

⁹⁸ Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 352. Este trabalho não propõe discutir o Barroco em *Visão do paraíso*, apesar da sua importância na obra, e por achar que, no que diz respeito à comparação dos imaginários ibéricos, o gênero está imerso à reflexão suscitada pela questão do Renascimento (como aliás buscamos mostrar em alguns momentos). Ademais, além das semelhanças acima apontadas há outras: tal como *Capítulos*, “Visão do paraíso” acolhe um estudo amplo da interpretação simbólica da natureza de padre Antonio Vieira a partir, por exemplo, de seus *Sermões* (não raro citados de forma incompleta). Ver Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 501; e Sérgio Buarque de Holanda, *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo, Brasiliense, 2000, p. 437.

⁹⁹ Sérgio Buarque de Holanda. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo, Brasiliense, 2000, p. 282.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 441.

forma de um cotejo entre literatura brasileira e europeia¹⁰¹.

Alegoria moderna, até agora o único estudo especializado seja sobre os *Capítulos*, seja sobre as relações destes com *Visão do paraíso*, parece confirmar tais observações. Nicodemo sublinha que a ideia de “mito americano”, no estudo inacabado, corresponde expressivamente ao processo de “conferir dignidade poética ao território português na América”.¹⁰² Pode-se pinçar nos escritores luso-brasileiros que a fundamentam uma alternativa à “influência cultural espanhola”, esta servindo muitas vezes para caracterizar uma noção de “mau gosto”. O resultado, contudo, se traduz sobretudo no estudo do gosto italiano na literatura produzida nas possessões portuguesas na América – verdadeira alternativa àquela influência.¹⁰³ *Alegoria* também destaca outro desdobramento de uma pesquisa correlata aos *Capítulos*, encomendada a Sérgio Buarque “desde meados dos anos 1940” e que deveria igualmente compor tanto a referida coleção sobre a *História da literatura brasileira*, comandada por Álvaro Lins; como o seu inconcluso *A era do Barroco no Brasil: a Antologia dos poetas brasileiros da fase colonial*, aliás originalmente publicada entre 1952 e 1953, pelo Ministério da Educação e pelo Instituto Nacional do Livro.¹⁰⁴ Somada aos próprios capítulos e a *Visão do paraíso*, ela é referência para o que Nicodemo considera uma preocupação reinante nestes trabalhos: a questão do Barroco.

O Barroco, enquanto problema intelectual e manifestação da cultura, pode ser tratado em suas variantes latino-americanas¹⁰⁵. Para Sérgio Buarque porém “a noção [...], mesmo em sua larga acepção, é utilizável com vantagem no estudo de nossa literatura e nossa história. *Ou melhor, da literatura e da história luso-brasileiras*” (grifo nosso). A passagem, lembrada por *Alegoria*, não por acaso antecede o relato de uma entrevista concedida pelo autor a Richard Graham na qual se afirma: “*Visão do Paraíso* era para ser uma introdução a um estudo do barroco no pensamento luso-brasileiro. Mas a

¹⁰¹ Antonio Candido. *Op. Cit.*, p. 19.

¹⁰² Thiago Lima Nicodemo. *Alegoria moderna: crítica literária e história da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo, Fap-Unifesp, 2014.

¹⁰³ Idem, p. 189.

¹⁰⁴ Sérgio Buarque de Holanda. *Antologia dos poetas brasileiros da fase colonial*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação / Instituto Nacional do Livro, 1952 e 1953.

¹⁰⁵ Sobre o barroco na América Latina, ver o já mencionado Rubem Barboza Filho. *Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Ed. UFMG/Iuperj, 2000; sobretudo a combinação do capítulo VII, “O Barroco ibérico”, e VIII, “Rupturas e independências”. É preciso levar em conta também que a leitura de *Capítulos de literatura colonial* pode suscitar a impressão de que “estamos diante de um imenso mapa em que se desenham as grandes linhas da imaginação do novo espaço americano, a um só tempo *ciudad letrada* e *carte de Tendre* das fileiras intelectuais brasileiras, ou latino-americanas, pensadas mais amplamente”, como propõe Pedro Meira Monteiro. *Signo e desterro: Sérgio Buarque de Holanda e a imaginação do Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2015, p. 34.

introdução tornou-se maior do que o tema principal. E então eu tive que apresentar a tese na universidade. Assim, apressei-me a completá-lo [...], procurando onde tinha lido esta ou aquela referência do tema edênico”.¹⁰⁶ Donde Nicodemo bem nota: “muitas das estruturas mentais e sociais que *Visão do Paraíso* procura delimitar poderiam ser associadas ao Barroco”. Enquanto tal, ele é uma *mentalidade* que se manifesta nos *Capítulos* e na obra de 1959 por meio da alegoria – “modalidade de discurso movida pelo *ornatus* [...] que por meio de uma operação metafórica substitui um pensamento por outro semelhante, criando uma relação analógica”.¹⁰⁷ Talvez por salientar menos o Barroco em *Visão do paraíso* e mais as relações deste tema nos dois textos, Nicodemo não chama para o primeiro plano da análise autores espanhóis que possam ter inspirado o argumento de Sérgio Buarque. Opta, com acerto, pela *literatura de emblema* produzida por italianos, parecendo assim atualizar aquele ponto de vista comparativo apontado por Candido; a exemplo de Valeriano, para Sérgio Buarque “o Pierio dos emblematistas”, citado, também, no próprio capítulo homônimo de *Visão do paraíso*, e “que em seus *Hieroglyphica*, de 1556, tenta ampliar e completar as explicações nesse sentido” – sentido Barroco por excelência¹⁰⁸.

Ainda vamos mostrar como, em “Visão do paraíso”, Sérgio Buarque acolhe uma vasta e fundamentada pesquisa sobre o imaginário espanhol a partir, entre outros, do desbravador Cristóvão Colombo: personagem sem muita importância em *Capítulos de literatura colonial*, mas central na obra que resulta da tese de cátedra, na qual inclusive se revela, como um bom genovês, amante desta mesma literatura de emblemas. Por ora cabe notar, ainda nos passos de *Alegoria*, que “diante da necessidade de redigir uma tese para concorrer à cátedra de História da Civilização Brasileira, [Sérgio Buarque] *readaptou os seus planos de escrita e redigiu o livro [Visão do paraíso]*”¹⁰⁹ (grifo nosso). Uma destas readaptações consiste na própria comparação dos imaginários português e espanhol, e num subsequente *deslocamento* da problemática “americana”, então situada no universo “luso-brasileiro”, para a do subcontinente.

¹⁰⁶ Sérgio Buarque de Holanda. “Todo historiador precisa ser um bom escritor (entrevista a Richard Graham)”. In *Encontros: Sérgio Buarque de Holanda* (Renato Martins, org.). Rio de Janeiro, Azougue, 2009. Entrevista originalmente publicada em Richard Graham, “An Interview with Sérgio Buarque de Holanda”. In *The Hispanic American Historical Review*. Duke University Press, v. 62, n. 1, 1982. *Apud* Thiago Lima Nicodemo, *Op. Cit.*, p. 298.

¹⁰⁷ Idem, p. 326.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 330. Ver Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 293.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 331.

1.2. Em torno dos motivos edênicos: a formação e a pesquisa de um mito

Em sua primeira edição, de 1959¹¹⁰, a obra *Visão do paraíso* sequer abrigava uma introdução e conclusão. Sua estrutura resumia-se a doze capítulos, a saber: I - “Experiência e a fantasia”; II - “Terras incógnitas”; III - “Peças e pedras”; IV - “O ‘outro Peru’”; V - “Um mito luso-brasileiro”; VI - “As atenuações plausíveis”; VII - “Paraíso perdido”; VIII - “Visão do paraíso”; IX - “Voltando a Matusalém”; X - “O mundo sem mal”; XI - “*non ibi aestus*”; XII - “América portuguesa e Índias de Castela”. Eram precedidos por uma brevíssima “Nota à primeira edição”, na qual se chamava atenção às principais mudanças em relação ao seu formato de “caráter de tese universitária”: nova distribuição dos capítulos, correções e ampliações do texto. Em entrevista, Sérgio Buarque salienta que as correções não foram tantas assim, pois não conseguiu revê-la como desejava, de modo que ela acabou publicada com “muitos erros”: “Papa Pio II, por exemplo, saiu Pio XII. Tinha tanto erro que era impossível fazer uma errata: ficaria do tamanho do livro. Consegui fazer algumas correções, tirar as partes mais graves, e saiu uma primeira edição”.¹¹¹

A queixa é compreensível. A obra havia sido publicada apenas alguns meses depois da tese por sugestão do então editor de *Visão do paraíso*, José Olympio, que “queria que a primeira edição saísse rápido”¹¹². Se o trabalho acadêmico já contém uma folha de rosto característica de livros comerciais – indício de que a pressa de José Olympio pode ter antecedido um pouco à defesa –, a primeira edição traria não mudanças estruturais, e sim pontuais, do texto da tese. Elas não são acessórias nem devem ser descartadas por estudiosos. O fato é que ganham maior significado se lidas à luz de algumas modificações da edição posterior, publicada dez anos após a primeira (1969)¹¹³. É seu autor, afinal, quem nos dá a pista na entrevista supracitada ao afirmar enfaticamente: “modifiquei muito da primeira para a segunda [edição]. Estive nos Estados Unidos por volta de 1965¹¹⁴, para dar um curso, e nas bibliotecas americanas encontrei um material

¹¹⁰ Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959.

¹¹¹ Sérgio Buarque de Holanda. “Corpo e alma do Brasil”. In *Encontros: Sérgio Buarque de Holanda* (Renato Martins org.). Rio de Janeiro, Azougue, 2009, p. 184-185 (originalmente publicado na *Revista Novos Estudos – CEBRAP*. n. 69, 2004 [1981]).

¹¹² Idem, p. 184.

¹¹³ Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia Editora Nacional / EDUSP, 1969.

¹¹⁴ Em 1965, Sérgio Buarque atua como professor convidado em algumas universidades americanas, entre as quais na Universidade de Indiana e em New York State. Além disso, participa de outras atividades acadêmicas como bancas de doutoramento, palestras e colóquios.

enorme”¹¹⁵. Se neste caso o arranjo dos capítulos segue intacto, uma das modificações consiste num robusto “Prefácio à segunda edição”¹¹⁶, literalmente o único *aclaramento* formal e minucioso sobre a escrita da tese e da obra. “Uma explicação preliminar [que] ajudaria a desfazer enganos de interpretação surgidos desde que [*Visão do paraíso*] foi publicado pela primeira vez”¹¹⁷. Por essa razão, por “publicado pela primeira vez”, entenda-se tanto a primeira edição quanto a própria tese, pois como tentamos mostrar sobretudo no próximo capítulo, o “Prefácio” pode ser entendido *também* como resposta às objeções dos membros da banca do concurso.

De encontro aos seus projetos interrompidos, o “Prefácio” é uma explícita defesa de um *objeto* e de uma *periodização* propriamente histórica, realizada por meio de uma reflexão historiográfica. Se parte da demonstração empreendida na tese se volta às descrições paradisíacas antigas e medievais, “não se quis, com efeito, mostrar o processo de elaboração, ao longo dos séculos, de um mito venerando, *senão na medida em que, com o descobrimento da América, pareceu ele ganhar mais corpo até ir projetar-se no ritmo da história*”¹¹⁸ (grifo nosso). Eis o que de antemão Sérgio Buarque qualifica de “alvo dominante” de seu estudo, que, desse modo, se adequava à periodização e espacialidade contemporânea à época da conquista e colonização do Novo Mundo.

Pela mesma razão, “nem se teve em mira explorar todas as virtualidades dessa espécie de secularização de um tema sobrenatural” que poderiam dar margem “a uma ampla teoria, onde toda a História encontraria sua explicação”¹¹⁹. *Visão do paraíso* não se furta em traçar uma ‘genealogia’ do mito do paraíso terrestre. O roteiro é bem o que segue: as visões edênicas são inauguradas no século IV num poema latino *De aue Phoenixe*, de provável autoria do poeta antigo Lactâncio. Aproximadamente um século depois são consagradas por Santo Isidoro de Sevilha. Resumia-se então na imagem de uma perene primavera e invariável temperança do ar, que prevaleceria circunscrita por um horto sagrado e desta forma “alcançara, sem sofrer mudança, notável longevidade”. Mas ela assume a função de salientar que “dessa espécie de ilusão original [...] haveriam de partilhar indiferentemente os povoadores de toda a nossa América hispânica, lusitanos, não menos do que castelhanos”. E, sobretudo, de preparar o leitor para

¹¹⁵ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 185.

¹¹⁶ Sérgio Buarque de Holanda. “Prefácio à segunda edição”. In *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

¹¹⁷ Idem, p. 12.

¹¹⁸ Ibidem, p. 11 e 12.

¹¹⁹ Ibidem, p. 12.

compreender aquilo que estamos entendendo por objetivo central da obra, anunciado no “Prefácio” precisamente nesse contexto:

devo salientar que este livro tem ambições menos especulativas e pretensões mais comedidas. O que nele se tencionou mostrar é até onde, em torno da imagem do Éden, tal como se achou difundida na era dos descobrimentos marítimos, se podem organizar num esquema altamente fecundo muitos dos fatores que presidiram a ocupação pelo europeu do Novo Mundo, mas em particular da América Hispânica, e ainda assim enquanto abrangessem e de certa forma explicassem o nosso passado brasileiro. Em tais condições bem poderia servir estudo semelhante como introdução à abordagem de alguns fundamentos remotos da própria História do Brasil, e de outro – em que não se tocou nestas páginas – como contribuição para a boa inteligência de aspectos de nossa formação nacional ainda atuantes nos dias de hoje¹²⁰.

Conciliar “alguns fundamentos remotos da própria História do Brasil, e de outro – em que não se tocou nestas páginas – como contribuição para a boa inteligência de aspectos de nossa formação nacional ainda atuantes nos dias de hoje”: boa parte do que, *fora de Visão do paraíso*, Sérgio Buarque busca empreender, a exemplo da leva expressiva de suas atividades na Escola de Sociologia e Política e na Universidade de São Paulo, como ainda veremos. Mas no “Prefácio” e na obra ele se esquivava ao optar predominantemente pelos “fundamentos remotos” da história. E, com efeito, tomar relativa distância do gênero ensaio. Se a reflexão sobre este gênero é extensa, cabe apontar o que estamos entendendo por tal. Antes de tudo, a reflexão ensaística materializada em *Raízes do Brasil* (desnecessário insistir que o autor dela se esquivava com insistência especialmente a partir da década de 1940 em diante)¹²¹. Assim, toma considerável distância de uma concepção de ensaio latino-americano que, não obstante a sua complexidade, pode ser sumariada na problemática americanista de uma *ciudad*

¹²⁰ Ibidem, p. 12.

¹²¹ Lembre-se por exemplo da entrevista “A democracia é difícil”, na qual o entrevistador afirma: “Uma das críticas que se fazem, não somente ao historiador mas ao intelectual brasileiro em geral, é a de que ele tem a obsessão de ultrapassar rapidamente a realidade empírica e partir para a ensaística ou interpretação teórica, sem bases sólidas”. E Sérgio Buarque, de imediato, responde: “Concordo integralmente, e é por isso que eu jamais escreveria de novo *Raízes do Brasil*. Principalmente porque o livro ficou no nível do ensaio. Não sou contra a ensaística ou a interpretação, mesmo hoje. Mas a pesquisa deve ser rigorosa e exaustiva. Senão, o resultado são apenas elucubrações, às vezes brilhantes, mas desvinculadas da realidade”. A entrevista data de 1976, mas parece válida para iluminar a reflexão do entrevistado à época do prefácio publicado sete anos antes. Sérgio Buarque de Holanda. “A democracia é difícil”. In *Encontros: Sérgio Buarque de Holanda* (Renato Martins, org.). Rio de Janeiro, Azougue, 2009 (originalmente publicada em *Revista Veja*. 28.01.1976).

letrada, proposta por Ángel Rama.¹²² Alçada pelo “orgulho profissional letrado” de “literaturas nacionais” e do “ensaísmo” da viragem de século XIX para o XX, resume-se num *projeto explicativo* e/ou num *discurso sobre a formação* de nacionalidades na órbita do subcontinente¹²³. Algumas destas reflexões aliás têm ressonância no pensamento de Sérgio Buarque entre 1920 e 30, senão depois: *Ariel*, de José Enrique Rodó e *Democracias latinas de América*, de Francisco García Calderón, para ficarmos em exemplos expressivos¹²⁴. Talvez a imagem que mais tenha seduzido o autor, típica da geração arielista da primeira década do século passado, consiste na oposição entre uma “outra América” como palco da fantasia intelectual a de um “nocivo pragmatismo” do “grande irmão do Norte”¹²⁵.

Pode-se argumentar, com razão, que algo da reflexão ensaística de Sérgio Buarque acolhe parte considerável da sua iniciativa em comparar as duas Américas. Em *Trincheira, palco e letras*, por exemplo, Antonio Arnoni Prado enfrenta esta fase particular da trajetória do autor, salientando com vigor como ela poderia ser traduzida justamente por esse desvelo. Ao mesmo tempo mostra como tais interesses, à diferença de *Visão do paraíso*, harmonizam de forma específica aqueles “fundamentos remotos” com os “aspectos de nossa formação ainda atuantes nos dias de hoje”: a comparação está a serviço menos da necessidade de especialização do que da paradoxal autonomia intelectual do Brasil e do continente, entendida nos termos de uma *problemática da originalidade* da criação literária. É precisamente a mescla diluída entre o ontem e o hoje que leva nosso autor perceber, por um lado, a obra de escritores situados na América hispânica, como o poema *Araucana* (1569), do espanhol Ercilla y Zuniga, como que dotada de um princípio de originalidade; *sobretudo* se comparada às expressões literárias do “colonizador português que, mais prático que o espanhol, ‘não teve’, segundo ele, ‘uma impressão tão sutil da natureza do Novo Mundo’, fato agravado pela circunstância de que as tribos selvagens que então habitavam o Brasil ‘não podiam inspirar aos dominadores, em geral incultos e rudes, senão desprezo e

¹²² Ángel Rama. *La ciudad letrada*. Montevideo, Arca, 1998.

¹²³ Idem. Ver especialmente os capítulos IV, “La ciudad modernizada” e V, “La polis se politiza”.

¹²⁴ Ver, por exemplo, dois artigos que serão discutidos mais a frente: Sérgio Buarque de Holanda. “Originalidade literária”. In Antonio Arnoni Prado (org.). *O espírito e a letra*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996 (originalmente publicado em *Correio Paulistano*. 22.04.1920); e Sérgio Buarque de Holanda. “Ariel”. In Idem (originalmente publicado em *Revista do Brasil*. 01.05.1920).

¹²⁵ Ver Pedro Meira Monteiro. “As raízes do Brasil no espelho do próspero”. In *Novos estudos – Cebrap*. n. 83, 2009. Sobre a geração arielista, ver Luis Alberto Sánchez. “Prólogo”. In Francisco García Calderón. *Democracias latinas de América & La creacion de un continente*. Venezuela, Biblioteca Ayacucho, 1987.

ódio”¹²⁶.

Portanto, se “sua crítica se constitui num dos primeiros sintomas de consciência da modernidade”, cabe notar que é uma modernidade ligada à questão do *americanismo*, na qual se verifica o “primeiro esboço para as análises [...] sobre a função do passado enquanto referência para entender a cultura brasileira”¹²⁷. Um sentido de modernidade que conflui a uma “busca da expressão livre” que estaria submersa por um entorpecente passado. É como se esta luta reivindicasse algo muito próximo da liberdade imaginativa requerida pelas expressões literárias situadas na América hispânica, que se fazia ainda atuante nas primeiras décadas do século XX. Com relação ao caso brasileiro, a rude “atenuação do substrato mitológico” passado *explica* a presente atenuação do substrato intelectual: a originalidade fora desde cedo trocada por uma “realidade concreta e bem menos excitante”, interessada em trazer, seja para o cenário americano quinhentista, seja para o americanismo do novecentos, a conservação de uma “pátria ancestral, saudosa e distante”¹²⁸.

Quatro artigos iniciais de Sérgio Buarque, publicados entre abril e junho de 1920, já revelam um projeto de comparação das Américas portuguesa e espanhola ligado a uma questão comum: o arielismo. As origens da expressão remontam a Ariel, personagem shakespeariano de *A tempestade*, de 1610 e 1611. Como sugere Bernardo Ricúpero, só no final do século XVIII, por intermédio do romantismo, esta obra passa a ser identificada pela crítica com o Novo Mundo¹²⁹. No século seguinte, a imagem de Ariel, tal como elaborada, entre outros, pelo poeta nicaraguense Rubén Dario, o crítico francês Paul Groussac e, um pouco depois, o escritor uruguaio José Enrique Rodó, será acatada por Sérgio Buarque: um marcador de diferença da parte do globo que se afirma paulatinamente como “América Latina” em razão do impacto da Guerra Hispano-Americana de 1898 e de uma subsequente inflexão da política externa norte-americana em relação a ela¹³⁰. De um lado ‘latinos’ são identificados com um espiritualismo desinteressado (Ariel) que contrasta e/ou se concilia (sem se anular) com o utilitarismo materialista de anglo-saxões (Caliban, outro personagem do escritor inglês). De modo

¹²⁶ Antonio Arnoni Prado. *Trincheira, palco e letras: crítica, literatura e utopia no Brasil*. São Paulo, Cosac & Naify, 2004, p. 264.

¹²⁷ Idem, p. 263.

¹²⁸ Antonio Arnoni Prado. *Dois letrados e o Brasil nação*. São Paulo, Ed. 34, 2015, p. 265 a 275.

¹²⁹ Ver Bernardo Ricúpero. “A tempestade e a América”. *Lua Nova*, n. 93, 2014, p. 14; e _____. “Ariel na América: viagens de uma ideia”. In *Interseções*. v. 18, n. 2, 2016.

¹³⁰ Ver entre outros: Enrique Ayala Mora e Eduardo Posada Carbó (orgs.). *Historia general de América Latina VII. Los proyectos nacionales latinoamericanos: sus instrumentos y articulaciones, 1870-1930*. Paris, Madri / Unesco Trotta, 2008.

que a imagem arielista é vista por Sérgio Buarque como uma saída à falta de originalidade literária que, para ele, assolava a literatura nacional.

Tal imagem o leva a comparar não só a literatura colonial, mas a literatura nacional do Brasil com os demais países da América Latina. Em “Originalidade literária”¹³¹, publicado no *Correio Paulistano* em 22 de abril de 1920, *Araucana* tem “claros vestígios” de americanismo arielista. Para contrapor a imaginação aguçada do poema épico do espanhol Alonso de Ercilla, “Originalidade” se volta ao Brasil, “onde o espetáculo divergiu bastante”: “Afora as narrações áridas e ingênuas dos cronistas, não tivemos nenhum poema ou epopeia dignos desse nome”. *A prosopopeia*, de Bento Teixeira, “é uma obra de pouco valor”; o *Caramuru*, de José de Santa Rita Durão, e *Uruguai*, de Basílio da Gama, “pecam pela inexatidão com que são pintados os caracteres étnicos de nossos selvagens e, principalmente, pela adulteração com que são pintados os fatos históricos”¹³².

“Ariel”, publicado na *Revista do Brasil* menos de duas semanas depois (primeiro de maio de 1920), insiste predominantemente em caracterizar os termos do personagem shakespeariano. “Santos Chocano” e “Vargas Villa”, publicados respectivamente no *Correio Paulistano* e em *A cigarra* em primeiro e quatro de junho de 1920, salientam, com mais precisão, que o arielismo, para o autor, enfim já estava sendo praticado pela “renovação literária” iniciada em algumas nações hispânicas e a qual seu país deveria se integrar. Quanto ao escritor colombiano que nomeia um deles, as palavras são enfáticas: “Vargas Vila [...] conseguiu um lugar de destaque fora do torvelinho dos imitadores de toda a casta, que formigou em algumas chamadas classes intelectuais da maioria das nações latino-americanas”¹³³. Em relação ao intelectual peruano, objeto de reflexão do artigo homônimo, não se deixa por menos: “Santos Chocano é um dos mais notáveis temperamentos artísticos deste continente”.¹³⁴ Lidos conjuntamente, os quatro artigos passam a impressão de que a reflexão de Sérgio Buarque mais parece a de um membro converso da geração arielista (também conhecida por “geração de 900” e “geração de 1898”): amalgamada sobretudo por *Ariel*, de José Enrique Rodó, seus adeptos incluem intelectuais tidos em alta conta pelo estreante crítico brasileiro: Francisco Garcia

¹³¹ Sérgio Buarque de Holanda. “Originalidade literária”. In Antonio Arnoni Prado (org.). *O espírito e a letra*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996 (originalmente publicado em *Correio Paulistano*. 22.04.1920).

¹³² Idem, p. 35 a 41.

¹³³ Sérgio Buarque de Holanda. “Vargas Vila”. In Idem (originalmente publicado em *Correio Paulistano*. 04.06.1920), p. 48.

¹³⁴ Sérgio Buarque de Holanda. “Santos Chocano”. In Ibidem (originalmente publicado em *A Cigarra*. 01.06.1920), p. 55.

Calderón e seu irmão Ventura, Víctor Andrés Belaunde, José de la Riva Agüero e José Gálvez¹³⁵.

Os artigos seguintes, contudo, abrandam a inquietação arielista de Sérgio Buarque, e com ela a comparação entre as Américas portuguesa e espanhola de “ontem” e de “hoje”. Como pondera Ricardo Gaiotto, após “Santos Chocano” sobressai um crítico preocupado com a questão do futurismo, sobretudo o futurismo paulista, empenho muito marcado por seu convívio com Mário de Andrade, que chega a conhecer no ano seguinte (1921): “Talvez o jovem Sérgio Buarque tenha encontrado no poeta [Mário de Andrade] um amigo com quem pudesse compartilhar o princípio de liberdade que levantara como estandarte em seus textos jornalísticos anteriores”. Porém, “um pouco já distante, pelo menos é o que evidenciam seus artigos, às ideias do Arielismo de Rodó [...] convocando a juventude se sobrepuseram a de um futurista como Pratella, mencionado em ‘O futurismo paulista’”¹³⁶.

O relativo esfriamento do arielismo levanta um problema subjacente ao recurso à comparação na trajetória reflexiva de Sérgio Buarque: a sua concretude imanente, ao lado de uma suposta interpretação transcendente. Se de fato, como sustenta Pedro Meira Monteiro, a promessa condensada no personagem shakespeariano ressurge mais de uma década depois em *Raízes do Brasil*¹³⁷, isso não impede de pensá-la como algo diverso da ocasião do estudo comparado de *Visão do paraíso*. Mais ainda, como paradigma que, tal como seu projeto sociológico-ensaístico intitulado *Teoria da América*, foi em grande parte interrompido, deixando de ser um prognóstico interpretativo que iluminaria toda a subsequente reflexão do autor. É nesse sentido que a comparação, de forma geral, e particularmente em *Visão do paraíso*, podem ser pensadas na historicidade própria das circunstâncias nas quais são produzidas, e não como resultante de um amadurecimento ‘evolucionista’ da carreira do autor¹³⁸.

¹³⁵ Sobre a geração arielista, ver além das outras referências que amparam esta discussão: Arturo Ardao. *Rodó: su americanismo*. Montevideo, Biblioteca de Marcha, 1970; Gordon Brotherston. “Arielismo and Antrophagy: the Tempest and Latin America”. In: Peter Hume e William Sheerman (orgs.). *The Tempest and its travels*. London, Reakton Books Ltd, 2000; Luis Rebaza Soraluz. “El espectro de Calibán recorre la Hispanoamérica del Fin de Siglo”. *Revista de critica literaria latinoamericana*, v. 30, n. 59, 2004; Carlos Jáuregui. “Calibán ícono del 98: propósito de un artículo de Rubén Darío”. *Revista Iberoamericana*. v. 64, n. 184-185, 1998.

¹³⁶ Ricardo Gaiotto de Moraes. *Críticas cruzadas: Mario de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda*. Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Tese de Doutorado), 2014, p. 40.

¹³⁷ Ver Pedro Meira Monteiro. *Op. Cit.*.

¹³⁸ Sobre a interrupção de *Teoria da América*, ver Evaldo Cabral de Mello. “Posfácio: Raízes do Brasil e depois”. In Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995; e mais

Até porque Sérgio Buarque, ao mesmo tempo, toma igual distância do que, aproximadamente entre 1920 e 1950, caracterizou-se de “ensaística de explicação do caso brasileiro”, isto é, a análise por meio de “linhas evolutivas mais ou menos contínuas a que se costuma dar o nome de *formação*”¹³⁹. Lembremos como, por meio da obra *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque foi um dos principais expoentes desta vertente que tinha como ponto de partida e chegada a noção “a um só tempo descritiva e normativa” de *formação*, voltada ao “propósito coletivo de dotar o meio gelatinoso de uma ossatura moderna que lhe sustentasse a evolução”¹⁴⁰. *Raízes do Brasil* dividia espaço igualmente com autores cujas obras acolhiam, em muitos casos, a noção de *formação* até no título: *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior; *Formação da literatura brasileira* (1959), de Antonio Candido; *Formação econômica do Brasil* (1959), de Celso Furtado. Apesar das diferenças entre elas, inclusive do ponto geracional, pois algumas foram publicadas na própria década de 1950¹⁴¹, todas preservam um ponto em comum, salientado por Maria Arminda do Nascimento Arruda: “O problema da formação, como questão decisiva de ordem intelectual, fundamentou o florescimento de uma cultura enraizada, na medida em que conferiu organicidade à sociedade brasileira, estabelecendo o lastro para a expressão da intelectualidade nativa”¹⁴².

Como salienta Antonio Candido, impossível não correlacionar o ensaio ao modernismo brasileiro e a uma periodização “catalizadora”, o decênio de 1930, no qual se atesta um “movimento de unificação cultural, projetando na escala da nação fatos que antes ocorriam no âmbito das regiões”.¹⁴³ Nesta época, por assim dizer, “o pensamento brasileiro se exprime, ainda aí, no terreno predileto e sincrético do ensaio não-

recentemente, Ronaldo Vainfas. “O imbróglio de *Raízes*: notas sobre a fortuna crítica da obra de Sérgio Buarque de Holanda”. In *Revista Brasileira de História*. v. 36, n. 73, 2016.

¹³⁹ Otilia Beatriz Fiori Arantes e Paulo Eduardo Arantes. *Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. São Paulo, Paz e Terra, 1997, p. 11.

¹⁴⁰ Idem, p. 12.

¹⁴¹ Não buscamos afirmar que tais autores ocupam papel semelhante nas reflexões sobre a formação do Brasil. Sabe-se das disparidades entre, por um lado, trabalhos como os de Caio Prado Júnior, e, por outro, de Antonio Candido e de Celso Furtado (sabe-se, por sua vez, as disparidades em entre esses). Aqui, contudo, destacamos as suas semelhanças. Um artigo importante que percorre as dessemelhanças entre os autores é Sérgio Alcides. “O momentâneo na ‘Formação’”. In *O Eixo e a Roda*, v. 20, n. 1, 2011, que investiga a especificidade da questão da *formação* em Antonio Candido, ao fazer uma análise sobre a questão dos “momentos decisivos” em *Formação da literatura brasileira*.

¹⁴² Maria Arminda do Nascimento Arruda. “Moderna cultura Latino-Americana”. In *Revista de Ciências Sociais: política e trabalho*. n. 39, 2013, p. 169.

¹⁴³ Antonio Candido. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo, Ática, p. 181 e 182.

especializado de assunto histórico-social”.¹⁴⁴

Se os ensaios de interpretação histórica das primeiras décadas do século XX tiveram que abrir um caminho original para criar as próprias condições de sua existência, esse universo depara-se à época com “privações” de toda ordem¹⁴⁵. Não cabe aqui explorá-las por todos os ângulos; bastaria lembrar que nos anos 1950 o paradigma explicativo não foi inteiramente eclipsado, mas optou menos em formular questões sobre a “identidade brasileira”, e mais acerca das relações entre estado, democracia e sociedade¹⁴⁶. Ainda assim não é possível descartar, nos termos de Maria Arminda do Nascimento Arruda, “a perda de vigor da matriz formativa, cuja debilidade a incapacitaria para orientar a reflexão [...] por não dar conta do presente momento da sociedade brasileira”.¹⁴⁷ Em *Visão do paraíso*, esta perda não se confunde nem a uma prática antagônica, nem semelhante, da escrita de *Raízes do Brasil* (optar exclusivamente por um dos casos implicaria simplificar bastante as coisas). A exemplo do que argumenta Dalton Sanches, para quem os dispositivos *figurativos* que auxiliam à caracterização do gênero ensaístico na primeira edição de *Raízes do Brasil* não diminuem nas edições posteriores da obra, podendo ser ainda encontrados em *Visão do paraíso*.¹⁴⁸

Trata-se mais propriamente de uma reviravolta das condições de produção das ideias no Brasil delimitada por Henrique Estrada Rodrigues no artigo “O conceito de formação na historiografia brasileira”.¹⁴⁹ Para o autor, em *Visão do paraíso*, enquanto obra representativa deste momento, “a categoria de formação refluí como chave explicativa e narrativa em suas pesquisas historiográficas”.¹⁵⁰ Um refluxo, convém insistir, no qual a

¹⁴⁴ Antonio Candido. “VI. Literatura e cultura de 1900 a 1945”. In *Literatura e sociedade*. São Paulo, Publifolha, 2000, p. 114.

¹⁴⁵ Ver o clássico estudo de Theodor Adorno “O ensaio como forma”, no qual as restrições e censuras ao ensaio são em grande parte realizadas pelas regras de institucionalização de uma “ciência organizada”: “[A] finalidade [do ensaio] com a experiência espiritual aberta [...] tem de pagar com aquela falta de segurança que a norma do pensamento institucionalizado teme”. Theodor Adorno. “O ensaio como forma”. In Gabriel Cohn (org.). *Theodor Adorno: sociologia*. São Paulo, Ática, 1986, p. 167 a 172 (a primeira edição é de 1954).

¹⁴⁶ André Botelho. “Uma sociedade em movimento e sua *intelligentsia*: apresentação”. In André Botelho, Elide Rugai Bastos e Gláucia Villas Boas (orgs.). *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro. Topbooks, 2008.

¹⁴⁷ Maria Arminda do Nascimento Arruda. “O conceito de formação em tempos críticos: esboço de reflexão”. (no prelo). Agradeço a autora pela concessão do texto.

¹⁴⁸ Ver Dalton Sanches. *Entre “formas hesitantes e bastardas”: ensaísmo, modernismo e escrita da história em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Mariana, Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto (Dissertação de mestrado), 2013.

¹⁴⁹ Henrique Estrada Rodrigues. “O conceito de ‘formação’ na historiografia brasileira”. In Bruno Franco Medeiros et. al (orgs.). *Teoria e historiografia: debates contemporâneos*. Jundiaí, Paco Editorial, 2015.

¹⁵⁰ Idem, p. 272.

categoria não é descartada, mas recolocada em novas bases. Se antes havia a preocupação pela formação do Brasil, agora sobressai um desvelo mais circunscrito em torno do imaginário do *descobrimento* e *colonização* da América do Sul¹⁵¹. Esta supõe “narrar essa história a partir de uma forma simbólica específica”¹⁵²: a ideia de imaginários paradisíacos comumente expressa no termo “motivos edênicos”.

A palavra *formação* aparece duas vezes no “Prefácio à segunda edição”: na primeira, para designar a “formação dos motivos edênicos”, esta não podendo ser plenamente compreendida sem a avaliação de “seus reflexos no descobrimento, conquista e exploração dos mundos novos”.¹⁵³ Na outra, justamente para salientar o que o autor procurou se afastar ao longo da obra: os “aspectos de nossa formação nacional ainda atuantes nos dias de hoje” (como aliás notamos). Os vínculos entre a “formação” do mito e seus “reflexos” numa periodização específica são reivindicados justamente ao discutir uma das questões mais caras às transformações por que passa a obra: a justificativa da organização e dos objetivos de cada capítulo. A “formação dos motivos”, assim, poderia ser encontrada sobretudo em dois capítulos da obra: o sétimo e o oitavo, respectivamente intitulados “Paraíso perdido” e “Visão do paraíso”, os mesmos que acolhem parte significativa da pesquisa de *Capítulos de literatura colonial*, e que mais se voltam, para o autor, à reflexão sobre o mito paradisíaco anterior à colonização do Novo Mundo. Eles já existem na tese (apesar de “Visão do paraíso” então se chamar “Mundo velho e Novo Mundo”), mas para o autor eles deveriam estar entre os primeiros para adaptarem-se a um “critério mais racional” da “matéria” do livro no qual o argumento sobre a “formação” precedesse os “reflexos”, intercalando-se a estes¹⁵⁴.

Convencido da incapacidade de realocá-los como gostaria – algo “que estaria hoje acima de minha capacidade”¹⁵⁵ –, o desejo contudo esclarece um ângulo importante do argumento de *Visão do paraíso*: a pesquisa sobre a Antiguidade e a Idade Média viria antes dos capítulos sobre o Novo Mundo, cumprindo em parte a função de introduzi-los.

¹⁵¹ O termo América do Sul foi uma escolha convincente para o enfoque espacial da pesquisa, pois é repetidas vezes mencionado ao longo da obra. Talvez seja mais apropriado do que América Latina, que também aparece, mas de forma geral designa, com mais frequência, uma realidade em grande parte inaugurada pelas independências na América. Ver Gregorio Weinberg y Germán Carrera Damas. “Sobre la significación histórica de América Latina”. In Estevão de Resende Martins e Héctor Pérez Brignoli (orgs.). *Teoría y metodología en la historia de América Latina*. Espanha, Ediciones Unesco / Editorial Trotta, 2006.

¹⁵² Henrique Estrada Rodrigues. *Op. Cit.*, p. 264.

¹⁵³ Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 11.

¹⁵⁴ Idem, p. 11.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 11.

Mesmo Sérgio Buarque não os realocando como gostaria, é possível notar a estreita relação entre a “formação” e os “reflexos” ao longo dos capítulos da obra. “Além de importar em refazer-se praticamente toda a obra”, nas palavras do autor, [...] “semelhante solução teria o inconveniente de deixar relegado a um segundo plano *aquilo que pretende ser o alvo dominante do presente estudo*”¹⁵⁶ (grifo nosso). Realocar os capítulos, portanto, passaria a impressão de que *Visão do paraíso* pudesse contemplar uma periodização demasiadamente vasta para as bases empíricas de um estudo especializado. Tanto que *formação*, palavra recorrente na obra, aparecendo aproximadamente uma dezena de vezes ao longo dos capítulos, é utilizada somente em um caso para caracterizar a “formação do esquema” na Antiguidade e na Idade Média; não por acaso, em “Paraíso perdido”, no qual se busca fazer uma genealogia do mito: “Não parece difícil traçar a longa genealogia desses motivos, que claramente se vão enlaçar na inspiração dos primeiros poetas teólogos, depurada e enriquecida ao longo de toda a Idade Média”¹⁵⁷. Esse é um dos momentos em que Isidoro de Sevilha cumpre rigorosamente a função de “ponte” entre aqueles dois períodos que antecedem a descoberta da América para a estruturação do mito paradisíaco.

Em todos os outros capítulos, porém, a palavra designa uma realidade assentada no subcontinente. No capítulo “Experiência e fantasia”, fala-se em “formação dos chamados mitos da conquista”¹⁵⁸; em “Terras incógnitas”, alude-se ao fato de que “em comum os dois mitos [o “Príncipe Dourado” e “As amazonas”, variações concomitantes à mitologia paradisíaca imaginada na América hispânica] está exatamente essa extraordinária mobilidade que revelaram, ao menos em sua fase de formação”¹⁵⁹; em “Peças e pedras”, chama-se atenção para “essa ideia da formação da ‘alagoa grande’ [mito da Ilha Brasil] em virtude do acúmulo das águas coalhadas de detritos de preciosos metais e gemas originadas do alto das cordilheiras”¹⁶⁰; em “Um mito luso-brasileiro”, discute-se a “formação de toda uma brilhante hagiografia [do caminho de Peabiru]”¹⁶¹; no último capítulo da obra, “América portuguesa e Índias de Castela”, Sérgio Buarque interroga: “desta excursão já demorada à volta dos mitos geográficos difundidos na era dos grandes descobrimentos marítimos, tirarem-se conclusões válidas para um relance sobre a formação brasileira, especialmente durante o período

¹⁵⁶ Ibidem, p. 11.

¹⁵⁷ Ibidem, p. 265.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 43.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 77.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 113.

¹⁶¹ Ibidem, p. 199.

colonial?”.¹⁶²

Se percorrer os usos e abusos da palavra *formação* não seria a única forma de enfrentar o assunto, ela permite demonstrar um requerimento em jogo: *Visão do paraíso* fruto de um estudo particular, não de síntese explicativa. De fato, e talvez a contragosto do autor, a obra não abandona por completo um gênero tão impreciso quanto indomável de escrita como o ensaio, mas o acolhe e o negocia com a promessa de que, a rigor, ele estaria a serviço de um “alvo dominante” – um *objetivo central*. É nesse sentido que ele aqui interessa. Como um percurso no qual a reivindicação favorável a uma periodização peculiar vai se revelando, ao mesmo tempo, a inquirição acerca de um problema a ser percorrido no *passado*, não “nos dias de hoje”. De modo que, ao tratar o mito como história, Sérgio Buarque acaba por atender a um princípio de modernidade historiográfica que o faz tratar a história como mito. É como se restringir o papel da problemática da *formação* ao “ritmo” pouco sincopado do descobrimento da América, “a história”, nas palavras de Certeau, “tomou o lugar dos *mitos ‘primitivos’* ou das *teologias antigas* desde que a civilização ocidental deixou de ser religiosa e que, de maneira política, social e científica, ela se definiu por uma práxis que envolve, igualmente, suas relações consigo mesmas e com outras sociedades”¹⁶³.

O refluxo presente em *Visão do paraíso*, ainda nos passos de Rodrigues, pode ser explicado também por conta da gradativa profissionalização da pesquisa historiográfica nas universidades: “não seria [...] [a] profissionalização a responsável por uma nova sensibilidade historiadora, cada vez mais avessa a elaborações narrativas com acentos normativos ou ensaísticos?”.¹⁶⁴ Este mesmo contexto, salienta Robert Wegner, leva “Sérgio Buarque [a] percebe[r] que o próprio exercício de interpretação ensaística, tal como fez em *Raízes do Brasil*, passava a ser visto com certa desconfiança por uma geração a caminho do pensamento social institucionalizado”.¹⁶⁵

Deixemos as instituições para os próximos capítulos. Interessa sublinhar que, ante aos “novos rumos”, a *saída* apontada no “Prefácio” é, num certo sentido, *inédita* ao escopo de reflexões desenvolvidas por Sérgio Buarque. Pois não há, nos projetos interrompidos, o mesmo empenho em tratar o mito como história, tão pouco a história como mito; ou pelo menos não há na forma em que foram engavetados e/ou publicados.

¹⁶² Ibidem, p. 443.

¹⁶³ Michel de Certeau. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2008, p. 55.

¹⁶⁴ Henrique Estrada Rodrigues. *Op. Cit.*, p. 273.

¹⁶⁵ Robert Wegner. “Latas de leite em pó e garrafas de uísque”. In Pedro Meira Monteiro; João Kennedy Eugênio (orgs). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas / Rio de Janeiro. Editora da Unicamp / Ed. UERJ. 2008.

Tratam-se, sem dúvida, de estudos preocupados com períodos e gêneros literários específicos, mas neles a ambiguidade fronteira entre a crítica e a história é ainda maior do que em *Visão do paraíso* (embora neste, é claro, a ambiguidade persista). A dissonância com aqueles projetos permite afirmar que a obra de 1959 deve ser vista não exclusivamente como o coroamento de um longo e planejado projeto desenvolvido pelo autor no momento tido como o mais significativo de sua carreira como historiador, por assim dizer. Ela é ao mesmo tempo um projeto tão *repentino* como *tardio*. Por um lado, lembra Thiago Lima Nicodemo, “não surpreende que a obra tenha sido originalmente concebida como introdução à *Era do Barroco no Brasil*”; por outro, “tendo em conta que *Capítulos de Literatura Colonial* conta como padrões estéticos e ideias europeias foram adaptadas no novo território”, *Visão do Paraíso* “pode ser entendido como a *verticalização de um caso específico* – o da gênese da tópica edênica, dos primeiros anos da colonização à sua fixação como símbolo no imaginário americano”¹⁶⁶ (grifo nosso). Esta *ocasião* é melhor ilustrada a partir de uma suposição adjacente: a comparação entre as duas Américas se apresenta na condição de um acordo metodológico entre a problemática do ensaio não-especializado e a delimitação de um tema de investigação, por meio do qual, como agora veremos, Sérgio Buarque busca desenvolver a conceitualização de uma realidade propriamente histórica.

1.3. Objetivos e hipóteses de uma obra

*O diabo e a Terra de Santa Cruz*¹⁶⁷, de Laura de Mello e Souza, originalmente fruto de sua tese de doutorado¹⁶⁸, fornece alguns elementos à hipótese de que o “alvo dominante” de *Visão do paraíso* não trata exatamente de um estudo generalizado sobre a capacidade dos colonizadores portugueses, ou mesmo ibéricos, de mitificar a descoberta. E sim de um estudo cujo objetivo consiste no estudo comparado do imaginário destes povos, amparado pela hipótese segundo a qual os castelhanos, e não os portugueses, é que foram os grandes idealizadores de uma América declaradamente paradisíaca. A obra representa um dos primeiros estudos cuja importância da publicação

¹⁶⁶ Thiago Lima Nicodemo. “Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda”. In *História da Historiografia*. n. 14, 2004, p. 56 e 57.

¹⁶⁷ Laura de Mello e Souza. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

¹⁶⁸ Laura de Mello e Souza. *Sabás e Calundus: feitiçaria, práticas mágicas e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado), 1986.

de Sérgio Buarque na delimitação de suas linhas mestras se faz, de fato, presente¹⁶⁹. Neste caso, a leitura de *Visão do paraíso* foi conjugada com a incorporação, igualmente atenciosa, da mais significativa historiografia francesa das mentalidades, a exemplo de *Magistrats et sorciers en France au XVIIe siècle*, de Robert Mandrou¹⁷⁰ e *La naissance du purgatoire*, de Jacques Le Goff¹⁷¹; da obra de Keith Thomas, *Religion and the decline of magic*¹⁷² sobre a feitiçaria na Inglaterra; e da micro-história italiana, sobretudo através de *O queijo e os vermes*, de Carlo Ginzburg¹⁷³, um de seus principais historiadores. Como salienta Ronaldo Vainfas, *O diabo e a Terra de Santa Cruz* é referência importante de um novo momento na historiografia brasileira de descoberta de novas questões e objetos no período colonial do Brasil: “heranças culturais ibéricas, africanidades, indianidades, hibridismos”. Se estes já haviam recebido atenção pelos “ensaios formativos”, com relação à historiografia brasileira eles constituíam novidade. No melhor dos casos, teriam de ser redescobertos e repensados (algo que, em *O diabo*, a combinação de *Visão do paraíso* com aquelas obras procurou fazer).¹⁷⁴

Desse modo, é possível dizer que *Visão do paraíso* tem papel relevante na formulação dos objetivos centrais da obra, voltada para um estudo das práticas mágico-religiosas nos três primeiros séculos de colonização do Brasil. Na medida em que a população colonial era formada por “procedências várias e credos diversos”, fazendo com que “múltiplas tradições culturais desaguassem na feitiçaria e na religiosidade popular”, para entendê-las seria preciso, primeiramente, remontar ao século XVI, quando visões paradisíacas e infernais se alternavam, de forma ramificada, no imaginário do europeu colonizador: a noção de paraíso terrestre era comumente referida à natureza e ao universo econômico; a de inferno atrelava-se aos “homens, índios,

¹⁶⁹ Ronaldo Vainfas. “Sérgio Buarque de Holanda: historiador das representações mentais”. In Pedro Meira Monteiro; João Kennedy Eugênio (orgs.). *Op. Cit. Visão do paraíso* “teria que aguardar o final dos anos 70, e sobretudo a década de 80, para assumir, de fato, a importância extraordinária que possui por vocação em nossa historiografia. Teria que esperar, penso eu, o *Diabo e a Terra de Santa Cruz*, de Laura de Mello e Souza, em 1986, historiadora que lhe seguiu fielmente os passos...” (p. 554). Como vem mostrado José Adil Blanco de Lima, os passos da obra de Sérgio Buarque foram ao mesmo tempo seguidos pelo livro *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil* (1989), de Vainfas, que também atestou o reconhecimento e utilização de *Visão do paraíso* em sua investigação. José Adil Blanco de Lima. *Op. Cit.*, p. 15.

¹⁷⁰ Robert Mandrou. *Magistrats et sorciers en France au XVIIe siècle*. Paris, Plon, 1969. (Edição citada pela autora).

¹⁷¹ Jacques Le Goff. *La naissance du Purgatoire*. Paris, Gallimard, 1981. (Edição citada pela autora).

¹⁷² Keith Thomas. *Religion and the decline of magic: Studies in Popular Beliefs in Sixteenth and Seventeenth-Century England*. Londres, Widenfeld and Nicolson, 1980. (Edição citada pela autora).

¹⁷³ Carlo Ginzburg. *Le fromage et les vers: l'univers d'un meunier au XVIe siècle*. Paris Gallimard, s. d. (Edição citada pela autora).

¹⁷⁴ Ronaldo Vainfas. *História cultural e historiografia brasileira*. In *História: questões & debates*. n. 50, 2009, p. 231.

negros e logo depois colonos”. Entre estas havia ainda a terceira possibilidade do purgatório¹⁷⁵.

Assim, as visões edênicas fornecem “um grande pano de fundo à compreensão da feitiçaria e das práticas mágicas propriamente ditas”¹⁷⁶, sendo percorridas com veemência, mas não exclusivamente, ao longo do primeiro capítulo de *O diabo*, “O Novo Mundo entre o Céu e o Inferno”, no qual a obra *Visão do paraíso* é referência constante. Ao buscar circunscrever a edenização da natureza do Novo Mundo, por exemplo, a historiadora se apoia nas reflexões de Pero Vaz de Caminha e Frei Vicente do Salvador sobre o assunto, reconhecendo, nelas, mais concretude do que o imaginário desvairado de Cristóvão Colombo. Os dois primeiros, afinal, não chegam a expressar de forma direta a ideia de que o Paraíso ficava no Brasil, apesar de não se afastarem inteiramente desta crença. É como se os dois personagens tivessem uma visão utilitarista do mito, como salienta a autora ao recorrer a *Visão do paraíso*: “a utilidade potencial do achado importava [para Salvador e Caminha] mais do que desvários fantasistas: contraste com Colombo, incapacidade lusa para sonhar, diria Sérgio Buarque de Holanda”¹⁷⁷. Outro exemplo pode ser retirado mais à frente, quando *O diabo*, novamente apoiado em *Visão do paraíso*, chama atenção para a ressalva dos colonizadores portugueses em imaginar o Novo Mundo como palco declarado daqueles sítios edênicos. Sem se desfazer de uma concepção paradisíaca da natureza, a historiadora se refere a um trecho do capítulo “O mundo sem mal”, da obra de 1959, no qual sobressai um “movimento adverso a essa mitificação das terras descobertas”; adversidade, em parte, oriunda à visão depreciativa que os colonizadores portugueses, à diferença dos espanhóis, teriam das populações indígenas situadas no Brasil¹⁷⁸.

Os casos lembrados pela historiadora assumem um sentido específico em sua obra: por um lado, a edenização do Novo Mundo é utilizada para ilustrar a imagem de uma América paradisíaca em termos naturais. Por outro, o movimento adverso à edenização ilustra um percurso no qual ela aproveita para caracterizar uma diabólica humanidade que habita o continente. Não por acaso, ao discutir o que em *O diabo* se qualifica de “Humanidade: predominância da demonização”, a autora mais uma vez recorre àquela “longa história de detração” dos índios durante o primeiro século de colonização da

¹⁷⁵ Laura de Mello e Souza. *Op. Cit.*, p. 16 e 17.

¹⁷⁶ Idem, p. 17.

¹⁷⁷ Idem, p. 37.

¹⁷⁸ Laura de Mello e Souza. *Op. Cit.*, p. 44. Voltaremos ao tema sobre a idealização ou depreciação do índio americano no terceiro capítulo do trabalho.

América portuguesa: “Lembrou Sérgio Buarque de Hollanda que, durante o primeiro século de conquista, os espanhóis que estiveram nas Índias ‘tenderam a ver os índios sob o aspecto, ora de *nobres salvages*, ora de *perros conchinos*’”. Para a autora, “no Brasil, mostraram os documentos que a segunda vertente levou a melhor, os antigos missionários do Brasil aproximando-se mais de um Sepúlveda do que de um Las Casas”¹⁷⁹.

A oposição entre uma natureza paradisíaca e uma humanidade diabólica é fruto de uma leitura original de *O diabo* realizada, também, a partir de *Visão do paraíso*. Nos termos de Sérgio Buarque, aquelas “imagens negativas”, afinal, não culminam numa visão do inferno (que, por isso, não opera enquanto elemento de oposição dicotômica à mitologia edênica, não se transformando num tema enfrentado na obra)¹⁸⁰. De todo modo, nesta leitura realizada por Laura de Mello e Souza já é possível perceber a proposta comparativa de *Visão do paraíso* dos imaginários ibéricos e, num mesmo passo, a hipótese que de antemão a acompanha: foram os castelhanos, mais do que os lusitanos, os grandes idealizadores de uma América paradisíaca. Inclusive se somarmos *O diabo e a Terra de Santa Cruz* às outras oportunidades nas quais a historiadora discute a obra de 1959. Entre elas, o artigo “Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial”, no qual é sugerido que *Visão do paraíso* “não deixa de ser uma história comparativa, pois há constante referência ao contexto espanhol: diante da riqueza mistificadora dos vizinhos – ‘frondosidades’ – a imaginação portuguesa aparece pobre e rasteira, apegada à experiência, *madre de todas as coisas*, em detrimento da fantasia: imaginação enfastiada de ‘portentos e prodígios’”.¹⁸¹ No posfácio à edição mais recente de *Visão do paraíso*, por sua vez, Mello e Souza, parecendo dar continuidade às suas outras observações, salienta que os objetivos centrais desta obra não estão desvinculados de uma história comparada:

Ao contrário do que possa levar a crer uma leitura apressada, ou do que talvez esteja sugerido no próprio título, *Visão do paraíso* não trata da crença portuguesa, e depois brasileira, de que o Brasil abrigasse o Éden, ou fosse uma terra de maravilha, onde

¹⁷⁹ Idem, p. 63.

¹⁸⁰ Como Sérgio Buarque afirma logo no prefácio: “Quanto às imagens negativas que pôde suscitar o Novo Mundo, [...] não conseguiram cristalizar-se, salvo como opiniões individuais e sem muita força de contágio, em qualquer coisa que merecesse chamar-se um antiparaíso ou, se quiserem, uma visão do inferno, capaz de contrapor-se às inumeráveis visões edênicas que inspiraram as novas terras”. Sérgio Buarque de Hollanda. *Op. Cit.*, p. 32.

¹⁸¹ Laura de Mello e Souza. “Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial”. In *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto, 1998, p. 26.

plantando tudo dá. O argumento de Sérgio é muito mais complexo, sutil e sofisticado. Se o processo colonizador na América acabou suscitando a ideia, bem enraizada no senso comum, de que, graças à natureza privilegiada, obtinha-se riqueza facilmente foi porque, do mito edênico, os portugueses só tomaram o aspecto mais exterior e evidente, incapazes de deixar que lhes fecundasse o pensamento propriamente dito. Sucumbiram ao *realismo pedestre* – juízo recorrente nesta e em outras obras do autor –, sujeitaram a portentosa mitologia milenar a *atenuações plausíveis* que acabaram transformando em versões desbotadas e desenxabidas. Nisto, diferiram dos espanhóis, que, além de criarem mitos próprios, originais, deixaram-se ainda levar pelas “frondosidades” da mitologia edênica e acabaram tendo, na história que lhes coube viver, um poderoso fortificante: as extraordinárias cidades encontradas na Mesoamérica e no altiplano andino, bem como a riqueza imediata das minas de Potosi, descobertas – o que não ocorreria com os portugueses – logo no início da ocupação¹⁸².

Antes mostramos o esforço do “Prefácio à segunda edição” de *Visão do paraíso* em sinalizar, como parte de seus objetivos centrais, o estudo de um esquema mitológico fecundo que “presidiu a ocupação da América hispânica” e que também “ajudasse a explicar o passado brasileiro”; vimos também que tal empreendimento envolve, de forma inevitável, uma negociação tensa com a categoria ensaística de *formação*, que reflui, mas não desaparece, em suas pesquisas historiográficas. Agora cabe complementar que, em seguida, Sérgio Buarque justifica os limites de seu estudo a partir do desenvolvimento daquela complexidade apontada pela historiadora: a noção de “atenuação plausível” e/ou “realismo pedestre”. Para tanto, o “Prefácio” não parte dos imaginários ibéricos, mas uma noção paradisíaca protestante (sobretudo, puritana) experienciada pelos colonizadores anglo-saxões na América do Norte. Ela pode ser definida pela ideia de que o paraíso não estava a ser *descoberto*, mas *construído*. A lembrança de um “céu na terra” é constante para colonizadores cujas “novas colônias copia o ato da Criação: aqueles homens, ao fabricarem igrejas e ao alçarem cruzeiros, lançam com isso as sementes da posteridade de um Adão novo no solo rico de Éden recobrado”. No caso, nada estava pronto. Trata-se mais propriamente de uma regeneração moral, de uma “missão coletiva que se impôs ao povo dos EUA, desde que seus antepassados identificaram a nova terra com o Éden restaurado”¹⁸³.

Sérgio Buarque não descarta a possibilidade de as visões protestantes serem portadoras de visões conflitantes. Parte de sua preocupação, porém, reside em assegurar

¹⁸² Laura de Mello e Souza. “Posfácio”. In Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 545 e 546.

¹⁸³ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 19.

ao leitor a singularidade coesa do mito. Ou seja, uma visão segundo a qual o paraíso, além de não se encontrar terminado, remonta a uma longa tradição proveniente do Velho Testamento e o êxodo do povo Judeu do Egito, quando Israel, guiado por Moisés, peregrina durante quarenta anos no deserto antes de alcançar a terra prometida¹⁸⁴:

[...] os primeiros colonos da América inglesa vinham movidos pelo afã de construir, vencendo o rigor do deserto e selva, uma comunidade abençoada, isenta de opressões religiosas e civis por eles padecidas em sua terra de origem, e onde enfim se realizaria o puro ideal evangélico¹⁸⁵.

Sérgio Buarque, lembremos, afirma que “modificou muito” o texto da segunda edição de *Visão do paraíso* quando esteve nos Estados Unidos nos anos 1960. O próprio “Prefácio” se refere às relações de sua viagem aos EUA e as transformações na referida edição. Elas se articulam à sua estadia como docente da Universidade de Indiana, para a qual dá cursos de história do Brasil e latino-americana a convite do professor James Scobie, podendo assim investigar na The Lilly Library, pertencente à instituição¹⁸⁶. Também incluem a pesquisa na biblioteca da Universidade de Yale, facilitada pelo convite para dar seminários sobre história do Brasil feito pelo “velho e caro amigo” Richard Morse¹⁸⁷. Sem procurar esgotar essas pistas, o que demandaria estudo à parte, é possível supor que a experiência como um todo amplia o interesse e a reflexão do autor pela mitologia anglo-saxã do paraíso terrestre; algo que, mesmo assim, se encontra alocada mais no “Prefácio” do que no resto da obra.

Uma referência central para “a decisiva importância histórica de que se reveste a imagem do Paraíso Terrestre para bem se conhecer a cultura americana e, no caso, especialmente a dos EUA”, por exemplo, é o *Wilderness and Paradise in Christian Thought*, de George Williams, professor de História Eclesiástica da Universidade de Havard. A primeira edição da obra, citada por Sérgio Buarque, é de 1962, evidenciando

¹⁸⁴ Sobre as visões protestantes da mitologia edênica em *Visão do paraíso*, ver: Robert Wegner. “América, alegria dos homens: uma leitura de *Visão do paraíso* e de *Wilderness and paradise in christian thought*”. In, João Cezar de Castro Rocha (org.). *Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia*. Rio de Janeiro, TopBooks, 2003.

¹⁸⁵ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 23.

¹⁸⁶ Ibidem, p. 33. Ver “Carta em inglês de James R. [Soobic], Diretor da Indiana University a Sérgio Buarque convidando-o para que realizasse seminários de história latino-americana naquela universidade e sobre a possibilidade de Sérgio Buarque dar um curso de História do Brasil”. Bloomington, 11.01.1966. In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Hp 182 P78.

¹⁸⁷ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 33. Ver “Carta em inglês de Richard Morse da Yale University a Sérgio Buarque convidando para que visitasse àquela universidade por ocasião de sua viagem aos EUA, onde poderia realizar seminários para estudantes de História do Brasil”. 14.07.1966. In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Cp 272 P10.

que foi incorporada ao texto somente a partir da desta data. Robert Wegner lembra que é a partir em grande parte de Williams que o historiador brasileiro elabora aquela noção de paraíso anglo-saxã¹⁸⁸. *Wilderness and Paradise* é citado somente no prefácio. Tudo leva a crer que não é lembrado durante os capítulos porque neles a própria reflexão sobre as versões protestantes da América diminui de forma considerável. De forma geral, ao menos onze notas (do total de dezesseis) amparam, no “Prefácio”, exclusivamente esta discussão. Elas remetem, entre outros, à intelectuais e historiadores como Henry Nash Smith, Leslie Fiedler, Frederic Carpenter, Henri Baudet e Daniel Boorstin, que são igualmente citados no “Prefácio”, não nos capítulos¹⁸⁹.

Afinal de contas, a problemática alçada pela mitologia anglo-saxã subordina-se em parte ao estudo comparado dos imaginários ibéricos. Por essa razão, logo após à descrição de um paraíso a ser construído, o autor o complementa com a seguinte imagem:

os da América Latina se deixavam atrair pela esperança de achar em suas conquistas um paraíso feito de riqueza mundanal e beatitude celeste, que a eles se oferecia sem reclamar labor maior, mas sim como um dom gratuito. Não há, neste último caso, contradição necessária entre o gosto da pecúnia e a devoção cristã.

Para, em seguida, ressaltar uma diferença do mito pertencente ao último caso:

*As duas variantes podiam admitir, por sua vez, gradações não menos significativas de intensidade, pelas consequências que delas resultassem. [...] Outro tanto parece ocorrer no caso da colonização ibérica, onde a mitologia da conquista, que tão vivaz se manifestava nas Índias de Castela, passava a descolorir-se e definhava, uma vez introduzidas na América portuguesa: o fenômeno que neste livro recebe o nome de “atenuação plausível”. [...] Entende-se, isto sim, que essas “atenuações” e, de modo mais amplo, toda a mitologia da conquista, se prendem sobretudo a contingências históricas onde, em última análise, vão deitar raízes, e que essas contingências podem variar no tempo, mas também no espaço (grifo nosso).*¹⁹⁰

Também neste caso, o problema central e a sua conformação a uma hipótese orienta a explicação dos capítulos da obra. A começar pela própria questão da “atenuação plausível”, para a qual se dedica exclusivamente um capítulo homônimo, ainda que “as

¹⁸⁸ Robert Wegner. *Op. Cit.*

¹⁸⁹ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 471 e 472.

¹⁹⁰ Idem, p. 23.

possíveis razões históricas das atenuações também sejam desenvolvidas em outras partes desta obra”¹⁹¹. Este capítulo não existe na tese, embora seu texto seja parte integrante das porções finais do extinto “Do eldorado à serra de prata”. Por que é separado do resto? Se nossa análise for correta, é possível dizer que ele busca esclarecer aspectos do argumento que talvez não tenham ficado claro desde o texto da tese de 1958. De forma geral, “Do eldorado à serra de prata” acolhe grande parte da pesquisa realizada em torno dos estudos luso-brasileiros sobre o bandeirismo, embora se adicione à história desses primeiros paulistas a comparação com o caso espanhol. Já “As atenuações plausíveis” quase não se volta aos moradores de São Paulo. Nele Sérgio Buarque, de fato, procura discutir os pressupostos da história comparada que aqui se persegue sob uma perspectiva evidentemente mais ampla. A primeira frase, já existente na tese, é uma elucidação da hipótese: “[...] não é menos certo que todo o mundo lendário nascido nas conquistas castelhanas e que suscita os eldorados, amazonas, serras de prata, lagoas mágicas, fontes de juventude, tendem antes a adelgaçar-se [...] desde que penetram na América lusitana”¹⁹². Todo o resto escapa ao papel de uma introdução, mas é, num certo sentido, uma síntese do que também se verifica nos demais capítulos.

A imagem inicial de “As atenuações plausíveis” corresponde a uma serra de prata situada no interior das possessões lusitanas da América que paulatinamente vai perdendo a cor e o brilho. Nos parágrafos seguintes, porém, Sérgio Buarque revisita uma questão enfrentada no primeiro capítulo da obra: o papel cultural e político dos portugueses no Renascimento, ao privilegiar uma “forma mentis” conservadora deste povo ante ao humanismo do século XVI¹⁹³. Não deixa por menos outro assunto, dessa vez tratado em “Terras incógnitas”, segundo capítulo da obra: a relativa ausência, no imaginário português, das Amazonas (mulheres temidas que residiam nas proximidades do paraíso terrestre)¹⁹⁴. Com igual ênfase percorre as relações políticas que, sob o manto da monarquia e da Coroa, é como que uma tradução daquela “forma mentis” eivada no arcaísmo¹⁹⁵. Os exemplos, enfim, são muitos, não cabendo aqui esgotá-los, pois serão discutidos com mais atenção ao longo do trabalho.

Nos termos do “Prefácio”, os demais capítulos da obra são igualmente voltados aos

¹⁹¹ Ibidem, p. 23.

¹⁹² Ibidem, p. 202; e Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Concurso para provimento da Cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (Tese de Cátedra), 1958, p. 147.

¹⁹³ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 207; e Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 151.

¹⁹⁴ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 204; e Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 148.

¹⁹⁵ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 207; e Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 151.

liames da história comparada dos imaginários ibéricos: “Conforme procura se mostrar no capítulo V [“Um mito luso-brasileiro”]”, o único mito que, por exceção, se sabe ter começado a ganhar crédito entre portugueses, e destes se passou para os castelhanos, o de Sumé, o são Tomé americano, notavelmente se enriqueceu e ganhou novas cores ao entrar no Paraguai e depois no Peru”.¹⁹⁶ Já “nos capítulos IX e X da obra, [...] [que] se intitulam, respectivamente, ‘Voltando a Matusalém’ e ‘O Mundo sem Mal’”, são analisados “os topoi de uma visão edênica referidos de modo direto ao Brasil, que [...] se disseminam em escritos procedentes da nossa era colonial, e nem sempre na forma apenas metafórica ou condicionalizada”; ainda assim, adverte o “Prefácio”, “só depois [...] da influência de autores espanhóis é que a sobriedade e o realismo que pareciam distinguir [...] os escritos portugueses, vão dar lugar a efusões mais desvairadas, que bem se podem comparar aos delírios do *siglo de oro* castelhano”¹⁹⁷.

Ao chamar atenção aos capítulos “Visão do paraíso” e “Paraíso perdido”, Sérgio Buarque, além de apontar a comparação em pauta, ressalta a metodologia por meio da qual vai tratá-la:

O tema deste livro é a biografia de uma dessas ideias migratórias, tal como se desenvolveu a partir das origens religiosas ou míticas (capítulos VII e VIII) até vir implantar-se no espaço latino-americano, mormente no Brasil. Para isso foi de grande serventia o recurso à tópica, no sentido que adquiriu esse conceito, tomado à velha retórica, desde as modernas e fecundas pesquisas filológicas de Ernst R. Curtius, onde, conservando-se como princípio heurístico, pôde transcender aos poucos o cunho sistemático e puramente normativo que outrora a distinguia, para fertilizar, por sua vez, os estudos propriamente históricos¹⁹⁸.

Em *Visão do paraíso*, o papel da tópica, isto é, desses “lugares comuns” na sua construção metodológica, é responsável por fornecer o instrumento para Sérgio Buarque tratar os imaginários ibéricos numa perspectiva comparada. É preciso lembrar que os vínculos sempre rentes de nosso autor com os ‘topoi literários’ já foram objeto de algumas reflexões importantes de historiadores, sociólogos e críticos literários. Na apresentação intitulada “Sérgio Buarque de Holanda, historiador”, de Maria Odila da Silva Dias, por exemplo, temos, ao lado da explicação sobre a trajetória intelectual do autor de *Raízes do Brasil*, uma das primeiras notícias desta proximidade, que, como

¹⁹⁶ Idem, p. 23.

¹⁹⁷ Ibidem, p. 27.

¹⁹⁸ Ibidem, p. 24.

salienta a historiadora, tornou-se particularmente profícua em *Visão do paraíso*¹⁹⁹. Já Luiz Costa Lima dedica o artigo “Sérgio Buarque de Holanda: *Visão do paraíso*” inteiramente ao assunto, elucidando ao leitor uma hipótese de sua autoria, que prontamente passa a ter forte importância na fortuna crítica do historiador.

Minha hipótese assim se formula: foi o estudo da tópica por Curtius que serviu de principal ferramenta para que Sérgio Buarque pusesse em movimento e conseguisse um modo de articular sua imensa erudição, convertendo-a em um precioso instrumento interpretativo sobre a forma mentis dos colonizadores ibéricos²⁰⁰.

Posteriormente, Thiago Lima Nicodemo, em *Urdidura do vivido: Visão do paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*, reexamina o papel da tópica na obra de 1959, sublinhando como ela permite a Buarque de Holanda encontrar uma metodologia comum à historiografia e à crítica literária, segundo a qual “a história da literatura não poderia ser encarada como a sucessão cronológica e evolutiva de estilos positivos”.²⁰¹ O interesse sobre papel da tópica em *Visão do paraíso*, afinal de contas, é compreensível: *Literatura europeia e Idade Média latina*, de Ernst R. Curtius²⁰² corresponde à única referência bibliográfica citada por Sérgio Buarque na obra (como nota à passagem supracitada) ao procurar esclarecer o método do qual se emprega:

O tema deste livro é a biografia de uma dessas ideias migratórias, tal como se desenvolveu a partir das origens religiosas ou míticas [...], até vir implantar-se no espaço latino-americano, mormente no Brasil. Para isso foi de grande serventia o uso da tópica, no sentido que adquiriu esse conceito, tomado à velha retórica, desde as modernas e fecundas pesquisas filológicas de E. R. Curtius, onde, conservando-se como princípio heurístico, pôde transcender aos poucos o cunho sistemático e puramente normativo que outrora a distinguia, para fertilizar, por sua vez, os estudos propriamente históricos²⁰³.

Esta parte do capítulo também recorre ao papel de Ernst R. Curtius em *Visão do*

¹⁹⁹ Maria Odila da Silva Dias. “Sérgio Buarque de Holanda, historiador”. In Maria Odila Leite da Silva Dias. (org.). *Sérgio Buarque de Holanda, historiador*. São Paulo, Ática, 1985.

²⁰⁰ Luiz Costa Lima. “Sérgio Buarque de Holanda: *Visão do paraíso*”. In *Revista USP*. n. 53, 2002, p. 46. Um importante indício da importância do artigo sobre os estudiosos da obra de Buarque de Holanda pode ser percebido, por exemplo, na republicação deste texto na importante coletânea de artigos sobre Sérgio Buarque de Holanda: Pedro Meira Monteiro; João Kennedy Eugênio (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, Rio de Janeiro, Ed. da Unicamp e EdUERJ, 2008.

²⁰¹ Thiago Lima Nicodemo. *Urdidura do vivido: Visão do paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*. São Paulo, Edusp, 2008, p. 83.

²⁰² Ernst Robert Curtius. *Literatura Europeia e Idade Média Latina*. São Paulo, Edusp, 2013.

²⁰³ Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 24.

paraíso, porém não exatamente na perspectiva dos trabalhos aqui sublinhados. Se nestes a tópica é tratada como “regularidade discursiva”, as próximas páginas buscam percorrê-la a partir do conceito de *cultura*. Pois na introdução o filólogo alemão é citado de forma isolada, mas ao longo de *Visão do paraíso* ele aparece junto com outras referências que, de uma forma ou de outra, auxiliam-no a estabelecer os alicerces metodológicos de uma História Comparada. É a partir do conceito de cultura e por meio da metodologia da História Comparada, afinal, que, em *Visão do paraíso*, é possível notar um esboço de conceitualização da realidade passada.

Daí a necessidade de situar o papel destes historiadores na conceitualização historiográfica do termo cultura. Tanto a palavra como a comparação da cultura transformou-se nas últimas décadas em práticas banais, usadas em sentidos cada vez mais restritos e pobres, de modo que, atualmente, podem não caracterizar nada muito preciso²⁰⁴. É preciso, então, optar por um caminho argumentativo seguro para situar a complexidade de um assunto demasiado vasto. Mais precisamente, reduzir a escala de análise para o Velho Continente, entre aproximadamente 1850 a 1950, palco de uma heterogênea porém exigente reviravolta levantada por linhagens de intelectuais e de historiadores europeus que à época tiveram perceptível impacto no processo de formação da História como disciplina.

Trata-se do que, para Ernst Gombrich, se poderia chamar de ‘história cultural’: uma prática cujos pressupostos formais se nutrem de um conceito de cultura que, não obstante as diretrizes de um hegelianismo transcendente, tenta a todo custo se furtar de qualquer ‘lógica superior’ do transcurso histórico com acentos nacionais²⁰⁵. Alguns exemplos se encontram no pioneirismo de *A cultura do Renascimento na Itália* (1860), de Jacob Burckhardt, para o qual a história era uma forma de “arte”, bem como uma modalidade próxima da literatura; no *O outono da Idade Média* (1919), do historiador e filósofo holandês Johan Huizinga, discípulo crítico de Burckhardt, para quem a História é a forma intelectual na qual uma civilização presta contas a ela mesma sobre seu passado. Ao historiador caberia, portanto, realizar uma espécie de história morfológica, analisando os modos de uma conceitualização simbólica de pensamento²⁰⁶. A estes podem se somar os trabalhos de Aby Warburg e de um grupo de estudiosos que, em

²⁰⁴ Ver Terry Eagleton. *A ideia de cultura*. São Paulo, Editora Unesp, 2011, sobretudo os capítulos “Versões da cultura” e “Cultura em crise”.

²⁰⁵ Ernst Gombrich. “In Search of Cultural History”. In *Ideals and idols: essays on values in History and Art*. Phaydon, London, 1979.

²⁰⁶ Johan Huizinga. “A definition of the concept of History”. Raymond Klibansky e H. Paton (orgs.). *Philosophy and History*. New York, Harper Torchbooks, 1920.

torno dele, formam o Instituto Warburg, instituição movida pelo interesse na sobrevivência e renovação do paganismo antigo no limiar do Renascimento europeu; ainda que, no caso, uma noção muito abrangente de *símbolo* (energia conservada, originada de experiências muito intensas e originais) comande interesses que por vezes beiram uma ‘história do atemporal’.²⁰⁷ Veja-se, por exemplo, as preocupações de um ‘warburguiano’ como Ernst Cassirer, além de Fritz Saxl, Edgar Wind e Erwin Panofsky (se consideramos ao mesmo tempo uma historiografia da arte, então embrionária): todos estariam voltados para a teorização sobre os problemas das relações entre existência, expressão e forma na história, na cultura e nas manifestações artísticas.

Nesse contexto também se situa a Escola dos Annales, sobretudo suas duas primeiras gerações, que, apesar de seu inquestionável lugar de predominância na história da historiografia do século XX, não têm, neste caso, papel de vanguarda nos usos do conceito de cultura. A relativa novidade talvez esteja em evitar o termo “cultura”, substituindo-o por outros que preservam um significado aproximado: ‘civilisation’, ‘mentalités collectives’, ‘imaginaire social’. Lucien Febvre, por exemplo, já confere às ‘forças culturais’ um lugar cuja importância pode ser comparada à concedida por Jacob Burckhardt e Johan Huizinga, dos quais foi um leitor atento e, em muitos casos, um declarado discípulo²⁰⁸. É nesse sentido, finalmente, que podemos situar os trabalhos de Ernst R. Curtius, bem como a linhagem filológica de estudiosos da literatura alemã, da qual pertence. Os *topoi* retóricos ou ‘lugares comuns’ associados à problemática do paraíso terrestre, a exemplo da “paisagem ideal”, desenvolvidos por Curtius em *Literatura europeia e Idade Média latina* (1948), correspondem a *sistemas culturais*²⁰⁹.

Sobretudo se, por “sistemas culturais”, não excluirmos o andamento histórico concedido ao termo cultura concedido por *O processo civilizador*, de Norbert Elias Norbert Elias²¹⁰. Especialmente no primeiro capítulo, “Da Sociogênese dos conceitos de

²⁰⁷ Difícil precisar a periodização privilegiada pela Escola de Warburg: como lembra Leopoldo Waizbort. “Apresentação”. In Aby Warburg. *Histórias de fantasma para gente grande*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015, “o interesse pelo paganismo antigo revivido e renomado [...] oferece a Warburg uma cunha para problemas mais amplos, que transcendem esse marco temporal: formas de expressão humana, e muitas vezes de expressão gestual, que se apresentam quase que como trans-históricas, no sentido de que cruzam tempos e espaços, transformando-se tanto no âmbito de suas significações como no das formas propriamente ditas”. (p. 13).

²⁰⁸ Lembremos as palavras de Robert Darnton. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010: “talvez as contribuições de Burckhardt, Huizinga e mesmo Lucien Febvre à história cultural tenham sido mal interpretadas por seus sucessores: pois esses primeiros mestres atribuíam um considerável grau de autonomia às forças culturais. Não tratavam a cultura como epifenômeno da sociedade. Entendiam-na como fazem alguns antropólogos atuais”. (p. 302-303).

²⁰⁹ Leopoldo Waizbort. *A passagem do três ao um*. São Paulo, Cosac & Naify, 2007, p. 158.

²¹⁰ Norbert Elias. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.

‘Civilização’ e ‘Cultura’”, no qual, segundo Heloísa Pontes, além de “uma história das ideias contidas nesses conceitos, o intelectual alemão realiza nesse rastreamento uma sociologia de [...] seus produtores”.²¹¹ Ele esclarece que sua cristalização remonta no limite ao século XVIII europeu, e se deve particularmente a uma controvérsia entre seus primeiros produtores: na Alemanha, à época, o conceito desenvolve-se particularmente no interior da Universidade, reduto cultural por excelência de uma *intelligentsia* de classe média (ou proto-burguesia). Amante dos livros, da cultura escrita e portadora de um “ponto de vista de um cidadão do mundo” (*Kultur*), esta classe contudo era mal vista pela nobreza francesa, que, ao mesmo tempo, desenvolve uma conceitualização de cultura (*Zivilisation*) no interior desta mesma “sociedade de corte”. À nobreza cortesã, que usava a língua francesa e era ‘civilizada’ segundo um modelo francês, se opunha, enfim, “um estrato de *intelligentsia* de classe média que falava alemão, recrutando principalmente entre os ‘servidores dos príncipes’, burgueses, ou funcionários públicos no sentido mais amplo, e ocasionalmente também em meio à nobreza proprietária de terras”.²¹² O embate acabou por resultar numa concepção em parte homogênea para o fenômeno da cultura: “este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo”²¹³. E que, enquanto um fenômeno de expressão, pode ser entendido como uma *estrutura histórica de sentimentos*.²¹⁴

É possível relacionar a reflexão empreendida por Norbert Elias às análises de Raymond Williams, presentes em *Cultura e sociedade (1780-1950)*, acerca do mesmo tema. À diferença do *Processo civilizador*, para o crítico britânico, “o conceito de cultura e a palavra, em seus usos gerais modernos, surgiram no pensamento inglês no período comumente chamado de Revolução Industrial”. Ainda assim, o conceito não era isento de significados anteriores, sempre permanecendo ligado a uma “estrutura de sentimentos”, capaz de apreender a realidade de forma articulada. Desse modo, a grande virtude de Williams consiste em mostrar que, a partir dessa época, a ênfase num

²¹¹ Heloísa Pontes. “Elias, renovador da Ciência Social”. In Federico Neiburg et al (orgs.). *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo, Edusp, 2001, p. 26.

²¹² Norbert Elias. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994, p. 28.

²¹³ Idem, p. 23.

²¹⁴ Como lembra Renato Janine Ribeiro. “Apresentação a Norbert Elias”. In Norbert Elias. *Op. Cit.*, Elias já realiza uma história social dos sentimentos, na qual o conceito de cultura é elemento integrante: “Este é um dos livros mais notáveis que foram escritos em nosso século apresentando o que poderíamos chamar de uma história dos sentimentos. Quase que na mesma época que *O outono da Idade Média*, de Huizinga, e que o mais aventuroso *O amor e o Ocidente*, de Denis de Rougemont, este livro tem com eles em comum o caráter empolgante da leitura, o uso da forma literária como um documento privilegiado do conhecimento, o interesse nas formas de sentir e imaginar como um tema de estudo” (p. 9).

“sistema geral de vida” torna-se um “método intelectual generalizado”, cuja importância é verificável especialmente na formação da antropologia, da sociologia e demais esferas de produção do conhecimento social. Portanto, se Elias já salienta o conceito no interior da Universidade, Williams, com efeito, alude, de outra forma, a esta mesma estrutura histórica recuperada pelo sociólogo alemão, à medida que, em *Cultura e sociedade*,

entender “cultura” como “todo um modo de vida” é aspecto realçado pela antropologia e sociologia deste século e [T. S.] Eliot, como todos nós, foi, pelo menos ocasionalmente, afetado pelas duas disciplinas. Entender cultura desse modo, aliás, é parte da tradição literária. O desenvolvimento da antropologia social tendeu a herdar e a consubstanciar modos de considerar uma sociedade e uma vida cotidiana que tinham sido elaborados a partir da experiência geral do industrialismo. A ênfase num “sistema geral de vida” é contínua, desde Coleridge e Carlyle, [quando o conceito] [...] tornou-se um método intelectual generalizado²¹⁵.

Como “estrutura de sentimentos”, portanto, o conceito de cultura adquire credibilidade no interior das disciplinas científicas para, finalmente, a partir do século XIX, ganhar a atenção de historiadores²¹⁶.

Como “estrutura de sentimentos”, este mesmo conceito de cultura é utilizado por leva expressiva de tais historiadores para erguer uma *história comparada* cujo objetivo, nos termos de Marcel Detienne, reside na comparação de diferentes “civilidades”²¹⁷. E que nasce atrelada à historiografia da cultura, inclusive por distanciar-se também de um padrão historiográfico evolutivo voltado ao paradigma nacional, fabricado particularmente pela guerra entre duas nações em formação, como sublinha o helenista: se “é entre a Alemanha e a França, em guerra, em conflito armado e em sua rivalidade

²¹⁵ Raymond Williams. *Cultura e sociedade: 1780-1950*. São Paulo, Editora Nacional, 1969, p. 11.

²¹⁶ A história do conceito de cultura foi aqui recuperada, também, a partir de: Adam Kuper. *Culture: the anthropologist's account*. Cambridge, MA-London, Harvard University Press, 1999. Roger Chartier. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1987; William Sewell. *Logics of history: social theory and social transformation*. Chicago, The University of Chicago Press, 2005; Terry Eagleton. *A ideia de cultura*, São Paulo. Unesp, 2005; Ernst Gombrich. *Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo, Martins Fontes, 1986; e Georges Didi-Huberman. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. Belo Horizonte, Ufmg, 2015.

²¹⁷ Marcel Detienne. *Comparar o incomparável*. São Paulo, Ideias e letras, 2004, p. 27 a 46. É o que, por exemplo, Michel Espagne afirma com outras palavras: “Qu’entend-on par ‘historiographie comparée’? Le term a d’abord un sens très trivial: les résultats de recherches partielles ne peuvent rester isolés mais doivent être élevés à um certain niveau de generalité et pour cela compares entre eux. A cette signification étroite s’ajoute um sens plus large: l’historiographie doit cesser de ce consacrer à l’identité nationale et em faire éclater le cadre”. In Michel Espagne. “Sur les limites du comparatisme em histoire culturelle”. Genèses, 17, 1994, p. 112. Agradeço a Thiago Lima Nicodemo por sugerir, durante o exame de qualificação do qual esta tese resulta, mais atenção e prioridade à reflexão historiográfica sobre a história comparada.

até nas recaídas da Primeira Guerra Mundial, que se forja o modelo de uma história como ciência [...] de início nacional”; caberia então aos historiadores “se libertar do mais próximo, do *natal* [...] e tomar consciência, bem cedo e bem rápido, de que temos de conhecer a totalidade [de] [...] todas as civilizações possíveis e imagináveis”. Esta ‘libertação’ se dá, acima de tudo, por meio de um diálogo historiográfico específico com as ciências sociais: o estreitamento das relações, metodológicas e conceituais, entre História e Etnologia (esta última, entendida em seu amplo sentido como uma ciência comparativa entre as diversas culturas).²¹⁸

O estreitamento se deu por intermédio de *Primitive culture* (1871), de Edward Tylor, referência que será utilizada, no caso, como um alicerce do que estamos buscando mostrar. Para o antropólogo britânico, desde, por exemplo, o conjunto de um arco e uma flecha até o hábito de agrupar os números em dezenas, formam relações que podem ser vistas como *espécies*. Em outras palavras, de um conjunto de fatos (etnográficos) pode-se inferir uma lei (etnológica e antropológica). O termo cultura, desse modo, corresponderia à “lei” que expressa sentido à descrição etnográfica ou à escrita da história. A mesma alegação de Taylor se insere numa suposição mais ampla, responsável, à época, pela formação da etnologia francesa e da antropologia social britânica, que pode ser elaborada do seguinte modo: se a etnografia consiste na observação e análise de grupos humanos considerados em sua particularidade, a etnologia utiliza de modo comparativo os documentos apresentados pelo etnógrafo²¹⁹. Nesse sentido, como mostra Marilyn Strathern ao se voltar ao conflito entre James Frazer e Malinowski, “a nova tarefa era a comparação de sociedades enquanto tais, e isso requeria a atenção excruciante àqueles detalhes que distinguem sociedades [e culturas] particulares” – algo que o historicismo evolucionista antropológico não leva em conta.²²⁰

Cremos que é em tal direção que deve ser tratado o paradigmático artigo “Pour une

²¹⁸ Marcel Detienne. *Op. Cit.*, p. 10.

²¹⁹ Ver Claude Levi-Strauss. “Introdução: História e Etnologia”. In *Antropologia estrutural II*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.

²²⁰ Marilyn Strathern. *Fora de Contexto: as ficções persuasivas da Antropologia*. São Paulo, Terceiro Nome, 2013, p. 37 e 38. Ver igualmente, Marilyn Strathern. “Not giving the game away”. In, Andre Gingrich and Richard Fox. (orgs.). *Anthropology, by comparison*. London / New York, Routledge, 2002. Sobre as relações entre esta etapa do diálogo entre história e etnologia, ver Gérard Lenclud. “Antropologie et histoire aujourd’hui, em France”. In Isac Chiva e Utz Jeggle (orgs.). *Ethnologies em miroir : la France et les pays de langue allemande*. Paris, Éditions de la Maison des sciences de l’homme, 1987.

histoire comparée des sociétés européennes”²²¹, de Marc Bloch, publicado na *Révue de Synthèse historique*, em 1928²²². Sobretudo porque nem Bloch, tão pouco seus pares de ofício, estão sozinhos no empreendimento comparativo e nem foram criadores solitários desta metodologia. Não estamos sugerindo o acolhimento direto de Tylor e/ou dos primórdios da etnologia enquanto ramo da antropologia no estudo comparado de *Visão do paraíso* (embora eles possam existir). Busca-se sim perceber o quanto eles estão inseridos no arco de preocupações constitutivas de uma possível conceitualização e um subsequente uso comparado do conceito de cultura adotado pelo trabalho, a saber, como uma “estrutura de sentimentos”. O esforço, portanto, consiste em se esquivar de uma apreensão demasiadamente vaga do assunto, de modo a aclarar os procedimentos metodológicos de *Visão do paraíso*.

Assim, o artigo “Repensando a história comparada da América Latina”, de Maria Lígia Coelho Prado,²²³ além de contribuir para pensarmos na direção apontada, acaba por situar a própria obra *Visão do paraíso* ante à construção do campo da História nos séculos XIX e XX. Mais precisamente, como salienta a historiadora, a revisão dos paradigmas historiográficos nacionais acaba por incentivar a “olhar o Brasil ao lado dos países de colonização espanhola”: “Assim fez Manoel Bomfim que, em *O Brasil na América. Caracterização da Formação Brasileira* (1929), [no qual] estudou o processo histórico brasileiro, da colônia à independências política, marcando as diferenças entre as duas Américas Ibéricas”; e “Sérgio Buarque de Holanda que [...] [em] *Visão do Paraíso* (1959), para pensar o Brasil, também comparou as Américas Portuguesa e Espanhola”.²²⁴

Pode-se agora retornar aos capítulos “Paraíso perdido” e “Visão do paraíso”, citados no “Prefácio” para ilustrar os procedimentos metodológicos da obra nos termos de uma comparação, interna e externa, de uma “estrutura simbólica de sentimentos”. Seguindo à risca um procedimento adotado por toda a obra, neles, *Literatura europeia e Idade*

²²¹ Desnecessário retomar exaustivamente o argumento do artigo de Bloch. De qualquer modo, ver: Hartmut Atsma et André Burguière (orgs.). *Marc Bloch aujourd'hui : histoire comparée & sciences sociales*. Paris, Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990.

²²² Nesse sentido, é bastante prudente a sugestão de Ronaldo Vainfas de que “Marc Bloch não é citado por Sérgio Buarque em *Visão do paraíso* [...]. Mas é como Marc Bloch que trabalha Sérgio Buarque no tocante à perícia da comparação histórica, a comprovar o que pensava Bloch sobre ‘a comparação como varinha de condão da história’”. Ronaldo Vainfas. “Sérgio Buarque de Holanda, historiador das representações mentais”. In Pedro Meira Monteiro e João Kennedy Eugênio (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas / Rio de Janeiro. Unicamp / EdUERJ, p. 550.

²²³ Maria Lígia Coelho Prado. “Repensando a história comparada da América Latina”. In *Revista de História*. n. 53, 2005.

²²⁴ Idem, p. 12.

Média Latina, de Ernst Robert Curtius é citada com o artigo “De 1560 a 1660: La Chaine des Ilommes”, de Lucien Febvre, e ainda, com a “bibliografia sobre emblemas e empresas que o mesmo autor [o erudito italiano Mário Praz] organizou para o Warburg Institute”.²²⁵ A combinação de referências, lida pela perspectiva do “Prefácio à segunda edição”, permite afirmar que o método de *Visão do paraíso* é em alguma medida *pontual* e *inédito* com relação à trajetória reflexiva de Buarque de Holanda: há uma tão ‘súbita’ quanto vigorosa reconversão do desvelo crítico da questão da *alegoria* para o método de uma história comparada propriamente dita, que, se estivermos certos, não encontra paralelo na reflexão do autor.

Curtius, afinal, é citado para ilustrar a história do “pensamento que se acha à base do místico simbolismo” associado às pedras preciosas²²⁶. Sérgio Buarque a princípio pouco se volta às cores desbotadas destes apetrechos concomitantes do mito do paraíso terrestre, preferindo discorrer acerca do alto fascínio despertado pelas variações mais reluzentes da imagem. Não por acaso as pedras estão acompanhadas do verde folhado, de papagaios, jiboias, borboletas, beija-flor, sendo mesmo uma variedade legítima de *emblema*. Adiante o leitor depara-se com a referência à própria bibliografia do assunto acima lembrada, acompanhada pela referência a Mario Praz, especialmente por sua proximidade intelectual com o Instituto Warburg. Se a nota em que se menciona a instituição é extensa, um detalhe dela interessa: a reflexão da “[literatura de] emblemas [...] em autores luso-brasileiros da época, a começar por Antonio Vieira, que deles faz uso [...]”.²²⁷

Sérgio Buarque, de fato, readapta em *Visão do paraíso* parte significativa de seus estudos sobre Antônio Vieira, presentes em *Capítulos de literatura colonial*²²⁸. Neste, o pensamento filosófico do jesuíta até chega a ser circunstancialmente comparado, por exemplo, ao do espanhol Baltasar Gracián, mas a abordagem é decididamente atenta à conexão “da figura mais ilustre das letras portuguesas no século XVII” à “história do Brasil, tanto quanto à do Reino”²²⁹. Já na obra de 1959 o horizonte é outro: o célebre membro da Companhia de Jesus divide espaço com Cristóvão Colombo (que será discutido no próximo capítulo, como se disse). E se os aspectos emblemáticos da

²²⁵ Ver Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 497, 501 e 504.

²²⁶ Idem, p. 297.

²²⁷ Ibidem, p. 501.

²²⁸ Ver Sérgio Buarque de Holanda. “Antônio Vieira” e “Conceitos predicáveis: Vieira”. In *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo, Brasiliense, 1991.

²²⁹ Idem, p. 430.

imaginação do religioso são mobilizados, o objetivo consiste em “transcender aos poucos o cunho sistemático e puramente normativo que outrora a distinguiu, para fertilizar [...] os estudos propriamente históricos”, como quer o “Prefácio”. Assim, junto a um amplo estudo estético da reflexão de Vieira nota-se uma das proposições mais caras do livro que resulta da tese de cátedra: a de que os espanhóis são os grandes introdutores do mito do paraíso terrestre na América, cabendo aos portugueses *plagiá-los* ou *empobrecê-los* (expressões de Sérgio Buarque): “Aquelas mesmas insígnias” do pensamento simbólico do padre “descobriram-nas aparentemente os castelhanos na *granadilla* da Nova Espanha e outras conquistas espanholas antes que as vissem os portugueses no Brasil”²³⁰.

A insistência em *arregimentar* e *singularizar* as diferenças em jogo sob a forma de objetivo e justificá-las por meio de um método aclarado é grande a ponto de motivar outras modificações no texto da obra, a partir da terceira edição, de 1977. Assim que ela vem a público Sérgio Buarque concede entrevista para explicá-la. Longe de incorporar documentos ou reflexões que extravasam a periodização original da obra, nosso autor busca reiterá-la, diferenciando-a de sua obra mais famosa: “Trata-se, diz ele, de ‘um livro de circunferência, aberto a acréscimos e pesquisa, o oposto de *Raízes do Brasil*, que não pretendo retomar”²³¹. Tanto que “o período que o livro *Visão do Paraíso* analisa [...] [corresponde ao] [...] mito do éden terrestre, assimilado em diversos graus pelos navegadores portugueses, espanhóis e anglo-saxões”; e “uma das teses do livro aborda aspecto interessante do mito do éden. Sérgio Buarque usa o termo ‘atenuação plausível’, para explicar a diferença entre os mitos criados pelos navegadores europeus”²³².

Um dos acréscimos, segundo outra entrevista concedida pelo autor (e a própria obra), consiste num anexo de autoria do clérigo jesuíta Simão de Vasconcelos. São precisamente sete parágrafos de “Notícias antecedentes, curiosas e necessárias das coisas do Brasil”, que precede a obra *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil* (1663), nos quais se defende explicitamente que o paraíso ficava na América portuguesa. Tais parágrafos foram censurados, por assim dizer, pelo “pensamento realista” português: uma ordem superior mandou riscá-los dos dez exemplares que já estavam impressos quando o requerimento foi despachado, e retirá-los das edições

²³⁰ Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 340 e 341.

²³¹ Sérgio Buarque de Holanda. “O mundo edênico dos descobridores”. Sem referência, 1977. In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Vp 211 P4.

²³² Idem.

posteriores. Ocorre que o excerto acabou sendo preservado num dos pareceres do processo (de autoria de Luís Nogueira), de modo que há uma cópia dele na Biblioteca Nacional Vittorio Emanuele, acessada por Sérgio Buarque²³³.

Sua incorporação como anexo de *Visão do paraíso* não foi em vão: a censura, enquanto tradução política do desbotamento imaginário do mito, reforça as premissas metodológicas da obra ao contribuir para que as diferenças entre os imaginários ibéricos sejam pensadas por meio da ‘circunferência’ do conceito de cultura. Assim como uma imagem mobilizada no capítulo “Visão do paraíso”, em que uma “crença popular, ainda viva ao tempo de Cervantes, de que a raia de demarcação estabelecida em 1494 entre os domínios de Castela e Portugal constituía [...] uma fronteira entomológica”. Fronteira de insetos imaginários, seres pestilentos por excelência: nada mais palatável à reflexão historiográfica empreendida por Sérgio Buarque sobre a conceitualização histórica. Esta constatação permite, por sua vez, melhor compreender uma passagem do próprio “Prefácio”, que permeia o argumento dos capítulos “Paraíso perdido” e “Visão do paraíso”: “quando [...] se mencionaram razões históricas que ocasionaram as atenuações plausíveis, *não se quis associá-las a alguma característica étnica, ou a um vago ‘espírito nacional’ dos portugueses, que os definisse, em particular, contra os castelhanos*”²³⁴ (grifo nosso). Nas palavras de Luiz Costa Lima, quem primeiro estabeleceu hipóteses sobre a metodologia empregada pela obra de 1959: “Independente, porém, de sua expansão temática, *singulariza-o a questão do método que o funda*”²³⁵ (grifo nosso). Singulariza-o em relação à trajetória historiográfica de seu autor.

1.4. Modernização histórica e historiográfica nos termos de um prefácio

Um dos percursos desta singularização metodológica ocorre por meio do Renascimento. O tema passa a acompanhar a reflexão historiográfica de Sérgio Buarque com alguma frequência a partir da década de 1950, embora não com a regularidade que se costuma imaginar. De forma geral, o tema comumente articula-se ou mesmo *subordina-se* à questão do Barroco, sobre a qual o autor publica alguns artigos a

²³³ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 28. Ver também Sérgio Buarque de Holanda. “Corpo e alma do Brasil”. In *Encontros: Sérgio Buarque de Holanda* (Renato Martins, org.). Rio de Janeiro, Azougue, 2009 (originalmente publicada em *Novos estudos – Cebrap*, n. 69, 1994).

²³⁴ Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 23.

²³⁵ Luiz Costa Lima. “Sérgio Buarque de Holanda: *Visão do paraíso*”. In *Revista USP*, n. 53, 2002, p. 45.

respeito em sua maioria entre 1952 e 1953 (além dos supracitados trabalhos). Uma série deles começa a aparecer em 16 de dezembro de 1951 na *Folha da Manhã*, com publicação simultânea no *Diário Carioca*. O primeiro nomeado “O Barroco”, os dois seguintes com o título “Limites do Barroco”, e ainda “Em torno de Vieira”, “Razão e mito” e “Ainda o Barroco”, de 29 de janeiro de 1952²³⁶. Depois foram readaptados nas “Notas sobre o Barroco”, de *Tentativas de mitologia*²³⁷, que por isso receberá aqui maior atenção.

O artigo parte, fundamentalmente, de dois livros “simultaneamente recebidos por este cronista”: *Obras escolhidas*, de Antonio Vieira, organizado pelo historiador português Antonio Sérgio, e, principalmente, a tese *Portugal na época da Restauração*, do congênere brasileiro Eduardo D’Oliveira França. Longe de adentrar a especificidade de cada obra ou a polêmica construída no artigo (e na própria coletânea) a partir delas, interessa notar que, no caso, já se pode entrever algo da conceitualização do termo Renascimento encontrada em *Visão do paraíso*: Renascimento como um período/conceito circunscrito não pela conduta que, mais cedo ou mais tarde, culminaria na racionalidade científica do iluminismo e da revolução industrial, mas por um misticismo retirado, entre outros, de *O outono da Idade Média*, de Johan Huizinga, e de *O problema da incredulidade*, de Lucien Febvre. Misticismo – e esse é o ponto – prenunciador do Barroco, que, desse modo, ao mesmo tempo é e não é parte integrante do Renascimento.

Vista pela ótica de uma pesquisa centrada na obra *Visão do paraíso*, a comparação entre o caso português e espanhol apresentada nas “Notas” é contudo pobre, confirmando a afirmação de Antonio Candido de que o “ponto de vista comparativo” em Sérgio Buarque por vezes aparece “de maneira mais ou menos vaga”²³⁸. Talvez porque, nas “Notas”, Ernst Robert Curtius, por exemplo, seja citado para amparar não uma *premissa metodológica* sobre o Barroco a ser seguida por toda a reflexão, mas para colocar à prova o *objeto* e a *terminologia* crítica e historiográfica dessa espécie de palavra-valise²³⁹. Mais precisamente, nelas reaparece, *en passant*, a mesma comparação

²³⁶ Ver Guilherme Simões Gomes Jr. *Palavra peregrina: o Barroco e pensamento sobre artes e letras no Brasil*. São Paulo, Edusp, 1998, p. 109.

²³⁷ Sérgio Buarque de Holanda. “Notas sobre o Barroco”. In *Tentativas de mitologia*. São Paulo, Perspectiva, 1979.

²³⁸ Antonio Candido. *Op. Cit.*, p. 19.

²³⁹ Sérgio Buarque no caso alude à certa desconfiança alimentada por Curtius em *Idade Média latina e literatura europeia* em relação ao termo Barroco: “Em sua obra monumental sobre a literatura europeia e a Idade Média Latina, publicada em 1948, o crítico e romancista Ernst Robert Curtius vai ao ponto de condenar a aplicação de manifestações culturais do epíteto “barroco”, devido às associações históricas

encontrada em *Raízes do Brasil* entre Vieira e Baltazar Gracián, sobre a composição das estrelas no céu, acrescida circunstancialmente de referências ao poeta Lope de Vega²⁴⁰; ainda que o uso que dela se faz possa ser próprio.

As “Notas” portanto ajudam a ilustrar uma das hipóteses subsidiárias do nosso trabalho: tanto o Renascimento como as suas relações com a comparação entre os imaginários ibéricos ganham em *Visão do paraíso* uma formalização inédita e localizada na trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda. De modo que, se nesta o Barroco é alçado à condição de *mentalidade luso-brasileira* a qual a Renascença em parte subordina-se; o Renascimento, precisamente na obra de 1959, ganha o estatuto de uma proposição formalizada que confere significado à comparação dos imaginários ibéricos americanos, na qual o Barroco, em parte, é agente ‘subalterno’, mas não ausente²⁴¹. É como se na obra de 1959 se invertesse os papéis: a centralidade que uma mentalidade propriamente Barroca assume naqueles textos é substituída provisoriamente pela de Renascimento enquanto proposição de seu estudo comparado. O que se preserva nos dois casos é a fluidez colaborativa das dicotomias em questão.

Natureza e artifício, dissertação de mestrado²⁴² de Luiza Laranjeira, ajuda a demonstrar esta hipótese. A autora afinal procura compreender a forma na qual *Visão do paraíso* trata as possibilidades de manifestação do Renascimento europeu por meio da “forma mentis” portuguesa e espanhola do mito do paraíso terrestre na América. O tema é percorrido a partir da tensão entre as noções, oriundas do pensamento de Sérgio Buarque, de *natureza* e *artifício*: a primeira, corroborando aquele realismo com o qual os desbravadores lusitanos nutriam uma visão desconfiada quanto às possibilidades imaginárias do mito; a outra, mais afeita às idealizações castelhanas, declaradamente adeptas à ideia de uma América edênica. A pesquisa constata por meio de repetidas leituras da obra de 1959 que as diferenças acima elencadas poderiam ser lidas por meio do que ela considerou a “tese central” do livro, desenvolvida sobretudo “no primeiro [capítulo, “Experiência e fantasia”], no sexto [“As atenuações plausíveis”] e no décimo

que o mesmo encerra, e porque acha que, nas ciências do espírito, os conceitos devem ser formados de maneira a que dificultem, tanto quanto possível, uma aplicação abusiva”. Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 143.

²⁴⁰ Idem, p. 149.

²⁴¹ Agradeço a Maria Arminda do Nascimento Arruda por interrogar, durante o exame de Qualificação do qual esta tese resulta: “Qual o sentido da comparação dos imaginários ibéricos, proposta pela obra *Visão do paraíso*?”.

²⁴² Luiza Laranjeira da Silva Mello. *Natureza e artifício: Sérgio Buarque de Holanda e as formae mentis portuguesa e espanhola na conquista e colonização do Novo Mundo*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História da PUC-Rio (Dissertação de Mestrado), 2005.

segundo e último capítulo [América portuguesa e Índias de Castela]: “calcava-se na oposição entre o tradicionalismo (e mesmo o arcaísmo) dos colonizadores portugueses e a modernidade dos espanhóis”. “Esta conclusão”, continua, “fundou-se no argumento recorrente de Sérgio Buarque de que, enquanto os portugueses operavam com o mito através de um realismo tipicamente medieval e, portanto, arcaico para o período, os espanhóis faziam-no de forma a reforçar os seus aspectos fantásticos e mágicos”.²⁴³

Esta conclusão não esgota a maneira pela qual, no trabalho, Laranjeira retrata as tensões entre a *natureza* e o *artifício*. Seja como for, a autora contribui para pensar a comparação entre os imaginários ibéricos enquanto parte dos objetivos e hipóteses centrais de *Visão do paraíso*; e ainda, concatenar seu sentido à tensão entre as noções de *tradição* e *modernidade*, cujo significado preserva relações acentuadas com uma concepção cultural que, em termos históricos, se refere à Época Moderna: uma periodização não predominantemente *linear* e *cronológica* (mas *cultural*), compreendida, de maneira aproximada, entre os séculos XII a XVIII, e permeada particularmente pela questão do Renascimento e a Reforma²⁴⁴.

Em *Visão do paraíso*, as visões ibéricas sobre a América edênica remontam a uma concepção histórico-etnológica da Renascença. De início concentrada na mão dos historiadores Jacob Burckhardt e Johan Huizinga, ela gira em torno de duas concepções distintas de modernidade cultural²⁴⁵. Uma delas, produzida e difundida pelo historiador suíço em *A cultura do Renascimento na Itália*, o Renascimento, enquanto uma *morfologia cultural* exclusiva dos italianos, representa uma ruptura com tradições e costumes “religiosos e supersticiosos” da Idade Média por meio de um novo contexto histórico caracterizado pela *descoberta do homem e do mundo* e pela crença algo otimista no surgimento de um *indivíduo moderno*. O argumento aglutinou alguns adeptos; entre os quais o filólogo Erich Auerbach, para quem estas mesmas transformações na sociabilidade do Renascimento trazem consigo um novo gênero de

²⁴³ Idem, p. 9.

²⁴⁴ Em *Natureza e artifício* é possível identificar este esboço de periodização histórica, que se apresenta, em parte, em “A flexibilidade tática” (nome do quarto capítulo): “O termo Renascimento e o adjetivo que o acompanha são imprecisos e, até certo ponto, inconsistentes, visto que o período a que eles se referem não pode ser delimitado por um começo e um fim definidos, que se remetem a um movimento que assumiu características muito distintas nas várias partes da Europa, e que foi bastante afetado e alterado pela Reforma protestante e pela Contra-Reforma católica”. Ibidem, p. 63. Mais à frente, e no capítulo seguinte, veremos as implicações desta imprecisão.

²⁴⁵ Difícil dizer quem de fato inaugura uma noção de Renascimento no pensamento historiográfico. O termo foi empregado pela primeira vez num romance de Balzac, de 1829, mas o conceito, tal como o entendemos dentro da disciplina histórica, foi apresentado por Jules Michelet (1798-1874) na segunda série de *História da França* (1855-1867), e desenvolvido plenamente por Jacob Burckhardt (1818-1897) em *A cultura do Renascimento na Itália*, de 1860.

novela²⁴⁶.

Porém, são as respeitosas objeções à Jacob Burckhardt que interessam, pois nelas se encontra o conceito encontrado em *Visão do paraíso* para ilustrar a modernidade das visões paradisíacas nas Índias de Castela. Respeitosas porque são comumente endereçadas por seus ‘discípulos críticos’, por assim dizer, entre os quais, e principalmente, Johan Huizinga e sua obra *O outono da Idade Média*, de 1919. Não que as semelhanças entre os dois historiadores sejam modestas, como já tentamos mostrar: Michel Kors e Sérgio da Mata, por exemplo, lembram que tanto “[Huizinga], como Jacob Burckhardt, via a História como uma série de metamorfoses e não como uma evolução linear”²⁴⁷. Burckhardt é referência constante na obra do historiador holandês, que o cita para demonstrar aspectos específicos de seus estudos, como o papel dos príncipes na Idade Média ou ainda um “esforço consciente da arte de viver”, “característica mais marcante do homem renascentista de Burckhardt”²⁴⁸. Também está em jogo nestas referências a noção da história como *forma cultural*, algo evidenciado nas relações entre *religião* e *cultura* defendidas por Burckhardt (e subscritas por Huizinga): “nenhuma religião jamais foi totalmente independente da cultura dos povos e épocas à que pertencia”. Assim, “é justamente quando ela reina soberana com a ajuda de documentos sagrados interpretados literalmente e tudo aparentemente se orienta por ela, quando ela ‘se encontra entrelaçada à vida como uma coisa só’”²⁴⁹.

Mestre e discípulo, no entanto, divergem quanto à noção de uma cultura do Renascimento. Para Huizinga afinal este se apresenta *ao mesmo tempo* como *ruptura* e *continuidade* com a Idade Média (e não exclusivamente como continuidade, como se pode pensar). O encadeamento se dá por ambos valorizarem uma forma de pensamento simbólico apoiado numa percepção cosmológica *mística*, *pré-lógica* e *pré-científica*, alheia às relações de *causa* e *efeito* que orientam o pensamento ocidental sobretudo a partir do século XVIII. “Do ponto de vista do pensamento causal, o simbolismo é considerado um curto circuito intelectual. [...] Qualquer associação com base em qualquer semelhança pode se transformar diretamente na ideia de uma conexão essencial e mística”, resume Johan Huizinga, que ainda nos fornece exemplos: “rosas

²⁴⁶ Sobre as relações entre Burckhardt e Auerbach, ver “Extraprograma: filologia e sociologia”, terceira parte de Leopoldo Waizbort. *A passagem do três ao um: crítica literária, sociologia, filologia*. São Paulo, Cosac & Naify, 2007.

²⁴⁷ Michel Kors e Sérgio da Mata. “Johan Huizinga: humanismo e teoria da história nas sombras do amanhã”. In *História da Historiografia*. n. 18, 2015, p. 302.

²⁴⁸ Johan Huizinga. *O outono da Idade Média*. São Paulo, Cosac & Naify, 2010, p. 28 e 61.

²⁴⁹ Jacob Burckhardt. *Reflexões sobre a história*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1961. Apud, Idem, p. 247.

brancas e vermelhas florescem entre espinhos. O espírito medieval imediatamente vê nesse fato um significado simbólico: virgens e mártires brilham em glória entre seus perseguidores”.²⁵⁰ Reflexões parecidas, por sua vez, podem ser buscadas na Escola de Warburg, para a qual o misticismo simbólico da Renascença corresponde a uma espécie de sobrevivência do paganismo antigo e do cristianismo medieval²⁵¹. Já Lucien Febvre, sobretudo em seu famoso livro *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais* (1942), explica a “utensilagem” mental do pensamento francês na época de François Rabelais (1454-1553) por meio de um conjunto de concepções místico-simbólicas do escritor renascentista. Para tanto demonstra, segundo Hilário Franco Jr., quão problemático seria “se aplicar o conceito de incredulidade ao século XVI”²⁵².

Alguns historiadores reconhecem neste simbolismo uma crítica erguida fundamentalmente pelo humanismo italiano do século XVI às escolas medievais de pensamento que, predominantes em plena Idade Média, promoviam uma censura a ele. Para o filósofo Ernst Cassirer, como vimos uma referência central na historiografia dos símbolos tal qual empreendida pelo Instituto Warburg, a crítica era especialmente dirigida ao *realismo lógico e empírico* medieval. Este, representado pela escolástica e o aristotelismo, seria então favorável à explicação lógica da teologia e de questões a ela atreladas, como o além, o absoluto, o infinito. A grande questão que se advogava era de que a teologia deveria ser separada da lógica, pois esta se limitava à compreensão do finito. Em suma, trata-se de “ruptura radical” aos parâmetros da época, nos temos de Cassirer: “a lógica aristotélica [...] prova-se [...] exatamente por isso, como uma simples lógica do finito, fadada ao total insucesso quando se trata de considerar o infinito”.²⁵³ Eugênio Garin, historiador da cultura que se integra às linhagens críticas a Burckhardt,

²⁵⁰ Johan Huizinga. *O outono da Idade Média*. São Paulo, Cosac & Naify, 2010.

²⁵¹ Ver Cássio da Silva Fernandes. “Jacob Burckhardt e Aby Warburg: da arte à civilização italiana do Renascimento”. In *Locus*, v. 12, 2007.

²⁵² Hilário Franco Jr. “Apresentação”. In, Lucien Febvre. *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. São Paulo, Cia das Letras, 2009, p. 10. O apreço de Febvre pelo autor de *Outono da Idade Média* encontra-se numa carta sua e de Marc Bloch a Johan Huizinga, que é convidado por ambos para atividades intelectuais. “Usted es bastante modesto, ¡y el programa que le adjudica a los Annales es demasiado restringido! ¡Existe toda clase de cosas estupendas en Usted que ya son hechas por los Annales! Todos y cada uno de los capítulos de su *Déclin du Moyen Âge* tendrían que haber aparecido aquí. Todo aquello que mantenga un vínculo entre el arte y la economía, entre el pensamiento y la estructura social, entre la psicología colectiva y las condiciones sociales forma parte de nuestras preocupaciones [...] tengo sumo interés en su colaboración [...] lo quiero como colaborador en nuestra obra de educación y de amplitud intelectual”. (Carta de Marc Bloch a Lucien Febvre (cxvii), em Marc Bloch y Lucien Febvre. *Correspondance*, i: *La naissance des Annales*, 1928-1933, Paris, Fayard, 1994, p. 462). Apud Andrés Freijomil. “Un historiador del ocaso: los derroteros intelectuales del primer Huizinga (1897-1919)”. *Revista Prismas*, v. 13, n. 1, 2009, p. 55.

²⁵³ Ernst Cassirer. *Indivíduo e cosmos na filosofia do Renascimento*. São Paulo, Martins Fontes, 2001, p. 20 e 21.

se volta à mesma questão, porém de outro ângulo: a literatura que vai da astrologia à magia e à alquimia, e que, a partir do século XII, é difundida no mundo ocidental. Sua hipótese é que tal produção intelectual, de teor fundamentalmente filosófico-teológico, será perseguida na época pela escolástica e o aristotelismo, que a relega ao estatuto de “baixa magia”. O humanismo, ao rediscutir esta mesma literatura realocando-a, agora, ao status de “grande magia”, promove uma conciliação definitiva entre o misticismo e o poder infinito do homem, uma vez que, para tais militantes, “não havia contradição” entre eles: “Assim, o sábio domina as estrelas e o mago plasma os elementos; assim o ser e o pensamento conjugam-se, e a realidade abre-se totalmente. Este, e não outro, era o sentido da magia, que o Renascimento incluiu na sua exaltação do homem”²⁵⁴. Pode-se acrescentar que é este, e não outro, o sentido das diferenças que esta tese persegue: uma relativa ruptura entre a Idade Média e o Renascimento que favorece os humanistas, estes passando a desempenhar o papel de porta-vozes de uma representação mística da modernidade (1) delegada, em *Visão do paraíso*, aos colonizadores espanhóis; e (2) contrária às visões paradisíacas lusitanas, representadas, pois, pelo tradicionalismo dissimulado na problemática da “atenuação plausível”.

À diferença dos capítulos de *Visão do paraíso*, o Renascimento no “Prefácio à segunda edição” transparece em parte por meio da bibliografia sobre as concepções anglo-saxãs do mito incorporada no contexto da referida estadia do autor nos EUA. Em razão de uma insistente estratégia argumentativa, isso não impediu o seu uso na forma de uma *proposição* que atribuisse sentido ao cotejo dos imaginários ibéricos. Caberia sobretudo lembrar a incorporação crítica de algumas obras utilizadas, que mais uma vez o leva a refletir sobre um problema de método, para ele, adotado por tais publicações: o Renascimento enquanto salvo-conduto para teorias do atemporal. Os reparos são primeiramente dirigidos a *The quest for paradise: Europe and American moral imagination*, de Charles Sanford, originalmente publicado em 1961; especialmente à generalização de certos padrões éticos, estéticos e morais do “comportamento dos homens” da época que teria fornecido subsídios para o historiador norte-americano alçar o argumento em direção a horizontes sincrônicos mais amplos²⁵⁵.

The quest for paradise é uma ponte para que a crítica se dirija à produção intelectual norte-americana cuja preocupação nem sempre tem como pano de fundo a periodização da Renascença. Sérgio Buarque concentra-se, entre outras, em “duas tentativas

²⁵⁴ Eugénio Garin. *Idade Média e Renascimento*. Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 145.

²⁵⁵ Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 11 e 12.

esboçadas com o fim de se investigarem alguns dos mitos nacionais dos EUA, onde se podem discernir variantes modernas do tema paradisíaco”: *Virgin Land: the American West as symbol and myth*, de 1950, do então professor na Universidade de Berkeley Henry Nash Smith; e *The American Adam innocence, tragedy and tradition in the nineteenth century*, de 1955, do então professor em Princeton, Richard Baldwin Lewis. Nos dois casos, chama-se atenção para a extensão do uso da mitologia para “fora” da História: no primeiro deles, a de uma sociedade agrária que se dilata para as terras virgens do Oeste com a mesma veemência com que abole as relações entre passado e futuro; no outro, pelo “ideal de um homem americano [...] apresentado como um indivíduo desatado da História, despojado de ancestralidade, estreme das manchas nefastas que lhe poderiam legar família e raça”²⁵⁶.

Por trás destes casos é possível entrever uma crítica à indiferença à História destes intelectuais. De modo que, se o caso anglo-saxão é objeto legítimo de *Visão do paraíso* – como aliás vimos –, a literatura que a ampara é, ao mesmo tempo, acolhida com significativa desconfiança. Nesses termos, “o empenho moderno de autores americanos no sentido de uma recuperação da história primordial [...] pode prestar-se a equívocos quando acena vivamente para aquela ambição nostálgica de viver de novo as próprias origens”²⁵⁷. Assim, o “Prefácio”, apesar de não acolher uma reflexão sobre a Renascença a partir de referências que sustentam as concepções propriamente ibéricas do tema, não deixa de salientar a sua importância para a periodização requerida por *Visão do paraíso*. Sobretudo porque é pela crítica àquela literatura que se defende seja a peculiaridade dos casos ibéricos, seja, com ênfase parecida, a própria construção, nos termos do conceito moderno de História, do passado como território da diferença em relação ao presente.

Por essa razão, um dos aspectos desta reflexão que particularmente interessa é o surgimento do conceito moderno de história. Como lembra Reinhart Koselleck, seguramente um dos historiadores mais atentos às propriedades formais do discurso histórico, este só veio a ser formado a partir do final do século XVIII. Antes dele pode-se falar em “histórias no plural”, “histórias de todo o tipo”, de modo que a expressão

²⁵⁶ Idem, p. 14.

²⁵⁷ Ibidem, p. 21.

história tinha uma forma plural – em 1748 chegou-se a dizer “A histórias são” [*Die Geschichte sind...*]. Elevar a história à condição de um conceito moderno, isto é, que se pretende mais que tudo universal, foi obra conceitual da filosofia iluminista, que passa a tratá-lo como um *singular coletivo*, pois reúne a soma de todas as histórias individuais. A “boa e velha” expressão latina “*história*” [*Historie*] – que se refere ao conhecimento e à ciência das coisas e dos acontecimentos –, foi ao mesmo tempo absorvido pelo novo conceito de história [*Geschichte*]. A partir de então o processo dos acontecimentos e o processo de sua conscientização convergiram para um conceito único de modo que a nova expressão passa a ser considerada uma categoria transcendental. O moderno conceito de história, desse modo, acolhe necessariamente uma tensão entre as categorias da *experiência* e da *expectativa*, criadora de uma *diferença fundante* entre passado e presente. A primeira pertence ao passado, embora se concretize no presente, a segunda correspondendo a todo um universo de sensações acerca do que ainda virá²⁵⁸.

O conceito moderno de história é aqui retomado pois, para além de *história*, ele pode ser também compreendido pela perspectiva de uma teoria que orienta uma *escrita da história* disciplinar. O que permite averiguar que esta mesma diferença entre presente e passado, em *Visão do paraíso*, traduz-se na forma de sua modernidade historiográfica propriamente dita²⁵⁹. Isso não significa, contudo, que na obra ela apareça como um absoluto universal, mas aliada à conceitualização dos imaginários ibéricos a partir do conceito de cultura tal como anteriormente abordado, sendo uma forma na qual a história pode ser historicizada. A substituição das “histórias no plural” para um conceito que se pretende universal, enfim, não significa que a história ela mesma possa ser pensada no singular, como nota François Hartog ao lembrar a função antropológica da conceitualização proposta por Koselleck²⁶⁰. Isto é, pensando-a ao lado de outras conceptualizações, ou se preferirmos, “regimes de historicidade”, igualmente válidos. A exemplo da proposta de Marshall Sahlins de explosão do conceito ocidental de história a partir do paradigma da ‘história heroica’ subjacente à identificação havaiana do

²⁵⁸ Ver sobretudo Reinhart Koselleck. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto / Puc-Rio, 2006.

²⁵⁹ Remete-se novamente a Mateus Henrique de Faria Pereira e Pedro Afonso Cristovão dos Santos. “Odisséias do conceito moderno de história: *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen*, de Capistrano de Abreu, e *O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos*, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados”. In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 50, 2010.

²⁶⁰ François Hartog. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte, Autêntica, 2013.

capitão inglês James Cook como ‘deus Lono’²⁶¹. Com isso, Hartog parece levar às últimas consequências uma relatividade – não confundir com relativismo – já anunciada em Koselleck. O moderno conceito de História, portanto, deve ser pensado como um momento no qual Sérgio Buarque encontra o “fantasma do outro”, objeto buscado por meio de “um trabalho de *separação* que se efetua com respeito a esta inquietante e fascinante proximidade”, nos termos de Michel de Certeau, aliás outro caso de dedicação ininterrupta ao estudo das propriedades formais do discurso histórico²⁶². Uma das etapas deste trabalho, sistematizada pelo historiador e jesuíta francês, parte mesma de uma “operação historiográfica”, consiste em “fazer surgir diferenças” nas relações entre *modelo* e *desvio*. A rigor, são relações entre dois “polos extremos”. Colocá-las em vinculação, contudo, possibilita ao historiador “tornar pertinentes *diferenças* adequadas às unidades formais precedentemente construídas; em *descobrir o heterogêneo* que seja tecnicamente utilizável”. A análise se torna uma *prática* na qual a “evidenciação dos *desvios relativos quanto aos modelos*” permite tratar o *passado* enquanto um desvio relativo a modelos teóricos contemporâneos²⁶³.

Tal empreendimento em *Visão do paraíso* em alguma medida supõe que a produção deste *passado* envolve menos a comparação como um vago “projeto” de interpretação do Brasil, e mais a uma concepção que *se distingue* como um aspecto da trajetória de Sérgio Buarque de Holanda: a produção de uma obra derivada de uma *tese acadêmica*. De modo que esta *forma* do passado como diferença, se não é algo inteiramente afeito à moderna escrita acadêmica da história, ao menos é parte integrante deste momento da historiografia universitária de Sérgio Buarque. Para o “Prefácio à segunda edição”, a crítica àquela indiferença à História dos intelectuais norte-americanos é precisamente a justificativa para que historiadores sejam mais atentos às diferenças que aqui se apresenta:

Estou longe de crer que as tentativas de captar, instalando-a no campo da história [...] uma representação ideal, “espontânea” ou refletida, que tão sedutora pareceu aos primeiros exploradores deste continente, devam equivaler à ambição de recuperar um passado perdido. *Nem acho que mostrar a força de contágio que teve naqueles começos a imagem edênica, ou até procurar ver como tal imagem, embora fazendo-se mais rala ou tomando formas novas com o correr do tempo, signifique necessariamente renunciar a uma lúcida*

²⁶¹ Ver François Hartog. Marshall Sahlins et l'anthropologie de l'histoire. In *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 38^e année, n.6, 1983.

²⁶² Michel de Certeau. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2008.

²⁶³ Idem, p. 107.

inteligência das coisas para soçobrar no impreciso ou no irracional. Ou ainda menos, para ceder à magia ancestral do mito e querer ressuscitá-lo, como se dessa forma nos fosse ainda possível fazer milagres.

Essa taumaturgia não pertence, em verdade, ao ofício do historiador, assim como não lhe pertence o querer erigir altares para o culto do Passado, desse passado posto no singular, que é palavra santa, mas oca. Se houvesse necessidade de forçar algum símile, eu oporia aqui à figura do taumaturgo a do exorcista. Não sem pedantismo, mas com um bom grão de verdade, diria efetivamente que uma das missões do historiador, desde que se interesse nas coisas de seu tempo – mas em caso contrário ainda se pode chamar historiador? –, consiste em procurar afugentar do presente os demônios da história. Quer isto dizer, em outras palavras, que a lúcida inteligência das coisas idas ensina que não podemos voltar atrás e nem há como pretender ir buscar no passado o bom remédio para as misérias do momento que corre²⁶⁴ (grifo nosso).

Repare como a proposta comparada está anunciada *e* justificada no trecho grifado; e como ela inclui, ao lado do moderno conceito de história, uma defesa das inerentemente múltiplas *formas da história*, impossibilitando, nos termos de Claude Lefort, “falar da História no singular”²⁶⁵ – posto que o “singular [...] é palavra santa, mas oca”. Não por acaso, o excerto é sucedido pela reivindicação do estudo comparado dos imaginários ibéricos como objetivo central da tese/obra, bem como de uma subsequente ilustração da hipótese da “atenuação plausível”, cujas passagens aliás já foram citadas.

E se até agora não realizamos a incursão demorada às próprias páginas da tese *Visão do paraíso* é porque *todos* os trechos da obra aqui acionados nela se encontram; exceto, é claro, as modificações póstumas a 1958 e sobretudo 1969. Esta constatação em si contribui para demonstrar que, na obra, as relações entre tradição e modernidade no estudo comparado dos imaginários ibéricos derivam em grande parte das circunstâncias peculiares de produção da tese. Tanto assim que este capítulo a bem da verdade termina na forma de um ligeiro comentário sobre como pensávamos em iniciá-lo (pela análise do próprio texto da tese). Porém, após compará-lo às versões da obra, achamos que, no caso, seria ocioso adentrá-lo senão a partir desta para realizar um estudo sobre as suas modificações tendo como epicentro o “Prefácio à segunda edição”. Afinal, a detalhista insistência de Sérgio Buarque em reiterar o que consideramos o problema central e a hipótese da tese de cátedra nas edições da obra é, em alguma medida, inversamente proporcional à sua preocupação em frequentá-los durante a sua trajetória de historiador.

²⁶⁴ Ibidem, p. 22.

²⁶⁵ Claude Lefort. *As formas da história*. São Paulo, Brasiliense, 1979, p. 17.

É essa a questão.

Capítulo 2 – Cultura, Modernidade e história comparada em *Visão do paraíso*

O capítulo passado em parte buscou mostrar na caracterização do moderno conceito de história, bem como do conceito historiográfico de cultura, uma ambiência imprescindível para melhor entender os objetivos centrais de *Visão do paraíso*. Suas bases estariam numa conceitualização de cultura acolhida pela historiografia europeia entre, aproximadamente, 1850-1950: a de cultura como “estrutura de sentimentos”, noção habilitada a dar inteligibilidade à produção intelectual de diferentes quadrantes de historiadores que, na época, utilizam-na como procedimento metodológico capaz de qualificar um objeto por meio da análise histórica. Tentou-se igualmente salientar que este conceito de cultura ajusta-se, sobretudo, à conceitualização historiográfica e cultural de modernidade suscitada pelo Renascimento europeu; uma moderna “cultura da Renascença” tendo como referência uma linhagem da historiografia da cultura seduzida por uma controvérsia conduzida basicamente por dois destes historiadores: o suíço Jacob Burckhardt, para quem a Renascença, enquanto *forma cultural* exclusiva dos italianos do Quattrocento, traria em seu âmago um distanciamento com a Idade Média ao ser, ao contrário desta, portadora da “descoberta do Homem e do mundo”; e um de seus discípulos, o neerlandês Johan Huizinga. Neste caso, uma “cultura do Renascimento” se daria, em grande parte, em continuidade com o período medieval em razão de uma concepção particularmente mística, crédula e portanto simbólica da cultura, que forneceria o “retrato de uma época” compreendida numa vasta periodização situada aproximadamente entre os séculos XII a XVIII.

A concepção historiográfica e cultural do Renascimento presente em *Visão do paraíso* provém de forma significativa desta segunda linha, pois se atém a uma noção deste período que privilegia, segundo a crítica estabelecida ao livro *A cultura do Renascimento na Itália* (1860), de Jacob Burckhardt, uma continuidade entre a Idade Média e o Renascimento. Como, aliás, Sérgio Buarque, a certa altura da obra, faz questão de lembrar:

a noção de que existiria uma fratura radical entre a Idade Média e o Renascimento, e é em suma a noção básica de Burckhardt, tende a ser superada em grande parte da moderna historiografia pela imagem de uma continuidade ininterrupta. Mais precisamente a teoria da continuidade vem reforçar a importância desses momentos que se diriam crepusculares, momentos, no caso, em que a tese da produtividade inexaurível, quase orgiástica, do homem [...] é ainda, ou já é, sofreada por hesitações e titubeios²⁶⁶.

²⁶⁶ Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 279.

Ao dar continuidade à reflexão, as próximas páginas partem da suposição de que os dois primeiros capítulos de *Visão do paraíso*, respectivamente intitulados “Experiência e fantasia” e “Terras incógnitas”, assumem o papel de *introdução e apresentação* dos objetivos gerais da obra; algo que o “Prefácio à segunda edição” em parte buscou posteriormente fazer. A seguir elucidamos, por meio do conceito cultural de Renascimento europeu, como tais objetivos já estão no caso inteiramente anunciados seja pela construção de uma história comparada dos imaginários ibéricos; seja a subsequente constatação de uma *diferença* entre o imaginário português e espanhol sobre a América, segundo a qual os castelhanos, e não os portugueses, foram os grandes idealizadores de uma moderna América paradisíaca.

Mostraremos também que estas questões reaparecem num momento peculiar do processo de efetivação de Sérgio Buarque como professor catedrático da Universidade de São Paulo: a produção e a defesa de tese de *Visão do paraíso*. Porém, paradoxalmente desvanecem, ou mesmo são encerradas pelo autor, após 12 de novembro de 1958. O conteúdo das demais fases do concurso – a prova escrita e didática – ocorridas 11 e 13 de novembro do mesmo ano, já apontam conjuntamente para os horizontes temáticos e temporais mais amplos da própria cadeira: a história do Brasil colonial, imperial e republicano, com pouquíssima ou nenhuma atenção às demais regiões da América. Nos cursos lecionados ou nos trabalhos orientados por Sérgio Buarque de Holanda em nível de mestrado, doutorado e livre-docência, nota-se, de forma parecida, a preocupação com investigações circunscritas por temas e periodizações evidentemente mais abrangentes que as persistentes e localizadas inquirições de *Visão do paraíso*. Noutro momento tido por fundamental da carreira de nosso autor, a fundação e direção do Instituto de Estudos Brasileiros, o paradoxo, enfim, não deixa de reaparecer na forma de um centro multidisciplinar de pesquisas sobre a história e as culturas do Brasil.

2.1. A construção de uma cultura do Renascimento, em *Visão do paraíso*

Os capítulos “Experiência e fantasia” e “Peças e pedras” anunciam as proposições centrais de *Visão do paraíso* ao apresentar uma concepção mística e simbólica da Renascença. Seu ponto de partida corresponde à ideia de “ausência de ‘senso de

impossível””, presente nos trabalhos de Johan Huizinga e, sobretudo, Lucien Febvre.²⁶⁷ Para os autores, esta seria a premissa do fundamento da incredulidade no século XVI, como lembra Hilário Franco Jr. particularmente ao analisar o sentido da expressão: “os homens daquela época não recuavam a partir da contradição, como ocorreria a partir do cartesianismo. Eles desconheciam o senso do impossível. Não tinham a noção de natural oposto a sobrenatural, as duas instâncias estando em constante comunicação”.²⁶⁸

Sérgio Buarque recorre ao livro *Pantagrue* (1532), de François Rabelais, e de maneira análoga a *O problema da incredulidade*, recorda uma anedota do romance cujo personagem central é num “disforme velhinho”. Ele possuía uma “enorme goela em que se agitam sete línguas – ou uma língua repartida em sete –, a falarem simultaneamente em sete idiomas diversos, o prodigioso *Ouyr-Dire*, apesar de cego e paralítico [...] ostenta da cabeça aos pés tanto de orelhas quanto de olhos tivera argos”²⁶⁹. Embora cercado de pessoas desejosas de ciência e saber, o monstro, apontando para um mapa-múndi, se dirige a seu público por meio de “explicações sumárias” ilustradas “por breves aforismos”, “a respeito das mais notáveis maravilhas existentes em toda a superfície desta esfera terrestre”. A anedota é por assim dizer paradigmática, pois “o tanto de orelhas quanto de olhos [cegos]” ilustra uma recepção da informação sem qualquer base empírica, portanto demasiadamente *imaginativa*. Ao repassá-las ao

²⁶⁷ Sérgio Buarque não cita nem se refere a Johan Huizinga em *Visão do paraíso*. Contudo o historiador holandês fornece os contornos mais salientes ao conceito de Renascimento na obra. Já a presença de Lucien Febvre é percebida por referências a *O problema da incredulidade no século XVI*, além de outros trabalhos, na forma que segue: “FEBVRE, Lucien. ‘De 1560 a 1660: La Chaine des Hommes’, *Le Préclassicisme Français*, Paris, 1952; _____. ‘Les Lumieres de Clio’, em Lucien Febvre, William Rappard, Robert Jungk, Sérgio Buarque de Holanda, George Boas, Emilio Oribe, André Maurois, *Le Nouveau Monde et l’Europe*, Neuchatel, 1955. _____. *Le probleme de l’Incroyance au XVI siècle*, Paris, 1947”; é preciso aludir que o historiador brasileiro e o francês foram, em alguns casos, interlocutores, como se percebe na “Carta em francês de Lucien Febvre a Sérgio Buarque de Holanda confirmando oficialmente o convite transmitido por Fernand Braudel, dizendo que lhe reserva um trimestre de ensino e pedindo lhe resposta, marcando o início de suas conferências e seus respectivos temas”. (Paris, 15 dez. 1948). In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Cp 94 P7; e na “Fotografia onde se vê Sérgio Buarque, acompanhado de Lucien Febvre e Wladimir Murtinho, durante o Rencontres Internationales [de Geneve]”, evento organizado pela Unesco de que ambos os historiadores participam. (Genebra, 1954). In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Vp 66 P2.

²⁶⁸ Hilário Franco Jr. “Apresentação”. In Lucien Febvre. *Op. Cit.*, p. 11. Convém destacar um trecho de *O problema da incredulidade* citado numa nota do primeiro capítulo de *Visão do paraíso*, no qual fica claro a importância da expressão na obra: “‘Les hommes de 1541 ne disaient pas: impossible. Ils ne savaient pas douter de la possibilité d’un fait. Aucune notion tyrannique, absolue, contraignante de loi ne limitait pour eux la puissance illimitée d’une nature créatrice et productrice sans frein. La critique du fait ne commencerait, précisément, que le jour où cette notion de loi entrerait en vigueur universellement – le jour où, par là même, la notion d’impossible, si féconde en dépit de ses apparences négatives, prendrait un sens; le jour où, pour tous les esprits, le non posse engendrerait le non esse. Au XVI siècle, ce jour n’est pas venu’”. In *Le problème de l’incroyance*, p. 476””. In Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 473.

²⁶⁹ Idem, p. 42.

interminável público pela “enorme goela em que se agitam sete línguas”, a veracidade das afirmações torna-se ainda mais obscura, de modo que a verificação da realidade e o conhecimento do mundo (representado pelo mapa-múndi) são realizados com ausência de controle e crítica. No lugar da contradição do pensamento lógico, instrumentos de investigação e linguagem científica, “é tudo por ouvir-dizer, é tudo por ouvir-dizer”, conclama repetidas vezes a moral da história²⁷⁰.

Visão do paraíso ao mesmo tempo incorpora o modelo analítico e conceitual da Escola de Warburg. Se para esta a Renascença não poderia sequer ser enunciada sem a ideia de sobrevivência do mundo clássico; a obra de 1959, desse modo, insiste em atualizar tal assertiva salientando que o Renascimento não só foi capaz de *ressuscitar* como igualmente *apreciar*, com o devido critério, as formas de conhecimento consagradas pela Antiguidade. Mas não qualquer forma e sim as “crenças mitológicas” que “povoam o céu de imagens” e que “as julgamos hoje anticientíficas e ineficazes”. Ou seja, as formas contrárias ao pensamento lógico e empírico:

É bem significativo o viço notável alcançado, em geral, durante o Renascimento, por estudos tais como os da retórica, da magia, da astrologia, da alquimia, que, na sua maior parte, julgamos hoje anticientíficos e ineficazes, por isso mesmo que nos parecem tender a algumas daquelas escamoteações. Na primavera da Idade Moderna, quando à tradição medieval, árabe e cristã se alia a do mundo clássico, agora ressuscitada, povoando o céu de imagens “onde se transfiguram, ganhando novas forças, as crenças mitológicas da antiguidade”, longe de chegarem a desfalecer é, ao contrário, um recrudescimento o que conhecem muito desses estudos²⁷¹.

A única referência à Escola de Warburg na obra se encontra na 39ª nota do capítulo “As atenuações plausíveis”, que será discutido em outro momento. Nela se lê: “Ernst Cassirer, ‘Ficino’s Place in Intellectual History’, *Journal of the History of Ideas*, VI, 1945”, referência a um artigo de um dos membros do grupo²⁷². Ao mencionar o trabalho de Cassirer, Sérgio Buarque afirma: “É indubitável que naqueles tempos as próprias metáforas nem sempre eram apenas metafóricas”; e complementa: “parecerá difícil compreenderem-se certos aspectos distintivos da mentalidade dominante nas épocas que

²⁷⁰ Ibidem, p. 42. Em *O problema da incredulidade*, Lucien Febvre, por um lado, opõe o saber do disforme velhinho (difuso, obscuro e imaginativo) ao do então recente e inédito nascimento da imprensa, e, por outro, o assemelha à carência de instrumentos e de linguagem científica. Isso pode ser notado em “Os apoios da irreligião: as ciências?”, terceiro capítulo da segunda parte da obra do historiador francês.

²⁷¹ Ibidem, p. 37.

²⁷² Ibidem, p. 495.

antecedem à revolução científica quando não se parta dessa circunstância”²⁷³. A alusão embora breve autoriza a pensar na apropriação quer de Cassirer, quer dos outros membros ou ainda entusiastas da Escola de Warburg na formulação de Buarque de Holanda do Renascimento europeu.

Na perspectiva de *Visão do paraíso*, “estudos tais como os da retórica, da magia, da astrologia, da alquimia” fazem parte do rol de conhecimentos metafóricos que, na época, estabelecem um verdadeiro combate com o pensamento empírico. Um combate empreendido sobretudo pelo humanismo italiano, representado como um movimento perpassado pelo misticismo. As referências, no caso, vêm da obra *Idade Média e Renascimento* (1954) – sobretudo dos capítulos “Considerações sobre a magia”, e “Magia e astrologia na cultura do Renascimento” –, de Eugenio Garin, um apreciador do círculo de Warburg. A partir dela, o autor procura salientar o apreço dos humanistas às “fontes mágicas” e a correlata repulsa, deles, à lógica empírica cujas raízes, seja para o historiador italiano, seja para o brasileiro, remontam à Escolástica e ao aristotelismo medievais²⁷⁴. Também por conta dela, o humanismo italiano, nas palavras de *Visão do paraíso*, não deve ser entendido como “quem relacionasse à especulação de certos humanistas a doutrina do estilo chão, propugnada pelos puritanos, e nela visse o prenúncio, quando não exatamente a causa do racionalismo”²⁷⁵. Os humanistas, afinal, foram responsáveis por um “eminente [...] prestígio, então, de certas doutrinas que a experiência e a razão parecem hoje repelir”. “Não hesitam em ataviar, idealizar ou querer superar a qualquer preço o espetáculo mundano”. E “propondo-se uma realidade movediça e ativa, rica em imprevistos de toda sorte, [...] destoam abertamente do tranquilo realismo daqueles que, ancorados na certeza de uma vida ditosa e perene [...] se recusam a vesti[r][...] [o mundo] de galas vãs”²⁷⁶.

Visão do paraíso ainda percorre o pensamento humanista pelo que se intitula de “literatura filosófico-teológica” de matriz italiana, produzida, à época, pelo frade dominicano Giordano Bruno e pelos filósofos Tommaso Campanella e Giovanni Pico della Mirandola: “parece exato dizer que durante a era quinhentista e ao menos até Giordano Bruno e Campanella, se não mais tarde, as ideias mágicas alimentam

²⁷³ Ibidem, p. 223.

²⁷⁴ Logo nas primeiras notas do capítulo “Experiência e fantasia”, Sérgio Buarque faz referência a duas obras de Eugênio Garin, a saber: Eugenio Garin. *L’Umanesimo italiano*. Bari, Laterza, 1952; e _____. *Medioevo e Rinascimento*. Bari, Laterza, 1954.

²⁷⁵ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 37.

²⁷⁶ Idem, p. 40.

constantemente a mais conhecida literatura filosófico-teológica”²⁷⁷. Chega-se a dedicar uma nota a Pico della Mirandola, que reconhece a importância de seu tratado, *Disputationes adversus astrologiam divinatricem*. Com relação aos dois outros humanistas, porém, nem o referido capítulo, nem as demais páginas de *Visão do paraíso*, são capazes de revelar o que de fato Sérgio Buarque leu²⁷⁸. Pode-se contudo afirmar que “o mundo, para as suas imaginações, se converte num cenário prenhe de maravilhas”: o universo sobrenatural passa a significar não uma realidade a ser aos poucos substituída pelo homem-no-mundo, mas um “verdadeiro e excitante problema”, uma espécie de “direito a ser preservado”.

Nessa direção pode ser compreendido o esforço de tais pensadores em retirar saberes como a *retórica*, a *magia*, a *astrologia* e a *alquimia* de um verdadeiro eclipse a que vinham sendo submetidos pela Idade Média. O humanismo místico estendeu-se inclusive até a ciência experimental, desenvolvida por exemplo por Francis Bacon no decorrer do século seguinte: “Por mais que um Bacon [...] tivesse procurado eliminar de seu sistema as fábulas, maravilhas, ‘curiosidades’ e tradições, a verdade é que não logrou sustar a infiltração nele de princípios dotados de forte sabor mágico e ocultista”.²⁷⁹ E mesmo as “correntes espirituais que vão desembocar, durante a Era das Luzes, na “negação do sobrenatural”, isto é, “[o] naturalismo, o racionalismo, o agnosticismo e enfim pelo ateísmo sem reboço ou temor”, parecem antes ocupadas “em retardar o mais possível e, por estranho que pareça, em contrariar a marcha no sentido da secularização crescente da vida”²⁸⁰.

Tais referências historiográficas, portanto, são mobilizadas em *Visão do paraíso* para a construção de uma imagem mística e simbólica do Renascimento cultural europeu. Um conceito de Renascimento enquanto *cultura* paradoxalmente *próxima* e *distante* da *Idade Média*: resgatar, nesta última, um conhecimento simbólico até então represado

²⁷⁷ Ibidem, p. 38. A referência a tais humanistas, aliás, é retirada de *Idade Média e Renascimento*, de Eugênio Garin, onde se lê: “Na realidade, as fontes mágicas constituem, pelo menos até Bruno e Campanella, o exuberante mato sobre o qual se desenvolve a literatura filosófico-teológica mais conhecida: serão temas e textos usados ou rejeitados, talvez combatidos e execrados, mas nunca ignorados”. (p. 148).

²⁷⁸ Sérgio Buarque se refere algumas vezes aos três humanistas ao longo de *Visão do paraíso*, mas não cita suas obras. Além da estrutura do primeiro capítulo, no qual o autor de *Idade Média e Renascimento* é citado, as referências das obras de Mirandola presentes na bibliografia de *Visão do paraíso* foram organizadas por Eugênio Garin, como, por exemplo, no seguinte excerto de *Visão do paraíso*: “PICO DELLA MIRANDOLA, G. *Disputationes adversus astrologiam divinatricem*, a cura di Eugenio Garin, 2 vols., Florença, 1946; _____. *De Hominis Dignitate. Heptaplus. De Entre et Uno*, e *Scritti Vari*, a cura di Eugenio Garin, Florença, 1946”. Idem, p. 530.

²⁷⁹ Idem, p. 39.

²⁸⁰ Ibidem, p. 39 e 40.

por um clima irrespirável para os delírios da imaginação, posto em vigor, durante o período medieval, pela supremacia do saber empírico medieval. Todo o combate dos humanistas contra a escolástica e o aristotelismo, desse modo, não significa um esforço entre aqueles em rebelar-se contra um poder que caminha de maneira solitária por toda a Idade Média. Trata-se, afinal de contas, de *desancorar*, e não propriamente de *inventar*, a imaginação: esta desde logo cumpria importante função enquanto uma atividade do pensamento medieval, e, por isso mesmo, será objeto de rigorosa censura. Nesta perspectiva, a Renascença é uma orgulhosa e desmedida *sobrevivência* de “estruturas de sentimento” específicas da Idade Média, uma vez que valoriza um de seus aspectos, a *imaginação*, à exaustão.

2.2. A mitologia do paraíso terrestre e o Renascimento europeu

Em *Visão do paraíso*, o imaginário paradisíaco na América representa uma atualização veemente desta estrutura simbólica de sentimento. Ao converter a cultura em instrumento de análise da mitologia edênica, Sérgio Buarque mostra-se preocupado com a peculiaridade do *locus amoenus* (lugar ameno) nela. O autor recorre à *Literatura europeia e Idade Média latina*, de Ernst R. Curtius, citado numa nota de “Terras incógnitas” para salientar o papel “[d]o *locus amoenus* medieval, em suas representações com os padrões clássicos e em sua associação com a ideia do Paraíso Terrestre”. Não por acaso, é acompanhada de indicação bibliográfica: “cf. ainda Ernst Robert Curtius, *Europäische Literatur und lateinisches Mittelalter*, pp. 200 ss”²⁸¹. A citação se refere ao *topoi* do *locus amoenus*, demonstrado pelo filólogo alemão no décimo capítulo de seu *Literatura europeia e Idade Média latina*, que é nomeado por uma tópica concomitante à edênica: “A paisagem ideal”. Este capítulo é dividido em partes que remetem à caracterização do paraíso terrestre: “Fauna e flora exótica”, “Ocasões retóricas para a descrição da natureza”, além de uma outra, homônima ao título – “O lugar ameno” (*locus amoenus*) –, e que constitui, segundo Curtius, o motivo principal de toda a descrição da Natureza. É precisamente no caso que uma importante versão religiosa do paraíso terrestre é descrita²⁸².

²⁸¹ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 475.

²⁸² A exemplo da seguinte passagem, localizada na parte “O lugar ameno”, do capítulo homônimo: “A épica filosófica dos fins do século XII adota o *locus amoenus* e *desdobra-o* em diferentes formas em suas descrições do paraíso terrestre. No *Anticlaudianus*, Alan de Lille descreve a residência da Natureza como um alto castelo, rodeado de um bosque que oferece um máximo de beleza natural (*SP*, I, 326). Aqui o

O *locus amoenus* é recuperado a partir das “crenças entre os antigos pagãos” “naquele jardim que Deus plantou para o primeiro homem”: a “lenda do horto das Hespérides”, que situa o paraíso terrestre “em uma ou mais ilhas perdidas no meio do oceano”. Inaugurada como *esquema* de pensamento “entre povos navegadores, tais como os gregos ou os fenícios”, por certo “seria a forma inicial, e talvez o longínquo modelo [...] que irá invadir toda a Europa a partir da era dos grandes descobrimentos marítimos”.²⁸³ A tópica paradisíaca assimilada pela Renascença europeia, desse modo, é apreendida como uma “inteligência simbólica da natureza”: exibida em “bestiários, planetários e lapidários medievais”, ela quer entre humanistas, quer entre navegadores e descobridores, viria a florescer em razão da circulação e do consumo da “vasta literatura de emblemas”, gênero literário cujos símbolos cumprem a função de provocar uma forte atração intelectual pelos descobrimentos.

Os casos mais significativos encontrados ao longo da obra parecem se voltar à zoologia fantástica. A começar pela publicação, em 1505, dos *Hieroglyphica*, de Horapolo (posteriormente reeditado, comentado e traduzido algumas vezes)²⁸⁴, que traz uma ‘simbologia mestiça’ (cristã e pagã) associada à serpente, símbolo bastante influente no século XVI. O réptil representava a prudência, a visão abstrata do todo, “como a devorar a própria cauda significa ela, já para a especulação órfica, a circularidade cósmica e, em suma, o universo”²⁸⁵. *Visão do paraíso* ainda recorre ao poema “L’Adone” (1623), do poeta italiano Giambattista Marino, para lembrar os bichos “existentes desde o começo do mundo” e que ilustravam a fauna mística do paraíso. Entre os quais o papagaio, que “ainda conservava por especial graça divina a

lugar ameno possui uma nova virtude: uma planície circular (*planities patulum lunatur in orbem*), ideia que procede da descrição de uma *villa* em Plínio (*Ep.*, V, 6, 7) e foi adotada por Galfredo de Vinsauf (Faral, 274, 5), que ainda lhe acrescenta um pórtico. Um dos últimos poetas e retóricos da florescência do século XII, Pedro Riga, faz do *locus amoenus* o tema de uma poesia inteira, “Sobre o adorno do Mundo” (*De Ornatu Mundi* [...]) onde reproduzem a análise dialética e a simetria (especificação das fontes do gozo segundo os sentidos etc.). As “delícias” (*deliciae*) do lugar ameno são enriquecidas com especiarias, bálsamo, mel, vinho, cedro, abelhas. Sobrevêm ornatos mitológicos. O bosque aprazível é a rosa do mundo; esta, porém, fenece; por isso devemos contemplar o céu”. Ernst Robert Curtius. *Op. Cit.*, p. 254-255.

²⁸³ Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 231.

²⁸⁴ Em razão da importância de tal literatura em *Visão do paraíso*, esta nota reproduz as principais publicações deste que, nos termos da época, pode ser considerado um gênero de leitura, citadas nas notas do referido capítulo, e, propositalmente, tal como Sérgio Buarque as cita (muitas vezes de forma incompleta): “Iacopo Sannazaro, *Opere*”; “Torquato Tasso, *Aminta, Atto Secondo, Scena II (Poesie)*”; “Torquato Tasso, *Discorsi del Poema Eroico, Lib II* (Prosa); “Ronsard, *Oeuvres completes II*”; “Horapolo, *The Hieroglyphics of...*”; Andreae Alciati *Emblemata*”; “Marino, *L’Adone*”. Quase todas são citadas para fundamentar a visão renascentista da fauna fantástica paradisíaca. E algumas delas (por exemplo “Horapolo, *The Hieroglyphics of...*”) são acrescidas de comentários sobre o mesmo tema. Idem, p. 499-506.

²⁸⁵ Ibidem, p. 292.

capacidade de falar”. Quanto aos outros falantes do início dos tempos, acabaram “calados em consequência do Pecado”. De modo que “o papagaio parece assim guardar algum vestígio daqueles ditos tempos e, ao menos por essa virtude, se outras não lhe faltassem, poderia verdadeiramente presumir-se uma ave paradisíaca”²⁸⁶.

2.3. O imaginário espanhol. Ou os “enganos” de Cristóvão Colombo²⁸⁷

O estudo comparado proposto por *Visão do paraíso* parte da hipótese de que o imaginário paradisíaco espanhol apresenta uma notável similaridade com a modernização propiciada pela Renascença. Algo demonstrado sobretudo pelo imaginário edênico do desbravador genovês Cristóvão Colombo, que assume pelas páginas da obra o papel de transformar o Novo Mundo num *topos* da imaginação paradisíaca. A proximidade entre as visões edênicas deste personagem e a tópica do paraíso terrestre é indicada logo no “Prefácio à segunda edição”: em primeiro lugar ao lembrar “os esquemas medievais” da mitologia relativa à imagem de uma “perene primavera e invariável temperança do ar”; em seguida, chama atenção para a presença da mesma variação do mito nas avaliações de Colombo sobre o Novo Mundo, realizadas em Cuba, durante seu primeiro contato com o continente, nos meses finais de 1492: “entre os textos de navegantes ou cronistas que registraram o mesmo esquema em terras americanas o mais antigo é a relação que deu Cristóvão Colombo de sua primeira viagem, em que o descobridor, falando do clima ameno de Cuba, ‘ni frio ni caliente’, segue à risca o padrão canônico”.²⁸⁸

Mas, se nossa análise for correta, o capítulo “Terras incógnitas” acolhe com maior nitidez os elementos propriamente renascentistas no imaginário do desbravador por ser quase integralmente dedicado à questão. Nele pode-se notar que, ainda em Cuba, Colombo chegou afirmar, por “engano”, que ouvia o canto do ruiseñor (rouxinol), “pássaro renascentista, totalmente estranho ao Novo Mundo, porém presente em certos

²⁸⁶ Ibidem, p. 314. É impossível, mais uma vez, não lembrar a reflexão de Ernst R. Curtius sobre a tópica da “paisagem ideal”, na qual comumente é ilustrada, nos termos do autor, por uma “fauna exótica”: “animais fabulosos das catedrais”, “leões da Europa medieval”, “abelhas e suas colmeias”, “pastores de gado bovino”, “pastores de cabras” etc. Ernst Robert Curtius. *Op. Cit.*, 239-246.

²⁸⁷ Agradeço a Pedro Meira Monteiro por chamar atenção para a importância de Cristóvão Colombo em *Visão do paraíso*.

²⁸⁸ Remetemos mais uma vez a Sérgio Buarque de Holanda. “Prefácio à segunda edição”. *Op. Cit.*, p. 25.

textos de Colombo [...], como se existisse, de fato, na finisterra americana”²⁸⁹. Sérgio Buarque enfim assevera: para Cristóvão Colombo “cantaba el ruiseñor y otros pajaricos de mil maneras em el mês de noviembre por donde yo andaba”. E ainda busca “esclarecer” o “engano” cometido pelo personagem:

Pássaro genuinamente “renascentista”, apesar de retomado a veneráveis modelos clássicos, fora ele um personagem esporádico e a rigor secundário na tradição medieval [...] onde, quando aparece, se faz acompanhar em geral da calhandra. Parece provável que Colombo se tenha deixado dominar, neste passo, pelo mesmo engano que então, e ainda mais tarde há de levar muitos europeus a procurar ver no Novo Mundo algumas das espécies vegetais ou animais que já lhes seriam familiares²⁹⁰.

A reflexão é estendida para outros capítulos de *Visão do paraíso*, nos quais o mesmo “rouxinol” de Colombo” reaparece dentro de um esquema simbólico do próprio *locus amoenus*. A armação é acompanhada por “um desses elementos” que “sabemos que muitos colonizadores viriam encontrá-los quando aportassem nas terras mais chegadas à linha equinocial”: “o da folhagem verde”. Quando avistada pelo adventício “não haveriam de faltar todas as mais, que pudessem completar o panorama edênico”.²⁹¹ Pois “o verde imutável da folhagem [...] corresponde [...] a um traço obrigatório dessas paisagens irreais, já que traduz o sonho paradisíaco da eterna primavera”.²⁹² De modo que “não parece difícil traçar a longa genealogia desses motivos”: incluem flores cheirosas e pomos doces e bondosos, que se “nossos primeiros pais” a tivessem provado não padeceriam de mal algum. E estão fixadas em um horto deleitoso, banhado por uma única fonte que dá origem a quatro rios: o Pison (região de Havilá); o Ghion (região da terra de Cuche); o Tigre (oriental da Assíria); e o Eufrates (Ásia ocidental).

A estadia de Cristóvão Colombo na América também é explorada para referir-se aos inúmeros perigos contidos na peregrinação aos sítios edênicos. Entre os quais, e talvez o mais importante na arquitetura do estudo comparado de *Visão do paraíso*, corresponde à crença na terra das Amazonas, “mulheres guerreiras e alheias ao jugo masculino” que atormentavam a imaginação dos desbravadores por serem, nessa perspectiva, prováveis

²⁸⁹ Ronaldo Vainfas. “Sérgio Buarque de Holanda, historiador das representações mentais”. In Pedro Meira Monteiro e João Kennedy Eugênio (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas / Rio de Janeiro, Editora da Unicamp / Ed. Uerj, 2008, p. 552.

²⁹⁰ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 54 e 55. Vale lembrar que, também neste caso, Sérgio Buarque recorre aos trabalhos de Ernst Robert Curtius para se referir ao “engano” de Colombo.

²⁹¹ Idem, p. 262 e 263.

²⁹² Ibidem, p. 263.

praticantes do canibalismo. Como parte integrante do esquema, “é esse, entre os grandes mitos da conquista, o que menos se filia, na aparência, aos motivos edênicos. Mas só na aparência, pois uma velha tradição tende constantemente a vincular os dois temas por uma espécie de atração recíproca”.²⁹³

Se, enquanto parte do mito, as amazonas integram a “geografia fabulosa da Antiguidade e da Idade Média”, é como ilustração do imaginário da modernidade renascentista que elas são retratadas por Cristóvão Colombo. O corpus documental sobre tais mulheres foi em parte produzido no contexto da Renascença europeia. Um exemplo se encontra em *Le decade del Mondo Nuovo*, do padre humanista italiano e historiador da Espanha Martyr d'Anghiera. Com elegância e “por ouvir dizer”, aquele que, para Sérgio Buarque, fora um “sábio humanista”, antes de falar dos costumes de destas guerreiras, sobreavisa o leitor o que vem pela frente: “tais coisas se contam, e a ti eu as narro”.²⁹⁴ Outro caso consiste em um insulário de Bordone, publicado em Veneza, em 1547. Bordone é considerado por nosso autor como um dos precursores “do romantismo insular que se desenvolve com o Renascimento [...] [que] renovara, [...], de acordo com esta tendência, a tradição clássica das Amazonas”. Esta renovação implicaria, mais precisamente, numa renitente mudança ocorrida na representação imaginária destas mulheres: “Continentais, em sua origem, estas irão mudar-se aos poucos para as ilhas de mistério”.

A versão renovada do esquema (as Amazonas habitando em ilhas, não em continentes), é presente na percepção de Cristóvão Colombo. Em grande parte “por ouvir dizer” os índios antilhanos e interpretá-los por meio de noções de “autores antigos como pelos geógrafos medievais”, Colombo “apresenta a terra das amazonas, não no continente, mas numa ilha”²⁹⁵. Em 1481, alguns anos antes de fazer as propostas de sua viagem à Corte, o genovês estava empenhado, por exemplo, no estudo de *Ymago mundi*, do teólogo francês Pierre D’Ailly, que acabou por despertá-lo a vontade “de ir procurar, para além do oceano, [...] fabulosos tesouros [...] e, não menos, algum sítio

²⁹³ Ibidem, p. 74.

²⁹⁴ Ibidem, p. 64. A passagem integral de *Le decade del Mondo Nuovo*, de Martyr d'Anghiera, citada em nota por Sérgio Buarque, salienta: “Se acreditais que os canibais, em dadas épocas do ano, se vão ajuntar aquelas mulheres, há de ser como referiu a antiguidade, que se ajuntavam os trácios com as amazonas de Lesbos e que, da mesma forma, enviavam elas aos pais os filhos machos e guardavam as meninas. Dizem destas mulheres que têm grandes cunículos onde se refugiam se algum varão se vai buscar fora do tempo convencional. E se alguém tentar com violência ou insídia violar o ingresso dessas passagens subterrâneas, respondem a flechadas e, ao que se supõe, sem perder tiro. *Tais coisas se narram e eu as refiro a ti*” (grifo do autor, mas poderia ser nosso). Ibidem, p. 476.

²⁹⁵ Sérgio Buarque de Holanda, *Op. Cit.*, p. 66.

paradisiáco”.²⁹⁶ Para Sérgio Buarque, uma das partes da tópica do pensamento de Colombo relativa ao *locus amoenus* (“a fisionomia dos quatro rios que descendem do éden”) provém de suas leituras de dois capítulos de *Ymago mundi*, dedicados aos rios de Éden. Ou ainda, de outra referência igualmente importante: *Historia rerum ubique gestarum*, do “papa humanista” Pio II. Os dois casos fazem nosso personagem produzir centenas de apostilas com formulações a respeito da localização dos sítios edênicos por meio do que pessoalmente “viu ou ouviu”.²⁹⁷

Cristóvão Colombo, desse modo, tem importância considerável nas concepções paradisiacas de outros personagens castelhanos de *Visão do paraíso*. Dois deles merecem atenção. Em primeiro lugar o conquistador santervaseño Juan Ponce de León, que em *Visão do paraíso* cumpre o papel de fundamentar a procura pela fonte de Juventa, outro apêndice da tópica do *locus amoenus*. No caso somente “depois de longa residência nas terras descobertas” que nosso personagem “julgou-se por fim, aos cinquenta anos de idade, e como quem quer corrigir os estragos do corpo, em situação de ir localizar o mais breve caminho para a sagrada fonte e para o rio onde os velhos se revigoram e remoçam”. A primeira delas estaria na pequena ilha de Bimini, e o rio na península contígua da Flórida, que Ponce imaginava também ser uma ilha. Sérgio Buarque lembraria que especulações como esta “era de esperar, depois das desvairadas especulações de Colombo”, a quem, aliás, Ponce de Leon acompanha em sua viagem ao Haiti, acima lembrada. A partir de então “a fonte de Juventa [...] [encontrou] algum meio de introduzir-se na geografia visionária do Novo Mundo”.²⁹⁸

Além dele, cabe mencionar o Frei dominicano Bartolomé de Las Casas, que também acompanhou Cristóvão Colombo nesta mesma viagem. Nela o frade dominicano “se engana”, assim como o genovês – porém “ainda mais tarde” do que ele –, sobre o canto

²⁹⁶ Idem, p. 249.

²⁹⁷ Ibidem, p. 248. As notas e a bibliografia de *Visão do paraíso* confirmam que Sérgio Buarque não somente estudou *Ymago mundi* e *Historia rerum ubique gestarum* como teve acesso às anotações de Cristóvão Colombo. Como ele mesmo indica na bibliografia, sua edição de *Ymago mundi*, por exemplo, é organizada e comentada pelo jornalista, arquivista e escritor canadense Edmond Buron (1874 – 1942), e contém as notas marginais de Cristóvão Colombo, algo evidenciado na própria referência à edição feita por Buarque de Holanda: “BURON, Edmond. *Ymago Mundi de Pierre D’Ailly*, Cardinal de Cambrai et Chancelier de l’Université de Paris (1350-1420). Texte latin et traduction française des quatre traités cosmographiques de D’Ailly et des notes marginales de Christophe Colomb. Etude sur les sources de l’auteur, 3 vols, Paris, 1930”. Edmond Buron também reproduziu nesta publicação as notas de Colombo a *Historia rerum*, como salienta Sérgio Buarque no capítulo “O paraíso perdido”. Sérgio Buarque de Holanda. Ibidem, p. 248.

²⁹⁸ Ponce de Leon está acompanhado de Cristóvão Colombo nas quatro vezes em que é citado e analisado em *Visão do paraíso* – todas elas, como dissemos, no capítulo “Terras incógnitas”. Aliás o conquistador também está ao lado do humanista Pedro Mártir de Anghuiera, que, como lembra Sérgio Buarque, tinha igual interesse nos informantes e nas informações sobre a Fonte de Juventa (Ibidem, p. 64).

dos pássaros do Haiti (ambos “ouvem” o “rouxinol” nesta região). A própria materialidade do mito paradisíaco, nos termos deste companheiro de viagem, provém em grande parte das especulações de Colombo. Ambos refutam “aquela ideia de um Paraíso Terreal inatingível, por mais que se admita só poder alcançá-lo com o socorro divino”, e, desse modo, são reticentes à ideia de que uma suposta “barreira mais compatível com o caráter do Paraíso se deveria apresentar melhor sob o aspecto de uma altíssima e invencível escarpa”. A questão reside no modo no qual Sérgio Buarque, uma vez mais, justifica uma espécie de genealogia dos motivos edênicos espanhóis. Se ambos concordam entre si, é porque, em grande parte, Las Casas vê sentido nas proposições de seu companheiro de viagem, e não o contrário: “a frei Bartolomeu de Las Casas pareceram perfeitamente justificáveis as razões do genovês, pois embora muitos tivessem escrito acerca da suposta altitude de Éden, já a Sagrada Escritura não explica até onde [ela] vai”²⁹⁹.

Cristóvão Colombo ainda é solicitado a fornecer as vivas cores paradisíacas sobre a literatura do *siglo de oro* espanhol. Este gênero, discutido como algo em parte distante da arte da Contra-Reforma, é aproximado àqueles “significados ocultos” que, como vimos, os humanistas admiravam.

Durante todo o Renascimento e ao longo do século XVII, a tendência para se procurarem em todas as coisas os significados ocultos, longe de constituir uma especificidade hispânica e sobretudo castelhana, estava generalizada por todo o mundo ocidental. Quando muito caberá dizer que, tendo sofrido mais devagar que outros povos as influências racionalistas, os espanhóis [...] se apegariam por mais tempo a concepções que tinham parecido particularmente atraentes para sua gente e que se exprimiram, em maior ou menor grau, nas diferentes manifestações espirituais do seu *siglo de oro*³⁰⁰.

A literatura pertencente ao *siglo de oro*, afinal, aparece, por toda a obra, como expressão de um *asceticismo místico*. “O esquema fixo das paisagens edênicas irá alcançar um poder de fascinação que saberá resistir ao tempo e impor-se a todos os espíritos”. Notemos que, ao contrário das referências a Colombo, as alusões de Sérgio Buarque às obras e autores do *siglo de oro* não são numerosas³⁰¹. Mas quando as cita, não abre mão

²⁹⁹ Ibidem, p. 244 e 245.

³⁰⁰ Ibidem, p. 327.

³⁰¹ Diversas referências feitas por Sérgio Buarque acerca do *siglo de oro* são retiradas de bibliografia especializada, que optamos por não discutir por considerar que, apesar de sua importância, ela não parece ter importância considerável na metodologia de *Visão do paraíso*, nem movimentar no texto da obra as

de ressaltar as publicações que remetem a uma concepção cristã de paraíso. De *La Conversion de la Magdalena*, de Pedro Malón de Chaide, realça-se o “mirífico cenário de uma Idade de Ouro” presente numa “cidade bem-aventurada”. Nela “torres e almenas surgem cobertas de cristal, com laços de ouro puríssimo onde se engastam esmeraldas e rubis, tudo retocado da luz e esplendor do verdadeiro Sol, que ali resplandece. O solo, ruas e praças, são de ouro limpo”.³⁰² Também neste caso, são os termos do deslumbrado imaginário de Cristóvão Colombo que acabam por custear a reflexão. Tome-se como exemplo “os miríficos cenários” de Malon de Chaide: são complementados pelas “folhas verdes” avistadas pelo genovês, e que o auxiliam a insistir no “engano” acerca do “falso” rouxinol³⁰³. Do mesmo modo, o “Novo Mundo imaculado” de Cervantes e de seu tempo é elucidado por uma crença de Colombo sobre a América, lugar, segundo ele, sem os tormentosos ventos da Europa, e que, ao se aproximar pelo mar, a agulha da bússola, até então direcionada rumo à Estrela Polar, move-se “para algum ponto invisível e não observado”,³⁰⁴.

É a partir de Colombo, finalmente, que *Visão do paraíso* constrói a ideia de “Novo Mundo” como promessa espaço-temporal de ‘nova primavera’, singularizando assim a fisionomia da presença castelhana nos trópicos. No *espaço*, nota-se “uma natureza ainda estuante de vida, de força divina e juvenil”; “o gambá [...] com a bolsa na qual se criam filhos; ou a preguiça que, para alguns cronistas castelhanos, em suas Índias, só se sustenta de ar, assim como se dizia dos moradores das proximidades do Paraíso Terreal que se nutriam de perfume e de flores”.³⁰⁵ No *tempo*, é portador de uma *ambiguidade* fundante: se por um lado representa a nostalgia de um mundo desaparecido, por outro estaria indissociável de uma esperança escatológica do ‘tempo de renovação’. Num e

análises de cunho mais normativo. Se for possível fazer observações concisas sobre o assunto, vale lembrar a obra Valentin de Pedro. *América em las letras españolas del Siglo de Oro*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1954. (Edição citada pelo autor no capítulo “Visão do paraíso”, Ibidem, p. 503). Ainda assim, tais referências revelam a leitura atenta de cada obra citada, a exemplo do trecho sobre o asceticismo que aqui se ressaltava, presente nas palavras de Frei Luis de Leon (que inclui comentários do autor de *Visão do paraíso*): “Em frei Luís de León, particularmente, encontra-se bastante viva a ideia de que, através das coisas conhecidas, vistas e amadas na terra, Deus pode dar notícia de seus bens, com utilidade e conveniência para os homens. “Lo uno”, escreve, “porque todo nuestro conocimiento, assi como comiença de los sentidos, assi no conoce bien el espiritual, sino es por semejança de lo sensible que conoce primero. Lo outro, porque la semejança que ay de lo uno a outro, advertida e conocida, abiva el gusto de nuestro entendimiento naturalmente, que és inclinado a cotejar unas cosas com otras discurrendo por ellas [...]” Frei Luis de Leon. *De los nombres de Cristo*. Madri, 1949. (Edição citada pelo autor). Idem, p. 505.

³⁰² Ibidem, p. 260.

³⁰³ Ibidem, p. 263.

³⁰⁴ Ibidem, p. 306.

³⁰⁵ Ibidem. Ver entre as páginas 301 a 324.

noutro caso, o Novo Mundo é reflexo da morfologia renascentista associada à *expectativa de futuro* (reencontrado ou a se encontrar)³⁰⁶.

Esta definição é apresentada logo após a apresentação da terceira viagem do explorador genovês pela América, na costa do Pária, onde “Colombo, sem dissuadir-se de que atingira pelo Ocidente as partes do Oriente, julgou-se em *outro mundo* [...], onde tudo lhe dizia estar o caminho do verdadeiro Paraíso Terreal”³⁰⁷. Após exemplificar, Sérgio Buarque explica:

Ganha com isso o seu significado pleno aquela expressão “Novo Mundo”, que o próprio descobridor [Cristóvão Colombo] esteve na iminência de empregar e que o humanista [Pietro Martire d'] Anguiera cunharia [na obra *La decade del Mondo Novo*] para designar as terras descobertas. Novo, não só porque, ignorado, até então, das gentes da Europa e ausente na geografia de Ptolomeu, fora “novamente” encontrado, mas porque parecia o mundo renovar-se ali, e regenerar-se, vestido de verde imutável, banhado numa perene primavera, alheio à variedade e aos rigores das estações, como se estivesse verdadeiramente restituído à glória dos dias da Criação.³⁰⁸

Não estamos sugerindo que a importância de Cristóvão Colombo seja exclusiva na configuração de uma modernidade propriamente espanhola. Sugere-se isto sim que a centralidade do desbravador genovês, além de ser em grande medida *inédita e peculiar* de *Visão do paraíso*, é o alicerce de uma proposição estabelecida em “Terras incógnitas” e redistribuída nos demais capítulos da obra; especialmente em “Visão do paraíso”. Exceto na obra *Raízes do Brasil* – e mesmo assim a partir de sua segunda edição, como ainda tentaremos mostrar –, em qual outro trabalho de Buarque de Holanda há uma reflexão de fôlego deste personagem que, de fato, é constantemente citado e discutido na obra de 1959? Na dissertação *A Estrutura da narrativa em Visão do paraíso de Sérgio Buarque de Holanda*, Gabriella Lima de Assis reconhece com acerto sua importância: “entre os viajantes citados no texto que aludem ao paraíso presente materialmente em alguma parte da terra, e que tentaram chegar até ele, podemos destacar Cristóvão Colombo, cujos relatos dizem sobre a localização no continente americano do paraíso terreal”.³⁰⁹ Irrelevante nos trabalhos interrompidos em

³⁰⁶ Ibidem, p. 306.

³⁰⁷ Ibidem, p. 307.

³⁰⁸ Ibidem, p. 308.

³⁰⁹ Gabriella Lima de Assis. *A Estrutura da narrativa em Visão do paraíso de Sérgio Buarque de Holanda*. Cuiabá, Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso (Dissertação de Mestrado), 2012, p. 108-109.

razão do concurso à cadeira de Civilização Brasileira, o personagem é erguido ao primeiro plano da tese *Visão do paraíso*, que, não custa lembrar, já abriga os capítulos “Experiência e fantasia” e “Terras incógnitas”. Em parte por isso é assim mantido na primeira edição da obra e remodelado a um plano ainda mais alto nas edições seguintes por conta do paradigmático “Prefácio à segunda edição”.

2.4. O conservantismo português. As cores atenuadas da Ilha Brasil

Uma vez que Cristóvão Colombo não é uma ‘ilha’ a partir da qual se avista a modernidade castelhana por todos os ângulos, é necessário contrastá-lo com o imaginário paradisíaco dos portugueses na América. O primeiro parágrafo do capítulo “Experiência e fantasia”, que em si tem o papel de uma hipótese, deixa claro que os colonizadores portugueses não se entregariam com igual arroubo à fantasia renascentista de uma América paradisíaca.

O gosto da maravilha e do mistério, quase inseparável da literatura de viagens na era dos grandes descobrimentos marítimos, ocupa espaço singularmente reduzido nos escritos quinhentistas dos portugueses sobre o Novo Mundo. Ou porque a longa prática das navegações do Mar Oceano e o assíduo trato das terras e gentes já tivessem amortecido neles a sensibilidade para o exótico, ou porque o fascínio do Oriente ainda absorvesse em demasia os seus cuidados, sem deixar margem a maiores surpresas, a verdade é que não os inquietam, aqui, os extraordinários portentos, nem a esperança deles. E o próprio sonho de riquezas fabulosas, que no resto do hemisfério há de guiar tantas vezes os passos do conquistador europeu, é em seu caso constantemente cerceado por uma noção mais nítida, porventura, das limitações humanas e terrenas³¹⁰.

Trata-se de uma daquelas “contingências históricas” da mitologia da conquista que “podem variar não só no tempo, mas também no espaço”³¹¹; uma propensão para adaptar a fantasia paradisíaca à *experiência* concreta. “Não que Sérgio negue a sedução lusitana pelos motivos do ‘paraíso terreal’, de influência tão vertiginosa no imaginário dos povos, da Idade Média à era dos descobrimentos”, como explica Antonio Arnoni Prado. Interessa demonstrar contudo “a propensão dos portugueses para ajustá-los à dimensão prática de suas aventuras, geralmente alinhadas às causas materiais que, segundo ele, prevalecem sobre a fantasia, transformando-a em fator auxiliar da

³¹⁰ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 35.

³¹¹ Idem, p. 23.

expansão colonizadora”³¹². Este processo é intitulado por Sérgio Buarque de Holanda de *atenuação plausível* e/ou *realismo pedestre*. E traduz a desaprovação à ideia de que a mitologia geográfica da Conquista, enquanto modelo do pensamento desencadeado pelos Descobrimentos, é reflexo da modernidade suscitada pelo Renascimento.

Em “Experiência e fantasia”, as críticas são dirigidas à historiografia portuguesa moderna; sobretudo aquela para a qual a experiência dos Descobrimentos é o fato essencial do Renascimento português ao prefigurar uma moderna nação de matriz luso-brasileira. Se esta vertente da historiografia é demasiado ampla, aglutinando uma ou mais gerações em torno de um contexto que coincide com a implantação do Estado Novo (apesar de ser predominantemente críticas a este)³¹³; aqui será apresentada a partir de uma obra que, em relação ao tema, representa a opção metodológica da expressiva maioria destes historiadores. Trata-se de *O Renascimento português: em busca de sua especificidade*, de Joaquim Barradas de Carvalho³¹⁴. Como se pode antever, esta já atribui um sentido à expressão “experiência”, oposto, pois, à de *Visão do paraíso* ao associá-la às grandes navegações e à atividade científica. “Entremos nesta história profunda, como que subterrânea, inconsistente, do pensamento, nesta verdadeira história social do pensamento, nesta história em que as personagens são os conceitos”, sobreavisa o historiador, que toma como exemplo a física clássica: “relativamente ao nascimento da física clássica, quais serão os conceitos-base, sem os quais esta ruptura na história do pensamento não teria sido possível? Trata-se de uma física matemática, quantitativa e experimental. E, assim, parece-nos que devemos ater-nos a dois conceitos-chave: a matematização do real e à *experiência*”³¹⁵. Não por acaso, Cristóvão Colombo é criticado, já que, para ele, este “concorrente de Portugal” não poderia carregar o título de descobridor da América por conta da palavra descobrimento não

³¹² Antonio Arnoni Prado. *Dois letrados e o Brasil nação: a obra crítica de Oliveira Lima e Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo, Ed. 34, 2015, p. 272.

³¹³ Sobre a historiografia portuguesa moderna, ver: Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Cartoga. *História da história em Portugal: séculos XIX-XX*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996; José Jobson de Andrade Arruda e José Manuel Tengarrinha. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru, Edusc, 1999; Vitorino Magalhães Godinho. “A historiografia portuguesa: orientações, problemas, perspectivas”. In *Revista de História*. n. 21/22, 1955; _____. *A economia dos descobrimentos henriquinos*. Lisboa, Sá da Costa, 1962; Charles Boxer. “Some notes on portuguese historiography 1930-1950”. In *History: history journal of the historical association*, n. 135/136, 1954. Joel Serrão (org.). *Dicionário de história de Portugal*. Porto, Livraria Figueirinhas, 1963-1971; Oliveira Marques. *Introdução à história da agricultura*. Lisboa, Cosmos, 1962; Antônio Borges Coelho. *Raízes da expansão portuguesa*. Lisboa, Prelo, 1975.

³¹⁴ Aproveitamos para agradecer a Thiago Lima Nicodemo, Ana Paula Torres Meggiani e Fernando Novais por sugerir a incorporação desta obra no presente trabalho.

³¹⁵ Joaquim Barradas de Carvalho. *O Renascimento português: em busca de sua especificidade*. Lisboa, 1980, p. 32.

constar nas suas *Relações e Cartas*: “Sabemos que Colombo viveu em Portugal até 1485, portanto poucos meses antes do primeiro emprego da palavra em Portugal, em 1486. Colombo morreu em 1506, e este substantivo síntese nunca lhe ocorreu”³¹⁶. O Renascimento português, além de específico, já tinha seus personagens principais: Duarte Pacheco Pereira e D. João de Castro, que, para Barradas de Carvalho, souberam magistralmente dar forma ao conceito de experiência como “experiência empírica” capaz de acessar o “conhecimento do mundo”.³¹⁷

Barradas de Carvalho, evidentemente, não é citado em *Visão do paraíso (O Renascimento português é parte integrante de sua tese originalmente defendida em 1975 na École des hautes études en sciences sociales, em Paris)*.³¹⁸ Mesmo assim é contra reflexões deste porte que “Experiência e fantasia” direciona suas críticas ao buscar transformar o estudo comparado em objetivo central da obra. O “realismo comumente desencantado, voltado sobretudo para o particular e o concreto que vemos predominar entre nossos velhos cronistas”, segundo Sérgio Buarque, tem raízes ancoradas “num tipo de mentalidade arcaizante” da Idade Média. De modo que “a parte que cabe aos portugueses nas origens da geografia fantástica do Renascimento, acha-se, realmente, em nítida desproporção com a múltipla atividade de seus navegadores”³¹⁹. Daí a importante interrogação lançada pelo autor:

O que, ao primeiro relance, pode passar por uma característica “moderna” daqueles escritores e viajantes lusitanos – sua adesão ao real e ao imediato, sua capacidade, às vezes, de meticulosa observação, animada, quando muito, de algum interesse pragmático – não se relacionaria, ao contrário, com um tipo de mentalidade já arcaizante na sua época, ainda submisso a padrões longamente ultrapassados pelas tendências que governam o pensamento dos humanistas e, em verdade, de todo o Renascimento?³²⁰

Também neste caso a crítica articula-se a uma questão de método. Sérgio Buarque, à maneira daqueles historiadores da cultura preocupados com as relações entre as diferentes *formas artísticas*, recorre à história da arte para respondê-la:

³¹⁶ Idem, p. 15.

³¹⁷ Ibidem, p. 37 a 40.

³¹⁸ Joaquim Barradas de Carvalho. *A la recherche de la spécificité de la Renaissance portugaise: L’Esmeraldo de Situ Orbis, de Duarte Pacheco Pereira, et la littérature portugaise de voyage à l’époque des grandes découvertes. Contribution à l’étude des origines de la pensée moderne*. Paris, École des Hautes Études en sciences sociales, 1975.

³¹⁹ Idem, p. 42.

³²⁰ Ibidem, p. 36.

Nada fará melhor compreender tais homens, atentos, em regra geral, ao pormenor e ao episódico, avessos, quase sempre, a induções audaciosas e delirantes imaginações, do que lembrar, em contraste com o idealismo, com a fantasia e ainda com o senso de unidade dos renascentistas, o pedestre “realismo” e o particularismo próprio da arte medieval, principalmente de fins da Idade Média. Arte em que até as figuras de anjos parecem renunciar ao voo, contentando-se com gestos mais plausíveis e tímidos (o caminhar, por exemplo, sobre pequenas nuvens, que lhes serviram de sustentáculo, como se fossem formas corpóreas), e onde o milagroso se exprime através de recursos mais convincentes que as auréolas e nimbos, tão familiares a pintores de outras épocas³²¹.

A primeira nota de “Experiência e fantasia” se refere às obras *A arte clássica e Conceitos fundamentais de história da arte*, de Heinrich Wölfflin: “*Classic Art*. [...] Sobre o senso de unidade introduzido pela arte renascentista em contraste com a dos fins da Idade Média, veja-se [...] os *Kunstgeschichtliche Grundbegriffe* [...] em particular [...] as ‘categorias’ [...] de Multiplicidade e Unidade”.³²² Ambas alimentam uma cisão na história da arte medieval e renascentista, readaptada em *Visão do paraíso* para alimentar um contraste *histórico-formal* entre o imaginário dos portugueses nos trópicos e o Renascimento europeu³²³. Esta caracteriza-se por diferenças estilísticas entre a arte do Quatrocento (medieval) e a do Cinquecento (renascentista). A primeira é sobretudo definida por seu *realismo pedestre* (duas palavras usadas constantemente pelo historiador suíço para referir-se à época). É ilustrada muitas vezes por pintores renascentistas, caso dos italianos Rafael Sanzio e Leonardo da Vinci, cujos trabalhos distinguiam-se de um “realismo irredutível” no qual “a simples utilização dos motivos sedestres e pedestres era insatisfatória”. À diferença do “*Quatrocento* ‘realista’”, as expressões artísticas póstumas eram críticas ao “afã de assenhorar-se da natureza em seus mínimos detalhes, o prazer de representar a realidade pela realidade”. No caso “o maravilhoso [...] [era] representado em toda a plenitude, não apenas com glórias e auréolas, mas com transposições idealizantes de acontecimentos que, até então, tinham sido tratados com o máximo realismo”.³²⁴ O “movimento de anjos voadores” e dos

³²¹ Ibidem, p. 36.

³²² Ibidem, p. 472.

³²³ De fato, *A arte clássica e Conceitos fundamentais da história da arte* (especialmente o quarto capítulo, “Pluralidade e unidade”, pelo qual Sérgio Buarque teve bastante interesse) não há menção significativa à arte portuguesa contemporânea à Idade Média e ao Renascimento. Wölfflin apresenta uma tendência situada principalmente entre os séculos XIV e XV, para ele válida no ocidente.

³²⁴ Em *A arte clássica*, Wölfflin cita a produção artística de Leonardo da Vinci como a que oscila entre um “realismo irredutível” e uma “beleza quase sobrenatural”: “Sua pintura também se especializa nos extremos do vigor e da suavidade. Quando retrata uma batalha, sobrepuja a todos na expressão da paixão desenfreada e do movimento colossal, mas, paralelamente, seu talento apreende as sensações mais sutis e

demais personagens celestes resultam desta reviravolta estilística do Cinquento: se antes “[a Idade Média] exigia os movimentos plausíveis, e, ao invés de representar anjos flutuantes, fazia-os caminhar ou correr sobre pequenas nuvens que lhe serviam de suporte”; agora “recupera[-se] o pairar solene”³²⁵. Portanto, a expressão “realismo pedestre” é em grande parte retirada dos trabalhos de Heinrich Wölfflin. Porém, ao reutilizá-la para caracterizar o imaginário português, acaba por lhe atribuir um sentido original: a de um imaginário medieval afeito a um *tradicionalismo* em parte diverso da ideia de modernidade associada à renascença europeia.

O imaginário realista dos portugueses é discutido no artigo “Historiografia portuguesa” (1960)³²⁶ publicado por Sérgio Buarque logo depois da primeira edição da obra, e pouco investigado por especialistas. Mesmo não contendo referências à historiografia da arte e, principalmente, às reflexões comparadas do mito do paraíso terrestre na América, é conveniente lembrá-lo para melhor compreender os objetivos centrais de *Visão do paraíso*. Ele afinal recorre a duas crônicas de Gomes Eanes de Zurara: *Crônica da tomada de Ceuta* e *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*, ambas “dedicadas ao enaltecimento dos feitos do infante d. Henrique”³²⁷ para tentar salientar, nelas, a pouca “atração do miraculoso e sobrenatural”. Zurara acaba “quase sempre [preferindo] uma visão direta e discreta dos fatos”. Mesmo ao tratar, por exemplo, da vitória portuguesa sobre os mouros nas lutas de Marrocos, nas quais o infante fora encarregado, em 1416, para administrar a retomada de praças-fortes locais: o relativo êxito lusitano nada se deve a atitudes heroicas, e sim à falta de defesa dos muçulmanos, que, ao contrário dos cristãos, raramente se vestiam de armaduras.³²⁸

A anedota serve primeiramente de ponto de partida para autor advertir a “modernidade aparente” da abordagem historiográfica de “historiadores portugueses quatrocentistas”:

capta a expressão mais fugidia. Na concepção de algumas cabeças, ele parece empenhar-se com o ímpeto de um realista irreduzível, mas em outros momentos abandona esta postura, para entregar-se à visão de configurações ideais dotadas de uma beleza quase sobrenatural, sonhando aquele sorriso tênue e doce que lembra o reflexo de uma iluminação interior” (p. 32); Já Rafael era insatisfeito com os “motivos pedestres”: “Procuremos imaginar como essa tarefa teria sido resolvida no sentido da escola mais antiga [ou seja, a do Quatrocento]. Basicamente, o que cumpria realizar era aquilo que perfaz o conteúdo de tantos retábulos: uma reunião de homens devotos, em tranquila coexistência [...]. Desde o começo, Rafael reconheceu que a simples utilização dos motivos [lembrados aqui por Wölfflin] sedestres ou pedestres seria insatisfatória” (p. 113).

³²⁵ Idem, p. 257.

³²⁶ Sérgio Buarque de Holanda. “Historiografia portuguesa”. In Marcos Costa (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo / Editora Unesp, 2011 (originalmente publicado em *O Estado de São Paulo*, em 12.11.1960).

³²⁷ Idem, p. 287 e 288.

³²⁸ Ibidem, p. 287.

Entre historiadores portugueses quatrocentistas que, diretamente ou não, trataram da fase henriquina, é precisamente Zurara quem mais parece distanciar-se dessa indiferença ante às manifestações miraculosas, alheias às regras canônicas. [...] *Não falte quem chame a atenção para a sua modernidade aparente. Se essa modernidade tem a ver com aquele robusto realismo, conviria lembrar que o seu é um realismo de timbre bem medieval, adverso às fantasmagorias humanísticas ou renascentistas, e afeito antes às formas tangíveis que a divina sabedoria pôs e ordenou neste mundo* (grifo nosso)³²⁹

Para, em seguida, formular uma crítica à “modernidade” atribuída pela historiografia portuguesa moderna – isto é, de “historiadores do porte de Duarte Leite, José de Bragança, Antonio Sérgio, Veiga Simões, Magalhães Godinho e outros mais” – ao relato. O artigo mostra-se insatisfeito com o que intitula de “nacionalismo retrospectivo”, ou se preferirmos, o “zelo patriótico” destes historiadores, convencidos, pois, de uma suposta *modernidade nacionalista* atribuída à expansão marítima incentivada pelo infante d. Henrique, bem como por seus compatriotas.

Permanece decisiva a parte de d. Henrique nesse movimento nacional [incentivado pela historiografia portuguesa moderna] não apenas individual ou dinástico, a que se associam os descobrimentos marítimos e as explorações de novas terras. *Quando se apresentam restrições ao papel absorvente ou até exclusivista que veio adquirir a figura do infante é para melhor compreender, reduzindo-o a proporções humanas e plausíveis, sua grandeza histórica, não para abatê-la ou negá-la. Longe de construir invenção moderna ou fruto do zelo patriótico de alguns historiadores portugueses, é fato que, tomado em bloco, parece resistir a qualquer contradita. O mal desse zelo patriótico, em particular das acerbas reivindicações nacionais que de primazia [...] – ao “nacionalismo retrospectivo” verdadeiramente incomparável de inúmeros historiadores portugueses –, não está apenas em que ele tende a falsificar ingenuamente o passado, mas também em que provoca, num inevitável contragolpe, outras reivindicações nacionais que, por serem não raro tão pouco científicas quanto elas, podem refazer-se, ao cabo, mais eficazes. Não é assim de admirar que a obra dos navegadores portugueses tenha dado origem a increpações injustas ou até absurdas. O bom remédio, aparentemente, para muitos desses desvarios pode encontrar-se na exemplar sobriedade das crônicas lusitanas*³³⁰ (grifo nosso).

³²⁹ Ibidem, p. 288.

³³⁰ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 286.

Em *Visão do paraíso*, a mesma crítica realizada a partir de um debate travado com o historiador português Jaime Zuzarte Cortesão (1884-1960). A princípio, tem como ponto de partida uma discordância entre eles sobre o papel e a influência do mito da Ilha Brasil no imaginário dos colonizadores portugueses no Novo Mundo. Em linhas gerais, a imagem da ilha nas fontes Quinhentistas e Seiscentistas voltadas à representação geográfica da América corresponde a um “fragmento cultural” do *locus amoenus*, uma vez que é singularizada pela crença numa geografia declaradamente fantástica, na qual as nascentes dos rios da Prata, do Amazonas e do São Francisco têm origem num lago localizado no interior do continente americano. Para Sérgio Buarque, o imaginário da ilha, embora presente nas crônicas, pouco influenciou no cotidiano “realista” dos colonizadores da América lusitana:

sabe-se como o fato de numerosos mapas quinhentistas e seiscentistas mostrarem as águas do Amazonas e as do Prata unidas no nascedouro, através de uma grande lagoa central, levou o historiador Jaime Cortesão a sugerir ultimamente a ideia de uma Ilha Brasil, que teria sido concebida entre os portugueses da época sob a forma de um mito geopolítico. Não é fácil, contudo, imaginar de que forma concepções como essa, se é que existiram de fato, poderiam ter tido papel tão considerável na expansão lusitana³³¹.

Esta, porém, é a única passagem de *Visão do paraíso* em que Sérgio Buarque dirige-se diretamente a Jaime Cortesão. Para melhor compreender as diferenças interpretativas em pauta é preciso atentar para uma série de artigos publicados pelos dois historiadores na imprensa periódica ao longo de 1952, especialmente por ocasião da polêmica³³².

Jaime Cortesão, nos quatro artigos que publica para a série, defende que “o conceito da Ilha Brasil, que designamos sempre como um mito expansionista [...] representa, sim, uma inspiração latente a identificar a soberania portuguesa com uma unidade

³³¹ Idem, p. 47.

³³² De Sérgio Buarque de Holanda, ver: Sérgio Buarque de Holanda. “Um mito geopolítico: a ilha Brasil”, In, *Tentativas de mitologia*. São Paulo, Perspectiva, 1979. Além deste artigo, as críticas de Sérgio Buarque se encontram em Sérgio Buarque de Holanda. “A lenda negra”. In, *Diário carioca*, 06.04.1952; _____. “História e geopolítica”. In *Diário carioca*. 13.04.1952; _____. “Tentativa de mitologia”. In *Folha da Manhã*, 15.06.1952; _____. “História econômica”. In *Diário carioca*, 24.08.1952; _____. “A Ilha Brasil”. In *Diário carioca*, 22 e 29.06.1952; _____. “Historiografia portuguesa”. In, *O Estado de São Paulo*. 12.11.1960. Alguns destes artigos foram republicados em *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos* (Marcos Costa org.). São Paulo, Unesp / Fundação Perseu Abramo, 2011. De Jaime Cortesão, ver: Jaime Cortesão. “Aleixo Garcia: descobridor de humanidades”. In *Diário de Notícias*. 18.05.1952; _____. “Obedeceu a um plano a expansão do Brasil?”. In *Diário de Notícias*. 01.06.1952; _____. “Introdução ao debate sobre a Ilha Brasil”. In, *Diário de notícias*. 13.07.1952. _____. “Portugueses e espanhóis na América”. In *Diário de notícias*. 27.07.1952.

geográfica e cultural [...] e que se pressente, mas não se conhece”³³³. Para tanto, toma como exemplo o papel do mito como recurso de questionamento lusitano dos limites de soberania negociados pelo Tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho de 1494. O acordo, como se sabe, dividiu o mundo em dois hemisférios por um meridiano distante de 370 léguas das ilhas de Cabo Verde, deixando à Espanha tudo que ficasse no Ocidente, e a Portugal o que se contivesse no Oriente³³⁴. Em “Portugueses e espanhóis na América”, um dos artigos, Jaime Cortesão demonstraria que, para os portugueses e luso-brasileiros da época, a delimitação original do acordo era inviável por afunilar as dimensões geográficas da ilha: “em resumo: os portugueses, havendo compreendido, após as primeiras penetrações do delta amazônico e do estuário platino, que o estrito Brasil, delimitado pelo meridiano de Tordesilhas, era inviável”. Por essa razão, “aspiraram desde então a ampliar seus domínios na América, apoiando-se numa espécie de mito, segundo o qual o Amazonas e o Prata, unindo-se no sertão, faziam do Brasil uma ilha”³³⁵.

A mitologia, desse modo, forneceria os subsídios explicativos para uma razão geopolítica de estado na formação da América portuguesa. E, por assim fazer, propicia ao mesmo tempo alguns dos aportes para uma *filosofia da história* presente no pensamento historiográfico de Jaime Cortesão. Ele mesmo, em sua “Introdução ao debate a Ilha Brasil”, achou conveniente fornecer uma espécie de panorama das questões metodológicas nas quais edifica seu argumento: “fundimos intimamente os fenômenos de produção e de organização do Estado com as condições geográficas e atribuímos à livre iniciativa do homem e à inserção do espírito e da vontade na história”³³⁶.

As críticas de Jaime Cortesão também foram registradas em suas publicações de fôlego. Entre elas, *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil* (1958)³³⁷, obra publicada poucos anos depois do debate de 1952. Dividida formalmente em três partes – “Introdução”, “Raposo Tavares e suas primeiras bandeiras” e “A grande bandeira dos limites” –, a primeira delas se volta ao papel do imaginário cartográfico português na formação da América lusitana. Já as duas seguintes se concentram particularmente na

³³³ Jaime Cortesão. “Obedeceu a um plano a expansão do Brasil”. In *Diário de notícias*. 01. 06.1952, s.n.

³³⁴ Ver Iris Kantor. *Usos diplomáticos da Ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas*. In *Varia história*, v. 37, 2007.

³³⁵ Jaime Cortesão. “Portugueses e espanhóis na América”. In *Diário de notícias*. 27. 07.1952, s.n.

³³⁶ Jaime Cortesão. “Introdução ao debate a Ilha Brasil”. In *Diário de notícias*. 13.07.1952, s.n.

³³⁷ Jaime Cortesão. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. São Paulo, Imprensa oficial do Estado de São Paulo, Fundap, 2012 [1958].

abordagem das bandeiras de Raposo Tavares, no caso, compreendidas enquanto máxima expressão desta mitologia política. Seja como for, a obra nos parece por um lado resumida numa frase impactante que inaugura não menos do que a sua introdução: “Raras vezes a história duma nação terá sido tão vincadamente moldada sobre seu quadro geográfico e pré-histórico como a do Brasil”³³⁸. Por outro, o debate propriamente dito concentra-se no segundo capítulo “A reação do Tratado de Tordesilhas e o mito da Ilha Brasil”, que procura demonstrar as discordâncias em tela por meio do fenômeno da expansão geográfica dos bandeirantes na América.³³⁹ Estes personagens seriam afinal guiados por “direitos de precedência na expansão” e pela constatação de que eram, mesmo, “legítimos senhores” de uma região articulada a um “sistema circulatório, que tinha raiz em São Vicente”, e que, por sua vez, conectava-se “numa unidade geográfica, ainda mais vasta, e que eles procuravam realizar”³⁴⁰.

A cartografia histórica é igualmente lembrada: o primeiro documento a ilustrar a unidade geográfica representada pela Ilha Brasil é o “mapa do Brasil”, publicado em 1519 no *Atlas* de Lopo Homem: “Aí se vê o Brasil, pela primeira vez definido, pelo traçado e nas legendas, como uma vasta unidade geográfica e humana” e “duas bandeiras, reivindicando para a soberania portuguesa o imenso território intercalado”. Nas cartas de 1525 e 1527, de Diogo Ribeiro, “o Amazonas e o Prata se dirigem ao encontro um de outro pelas suas nascentes que contravertem, esboçando uma grande ilha. Tais mapas representam uma segunda fase do processo iniciado com a carta de Lopo Homem”. O mito encontra-se finalmente configurado entre 1528 e 1543 nos desenhos de João Afonso, “o célebre navegador e cosmógrafo cuja nacionalidade os franceses reivindicam, mas que hoje sabemos definitivamente que era português”. Em *Voyages aventureux*, uma de suas obras (publicada em 1559, mas escrita aproximadamente em 1528), “ele afirma que tanto o Amazonas, a que então se dava o nome de Maranhão, como o rio da Prata, *nasciam dum lago no interior do Brasil*,

³³⁸ Idem, p. 9.

³³⁹ Ver, por exemplo, Jaime Cortesão. *Teoria geral dos descobrimentos portugueses*. Lisboa, Seara Nova, 1940; _____. *Introdução à história das bandeiras*. Lisboa, Portugal, 1964; _____. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1952; _____. *A fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1955. Para uma boa síntese dos aspectos geopolíticos do bandeirismo, ver _____.; Hélio Vianna (orgs.). *Manuscritos da Coleção De Angelis*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1951-1970.

³⁴⁰ Ibidem, p. 47. Nesse sentido, Jaime Cortesão chama atenção para uma questão da obra de Sérgio Buarque de Holanda discutida e atualizada por Laura de Mello e Souza. “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”. In Laura de Mello e Souza. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

fazendo deste uma ilha, que já fora totalmente circunavegada”³⁴¹ (grifo nosso). As demais partes da obra reconhecem na capitania de São Paulo e nos “seus representantes mais ilustres” os verdadeiros pilares de sustentação da geopolítica do mito. “Um novo conceito duma Ilha-Brasil, muito mais dilatada para oeste, surgia com a bandeira de Raposo Tavares. [...] Frisemos que este conceito se deve principalmente à bandeira de Raposo Tavares”. “*Temos de comparar aqueles bandeirantes a grandes navegadores. [...] Raposo Tavares mediu sua grandeza por dois dos maiores padrões na Natureza: os Andes e o Amazonas. Retifiquemos, pois, e demos a ele e aos seus companheiros o qualificativo mais épico de lusíadas*” (grifo nosso).³⁴²

Cabe reiterar que, para além das cartas e de qualificativos épicos, estamos diante de uma *filosofia da história* de Jaime Cortesão. Vitorino Magalhães Godinho lembra que, por um lado, “sucede-lhe também ceder inconscientemente à exaltação patriótica [...] exagera[ndo] [por exemplo] o papel da cruzada religioso-política contra o Islã nos primórdios da expansão, e denota[ndo] estranha influência de [Joaquim] Bensaúde”; por outro, trata-se de “um médico de formação e um poeta de temperamento” situado “no primeiro plano da historiografia portuguesa do século XX”. Um “historiador [...] profundamente geógrafo”, que percebe “claramente que a história não se pode conceber

³⁴¹ Ibidem, p. 33. A nacionalidade de João Afonso é discutida em detalhes por Jaime Cortesão em Jaime Cortesão. *A fundação de São Paulo: capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1955.

³⁴² Para Cortesão, o bandeirantismo paulista assume em grande parte o papel de constituição de uma nacionalidade luso-brasileira. Em Jaime Cortesão. *A fundação de São Paulo, capital geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1955, se afirma que “primeiramente, a fundação de Piratininga alvorece como centro de um plano geopolítico de interesse transcendente nas revelações de Gonçalo da Costa, ano e meio antes que a armada de Martim Afonso atingisse as plagas vicentinas. Com anterioridade igual, o embaixador Lope Hurtado de Mendonça, confirmado mais tarde pelo próprio Martim Afonso, dava à expedição do capitão-irmão, um sentido, um esquema, uma vertebração [...]. Este aspecto, tão próprio quase diríamos específico, de uma empresa de penetração em sertões brasileiros, começa a tomar corpo na baía de Guanabara, donde parte seguindo o vale do Paraíba, a expedição propiciatória do ato de fundação [de São Paulo]”. (p. 154). *A fundação de São Paulo* é muito motivada para o IV Centenário de São Paulo, de 1954, sendo preenchida por uma demanda institucional que reforça as relações patrióticas em torno dos primeiros paulistas. Portanto, esta passagem, bem como a própria obra, são referências consideráveis para o nosso argumento, pois ela fornece uma síntese do que é possível encontrar de modo mais diluído nas outras obras citadas. Esse “qualificativo épico” concedido à questão geopolítica na formação do Brasil tem uma clara tradução política percebida nas apresentações de Jaime Cortesão a Jaime Cortesão e Helio Vianna (orgs.). *Manuscritos da Coleção De Angelis: jesuítas e bandeirantes no Guairá*, organizada para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a convite do então diretor desta instituição, Rubens Borba de Moraes. Numa delas, além de chamar atenção da “iniciativa régia” como agente idealizador das bandeiras, fornecendo como exemplo a “maior bandeira de Raposo Tavares, que, tendo saído em 1648 de São Paulo, foi terminar a Belém do Pará em 1651”; em outra, relaciona-as ao referido questionamento português ao Tratado de Madrid, dando ênfase particularmente à questão envolvida no Paraguai, região que, no âmbito da mitologia política da colonização portuguesa, pertencia juridicamente ao Brasil, e que, por essa razão, representaria “precisamente, o centro do problema. Para Tomé de Souza, como para os [...] portugueses, Assunção estava ou deveria estar na demarcação de Portugal”.

fora do amplo quadro das ciências sociais”.³⁴³ Por isso, esta concepção se pretende *geral*, pois relaciona logicamente os Descobrimentos portugueses à explicação da própria independência de Portugal. “Um imperativo de missão”, favorecida pelas condições geográficas cujas consequências foram “importantíssimas, não só para o país como para a própria humanidade”³⁴⁴. A problemática historiográfica associada aos Descobrimentos, portanto, corresponde a uma concepção de Renascimento que vai de encontro à noção de “atenuação plausível”: a Renascença, em sua feição especificamente lusitana, precisamente pelos seus pilares *experimentais* e *empíricos*, torna-se mensageira de uma “nova *cultura moderna e nacional*”.³⁴⁵

Sérgio Buarque de Holanda assina quatro artigos pelas colunas do *Diário carioca* e da *Folha da manhã* por conta do debate³⁴⁶. As dúvidas endereçadas a Jaime Cortesão encontram-se sumariadas num deles, “A Ilha Brasil”, publicado à época e republicado em 1979 com o título “Um mito geopolítico: a Ilha Brasil” em *Tentativas de mitologia*³⁴⁷, coletânea de textos próprios, organizada pelo autor. Não a organizou por acaso, como ele mesmo esclarece ao apresentá-la. Se no artigo de 1952 “aconteceu-se de opor dúvidas à hipótese do historiador português e meu saudoso amigo, Jaime Cortesão, segundo a qual um mito geopolítico a que denominou da ‘Ilha Brasil’, teria governado todo o processo de expansão lusitana nas partes do aquém-mar”; a própria coletânea o acolhe junto às diversas polêmicas do autor mantidas ao longo da vida³⁴⁸: “*Tentativa de Mitologia* [...] prestava-se, posta no plural, a designar uma coletânea de artigos onde prevalecem os de cunho polêmico”³⁴⁹. De fato nela há polêmicas que ainda precisam ser analisadas e delas retiradas os seus denominadores comuns (algo que nosso trabalho não pretende fazer), embora não deixamos de apontar *en passant* algumas delas: as críticas às concepções de “raça”, “cultura” e “democracia” do

³⁴³ Vitorino Magalhães Godinho. “A historiografia portuguesa: orientações, problemas, perspectivas”. In *Revista de História*. n. 21 e 22, 1955, p. 12.

³⁴⁴ Luís Reis Torgal; José Maria Amado Mendes e Fernando Cartoga. *História da história em Portugal: séculos XIX-XX*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

³⁴⁵ Sobre o assunto, veja as sintéticas e vigorosas reflexões de José Jobson de Andrade Arruda e José Manuel Tengarrinha. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*, Bauru, Edusc, 1999; particularmente o capítulo “As novas perspectivas da história moderna”, no qual se discute “uma história dos descobrimentos e da expansão ultramarina que, na continuidade da linha científica mais válida do passado (Jaime Cortesão) [...] se abria para novos temas e problemas como a inserção da expansão portuguesa na economia mundial, a náutica e a ciência dos Descobrimentos [...] no contexto do Renascimento europeu” (p. 129).

³⁴⁶ Ver nota 332.

³⁴⁷ Sérgio Buarque de Holanda. “Um mito geopolítico: a Ilha Brasil”. In *Tentativas de mitologia*. São Paulo, Perspectiva, 1979.

³⁴⁸ Sérgio Buarque de Holanda. “Apresentação”. In Idem, p. 8.

³⁴⁹ Ibidem, p. 8.

sociólogo carioca Oliveira Viana³⁵⁰; à noção de “sociedade patriarcal” do ensaísta pernambucano Gilberto Freyre³⁵¹; ou, ainda, às concepções modernistas de Graça Aranha.³⁵²

De forma geral, “Um mito geopolítico: a Ilha Brasil” refuta o que nosso autor intitula de “tese dominante” de Jaime Cortesão: uma “interpretação declaradamente geopolítica” da expansão ibero-americana no Novo Mundo.

Se eu devesse fazer algum reparo à tese dominante nos sábios comentários de Cortesão seria o de que, nela, portugueses e luso-brasileiros, de um lado, castelhanos, de outro, parecem obedecer insistentemente a uma espécie de fatalidade histórica, superior aos seus interesses e paixões cotidianos. [...] Uma interpretação declaradamente geopolítica. Segundo esse ponto de vista, toda a expansão lusitana em nosso Continente baseou-se num intento minucioso e previamente disciplinado. [...] É mesmo provável que essas fabricações possam sem dificuldade ser deflagradoras da vontade como o supõe Cortesão. *Onde chegam a nascer dúvidas, nesse caso, é quando o erudito pesquisador entende que, ao figurar uma imagem insular do Brasil, que se destaca bem claramente do restante da América do Sul, os cartógrafos portugueses do Quinhentos teriam criado um verdadeiro mito político e que esse mito se mostrou logo capaz de inspirar, direta ou indiretamente, toda a nossa expansão colonial. Não lhe parece excessivo pensar que tais cartógrafos e seus seguidores pudessem achar-se já àquele tempo tão impregnados na noção moderna das “fronteiras naturais”.* Assim não lhes teria custado, depois de descoberto o Brasil, prefigurar uma realidade geográfica onde já se delineasse, em forma embrionária e mítica, a extensão futura (isto é, a atual) da América portuguesa³⁵³ (grifo nosso).

“A verdade”, conclui, “é que essa ordem obedece quase sempre a uma espécie de retrospectação apologética, resultando numa *logificatio post eventum*, deleitosa para as imaginações, mas de escasso préstimo para o conhecimento do passado”³⁵⁴. A “expansão lusa” não teria obedecido propriamente a uma “razão geográfica de Estado”. Os cartógrafos coloniais, afinal, não “deslocavam caprichosamente” ao sabor de seus supostos interesses nacionais o traçado estipulado pelo Tratado de Tordesilhas. Por assim pensar, Jaime Cortesão acabaria seduzido pelo que se denomina seja em “Um mito geopolítico”, seja em *Visão do paraíso*, de “irracionalismo dos mitos”: uma crença

³⁵⁰ Ver Sérgio Buarque de Holanda. “Cultura e política”. In Ibidem.

³⁵¹ Ver Sérgio Buarque de Holanda. “Sociedade patriarcal”; “Ingleses no Brasil” e “Ainda ingleses no Brasil”. In Ibidem.

³⁵² Ver Sérgio Buarque de Holanda. “Depois da ‘semana’”. In Ibidem.

³⁵³ Sérgio Buarque de Holanda. “Um mito geopolítico: a Ilha Brasil”. In Ibidem, p. 68 e 79.

³⁵⁴ Ibidem, p. 84.

epistemológica na “capacidade de certas aspirações de fundo irracional que tantos teóricos [...] de nossos dias puderam, notoriamente, deduzir a importância do mito na vida dos povos”³⁵⁵. E que impossibilita a diferenciação, tão desejada pela exorcística “operação historiográfica” de Sérgio Buarque, entre o presente e o passado.

Sérgio Buarque se refere àqueles mesmos mapas utilizados por Jaime Cortesão para mostrar as fases de formação do mito. Sobre o primeiro deles, o de Lopo Homem, de 1519, assevera: “nem na costa, nem, em verdade, no interior [da América portuguesa] [...] vamos encontrar qualquer elemento que favoreça a teoria do ‘mito da ilha do Brasil’”. Pois “o que esse mapa sugere será a ambição nada estranhável de dilatar exageradamente as terras da Coroa portuguesa, não a de dar-lhes um perfil nítido e bem delineado”³⁵⁶. Nos desenhos de João Afonso, que configuraria a fase melhor acabada do mito, Sérgio Buarque concorda que uma “silhueta insular do Brasil aparece nítida”, mas se esquia de uma “interpretação patriótica” deste contorno ao voltar-se à biografia do cronista: “João Afonso era francês de Saintoigne”, “não se cansa [...] de tratar os portugueses de adversários e, em seus atos, como piloto a serviço da França, de prejudicar sérios interesses ultramarinos da Coroa de Portugal”³⁵⁷.

Isso não significa contudo que a influência das motivações geopolíticas e patrióticas são integralmente descartadas por Sérgio Buarque em sua análise da expansão portuguesa na América. São frequentes as passagens de “Um mito geopolítico” nas quais se aceita que “é mesmo provável que essas fabricações [cartográficas] possam sem dificuldade ser deflagradoras da vontade [política] como o supõe Cortesão”³⁵⁸; “que os portugueses pretendessem para a sua Coroa a maior extensão possível da costa é indiscutível. Já se viu como os seus cartógrafos [...] traçavam a linha de Tordesilhas de maneira a não tocar apenas nos estuários como a cortar claramente o [...] Amazonas e o Prata”.³⁵⁹ Mas, ao lado destes, haveria o que Fernando Novais, ao apresentar a recente edição de *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*, considerou os “motivos mais eficazes” presentes na explicação de Buarque de Holanda da colonização do

³⁵⁵ Ibidem, p. 72. Como nota André Sekkel Cerqueira em seu trabalho de Iniciação Científica (André Sekkel Cerqueira. *A produção historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda: entre Monções e Caminhos e fronteiras*. São Paulo, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2010), a desconfiança ante a irracionalidade dos mitos aparece em artigos desta mesma época como “Apologia da história” (1950), sobre o livro homônimo de Marc Bloch.

³⁵⁶ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 79.

³⁵⁷ Idem, p. 81.

³⁵⁸ Ibidem, p. 78.

³⁵⁹ Ibidem, p. 81.

Brasil: as contingências econômicas.³⁶⁰

Para Sérgio Buarque, se a regra no “caso brasileiro [...] provinha de uma vontade precisa, *provinha muito mais de uma necessidade imperiosa. Era, a rigor, uma regra de economia*: economia de forças e economia de braços, necessária à preservação do gigantesco império ultramarino” (grifo nosso).³⁶¹ Nada o convenceria de que “nas entradas [...], ainda quando movidas por um acendrado patriotismo português, ou luso-brasileiro, os motivos políticos e, melhor, geopolíticos, para recorrer à terminologia do professor Jaime Cortesão, fossem tão eficazes quanto as puras contingências econômicas”³⁶². Não que tais condições correspondam a uma leitura *determinista* da história, realizada por Sérgio Buarque. Elas revelam uma avaliação que dá prioridade aos fatores não patrióticos do processo de expansão portuguesa no Brasil. Destacá-las, enfim, implica dar uma necessária prioridade a outros fenômenos políticos contemporâneos à colonização da América portuguesa. Entre os quais, a *contenção* do próprio assenhoreamento geográfico da colônia.

Não admira que [a ‘necessidade imperiosa’] se achasse expressa em um sem-número de recomendações, de mandamentos, de recriminações, de ameaças. *Os que percorreram as cartas de doação das capitanias nas costas do Brasil, ou o regimento do primeiro governador geral, ou ainda as sucessivas ordens aos colonos para que não andem a tratar a terra a dentro, com o gentio, verão neles o intento claro de conter o povoamento e conquista na orla litorânea*³⁶³ (grifo nosso).

A contenção é uma das formas pelas quais o significado do “realismo pedestre” é

³⁶⁰ Para Fernando Novais, “Sérgio Buarque não nega a presença dos componentes sublinhados por Jaime Cortesão (tendência inerente ao colonizador português para a expansão territorial, estratégia geopolítica metropolitana); afirma, sim, que elas não podiam ser ‘tão eficazes quanto’ os componentes ‘coloniais’ (no sentido de dos ‘colonos’), -- tais como as ‘contingências econômicas’ [...]. Quer dizer: o processo histórico real integra os dois componentes, apresentando duas vertentes, das quais uma é enfatizada pelo historiador português, outra pelo brasileiro”. Fernando Novais. “Prefácio a Jaime Cortesão ou ‘encontro marcado’”. In Jaime Cortesão. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Fundap, 2012, p. XXI.

³⁶¹ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 74. Talvez por isso, a questão seja também tratada em outro artigo de 1952, “História econômica”, que não consta em *Tentativas de mitologia*, e não é propriamente destinado ao debate com Cortesão. Ele procura fazer uma apreciação de *Comércio português no rio da Prata: 1580-1640*, da historiadora Alice Canabrava, obra para o autor contrária à “tendência tão generalizada entre nós para encarar o influxo luso-brasileiro, sobre as regiões platinas, unicamente do ângulo das campanhas militares ou das relações políticas e diplomáticas”, revelando, com efeito, “uma consideração mais atenta aos fatores econômicos”. Sérgio Buarque de Holanda. “História econômica”. In Marcos Costa (org.). *Escritos coligidos*. São Paulo, Ed. da Unesp / Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 227 (originalmente publicado em *Diário carioca*. 24.08.1952).

³⁶² Sérgio Buarque de Holanda. “Um mito geopolítico: a Ilha Brasil”. In *Tentativas de mitologia*. São Paulo, Perspectiva, 1979.

³⁶³ Idem, p. 74.

reposto na formação histórica da América portuguesa. Mais precisamente, aquela imagem Wölffliniana de “pequenas nuvens”, que serviam de suporte aos anjos, presta-se para apontar, neste caso, a ausência de interesses abstrato-formais, por parte dos colonizadores portugueses.

O debate entre Sérgio Buarque e Jaime Cortesão, contudo, não consumiu mais de alguns meses de 1952. Cortesão precisou suspendê-lo por conta da pesquisa que preparava para o IV Centenário de São Paulo, no qual atua na direção da sua Exposição Histórica³⁶⁴. Sérgio Buarque conta um pouco do caso ao apresentar *Tentativas de mitologia*: “O diálogo viu-se interrompido pela viagem que o ilustre historiador precisou fazer à Europa, levando a incumbência de identificar e possivelmente recolher materiais que se destinaram à exposição histórica programada entre as celebrações do IV Centenário de São Paulo e que se realizaria, com efeito, sob orientação sua”³⁶⁵. Em carta de agosto de 1952 o historiador português diz que pretendia retomar o debate, como a apresentação também conta: “Não há muito, encontrei, no meio de papéis guardados, carta sua [...] onde me advertia: ‘quanto aos meus artigos sobre a Ilha Brasil, a viagem, a estadia em Portugal, e os novos trabalhos, obrigaram-me a interromper a série. Recomeçarei’”³⁶⁶.

“Não recomençaria”. No fim de 1952 foi a vez de Sérgio Buarque sair do país rumo à Itália, onde permanece exercendo sobretudo atividades de docência e pesquisa entre o final deste ano e 1954. Se o debate reaparece em *Visão do paraíso* e praticamente duas décadas depois em *Tentativas de mitologia*, isso não impede de o percebemos “já velho perto de três décadas [1952-1979]”, como diz seu autor. Sobretudo porque a tardia organização da coletânea não traduz um projeto vigoroso em torno da comparação entre as duas Américas, presente em *Visão do paraíso*. Se, nos termos da apresentação, “Um mito geopolítico: a Ilha Brasil” é ponto de partida para todas as controvérsias alimentadas por suas 284 páginas, nada indica que seu objeto seja um provável ponto de chegada das mesmas, como tivemos a oportunidade de apontar alhures. O meso é válido para o plano metodológico, que aliás atualiza, postumamente, uma *ambiguidade* – palavra aqui usada por falta de outra melhor – em torno do pensamento deste historiador

³⁶⁴ Sobre Jaime Cortesão e a Exposição Histórica do IV Centenário, ver: David William Aparecido Ribeiro. *Cartografia das relações: as condições de produção intelectual e os percursos de escrita histórica de Jaime Cortesão no Brasil*. Programa de História Social da Universidade de São Paulo (Dissertação de Mestrado), 2015; e ainda, Thathianni Cristini da Silva. *Um intelectual caipira na cidade: a trajetória de Mário Neme e sua gestão no Museu Paulista*. Programa de História Social da Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado), 2014.

³⁶⁵ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 7.

³⁶⁶ Idem, p. 8.

já formado e maduro: a multidisciplinaridade disciplinar e um objeto que o tempo todo escapa à problemática da colonização, do Brasil e/ou da América, aglutinando-se às outras trajetórias do autor: o projeto de uma História Geral do Brasil, velhas inquietações modernistas, crítica literária etc.

Mas quais eram afinal aquelas “outras reivindicações nacionais que, por serem não raro tão pouco científicas quanto elas, podem refazer-se, ao cabo, mais eficazes”? A resposta também não poderia ser buscada exclusivamente em *Visão do paraíso*. É preciso novamente examinar a palestra proferida nos anos 1960 aos estudantes do “Centro de Estudos Históricos Afonso de Taunay”, discutida no capítulo anterior³⁶⁷. Nela o expositor novamente discorre sobre o que considera um empecilho à produção historiográfica do passado praticado pela moderna historiografia portuguesa: transformá-lo em “objeto de culto”. “O culto ao passado, como passado, está, em verdade, no polo oposto às preocupações do verdadeiro historiador”.³⁶⁸ Um dos resultados mais perversos desta suposição diz respeito a uma avaliação equivocada dos *vocábulos* históricos, especialmente no que eles permitem oferecer ao significado de uma análise historiográfica³⁶⁹.

Entre os quais é possível destacar a interpetação descuidada do vocábulo *colônia* e a percepção “aparentemente animada por motivos políticos [...] de que o Brasil nunca chegou a ser colônia, e que tal ideia só começou a aparecer no século XIX, graças largamente à História do Brasil, de Robert Southey”³⁷⁰. Nesse caso, não seria viável tratar o passado brasileiro como colonial por conta da noção não aparecer nos documentos de época. Sérgio Buarque, no entanto, lembra que “muito antes de Southey e da Independência do Brasil”, o bispo Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1742-1821) publicou com apoio e reconhecimento da Academia Real de Ciências, em Lisboa, o *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias* (1794). Se antes o termo *colônia* não é avistado com a merecida frequência na documentação sobre o Brasil é porque “essa palavra não tinha então o significado [econômico e político] que hoje lhe damos e que só aos poucos iria adquirir”, pois o termo não raramente era

³⁶⁷ Sérgio Buarque de Holanda. “Palestra proferida discorrendo sobre o tema ‘História’, a convite dos alunos do ‘Centro de Estudos Históricos Afonso de Taunay’”. (196-). In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Pi 179 P18.

³⁶⁸ Idem, p. 13

³⁶⁹ Sobre as diretrizes de uma história conceitual empregada em nosso trabalho, ver o primeiro capítulo, “As formas da História”. Nele tentamos deixar claro que, apesar de não pretendermos fazer uma história dos conceitos a partir de vocábulos históricos, e sim pelo termo cultura, aludimos aqui a alguns vocábulos que parecem eficazes para pensar esta conceitualização.

³⁷⁰ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 15

designado às *colônias militares*. O mesmo pode ser aplicado à noção de *colono*, que “só começará a empregar-se tardiamente”. Em seu lugar dizia-se povoador, que servia tanto para caracterizar o fundador de uma povoação quanto o seu habitante.³⁷¹ Mesmo sem reportar-se aos historiadores portugueses, Sérgio Buarque salienta que esta forma de pensamento, no limite, poderia eclipsar a natureza e o desenvolvimento dos Estados absolutistas na Europa, durante o período moderno, isto é, entre os séculos XVI-XVIII. Assim como o termo *colônia* e *colono*, afinal, “a expressão absolutismo, seja qual for o sentido que lhe deem, era de todo desconhecida naquelas eras”:

dizer que o Brasil não foi colônia só porque não se conhecia então a palavra, é como quem pretendesse, por exemplo que Portugal, por conseguinte o Brasil, nunca teve monarcas absolutos, por isso que a expressão absolutismo, seja qual for o sentido que lhe deem, era de todo desconhecida naquelas eras³⁷².

Trata-se de mais um desdobramento do que, para nosso autor, corresponde à “falsificação do passado”; falsificação aliás produtora de uma espécie de “efeito colateral” na análise ao reforçar uma tese sustentada por “outras reivindicações nacionais” – o autoritarismo do Estado Novo salazarista: “esta tese ganha reforço com o fato de dar uma longa genealogia aos princípios sustentados por Portugal pelo professor Antonio de Oliveira Salazar, de que seu país não tem colônias, mas províncias ultramarinas”³⁷³.

Assim, *Visão do paraíso*, ao incorporar a polêmica com Jaime Cortesão, insiste em vincular-se a uma periodização específica certificada pelo vocábulo colônia. Cabe finalmente insistir que, na obra de 1959, a conformação dessas diferenças não seria possível sem o uso original da expressão *realismo pedestre*, presente nos estudos de Heinrich Wölfflin sobre a história da arte. Ela é readaptada na construção da ideia de *realismo pedestre* português, que, neste último caso, por associá-lo a certo tradicionalismo empirista, apresenta-se como um caso de *lesa-patriotismo*: uma crítica, ainda segundo as anotações de aula de Sérgio Buarque, à tentativa de “entender ou explicar [...] o presente [sujeitando-o] à imagem de um passado idealizado e, naturalmente, deformado pela imaginação”. Esta *imaginação*, em *Visão do paraíso*, é o outro termo à noção de *imaginário* dos colonizadores portugueses na América, cuja

³⁷¹ Idem, p. 15 e 16.

³⁷² Ibidem, p. 16.

³⁷³ Ibidem, p. 15.

relativa indiferença ao mito do paraíso terrestre indica um corte temporal com os modelos metodológicos e políticos contemporâneos a Sérgio Buarque.

2.5. Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do paraíso* e a Universidade de São Paulo

Até agora o trabalho buscou mostrar como a obra *Visão do paraíso* fundamenta, em termos metodológicos, a elaboração de seu problema central e hipótese. Nas próximas páginas sugere-se um vínculo estreito deste empreendimento com um momento bastante peculiar do processo de efetivação de Sérgio Buarque à condição de professor titular da Cadeira de História da Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo: a defesa de sua tese de cátedra. Ao mesmo tempo será possível notar a paradoxal distância seja das demais fases do concurso, seja da própria atuação do então professor titular no interior desta universidade. Para tanto, percorre-se o concurso à cadeira de Civilização Brasileira, responsável por lhe facultar o cargo de professor titular na mesma, e em seguida, algumas etapas fundamentais de sua atividade como catedrático: a atuação docente na própria cadeira de História da Civilização Brasileira; o trabalho de orientação de trabalhos acadêmicos na forma de dissertações de mestrado e de teses de doutorado, nesta mesma época; o papel destes orientandos na coleção *História geral da civilização brasileira*; e, finalmente, algumas circunstâncias relativas à fundação e funcionamento do Instituto de Estudos Brasileiros.

Cabe lembrar, ainda que brevemente, a estrutura de funcionamento de concurso para professor catedrático dentro do sistema de cátedras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP). *Visão do paraíso* foi originalmente concebido como tese de concurso, prestado por Sérgio Buarque entre 10 e 13 de novembro 1958, junto à cadeira de História da Civilização Brasileira. Esta era parte da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo³⁷⁴, e compunha

³⁷⁴ Além da cadeira de História da Civilização Brasileira, cabe lembrar outras que tiveram importância no ensino e na pesquisa histórica da FFCL-USP: a cadeira de Etnografia Brasileira e Tupi-Guarani; a cadeira de Geografia; a cadeira de História da Civilização; a cadeira de História da Civilização Brasileira; e a cadeira de História da Civilização Americana. Sobre elas, ver Diogo Roiz. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)*. Curitiba, Appris, 2012. Não temos a intenção de reconstituir os aspectos mais abrangentes da história da Universidade de São Paulo. Para tanto, ver alguns documentos que tratam do tema. O primeiro *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1934-1935)*. São Paulo, Seção Gráfica da FFCL, 1935), que é mais extenso e detalhado do que os seguintes, e conta com artigos que não discutem somente as “atividades anuais da Universidade”, objetivo para o qual foram produzidos. Ver, igualmente, os *Estatutos* da Universidade de

o currículo obrigatório do curso de História, que em virtude da lei federal n. 2594, de 08.10.1955, havia se separado do curso de Geografia.³⁷⁵ O concurso para professor catedrático, por sua vez, data do final da década de 1930. Nasce como solução às primeiras gerações de docentes da Casa que não renovavam contratos, que assumiam interinamente a função ou, ainda, em razão de abertura de novas cadeiras³⁷⁶. Sua organização era realizada pela congregação da universidade por meio de vagas expedidas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo³⁷⁷.

Na primeira etapa do concurso, os “professores catedráticos são nomeados [...] mediante concurso de títulos e provas”, tendo que “apresentar documentação da atividade profissional ou científica, que tenha exercido, e que se relacione com a disciplina do concurso”. Dentre os documentos anexados, talvez um dos mais significativos seja os “exemplares [...] de uma tese inédita sobre o assunto de livre escolha, pertinente à matéria do concurso e cuja defesa constituirá prova obrigatória”. A esta prova se somam duas outras fases exigidas pelo concurso, que demandavam, cada qual, uma “prova escrita” e uma “prova didática” e/ou “prova prática ou experimental”. Assim, “o julgamento do concurso de títulos e provas [...] será realizado por uma Comissão de cinco membros, que deverão possuir conhecimentos aprofundados na disciplina do concurso”, e “caberá a esta Comissão [...] acompanhar a realização de todas as provas do concurso, a fim de fundamentar parecer minucioso, classificar os candidatos por ordem de merecimento e indicar o nome do candidato a ser provido do cargo”,³⁷⁸.

São Paulo, particularmente os disponíveis no Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda”, referentes aos anos de 1964 e 1969, nos quais é possível perceber a importância paulatina assumida pelo regime de pós-graduação na Universidade. Como recorda Irene Cardoso, as faculdades eram as seguintes: a) Faculdade de Direito (única das instituições pertencente ao governo federal e criada em 1827); b) Faculdade de Medicina, do governo estadual, criada em 1913; c) Faculdade de Farmácia e Odontologia, do governo estadual, criada em 1899; d) Escola Politécnica, do governo estadual, criada em 1894; e) Instituto de Educação (antigo Instituto Caetano de Campos, transformado em Instituto em 1933); f) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada pelo próprio decreto; g) Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais; h) Escola de Medicina Veterinária, do governo estadual, criada em 1928; i) Escola Superior de Agricultura, do governo estadual, criada em 1899. Ver Irene Cardoso. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo, Cortez, 1982, p. 122.

³⁷⁵ Segundo o “Noticiário” da revista, “em virtude da lei federal n. 2594, de 08.10.1955 ter desdobrado o curso de Geografia e História das Faculdades de Filosofia em curso de História e curso de Geografia, baixou o governo estadual o decreto n. 25.701, de 04/04/1956, regulamentando a aplicação dessa lei na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo fica desdobrado em 2 cursos independentes: a) curso de Geografia; b) curso de História”. In *Revista de História*. n. 25, 1956, p. XX.

³⁷⁶ Diogo Roiz. *Op. Cit.*, p. 47.

³⁷⁷ Idem, p. 48 e 49.

³⁷⁸ Informações foram extraídas dos *Estatutos da Universidade de São Paulo: anteprojeto aprovado pelo Conselho Universitário em seção de 16 de janeiro de 1939*. São Paulo, Empresa gráfica da ‘Revista dos tribunais’, 1939, p. 34 a 39, que aqui é um exemplo das normas do funcionamento das cadeiras,

Efetivado, o professor catedrático, nos termos da lei, “gozará de vitaliciedade e inamovibilidade”, sendo plenamente “responsável pela eficiência do ensino de sua disciplina”, mostrando-se de acordo com o seguinte projeto originalmente estabelecido na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: por um lado, a preocupação central com o desenvolvimento da *pesquisa científica* e dos *estudos desinteressados*, e por outro, e como obrigação maior do catedrático, a *formação de professores*. Para tanto, o professor titular poderia contar com “auxiliares de ensino”, que, como atesta o próprio nome, “são considerados [...] os que cooperam com o professor catedrático na realização dos cursos normais [...] a saber: assistente ou adjunto [ou] preparador”. Nesta categoria se encontram os *professores doutores e livre-docentes*, a rigor duas condições necessárias para o cargo de auxiliar, uma vez que “só poderão ser nomeados primeiros assistentes, ou adjuntos [...] 1 – docentes livres da cadeira; 2 – profissionais cujos títulos permitam a inscrição para o concurso para docência livre”; e “que serão de imediata confiança dos professores catedráticos, e deles ficará dependente”.³⁷⁹

A produção da tese *Visão do paraíso* obedece a tais requisitos. A cadeira de Civilização Brasileira foi fundada em 1934, funcionando efetivamente a partir de 1935 sob a direção de Afonso Taunay, titular da mesma de 1935 a 1938, quando, ao ter de optar entre a direção do Museu Paulista e sua atividade docente, decidiu-se pela primeira³⁸⁰. Foi substituído por seu amigo e colega Alfredo Ellis Jr., que a ocupa como professor interino entre julho de 1938 até abril do ano seguinte, ao prestar concurso para o cargo de titular da mesma, apresentado a tese *Meio século de bandeirismo: 1590-1640*. Assim permanece até o primeiro semestre de 1952, época que é obrigado a se licenciar por sofrer um infarto, sendo substituído por Astrogildo Rodrigues de Mello. Este ocupa o cargo de forma interina até precisar deixá-lo em razão da aposentaria de

principalmente no que diz respeito ao processo de nomeação. Além destes, vale lembrar que a Universidade de São Paulo chegou a produzir decretos específicos para o regimento do cargo de professor catedrático. Entre os quais, o esclarecedor e ainda mais detalhado *Decreto n. 13.426 de 23 de junho de 1943: Aprova o regimento de concurso para provimento dos cargos de Professor Catedrático e Livre Docente da FFCL-USP*. São Paulo, Impressora comercial, 1943, p. 04-19, de onde também nos pautamos para extrair as informações.

³⁷⁹ *Estatutos da Universidade de São Paulo: anteprojeto aprovado pelo Conselho Universitário em seção de 16 de janeiro de 1939*. São Paulo, Empresa gráfica da ‘Revista dos tribunais’, 1939, p. 41. Ver por exemplo o terceiro capítulo da seção, que consta nos *Estatutos*: além de especificar que o livre-docente é contratado para ampliar a “capacidade didática” das cadeiras, concorrendo assim para “a formação de professores”, espera-se que ele busque, em muitos casos, substituir o catedrático nas funções que este não possa exercer (impedimentos diversos, realização de cursos, ensino de turmas etc.). A questão da pesquisa é mencionada pelo estatuto como algo pertencente à relação destes com seus auxiliares de ensino, que devem os auxiliar também na “prática de pesquisas originais”. (ver p. 41).

³⁸⁰ Sobre as relações entre Taunay e o Museu Paulista, ver o próximo capítulo da tese.

Ellis Jr, em 1956³⁸¹. Sérgio Buarque, enfim, preencheria a vaga ao ter seu nome indicado por Eurípedes Simões de Paula³⁸² e Lourival Gomes Machado³⁸³ – dois professores já efetivados em cátedras da FFCL-USP –, para ocupar de forma interina o cargo a partir do segundo semestre do mesmo ano. Em 1958 surge a possibilidade do concurso, abraçada de imediato pelo autor, não obstante o fato dele não ter no currículo um dos requisitos expedidos pelo edital: um diploma, em nível de ensino superior, que contemplasse a matéria do exame, a de “Civilização brasileira”.

Sérgio Buarque era afinal formado em Direito pela então Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, em 1925. A solução foi se inscrever como aluno de mestrado na Escola de Sociologia e Política, instituição na qual já havia sido professor de História Econômica do Brasil na “cadeira Roberto Simonsen”, entre 1947 e 1955³⁸⁴. Ou seja, transforma-se subitamente em aluno, como lembra Octávio da Costa Eduardo, um de seus professores na instituição: “o grande historiador Sérgio Buarque de Holanda, que bateu às nossas portas para aqui fazer pós-graduação em ciências sociais. O curso incluía a matéria História Social e Econômica do Brasil, meio diplomaticamente encontrado para o grande historiador poder se candidatar à cátedra de História do Brasil na Universidade de São Paulo”³⁸⁵. Desnecessário lembrar que, do alto de seus 54 anos, Sérgio Buarque já era reconhecido como intelectual e historiador consagrado. De modo que a necessidade de aplicação das regras do concurso ao autor chegou a causar desconforto em alguns. Caso do escritor Antônio Soares Amora, que se mostrou inconformado com a estrutura da universidade em “exigir de homens da estatura intelectual e do saber de Sérgio Buarque de Holanda um concurso de provas”³⁸⁶.

Outro requisito lhe faltava a poucos meses do concurso, como o próprio Sérgio Buarque nos conta: uma tese de cátedra. “Em 1958 me disseram para prestar o concurso, pois do contrário eu seria demitido. O material eu já tinha, e então preparei

³⁸¹ “Cadeira de História da Civilização Brasileira”. In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. n. 2, 1967.

³⁸² Diogo Roiz. *Op. Cit.*, p. 142.

³⁸³ Antonio Candido. “Debate”. In *3º colóquio UERJ – Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro, Imago, 1992, p. 85.

³⁸⁴ Sobre a atuação de Sérgio Buarque na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, ver “Políticas ibéricas de colonização da América”, último capítulo desta tese, que privilegia a atuação do historiador como professor de História Econômica do Brasil na “cadeira Roberto Simonsen”, entre 1947 e 1955.

³⁸⁵ Octávio da Costa Eduardo. “O processo de construção institucional”. In Iris Kantor, Debora Maciel e Julio Assis Simões (orgs.). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação*. São Paulo, Editora Sociologia e Política, 2009, p. 50 e 51.

³⁸⁶ Apud Diogo Roiz. *Op. Cit.*, p. 142.

uma tese, rápido, em quatro meses, de onde saiu meu livro *Visão do paraíso* [1959]. *Hoje não sinto mais capacidade de escrever assim tão rápido, ainda mais um livro erudito como esse*”³⁸⁷ (grifo nosso). Maria Odila da Silva Dias confirma tais observações: “em 1958, na iminência do concurso para a cátedra de História do Brasil, trabalhava noite e dia na redação de *Visão do Paraíso* [...] que foi escrito num período curto de três a quatro meses”³⁸⁸. Recuperar esta curta trajetória já sinalizada pela crítica, portanto, aqui não é tarefa em vão: se no capítulo passado insistimos no fato de, nem *Visão do paraíso*, nem sua proposta de história comparada, constam naqueles antigos projetos de Sérgio Buarque então em andamento; agora frisemos que a circunstância de ter de elaborar uma tese a ser defendida foi uma das principais responsáveis pela realização, no caso, do *único estudo de fôlego sobre os imaginários ibéricos na América, publicado pelo autor na forma de objetivo central*.

A fase do concurso em que “o candidato defendeu [...] perante a banca examinadora e o público presente, a sua tese intitulada *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*” ilustra o que vamos tentando demonstrar³⁸⁹. A comissão julgadora foi formada pelos seguintes professores catedráticos: Hélio Vianna (catedrático de História do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia); Afonso Arinos de Mello Franco (catedrático de Direito Constitucional da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil); José Wanderley de Araújo Pinho (catedrático de História do Brasil da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia); Eduardo D’Oliveira França (catedrático de História Moderna e Contemporânea) e Eurípedes Simões de Paula (catedrático de História Antiga e Medieval), ambos da Universidade de São Paulo³⁹⁰.

Neste caso, o estatuto de objetivo central alçado à comparação já se encontra no próprio comunicado de autoria da historiadora Myriam Ellis, então livre-docente e

³⁸⁷ Sérgio Buarque de Holanda. “Corpo e alma do Brasil”. In *Encontros: Sérgio Buarque de Holanda* (Renato Martins org.). Rio de Janeiro, Azougue, 2009, p. 177 e 178 (originalmente publicado na *Revista Novos Estudos – Cebrap*, n. 69, 2004 [1981]).

³⁸⁸ Maria Odila da Silva Dias. “Sérgio Buarque de Holanda na USP”. In *Estudos Avançados*, v. 8, n. 22, p. 270.

³⁸⁹ A defesa de *Visão do paraíso*, como era costume na época, foi transcrita por Myriam Ellis e publicada na seção “Noticiários” na *Revista de História da USP*. Ver Myriam Ellis. “Concurso para provimento da cadeira de História da Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo”. In *Revista de História*, n. 38, 1959. Embora seja referência importante para o estudo do concurso, não é, como veremos, a única fonte sobre o tema.

³⁹⁰ Lembre-se que Octávio Tarquínio de Souza, amigo de Sérgio Buarque, declina ao convite feito pelo candidato para compor a banca examinadora alegando “simples noção de minhas limitações”. Ver “Carta de Octávio Tarquínio de Souza a Sérgio Buarque de Holanda, recusando o convite para que fosse examinador da tese e dizendo que ficou deslumbrando com a mesma”. Rio de Janeiro, 29/09/1958. In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Cp 217 P9.

professora assistente da cadeira de Civilização Brasileira³⁹¹. Em seus parágrafos iniciais, que apresentam os pressupostos gerais do trabalho, a tese *Visão do paraíso* prontamente não se confunde com a imagem de uma busca generalizada da mitologia edênica na América pelos colonizadores ibéricos. Por isso ela sem dúvida ajuda a desfazer aqueles impasses da crítica em situar seja o objetivo central da tese (e da obra), seja o lugar da comparação, nele:

Preciosas fontes bibliográficas e documentais, profunda erudição, elevada experiência de interpretação histórica, estilo do mais fino labor congregam-se na obra em apreço. Nela o historiador observa os temas edênicos no descobrimento e na colonização do Brasil conforme os medievais entendiam a ideia do Paraíso, com a longevidade do homem, a bondade do clima, a primavera eterna. Eis porque diz (pág. 346) que “(...) os descobridores, povoadores, aventureiros o que muitas vezes vêm buscar, e, não raro, acabam encontrando, nas ilhas e terra firme do Mar Oceano, é uma espécie de cenário ideal, feito de suas experiências, mitologias ou nostalgias ancestrais”. *Procura também demonstrar o fato de que nos portugueses há uma atenuação plausível desses temas, resultante de uma visão mais realista. Que todos os temas edênicos introduzidos no Brasil vieram através das conquistas castelhanas. Os portugueses aceitavam-na, porém, com uma certa atenuação. Que existe uma relação dessa atitude com o tipo de conquista cuja tradição prende-se à que veio da atividade colonizadora [...] na Idade Média, herdada pelos portugueses* (grifo nosso)³⁹².

Urdidura do vivido: Visão do paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950, de Thiago Lima Nicodemo, corrobora nossa hipótese. Sobretudo porque o livro inaugura não menos do que um estudo detalhado da obra de 1959 a partir de suas condicionantes internas e externas, demonstrando que, durante a defesa da tese, a problemática do Renascimento é chamada a primeiro plano. E o faz ao destacar a arguição de Eduardo D’Oliveira França, cuja trajetória intelectual gravitava em torno do

³⁹¹ Com relação às fontes sobre a defesa da tese *Visão do paraíso*, ver José Roberto do Amaral Lapa. “Considerações em torno de uma cátedra”. In *Diário do Povo*. 19.11.1958, que, ao fornecer informações sobre o dia 12 de novembro de 1958, acaba por reconstituir, breve mas significativamente, a trajetória da cadeira de Civilização Brasileira. Ver também os artigos de Hélio Vianna. “*Visão do paraíso*”. In *Jornal do Comércio*. 13, 20 e 27.12.1959, nos quais o arguidor se mostra insatisfeito com o comunicado de Myriam Ellis, para ele bastante resumido. Além destes, alguns detalhes sobre os bastidores da defesa podem ser percebidos na “Carta de Octávio Tarquínio de Souza a Sérgio Buarque de Holanda”. Rio de Janeiro, 29.09.1958, na qual o amigo de Sérgio Buarque, apesar recusar o convite para compor a banca da tese *Visão do paraíso*, faz elogios à mesma. Mais recentemente, Maria Odila da Silva Dias relatou alguns momentos vivenciados na defesa em Maria Odila da Silva Dias. “Entrevista”. In José Geraldo Vinci de Moraes e José Marcio Rego, *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo, Ed. 34, 2002. Estes documentos se encontram no *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Pt 96 P59; Pt 241 P62; Cp 217 P9.

³⁹² Myriam Ellis. *Op. Cit.*, p. 495.

Renascimento, e que um pouco antes já havia sido criticado pelo então candidato³⁹³. De forma geral, a arguição de França e dos outros membros da banca não só reflete mas também inaugura, por assim dizer, a dificuldade inerente ao processo de classificação e análise por parte da recepção da obra. Algo que, não obstante a sua complexidade, pode ser compreendido, também, como resultado da rapidez com que a tese foi escrita. Com relação às observações França, Nicodemo bem salienta que elas revelaram um incômodo em relação à ausência dos colonizadores portugueses na noção de Renascimento apresentada na tese *Visão do paraíso*:

[para França] o candidato estava equivocado ao supor que o colonizador português tinha uma certa atitude arcaizante em comparação com o pensamento europeu da sua época. Na aurora da Idade Moderna, em termos de humanismo e Renascimento, o candidato procurava ver o colonizador português como o homem medieval. Eduardo França pensava o contrário – o moderno na época do Renascimento não era o humanismo que se concentrava no passado antigo; o moderno consistia, na verdade, nas novas descobertas e criações de povos como o português.³⁹⁴

Eduardo D'Oliveira França no limite refuta a própria validade do estudo comparado apresentado nos dois primeiros capítulos do trabalho acadêmico e do livro, e, desde 1969, do “Prefácio à segunda edição”. Às observações sobre o Renascimento afinal se somam ao questionamento do mito das Amazonas como algo fidedigno da mitologia paradisíaca: “duvidava ele examinador, que todos os mitos citados fossem paradisíacos. A lenda das Amazonas seria um mito edênico [?]”. De modo que “caía por terra”, conclui Myriam Ellis, “a oposição que o candidato estabeleceu entre a fecundidade mítica dos espanhóis e a esterilidade dos portugueses. A verdade era que se os portugueses eram menos míticos do que os espanhóis é porque tinham uma experiência de conquista que os outros não possuíam”³⁹⁵.

³⁹³ Os debates entre Sérgio Buarque e Eduardo D'Oliveira França merecem estudo à parte. De todo modo, lembremos: França torna-se professor catedrático de História da Civilização Moderna e Contemporânea na FFCL-USP em 1951, com a tese *Portugal na época da Restauração*, finalizada no mesmo ano. Sérgio Buarque foi um dos membros da banca examinadora, e fez questão de publicar suas críticas, bastante incisivas, em Sérgio Buarque de Holanda. “Notas sobre o Barroco”. In *Tentativas de mitologia*. São Paulo, Perspectiva, 1979 (artigo discutido no capítulo passado). Grosso modo, elas acolhem o reparo do autor de *Visão do paraíso* à divisão estanque entre os períodos Renascimento e o Barroco, segundo ele realizada por França.

³⁹⁴ Thiago Lima Nicodemo. *Urdidura do vivido: Visão do paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*. São Paulo, Edusp, 2008, p. 105.

³⁹⁵ Myriam Ellis. *Op. Cit.*, p. 503.

Foi a partir de Afonso Arinos de Mello Franco, contudo, que, durante o trabalho, passamos a reconhecer o estudo comparado como objetivo central da tese e, por essa razão, da obra: a fala corresponde ao questionamento mais preciso em relação às características formais de *Visão do paraíso* como um modelo de escrita proposta pela tese acadêmica. Para o docente mineiro a “tese não seria propriamente uma tese na expressão da palavra, pela extrema fluidez, imprecisão e limitação do assunto de difícil concatenação e fugidio aos objetivos específicos de tese universitária”. E pelo “candidato não ter conseguido demonstrar a questão da Espanha propensa ao mito, mítica, portanto, e Portugal [...] mais realista, anti-mítico, ou seja, a Espanha, Quixote e Portugal, Sancho Pança”. Em suma, não “convenceu [...] a ideia de que os portugueses atenuaram o mito”. “Sua última objeção crítica”, enfim, é que nos pareceu a mais esclarecedora: “que se explicasse o candidato como considerava a tese. Como um trabalho universitário de concatenação de dados, de proposição e conclusão? Como, se a tese escapava a essa orientação?”³⁹⁶.

A fala de Hélio Vianna, por fim, lembraria a Sérgio Buarque que ele estava diante de um historiador que ressoava as proposições nacionalistas de Jaime Cortesão. O catedrático, que aliás organiza em parceria com o congênere português os *Manuscritos da coleção De Angelis*³⁹⁷, não se limita a arguir o candidato no exame, mas, fazendo jus a um hábito acadêmico de época, publica seus comentários na imprensa periódica; no caso, o *Jornal do comércio*, que recebe do colaborador e faz circular não menos do que três artigos – “Visão do paraíso (I, II e III)”.³⁹⁸ Parecendo ecoar as teses do autor de *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*, o ponto central da sua arguição corresponde à ausência, em *Visão do paraíso*, do papel da geografia fantástica do Renascimento português, nos moldes do “capítulo II, relativo às ‘Terras incógnitas’ da América, [no qual] citou o Sr. Sérgio Buarque de Holanda a paradisíaca visão colombiana do Haiti, ‘entre árvores sempre verdes e pássaros sempre músicos, a viver numa primavera constante’”.³⁹⁹

³⁹⁶ Idem, p. 496.

³⁹⁷ Jaime Cortesão e Hélio Vianna (orgs.). *Manuscritos da Coleção De Angelis*. 7 volumes. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1951-1970. Hélio Vianna já havia recebido críticas indiretas de Sérgio Buarque no artigo Sérgio Buarque de Holanda. “História e geopolítica”. In Marcos Costa (org.) *Escritos coligidos*. São Paulo, Unesp / Fundação Perseu Abramo, 2011 (originalmente publicado em *Diário carioca*. 13.04.1952). Se nele o autor questiona o pensamento de Jaime Cortesão nos *Manuscritos*, não se pode esquecer que Hélio Vianna também assina a organização desta compilação.

³⁹⁸ Hélio Vianna. “Visão do paraíso (I, II, III)”. In *Jornal do comércio*. 13, 20 e 27.12.1959. In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Pt 241 P62.

³⁹⁹ Myriam Ellis. *Op. Cit.*, p. 497 e Hélio Vianna. Idem, s.n.

Curiosamente, ao sugerir um documento que poderia equivaler às visões paradisíacas de Colombo, o arguidor se refere a uma fonte iconográfica da primeira metade do século XIX, posterior ao período estudado por Sérgio Buarque e ausente de *Visão do paraíso*: a versão da bandeira nacional brasileira fruto do decreto de 18 de setembro de 1822, assinado pelo príncipe regente D. Pedro e referendado por José Bonifácio, o “patriarca da Independência”, como o arguidor fez questão de ressaltar:

Poderia acrescentar que na própria bandeira do Brasil ainda se guarda uma lembrança dessa concepção, pois o decreto de 18 de setembro de 1822, que criou o laço ou tope nacional brasileiro, ainda assinado pelo príncipe regente D. Pedro e com referenda do ministro do Reino José Bonifácio de Andrada e Silva, dá suas “cores emblemáticas” as da bandeira no mesmo dia criada – “verde de primavera e amarelo d’ouro”. Bem sabemos que a escolha dessas cores, devida ao pintor Debret, ao Patriarca da Independência ou ao próprio D. Pedro, se deverá antes ao verde da Casa Portuguesa de Bragança e ao amarelo da Casa de Lorena que era o ramo masculino da dinastia austríaca – a que pertencia a princesa D. Leopoldina. Mas oficialmente deve permanecer a letra do decreto e, como assinalou o autor de *Visão*, um dos sonhos paradisíacos é exatamente o da “eterna primavera”, “capaz de preservar o verde da folhagem no horto de Éden”⁴⁰⁰.

Hélio Vianna, ao deslegitimar o realismo pedestre do imaginário português de *Visão do paraíso*, aproveita-se para, num mesmo passo, questionar a própria validade da tese então apresentada *como tese*: “preliminarmente” “só por exigência legal o trabalho em apreço em sua versão inicial classificou-se como ‘tese’, quando melhor se enquadra na qualificação de ensaio. Tem, realmente, todas as características deste gênero, inclusive a de não esgotar a respectiva matéria”⁴⁰¹. A menção à fonte iconográfica, portanto, foi só um pequeno mostruário do amplo repertório documental que o candidato não incorporou ao trabalho, e que, no limite, o teria impedido de reconhecer que, na América portuguesa, “o que houve foi realmente [...] *a vontade de construir uma nação*”:

Cabalmente discordamos da exclusividade dos motivos econômicos da colonização portuguesa de nosso país. Firmemente acreditamos que com ela também se construa uma nação, o Brasil. E este não se fez apenas com “a procissão dos milagres” a que se referiu o Sr. Buarque de Holanda [...] do seu, entretanto, admirável trabalho, dando-a como contínua da Colônia à Independência e à República. Milagres em que não acreditamos, pois o que

⁴⁰⁰ Ibidem. s.n.

⁴⁰¹ Ibidem, s.n.

houve foi realmente [...] *a vontade de construir uma nação*⁴⁰² (grifo nosso).

A resposta de Sérgio Buarque à comissão julgadora procurou fundamentar, como ele diz, um “certo timbre arcaizante” da atividade dos portugueses nos trópicos. “Note-se” que “em face da colonização, [o candidato] *não pretendeu tomar uma atitude polêmica ou apologética. Querer encontrar só virtudes na atividade colonizadora dos portugueses resultaria num parcialismo que não beneficiaria nem a História nem a Portugal*” (grifo nosso). Por essa razão, “não quis negar que os portugueses, mas não apenas os portugueses abriram então novas e imensas perspectivas. Nem por isso despojou-se sua atividade de certo timbre arcaizante”⁴⁰³. Nesse sentido, “a ideia do Paraíso tal como foi exposta na tese era tudo, menos imprecisa”. Para melhor compreendê-la não seria preciso investir numa prévia definição e origem conceitual do mito do paraíso terrestre. A “ideia do Paraíso [...] já aparece bem clara nos numerosos textos que recordou”. E “mesmo [n]os mitos citados [...] [que não] eram estritamente paradisíacos”, a exemplo “da lenda das Amazonas, mesmo essa porém, acompanhava com grande frequência ao longo de toda a Idade Média a ideia da existência física e atual do Paraíso Terrestre”⁴⁰⁴.

A resposta do candidato não se restringiu aos seus estudos particulares e empíricos, mas também à defesa de uma “proposição” e “conclusão” de trabalho circunscrito por uma periodização. Sérgio Buarque não deixa de admitir e, de certa forma, explicar a ligeireza com que a tese foi escrita: “*a [...] tese, embora produto de muitos anos de estudo, realmente não era a que faria se tivesse visado um concurso, o que não significa repúdio à tese como tese de concurso*” (grifo nosso)⁴⁰⁵. Porém, *em seguida*, esclarece o que de fato entende pela proposição do trabalho; deixa claro portanto que os objetivos da tese não se confundem com a vaga continuidade de uma mitologia antiga e medieval que atravessa com tranquilidade o descobrimento do Novo Mundo em direção ao imaginário, também vago, de um “colonizador”. Pois

do confronto entre as descrições desses cronistas pareceu-lhe que os portugueses, muito mais do que outros povos, – especialmente do que os castelhanos – tendiam a reduzir ao plausível e ao verossímil essas visões paradisíacas e fantásticas. Com isto não pretendeu estabelecer uma oposição tão violenta entre castelhanos e portugueses que se equiparasse à

⁴⁰² Ibidem, s.n.

⁴⁰³ Ibidem, p. 500 e 506.

⁴⁰⁴ Ibidem, p. 505.

⁴⁰⁵ Ibidem, p. 496.

oposição D. Quixote e Sancho Pança. *Não pretendeu ver na mentalidade dos colonizadores entidades metafísicas, mas realidades históricas.* [...] *A proposição e a conclusão existem na tese, ainda que o último capítulo, que pretendeu ser de certo modo uma conclusão, não tivesse tido esse título*⁴⁰⁶ (grifo nosso).

Ao responder à afirmação sobre a presença da mitologia paradisíaca na versão da bandeira brasileira de 1822, acaba por delimitar a periodização do trabalho: “se fosse abordar aspectos como esse do verde da bandeira nacional [...] teria feito uma tese muito mais extensa e difusa”, pois há versões “contemporâneas” deste material iconográfico que intencionalmente não foram incorporadas: “*quanto às cores da bandeira brasileira, há uma versão [...] segundo a qual reproduzem elas a da Casa de Bragança e da Casa da Áustria*”⁴⁰⁷ (grifo nosso). Portanto, se a defesa articula-se demasiadamente aos dois primeiros capítulos da tese e do livro, as mudanças nas edições posteriores da obra podem ser lidas, em parte, como uma *extensão do debate iniciado* em 12 de novembro de 1958.

Afora este dia, a paisagem muda. De um jeito que seja as outras fases do concurso, seja um dos momentos mais significativos da trajetória historiográfica de Sérgio Buarque, isto é, sua atuação como professor catedrático da Universidade de São Paulo, acabaram provocando uma inflexão deste trabalho. A princípio procurávamos identificar a ‘aplicabilidade’ do objetivo central de *Visão do paraíso* nas atividades investigativas de Sérgio Buarque tanto direta como indiretamente relativas à sua condição de docente interino e/ou titular da cadeira de Civilização Brasileira. Estávamos diante de um caso importante e pouco explorado do processo de institucionalização do ensino e da pesquisa em História na Universidade de São Paulo⁴⁰⁸. Foram aproximadamente dois anos de pesquisa consumidos pela diligência de correlacionar os vínculos estreitos entre o estudo comparado da obra à ideia de “Civilização brasileira”. Constatou-se alguma continuidade entre um e outra, nem poderia ser diferente. Mas na verdade não se avançou para além de apreensões vagas. Sobretudo porque, exceto nas condições de formulação de uma tese de cátedra (e de sua transformação em livro), tanto o objetivo central como a própria obra *Visão do paraíso* não se convertem, pois,

⁴⁰⁶ Ibidem, p. 497.

⁴⁰⁷ Ibidem, p. 499.

⁴⁰⁸ Pouco explorado, mas já acolhendo algumas análises importantes e aludidas ao longo do trabalho. Entre elas Maria Helena Rolim Capelato; Raquel Glezer; Vera Lucia Amaral Ferlini. “Escola uspiana de história”. In *Revista Estudos Avançados*. v. 8, n. 22, 1994; e Diogo Roiz. *Op. Cit.*

em *referências paradigmáticas* do horizonte de produção e de atuação rotineira de seu autor.

Revisitamos portanto o dia 12 de novembro de 1958 na medida em que ele auxilia a demonstração de que o comparativismo é o objetivo central de *Visão do paraíso*; e, exatamente por isso, passa a demarcar diferenças significativas com o que se segue, inclusive com as outras duas fases do concurso. Uma delas, a prova didática, realizada em 14 de novembro: ela acolhe não menos do que 20 “pontos” para sorteio, sendo o escolhido aquele sobre o qual o candidato ministrará uma aula. No conjunto, obedecem a uma cronologia ampla, inaugurada com o “início da obra colonizadora e do povoamento” (1º ponto) e concluída nos póstumos “Aspectos do desenvolvimento cultural do Brasil Republicano” (20º ponto). Não há registro da exposição concedida por Sérgio Buarque. Contudo é possível saber que o ponto sorteado, “Técnicas Rurais indígenas; contribuição adventícia”, não contempla o tema de *Visão do paraíso*, embora possa vincular-se à periodização da tese, e ainda às pesquisas presentes em outros trabalhos do candidato⁴⁰⁹. Porém, a prova escrita, intitulada “A conquista da paz interna e a conciliação política do Segundo Reinado”, tal como a maioria dos pontos da didática, também extravasa o tema e a periodização da tese. São 28 páginas manuscritas de autoria de Sérgio Buarque dedicadas às circunstâncias políticas da transição do Primeiro para o Segundo Reinado do Império do Brasil. Estas fases do concurso fornecem preciosos indícios; já apontam que, isento das exigências de elaboração de uma tese, a atuação de Sérgio Buarque no interior da universidade foi marcada por uma série de intervenções que podem, sim, ser tidas como alheias aos pressupostos de seu trabalho acadêmico. Longe de esboçar uma análise que se quer definitiva destas atividades, é possível dizer que, nestes casos, a atuação de nosso professor catedrático é delimitada ao ensino e pesquisa sobre objetos historiográficos peculiares, por assim dizer. Mas rumo à busca reflexiva de uma *síntese* sobre a História do Brasil, ainda que a ênfase recaia visivelmente para as *relações* de continuidade e ruptura entre colônia e Império do Brasil; e que, não menos importante, o ponto de vista comparativo entre as Américas possa estar presente em outros termos.

O sentido de “Civilização Brasileira” proposto na cadeira se encontra num artigo encomendado em razão de sua fundação. Trata-se de “A propósito do Curso de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” (1935), assinado

⁴⁰⁹ Ver, por exemplo, Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994. Especialmente a primeira parte, “Índios e mamalucos”.

por seu primeiro membro titular, Afonso de Escragnoille Taunay, que integra o primeiro número do *Anuário* da Faculdade⁴¹⁰. Nele o curso é tido como “novidade no meio paulista” por diferenciar-se de uma abordagem positivista dos “nossos fastos”, na qual se privilegia exclusivamente “os aspectos daquilo que se chama hoje a história batalha”.⁴¹¹ Daí uma “História da Civilização Brasileira [...] [que] assim deixou de ser o alvo dos estudiosos, até bem recentemente”. No caso, estamos diante de um Afonso de Taunay indiscutivelmente moderno no que diz respeito à compreensão dos rumos então tomados pela historiografia ocidental⁴¹²: ao qualificar o termo “Civilização Brasileira”, salienta que suas bases se encontram na historiografia cultural inaugurada no século XIX: “tal fenômeno – [a ideia de “Civilização Brasileira”] –, aliás, não é puramente brasileiro e sim universal. A história da civilização sob os moldes contemporâneos surgiu, por assim dizer, no século XIX, quando a centúria já ia adiantada”⁴¹³. Por um instante Taunay dá a impressão de que a cadeira adequava-se à proposta das demais cátedras da então recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; isto é, um método propriamente francófono na formação de um “departamento francês de ultramar”. Ou ainda, de relações ora mais tensas, ora mais suaves, entre os “partidários da história e dos adeptos da estrutura” (algo inerente, do ponto de vista francês, à ideia e/ou ao conceito de “civilização”, como aliás vimos).⁴¹⁴

Até a cadeira de Civilização Brasileira atendia, mesmo com grande desconto, o que Fernanda Peixoto identifica como um duplo interesse das missões francesas que participaram na criação da Universidade de São Paulo: por um lado, o interesse na “conquista” da América (e do Brasil); por outro, a demanda da elite local brasileira no sentido de ilustrar-se e modernizar-se. Em relação às cátedras dedicadas ao ensino de história, o exemplo mais evidente é o de Civilização Brasileira, uma vez que fora regida

⁴¹⁰ Afonso de Taunay. “A propósito do curso de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”. In *Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*, 1934-1935. São Paulo, Seção Gráfica da FFCL, 1935.

⁴¹¹ Idem, p. 130.

⁴¹² Sobre as relações entre Taunay e a historiografia moderna (ocidental e brasileira) ver Karina Anhezini. *Um metódico à brasileira: história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo, Unesp, 2011.

⁴¹³ Afonso de Taunay. *Op. Cit.*, p. 131. Taunay, mesmo rapidamente – trata-se afinal de um texto de apresentação e divulgação do curso, e não de erudição –, insiste que a “história militar e administrativa” já não é a única que interessa aos autores e ao público. “Hoje” não é possível deixar de acrescentar a esses assuntos “os da história econômica e da religiosa, os da história religiosa, os da história literária, artística e científica e sobretudo os da história dos costumes”. É notável, por assim dizer, a clareza de Taunay com relação às reviravoltas historiográficas de época. Repare, por exemplo, na sua abordagem da história econômica – uma das modalidades, enfim, desta ampla “história da Civilização”.

⁴¹⁴ Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana*. São Paulo, Paz e Terra, 1994.

por Fernand Braudel entre 1935 e 1937 – expoente de primeira grandeza deste cosmopolitismo metodológico trazido do outro lado do Atlântico, particularmente em relação à tensão acima esboçada entre história e estrutura. Mas também pelo próprio Eduardo D’Oliveira França, seu assistente, que assume de imediato o papel de porta voz do grupo dos Annales; sobretudo a partir de 1951 quando se torna professor catedrático da cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea⁴¹⁵.

Taunay, porém, ao se referir à palavra *brasileira*, revela preferências metodológicas predominantes no Brasil antes do surgimento das universidades. Reflete as próprias diretrizes do ensino de História do Brasil na cadeira em questão, que, novamente nas palavras de Fernanda Peixoto, “não apenas manteve-se afastado do acento francês, como permaneceu, de certo modo, comprometido com o modelo de história praticada desde o século XIX nos Institutos Históricos e Geográficos”⁴¹⁶. Pois a expressão *brasileira* aqui abarca uma ampla periodização histórica, típica das iniciativas oitocentistas que procuravam escrever uma história geral do Brasil tendo por referência as fronteiras nacionais.

Por essa razão, ao analisar o panorama bibliográfico em que se encontrava a historiografia nacional, lança uma advertência comum aos autores: não satisfaziam à exigência de esboçar uma paisagem coesa dos “elementos conjugados de procedência nacional”. Recorre, portanto, e em primeiro lugar, às obras focalizadas sobretudo nos primeiros séculos da colonização da América portuguesa. Por exemplo, *Casa grande & senzala*, de Gilberto Freyre, considerado “ensaio de primeira ordem”, mas “falta-lhe [...] a ampliação, para o campo da civilização cafeeira a que o escritor pernambucano não conhece em sua intimidade”. Ao mesmo tempo, não se esquece de algumas obras que privilegiam um recorte temporal mais extenso, isto é, os três períodos históricos da “nossa Civilização” (colônia, Império e República). Entre elas, *História da civilização brasileira*, de Pedro Calmon, que “tem esplêndidas páginas”, e mesmo assim “ainda é *manual incompleto*. [...] Em todo o caso *este [...] ensaio didático, de compêndio, a ser posto nas mãos discentes, é tentativa digna de todos os encômios*” (grifo nosso). Curiosamente, um dos livros em pauta, *História econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen, não recebe críticas, sendo mesmo portador de “conclusões originais e [acima de tudo] abundantes” a partir de “capítulos fortemente documentados e argutamente

⁴¹⁵ Fernanda Arêas Peixoto. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*. Campinas, Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Dissertação de mestrado), 1991, p. 240.

⁴¹⁶ Idem, p. 237.

apresentados”.⁴¹⁷

Nesta “síntese histórica sobre a nação” não poderiam faltar “nossos personagens ilustres”. Quais deles “se conhecem as efigies?” “De Antonio Vieira, Matias de Albuquerque, Salvador Correa de Sá, João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros e bem poucos mais no século XVII, apenas, talvez”. Em relação ao século seguinte “prossegue a mesma indigência. Nem sequer [se conhece] os traços fisionômicos autênticos de homens de excepcional valor como Bartolomeu” e “Alexandre de Gusmão”, “condecorado” como “o grande negociador do Tratado de Madrid”. O artigo, enfim, busca empreender um projeto historiográfico *ambivalente*: é moderno ao tratar da “Civilização” e nem tão moderno quando lança a reflexão sobre o termo “Brasileira”. Ana Fonseca Brefe lembra que, antes de fundar a cadeira, o historiador encarregou-se da comissão que estudaria a criação da Universidade de São Paulo e as possibilidades de agregar a ela o Museu Paulista, como se sabe uma das instituições mais representativas desta diretriz: “quando a universidade foi fundada, em 1934, o museu foi incorporado como Instituto Complementar [...], e Taunay foi eleito para o Conselho Universitário e contratado como professor da cadeira de História da Civilização Brasileira”⁴¹⁸. Este fato já ilustra a estreita e, esta sim, pouco explorada dependência da cadeira aos invólucros de um ‘pensamento nativo’, no sentido dado à expressão por Clifford Geertz ao lançar as bases para um entendimento etnográfico do pensamento moderno; isto é, enquanto modo específico de ‘estar no mundo’.⁴¹⁹ A combinação entre “civilização” e “Brasileira” nos termos acima discutidos, afinal, é uma das colorações ‘locais’ da cadeira homônima.

Veremos que Sérgio Buarque, enquanto membro interino ou titular da mesma, acolhe tais requisitos, mas parcialmente: incorpora de forma predominante a ideia de “civilização”; a de “brasileira” se converte no ensino e escrita de uma história do Brasil na qual a passagem entre a colônia, o Império e a República (com ênfase nos dois primeiros, como vamos insistindo), não se traduz propriamente na formação de uma nacionalidade.

2.6. O professor e o orientador Sérgio Buarque de Holanda

⁴¹⁷ Afonso de Taunay. *Op. Cit.*, p. 131 a 134.

⁴¹⁸ Ana Cláudia Fonseca Brefe. *O Museu Paulista: Afonso de Taunay e a memória nacional*. São Paulo, Unesp / Museu Paulista, 2005, p. 264.

⁴¹⁹ Ver Clifford Geertz. “Como pensamos hoje: a caminho de uma etnografia do pensamento moderno”. In *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, Editora Vozes, 2012.

Seguindo em parte os historiadores Afonso d'Escragnolle Taunay e Alfredo Ellis Jr., Sérgio Buarque dedica-se, em sala de aula, à reflexão deste amplo escopo categórico e temporal denominado “Civilização Brasileira”⁴²⁰. A julgar pelo “Programa para o curso de Civilização Brasileira” estabelecido no ato de fundação da cadeira, e sem dúvida influente nos cursos ministrados pelos três professores titulares da mesma, não poderia ser diferente⁴²¹: ele tinha início com um “quadro da civilização portuguesa em princípios do século XVI” e terminava apontando a “importância do ocaso e queda do Império”. Entre os dois tópicos, predominavam os fundamentos tradicionais de uma história política: o tratamento dos “primórdios da vida municipal e administração geral”; subsidiada, pois, por uma história econômica, como é possível notar em “desenvolvimento da indústria cafeeira”⁴²². E, ainda, um enfoque dos aproximadamente quatro séculos de História do Brasil. bastante marcado pela problemática subjacente à “questão nacional”: as “invasões holandesas” do século XVII, por exemplo, eram anunciadas junto com uma correlata “reação nacionalista” a elas. “As Regências”, por sua vez, faziam parte de um tópico que seguiria com a abordagem “[d]a Imprensa [e] a evolução democrática”. Já os últimos dois tópicos da ementa concediam às “campanhas sociais” suscitadas pelo “abolicionismo” como principal evento do “ocaso e queda do Império”⁴²³.

Os cursos de Alfredo Ellis Jr. reiteram vigorosamente as propostas iniciais da cadeira ao seguirem em direção parecida. Nos termos dos “Programas aprovados pela congregação” no ano letivo de 1953 e 1954, as aulas eram palco de uma formação vasta; porém, claramente adaptadas aos interesses investigativos do autor de *Meio século de bandeirismo*, pois dão privilégio exclusivo ao período colonial e bastante atenção ao tema do bandeirismo. Nem por isso, dos “aspectos geográficos” da “formação da

⁴²⁰ Sobre a docência de Afonso de Taunay, ver, entre outros, o terceiro anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*, São Paulo, 1937-1938. São Paulo, 1938, p. 181. Especialmente a parte dedicada às informações sobre a cátedra de Civilização Brasileira, da qual retiramos o excerto citado. Com relação às aulas de Alfredo Ellis Jr., ver *Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*, 1952. São Paulo, Seção de Publicações, 1954. A documentação relativa às atividades de Buarque de Holanda será discutida a seguir.

⁴²¹ Ver “Programa para o curso de Civilização Brasileira” (provável autoria de Afonso de Taunay). Sobre a influência normativa deste primeiro programa no catedrático interino e titular da cadeira, bem como em seus assistentes, ver, mais uma vez, *Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*, 1934-1935. São Paulo, 1935. Especialmente o artigo “A função cultural do ensino” (originalmente um discurso de abertura dos cursos da Faculdade concedido em 11 de março de 1935 pelo prof. Antonio de Almeida Prado, então diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras).

⁴²² “Programa para o curso de Civilização Brasileira”. In *Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*, 1934-1935. São Paulo, 1935, p. 293 e 294.

⁴²³ Idem, p. 293 e 294.

Monarquia Portuguesa”, tema inicial dos cursos, ao “fim do ciclo do ouro”, que os conclui, a formação da nacionalidade não deixe de se apresentar como elemento estruturante. Dentre as “Consequências projetadas pelo ouro no cenário econômico, social e político do Brasil do século XVIII”, por exemplo, encontra-se a questão “[d]o ouro e as fronteiras nacionais”. Quando o assunto gira em torno das relações internacionais no mesmo período, enfim, o enfoque recai para “o ouro brasileiro, a Inglaterra e o tratado de Methuen”⁴²⁴.

Entre 1956 e 1969, na época que Sérgio Buarque foi professor da cadeira, a documentação disponível sobre seus cursos no Centro de Apoio à Pesquisa Histórica Sérgio Buarque de Holanda é mínima. Nele, a última edição acessível para a pesquisa de um periódico indispensável sobre o assunto – os *Anuários* da faculdade – é de 1954, e dedicado ao ano letivo de 1952. Além desta, o acervo disponibiliza os *Programas aprovados pela congregação*, e ainda assim, somente dois exemplares, de 1965 e 1968, para o período no qual Sérgio Buarque atuou como professor catedrático⁴²⁵. Ao passarmos os olhos nestes programas, pensamos em desistir de retratar o autor de *Visão do paraíso* em sala de aula. Sucintos e didáticos – tudo afinal o que Sérgio Buarque buscava evitar ao transmitir o conhecimento histórico aos seus alunos⁴²⁶ –, de início pareceram um reflexo protocolar das diretrizes mais amplas da fundação da cadeira.

Uma segunda leitura, porém, mostrou que os tópicos dos programas se adequam, seja pelo conteúdo, seja pela sequência em que são ordenados, a *termos e formas de expressão* da produção intelectual de Sérgio Buarque de Holanda. O que torna possível identificá-los aos projetos de investigação do professor especialmente ao longo das

⁴²⁴ Ver *Programas aprovados pela congregação para o ano letivo de 1953*. São Paulo, Seção de Publicações, FFCL-USP, 1953.

⁴²⁵ Ver *Programas aprovados pela Congregação para o ano letivo de 1965 e 1968*. São Paulo, Seção de Publicações, FFCL-USP, 1965 e 1968.

⁴²⁶ Não custa lembrar o artigo Maria Odila da Silva Dias. “Sérgio Buarque de Holanda na USP”. In *Revista do Instituto de Estudos Avançados*, v. 8, n.22, 1994, segundo o qual “em 1956, aos cinquenta e quatro anos e já autor consagrado, Sergio Buarque de Holanda deixou a direção do Museu Paulista para assumir a cátedra de História do Brasil no Departamento de História da FFLCH. No apogeu de sua criatividade, trouxe para o meio acadêmico a vibração intelectual que acompanhava o seu temperamento alegre e expansivo” (p. 269). Ou ainda, a reflexão de Robert Wegner. “Latas de leite em pó e garrafas de uísque: um modernista na universidade”. In Pedro Meira Monteiro e João Kennedy Eugênio (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, Rio de Janeiro, Editora da Unicamp e Ed.UERJ, 2008, que mostra a convergência entre o lado modernista e historiográfico na atividade de Sérgio Buarque como professor catedrático: “Assim, aquele processo [pelo qual Sérgio Buarque passou] das décadas de 40 e 50 não necessitava envolver um rompimento radical com as experiências das décadas de 20 e 30. Muito ao contrário, pode-se até supor que, para o historiador, seja na sua análise, seja na sua atividade, essa não contradição, a manutenção do espírito experimentalista do Modernismo, seria um antídoto para que a modéstia, a inquirição metódica e a perseverança, características do apanágio científico, não perdessem o espírito, tornando-se meros atributos de funcionários de uma instituição burocrática” (p. 496).

décadas de 1940 a 1960. Portanto, preservam um sentido autoral em relação à versão “matriz” dos mesmos, assinadas por Afonso de Taunay e Alfredo Ellis Jr, ainda que mantenha continuidade com as propostas anteriores. Assim, os *Programas* de 1965 e 1968 permitem reconhecer uma das proposições mais importantes de nosso trabalho: a de que a atuação de Sérgio Buarque na Universidade de São Paulo está menos vinculada à proposta comparada de *Visão do paraíso*, e mais aos seus projetos de escrita de uma história nacional a partir da contribuição de diferentes especialistas. Seus cursos, portanto, fazem parte de um andaime deste projeto: o processo de elaboração da coleção *História geral da civilização brasileira*, publicada entre 1960 e 1984, coordenada por Sérgio Buarque de Holanda (1960-1972) e por Boris Fausto (1975-1984)⁴²⁷.

As edições do cânone, de André Carlos Furtado, ajuda a demonstrar esta hipótese ao situar o lugar de *História geral* na trajetória historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda, seu principal diretor e colaborador. Tratava-se, ao contrário de *Visão do paraíso*, de um antigo projeto, pois “mal as instituições de nível superior tinham sido criadas no Brasil ou gerado os primeiros frutos acadêmicos no país, Sérgio Buarque de Holanda [...], então historiógrafo do Museu Paulista e crítico literário [...] clamava pela escrita de uma história nacional”⁴²⁸. Este antigo projeto, à diferença dos outros, analisados no capítulo anterior, é plenamente revigorado e efetivado com as possibilidades abertas pelo concurso de 1958 e a subsequente entrada de Sérgio Buarque na Universidade de São Paulo. Por conta dele nosso autor angariou o cerne das suas redes de sociabilidade caras à fixação de sua imagem autoral como cânone historiográfico, e acabou dirigindo uma coleção que “se mostra exemplar do *status quo* universitário brasileiro acerca da prática historiográfica [...] até a década de 1980, quando chega ao fim, porque congregou uma gama enorme de pesquisadores” tanto na fase coordenada por Sérgio Buarque quanto na de Boris Fausto⁴²⁹. O que torna possível dizer que “a coleção foi parte significativa na renovação da cultura escrita e, em particular, historiográfica do país, tendo a USP na dianteira deste processo em detrimento de outras instituições”⁴³⁰.

⁴²⁷ Sobre os dois primeiros tomos (de um total de três) da coleção, intitulados “A época colonial” e “O Brasil Monárquico”, em torno dos quais Sérgio Buarque atuou de forma incisiva, ver: Thiago Lima Nicodemo. “A herança colonial: Sérgio Buarque de Holanda e a História Geral da Civilização Brasileira”. In *Seminário brasileiro sobre o livro e a história editorial*. Casa de Rui Barbosa/Ministério da Cultura/Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 2004.

⁴²⁸ André Carlos Furtado. *As edições do cânone: da fase buarquiana na coleção História geral da civilização brasileira (1960-1972)*. Rio de Janeiro, Eduff, 2016, p. 15.

⁴²⁹ Idem, p. 80.

⁴³⁰ Ibidem, p. 116.

De forma geral, a coleção voltava-se para uma escrita conjunta da História pátria tendo por base sobretudo duas questões: buscar compreender o sentido geral da Independência, separando a ideia de emancipação política do processo de construção da nacionalidade do Estado Imperial, que, para os estudiosos da coleção, não ficaria assegurado antes de 1848; e particularmente a proposição de uma cronologia interessada em abarcar os anos situados entre 1808 e 1831, utilizada até hoje por parte expressiva da historiografia (1808, chegada da família real; 1821, regresso do rei a Lisboa; 1823, Assembleia Constituinte; 1824, outorga da Carta; 1825, reconhecimento internacional do Império; e 1831, abdicação de D. Pedro II)⁴³¹. Não que as propostas de comparação entre as Américas portuguesa e espanhola, antes ou depois das independências, estivessem ausentes. Elas, mais uma vez, só não parecem ter a centralidade e a formalidade que ocupam em *Visão do paraíso*, além de encontrarem-se como que subordinadas às amplas questões centrais da coleção. Nos termos de “Passados (im)perfeitos ou a ótica buarquiana sobre o Império do Brasil na América”, outro trabalho de André Carlos Furtado, a vinculação da coleção à história latino-americana chega a ser notada. Mas se volta para outras tantas preocupações e a uma periodização propositalmente mais alargada ao reverberar uma “abordagem [...] do Império Brasileiro sob uma ótica que o incorporava às questões da historiografia latino-americana”. Sérgio Buarque buscava assim contrastar e aproximar a existência de uma monarquia brasileira no século XIX aos processos de independência dos demais países outrora sob o jugo hispânico⁴³².

Os *Programas* de curso de Sérgio Buarque foram elaborados com atenção e seguindo uma ordem cuidadosamente arquitetada, não obstante o seu aspecto protocolar. Os tópicos frequentemente revelam momentos específicos da trajetória investigativa do autor. “As bandeiras setecentistas: Minas de Cuiabá e Goiazes” correspondem evidentemente ao tema das bandeiras, mas mais ainda, às partes finais de *Monções*, sobretudo ao seu sexto capítulo, “Comércio de Cuiabá”, que trata da expansão e estabelecimento dos paulistas no logradouro homônimo. Não por acaso é sucedido por “Tropas e tropeiros. As feiras de Sorocaba”, tema de “Do peão ao tropeiro”, oitavo capítulo da primeira parte de *Caminhos e fronteiras*, construído a partir da mesma

⁴³¹ Ibidem, p. 168.

⁴³² André Carlos Furtado. “Passados (im)perfeitos ou a ótica buarquiana sobre o Império do Brasil na América”. In *Revista Brasileira de História*. v. 36, n. 73, 2016.

investigação e problemática de “Comércio de Cuiabá”⁴³³. Aqueles dois tópicos são entrecortados por outro, intitulado “Monções”. Porém, vistos no conjunto, os cursos concedem um ínfimo lugar à comparação do Brasil com as demais colônias e/ou países latino-americanos. Não queira encontrar tópicos sobre a historiografia da cultura ou da mitologia, sobre a problemática da Renascença na América, sobre Colombo, Amazonas etc. Mesmo supondo que Sérgio Buarque estaria concebendo o “Prefácio à segunda edição”, de *Visão do paraíso*, publicado quase na mesma época (os *Programas*, lembremos, datam de 1965 e 1968), nada indica que sua principal obra foi incorporada às aulas. Os únicos dos quarenta e quatro tópicos que remetem à história comparada são, quando muito, “Significado das bandeiras na formação dos Limites do Brasil dos limites do Brasil” e “O Brasil e o Prata” e “Guerra do Paraguai” (se é que este último diga alguma coisa do assunto)⁴³⁴.

Parte expressiva dos cursos é dedicada especialmente a uma questão aludida alhures, relativa à coleção *História geral da civilização brasileira*: a separação da ideia de emancipação política do processo de construção da nacionalidade do Estado Imperial. Diria mesmo que, nos *Programas*, a História do Brasil Imperial, apesar de tratada nos termos de uma *transformação* da “herança colonial”, não pode ser confundida com um processo retilíneo de formação do Estado Nacional. E que parcela expressiva de um deles (1965) corresponde à versão aproximada tanto do *nome* como do *argumento* de “A herança colonial: sua desagregação”, primeiro capítulo do 2º tomo de *O Brasil Monárquico: o processo de emancipação*, publicado um pouco antes (1962), introduzido por Buarque de Holanda e que conta com a sua colaboração e de Célia de Barros Barreto, Pedro Moacyr Campos, João Cruz Costa, Pedro Octávio Carneiro da Cunha, Carlos Oberacker, Olga Pantaleão, Eurípedes Simões de Paula, Amaro Quintas, Arthur Cezar Ferreira Reis, J. A. Soares de Souza e Dorival Teixeira Vieira. Por isso, os tópicos relativos à colonização da América portuguesa são sucedidos por um subtítulo chamado “O Primeiro Reinado e sua Desagregação com a Herança Colonial”, cuja função seria apontar um significado comum às chamadas ulteriores, todas elas sobre o século XIX.

Em grande parte, voltava-se ao período em que D. Pedro I governou o Brasil como

⁴³³ *Programas aprovados pela congregação para o ano letivo de 1965*. São Paulo, Seção de Publicações, FFCL-USP, 1965.

⁴³⁴ Idem.

Imperador, entre 1822 e 1831⁴³⁵. Alguns tópicos abaixo ajudam a confirmar esta correlação, a exemplo de “Naturalização da Corte portuguesa e a ideia de Império: aspirações nativistas”, “A revolução liberal e suas consequências no Brasil”, “O processo de emancipação e a Independência” e, finalmente, “Balanço do Primeiro Reinado”, que estão elencados nesta ordem, apesar de não serem os únicos do programa. No conjunto, cumprem a função de uma espécie de sumário, que, ao longo do capítulo, sugerem uma desagregação incompleta entre “o nosso passado colonial e nossas instituições nacionais”. Neste caso, a noção de *localismo* aparece dentre as escolhidas por Sérgio Buarque para ilustrar as persistências intermináveis que perpassam a História do Brasil. No Primeiro Reinado, “parece fora de dúvida que o localismo, a falta de nexos poderosos entre as várias unidades regionais, concordava melhor [...] do que um regime fortemente centralizador”⁴³⁶. Assim, o termo *desagregação* é qualificado como um *período de transição* entre *colonização* e *nação*. Eis um dos significados possíveis para o Primeiro Reinado para o professor catedrático e seus colaboradores.

As frases iniciais de “A herança colonial: sua desagregação” dão forma ao primeiro tópico acima lembrado por sublinhar a constante tensão entre o *nativismo*, tido como uma aspiração de coloração *local*, e a instalação da Corte no Rio de Janeiro, expressão privilegiada do *centralismo*.

No Brasil, as duas aspirações – a da independência e da unidade – não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas. As sublevações e as conjuras nativistas são invariavelmente manifestações desconexas da antipatia que, desde o século XVI, opõe muitas vezes o português da Europa e o do Novo Mundo. E mesmo onde se aguça a antipatia, chegando a tomar colorido sedicioso, com a influência dos princípios franceses ou do exemplo da América inglesa, nada prova que tenda a superar os simples âmbitos regionais. Por outro lado, embora ganhasse novo alento desde a instalação no Rio de Janeiro da Corte [...] a malquerença que separa o americano do europeu não é, aqui, senão um dos componentes da obra de emancipação, tal como se há de processar⁴³⁷.

⁴³⁵ Sérgio Buarque de Holanda. “A herança colonial: sua desagregação”. In *O Brasil monárquico: o processo de emancipação*. São Paulo, Difel, 1985.

⁴³⁶ Idem, p. 20.

⁴³⁷ Ibidem, p. 09. Como lembra Rogério Forastieri, o nativismo corresponde a um “caminho” peculiar de “emancipação política” que não se confunde com reivindicações nacionalistas. Afinal, para Sérgio Buarque, no *nativismo* “é difícil atestar quando possa existir um ‘sentimento de unidade’, ressaltando todos os fatores que contribuíam para a ‘desunião’ do que para a ‘união’”. Outra ideia importante é a de ‘união’ e ‘emancipação política’ como noções diferentes. Faz todos esses reparos para encaminhar a proposta de que o ‘nativismo’ teria como conteúdo principal a oposição entre o ‘português’ e o ‘português do Novo Mundo’ e, pela maneira que encaminha a questão, até mesmo as chamadas inconfidências

No capítulo, a tensão também se traduziria no que Sérgio Buarque intitula de *as duas faces de uma revolução liberal*, por certo em alusão ao tópico seguinte do programa, “A revolução liberal e suas consequências no Brasil”. O autor se refere às intenções políticas da revolução liberal portuguesa de 1820, que, da perspectiva “da outra banda do oceano” era “obra de radicalismo” ao “parece[r] nitidamente um avanço no caminho da [...] liberdade, da fraternidade [...] e da razão, atingida através do governo do povo pelo povo”. “Desta banda”, porém, as novidades foram assimiladas como “despotismo”, pois, se por um lado a revolução de 1820 representava abertamente um movimento antiabsolutista, por outro foi desde o início um movimento antibrasileiro. É como se quisessem restaurar pura e simplesmente o “estatuto colonial”⁴³⁸. Seja como for, do imbróglio não resultaria, no Brasil, qualquer coisa que possa ser comparada à unidade nacional. Estaria em jogo “outro processo, que por vezes [...] se deixa confundir com esse” e pode ser resumido pelas tendências que à época dividiam os partidários da *centralização* e do *federalismo*. Este último, que nada mais é do que a expressão de vontades locais depositadas nas propostas de autonomia provincial, representaria aliás um dos obstáculos mais densos à liquidação da herança colonial. Sérgio Buarque não deixa de salientar seus vínculos com os primórdios de nossa formação: se encontrariam nos primeiros donatários, que, em razão do receio de perder “privilégios e liberdades outorgadas com a primitiva doação”, foram autores de embargos políticos à instituição do governo-geral na Bahia⁴³⁹.

Os dois últimos tópicos, “O processo de emancipação e a Independência” e “Balanço do Primeiro Reinado”, finalmente apresentam correlações com a conclusão de “A herança colonial: sua desagregação”. Nela Sérgio Buarque oferece um desfecho do argumento ao interpretar as tensões subjacentes ao Primeiro Reinado por meio da “distância que, no Brasil, separava as condições reais da situação legal do país”⁴⁴⁰. Embora não se refira propriamente àqueles densos obstáculos à liquidação da herança colonial, prevalece, neste caso, o paradoxo entre os hábitos longamente estabelecidos pelo passado colonial e as novas normas requeridas pelas instituições nacionais. A Independência do Brasil, desse modo, sinalizaria uma “fecunda transação” entre elas.

seriam expressão desse ‘nativismo’, as quais, como bem assinalou, *nunca escapam ao âmbito regional*” (grifo nosso). Rogério Forastieri. *Colônia e nativismo: a história como biografia da nação*. São Paulo, Hucitec, 1997, p. 72 e 73.

⁴³⁸ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 14.

⁴³⁹ Idem, p. 21.

⁴⁴⁰ Ibidem, p. 38.

Isto é, estaria a meio caminho do *processo de emancipação*. Nesse sentido, quando se depara com as ambiguidades da época de D. Pedro I, que “importou mais na medida em que destruiu inveteradas peias [...] do que pela introdução de práticas vigorosamente revolucionárias”, Sérgio Buarque, com discrição, dá uma espécie de conselho ao leitor: “não se queira muito mais”. O texto dali a pouco é concluído. O curso também. O pesquisador tem a sensação de parar no meio de uma travessia.

Pode-se avançá-la, porém, recorrendo-se às atividades de orientação em nível de mestrado e doutorado exercidas por Sérgio Buarque entre 1956 e 1969. Lembre-se que, dentro do funcionamento do regime de cátedras na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, tais títulos, na maioria dos casos, eram adquiridos de forma específica. Salvo nuances e casos especiais, poderiam ser obtidos por candidatos aprovados por concurso para professor catedrático que ainda não o portassem. Ou por bacharéis (e mestres) após, pelo menos, dois anos de estudo sob orientação de um docente da disciplina escolhida. Neste caso ainda seria necessário cursar ao menos duas disciplinas especializadas, oferecidas anualmente em sua área, nos cursos regulares da Faculdade; seria ao mesmo tempo necessário realizar um estágio supervisionado em departamentos com o orientador da tese. A obtenção do diploma era concedida a partir da média geral do estágio, dos cursos e da defesa do trabalho para uma banca composta por cinco professores. Titulado – embora nem sempre –, o mestre, mas, sobretudo, o doutor e o livre-docente, poderiam assumir a função de assistente do professor catedrático (o doutor por vezes chegaria à função de professor adjunto, mas com este título jamais a de professor catedrático)⁴⁴¹.

A tabela abaixo expõe os trabalhos orientados por Sérgio Buarque em sua estadia como professor titular da cadeira, e defendidos até 1969. Alguns deles, analisados adiante, também confirmam a paradigmática distancia tomada quer pelo orientador, quer, sobretudo, por seus orientandos, do que vamos considerando os objetivos centrais de *Visão do paraíso*.

Orientando ⁴⁴²	Título do trabalho (abreviado)	Grau	Ano de defesa
José Ferreira Carrato	Minas Gerais e o Caraça	Doutorado	1961
Frank Perry Goldman	A imigração norte-americana para o Brasil após a Guerra Civil	Doutorado	1961

⁴⁴¹ Ver Diogo Roiz, *Op. Cit.*, p. 47 e 48.

⁴⁴² Para efeito de demonstração, os nomes dos trabalhos podem estar abreviados.

Maria Thereza Schorer Petrone	A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)	Doutorado	1964
Maria Odila Dias Curlly	O Brasil na historiografia romântica inglesa	Mestrado	1965
Suely Robles de Queiroz	Algumas notas sobre a lavoura do açúcar em São Paulo no período colonial	Mestrado	1966
José Gonçalves Salvador	Cristãos Novos nas Capitanias do Sul (1530-1680): aspectos religiosos	Doutorado	1967
Herbert Cahn	Padre Guilherme Pompeu de Almeida e suas atividades comerciais (1686-1713)	Doutorado	1967
Jeanne Barrange de Castro	O povo em armas: Guarda Nacional (1831-1850)	Doutorado	1968
José Sebastião Witter	Estabelecimento agrícola dos meados do século XIX na Província de São Paulo	Mestrado	1969
Boris Fausto	1930: Historiografia e História	Doutorado	1969

No conjunto, todos eles, apesar de não descartarem a pesquisa especializada de objetos peculiares, acenam sem reservas, para um interesse pelos três períodos da História do Brasil, com enfoque nas peculiaridades da, ou nas relações entre, colônia e Império. Embora as dissertações e teses não possam ser explicadas exclusivamente pela referida *História geral da civilização brasileira*, o interesse da maioria de seus autores estava articulado sim às diretrizes da coleção, sobretudo na forma de colaboração autoral⁴⁴³.

Antes de tratar desta questão caberia avaliar as linhas centrais dos trabalhos orientados. *As Minas Gerais e os primórdios do Caraça*, de José Ferreira Carrato, corresponde ao primeiro estudo acadêmico sobre o colégio do Caraça em seu “período inicial” (1774 a 1819): a fase religiosa dos eremitas e romeiros coloniais, que subiram e habitaram a Serra do Caraça, sob a condução do irmão Lourenço de Nossa Senhora, estranha figura de ermitão e penitente. Situado pelo autor no “campo da cultura brasileira”, este talvez seja um dos trabalhos mais próximos da obra *Visão do paraíso* se for possível considerá-lo, com algum esforço, dentro temática dos imaginários (lembre-se que o problema do autor não é a do penitente propriamente dito, mas o de uma

⁴⁴³ Em *As edições do cânone*, André Carlos Furtado nota duas formas de vinculação dos orientandos de Sérgio Buarque com a elaboração de *História geral da civilização brasileira*: colaboração ou análise crítica da mesma. Um “tipo de leitura recebida pela coleção apareceu em texto escrito a quatro mãos e apresentado no IV Encontro Nacional, realizado em Goiânia em 1971, no qual a HGCB era utilizada para conferir sustentação à ideia de que São Paulo de fins do século XIX e início do século XX singularizou-se em virtude do desenvolvimento da economia cafeeira. Uma de suas autoras, Jeanne Berrance de Castro, era ex-orientanda de Sérgio Buarque no doutorado, também tinha colaborado na coleção e integrava o conjunto de herdeiros intelectuais do organizador do projeto que participaram do empreendimento editorial da Difel, majoritariamente, nos volumes do Tomo II. Ao grupo, pode-se acrescentar, entre outros nomes da FFCL-USP – ainda que nem sempre orientandos de mestrado ou doutorado oficiais e sem mencionar o próprio Boris Fausto, escolhido para suceder-lhe na direção da HGCB –, os de Teresa Schorer Petrone e Frank Goldman como colaboradores, bem como o de Suely Robles de Queiroz, como auxiliar da última publicação referente ao período monárquico”. André Carlos Furtado. *As edições do cânone: da fase buarquiana na coleção História geral da civilização brasileira (1960-1972)*. Rio de Janeiro, Eduff, 2016, p. 155 e 156.

instituição tradicional em Minas Gerais). Um detalhe importante porém o afasta significativamente das preocupações da obra de 1959: a periodização. Carrato, como vamos insistindo, não é o único a adotar uma cronologia contemporânea à *transição* da colônia ao Império do Brasil, esta sendo uma opção de diversos orientandos de Sérgio Buarque⁴⁴⁴.

A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851), tese de doutorado de Maria Thereza Schorer Petrone, é outra delas. O trabalho é apresentado em 18 de agosto de 1964 à banca examinadora composta pelos professores Wanderley Pinho, Alice Canabrava, Eduardo D'Oliveira França e Eurípedes Simões de Paula⁴⁴⁵; e segundo sua introdução, tem como objetivo “mostrar a importância do ‘ciclo do açúcar’ para o desenvolvimento econômico da Capitania e depois da Província [de São Paulo]” procurando atestar “como a cultura de cana é responsável pela transformação da agricultura que deixa de ser predominantemente de substâncias para adquirir características comerciais”⁴⁴⁶. A justificativa da autora em tudo diverge das iniciativas de encaixá-lo aos períodos estanques da História do Brasil, se assim pudermos dizer. O ciclo do açúcar, “capítulo pouco conhecido da história paulista e de bibliografia extremamente pobre”, encontra-se entre dois outros ciclos, o “das bandeiras” e “do café”, respectivamente situados na colônia e no Império do Brasil. Desenvolve-se a partir do governo de Morgado de Mateus (1765-1775) até 1850-1851, quando a exportação de açúcar foi ultrapassada em volume pela do café. Não que a autora abandone a tentativa de realizar um estudo particular, mas o faz a partir de um corpus documental situado na interface entre aqueles dois períodos: “Tivemos de procurar dados para o nosso trabalho nas várias fontes manuscritas ou impressas”. Entre os quais “relatos de viajantes, cronistas e outros informantes conseguiram elucidar-nos aspectos do ‘ciclo do açúcar’ paulista. Dos manuscritos consultados “destacam-se os Maços de População, Maços do Tempo Colonial, Ofícios Diversos do Império, além de outros, existentes no Arquivo do Estado”⁴⁴⁷.

Para além da periodização, *A lavoura canavieira em São Paulo* ilustra outro vetor encontrado nos demais orientandos de Sérgio Buarque: o privilégio à história política e

⁴⁴⁴ Ver José Ferreira Carrato. *O Caraça português: contribuição ao estudo da história do colégio do Caraça*. São Paulo, FFLCH-USP, (Tese de Livre-Docência), 1970. Como não encontramos a tese de doutorado do autor, nos situamos pelo trabalho citado, que durante a introdução faz referências a ele.

⁴⁴⁵ Emília Viotti da Costa. “Defesa de tese de doutoramento da licenciada Maria Teresa S. Petrone”. *Revista de História*. n. 61, 1965, p. 242.

⁴⁴⁶ Maria Thereza Schorer Petrone. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio*. São Paulo, FFCL-USP (Tese de Doutorado), 1964, p. I.

⁴⁴⁷ Idem, p. II.

econômica, e de uma forma que, mais uma vez, encontra-se muito distante das preocupações de *Visão do paraíso*. Não obstante o fato de estar situada no período colonial, a tese de doutorado de Herbert Cahn, *O padre Guilherme Pompeu de Almeida e suas atividades comerciais (1683-1713)*, defendida em 1967, parece no caso um dos melhores exemplos. Segue à risca a intenção de realizar um estudo de fôlego sobre um tema específico, “um documento que foi entregue ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo há cerca de quarenta anos”: 113 páginas datilografadas dos livros de contabilidade do padre paulista Guilherme Pompeu de Almeida, “assunto [...] sugerido por Sérgio Buarque de Holanda ao inteirar-se de que nos havíamos especializado em questões financeiras”⁴⁴⁸. Quase toda atenção recai à capitania de São Paulo, uma vez que a tese “não se resume a um estudo sobre finanças”, igualmente sendo “uma espécie de biografia do padre Guilherme”.⁴⁴⁹ Mas não nos enganemos. Toda a discussão biográfica busca esclarecer melhor a então pouco compreendida contabilidade exercida pelo religioso.

O mesmo vale para alguns dos trabalhos voltados exclusivamente para o Oitocentos. *Um estabelecimento agrícola dos meados do século XIX na província de São Paulo*, dissertação de mestrado de José Sebastião Witter, defendida em 1968, volta-se para a vida do imigrante europeu na fazenda Ibicaba, onde funcionava a firma Vergueiro e Companhia, entre 1857 e 1865. A partir dela, procura estudar o problema da mão de obra postulado pela época, por meio da tentativa do senador Vergueiro, proprietário do local e do estabelecimento, em colonizar o interior da província⁴⁵⁰.

Ainda que resulte de uma tese de livre-docência, o trabalho *Escravidão nas áreas cafeeiras: aspectos econômicos, sociais e ideológicos da desagregação do sistema escravista*, de Emília Viotti da Costa⁴⁵¹, merece atenção redobrada, e por duas razões: ele origina-se de um projeto de doutorado orientado por Sérgio Buarque, mas é logo transformado no referido formato, defendido em 25 de novembro de 1964⁴⁵²; e porque a escravidão negra é um tema quase inteiramente ausente tanto de *Visão do paraíso*, como, no limite, da trajetória intelectual de Sérgio Buarque, como veremos no último

⁴⁴⁸ Herbert Cahn. *O padre Guilherme Pompeu de Almeida e suas atividades comerciais (1683-1713)*. São Paulo, FFCL-USP (Tese de Doutorado), 1967, s.n.

⁴⁴⁹ Idem, s.n.

⁴⁵⁰ José Sebastião Witter. *Um estabelecimento agrícola dos meados do século XIX na província de São Paulo*. São Paulo, FFCL-USP (Dissertação de Mestrado), 1968.

⁴⁵¹ Emília Viotti da Costa. *Escravidão nas áreas cafeeiras: aspectos econômicos, sociais e ideológicos da desagregação do sistema escravista*. São Paulo, FFCL-USP (Tese de Livre Docência), 1964.

⁴⁵² Sobre o caso de Emília Viotti da Costa, ver: Maria Helena Rolim Capelato; Raquel Glezer; Vera Lúcia Amaral Ferlini. “Escola uspiana de história”. In *Revista Estudos Avançados*. v. 8, n. 22, 1994.

capítulo da tese. Nos termos do comunicado da defesa, o orientador da tese não deixa de acompanhar a transformação desta em estudo de livre-docência, titulação que dispensa a supervisão formal. Certamente por isso, tona-se um dos membros da comissão julgadora, que também contou com os professores Wanderley Pinho, Francisco Iglésias, Brasil Pinheiro Machado e Eurípedes Simões de Paula⁴⁵³.

Tanto o comunicado quanto a versão final do trabalho atestam grande influência do antigo orientador em todas as fases da pesquisa. Nesse percurso, Sérgio Buarque realiza pelo menos duas leituras do estudo: “a primeira delas quando a tese ainda estava em elaboração, e a segunda quando a mesma já estava pronta”. Apesar fazer críticas pontuais, como veremos, de forma geral “subscrive todos os elogios anteriormente feitos, salientando que o simples fato de ter aceito a orientação do trabalho já revela o seu reconhecimento do valor do mesmo”.⁴⁵⁴ Durante a defesa Emília Viotti não deixa de “agradecer a orientação que recebera do examinador [e] salienta[r] a importância que teve o livro *Raízes do Brasil* na escolha de sua carreira”⁴⁵⁵. Nas páginas iniciais de *Escravidão nas áreas cafeeiras*, na seção de agradecimentos, nota-se que a leitura de Buarque de Holanda dos “rascunhos da tese” foi “minuciosa”, chegando a incluir até mesmo recomendações estilísticas à mesma.

Ao professor Sérgio Buarque de Holanda que teve a paciência de rever minuciosamente os rascunhos desta tese, enriquecendo-a com observações e suavizando a aspereza do meu estilo, minha particular gratidão. Muito devo à sua cultura, inteligência e sensibilidade para os problemas humanos que fizeram dele o grande historiador ensaísta que concilia a seriedade necessária à história científica com a curiosidade maliciosa a respeito dos fatos de ontem e de hoje, a solidez de sua erudição com a visão poética das coisas e sua aversão a todas as espécies de dogmatismo⁴⁵⁶ (grifo nosso).

Apesar de incisiva, a orientação de Sérgio Buarque não resultou na exclusão do objeto inicial da pesquisa. Como Emília Viotti esclarece, este residiu no estudo local da escravidão “em duas áreas distintas: o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista”, sobretudo entre os séculos XVIII e XIX. Com a transformação da proposta em projeto de livre-docência passa-se a focalizar as relações mais amplas de tipo escravista para, a partir de

⁴⁵³ Sobre o concurso de Livre-Docência de Emília Viotti da Costa, ver: Raul de Andrada e Silva; Luiz Antonio de Moura Castro. “Livre-docência na cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo”. In *Revista de História*. n. 67, 1966.

⁴⁵⁴ Idem, p. 275.

⁴⁵⁵ Ibidem, p. 277.

⁴⁵⁶ Emília Viotti da Costa. *Op. Cit.*, s.n.

uma análise que ilumine o “funcionamento global do sistema”, fornecer os subsídios explicativos sobre a persistência, a crise e a desagregação do regime escravista como um todo, após o primeiro quartel do século XIX⁴⁵⁷. A arguição de Sérgio Buarque dirige-se não propriamente à escravidão como objeto, mas ao método a partir do qual a candidata relaciona as regiões do Vale do Paraíba e o Oeste Paulista àquele funcionamento global: “nem sempre os esquemas abstratos podem ser utilizados, [Sérgio Buarque] citando como exemplo a pouca eficácia de se tentar inserir uma economia primitiva – como é a do açúcar em São Paulo – num processo mais amplo de pulsações econômicas, pela falta de entrosamento entre ambos”⁴⁵⁸. Emília Viotti, ao responder às objeções, acaba em parte por subscrevê-las: “talvez pela amplitude da tese coubesse, realmente, explicitar melhor a articulação de suas várias partes”.⁴⁵⁹

De fato, em *Escravidão nas áreas cafeeiras*, as peculiaridades paulistas do tema que dá nome ao trabalho aparecem intactas, especialmente em “A expansão cafeeira e a mão de obra escrava”, primeiro capítulo da tese. Mais monográfico do que os demais, apresenta uma densa reflexão sobre as condições peculiares da ocupação do Vale do Paraíba: região agreste até o final do século XVIII, a partir de então a circulação local de colonos se intensifica pela exploração do ouro em Minas Gerais e o deslocamento da capital para o Rio de Janeiro. É o suficiente para lançarem-se os primeiros núcleos de povoamento e o avanço das lavouras sobre a mata. Praticamente na mesma época, os “pioneiros do café” avançavam pela região, predominando sobre todo o resto: “A mata foi pouco a pouco substituída pelos cafezais, e os pequenos sitiantes empurrados pelo avanço da grande propriedade. Com ela vieram grandes levadas de escravos”.⁴⁶⁰ Em seguida, Viotti acaba por discutir o alastramento desta produção cafeeira nas regiões adjacentes: Campinas, Bananal, Limeira, Rio Claro, Mogi-Mirim, Jundiaí etc.

⁴⁵⁷ Sem buscar esgotar as análises realizadas do trabalho de Emília Viotti, cabe destacar a resenha crítica sobre a tese publicada no ano seguinte por Boris Fausto, na qual o historiador salienta sua proximidade metodológica com trabalhos de sociólogos e cientistas políticos. Sobretudo com Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1962; Octavio Ianni. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1962; Paula Beiguelman. *Teoria e Ação no pensamento abolicionista*. São Paulo, Cadeira de Política da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado), 1961. Ver Boris Fausto. “Considerações acerca de uma tese: escravidão nas áreas cafeeiras: aspectos econômicos, sociais e ideológicos da desagregação do sistema escravista”. In *Revista de História*. n. 63, 1965. Tudo leva a crer que tal aproximação com a sociologia e as ciências políticas foi realizada por Viotti durante a sua Livre-Docência.

⁴⁵⁸ Raul de Andrada e Silva; Luiz Antonio de Moura Castro. “Livre-docência na cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo”. In *Revista de História*. n. 67, 1966, p. 275 e 276.

⁴⁵⁹ Idem, p. 278.

⁴⁶⁰ Emília Viotti da Costa. *Op. Cit.*, p. 4.

Outros orientandos de Sérgio Buarque dedicaram-se ao Brasil republicano, período ausente de *Visão do paraíso*, e pouco frequentado pelo orientador dos trabalhos, como também veremos no último capítulo da tese. Boris Fausto é um deles. Desnecessário lembrar que *1930: historiografia e história*, tese de doutorado orientada conjuntamente por Sérgio Buarque de Holanda e Yves Bruand, é lida, conhecida e estudada sobretudo em suas versões publicadas⁴⁶¹; mas pouco se explora o fato dela ter sido originalmente concebida como tese, ou ter sido orientada por quem foi. Evidentemente não se busca aqui esgotar e ainda esmiuçar seu assunto, mesmo que seja preciso relembrá-lo. O trabalho consiste em reinterpretar a Revolução de 1930, que, para Fausto, estaria como que trancafiada por duas linhas que se cristalizaram na historiografia brasileira: a primeira, defendida por Wanderley Guilherme dos Santos e Ruy Mauro, procura sintetizar o episódio revolucionário em termos de ascensão do poder da burguesia industrial; a outra, arquitetada por Virgínio Santa Rosa, Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos e Helio Jaguaribe, define 1930 como revolução das classes médias⁴⁶². De modo que esta combinação entre *tema*, *orientador* e *orientando* consagra a distancia dos alunos de Sérgio Buarque das propostas de *Visão do paraíso* ao coroar a hipótese de que a obra de 1959 pouco explica o projeto de formação de quadros de pesquisa pelo então professor catedrático. Inclusive porque estas relações peculiares entre Sérgio Buarque de Holanda e Boris Fausto servem aqui de porta de entrada para constatar a, esta sim, larga atuação de alguns orientandos do autor de *Visão do paraíso* em *História Geral da Civilização Brasileira*.

Tomemos como exemplo a participação de Boris Fausto, Maria Thereza Schorer Petrone e Emília Viotti da Costa. Fausto, além de assumir um dos cargos máximos do empreendimento – o de diretor da coleção – é o quinto maior colaborador de textos para a mesma, só ficando atrás de Pedro Octávio Carneiro da Cunha, Pedro Moacyr Campos, Arthur Cezar Ferreira Reis e Sérgio Buarque de Holanda⁴⁶³. Assina quatro deles: “Nota introdutória”⁴⁶⁴; “Expansão do café e política cafeeira”⁴⁶⁵; “Conclusão: a crise dos anos

⁴⁶¹ Ver por exemplo Ângela de Castro Gomes (org.). *Leituras críticas sobre Boris Fausto*. Belo Horizonte / São Paulo, Ed. UFMG / Fundação Perseu Abramo, 2008.

⁴⁶² Boris Fausto. *1930: historiografia e história*. São Paulo, FFLCH-USP (Tese de Doutorado), 1969, s.n.

⁴⁶³ André Carlos Furtado. *Op. Cit.*, p. 109.

⁴⁶⁴ Boris Fausto. “Nota introdutória”. In Boris Fausto (org.). *História geral da civilização brasileira*. vol. 8. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

⁴⁶⁵ Boris Fausto. “Expansão do café e política cafeeira”. In *História geral da civilização brasileira*. vol. 8. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

20 e a Revolução de 1930”⁴⁶⁶ e “Nota introdutória”⁴⁶⁷. Três deles parecem suficientes para traçar o perfil das contribuições escritas do autor à coleção. A primeira “Nota introdutória”, além de relembrar os objetivos de *História geral*, justifica ao leitor a razão “[d]a fixação do ano de 1930 como um [...] marco divisor da História do Brasil contemporâneo”: “o ano de 1930 é sobretudo um momento de ruptura de um tipo de articulação da sociedade brasileira, ruptura que assiná-la o fim da hegemonia de uma classe social; de novas articulações com o que eufemisticamente se chama *centro* e *periferia*; e de um sistema ideológico dado pelo liberalismo elitista”.⁴⁶⁸ Em “Expansão do café e política cafeeira”, a análise da economia cafeeira da Primeira República ganha sentido a partir de dois marcos histórico-estruturais: predomínio e hegemonia da burguesia do café no plano interno e sua dependência do capitalismo internacional no plano externo⁴⁶⁹. E “Conclusão: a crise dos anos 20 e a Revolução de 1930”, concentra-se sobre dois importantes aspectos da crise política que surge na Primeira República: no descontentamento de um grupo funcional, o exército, e na crescente insatisfação da população urbana, de algum modo associado à classe média. Entre eles a ideia de que as tensões regionais da classe dominante não apresentam uma linha contínua⁴⁷⁰. Os três textos (em especial, “Conclusão”) acolhem as proposições da tese de doutorado de Fausto segundo as quais a Revolução de 1930 não poderia ser entendida de forma determinista (pois é isso o que nos parece estar de fato em jogo na crítica): nem como um episódio revolucionário centrado absolutamente em termos de ascensão do poder da burguesia industrial; ou como revolução das classes médias. Esta proximidade entre um trabalho de pós-graduação e as diretrizes de *História geral* não é mera coincidência. É sim um vetor da atividade de orientação de Sérgio Buarque.

A colaboração de Maria Thereza Schorer Petrone também é ilustrativa. A autora assina, entre outros, “As áreas de criação de gado”, quarto capítulo do segundo volume da coleção. Voltando-se para o período colonial, propõe esclarecer que, mesmo a economia pastoril não sendo a principal atividade econômica da América portuguesa,

⁴⁶⁶ Boris Fausto. “Conclusão: a crise dos anos 20 e a Revolução de 1930”. In *História geral da civilização brasileira*. vol. 9. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

⁴⁶⁷ Boris Fausto. “Nota introdutória”. In *História geral da civilização brasileira*. vol. 11. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

⁴⁶⁸ Boris Fausto. “Nota introdutória”. In Boris Fausto (org.). *História geral da civilização brasileira*. vol. 8. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007, p. 12.

⁴⁶⁹ Boris Fausto. “Expansão do café e política cafeeira”. In *História geral da civilização brasileira*. vol. 8. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

⁴⁷⁰ Boris Fausto. “Conclusão: a crise dos anos 20 e a Revolução de 1930”. In *História geral da civilização brasileira*. vol. 9. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

acabou contribuindo para a ocupação de regiões estratégicas; sobretudo a das “fazendas nordestinas” e “a pecuária no sul”, com destaque para “as estâncias gaúchas”.⁴⁷¹ Além deste, Petrone assina “Imigração assalariada”, quarto capítulo do quinto volume de *História geral*, concentrando-se dessa vez em um tema contemporâneo ao Brasil imperial e republicano. Percorre-se um panorama vasto que inclui desde a inicial “situação na Itália” à “imigração italiana como fator de industrialização”, privilegiando-se, como não poderia deixar de ser, uma questão enfrentada na tese de doutorado da autora: a especificidade de São Paulo neste processo.⁴⁷²

Outro caso expressivo consiste em “O escravo na grande lavoura”, colaboração de Emília Viotti da Costa, primeiro capítulo do quinto volume de *História geral*, que nada mais é do que uma síntese de seu trabalho de livre-docência. Todos os grandes temas de *Escravidão nas áreas cafeeiras* estão lá: “A grande lavoura e a escravidão”, que detalha como o latifúndio escravista impedia o desenvolvimento da grande propriedade; “Formas de trabalho livre na grande propriedade”, uma explicação de que, mesmo com o triunfo da grande propriedade, o trabalho livre não chegara a desaparecer ao manter-se desde a época colonial associado à grande lavoura e representado pela mão de obra suplementar; “O tráfico interno e o deslocamento de escravos do Norte para o Sul do país”, explicando como as regiões cafeeiras, em plena expansão, voltaram-se para outras fontes de mão de obra, sobretudo o Nordeste, que na perspectiva da autora passa a ser o grande fornecedor de escravos; e enfim, “Cessaço do tráfico”, alertando ao leitor o processo que levaria à sentença definitiva lançada à escravido⁴⁷³. So Paulo, verdade, quase no aparece no artigo, mas isso no impede pens-lo como desdobramento seja de seu antigo projeto de doutorado.

A combinao de temas particulares e reflexes de sntese afinal um projeto tanto da direo como da colaborao de Srgio Buarque de Holanda *Histria geral*. Dele so ao todo 34 colaboraes escritas, que, no obstante inmeras peculiaridades, discutidas a frente, cumprem as diretrizes mais elementares da instituio que poca lhe acolhia: a cadeira de Civilizao Brasileira da Universidade de So Paulo. diferena de *Viso do paraiso*, a prioridade dada s “condicionantes gerais” de uma

⁴⁷¹ Maria Thereza Schorer Petrone. “As reas de criao de gado”. In Srgio Buarque de Holanda (org.). *Histria geral da civilizao brasileira: administrao, economia, sociedade*. vol. 2. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

⁴⁷² Maria Thereza Schorer Petrone. “Imigrao assalariada”. In Srgio Buarque de Holanda (org.). *Histria geral da civilizao brasileira: reaoes e transaoes*. vol. 5. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

⁴⁷³ Emlia Viotti da Costa. “O escravo na grande lavoura”. In Srgio Buarque de Holanda (org.). *Histria geral da civilizao brasileira: reaoes e transaoes*. vol. 5. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

periodização demarcada pelos descobrimentos portugueses do Novo Mundo e o Império do Brasil. O enfoque não destoa significativamente de suas aulas e das orientações concedidas ao recair no que, em suma, pode-se entender como um processo de formação, crise e dissolução destas organizações societárias.

Os textos sobre o período colonial correspondem aos seguintes: “As etapas do descobrimento português”, “O descobrimento do Brasil”, “As primeiras expedições”, “A instituição do Governo Geral”, “Ação missionária e educação”, “Franceses, holandeses e ingleses no Brasil quinhentista”, “Conquista da costa leste-oeste”, “Os Franceses no Maranhão”, “As monções”, “A colônia do Sacramento e a expansão no extremo-sul”, “A mineração: antecedentes luso-brasileiros” e “Metais e pedras preciosas”⁴⁷⁴. Neles o tema paradisíaco e o estudo comparado dos imaginários português e espanhol são praticamente nulos se comparados ao empenho deliberado e exaustivo dedicado às mesmas questões pela obra de 1959. “As primeiras expedições”, por exemplo, se detém em eventos que marcaram as primeiras décadas de colonização do Brasil: expedições rumo à extração de pau-brasil, tráfico de escravos intermitente (estamos antes de 1550), reconhecimento da costa, detenção de corsários, e, por fim, a tentativa de uma escala ampla de povoamento centralizada por Martim Afonso de Sousa. Tudo o que poderia remontar à simbologia paradisíaca é destituído dessa função; entre as quais as araras e papagaios, aves paradisíacas por excelência, que são citadas para ilustrar míseras formas de comércio local e internacional.

O que dizer de “A mineração: antecedentes luso-brasileiros” e “Metais e pedras preciosas”, que trazem temas concomitantes ao mito do paraíso terrestre e, por isso, talvez sejam o que mais se assemelham aos objetivos de *Visão do paraíso*? Está-se diante de um exemplo complexo e desafiador às proposições de nosso trabalho. A atividade mineradora é uma questão amplamente percorrida por *Visão do paraíso*, sobretudo nos capítulos “Peças e pedras”, “O outro Peru” e “Um mito brasileiro”, como veremos, e aqui não se pretende negar esta proximidade, farta em evidências. Nos dois

⁴⁷⁴ Sérgio Buarque de Holanda. “As etapas do descobrimento português”. In Sérgio Buarque de Holanda (org.). *História geral da civilização brasileira: do descobrimento à expansão territorial*. vol. 1. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007; _____. “O descobrimento do Brasil” In Idem; “As primeiras expedições”. In Ibidem; _____. “A instituição do Governo Geral”. In Ibidem; Sérgio Buarque de Holanda e Olga Pantaleão. “Franceses, ingleses e holandeses no Brasil quinhentista”. In Ibidem; Sérgio Buarque de Holanda. “Conquista da costa leste-oeste”. In Ibidem; _____. “Os Franceses no Maranhão”. In Ibidem; _____. “As monções”. In Ibidem; _____. “A colônia do Sacramento e a expansão no extremo-sul”. In Ibidem; _____. “A mineração: antecedentes luso-brasileiros” In Sérgio Buarque de Holanda (org.). *História geral da civilização brasileira: administração, economia e sociedade*. vol. 2. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007; _____. “Metais e pedras preciosas”. In Idem.

artigos o nervo parece ser o seguinte caráter paradoxal da atividade mineradora: por um lado a Coroa não descartava a possibilidade imaginária do Eldorado, algo no caso evidenciado na busca permanente de metais preciosos; por outro, com o correr do tempo, os colonizadores deixaram de buscar o metal amarelo nas lides do interior dos continentes conquistados ao optarem particularmente pela escravização das populações nativas.⁴⁷⁵

Desnecessário dizer que o argumento lembra a questão da “atenuação plausível”, enfrentada por *Visão do paraíso*. Aqui, porém, o caso é semelhante aos projetos de Sérgio Buarque interrompidos em razão do concurso: a pesquisa documental é parecida com a daqueles três capítulos, mas nos dois artigos não há a sólida intenção em realizar um estudo comparado nos termos das proposições centrais da obra de 1959. Não temos a intenção de fazer uma análise exaustiva destes casos, mas somente mostrar como seus objetivos estão distantes de qualquer tentativa de aprofundar os interesses daquela que é considerada sua obra-prima. “A mineração: antecedentes luso-brasileiros”⁴⁷⁶ tem início com o processo de busca do ouro pelos portugueses na África, algo particularmente exemplificado pela conquista de Ceuta a partir de agosto de 1415. Paradoxal, o êxito do empreendimento foi expressivo no âmbito militar, mas não no econômico, na ótica do autor: os vencedores são ao mesmo tempo condenados a viver ilhados entre as muralhas de uma cidade cujo solo era pobre e hostil. Somadas às demais dificuldades – como a de formar caravanas para o sertão longínquo da África, onde de fato se encontrariam as paisagens auríferas –, a verdade é que os colonizadores vão paulatinamente desistindo do metal dourado ao optarem pelo mercado costeiro de escravos: “Dos vultosos e inesperados proveitos alcançados por inúmeros particulares do tráfico negreiro [...] é que se desenvolvem [...] a possibilidade e a necessidade de uma utilização econômica em vasta escala das explorações da costa da África”⁴⁷⁷.

Sérgio Buarque não esquece a América portuguesa, dedicando a esta uma pequena parte denominada “Brasil: visão do Eldorado”⁴⁷⁸. Alguns parágrafos são destinados à crença imaginária, popularizada pela fama de Potosí, de que o Brasil se converteria mais cedo ou mais tarde nas minas opulentas do Peru. A crença de fato está presente no

⁴⁷⁵ Laura de Mello e Souza. “Sérgio Buarque de Holanda e a civilização do outro no Brasil”. In Stelio Marras (org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo, Edusp / IEB, 2012.

⁴⁷⁶ Sérgio Buarque de Holanda. “A mineração: antecedentes luso-brasileiros” In Sérgio Buarque de Holanda (org.). *História geral da civilização brasileira: administração, economia e sociedade*. vol. 2. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

⁴⁷⁷ Idem, p. 262.

⁴⁷⁸ Ibidem, p. 265.

capítulo de *Visão do paraíso* que, certamente por essa razão, intitula-se “O ‘outro Peru’”. Algumas iniciativas de autoridades coloniais, também encontradas pelas páginas da obra de 1959, são citadas. A do “próprio Tomé de Sousa [que] pretendia expressamente fazer do Brasil um outro Peru”; e, aproximadamente cinquenta anos depois, a de “D. Francisco de Sousa [que] cogitará mesmo (para isso chega a obter provisão régia) em mandar vir duzentos lhamas, que façam casta em São Paulo, como se mais não fosse preciso para converter as montanhas de Paranapiacaba numa réplica do Andes”.⁴⁷⁹ Tal como na obra de 1959, esses projetos são vencidos pela solução do apresamento ameríndio. À diferença de *Visão do paraíso*, porém, nos capítulos de *História geral*, ao malogro em transformar Paranapiacaba em Potosí, soma-se o próprio definhamento de uma história comparada de fôlego dos imaginários ibéricos coloniais; (o que se segue resume-se a uma espécie de história da desistência dos moradores de São Paulo e logradouros adjacentes da mineração).

Até porque as colaborações seguintes deixam claro que, para além de estudos particulares, nosso autor clamaria o tempo todo pela “tentativa de balanço global” da história do país. Daí elas serem, quase todas, sobre a história do Império do Brasil (e/ou sobre a formação e dissolução deste): “A herança colonial: sua desagregação”; “São Paulo”; “As colônias de parceria” e *Do império à República*⁴⁸⁰. Já discutimos anteriormente a primeira destas colaborações, bastando salientar que agora é possível melhor entender porque os cursos de Sérgio Buarque tanto a priorizava: lembre-se que os *Programas aprovados pela Congregação* anteriormente analisados foram publicados em 1965 e 1968, ou seja, alguns anos depois de “A herança colonial”, de 1962. Tudo leva a crer, portanto, que Sérgio Buarque adaptou o conteúdo da colaboração, então fresco na memória, para a sala de aula.

A ocasião das proposições de *Visão do paraíso* fica ainda mais clara se as

⁴⁷⁹ Ibidem, p. 266.

⁴⁸⁰ Sérgio Buarque de Holanda. “A herança colonial: sua desagregação”. In Sérgio Buarque de Holanda (org.). *História geral da civilização brasileira: o processo de emancipação*. vol. 3. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007; _____. “São Paulo”. In Sérgio Buarque de Holanda (org.). *História geral da civilização brasileira: dispersão e unidade*. vol. 4. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007; _____. “As colônias de parceria”. In Sérgio Buarque de Holanda (org.). *História geral da civilização brasileira: dispersão e unidade*. vol. 4. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007; e Sérgio Buarque de Holanda. *História geral da civilização brasileira: do Império à República*. vol. 7. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007. (Este volume é dividido a partir das seguintes colaborações de autoria de Sérgio Buarque: “Crise do regime”; “Um general na política”; “A letra e o espírito do regime”; “Política e guerra”; “O poder pessoal”; “A democracia improvisada”; “Fim do segundo ‘Quinquênio Liberal’”; “A marcha da ideia de emancipação”; “As outras reformas”; “Fartura e crise”; “Novo sistema eleitoral”; “Liberais contra liberais”; “A lei Saraiva”; “O Manifesto de 1870”; “As influências regionais”; “Resistência às reformas”; “Da maçonaria ao positivismo”; “A fronda pretoriana” e “O fim do regime”).

comparamos com *Do império à República* – obra que talvez represente melhor do que aquela as indagações historiográficas de Sérgio Buarque na condição de professor da cadeira de Civilização Brasileira. O livro trata de um extenso período inaugurado com a Guerra do Paraguai, seguindo até a proclamação da República, esta conduzida majoritariamente pelo Exército, em 1889. Mas não se pretende aqui fazer uma análise exaustiva do mesmo, e sim sublinhar o quanto ele acolhe um princípio de história comparada distante da que se faz em *Visão do paraíso*. Dois capítulos da obra, “Fartura e crise” e “O fim do regime”, ajudam a comprovar esta afirmação.

Em “Fartura e crise” ela se confunde com os eventos específicos ligados à Guerra do Paraguai. Um exemplo se encontra nas complexas negociações entre o Brasil e outras nações latino-americanas em razão da disputa argentina pela região paraguaia do Grande Chaco. Sabe-se que com o término do conflito, em março de 1870, os acordos de paz não foram imediatamente firmados. A Argentina por exemplo prossegue a disputa por aquela região paraguaia. O Brasil, além de reprovar a iniciativa, busca assim firmar alianças entre o palácio de São Cristóvão e o La Moneda a partir de então. Sérgio Buarque, aqui também, é afeito aos complexos detalhes da negociação: descreve algumas cartas deste período da diplomacia do subcontinente, como o plano argentino de constituir uma liga latino-americana contra o Brasil após o acordo de paz firmado “em separado” pelo então ministro Barão de Cotegipe com o Paraguai. Por um lado “o projeto [chega] a ser largamente comentado em editoriais do jornal portenho *República*”, mas “o Ministro das Relações Exteriores do Chile informou ao representante diplomático do Brasil, Aguiar de Andrada, de que seu Governo era positivamente contra uma liga dessa natureza”. Por outro, nosso autor revela as reticências da diplomacia brasileira às informações chilenas: “Poucos meses depois recebeu o Governo brasileiro [...] a informação de que Sarmiento procurava a colaboração, não apenas do Chile, como da Bolívia e do Peru, para uma aliança defensiva e ofensiva”⁴⁸¹.

Junto aos detalhes, Sérgio Buarque não deixa de fornecer uma visão de conjunto, percorrendo os acordos finais assinados na fase terminal das disputas no Chaco. Em fevereiro de 1876 os tratados são firmados: “Fica decidido, com o consenso de todos” que a Argentina teria a posse da parte sul do Chaco, entre o Rio Bermejo e Picomayo; a parte norte, do Arroyo Verde à Bahia Negra, passaria ao Paraguai; a seção

⁴⁸¹ Sérgio Buarque de Holanda. *História geral da civilização brasileira: do Império à República*. vol. 7. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007, p. 186.

intermediária, abrangendo Vila Ocidental, que se estende entre o rio Picomayo e o Verde, ficaria aberta à arbitragem argentina, paraguaia e até mesmo boliviana. Este “seria talvez um modo, para a Argentina, de renunciar à sua posse, sem a necessidade de desautorar frontalmente a perseverança com que a reclamara [...] Sarmiento, pois subverter Vila Ocidental à Arbitragem [...] equivalia desistir de antemão à sua posse”⁴⁸².

O estudo comparado em *Do império à República* também subsidia as indagações que conferem, por assim dizer, unidade à obra de Sérgio Buarque. “O fim do regime”, último capítulo do livro, atualiza a clássica questão da cordialidade, algo que, como se sabe, aproximadamente a partir de *Raízes do Brasil* é alçado à condição de um projeto de interpretação do país. Naquele volume de *História da civilização brasileira*, além de cumprir esta função, se harmoniza à tese de que o exército brasileiro – tratado como um grupo oligárquico –, aparece como um dos principais agentes da fundação do Brasil Republicano. Transpõe-se portanto a defesa realizada pela obra mais famosa de Sérgio Buarque segundo a qual “não existe, entre o círculo familiar o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição” para uma questão histórica específica: a passagem do Império à República⁴⁸³. A tensão subjacente à transferência do poder político se deve ao fato de que, no limite, a República proclamada em 1889 simboliza a troca da oligarquia imperial para outra, civil, em claro prejuízo da participação popular no país: “no exercício do poder, nada sugere que sejam necessariamente levados a buscar caminhos novos para a ampla participação popular”. Pois “a acusação de favoritismo e nepotismo ou, como se dizia, de ‘filhotismo’, que tanto pesou sobre as oligarquias civis, pesará ainda mais sobre alguns Governos de militares, como o de Deodoro e, principalmente, de seu sobrinho, o Marechal Hermes da Fonseca”⁴⁸⁴.

En passant, ainda que certamente articulada a propostas metodológicas mais abrangentes, a comparação do Brasil com outros países do subcontinente americano é evocada. Mais uma vez o contraste chama ao primeiro plano a Argentina: esta já se

⁴⁸² Idem, p. 192.

⁴⁸³ Desnecessário lembrar o argumento sobre a cordialidade. De todo modo, em razão da amplitude do assunto, cabe precisar o que no caso se entende por tal. Pensamos sobretudo em seu aspecto político, isto é, o que acompanha os conflitos, citados no capítulo “O homem cordial”, de *Raízes do Brasil*, entre a expansão do mundo industrial e a “abolição da velha ordem familiar por outra, em que as instituições e as relações sociais, fundadas em princípios abstratos, tendem a substituir-se aos laços de afeto e sangue”. Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 142 e 143. Desse modo, cordialidade corresponde à noção tal como utilizada para caracterizar a *família colonial patriarcal* brasileira, não obstante o fato de que, em *Do Império à República*, o período histórico em pauta seja outro.

⁴⁸⁴ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 402.

organiza à época como República, oferecendo vantajosas diferenças com a composição política imperial da região vizinha na ótica de alguns críticos brasileiros contemporâneos aos últimos anos de Monarquia. Sérgio Buarque alude a um “Milagre argentino” no qual o país “outrora entregue à turbulência constante e ao despotismo, parecia ter entrado numa fase inédita e incomparável de prosperidade material”. No que diz respeito à urbanização, “Buenos Aires não era mais a ‘gran aldea’ de outrora, já se intitulava orgulhosamente de ‘metrópolis’, e ia alcançando o Rio de Janeiro em população”. A educação “sempre à espera, no Brasil, de novas reformas, que sempre malogravam, realizava ali progressos admiráveis”. Quanto à imigração, pedra de toque da propaganda republicana na América do Sul de então, “nos portos da vizinha República entrou em 1884 mais de uma centena de mil imigrantes, ao passo que o Império recebia pela mesma data menos de vinte mil”⁴⁸⁵.

O autor não estava esboçando uma opinião pessoal ao discutir o “milagre” vizinho. Tentava retratar o ponto de vista de um Manuel Ferraz de Campos Sales desde antes de assumir os cargos de presidente do Estado de São Paulo (1896-1897) e presidente da República (1898-1902). Em março de 1889, ao discursar na assembleia provincial de São Paulo, “explica de que maneira o povo argentino se mantivera em constante agitação, desde a independência, até alcançar a vitória do princípio federal. Foi só então que depôs as armas e se preparou para ingressar na senda do progresso”. Ora, Campos Sales falava por muitos. Sua crítica no fundo se dirigia à aparente propaganda de “paz interna” que para ele e seus compatriotas tinham outros nomes: resignação, inércia moral, ausência de civismo etc.⁴⁸⁶ Sérgio Buarque opta por uma análise equilibrada, por assim dizer, ao mostrar que “o novo milagre argentino, que tanto enalteciam os republicanos no Brasil, tinha, é verdade, o seu reverso”: aumento dos juros decorrentes de empréstimos de Londres; interrupção, a partir de 1885, do aumento da renda nacional; enfim um colapso econômico que levaria novamente à Argentina a agitações revolucionárias em 1890, um ano após a queda do Império no Brasil. Porém, nosso autor posiciona-se quanto ao papel das oscilações político-econômicas do país de língua espanhola no significado de 1889 ao sugerir que elas não chegam a afetar a opinião daqueles adeptos de um Brasil republicano⁴⁸⁷.

Não se deve no entanto esquecer: nos termos de Sérgio Buarque, a organização

⁴⁸⁵ Idem, p. 405.

⁴⁸⁶ Ibidem, p. 406.

⁴⁸⁷ Ibidem, p. 406 e 407.

política argentina é referência ao argumento das ‘novas’ oligarquias que aspiravam à dissolução monárquica. Após a, convenhamos, breve referência a este país, o texto regressa à reflexão sobre o fim do Império ao insistir na fragilidade do corpo físico e político de D. Pedro II: em 1º de março de 1887 “caía o Imperador gravemente doente, e imediatamente entraram a correr boatos alarmantes sobre seu verdadeiro estado de saúde: ‘insânia’, ‘já não regula’, ‘caduques imperial’, ‘espírito obscurecido’”. De 1887 a 1889, muito por conta da debilidade do segundo e último imperador do Brasil, acentuam-se as articulações entre militares descontentes. Fica visível, enfim, que para Sérgio Buarque as alusões brasileiras ao país vizinho compõem uma justificativa complexa segundo a qual a aspiração republicana aparece no horizonte como uma espécie de solução súbita à “necessidade de se desagravarem os brios do exército”⁴⁸⁸.

Ainda que a comparação entre Brasil e Argentina sem dúvida dê margem às estratégias de comparação entre as duas Américas, presentes tanto em *Do império à República* como nas propostas mais alargadas de *História geral*; ainda que atualize, a partir da atuação de um grupo oligárquico, a problemática da cordialidade, isto é, de algo inerente à reflexão buarquiana, estamos longe do sentido do estudo comparado tal como *defendido* na tese e na obra *Visão do paraíso*. Aqui não é mais possível pensá-lo pela via de mão única de uma história dos imaginários culturais, tão pouco pela imagem de um historiador que paulatinamente se desfaz de uma suposta intenção de interpretar o Brasil ao optar pela especialização do período colonial da América portuguesa (e espanhola).

Daí a importância das análises de Fernando Novais sobre os *Capítulos de história do Império*; isto é, um livro de Sérgio Buarque organizado postumamente (2010) pelo autor de *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*, que trata de uma revisão do próprio *Do Império à República* em razão da corriqueira insatisfação do autor com seus próprios textos⁴⁸⁹. Os *Capítulos* dão continuidade à intenção de Sérgio Buarque de reescrever *Do Império à República* a partir de duas partes neste acolhidas: *O pássaro e a sombra* e “A fronda pretoriana”, respectivamente livro e capítulo deste volume da coleção. Uma das propostas seria transformar estas duas partes em novos livros (no caso de *O pássaro e a sombra*, em um livro à parte), mas não foi concluída por conta do falecimento do autor. Os *Capítulos*, desse modo, correspondem em parte a tal projeto,

⁴⁸⁸ Ibidem, p. 415.

⁴⁸⁹ Agradecemos a Fernando Novais a indicação de sua “Nota introdutória” para a análise dos projetos de Sérgio Buarque de Holanda no interior da Universidade de São Paulo.

que também pode ser percebido e compreendido a partir de semelhanças em partes específicas dos textos: os dois parágrafos iniciais de *Do Império à República* e de “Crise do regime”, este, um dos capítulos de *Capítulos*, por exemplo, são praticamente os mesmos, evidenciando similaridades entre estas duas partes de uma e outra publicação. Ambas tratam da crise de 1868, quando D. Pedro II, pressionado pelas divergências entre Caxias e o presidente do Conselho e das suas repercussões na política do Império, praticou o segundo estelionato, isto é, a troca da situação liberal pela conservadora sem eleições gerais que a legitimassem. Mas nos *Capítulos* Sérgio Buarque revisita os acontecimentos e as personalidades envolvidas no julho de 1868, especialmente a escolha do imperador do novo conselho (Itaboraí) e a intervenção que o embaixador americano pretendeu ter no episódio. Fernando Novais portanto lembra-se de uma dificuldade característica do tipo de empreendimento de *História geral* (e com efeito, do sétimo volume da coleção): a de respeitar a especialidade de cada autor (e colaboração) sem no entanto perder a *unidade e coerência* de todo o projeto, que, é esse o ponto, é maior do que a soma das partes. Em outros termos, a especialização em períodos históricos, ou ainda, as relações entre América portuguesa colonial e Brasil Império, é uma ponte para conclusões mais abrangentes sobre os aspectos *gerais* da História do Brasil⁴⁹⁰.

2.7. Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do paraíso* e o Instituto de Estudos Brasileiros

Em *IEB: origem e significados*, um dos principais trabalhos sobre o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), João Ricardo de Castro Caldeira trata *Visão do paraíso* como um dos antecedentes responsáveis pela criação desta instituição⁴⁹¹. Na medida em que se pode incluí-la “entre as suas principais realizações [de Sérgio Buarque] na USP”⁴⁹², estaria ao lado daquilo que fez do IEB o *lugar* que foi nos seus primeiros tempos, isto é, entre 1962, quando é fundado pelo autor da obra, até 1969, quando Sérgio Buarque aposenta-se na Universidade: o “contexto, caracterizado pelo aumento

⁴⁹⁰ Fernando Novais. “Nota introdutória”. In Sérgio Buarque de Holanda. *Capítulos de história do Império*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 8 e 9; Evaldo Cabral de Mello. “Posfácio”. In Sérgio Buarque de Holanda. *Capítulos de história do Império*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 226 e 227.

⁴⁹¹ João Ricardo de Castro Caldeira. *IEB: origens e significados*. São Paulo, Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes / Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 42.

⁴⁹² Idem, p. 42.

de estudos sobre o Brasil e pelo interesse em instalar centros e institutos voltados para o incremento das atividades de pesquisa na Universidade”.⁴⁹³ A obra, portanto, não estaria desacompanhada da nova onda de modernização situada entre o início da década de 1950 até o golpe militar de 1964, e caracterizada por um interesse específico pelo melhor conhecimento da realidade brasileira⁴⁹⁴.

Difícil desvincular este amplo contexto da carta que em junho de 1962 Sérgio Buarque de Holanda envia ao então diretor da FFCL-USP, Candido Lima da Silva Dias, propondo a criação do IEB.⁴⁹⁵ Ela já entrevê um dos principais objetivos da instituição, pontuado por Caldeira: “organismo *multidisciplinar* e *multitemático* especializado nos estudos sobre o Brasil”. *Multidisciplinar* porque “o conjunto de disciplinas integrantes do Instituto abordaria, através de métodos diversos, um mesmo objeto, a realidade brasileira”. *Multitemático* porque “isoladamente ou em conjunto, as disciplinas que compõem se voltariam para investigar os aspectos mais diversos do Brasil”⁴⁹⁶. Também entrevê o que aqui particularmente interessa: ressaltar a expressiva distância dos objetivos do IEB, uma das instituições mais significativas para a carreira de Sérgio Buarque de historiador, da problemática central da obra *Visão do paraíso*; ainda que, como bem pontua Caldeira, esta tenha participação efetiva no esboço de modernidade percorrido em *IEB: origens e significados*⁴⁹⁷.

A carta também não demonstra qualquer interesse sobre os estudos comparados das Américas coloniais – ou nacionais –, nem mesmo os que, como vem notando André Carlos Furtado, se fazem presentes em *História geral da civilização brasileira*⁴⁹⁸. De fato, a insistência do missivista concentra-se no maior diálogo entre as cadeiras e disciplinas da FFCL-USP que à época “se orientam de modo direto para um melhor desenvolvimento dos estudos brasileiros, nos seus diferentes aspectos”.⁴⁹⁹ Eis a questão

⁴⁹³ Ibidem, p. 40. Não estamos sugerindo, é claro, que o IEB entre 1962 e 1969 tenha características que não possam ser encontradas depois desta época. Por “1962, quando é fundado pelo autor da obra, até 1969, quando Sérgio Buarque aposenta-se” entenda-se a periodização escolhida por nosso trabalho.

⁴⁹⁴ Ibidem, p. 29.

⁴⁹⁵ “Carta de Sérgio Buarque de Holanda dirigida ao Diretor da FFCL-USP propondo a criação do IEB”. In Processo RUSP 15537/62. Arquivo do IEB. Apud João Ricardo de Castro Caldeira. Ibidem, p. 191 e 192.

⁴⁹⁶ João Ricardo de Castro Caldeira. Ibidem, p. 21.

⁴⁹⁷ Como esclarece Caldeira, o IEB é multidisciplinar, e não interdisciplinar, porque se mantém a autonomia das diferentes disciplinas no interior da instituição, não obstante o diálogo entre elas.

⁴⁹⁸ Remete-se novamente a André Carlos Furtado. *As edições do cânone: da fase buarquiana na coleção História geral da civilização brasileira (1960-1972)*. Rio de Janeiro, EdUFF, 2016.

⁴⁹⁹ “Carta de Sérgio Buarque de Holanda”. In *Op. Cit.*, p. 191.

multidisciplinar e multitemática, em outros termos⁵⁰⁰. Está fora de nosso objetivo e competência a análise destas duas questões, em parte já percorridas por Caldeira. Interessa adentrar a pouco explorada formação dos estudos historiográficos dentro da instituição, e ainda assim entre 1964 e 1969, tendo como referência as contribuições mais diretamente relacionadas à área de história do Setor de Pesquisa e da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. Pois, ainda nos termos da carta, se o instituto tem como ponto de partida uma crítica, particularmente liderada por seu fundador, às exíguas condições de realização da pesquisa histórica dentro da cadeira da qual era professor titular; a prática da disciplina historiográfica dentro da recém-fundada instituição não deixa de ter vínculos expressivos com os aspectos programáticos desta. Isto é: Sérgio Buarque busca ampliar o espaço da pesquisa histórica dentro da Universidade (ainda que os objetivos do instituto não se resumam a isso), mas por “pesquisa histórica” entenda-se, aqui também, o desenvolvimento de investigações particulares e especializadas rumo à busca pela síntese; ou, “estudos de História do Brasil”⁵⁰¹.

Lembre-se que Sérgio Buarque, além de fundador, exerceu cargos importantes no instituto no período estudado por nosso trabalho. Foi seu primeiro diretor, entre 1962 e 1964, logo passando à função de vice-diretor a partir deste ano até 1966. Certamente por isso, e também pela proximidade do IEB dos projetos do autor de *Visão do paraíso* iniciados após o concurso de 1958, duas de suas orientadas também compuseram entre 1964 e 1969 o Setor de Pesquisa da instituição. Não por acaso, desenvolvem investigações ligadas aos seus trabalhos de Pós-Graduação, quando não à coleção *História geral da civilização brasileira*: Maria Thereza Schorer Petrone e Maria Odila da Silva Dias. O setor mantinha independência em relação aos outros e já aparece em pleno funcionamento sobretudo a partir do início do segundo semestre de 1966, quando a organização interna do instituto passa por uma reestruturação determinada pela necessidade de descentralização das decisões que até então cabiam integralmente ao Diretor.⁵⁰² Dentro dele havia o Setor de História⁵⁰³, que contratou as duas pesquisadoras

⁵⁰⁰ O IEB de início congregou oito cadeiras da USP: (1) cadeira de História da Civilização Brasileira (professor Sérgio Buarque de Holanda); cadeira de Geografia do Brasil (professor Aroldo de Azevedo); cadeira de Literatura Brasileira (professor Mario Pereira de Souza Lima, sucedido pelo professor José Aderaldo Castello); cadeira de Antropologia e Etnografia do Brasil (professor Egon Schaden); cadeira de Economia IV (professor Antonio Delfim Netto); cadeira de Geografia Econômica Geral e do Brasil (professora Alice Canabrava); cadeira de História e Arquitetura do Brasil (professor Eduardo Augusto Kneese de Mello); e cadeira de Línguas Indígenas do Brasil (professor Calos Drummond). Ver *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. n. 1, 1966, p. 187.

⁵⁰¹ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*

⁵⁰² *Instituto de Estudos Brasileiros: histórico, organização, realizações (1963-1976)*. São Paulo, IEB, 1976, p. 13.

“em caráter interino”, já que pesquisadores permanentes, isto é, concursados, só são admitidos em dezembro de 1968.⁵⁰⁴ A julgar pela *Ata da primeira reunião do Conselho Administrativo* do instituto, realizada em 1964, aliás “na residência do professor doutor Sérgio Buarque de Holanda”, ambas foram contratadas logo no ano de fundação para a função de historiógrafa; e precisamente por serem então “instrutoras da cadeira de ‘História da Civilização Brasileira’”, o que demonstra vínculos preferenciais entre a cátedra e o instituto⁵⁰⁵.

O “Noticiário” do primeiro número da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, de 1966, não deixa dúvidas de que a pesquisa de Thereza Petrone foi parte da “apresentada como tese de doutoramento”, defendida dois anos antes.⁵⁰⁶ Intitulada “Antonio da Silva Prado, Barão de Iguape, no cenário econômico de São Paulo na primeira metade do século XIX”, baseia-se de forma expressiva no “Apêndice” de seu trabalho acadêmico⁵⁰⁷. Nele, a “documentação particular” (especialmente as correspondências) do empresário e político paulista ilumina os “múltiplos aspectos da comercialização do açúcar” em São Paulo, conjugando-se às amplas relações societárias mantidas por Silva Prado. A análise das compras, transportes (ou remessas) de açúcar somam-se à biografia de Silva Prado, paulista de nascimento, que se interessa pelo comércio de açúcar em razão da forte procura e pouca oferta do produto em sua terra natal: “interessou-se pelo comércio de açúcar, pois [...] devia considerar o comércio de açúcar uma das poucas atividades lucrativas além do arremate das rendas públicas”.⁵⁰⁸ Apesar da documentação (correspondência) e da ênfase biográfica, o estudo de Petrone é um caso típico dos interesses da historiadora, mas igualmente de seu orientador, de *conjug*ar os dois primeiros períodos da nossa história, neste caso dando ênfase acentuada à economia política.

Outras fases da pesquisa da historiadora vêm à tona no quinto e sexto número da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*; elas ajudam a confirmar a participação de

⁵⁰³ Além deste havia o Setor de Letras; de Artes Plásticas e História da Arquitetura; e o de Geografia e Ciências Sociais. Idem, p. 13.

⁵⁰⁴ Ibidem, p. 9.

⁵⁰⁵ 1º livro de *Atas: reuniões do Conselho de Administração*. São Paulo, IEB-USP, (1964-1977).

⁵⁰⁶ *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, IEB-USP, n.1, 1966, p. 188. A pesquisa de Maria Thereza Schorer Petrone pode ser também acompanhada na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. n. 5, 1968, p. 185; e n. 6, 1969, p. 201 e 202. A *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* será discutida mais a frente.

⁵⁰⁷ Ver “Apêndice: um comerciante do ciclo do açúcar: Antonio da Silva Prado: 1817-1829”. In Maria Thereza Schorer Petrone. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo, FFCL-USP (Tese de Doutorado). 1964.

⁵⁰⁸ Idem, p. 243.

Petrone não só no setor, mas nas demais formas de produção intelectual da instituição. Caso do artigo “Considerações sobre a tributação do açúcar e da aguardente paulistas: 1765-1851”, e da comunicação “Um documento sobre os ranchos das estradas paulistas nos fins do século XVIII”⁵⁰⁹. Ambos se voltam à questão de que “o açúcar e a aguardente sempre constituíram produtos dos mais taxados no Brasil, inclusive em São Paulo”⁵¹⁰ da época; e a uma fonte específica para o trabalho da autora, qual seja, a *Relação dos lugares em que se devem fazer os ranchos para repouso dos condutores dos açúcares*⁵¹¹. Cabe insistir que também é possível somá-los à tese produzida na condição de pós-graduanda e como participante da cadeira de Civilização Brasileira. De modo que o itinerário investigativo de Thereza Petrone serviu como alerta inicial ao nosso trabalho ao se mostrar um indício seguro da quase inexistência de projetos de Sérgio Buarque dentro da Universidade de São Paulo tendo como objeto o mito paradisíaco no Novo Mundo.

Salvo engano, a única pesquisa dedicada ao tema paradisíaco no interior do setor e da instituição entre 1962 e 1969 esteve a cargo de Maria Odila da Silva Dias. Voltada à “obra histórica de [Robert] Southey e o Brasil”, é parte integrante de *O Brasil na historiografia romântica inglesa: Robert Southey e Walter Scott: um estudo de afinidades de visão histórica*, sua dissertação de mestrado defendida em 1965 e orientada por Sérgio Buarque de Holanda; bem como de *Robert Southey, historiador do Brasil: o fardo do homem branco na Inglaterra pré-vitoriana e a formação da nacionalidade brasileira*, tese de doutorado defendida pela historiadora em 1973, orientada por Maria Thereza Schorer Petrone, mas acompanhada por seu antigo orientador.⁵¹² O quinto número da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, relativo às atividades da instituição em 1967, dá a seguinte notícia do andamento da pesquisa:

“A obra histórica de Southey e o Brasil” – a cargo da licenciada Maria Odila Dias Curly: a) *Redação dos itens do trabalho, conforme especificações da fase anterior de pesquisa, completando-se a bibliografia do mito paradisíaco do Novo Mundo, considerado tema constante da obra poética de Southey*, o que persiste na História do Brasil, subentendida a

⁵⁰⁹ Maria Thereza Schorer Petrone. “Considerações sobre a tributação do açúcar e da aguardente paulistas: 1765-1851”. In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. n.5, 1968; e _____. “Um documento sobre os ranchos das estradas paulistas nos fins do século XVIII”. In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. n.6, 1969.

⁵¹⁰ Maria Thereza Schorer Petrone. *Op. Cit.*, p. 23.

⁵¹¹ Maria Thereza Schorer Petrone. *Op. Cit.*, p. 179.

⁵¹² Maria Odila da Silva Dias. *Robert Southey, historiador do Brasil: o fardo do homem branco na Inglaterra pré-vitoriana e a formação da nacionalidade brasileira*. São Paulo, FFLCH-USP (Tese de Doutorado), 1973.

atitude crítica do Autor com relação à colonização ibérica. No desenvolvimento deste trabalho, foi utilizado material inédito, do qual foi adquirido microfilme⁵¹³ (grifo nosso).

O tema de fato remete às paisagens edênicas, aqui prefiguradas a partir de uma noção de poética, do historiador e poeta britânico Robert Southey (1774-1843). Fomos atrás das “especificações da fase anterior da pesquisa”, investigando a documentação do instituto que poderia abrigar as atividades anuais do mesmo, antes de 1967. As informações estão no primeiro número da revista, anteriormente citado, na qual Maria Odila da Silva Dias já é mencionada como pesquisadora. A pesquisa, contudo, diz respeito ao “estudo do povoamento da região do antigo caminho para Goiás (1722-1850)”⁵¹⁴. No sexto número da publicação, de 1969, relativo portanto às atividades posteriores a 1967, encontramos a descrição mais detalhada da investigação da historiadora sobre Southey, e optamos por levá-la em conta. Na ocasião, a historiadora esclarece: “o objetivo de nossa pesquisa foi o pensamento social e religioso de Robert Southey e da repercussão na conceitualização e elaboração da obra histórica sobre o Brasil”. Para tanto, estuda “as raízes da mentalidade conservadora” do poeta; sua “atitude diante da Revolução Industrial”, sua “crítica ao capitalismo moderno”, assim como “a evolução de seu pensamento religioso, importante para a compreensão do historiador”. É sobretudo em relação a este último ponto que, para Odila Dias, a obra poética de Southey foi capaz de jogar luz⁵¹⁵. Porém, ainda que tais aspectos talvez possam ser associados ao tema do paraíso terrestre, este não é discutido pelo relatório.

O livro resultante da tese de doutorado de Maria Odila da Silva Dias, *O fardo do homem branco: Southey, historiador do Brasil*, é uma preciosa síntese desta pesquisa ao apresentá-la em seu estado mais adiantado⁵¹⁶; daí a opção em analisá-lo junto às revistas do instituto. Ele confirma que o mito paradisíaco, enquanto um objeto de pesquisa histórica, aparece na análise da historiadora *eclipsado* pela compreensão de como, para o poeta e historiador britânico, se escreve a História do Brasil. No “Prefácio” de Sérgio Buarque à publicação e na “Introdução” de Odila Dias à mesma, não há uma reflexão metodológica sobre o papel da mitologia paradisíaca na obra, talvez porque seus objetivos sejam um tanto diferentes, nos termos da autora: “o presente trabalho foi uma tentativa de contribuição para o estudo do significado ideológico implícito nas imagens

⁵¹³ Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. n. 5, 1968, p. 184 e 185.

⁵¹⁴ Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. n.1, 1966, p. 189.

⁵¹⁵ Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. n.6, 1969, p. 201 e 202.

⁵¹⁶ Maria Odila da Silva Dias. *O fardo do homem branco: Southey, historiador do Brasil (um estudo dos valores ideológicos do império do comércio livre)*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1974.

e conceitos interpretativos da formação e da situação brasileiras”.⁵¹⁷ Não que as alusões à fantasia paradisíaca estejam ausentes do estudo. De Sérgio Buarque não escapa a suspeita de que Southey “acreditasse piamente na existência das amazonas antigas à beira do rio-mar”. Porém, é como se a imagem dessas guerreiras mulheres paulatinamente desse lugar à reflexão sobre a escrita da história sobre de Southey, que, para o autor, apresentava-se como uma mistura das concepções provenientes do historicismo alemão e do romantismo inglês⁵¹⁸.

Maria Odila da Silva Dias, ao introduzir a obra, caminha em direção parecida. Se os objetivos de *O fardo do homem branco* foram acima especificados, caberia lembrar o método e a hipótese que o acompanha. De forma geral, Southey é o tempo todo vinculado à “ideologia de seu tempo”⁵¹⁹ por conta de uma perseverante suposição segundo a qual seus escritos sobre a história, embora forjados no exterior, “encontraram no Império do Brasil uma mentalidade elitista e europeizante, curiosamente apta a assimilá-los”.⁵²⁰ Sua *História do Brasil*⁵²¹ por exemplo foi elaborada exclusivamente na Inglaterra por um poeta romântico, marginalizado e imbuído por valores conservadores, opostos à Ilustração; ainda assim, “as ideias de Southey sobre as perspectivas de formação de uma futura nacionalidade viriam mesmo atender aos princípios essencialmente conservadores de formação do Estado Brasileiro”⁵²², assevera a historiadora.

As pesquisas de Maria Thereza Schorer Petrone e Maria Odila da Silva Dias, portanto, deixam entrever o sentido mais abrangente das investigações que, entre 1962 e 1969, tomam conta da pauta do Setor de Pesquisa⁵²³. Fora dele, a investigação historiográfica aparece especialmente na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*,

⁵¹⁷ Maria Odila da Silva Dias. “Introdução”. In Idem, p. 6.

⁵¹⁸ Sérgio Buarque de Holanda. “Prefácio”. In Ibidem, p. XVI.

⁵¹⁹ Maria Odila da Silva Dias. *Op. Cit.*, p. 9.

⁵²⁰ Idem, p. 6.

⁵²¹ Robert Southey. *History of Brazil*. Londres, Printed for Longman; Hurst, Rees, and Orme, Paternoster-row, 1819.

⁵²² Maria Odila da Silva Dias. *Op. Cit.*, p. 7.

⁵²³ As pesquisadoras entretanto não estavam sozinhas. Luiz Antonio de Moura Castro, por exemplo, é outro que atua como tal à época, igualmente vinculado às funções da cadeira de Civilização Brasileira na condição de “licenciado em História”, como mostra o *1º livro de Atas: reuniões do Conselho de Administração*. São Paulo, IEB-USP, (1964-1977). Junto aos três casos a documentação destaca pesquisadores de outras cadeiras: Yêdda Dias Lima, Marta Rossetti Batista, Albertina Gordo de Oliveira, entre outros, que aqui não foram igualmente destacados por conta da prioridade concedida àqueles que foram orientados diretamente por Sérgio Buarque de Holanda. De todo modo ver, entre outros, o referido *1º livro de Atas*, além do 1º, 5º e 6º números da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, todos supracitados.

que por isso merece atenção⁵²⁴, mesmo que nela não seja possível notar a mesma predominância de orientandos de Sérgio Buarque encontrada no setor. Lançada em 1966, era então dividida em quatro seções: “Colaborações”, “Resenhas”, “Comunicações” e “Noticiário”. Procurando refletir a multidisciplinaridade da instituição, não deixa de apontar a disciplina na qual se adequava cada artigo publicado⁵²⁵.

Sem exceções à regra, todas as colaborações contemplam os “aspectos da cultura brasileira”. No primeiro número, vindo à luz sete anos após a primeira edição de *Visão do paraíso* e três anos antes da edição seguinte, o marcador “História” aponta o artigo “Movimentos da população em São Paulo no século XVIII”, de Sérgio Buarque de Holanda; única colaboração pessoal do autor até 1969⁵²⁶, voltada não exatamente para os aspectos paradisíacos da colonização da América, mas para o bandeirismo. Desnecessário frisar a distância entre a conhecida reflexão do historiador e a obra de 1959, inclusive porque o próximo capítulo será dedicado à questão. Por ora, basta lembrar o quanto “Movimentos de população” endossa e reitera o projeto maior da revista e do instituto. O artigo publicado com o mesmo marcador no número seguinte, “Monglave e o Instituto Histórico de Paris”, de Maria Alice de Oliveira Faria, já desfaz qualquer tentativa de englobar as publicações demarcadas como “História” num único período ou periodização. Mesmo voltando-se para um tema que poderia lembrar algo de *Visão do paraíso*, isto é, a história da literatura, o artigo destaca a obra e a personalidade do escritor francês Eugène Garay de Monglave (1796 -1878). Não o faz procurando melhor elucidar aspectos peculiares do espaço literário francófono, mas sim priorizando o fato de que Monglave “representou papel importante de intermediário entre os nossos românticos da primeira geração e a França”. Por essa razão, Oliveira Faria dá ênfase na sua transformação em “um brasileiro adotivo” em razão de sua proximidade com D. Pedro I, a simpatia pelo Brasil e o entusiasmo pelos Braganças.⁵²⁷

Se, do primeiro ao segundo número pula-se da colonização para o romantismo, os artigos das edições seguintes, publicadas até 1969, consolidam a abrangente dedicação

⁵²⁴ Para os objetivos deste capítulo, a revista é uma fonte mais importante que os próprios livros publicados pelo instituto até 1969, que não revelam a presença significativa de uma reflexão efetivada por profissionais que seguiam formação específica na área de história.

⁵²⁵ Ver João Ricardo de Castro Caldeira. *Op. Cit.*, p. 151; e *Instituto de Estudos Brasileiros: histórico, organização, realizações (1963-1976)*. São Paulo, IEB, 1976, p. 16.

⁵²⁶ Sérgio Buarque de Holanda. “Movimentos da população em São Paulo no século XVIII”. In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. n.1, 1966.

⁵²⁷ Maria Alice de Oliveira Faria. “Monglave e o Instituto Histórico de Paris”. In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. n. 2, 1967.

aos três períodos da história do Brasil; ainda que, provavelmente por interferência da própria cadeira de Civilização Brasileira e do modelo de direção de Sérgio Buarque da *História geral da civilização brasileira*, também aqui se enfatize de forma predominante os estudos sobre a colônia e o Império. As continuidades são compreensíveis em razão do número expressivo de historiadores institucionalmente vinculados à cadeira e/ou à coleção. Myriam Ellis – que à época integrava o corpo docente da cátedra, além de ser colaboradora da *História geral*, a exemplo do capítulo “As bandeiras na expansão geográfica do Brasil”⁵²⁸, do primeiro volume da coleção – contribui na revista com o artigo “Primórdios da indústria saladeiril no Brasil colonial”.⁵²⁹ Este último é claro desdobramento da investigação desenvolvida em *O monopólio do sal no Estado do Brasil*, sua tese de doutorado, defendida em 1955 sob orientação, aliás, de outro colaborador do volume e da cadeira: Astrogildo Rodrigues de Mello⁵³⁰, coautor junto com Antônio Fernanda de Almeida de “O Brasil no período dos Felipes (1580-1640)”, capítulo do mesmo volume inicial de *História geral da civilização brasileira*.⁵³¹; e professor interino da cadeira de Civilização Brasileira entre 1952 e 1956.

Além dos trabalhos de Maria Thereza Schorer Petrone acima discutidos, a trajetória de Nícia Villela Luz é outro caso de aproximação entre cadeira, coleção e instituto. Não foi orientanda por Sérgio Buarque, talvez porque, como Emília Viotti, realiza sua livre-docência sem ter o título de doutora, mas da qual o autor de *Visão do paraíso* participa da banca examinadora, além de acompanhar todo o desenvolvimento da pesquisa.⁵³² Na manhã de 25 de novembro de 1964, durante a prova pública da candidatura de Nícia Vilela à livre-docência realizada na cadeira de Civilização Brasileira, Sérgio Buarque “confessa, de início, certo embaraço em criticar a tese, pois não foi orientador oficial da mesma, embora acompanhasse os passos de sua elaboração”⁵³³. Ainda assim não deixa de problematizar o uso da bibliografia incorporada pela candidata. Intitulada “A política

⁵²⁸ Myriam Ellis. “As bandeiras na expansão geográfica do Brasil”. In *História geral da civilização brasileira*. vol. 1. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

⁵²⁹ Myriam Ellis. “Primórdios da indústria saladeiril no Brasil colonial”. In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. n.1, 1966.

⁵³⁰ Myriam Ellis. *O monopólio do sal no Estado do Brasil*. São Paulo, FFCL-USP (Tese de Doutorado), 1955.

⁵³¹ Astrogildo Rodrigues de Mello e Antônio Fernanda de Almeida. “O Brasil no período dos Felipes”. In *História geral da civilização brasileira*. vol. 1. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

⁵³² Ver Raul de Andrada e Silva; Luiz Antonio de Moura Castro. “Livre-docência na Cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo”. In *Revista de História*. n. 67, 1966. Também compuseram a banca examinadora os professores José Wanderley de Araújo Pinho, Francisco Iglésias, Brasil Pinheiro Machado e Eurípedes Simões de Paula.

⁵³³ Idem, p. 283.

brasileira e as pretensões dos Estados Unidos”, é dela que em parte se origina “A década de 1920 e suas crises”, um de seus dois artigos publicados na revista do instituto⁵³⁴ – o único voltado ao Brasil republicano no período aqui investigado. As aproximações no entanto não param por aí: o outro artigo, “A política de D. João VI e a primeira tentativa de industrialização no Brasil”⁵³⁵ é, até no título, continuação de “As tentativas de industrialização no Brasil”, capítulo do sexto volume de *História geral da civilização brasileira*, cuja primeira parte aliás é integralmente dedicada à “indústria sob D. João VI”.⁵³⁶

Após estes casos, caberia interrogar: onde estariam as propostas de comparação entre as Américas ibéricas e/ou latinas na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*? Na prática, talvez em três curtíssimas resenhas publicadas no sexto número da revista, de autoria de José Sebastião Witter, à época integrante do corpo docente da cadeira de Civilização Brasileira, além de ter concluído no mesmo ano em que as publicava uma dissertação de mestrado intitulada *Estabelecimento agrícola dos meados do século XIX na Província de São Paulo* sob orientação de Sérgio Buarque de Holanda.⁵³⁷ Elas tratam de uma tríade de artigos de Richard Morse: “The strange career of Latin-American studies”; “Recent research on Latin American urbanization”; e “Some themes of brazilian history”.⁵³⁸ A primeira delas, que nas palavras do resenhista, “nos coloca em face dos problemas ligados aos estudos da América Latina face aos EE e UU”, Morse salienta a necessidade de realização de estudos norte-americanos no campo da América portuguesa e espanhola⁵³⁹; na seguinte, que discute uma seleção de pesquisas sobre a América Latina, apresenta-se, ainda assim “de maneira sucinta”, “os antecedentes relativos à urbanização na América Latina, apontando as semelhanças e diferenças encontradas nas áreas em que se fizeram sentir as estratégias de colonização espanhola e

⁵³⁴ Nícia Vilela Luz. “A década de 1920 e suas crises”. In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 6, 1969.

⁵³⁵ Nícia Vilela Luz. “A política de D. João VI e a primeira tentativa de industrialização no Brasil”. In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 5, 1968.

⁵³⁶ Nícia Vilela Luz. “As tentativas de industrialização no Brasil”. In *História geral da civilização brasileira*. vol. 6. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

⁵³⁷ José Sebastião Witter. *Estabelecimento agrícola dos meados do século XIX na Província de São Paulo*. São Paulo, FFCL-USP (Dissertação de Mestrado), 1969.

⁵³⁸ De Richard Morse, ver: Richard Morse. “The Strange Career of “Latin-American Studies”. In *The annals of the american academy of political and social science*. Philadelphia, vol. 356, 1964; _____. “Recent research on latin american urbanization: a selective survey with commentary”. In *Latin American Research Review*, vol, 1, n. 1, 1965; e _____. “Some themes in brazilian history.” In *South Atlantic Quarterly*, n. 61, 1962. De José Sebastiao Witter, ver as três resenhas com títulos homônimos em *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. n. 6, 1969.

⁵³⁹ Richard Morse. “The strange career of “Latin-American Studies”. In *The annals of the american academy of political and social Science*. Philadelphia, v. 356, 1964, p. 152.

portuguesa”⁵⁴⁰; na última, dedicada a “temas da História do Brasil”, Morse não deixa de chamar atenção à questão da diversidade cultural brasileira, aproveitando para contrastá-la com a mexicana especialmente tendo por referência “os trabalhos históricos de Gilberto Freyre” e “o trabalho de [Lesley Byrd] Simpson, ‘Many Méxicos’”⁵⁴¹.

Agora é preciso relembrar: este capítulo buscou perseguir alguns momentos da produção e atuação intelectual de Sérgio Buarque de Holanda, considerados porta-vozes de sua consagração como historiador. De início ficamos atentos àquela que nos parece a parte inicial da obra *Visão do paraíso*, especialmente os dois primeiros capítulos, dela. Na medida em que “Experiência e fantasia” e “Terras incógnitas” pudessem informar o que vamos considerando o objetivo central da publicação, percorremos em seguida um aspecto peculiar de suas circunstâncias de produção com vistas a melhor *identificá-lo* e *compreendê-lo*: o concurso à cátedra de Civilização Brasileira. E, amparados pela mesmíssima questão, examinamos algumas das etapas centrais de Sérgio Buarque como professor catedrático interino, mas, sobretudo, já na condição de titular da cadeira: sua atividade docente, a função de orientador de dissertações de mestrado e teses de doutorado, o papel de organizador da coleção *História geral da civilização brasileira*, e, enfim, enquanto fundador e membro participante do Instituto de Estudos Brasileiros.

Esta trajetória de pesquisa foi amplamente responsável pela constatação de um *paradoxo*, apontado logo no primeiro parágrafo da introdução do presente trabalho: por um lado há uma expressiva *coesão* entre os objetivos *textuais* e *institucionais* de *produção* e *defesa* da *tese Visão do paraíso*, bem como a sua *transformação em obra*. O estatuto de objetivo central, conferido por nós às relações entre os polos *tradição* e *modernidade* no estudo comparado dos imaginários português e espanhol sobre o mito do paraíso terrestre da América, na obra, é o que permite a harmonia. No âmbito institucional, com exceção da esfera do dia 12 de novembro de 1958, a coesão não se verifica, ou pelo menos não se verifica nesses termos: de 1956, quando Sérgio Buarque assume o cargo de professor interino da cadeira, à sua aposentadoria, em 1969, as preocupações do autor convergem para a elucidação de uma História Geral do Brasil,

⁵⁴⁰ Richard Morse. “Recent research on latin american urbanization: a selective survey with commentary”. In *Latin American Research Review*, v. 1, n. 1, 1965, p. 152.

⁵⁴¹ _____. “Some Themes in Brazilian History.” In *South Atlantic Quarterly*, n. 61, 1962, p. 154.

não obstante os projetos de história comparada das duas Américas que nela, ou para além dela, possam estar em jogo. Com isso não se busca cair na ingênua armadilha de “isolar” a obra *Visão do paraíso* da produção intelectual de Sérgio Buarque de Holanda, ou ainda negar seus aspectos alheios a uma produção historiográfica propriamente dita. Também não procuramos oferecer uma visão definitiva da reflexão intelectual de Sérgio Buarque dentro da Universidade de São Paulo; quis-se, isto sim, situar as diferenças entre este caso e o de *Visão do paraíso* a fim de sobrelevar melhor as particularidades metodológicas da comparação, presentes nesta obra.

Portanto, o objetivo da obra de 1959 pode ser pensado como de *ocasião* em grande parte porque suas próprias *circunstâncias de feitura* o são. De modo que a história comparada proposta em *Visão do paraíso* resulta mais das prerrogativas de elaboração de uma tese de cátedra, e menos de um vasto e vago projeto de interpretação do Brasil. Em outras palavras: é a defesa de uma tese que *exige* consideravelmente de Sérgio Buarque a estruturação do comparativismo no formato metodológico de problema central. Nosso autor afirma alguns meses após o concurso (1959), numa entrevista concedida à *Tribuna da imprensa*, que “*Visão do paraíso* foi escrito em quatro meses e meio, *é talvez por isso meu livro de mais unidade, pois não parei para escrevê-lo*, com o amplo material que vinha acumulando há anos” (grifo nosso).⁵⁴² Repare que o entrevistado já reconhece uma *unidade* na obra em 1959 antes mesmo de trabalhar em suas modificações. O material acumulado não era destinado necessariamente, ou prontamente, a *Visão do paraíso*, mas a outros projetos, como aliás vimos. Como se sabe, esses projetos tiveram de ser readaptados na forma de pesquisa da tese. Este capítulo insiste que a comparação nela proposta, bem como a sua arregimentação na forma de objetivo central, são alguns dos frutos mais pródigos e elementares destes rearranjos.

⁵⁴² Sérgio Buarque de Holanda. “História brasileira num castelo medieval”. In *Encontros: Sérgio Buarque de Holanda* (Renato Martins, org.). Rio de Janeiro, Azougue, 2009, p. 65 (originalmente publicado na *Tribuna da Imprensa*, em 15.11.1959).

Cap. 3 - Apresamento e mineração⁵⁴³

⁵⁴³ Agradeço a Laura de Mello e Souza pela sugestão do título do capítulo.

Este capítulo, que procura discutir o papel das bandeiras paulistas na proposta comparada acolhida em *Visão do paraíso*, pode ser visto como desdobramento do anterior. Com relação à obra de 1959, afinal, não parece aconselhável imaginar a construção do conhecimento sobre o bandeirismo sem o seu reiterado contraste e consonância com a modernidade trazida à tona por aquela concepção simbólica da Renascença europeia, e, mais ainda, com a larga aderência do imaginário paradisíaco espanhol a ela. As próximas páginas, contudo, não percorrem novamente a ambiência cultural necessária à compreensão conceitual da Renascença europeia. Procura-se primeiro sugerir um lugar para *Visão do paraíso* na produção historiográfica sobre o bandeirismo por meio, em grande parte, das bases metodológicas da produção bibliográfica manuseadas por Sérgio Buarque para a construção deste objeto. A partir daí, percorreremos o sentido de um estudo construído naquela que, na introdução, elegemos a segunda parte da obra, isto é, os capítulos “Peças e pedras”, “O outro Peru” e “Um mito luso-brasileiro”: as expedições patrocinadas pelos paulistas no interior da América do Sul, estimuladas por uma face particular do imaginário cartográfico quinhentista, que buscaram encontrar um rico e opulento Peru, não o Brasil. E que, com o passar do tempo, vão perdendo suas cores iniciais ao ceder um espaço expressivo à busca de “cabedais mais adequados à rústica economia das terras do planalto”. Mais precisamente, à mão de obra indígena apta ao trabalho nas lavouras da capitania de São Paulo.

Ainda percorreremos algumas das circunstâncias institucionais que possibilitaram a construção do bandeirismo na reflexão historiográfica de Sérgio Buarque a partir da sua atuação como diretor do Museu Paulista, entre 1946 e 1956. Aqui, não buscamos oferecer um ‘panorama geral’ sobre a gestão do historiador frente à instituição. Pretende-se somente refletir acerca de dois momentos particulares para o então diretor construir seus estudos. O primeiro diz respeito ao *Curso de bandeirologia*, série de conferências ministradas em 1946 por Sérgio Buarque de Holanda, Afonso de Taunay, Virgílio Correa Filho, Alfredo Ellis Jr., Afonso Arinos de Mello Franco e Joaquim Ribeiro. Veremos que, apesar de promovida pelo Departamento Estadual de Informações, a iniciativa não deixaria de representar um verdadeiro “ritual de passagem” de Sérgio Buarque na chefia do museu. A seguir, prosseguimos com a análise do autor na própria instituição tendo em vista dois momentos de sua atuação: na Seção de História do Brasil e, em especial, a gestão dos *Anais do Museu Paulista*. O problema de fundo divide-se no caso em dois andaimes: por um lado, *Visão do paraíso*,

de fato, herda deste contexto institucional salutar do bandeirismo uma espécie de ‘suspensão temporária’ das diferenças entre presente e passado, embora o que predomine seja a desconformidade entre eles; por outro, isso não retira da comparação dos imaginários paradisíacos ibéricos na obra seu aspecto de ocasião, pois enquanto tal ela não está configurada na referida atuação e produção institucional acima lembrada.

3.1. Bandeiras e bandeirismos na historiografia

Em *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições*, tese de doutoramento que acolhe uma análise circunstanciada sobre a historiografia das bandeiras, Katia Abud salienta que, como objeto de estudo, o bandeirismo é dividido por “dois momentos marcantes”: “no século XVIII, quando aparecem como tema na obra de historiadores do período”, e “nas três primeiras décadas do século XX, período áureo da produção histórica sobre o bandeirismo”⁵⁴⁴. Se quisermos encontrar um lugar para a obra *Visão do paraíso* na historiografia dedicada aos primeiros séculos de colonização paulista, é sobretudo este último momento o que nos interessa. A rigor, é inaugurado já nos moldes metodológicos do que, ao longo da tese, denominamos por uma moderna produção historiográfica⁵⁴⁵, porém, ainda em grande parte alheio, ou mesmo indiferente, às instituições universitárias. Apesar de alguns de seus membros já preservarem vínculos formalizados com instituições de ensino superior, atuaram de forma predominante pelo interior de Museus e Institutos Históricos regionais, fundados e consagrados durante a República Velha⁵⁴⁶.

Por isso mesmo, não poderia ser desvinculada de uma situação desde logo paradoxal:

⁵⁴⁴ Kátia Maria Abud. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante)*. São Paulo, Departamento de História da FFLCH-USP (Tese de Doutorado), 1985. Sobre a primeira fase de estudos, que não será discutida em nosso trabalho senão para esclarecer a seguinte, ver: Pedro Taques de Almeida Pais Leme. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Edusp, 1980; e Gaspar Madre de Deus. *Memórias para a história da capitania de São Vicente*. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Edusp, 1975.

⁵⁴⁵ Ver “Introdução”

⁵⁴⁶ No segundo semestre de 2015 fizemos um estágio do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino no curso “A Historiografia em Transformação: Brasil, 1889 – 1960”, ministrado pelo Prof. Dr. Paulo Teixeira Iumatti e alocado no Instituto de Estudos Brasileiros. A referência à tese de Kátia Abud não impede de acrescentarmos à segunda fase de estudos algumas das reflexões desenvolvidas nessas atividades. Entre elas, o fato de que, com a República, vários Institutos Históricos regionais foram criados e passaram a polarizar a produção historiográfica dos diferentes estados, cujos grupos sociais dominantes buscavam espaço no campo de lutas aberto pela fórmula federativa adotada na Constituição de 1891. Ainda veremos que esta segunda fase, proposta por Abud, é impensável sem levarmos em conta esta polarização, percorrida por Iumatti. Ver, entre outros, Paulo Teixeira Iumatti; Julio Vellozo. “Conhecimento, política e instituições no Brasil (1889-1934)”. In *Reflexos: revue pluridisciplinaire du monde lusophone*, v. 2, 2013.

a posição desfavorecida do estado de São Paulo no cenário político do país, não obstante o fato de ser o maior produtor de riquezas com a evolução da cafeicultura na economia brasileira a partir das últimas décadas do Segundo Reinado⁵⁴⁷. Foi aproximadamente nesse momento, entre 1870 e 1930, que a figura do bandeirante acabou sendo “resgatada” de duas formas a princípio distintas, mas que atuaram ao mesmo tempo, e não raramente lado a lado, a ponto de chegarem a se confundir: como um elemento característico do discurso historiográfico, e enquanto tal, portador de foros de cientificidade; bem como, e em igual proporção, como *símbolo mítico* de uma identidade societária paulista que, por meio da reivindicação política presente, reivindicasse um papel determinante do *passado* de São Paulo na construção explicativa da nacionalidade brasileira.

Para além da reconstituição contextual deste período, interessa de antemão sublinhar que é dele, acima de tudo, que resulta a produção historiográfica sobre o bandeirismo acolhida por *Visão do paraíso*. As referências bibliográficas mais importantes na obra correspondem, precisamente, aos historiadores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP). Ou seja, um modelo metodológico historiográfico que tem como suposição o protagonismo pioneiro daqueles “velhos bandeirantes” na integração territorial de uma moderna unidade nacional brasileira. E por isso, não é isento de peculiaridades em relação às interpretações propostas à discussão da questão nacional. Esta agremiação, como lembra Antonio Celso Ferreira, espelhava antigas querelas de fundo orgulhosamente regional com o modelo de produção historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: para esta instituição, a centralidade do Estado Nacional, fortalecido pela Independência de 1822, forneceria o solo à inteligibilidade da História do Brasil. “Foi em São Paulo que a disputa assumiu uma feição aberta de desafio. Os historiadores locais não ocultariam o propósito de abalar a história da nacionalidade, até então construída pelo IHGB, ambicionando reescrevê-la de ponta a ponta”⁵⁴⁸. Da agremiação jurídica constituída em novembro de 1894

⁵⁴⁷ Kátia Maria Abud. *Op. Cit.*, p. 123 e 124. Análises que caminham em direção parecida se encontram em John Manuel Monteiro. “Caçando com gato: raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr”. In *Novos Estudos CEBRAP*. n. 38, 1994; _____. “Tupis, tapuias e a história de São Paulo. In *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 34, 1992; Antonio Celso Ferreira. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo, Ed. Unesp, 2001; Maria Lígia Coelho Prado. *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo (1926-1934)*. São Paulo, Ática, 1986; Maria de Lourdes Monaco Janotti. “Historiografia: uma questão regional?”. In Marcos Silva (org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo, Marco Zero, 1990.

⁵⁴⁸ Idem, p. 110. As diferenças da historiografia do IHGSP com a do IHGB, convém frisar, aproximam aquela da historiografia portuguesa moderna encontrada em *Visão do paraíso* que, em nosso trabalho, é objeto de análise. Como se pode perceber a partir do debate entre Sérgio Buarque e Jaime Cortesão, os

destacam-se alguns dos historiadores perscrutados nos capítulos de *Visão do paraíso* que por ora são objeto de análise. Entre os quais, o historiador e engenheiro baiano Teodoro Sampaio; o historiador e político carioca João Pandiá Calógeras; o historiador e folclorista Basílio de Magalhães; o geógrafo naturalizado brasileiro Orville A. Derby e, finalmente, Washington Luís (ainda que este, no papel estratégico de historiador e último presidente da República Velha, função assumida entre 1926 e 1930, tenha exercido mais o papel de patrocinador do que propriamente um membro do Instituto)⁵⁴⁹.

Sérgio Buarque já sinaliza seu reconhecimento a tais historiadores em “O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos”, publicado no *Correio da Manhã* alguns anos antes de redigir *Visão do paraíso*. Eles afinal eram parte relevante para a construção de um campo historiográfico moderno no Brasil de meados do século XX⁵⁵⁰: “A elaboração metódica da história das bandeiras paulistas pode dizer-se que só se tornou realidade neste meio século, e isso graças especialmente aos textos exumados dos arquivos paulistas”. Estes haviam sido formados por “estudiosos, congregados, em sua generalidade, à volta de instituições provinciais criadas nos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, [que] tornou possível [...] o desenvolvimento acentuado de estudos regionais já em princípios deste século”. O autor estaria atento à impressão de “valiosos documentários” sobre a expansão geográfica do Brasil colonial, cujo impulso mais decisivo, segundo ele, foi “a impressão, por iniciativa de Washington Luís – ele próprio historiador e atento ao valor das fontes manuscritas –, [...] dos

historiadores portugueses corroboram as hipóteses dos historiadores do IHGSP na medida em que, para eles, São Paulo representava de alguma maneira um lugar decisivo a partir do qual a configuração da nação brasileira pode ser compreendida. Lembremos, por exemplo, a seguinte afirmação de Fernando Novais, ao apresentar a edição brasileira mais recente de *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*, de Jaime Cortesão. “Efetivamente, há ainda um outro ângulo do problema que, por ser fulcral, tem de ser enfrentado. Refiro-me ao anacronismo que permeia toda a questão em debate. A visão do bandeirismo em Jaime Cortesão, em que pesem discordâncias pontuais, conflui com a historiografia paulista das bandeiras (Afonso de Taunay, Alfredo Ellis Jr.) [estes, poderíamos acrescentar, membros do IHGSP, embora não sejam referências tão importantes no texto de *Visão do paraíso*, mas no contexto institucional da obra, como veremos], que vê os bandeirantes como os devassadores do território, conquistadores dos espaços, dilatadores das fronteiras do Brasil”. Fernando Novais. “Prefácio a Jaime Cortesão, ou ‘encontro marcado’”. In Jaime Cortesão. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Fundap, 2012, p. XXII.

⁵⁴⁹ Um estudo circunstanciado sobre o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo foi realizado por Antonio Celso Ferreira. *Op. Cit.*, no capítulo “O altar do passado: o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo: perfil, autores e textos”. Ver ainda Danilo Ferretti. *A construção da paulistanidade: identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930)*. São Paulo, Departamento de História, da Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado), 2004. Sobre tudo o capítulo “A institucionalização da visão republicana do passado paulista: o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) (1894-1916)”.

⁵⁵⁰ Sérgio Buarque de Holanda. “O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos”. In Pedro Meira Monteiro; João Kennedy Eugênio (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas/Rio de Janeiro. Ed. da Unicamp/Ed. UERJ (originalmente publicado no *Correio da manhã* em 15.07.1951).

Inventários e testamentos (iniciada em 1920)”, dos quais derivaram “numerosos trabalhos de reconstituição e revisão da história paulista e das bandeiras, empreendidos por Washington Luís, Basílio de Magalhães, Paulo Prado, Ellis Júnior, Américo de Moura, Carvalho Franco”.⁵⁵¹

Sérgio Buarque não economiza elogios à obra *Capítulos de história colonial*, de Capistrano de Abreu, que para ele divergiria de todas as tentativas anteriores voltadas à ambição de escrever a história nacional por acolher “mais de cem [páginas] devotadas ao povoamento do sertão; quase o inverso da proporção relativa que têm essas matérias na primeira edição da *História geral* de Varnhagen”.⁵⁵² Sabe-se como Capistrano de Abreu foi apreciado por Sérgio Buarque, que o considerava não menos do que um “referencial teórico”, como salienta Lucia Paschoal Guimarães ao discutir a proximidade metodológica entre os dois historiadores, tendo, precisamente, “O pensamento histórico no Brasil” como referência⁵⁵³. Sabe-se igualmente como a questão do sertão foi transformada em objeto historiográfico em grande parte em razão do historiador cearense; e que, por assim fazer, acabou impactando a formação não só de Sérgio Buarque, mas também dos próprios historiadores atuantes nos Institutos Históricos espalhados pelo país (como aliás veremos em alguns momentos do capítulo).

Para o melhor entendimento da escrita de *Visão do paraíso*, contudo, é mais importante sublinhar a percepção de Sérgio Buarque com relação à importância do “círculo dos [...] discípulos e companheiros diletos” do historiador cearense. Entre os quais, o historiador Pandiá Calógeras, e sua obra *Formação histórica do Brasil* (as primeiras seções desta obra, mais precisamente), que seriam “como um prolongamento dos *Capítulos*” e “inspiradas diretamente na obra de Capistrano”. Quanto às outras, “vamos encontrar [...] o investigador paciente e seguramente informado que, em *Política exterior do Império* [por exemplo], atentara principalmente para questões

⁵⁵¹ Idem, p. 604.

⁵⁵² Idem, p. 602 e 603.

⁵⁵³ Ver Lucia Maria Paschoal Guimarães. “Itinerários historiográficos inexplorados: Sérgio Buarque na trilha de Capistrano de Abreu”. In *Revista Maracanan*, n. 2, 2004. A autora salienta a importância de “O pensamento histórico no Brasil”, talvez pela primeira vez entre os estudiosos da trajetória historiográfica de Buarque de Holanda. “Trata-se” para ela “de leitura obrigatória, que não só ajuda a reconstituir parte do itinerário historiográfico de Sérgio, mas também oferece uma visão geral da produção brasileira, no período compreendido entre 1900 e 1950. Isto porque, ao esboçar os percursos e encruzilhadas da nossa historiografia, ele ultrapassa práticas convencionais, como a simples enumeração de autores e livros, para deter-se na análise de referenciais teóricos mais utilizados”. Ver também _____. “Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões”. In Lucia Maria Bastos Pereira Neves; Lucia Maria Paschoal Guimarães; Marcia de Almeida Gonçalves; Rebeca Gontijo (orgs.). *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2011.

políticas e diplomáticas”. Já no “longo estudo” *Minas do Brasil e sua legislação*, impresso entre 1904 e 1905, cuja importância é central em *Visão do paraíso*, “Calógeras mostrou” não menos do que “as amplas perspectivas que oferece a exploração de um domínio [da historiografia brasileira] quase virgem [entre nós]: o de nossa história econômica”.⁵⁵⁴

Mais a frente, a reflexão acerca da “elaboração metódica da história das bandeiras paulistas” alude ao “renascimento dos estudos jesuíticos” no lançamento de um volume impresso em 1900, trazendo à tona conferências de Eduardo Prado, Teodoro Sampaio, Couto de Magalhães e Brasília Machado: “pronunciadas por motivo de celebração, é sem dúvida uma contribuição apreciável”. Além do elogio intelectual, alguns destes historiadores são aplaudidos por conta dos institutos históricos “congregados, em sua generalidade, à volta de instituições provinciais” aos quais eram vinculados. Sem estes núcleos, e pesquisadores como Teodoro Sampaio ou Orville Derby, seria impossível o desenvolvimento de estudos historiográficos regionais.⁵⁵⁵ Assim, “O pensamento histórico do Brasil” fornece algumas das condições para situar o lugar de *Visão do paraíso* na produção historiográfica sobre o bandeirismo: por reconhecer e combinar autores por vezes classificados tão distintamente, o artigo já fornece importantes indícios de que *Visão do paraíso* pertence àquela segunda fase explorada por *O sangue intímido*, de Katia Abud, contemporânea às primeiras décadas do século XX.

Ainda que a obra de 1959 preserve expressivo distanciamento analítico com relação aos autores citados no artigo, como veremos; são eles que oferecem, em grande medida, as bases metodológicas para uma variação peculiar da problemática da atenuação plausível no cotidiano das expedições bandeirantes na América do Sul. Por essa razão, optamos por não alocar *Visão do paraíso* na história da História do bandeirismo tendo como referência uma conhecida polêmica centralizada em torno do movimento bandeirista, cujo traçado geral é também lembrado por Abud: “Descritos por um lado como [...] verdadeiros assassinos de extrema crueldade pelos jesuítas espanhóis, os bandeirantes receberam a pecha de instrumentos selvagens do poder da classe dominante escravocrata”. Por outro viés, “o bandeirante transformou-se no construtor da nacionalidade, no elo que ligou as longínquas regiões da América Meridional, cuja

⁵⁵⁴ Sérgio Buarque de Holanda. “O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos”. In Pedro Meira Monteiro e João Kennedy Eugênio (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas/Rio de Janeiro, Ed. da Unicamp / Ed. UERJ (originalmente publicado no *Correio da manhã* em 15.07.1951), p. 603.

⁵⁵⁵ Idem, p. 608.

anexação deu o traçado geral do mapa do Brasil”⁵⁵⁶. Pois, como passaremos a ver, a polêmica, e as subsequentes divisões geradas no âmbito do bandeirismo, apesar de existirem, ainda não estavam completamente delineadas ao longo dos anos 1940 e 1950; e tão pouco na escrita de *Visão do paraíso*, bem como na sociabilidade e na atuação intelectual de Sérgio Buarque no Museu Paulista.

Os capítulos “Peças e pedras”, “O ‘outro Peru’” e “Um mito luso-brasileiro”, de *Visão do paraíso* destacam, entre outros, o importante artigo “O sertão antes da conquista”, de Teodoro Sampaio, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, em 1898⁵⁵⁷. Junto a alguns outros do historiador baiano, a exemplo de “São Paulo de Piratininga no fim do século XVI”, “São Paulo no século XIX”, e especialmente “Vestígios de hábitos aborígenes nos usos e costumes sertanejos”, “Factos e festas da tradição: o São João e a procissão de Corpus Christi em São Paulo”, “Folganças populares do velho São Paulo” e “A folia do Espírito Santo”, as culturas populares são apresentadas como fonte preciosa para a recuperação de uma genuína e um tanto *glorificada* “alma paulista”, então ameaçada de desfiguração⁵⁵⁸.

Nesse sentido, a procura pela genuinidade é amparada por um ponto de vista sobremaneira *épico*, quando não *mítico*, da ação vicentina no interior da América portuguesa, do qual Teodoro Sampaio, aliás, foi um dos primeiros adeptos. É ele quem, simultaneamente com Alfredo Ellis Jr., retoma a famosa expressão “raça de gigantes”, usada originalmente pelo viajante Saint-Hilaire, ao referir-se aos paulistas dos séculos XVII e XVIII⁵⁵⁹; e assim fomenta a preocupação, ilustrativa dos historiadores do IHGSP, em localizar os mitos de origem da sociedade paulista, que, desde o século XVIII, pautavam-se por uma série de afirmações de historiadores dessa época sobre as origens tupis da grandeza de São Paulo: desde a produção de Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques de Almeida Paes Leme, é possível notar que estes foram considerados mais civilizados do que outros troncos linguísticos, entre os quais os

⁵⁵⁶ Katia Abud. *Op. Cit.*, p. 2.

⁵⁵⁷ Teodoro Sampaio. “O sertão antes da conquista”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, v. IV, 1898.

⁵⁵⁸ Nas palavras de Antonio Celso Ferreira. *Op. Cit.*, “nesses textos, em que se abordam tais temas, as culturas populares são apresentadas como fonte preciosa para a recuperação da genuína ‘alma’ paulista, já então ameaçada de desfiguração em face dos valores modernos. No enalço de suas expressões mais legítimas, os estudiosos dirigiram os olhares tanto ao passado como aos seus últimos vestígios do presente, num conjunto de títulos” (citados no texto) (p. 144).

⁵⁵⁹ A expressão foi usada por Saint-Hilaire ao referir-se aos paulistas dos séculos XVII e XVIII ao afirmar em *Viagem a província de São Paulo*: “tem-se a impressão de que esses homens pertenciam a uma raça de gigantes”. A expressão contudo foi popularizada entre os historiadores da época na obra *A raça de gigantes*, de 1926, de Alfredo Ellis Jr., outro sócio do IHGSP.

Macro-Jê, antigos inimigos dos tupi-guarani e classificados, primeiramente por eles, e depois, pelos colonizadores, de índios de “língua travada”.⁵⁶⁰

“Espinoza e Azpiculeta Navarro”, de 1940, do historiador e folclorista Basílio de Magalhães corresponde à outra publicação do mesmo porte acolhida por *Visão do paraíso*. Fruto de apresentação no *Congresso do mundo português*, ocorrido no mesmo ano, o trabalho se adequa às proposições de sua obra mais famosa, *Expansão geográfica do Brasil colonial* (1935), que fornece uma classificação das diversas modalidades de incursão ao interior do Brasil. Ajuda a inaugurar, portanto, a distinção historiográfica entre as entradas “de cunho oficial” e as “bandeiras”: aquelas, expedições realizadas exclusivamente a leste da linha de Tordesilhas, cujos objetivos residiam no descobrimento de riquezas minerais e a conquista de terras indígenas; as últimas, reflexos de “incursões espontâneas”, comumente situadas a oeste da linha demarcatória. Estas seriam alicerces da confirmação das teses que, de diferentes formas, permeavam o rol dos trabalhos geo-históricos do instituto paulista, quais sejam, a de serem responsáveis, de maneira exclusiva, por um pioneiro desbravamento do continente⁵⁶¹.

Cabe notar que esses modelos, como salienta John Manuel Monteiro, são testemunhas, para Magalhães, de um “passado glorioso”, que ao fornecer as chaves para o entendimento da prosperidade econômica paulista das primeiras décadas do século XX, deveriam, por um lado, ser cientificamente *estudados*, mas por outro, em igual medida, *preservados*: “Em 1913, ao escrever uma série de artigos ligando o “progresso na atualidade” do Estado de São Paulo a seu glorioso passado, Basílio de Magalhães

⁵⁶⁰ Trata-se, mais precisamente, do vínculo dos atuais paulistas aos índios “Guaianá de Piratininga”. Mitologia não isenta de controvérsias, uma vez que historiadores como Capistrano de Abreu e o próprio Teodoro Sampaio defendiam, por exemplo, que estes índios eram um subgrupo Kaingang (Macro-Jê). As controvérsias foram discutidas por John Manuel Monteiro em “Tupis, Tapuias e a História de São Paulo: Revisitando a Velha Questão Guaianá”, capítulo de sua tese de livre-docência, no qual se esclarece: “Não se tratava apenas de uma querela etnográfica, embora também o fosse. Estava em jogo o mito de origem da sociedade paulista que, desde o século XVIII, pautava-se numa série de afirmações sobre os Guaianá de Piratininga e sobre as origens Tupi da grandeza de São Paulo. Durante a última década do século XIX, outros estudiosos conferiram um novo tom ao debate, levantando a sugestão de que os Guaianá da documentação antiga não configurassem grupos Tupi e, pelo contrário, seriam nada mais que os remotos ancestrais dos modernos Kaingang – portanto Tapuias, uma “raça” indígena desprezada pela ciência moderna e pelos defensores do progresso. Foi esta a tese que Capistrano de Abreu defendeu em um de seus ensaios sobre os “Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil” (Abreu, 1982, 217-220), ao passo que diversos escritores paulistas contra-atacavam com uma vigorosa defesa da postura tradicional, alegando que não apenas eram os Guaianá de filiação Tupi, como também constituíam os verdadeiros senhores da região nas vésperas da colonização portuguesa”. John Manuel Monteiro. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do Indigenismo*. Campinas, Departamento de Antropologia da Unicamp (Tese de Livre Docência), 2001, p. 180 e 181.

⁵⁶¹ Por trabalhos “geo-históricos” entenda-se uma designação ampla, que ilustra as proposições do IHGSP, aqui percorridas, de formação do território nacional. Tendo como mote a questão das vias e meios de comunicação; os caminhos coloniais; a navegação fluvial; ou ainda as ferrovias com destino às regiões fronteiriças em época mais recente.

sintetizava o momento: ‘Têm os paulistas razões sobejas para se desvanecerem do seu progresso excepcional [...]’⁵⁶².

Outras referências conjuntamente acolhidas por *Visão do paraíso* confirmariam aliás a hipótese daqueles que tomavam a atividade bandeirante como o veículo da formação territorial paulista e de uma subsequente edificação mítico-geográfica do país. Entre elas, o artigo “Roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas” (1900), do paleontólogo Orville Derby, um dos membros fundadores do IHGSP, e o livro *Na capitania de São Vicente* (1956), de Washington Luís⁵⁶³. Derby, um obcecado pela formação territorial alavancada pelo bandeirismo, dedicou boa parte da vida a documentá-la na forma de *roteiros*, sobretudo os que, desse alargamento, demarcaram os limites entre São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná. O artigo de 1900, assim, é expoente privilegiado do impulso que, entre os anos 1910 e 1920, o tema do bandeirismo adquire na pauta do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Nesse sentido, caminho junto a outros trabalhos de Derby, publicados nos primeiros números da *Revista do Instituto*: “Um mapa antigo das partes das capitanias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro”; “Um documento antigo relativo a questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais”; “São Paulo e Minas Gerais, antigas divisas” e “Nota sobre a questão de limites entre estados entre São Paulo e Paraná”⁵⁶⁴.

Na capitania de São Vicente, de Washington Luís, para além do tema que dá título à obra, trata da incursão às fontes e arquivos frequentados pelo autor. Ou seja, um chamado à reflexão sobre o estado em que então se encontrava a historiografia do bandeirismo. A “Introdução que explica o livro” relembra particularmente a iniciativa da mesma impressão das fontes manuscritas aclamadas por Sérgio Buarque no artigo “O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos”⁵⁶⁵. E os capítulos finais, “O

⁵⁶² John Manuel Monteiro. *Op. Cit.*, p. 192.

⁵⁶³ Ver Orville Derby. “Roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. v. 4, 1900; e Washington Luís. *Na capitania de São Vicente*. São Paulo, Livraria Martins Editora. 1956.

⁵⁶⁴ Ver Orville Derby. “Um mapa antigo das partes das capitanias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. v. 2, 1896 e 1897; _____. “Um documento antigo relativo à questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. v. 3, 1898; _____. “São Paulo e Minas Gerais: antigas divisas”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. v. 4, 1898 e 1899; _____. “Nota sobre a questão de limites entre os estados de São Paulo e Paraná”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. v. 6, 1900 e 1901.

⁵⁶⁵ Segundo Washington Luís “Foi só em 1914, quando eleito Prefeito da capital e, em 1920, quando Presidente de São Paulo, que pude determinar a publicação das *Atas* e do *Registro Geral da Câmara Municipal* de São Paulo, já antes tentada por diversas vezes, e até já contratada, e providenciar a publicação dos Inventários e Testamentos, recolhidos ao Arquivo Público Paulista, messe que eu havia

cruzamento e a escravidão” e “As entradas do sertão”, ratificam as proposições dominantes desta forma particular de reflexão historiográfica desenvolvida pelos corredores e periódicos do IHGSP: a percepção e constatação do papel decisivo do bandeirante quando da colonização do interior da América portuguesa na formação de um “Brasil territorial”. Ainda que um “Brasil”, por vezes, edificado à revelia do governo de Portugal e conjuntamente com outros personagens históricos:

*Na América Portuguesa foram esses cinco elementos – rei, administração portuguesa, jesuítas, colonos e índios – que juntos nesses primeiros tempos do século XVI constituíram o Brasil territorial, moral e econômico. E esse povoamento e civilização foram feitos, não obstante a animosidade entre eles quase inconscientemente, por assim dizer, à revelia do Governo de Portugal. Como em todo o Brasil, mas principalmente na Capitania de S. Vicente em que se constituiu o Estado de S. Paulo, houve, em consequência, uma obra coletiva, embora nela nem sempre os seus elementos primordiais andassem de acordo, e, ao contrário, se hostilizassem, e por vezes se oprimissem violentamente*⁵⁶⁶ (grifo nosso).

Não atoa, a passagem porta uma *tensão* entre *coesão* e *fragmentação* de projeções políticas que nos diz muito acerca das constantes disputas em torno da construção de um passado paulista e a afirmação dos poderes regionais do Estado de São Paulo. Lembre-se que Washington Luís foi eleito em 1926 como presidente da República em pleno contexto da alternância do poder nacional por parte das oligarquias paulistas e mineiras, denominada, como se sabe, de “política do café com leite”. Ao final do mandato, quebraria o “decoro” ao apoiar outro paulista, Júlio Prestes, na campanha eleitoral às eleições presidenciais de março de 1930. Mal esboçada, a disputa contaria com o apoio das principais associações industriais de São Paulo, que lançavam um manifesto, com data de 30 de julho de 1929, publicado com grande destaque na primeira página do *Correio paulistano*. Como sabemos, embora Júlio Prestes ganhe a eleição, não chega a assumir o governo, pois Washington Luís foi deposto por Getúlio Vargas, candidato então derrotado nas urnas⁵⁶⁷.

Outra referência, e no caso uma das mais importantes para Sérgio Buarque, consiste

procurado para meus estudos”. Washington Luís. *Na capitania de São Vicente*. Brasília, Editora do Senado Federal, 2004, p. 41.

⁵⁶⁶ Idem, p. 220.

⁵⁶⁷ Ver Boris Fausto. *A revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo, Brasiliense, 1989; e o recente trabalho de Robson Mendonça Pereira. *Washington Luís na administração de São Paulo (1914-1919)*. São Paulo, Ed. UNESP, 2010.

n' *As minas do Brasil e sua legislação*⁵⁶⁸, de Pandiá Calógeras – também associado à agremiação paulista. A obra aproxima, como nenhuma outra, a questão do apresamento indígena com os ciclos de busca mítico-históricas às “pedras coradas”. A publicação origina-se de um parecer técnico apresentado à Comissão especial das minas, coordenada pela Câmara dos Deputados, da qual Calógeras, na condição de deputado federal eleito pelo Partido Republicano Mineiro (PRM), era relator⁵⁶⁹. Não obstante, como bem lembram os capítulos iniciais de *Bandeirantes e paulistas no sertão do São Francisco*, de Márcio Santos, é ela que primeiro inaugura na literatura especializada a expressão “Peças” para qualificar os índios apresados durante as expedições pelo interior da América portuguesa⁵⁷⁰. Como veremos, o termo será reutilizado em *Visão do paraíso* para designar a busca e fornecimento de mão de obra indígena às lavouras paulistas. Assim, *As minas do Brasil e sua legislação* retomava o tema da escravização indígena de uma forma que, se nossa análise for razoável, destoa, ao menos um pouco, das próprias diretrizes interpretativas do IHGSP; particularmente a visão segundo a qual a escravidão indígena compunha uma audaciosa aventura de desbravadores que no limite *corroborava e justificava* o papel de São Paulo na formação do Brasil⁵⁷¹. Não que *As minas do Brasil* forneça um libelo contra as diretrizes interpretativas da Instituição. Mas, à diferença da narrativa de seus pares do IHGSP, Calógeras opta por uma

⁵⁶⁸ Pandiá Calógeras. *As minas do Brasil e sua legislação*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1904.

⁵⁶⁹ Engenheiro formado pela Escola de Minas, de Ouro Preto, em 1890, Calógeras elege-se deputado federal pela primeira vez em 1897, pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). Ainda em 1903 é reeleito novamente pelo PRM. Reelegeu-se sucessivamente, tornando-se uma das figuras de maior prestígio no Congresso e participando do debate sobre os grandes temas nacionais. Com a posse de Venceslau Brás na presidência da República, em novembro de 1914, assumiu o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, permanecendo no cargo até julho de 1915. Tomou posse então da pasta da Fazenda, onde realizou detalhado trabalho de saneamento das finanças nacionais.

⁵⁷⁰ Márcio Santos. *Bandeirantes paulistas no sertão de São Francisco: povoamento e expansão pecuária de 1668 a 1734*. São Paulo, Edusp, p. 31.

⁵⁷¹ A exemplo do depoimento de José Felício Buarque de Macedo, impresso no 14º volume da *Revista*, recuperado por Antonio Celso Ferreira, e segundo o qual “A presa dos índios, através de inóspitas paragens, foi a mais audaciosa aventura dos bandeirantes, que, antes do meado do século XVI, começaram a se internar em desconhecidos sertões, substituindo-se a metrópole na formação do nosso território. E assim, nem os rios caudalosos, nem as florestas emaranhadas, nem os rumos incertos, nem os animais bravos, nem as intempéries, nem os perigos a cada passo, nada os demoveu do cumprimento, embora inconscientemente, de seu destino histórico”. *Op. Cit.*, p. 140. O tema da escravidão é frequentemente “desviado” para outros assuntos. Caso da busca do índio ideal que pudesse representar a contribuição da terra para a formação da raça paulista; cruzamentos entre bandeirantes e indígenas, bem como das relações destes com os jesuítas e de aspectos de sua cultura material. Isto é, em vez de objeto de cobiça de escravizadores, as populações indígenas aparecem como “bons selvagens”: são frutos de uma idealização típica dos contextos históricos que acabam por exaltar essas populações quando, na verdade, elas já não oferecem mais uma significativa “ameaça” física e cotidiana à expansão da sociedade ocidental. Uma idealização geralmente aceita depois das tentativas de extermínio e subjugação das mesmas. Ver Ronald Raminelli. *Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996; e Manuela Carneiro da Cunha. “Imagens de índios do Brasil: o século XVI”. In *Estudos Avançados*. v. 4, n. 10, 1990.

descrição cotidiana das relações escravistas, sugerindo – talvez sem desejar – a ideia da escravidão nativa como elemento na teia do pequeno negociante de São Paulo.

Um exemplo precioso: a história do colono Affonso Sardinha, que deseja dar ao seu cunhado, a quem devia 50 cruzados, uma “peça” cujo valor girava entre 260\$ e 280\$, portanto superior à dívida. Ele explica que era um preço de amigo, e mesmo assim, de modo geral, o preço dos “negros da terra” haviam baixado com o aumento dos apresamentos:

Nos primeiros tempos de conquista, o gado humano em torno das feitorias agressivas dos portugueses, era tão numeroso, e as incursões destes últimos tão frequentes, que o gênero se desvalorizou, e nos documentos daquela época se vê quão pequeno era o preço das *peças*, como chamavam aos escravos [indígenas]. Affonso Sardinha, o velho, querendo em um testamento dar a seu cunhado Domingo Peres, devedor de 50 cruzados, uma prova de consideração, declara ficarem saldas as contas com a entrega de uma moça: calculado o valor da dívida, vê-se que ela corresponderia a uns 260\$ a uns 280\$000, quantia muito superior ao preço da escrava. Era um preço de amigo; o valor real era muito menor e este mesmo baixou à medida que se avolumou a corrente avassaladora dos povos do sertão⁵⁷².

Por outro lado, em *As minas do Brasil*, Pandiá Calógeras não deixa de recorrer às teses que, por assim dizer, tanto foram lapidando a autoconfiança das elites historiográficas e políticas paulistanas na primeira metade do século passado. Nela nada sugere a paulatina desistência, e, principalmente, a relativa indiferença dos colonizadores (bandeirantes ou, mais amplamente, portugueses) à extração e comercialização de metais preciosos. Se aos olhos de Sérgio Buarque a obra ajuda a consolidar a área de história econômica no Brasil, por meio, inclusive, do *apresamento de peças* e na subsequente imagem de um “pequeno comerciante”, associado a esta atividade; não desvanece a ênfase na aposta deliberada na lucratividade passada (e presente) ocasionada pela *mineração* – sobretudo porque, para Calógeras, é a *mineração* que dá lucro, não o apresamento. Esta seria uma “verdade quase axiomática”, que norteia o estudo e a justificativa central do projeto de lei sujeitado pelo autor à Comissão Especial das Minas, favorável e, ademais, comprometido com robustecimento dos trabalhos de aproveitamento do minério brasileiro de sua época.⁵⁷³

⁵⁷² Pandiá Calógeras. *Op. Cit.*, p. 33 e 34. Ora, o caso não sugere nenhum heroísmo, nenhuma aventura desbravadora por parte do colonizador paulista (uma imagem mistificada do bandeirante por meio do comércio miúdo).

⁵⁷³ Idem, p. 12.

Enfim, se procuramos percorrer à parte os autores citados em *Visão do paraíso* é para insistir, em primeiro lugar, o quanto eles se amparam numa proposição historiográfica que diz respeito, sobretudo, a uma noção de *modernidade* amparada pelos desbravadores paulistas; a *modernidade* como uma noção capaz de qualificar e ilustrar um processo histórico e societário de *expansão continental* dos primeiros colonizadores na América. Desse modo, pode-se melhor situar a própria análise realizada do imaginário edênico cultivado pelo bandeirismo, assim como reiterar o lugar de relativa *aproximação* da obra de 1959 com o “segundo momento marcante” da historiografia sobre o tema. Nesta parte de *Visão do paraíso*, a questão da “atenuação plausível”, embora se afaste significativamente desta noção de modernidade, não se mostra o tempo todo contrária ao aspecto de continentalização pelos desbravadores paulistas, e, de quebra, da própria colonização portuguesa. No caso, é o momento da obra no qual a atenuação do mito *preserva com veemência seus requisitos de plausibilidade*, nunca se revelando como um fenômeno histórico ou oposição categórica absoluta.

A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda, de Robert Wegner, aponta elementos importantes para pensarmos nessa direção. Sem pretender comentá-lo por todos os ângulos, cabe frisar que nele a noção buarquiana de *fronteira*, além de inevitavelmente envolver um processo de expansão continental, isto é, *para além dos contornos locais associados à capitania de São Paulo*, e, ademais, *das lavouras que a circunscreve*, fornece, precisamente por essa razão, um elo de *conciliação e/ou continuidade* entre “nossa tradição ibérica” e “os valores vinculados ao mundo moderno”. Esta “lógica do Continente”, portanto, aponta uma realidade não necessariamente *nacional*, mas que ajuda a *explicar* um processo subsidiado pela problemática da *formação da nacionalidade*. De modo que a questão da *fronteira* é auxiliada por outra noção, a de *americanismo*, compreendida por circunstâncias que já delineiam uma *superação* parcial (nunca total, como se sabe) do processo de *colonização* do Brasil. Eis o objetivo central do trabalho, nas palavras de Wegner:

nos textos de Sérgio Buarque que abordam a conquista do Oeste detecta-se uma nova configuração de relação, que agora aponta para uma possível via de continuidade [entre tradição ibérica e valores vinculados ao mundo moderno]. A noção de *fronteira* [...] adquire um papel estratégico como elemento dinamizador dos valores ibéricos em direção [...] [ao] americanismo – com o [...] sentido de estar relacionado a uma lógica do Continente e de suas terras livres [...]. Assim, pode-se dizer que, agora, o iberismo não aparece como inapetavelmente incompatível com o moderno e que, neste momento da sua obra, Sérgio

*Buarque explicita, na história do Brasil, um caso de americanização do iberismo – num processo no qual este último elemento não é aniquilado*⁵⁷⁴ (grifo nosso).

Wegner não deixa de situar *Visão do paraíso* ante à questão da conquista do Oeste, para tanto resgatando “um único argumento, porém decisivo” da obra: a noção, tão portuguesa quanto espanhola, de um éden terrestre meramente à espera de ser ganho. Repare-se na seguinte afirmação de *A conquista do Oeste*: “a despeito daquele fenômeno da ‘atenuação plausível’ [...] não se pode dizer, segundo Sérgio Buarque, ‘que a sedução do tema paradisíaco tivesse sido menor para os portugueses, durante a Idade Média e a era dos descobrimentos marítimos, do que o fora para outros povos cristãos de toda a Europa [...]’; de modo que “a maneira pela qual se deu esta sedução [...] – mesmo que ela fosse desvanecendo à medida que a conquista da terra avançava –, parece ser uma indicação preciosa da marca que acompanha o processo de dinamização da fronteira e sua *direção*”⁵⁷⁵. Seguindo este rastro, veremos que, em relação ao estudo comparado de *Visão do paraíso*, a sedução portuguesa pelo éden – a atenuação da atenuação, por assim dizer –, não pode ser tomada como procedimento generalizado no corpo da obra. Ela atua com afinco precisamente nos capítulos nos quais o bandeirismo é alçado ao primeiro plano de análise. Neste caso, ao lado da finalidade escravista da empresa paulista, nota-se, ainda que de forma menos saliente, sua adesão às fortes colorações do mito. E que, por tratar-se de uma adesão *mitológica*, dilui-se simbolicamente, de modo circunstancial e estratégico, num *modelo comum* de imaginário proto-patriótico característico dos colonizadores da América lusitana como um todo. De modo que a ruptura crítica de Sérgio Buarque com a concepção de passado nacional é, no caso, pontualmente atenuada – ainda que a ruptura crítica seja o elemento desmedidamente predominante no debate e na obra. É como se, para o historiador paulista, a história abrigasse os dois lados (escravização / formação nacional), cuja

⁵⁷⁴ Robert Wegner. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte, UFMG, 2000, p. 18. O estudo de Robert Wegner é um dos primeiros trabalhos de fôlego sobre o tema das bandeiras e da fronteira na obra de Sérgio Buarque. Por isso não pretendemos abarcar esta última questão em sua totalidade, o que não impede de discuti-la nesta nota. A rigor, Wegner salienta que, se em *Raízes do Brasil* Sérgio Buarque busca explicar a formação brasileira por meio da hipótese de que do iberismo não pode surgir algo compatível com o americanismo (p. 50 e 51), a partir da década seguinte, o historiador paulista acaba sugerindo uma continuidade, ou pelo menos, uma conciliação entre os dois fatores. Um dos elementos de tal conciliação é a ideia continental de *fronteira*, que apontava, nos termos de Wegner, para uma “dinâmica de ‘americanização’ dos traços europeus” (p. 81). Em razão da admissão dessa nova realidade, “Sérgio Buarque apontaria para a possibilidade de se aplicar uma *explicação situacional* na interpretação da história brasileira, uma chave que ressalta a americanização no sentido continental” (p. 90 e 91).

⁵⁷⁵ Idem, p. 130.

importância de cada qual, cabe reiterar quantas vezes for preciso, é ‘desigual e combinada’.

3.2. Apresamento e continentalização

Nos capítulos “Peças e pedras”, “O ‘outro Peru’” e “Um mito luso-brasileiro”, de *Visão do paraíso*, as cores desbotadas do imaginário lusitano são pontualmente anuladas pela busca dos colonos paulistas à extensa e deleitosa *lagoa de Paraubava* (variação concomitante do mito da Ilha Brasil). Elas se dão à maneira das elucubrações da Renascença europeia ou, ainda, nos termos da problemática da mitologia enquanto um horizonte da história nacional. Sérgio Buarque busca até mesmo situar o período que, para ele, a crença ainda não havia sido desbotada: “nas épocas [...] em que se achara a capitania sujeita ao governo de Dom Francisco de Sousa”, sétimo governador geral do Brasil e, desde 1608, capitão geral das Minas e governador das capitanias da Repartição Sul⁵⁷⁶. É possível precisar o ano, assim como o documento no qual à época ela é descrita de forma perspicaz entre os habitantes do planalto paratingano: “o inventário feito dos bens de Martins Rodrigues Tenório, e data de 1612, o ano seguinte ao da morte de D. Francisco”, embora ela já seja mencionada de outras formas desde a segunda metade do século XVI⁵⁷⁷. Temos assim um expressivo e minuciado *esquema da formação do imaginário edênico* que tomou conta da imaginação historiográfica de Sérgio Buarque ao menos durante toda a década de 1950⁵⁷⁸. No contexto abordado, a miragem paradisíaca foi capaz de transformar-se em assunto corriqueiro durante as entradas pelo interior do continente americano.

⁵⁷⁶ Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 109.

⁵⁷⁷ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 110.

⁵⁷⁸ A lagoa de Paraubava foi estudada por Sérgio Buarque juntamente com o mito da Ilha Brasil. Cabe lembrar uma nota de rodapé de Sérgio Buarque de Holanda. “Um mito Geopolítico: A Ilha Brasil”. In *Tentativas de mitologia*, São Paulo, Perspectiva, 1979. Acrescentada depois de 1952, ano que Sérgio Buarque debate com Jaime Cortesão a respeito da influência da Ilha Brasil no imaginário dos colonizadores portugueses (e sobre o qual o capítulo é dedicado), a nota mostra a continuidade entre *Visão do paraíso* e a pesquisa apresentada por ocasião da discussão, travada com o historiador português. No texto do capítulo, Sérgio Buarque afirma que “para o Brasil, e que a terra apenas principiava a ser visitada pelos navegadores, pretende essa teoria que se criou em Portugal uma noção idêntica das “fronteiras naturais”. A América portuguesa não ia só do Amazonas ao Prata, como se ampliava sertão adentro, rumo aos limites pressentidos, que a natureza marcou com dois braços de água saindo de um lago chamado Eupana ou Dourado para alcançarem respectivamente ambos os estuários”. Em nota, aludindo à passagem, Sérgio Buarque complementa: “posteriormente cheguei à convicção, já exposta em livro de minha autoria intitulado *Visão do Paraíso* [...] de que o nome EUPANA, citado por Cortesão, não passaria de má reformação gráfica do EUPANA ou UPAUA dos naturais da terra e as formas derivadas como UPAVUÇU – o VUPUBAÇU, de Fernão Dias Paes, onde se reúnem as ideias de “mar” e de “lagoa”. (p. 78).

A “lagoa Paraupava” é nomeada, por exemplo, pelo padre Domingos de Araújo a partir das notícias transmitidas a ele pelo sertanista Pero Domingues sobre o trajeto de uma bandeira que partiu de São Paulo, em 1613. Fala-se no caso de gente “que embarcou naquela famosa lagoa chamada Paraupava”, e navegando foi dar num “mar largo”⁵⁷⁹. O imaginário do religioso, na perspectiva de *Visão do paraíso*, é característico da “caprichosa fantasia dos cronistas, cartógrafos, viajantes ou conquistadores”; e “*por essa infixidez não se distinguia ela de outros mitos da conquista, como o das Amazonas, por exemplo, ou ainda o do Dourado, ao qual se filiava, aliás, diretamente*” (grifo nosso)⁵⁸⁰. Havia divergências quanto à localização de Paraupava, ainda que, em razão dos imprecisos conhecimentos geográficos da época, bem como do próprio desconhecimento do “senso do impossível”, todas as especulações eram aceitáveis.

A lagoa poderia estar perto das nascentes do São Francisco, a julgar as apostas de Gabriel Soares de Sousa, que aliás dirigiu-se até lá para tentar encontrá-la. Ou, para Domingos Rodrigues, não muito longe dali (ele tinha dúvidas acerca do exato local onde a imagem estaria – no sertão dos goiases ou daquela que, tempos depois, viria a ser a capitania de Minas Gerais). De todo modo, Sérgio Buarque confere bastante atenção a uma obra publicada em 1648, e a considera um compêndio no qual se avista as elucubrações paradisíacas dos primeiros colonizadores: o “sábio e austero tratado” do naturalista Jorge Marcgrave de Liebstad. Nele, o traçado da existência de um lago central é sem dúvida *existente* e *saliente*, pois se apresenta tal qual um verdadeiro “berço de todas as principais correntes fluviais que fenecem na costa atlântica do Brasil e túmulo dos que nascendo nas alturas dos Andes se precipitam pelas vertentes orientais”. Entre os muitos braços que “à maneira de aranha monstruosa” lançava este lago em todas as direções, deve-se “incluir-se forçosamente o rio da Prata”, “e outro tanto, na sua opinião, ocorreria com o Maranhão e o São Francisco”. Este aliás “era um ponto pacífico”, “já que ninguém o põe em dúvida”. “São as palavras mesmas” do “livro de Marcgrave”⁵⁸¹. Para Buarque de Holanda, o desenho – diferentemente dos mapas que levaram Jaime Cortesão a sugerir a ideia de uma Ilha Brasil – era nítido. Talvez porque ele resultasse, neste caso, das observações (e não de imagens) de Guilherme Glimmer, compatriota e referência importante para Laet, que viajou e residiu na capitania de São Vicente, e que o naturalista teve “a ideia benemérita de [as]

⁵⁷⁹ Idem, p. 110.

⁵⁸⁰ Ibidem, p. 110 e 111.

⁵⁸¹ Ibidem, p. 111.

reproduzir no texto”⁵⁸². O relato de Glimmer “até hoje representa o único documento conhecido sobre o percurso da bandeira confiada ao mando de André de Leão”; bandeira aliás patrocinada por D. Francisco de Sousa para a busca de pedras coradas no interior da América.

De modo que os percursos percorridos pelos desbravadores chamou bastante atenção de Sérgio Buarque, adquirindo importância elementar nos três capítulos de *Visão do paraíso*. É possível saber que eles remontam a um presente recebido por D. Francisco de Sousa “de certo brasileiro” (provavelmente durante uma viagem rumo à Paraupava): amostras de “uma pedra de cor tirante ao azul, de mistura com grãos dourados”. Ela fora submetida ao exame de especialistas, que logo admitiram seu alto valor simbólico e mercantil. A hipótese de Glimmer – endossada por *Visão do paraíso* – é que o presente explica seja a própria mudança do governador para São Paulo, seja a correlata propagação, por toda a capitania, daquela “teoria imaginária” de mitologia geográfica que alimentou a busca de tesouros ocultos do sertão. Com a propaganda do mito (sem a qual as entradas de André de Leão não teriam sido realizadas),

completa-se assim, na capitania sulina, a mitologia geográfica surgida desde os tempos iniciais da colonização, em torno da cobiça dos tesouros ocultos do sertão. Aquelas riquezas, que tanto empolgavam as imaginações, situavam-se, fora de dúvida, junto às nascentes do São Francisco, acessível também pelo caminho de São Paulo. Glimmer alude, efetivamente, a duas correntes de água, de diferentes volumes, que abrem caminho com dificuldade por entre [...] o sítio de onde se extraía a pedra mandada a d. Francisco, e refere à crença corrente de que ali se achariam as cabeceiras do rio⁵⁸³.

Sérgio Buarque, no caso, não hesita e tão pouco duvida que esta variação de Paraupava está, sim, presente nos documentos históricos. Se “deixa o autor [Gulliver] de tocar, ao menos nas partes transcritas de seu roteiro, na existência ou não da lagoa fantástica, [...] João de Laet não encontra dificuldade de admiti-la, no que se mostrava dócil às teorias de seu tempo”⁵⁸⁴. É possível dizer que havia um paralelismo entre, por um lado, a crença lusitana na junção entre o rio São Francisco com rios como o Prata, e por outro, “o misterioso Dourado de que tanto se falava nas possessões castelhanas do Pacífico e na Guiana”.⁵⁸⁵ É essa a direção na qual a literatura histórica sobre o paraíso terrestre é

⁵⁸² Ibidem, p. 111.

⁵⁸³ Ibidem, p. 112.

⁵⁸⁴ Ibidem, p. 112.

⁵⁸⁵ Ibidem, p. 114.

tratada. Aqui porém é enfatizada a grandeza continental do *esquema mitológico*, lembrando particularmente a comparação “tentada por alguns autores” entre o rio São Francisco e os rios citados nas sagradas escrituras, como o Nilo e o Giom (estes, segundo a vasta tradição literária medieval e da Renascença, teriam suas origens no próprio Éden)⁵⁸⁶.

É precisamente nestas tentativas que a miragem da lagoa de Paraubava acaba dando lugar a outro mirante de metais preciosos: a busca a um “outro Peru”. Neste caso, as rotas também incluíam os caminhos pelo sul, que têm seu ponto de partida sobretudo de São Paulo, São Vicente e Cananeia, rumo à porção sulina da América portuguesa (especialmente a parte compreendida pela faixa litorânea, pela qual é possível partir de Cananeia rumo a Santa Catarina). Buscava-se *chegar, por meio desta difusa zona litorânea, ao Peru por terra*. Sérgio Buarque, não por acaso, se refere aos “curiosos ‘Apontamentos’”, oferecidos por “um certo” Diogo Nunes a D. João III, rei de Portugal entre 1521 e 1557, que contém um modelo deste roteiro de expedição. A oferta, de teor dadivoso, ilustra um poderoso indício de continuidade entre as intenções *geopolíticas* da Coroa lusitana e os colonizadores portugueses⁵⁸⁷, que acaba por se confirmar, segundo *Visão do paraíso*, conforme a propagação de notícias acerca dos tesouros das cordilheiras. Estas informações, aliás, são fatores que levam à paulatina *retração da política ultramarina portuguesa fora do extremo oriente*: em 1541 ocorre a perda, em Marrocos, de Santa Cruz do Cabo de Gué, arrebatada pelos mouros. No mesmo ano, Safim é literalmente abandonada. Em 1550 os portugueses evacuam de Alcácer Ceguer e de Arzila, sendo que alguns meses antes a feitoria de Flandres é extinta. Até mesmo no extremo oriente é possível notar a mesma tendência, embora com intensidade menor. Os portos de Liampó e de Chincheu são desocupados, “com o que se tornará sumamente penosa a situação dos portugueses na China”.⁵⁸⁸ De modo que a busca desses tesouros no Peru traduz, enfim, uma perspectiva que busca aproximar o “Brasil lusitano e as

⁵⁸⁶ Desnecessário retomar novamente as sugestivas incursões de Sérgio Buarque sobre as concepções medievais e renascentistas de paraíso terrestre. Entretanto, não custa sublinhar o fato de que o autor, também neste caso, busca provar a comparação a partir da leitura de Cristóvão Colombo de Pedro Alíaco: “A convicção que se tinha desenvolvido com o cristianismo e ganhara crédito durante a Idade Média, de que o Nilo era um dos rios procedentes do paraíso terreal, forneceria, talvez, a chave de tamanho prodígio. Pedro Alíaco, o cosmógrafo e astrólogo que compendiou tantas opiniões, antigas e medievais acerca do mundo habitado ou não, em obra que foi notoriamente um dos livros de cabeceira de Cristóvão Colombo e, por intermédio dele e de outros, uma das fontes remotas de numerosos mitos da conquista da América, não partilha menos do que os autores gregos e romanos a admiração suscitada pelo crescimento das águas do Nilo nas ocasiões em que outras tendem ordinariamente a baixar e não raro a minguar até o desaparecimento”. Ibidem, p. 114.

⁵⁸⁷ Ibidem, p. 141.

⁵⁸⁸ Ibidem, p. 151.

partes de melhor proveito nas Índias de Castela”:

Fosse qual fosse o verdadeiro quinhão de Portugal no Novo Mundo, *um fato que se impunha fora de toda dúvida, e era a perfeita continuidade, de todos reconhecida, entre o Brasil lusitano e as partes de melhor proveito nas Índias de Castela, que com ele confinavam ao poente. Esta última consideração não era de pouca monta, sempre que se tratasse de decidir sobre a primazia em matérias de riquezas de toda sorte, e não apenas minerais, pois que uma opinião acreditada na época só poderia contribuir neste caso para dar-se a palma ao Brasil.* Propínquo ao opulento Peru e sob as mesmas latitudes, porém a leste, nele seriam encontrados, por força, os mesmos produtos que se davam naquela província castelhana, e do mesmo e melhor toque (grifo nosso)⁵⁸⁹.

Nesse contexto, os três capítulos apresentam uma reflexão de fôlego da comparação entre as Américas portuguesa e espanhola, ainda que as diferenças sejam estratégica e momentaneamente *suspensas*. O Brasil, no caso, agrega-se *geográfica e socialmente* ao opulento Peru. Num mapa de Arnoldus Florentinus do século XVI, “a fulva terra ‘peruviana’, que assim era colorida, chega a abarcar quase toda a América do Sul”. Apenas três manchas parecem representar os “vizinhos pobres”: Chile, Castilla del Oro, Brasília, “esta última um pouco destacada do conjunto pelos dois grandes rios que mamam da lagoa del Dorado para se confundirem nos desaguadouros do Amazonas do Prata”. No *Livro que dá razão do Estado do Brasil*, de 1612, a província de Santa Cruz resume-se “a parte oriental do Peru, povoada na costa do mar etiópico”. Em outro mapa de 1640, de autoria de Alonso Peres, “certamente português de nascimento” – como aliás Sérgio Buarque faz questão de insistir... – “o Brasil mal aparece ao lado do seu vizinho do Pacífico”⁵⁹⁰. Por essa razão, e à diferença de quando Sérgio Buarque contesta a tese da Ilha Brasil, a América portuguesa não chega a desaparecer dos mapas, mas neles sofre uma ligeira transformação: seus rios desaguam no Peru, fazendo com que este se transforme numa ilha agigantada. Nestes casos, São Paulo não raramente mistura-se ao resto do Brasil e à América espanhola.

Se até aqui percorremos a especificidade da *forma cultural* do imaginário bandeirante e lusitano acerca do paraíso terrestre, não foi por acaso: a questão do “outro Peru” paradoxalmente permite Sérgio Buarque explorar os elementos mais “realistas” e “pedestres” seja da colonização inaugurada pela capitania de São Paulo, seja nas demais partes da América portuguesa. A constatação de que os portugueses desistem, em parte,

⁵⁸⁹ Ibidem, p. 152.

⁵⁹⁰ Ibidem, p. 154.

de encontrar a mesma “riqueza celeste e mundana”, tal como localizada nas Índias de Castela, o leva a valorizar a opção pelo apresamento escravo de “peças” indígenas para as lavouras de São Paulo. Esta, por ser mais realista (e menos imaginária), mais localista (e menos continental), acaba fornecendo o tom da plausibilidade medieval, presente na atenuação do mito.

Afinal, quanto ao desejo em encontrar pedras coradas no litoral sul do Brasil, ao mesmo tempo “não se fizera grande coisa [...] para que a possibilidade se convertesse em realidade”. Um exemplo central, acolhido no capítulo “O ‘outro Peru’” consiste na expedição do minerador Bernardo da Fonseca Lobo, descobridor das jazidas de Morrinhos, em Goiás. Em 1723, quando lhe foi exibida uma pedra de diamante, o desbravador não deu devida atenção ao fato, mesmo sabendo que era diamante⁵⁹¹. Situado não por acaso logo no início do capítulo, o caso ajuda a inaugurar, no conjunto da obra, a discussão sobre o *apresamento* de índios e um subsequente desinteresse com relação à *mitologia* e o *comércio* da *mineração*. No texto e nas notas do capítulo não é possível angariar referências à documentação histórica do caso. Sérgio Buarque, porém, se refere a “As lavras e o fisco”, parte de “O diamante”, segundo capítulo de *As minas do Brasil e sua legislação*, de João Pandiá Calógeras. Na página em que ela é citada é possível ter acesso àquela *indiferença* de Fonseca Lobo, que, nas próprias palavras do sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, “não quis colaborar [na procura das minas], tomando simples cristas desvaliosos o que era ótimo diamante”⁵⁹². *As minas do Brasil*, como se viu, apesar de resultar de uma relatoria técnica, é uma das

⁵⁹¹ Ibidem, p. 123.

⁵⁹² João Pandiá Calógeras. *As minas do Brasil e sua legislação*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1904-1905, p. 272. O caso, contado por Pandiá Calógeras: “D’ahi em diante, multiplicaram-se os achados de pedrinhas semelhantes. Cita Martino de Mendonça os nomes de Nicoláo Gonçalves Fiusa e Manoel Nogueira Passos, entre os descobridores. O primeiro, indo ao Tijuco ouvir missa, levou alguns cristas e mostrou-os a um padre italiano, Eloy de Torres, e a um antigo ourives, Felipe de Santiago, que lhes experimentou a dureza e, vendo que riscavam o próprio aço, suspeitou serem diamantes. Em vista desse resultado ajuntou Santiago alguns exemplares da gemma e levou-os a Bahia, onde os vendeu por oito mil cruzados, procurando convencer a Domingos Álvares Amarello para formarem uma sociedade exploradora, da qual augurava grandes lucros. Pelo mesmo Felipe mandou Nogueira Passos um bom diamante para Nossa Senhora da Conceição, na Matriz de Santo Antonio além do Carmo, na Bahia. Taes notícias moveram ao ouvidor do Serro do Frio Antonio Rodrigues Banha, já avisado por Fonseca Lobo, a colecionar as pedrinhas, sem entretanto conhecer-lhes o valor de modo seguro, como provam os termos de seu testamento, em que diz possuir umas sessenta amostras, de cuja classificação duvida. Procurou saber se eram pedras finas, e remetteo algumas para Lisboa, a vários indivíduos; a um Manoel Pereira, de quem obteve resposta motejadora, e a André Lopes de Favre, que lhe disse outro tanto. Apesar disso, conservou as que já possuía e procurou haver mais, perseguindo a Lobo, porque este não quis colaborar na fraude do ouvidor, tomando como simples cristas desvaliosos o que era ótimo diamante” (p. 272). Na oitava nota do capítulo “O ‘outro Peru’”, de *Visão do paraíso*, se lê: “João Pandiá Calógeras. *As minas do Brasil*, I, p. 272”. Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 484. A edição citada por Sérgio Buarque no caso é a mesma de nosso trabalho.

primeiras obras a sugerir uma investigação conjugada entre o apresamento indígena pelos habitantes de São Paulo e a pesquisa mineral. E assim, a designar expedições de apresamento de *peças* – termo que, enfim, será reencontrado aos montes em *Visão do paraíso*, que o utiliza de modo similar⁵⁹³.

Pandiá Calógeras, portanto, auxilia a conceitualização do apresamento indígena em *Visão do paraíso*, ainda que esse auxílio seja portador de *demarcações intelectuais ambíguas*: o autor de *As minas do Brasil e sua legislação* não é propriamente um porta-voz de visões historiográficas que buscam refutar a exaltação mítica e histórica do bandeirante, como vamos insistindo. Sérgio Buarque parece levar em conta a noção proposta pelo intelectual e político mineiro quando a reutiliza, inclusive, para compor o título de “Peças e pedras”, isto é, naquele que talvez seja o capítulo mais voltado aos estudos sobre o bandeirismo. E ao mesmo tempo, escolhe o episódio da (sempre relativa) indiferença de Bernardo da Fonseca Lobo aos diamantes, preservando certa distância do otimismo com relação à extração das lavras que o arranjo teórico-metodológico de Calógeras pode ostentar. Em *Visão do paraíso*, o caso faz parte de um *tipo* de argumento que invariavelmente culmina nos apresamentos indígenas. “A verdade”, assevera Sérgio Buarque três parágrafos após se referir ao livro *As minas do Brasil*, “é que” se “esse fascínio despertado pelas esmeraldas também descansaria, por sua vez, numa tradição imemorial [...] preserva-se em geral nos mitos da conquista da América, onde serve para alimentar a ambição profana dos colonizadores e aventureiros”⁵⁹⁴.

Outro caso de ambiguidade consiste na incorporação do artigo “Espinoza e Aspicuelta Navarro”, de Basílio de Magalhães: em 1534, o desbravador Francisco Bruza de Espinoza y Megero e o religioso Aspicuelta Navarro lideram uma expedição emblemática que, para o historiador mineiro, estava a serviço da Coroa portuguesa e mirava pedras douradas do rio São Francisco. Sérgio Buarque se refere ao empreendimento de duas formas: para reiterar a busca de “outro Peru”, mencionando que “do mesmo Espinoza consta positivamente, ao que pôde apurar Basílio de Magalhães, ter estado no Peru e ser bom conhecedor das minas daquela conquista”⁵⁹⁵. Nosso autor ainda lembra o aspecto modelar da expedição de Espinosa, “um trajeto que seria frequentemente utilizado no século seguinte pelas bandeiras paulistas”. Ao mesmo

⁵⁹³ Ver o já citado João Pandiá Calógeras. *As minas do Brasil e sua legislação*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1904; e Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 123.

⁵⁹⁴ Sérgio Buarque de Holanda. *Idem*, p. 124.

⁵⁹⁵ *Ibidem*, p. 92.

tempo, Magalhães é mobilizado para enfatizar o desejo de tais desbravadores na captura de índios, não de metais preciosos: “É de crer” que “as expedições realizadas a esse tempo e depois na capitania sulina [...] visaram menos à busca de ouro, prata e pedras coradas, do que a captura do gentio para as lavouras naquela e em outras regiões”⁵⁹⁶.

A essa altura o texto de *Visão do paraíso* muda de maneira abrupta. Dessa vez, se volta às expedições do mameluco Antonio Dias Adorno, neto de Caramurú, que adentrou o interior da América portuguesa pelo rio Caravelas, na Bahia. Junto a ele estavam quatrocentos índios e uma tropa de 150 brancos e mestiços. No meio da jornada foram vistas esmeraldas e safiras “de tamanho desacostumado e grande peso”. Delas, porém, nada levaram: “sua principal colheita foi de índios apresados”. Sérgio Buarque fica um pouco descontente com Gabriel Soares de Sousa, que para ele “a esse respeito é omissa [...] em cujas propriedades foram ter afinal esses homens”. Frei Vicente do Salvador foi mais preciso, pois “chegará a pretender que subiu a 7 mil o número de índios tupinaéns que levou de volta o mameluco baiano. De onde o concluir ele que os homens não tinham saído a caçar pedras, senão peças” (grifo nosso)⁵⁹⁷.

A expedição de Antonio Dias Adorno é exemplo privilegiado do enfraquecimento das entradas na América em busca de riquezas minerais. À paisagem das míticas miragens soma-se, em primeiro lugar, a destruição de índios em sua maioria do tronco tupi-guarani, “índios domésticos da costa”: “a interrupção que sofreu, depois da entrada do Adorno, o movimento de penetração [...] prende-se, por sua vez, a causas que pouco tem a ver com algum desalento nas buscas nas minas”. Afinal, “relaciona-se, antes, à destruição crescente dos índios domésticos da costa, ora devida às enfermidades, ora aos maus-tratos que lhes infligiam os moradores, fazendo com que aos poucos ficassem desguarnecidos os estabelecimentos dos portugueses”. Após a “destruição de índios” considerados “mansos” pelos colonizadores, estes afrontam os aimorés (os famosos botocudos). Eram então percebidos como “gentio intratável e feroz, que, já não podendo ser contido em seus matos, infesta cada vez mais as povoações da capitania, até que, achando quase desimpedido o caminho, se assenhoreia das bocas dos rios”⁵⁹⁸.

Sérgio Buarque faz uso parecido do artigo “Roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas”, de Orville Adalbert Derby, e da obra *Na capitania de São Vicente*, de Washington Luís. Citadas conjuntamente, auxiliam à reflexão sobre a entrada de

⁵⁹⁶ Ibidem, p. 93.

⁵⁹⁷ Ibidem, p. 95.

⁵⁹⁸ Ibidem, p. 97.

Nicolau Barreto, de 1602, sobretudo a discussão historiográfica suscitada por ela: Derby, a princípio, a teria tratado como a mesma entrada de André de Leão, ocorrida um ano antes (e discutida anteriormente), e depois revisto suas posições, percebendo-as como iniciativas distintas. Este ponto de vista, endossado posteriormente na publicação citada de Washington Luís, é abraçado sem ressalvas no capítulo “Peças e pedras”, que se baseia em Derby (e, por conta dele, em Washington Luís), para discuti-la na obra: “sobre a bandeira de Nicolau Barreto, de 1602, as razões que levaram Orville Derby a dirigir seu itinerário para a região do rio das Velhas, do São Francisco e do Paracatu, tendem novamente a impor-se graças à publicação de documentos ignorados”.⁵⁹⁹ Por outro lado, Sérgio Buarque interpreta às expedições de Nicolau Barreto para corroborar a sua própria. Na perspectiva de *Visão do paraíso*, a motivação e o destino dessas expedições residem, sobretudo, no isolamento de São Paulo do resto da colônia. Por mais que tenham ganhado motivação e proteção de D. Francisco de Sousa, não poderiam exemplificar qualquer sentimento ufanista vindo da busca de metais preciosos. Junto à preferência pela busca de índios domesticados dos rios Guairá e Itatim para lavouras paulistas – rios que não raramente forneceram o palco à hipótese geopolítica associada à mitologia da Ilha Brasil –, Sérgio Buarque ressalta o temor que acompanharia a imaginação destes intrêmulos personagens: sujeitar-se à Coroa portuguesa, cada vez mais interessada no monopólio régio de metais preciosos.

Os desentendimentos entre D. Francisco de Sousa e os habitantes de São Paulo são assim percorridos. Pois com o tempo, “a mobilização da gente do planalto visando à captura de fantásticas riquezas para a Coroa constitui, sem dúvida, uma ameaça à vida livre e sem sujeição de quem se tinha habituado, de longa data, a tamanha soltura”.⁶⁰⁰ Os conflitos se faziam presentes em setores específicos da sociedade paulistana da época, a exemplo do levante de lavradores paulistas contra a medida imposta pelo governador em “forçar o plantio ali de trigais e videiras”. Ora, “os lavradores só

⁵⁹⁹ Sérgio Buarque, em uma nota do capítulo, afirma que a questão foi inclusive discutida entre ele e Afonso Arinos de Mello Franco, que não acatava as conclusões de Derby: “A imprecisão dos dados, sobretudo topográficos, de que se pôde valer Derby, quando mostrou [originalmente, antes de se rever] como as duas entradas devem ter seguido aproximadamente o mesmo itinerário, fez com que alguns dos nossos historiadores mais autorizados se vissem tentados a impugnar essa aproximação. A pedido do sr. Afonso Arinos de Mello Franco, interessado em determinar quais as primeiras levas que atingiram a área de Paracatu, tive oportunidade de redigir, em 1942, uma resenha da entrada de Barreto, *procurando mostrar a procedência das alegações de Derby*. Serviu-se desse trabalho expressamente o sr. Afonso Arinos em estudo que, sob o título “Paracatu do príncipe”, se imprimiu no *Anuário do Museu Imperial* [...] mais tarde reproduzido em seu livro *Um estadista na República* [...]. O ponto de vista em que se colocava Orville Derby é retomado ainda por Washington Luís em *Na capitania de São Vicente*, São Paulo, 1956” (grifo nosso). Ibidem, p. 483.

⁶⁰⁰ Ibidem, p. 104.

queriam cultivar o que bem lhes aprouvesse”. Por isso, em maio de 1610, a medida foi extinta junto às iniciativas de importar bacelos de vinha e sementes de trigo “de modo que a ninguém ficasse depois com a obrigação de as cultivar”.⁶⁰¹ De todo modo, o fato mais importante corresponde ao receio entre essa mesma gente do descobrimento e conquista das minas, “tão apetecidas de d. Francisco”: adentrá-las implicaria ter que receber, em São Paulo, a visita de governadores e vice-reis, instalar presídios para maior segurança, multiplicar tributos e, talvez, deixar de ir ao sertão, quando não ter confiscadas as suas “peças” para serem realocadas no serviço das minas⁶⁰². De modo que, nestes capítulos de *Visão do paraíso*, o interesse por serras douradas, segundo Sérgio Buarque, apresentaram enorme diminuição “não só nas proximidades da vila de São Paulo, mas também em sítios apartados, como aqueles – porventura na própria região do São Francisco – de onde Brás Cubas e Luís Martins tinham tirado ouro já nos anos de 1560 e 1561, por sua morte vieram elas a fenecer”.⁶⁰³

Nesse contexto, Sérgio Buarque recorre aos *Manuscritos da coleção De Angelis*, organizados por Jaime Cortesão e Hélio Vianna⁶⁰⁴. Mencionada, entre outros, no capítulo “Um mito luso-brasileiro”⁶⁰⁵, nele a publicação assume papel parecido àquele que os historiadores do IHGSP ocupam no estudo comparado. A partir dela os episódios que marcaram a “lenda negra”, segundo a qual os moradores de São Paulo seriam “cruéis assassinos” de índios e de padres, são elevados no capítulo ao primeiro plano da análise⁶⁰⁶. A questão é discutida pela lenda que associa os cristãos da Índia à pregação de São Tomé, citada na “Carta anual do P. Nicolas Mastrillo Duran”, de 1628, presente nos *Manuscritos*. No caso, a lenda se converte no argumento sobre a plausibilidade da atenuação do mito de São Tomé (podendo ser incluso nas motivações edênicas que levaram os colonizadores portugueses em busca do “Outro Peru”). De modo que, se a

⁶⁰¹ Ibidem, p. 105.

⁶⁰² Ibidem, p. 106.

⁶⁰³ Ibidem, p. 106.

⁶⁰⁴ Jaime Cortesão; Hélio Vianna (orgs.). *Manuscritos da Coleção De Angelis*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1951-1970.

⁶⁰⁵ Ver por exemplo a nota 38 do mesmo, na qual se lê: “‘Carta anual do P. Nicolas Mastrillo Durán. Cordova, 12 de novembro de 1628’, *Jesuítas e bandeirantes no Guairá*, págs. 233 e segs.”. Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 492.

⁶⁰⁶ Em “A lenda negra”, artigo de 1952 dedicado à avaliação destes *Manuscritos*, Sérgio Buarque reconhece a importância destas fontes para melhor compreender a controvérsia. Ver Sérgio Buarque de Holanda “A lenda negra”. In Marcos Costa (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos*. São Paulo, Unesp/Fundação Perseu Abramo, 2011 (originalmente publicado em *Diário carioca*. 06.04.1952). Sobre a questão da “Lenda negra”, ver: Raquel Glezer. *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo*. São Paulo, Alameda, 2007; Adriana Romero. *Paulistas e emboabas no coração das minas*. Belo Horizonte, UFMG, 2008; e Laura de Mello e Souza. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006. Principalmente o capítulo “São Paulo dos vícios e das virtudes”.

figura do apóstolo de início representou a expectativa das próprias possibilidades paradisíacas na porção lusitana na América, com o passar do tempo tanto religiosos como leigos o utilizam como estratégia à escravização de populações indígenas.

Para entender o argumento e o uso da carta pelo autor cabe explicar o mito. Trata-se de mais um tema que acompanha a imaginação historiográfica de Sérgio Buarque acerca de São Paulo colonial⁶⁰⁷. Sobre ele o autor diria que “pode-se, quando muito, apontar um mito da conquista cuja difusão no continente esteve a cargo de portugueses e, em contraste com os demais, foi do Brasil que se expandiu para o Paraguai, o Peru e o Prata”⁶⁰⁸. Se dele já há notícias nos escritos do historiador cristão de Gregório de Tours (538 a 594), a fama daquelas comunidades cristãs do Oriente, os “cristãos de São Tomé”, como então se chamavam, chegou à própria Inglaterra “no ano de 883”. Na Alemanha estava presente por volta de 1150, por intermédio de Henrique de Morungen, o *Minnesinger*, que nesta época visitou a cidade de São Tomé, na Índia, e trouxe com ele algumas relíquias do apóstolo. Assim, estas se encontrariam ainda, em 1899, no mosteiro de Leipzig. Entre os portugueses quinhentistas, a lenda da pregação de São Tomé da Índia não era nenhuma novidade, pois já havia sido divulgada e canonizada em numerosas relações medievais do Oriente, como as de Marco Polo e Montercovino, sem contar a famosa carta de Preste João⁶⁰⁹. De modo que em 1516 já era possível “avistá-lo” pela costa do Brasil, pois o colono português, de forma geral, o identificava a partir de pegadas estampadas pelas primeiras rotas de colonização.

Conforme o capítulo “Um mito luso-brasileiro” avança, as pegadas de São Tomé ficam cada vez mais visíveis ao leitor, podendo mesmo ser encontradas aos montes no interior da América portuguesa. Isso se deve em grande parte a uma tranquila aceitação da “hagiografia do São Tomé brasileiro” entre os índios situados no território colonial (preferencialmente, os tupi-guarani), para os quais o apóstolo corresponde a um herói

⁶⁰⁷ Em Sérgio Buarque de Holanda. “Pré-história das bandeiras III: de São Vicente a Assunção”. In Marcos Costa (org.). Idem. (originalmente publicado em *O Estado de São Paulo*. 10.06.1944), p. 477, por exemplo, o autor salienta, a partir de observações de Barão do Rio Branco sobre os trajetos realizados pelo explorador espanhol Cabeza de Vaca, que “o caminho de São Tomé” foi um dos preferidos por índios e bandeirantes: “É interessante notar que o caminho estabelecido pelo barão do Rio Branco para a viagem de Cabeza de Vaca concorda, em quase todo o seu percurso a oeste do rio Tibagi, no atual Estado do Paraná, com um ‘Caminho das Bandeiras’ que vem traçado no mapa de Antonio Reiz Montezinhos, elaborado nos anos de 1791 e 1792. Tudo indica assim que o famoso Peabiru, o caminho de São Tomé dos jesuítas castelhanos, tenha sido o preferido dos viajantes, desde antes da conquista europeia até a Era das Bandeiras”. É possível encontrar, no acervo pessoal do autor, até mesmo uma “Anotação lacônica sobre o caminho de São Tomé” (um rascunho de Sérgio Buarque do percurso histórico associado ao mito que agora passaremos a analisar). In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Pi 1383 P57.

⁶⁰⁸ Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 172.

⁶⁰⁹ Idem, p. 173.

ancestral civilizador. “Coincidências deveras impressionantes”, alerta Sérgio Buarque: o que para o colonizador seria o caminho do apóstolo, para os índios seria o caminho de Peabiru. O trajeto em grande parte coincidia com a rota costeira que ligava a capitania de São Paulo ao Paraguai, nas vizinhanças de Assunção, frequentada pelas célebres expedições de Aleixo Garcia, Pero Lobo, Cabeza de Vaca “e tantos aventureiros castelhanos e lusitanos durante os dois primeiros séculos da conquista”.⁶¹⁰

A noção de *Peabiru* é acolhida por missionários e catequizadores nas duas Américas para reforçar os projetos de conversão de índios tupis á cristandade. É nomeado Sumé (América portuguesa) e “Pay Tumé” (América espanhola), dois nomes que designam tanto o santo (nos termos cristãos), ou herói (nos termos ameríndios). Era ouvido com frequência em aldeias e missões em “horas de aflição”. Com relação às possessões castelhanas, o frade agostiniano Alonso Ramos, por exemplo, amparado por notícias de um “índio velho”, relata que certa vez os nativos chegaram a amarrar o santo “por instigação do demônio”. No mesmo instante, algumas aves baixaram no local e o desataram. Livre da prisão “estendeu ele seu precioso manto sobre a lagoa vizinha, que tem oitenta léguas de circuito, navegou por ela e, passando em seguida num juncal, deixou num lugar uma senda que não mais desapareceu, e era tida em veneração entre toda gente”.⁶¹¹

O relato do padre Manuel da Nóbrega, além de complementar ao de Alonso Ramos, esclarece outros elementos do projeto evangelizador. Quanto à perspectiva ameríndia, são Tomé era alguém esperado porque, quando parte para a Índia, promete voltar. Esta crença era tão grande que chega a alastrar-se para o sul do Brasil e para o Paraguai, onde alguns padres jesuítas, como Mazeta e Cataldino, a usaram como forma de anúncio de seus apostolados. A estes um cacique local chegou a comunicar que “Pay Zomé” havia comunicado aos seus antepassados o dia em que voltaria às aldeias de seu

⁶¹⁰ Quanto aos caminhos de Peabiru, o autor também se concentra na literatura antropológica, que aqui não é discutida. De todo modo, pode ser consultada em Mariana Françoze. *Um outro olhar: a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Campinas, Programa de Mestrado em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Dissertação de Mestrado), 2004. De forma geral, Sérgio Buarque estava atento aos estudos de aculturação que então predominavam na produção antropológica brasileira na década de 1950. A saber: Alfred Métraux. *Migrations historiques des Tupi-Guarani*, Paris, 1927 e _____. *La civilization matérielle des Tribus Tupi-Guarani*. Paris, 1928. Curt Nimuendajú. *As Lendas de criação e destruição do mundo como fundamento da religião dos Apapocuva-Guarani*. São Paulo, FFCL, 1964. Sobre a bibliografia Tupi-Guarani (mais que os outros povos indígenas no Brasil, os verdadeiros autores do caminho de Peabiru), ver: Eduardo Viveiros de Castro. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro, Zahar, Anpocs, 1986; e Renato Sztutman. *O profeta e o principal: a ação política ameríndia e seus personagens*. São Paulo, Edusp, 2012.

⁶¹¹ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 194.

povo por intermédio de “certos homens que levariam a cruz diante de si”. Mais tarde, explica Sérgio Buarque, “o mesmo padre Cassadino pudera averiguar pessoalmente, no Pirapó, como em várias regiões do Guairá se conservara bastante viva a recordação de são Tomé”⁶¹².

Mas não convém aqui esmiuçar o processo de conversão. Interessa notar que, num primeiro momento, Sérgio Buarque busca reforçar este plausível quadro paradisíaco no rio Guairá presente nos *Manuscritos*. O documento trata de uma contundente prestação de contas sobre as reduções inacianas, em parte nestas mesmas regiões. Duran admite que a princípio certos grupos indígenas não deram muita importância ao retorno de são Tomé, mas com o tempo, à medida que a crença “era propalada através de diferentes nações” [...] “de maneira alguma, diz, pode haver suspeita quanto ao fato de ter sido feita aquela predição aos naturais do lugar”⁶¹³. Os padres cumpriam o papel de sucessores diretos do santo, e com isso cuidariam de “juntar os índios esparsos e povoações grandes, onde viveriam em ordem e polícia cristã, amando-se uns aos outros e tendo cada qual uma só mulher”. O próprio Duran era evidentemente um desses padres⁶¹⁴. De modo que o uso da “Carta” em *Visão do paraíso* consagra, pois, a imagem *formal* e *esquemática* do encontro de duas declaradas concepções de paraíso: a ameríndia, para a qual muito provavelmente aquelas grandes povoações carregassem algo de uma “terra sem males”, isto é, um lugar no qual se busca alcançar, pelo caminho de Peabiru, o paraíso indígena, ascendendo para uma terra de imortalidade e ócio, para escapar à iminência de uma catástrofe por vir⁶¹⁵; e a da missionação, adepta às variantes católicas do mito paradisíaco, exploradas e atualizadas pela lenda da pregação de são Tomé. Por essa razão, Sérgio Buarque acaba fazendo uma leitura menos crítica não só do bandeirismo e, de quebra, do processo de colonização da América portuguesa, mas das próprias teses de Jaime Cortesão. É esse o ponto.

⁶¹² Idem, p. 196.

⁶¹³ Ibidem, p. 197.

⁶¹⁴ Jaime Cortesão; Hélio Vianna (orgs.). *Manuscritos da Coleção De Angelis*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1951-1970, p. 233 e 234.

⁶¹⁵ No capítulo “As atenuações plausíveis”, Sérgio Buarque afirma que “os apapocuvás representavam seu Paraíso Terreal como um sítio onde ninguém morre e onde todos encontram de sobra os mais deliciosos manjares. O nome que em sua língua dão a esse lugar é ‘yuy marã y’, e isso significa literalmente ‘terra sem mal’. Nele se encontraria a casa de Ñandevurusu, o criador do mundo. Não havia acordo sobre o sítio exato desse eldorado ou sobre os meios de se chegar a ele. Imaginavam-no alguns no céu, pretendendo que, para alcançá-lo, deveriam os índios tornar tão leve o próprio corpo como se pudessem voar: com esse fito recomendavam determinadas danças, além de rigoroso jejum. Outros cuidavam que a casa de Ñandevurusu ficava, ao contrário, no meio da Terra: ali se viam, entre outras coisas prodigiosas, aqueles pés de milho que crescem e ganham breves instantes, sem necessidade de intervenção do trabalho dos homens. A maior parte acreditava, porém, que se deveria buscar o Paraíso de preferência nas bandas do Oriente, para lá do mar grande”. Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 216.

Por outro lado, nosso autor percorre a movência das narrativas de são Tomé, de modo a distanciar-se um pouco de um *esquema* que ele mesmo cunhou para o capítulo “Um mito luso-brasileiro”: a de um mito trazido à América pelos portugueses, afeito a congregar diferentes sociabilidades utópicas. Se, como afirma *Visão do paraíso*, são Tomé foi usado para a conversão de um herói ancestral tupi-guarani no apóstolo de Jesus, este processo não foi inteiramente *pacífico*, tão pouco *pacificador*. O personagem é igualmente manipulado por colonizadores portugueses (religiosos e leigos) para atrair, agregar, e, em seguida, apresar as populações contatadas por eles. Tratava-se do apelo à larga conceitualização e à prática de “guerra justa” para a escravização dos índios americanos. Inclusive, como Sérgio Buarque faz questão de explicar, daqueles que teriam conhecimento e aceitação do Evangelho e particularmente de são Tomé.

Ora, enquanto a Igreja se via impelida a uma ampla revisão de suas antigas posições, buscando renovar a própria estrutura ideológica de acordo com a imagem de um mundo que se começava, pela primeira vez, a descortinar, a simples tentativa de identificação de um herói mítico ancestral dos índios do Brasil com o apóstolo das Índias deveria simplificar as dúvidas, fornecendo uma solução correta e “histórica” para o problema. Solução coincidente, aliás, com as teses a que permaneciam fiéis muitos dos mais ilustres teólogos da Contrarreforma, como Belarmino, ainda aferrados à ideia da universal pregação dos apóstolos, que teria chegado às remotíssimas ilhas do Mar Oceano onde, perdida mais tarde a lembrança dela, ia sendo avivada pelos novos apóstolos.

Por outro lado, o próprio resgate e escravidão dos índios americanos, assim como dos negros africanos, que os portugueses, mesmo os jesuítas portugueses, foram naturalmente menos solícitos em combater com razões teológicas do que numerosos autores castelhanos, a começar por Vitória e Las Casas, poderiam ser praticados, nessas condições, sem excessivo escrúpulo. Pois uma vez admitida a pregação universal do Evangelho, tenderam por força a alargar-se as possibilidades de guerra justa contra alguns povos primitivos, equiparados, agora, não a simples gentios, ignorantes da verdade revelada, mas aos apóstatas⁶¹⁶ (grifo nosso).

Esta *distinção* entre, por um lado, a inescrupulosa escravidão indígena pela colonização portuguesa, e por outro, as razões teológicas que levariam ao seu impedimento nas possessões castelhanas é desenvolvido com mais precisão nas partes finais do capítulo “non ibi aestus”. E nos parece bastante apropriado considerá-lo, enfim, como um contundente reparo àquela imagem *formal e esquemática* do encontro

⁶¹⁶ Idem, p. 201.

de duas declaradas concepções de paraíso, ainda que elas não se encontrem nos capítulos propriamente voltados ao bandeirismo.

Em “non ibi aestus”, Sérgio Buarque nos diz que,

característico desse realismo sóbrio e desenganado que parece predominar entre os mesmos autores com relação aos remotos senhorios da Coroa lusitana e particularmente ao Brasil é o seu papel apagado no desenvolvimento da tendência que se alastra aos poucos no Velho Mundo com um Las Casas [...] mas que já se manifestara nos escritos de Pedro Mártir de Anguier, se não do próprio Colombo, para a idealização do índio americano”⁶¹⁷.

Nos termos de “non ibi aestus”, a “apologia ao primitivismo” foi de maneira predominante uma “estrutura de sentimentos” comumente ligada ao imaginário paradisíaco e, desse modo, a roupagens declamatórias e ufanistas. No Brasil, a idealização dos habitantes originais da América portuguesa se dá em “tímidas cores”. O que prevalece nos “pareceres” dos primeiros religiosos ambientados nesta parte da colônia conforma-se à insistente descrição de defeitos, e como corrigi-los: para Nóbrega, por exemplo, a consciência destes índios equivale a um “papel branco” em que é possível e mesmo desejável escrever à vontade⁶¹⁸. Para Sérgio Buarque, de todo modo, a noção de “papel branco” é somente a ponta de um juízo, a rigor, compartilhado entre os primeiros jesuítas que vieram ao Brasil, resumido nas palavras do irmão Mateus Nogueira, um dos interlocutores do *Diálogo sobre a conversão do gentio*, também composto por Nóbrega. “É para ele”, explica, “que os mesmos índios ‘são cães em se comerem e matarem, e são porcos nos vícios e na maneira de se tratarem’”. Logo, “esta deve ser a razão porque alguns Padres que do Reino vieram, os vejo resfriados, porque vinhão cuidando de converter a todo o Brasil em huma hora, e vem-se que não podem converter hum em hum ano por sua rudeza e bestialidade”⁶¹⁹.

Este ligeiro consenso torna possível compreender porque, para os portugueses, os decretos contemporâneos sobre a liberdade dos índios, que serão mais bem discutidos adiante, os incomodavam tanto: eles poderiam ferir seus interesses, segundo os quais a legitimidade da escravidão dos índios, *grosso modo*, é uma tranquila extensão e variante da escravização africana. Por essa razão, nos termos de outro jesuíta, José de Anchieta, expressos numa carta de 1563, a sujeição, e não propriamente a conversão, era a única

⁶¹⁷ Ibidem, p. 435.

⁶¹⁸ Ibidem, p. 436.

⁶¹⁹ Ibidem, p. 437.

saída para as populações ameríndias: “para esse gênero de gentes não há melhor pregação do que espada e vara de ferro, na qual mais do que em nenhuma outra é necessário o *compele e os intrare*”.⁶²⁰ Em outra carta de 1555, o religioso se compara a um veterinário que busca “curar” as “doenças” de tais populações, que para ele não eram poucas: “deitar imprastos, alevantar espinhelas, e outros ofícios de albeitar, que eram necessários para aqueles cavalos, isto é, aos índios”⁶²¹. Assim, estaria construída a ideia de que tais populações eram, a princípio, animais, e como tais não poderiam contribuir para o gênero humano.

Em grande parte contrária é a condição jurídica dos índios da América espanhola, na qual, aos poucos, desabrocham as teorias da humanidade dos índios, particularmente as da “bondade natural” e do mito do “nobre e bom selvagem”. A começar pelo trabalho de Frade dominicano Bartolomeu de Las Casas, eleito em 1537 como bispo de Chiapa pela Santa Sé quando esta havia proibido, sob pena de excomunhão, que se prejudique a liberdade dos povos indígenas. Como salienta Laura de Mello e Souza, Las Casas, como responsável por uma transformação radical sobre a percepção europeia acerca do Novo Mundo, posto que seus objetivos, um tanto pioneiros até então, residiam em proteger os índios dos sofrimentos a que a conquista os sujeitara, “representou o ápice de uma polêmica que vinha se desenrolando na Espanha desde 1492 acerca da discussão sobre a justiça e a ocupação europeia das Américas”. A finalidade maior do debate “acabou sendo a reflexão sobre a natureza dos índios, apesar de tal preocupação ter se inserido numa tentativa mais ampla de explicação geral do mundo natural e dos seres animados e inanimados nele existentes”⁶²². “Em Las Casas”, explica Sérgio Buarque, “a ação estriba-se em grau apreciável numa apologia ou mesmo num panegírico aos índios e, ao menos em parte, dos índios antilhanos, que se aproximavam em muitos aspectos dos brasileiros e não seriam talvez melhores, nem piores, do que estes”. O historiador reconhece que a diligência do frade não foi, por assim dizer, rigorosamente respeitada, ao lembrar a sua estadia em Roma, onde já se encontrava quase sem forças “para impedir que prosseguisse sob o seu pontificado, e continuaria depois dele, o vergonhoso tráfico e cativeiro de infieis”⁶²³.

De todo modo, a questão central, segundo o autor, reside em uma diferença prática

⁶²⁰ Ibidem, p. 442.

⁶²¹ Ibidem, p. 442.

⁶²² Laura de Mello e Souza. “Os Novos Mundos e o Velho Mundo: confrontos e inter-relações”. In Maria Ligia Coelho Prado e Diana Gonçalves Vidal (orgs.). *À margem dos 500 anos: reflexões irreverentes*. São Paulo, Edusp, 2002, p. 162.

⁶²³ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 438.

entre as duas Américas: ao contrário dos jesuítas instalados no Brasil, Las Casas espelharia a preocupação com a produção teórica sobre os índios, em conformidade com as tendências antiescravistas do direito internacional. Procurando demonstrar que as comunidades nativas, anteriores à presença europeia, cumpriam os verdadeiros requisitos para a comunidade civil, o frade dominicano escreve, entre outros, o *Apologética Histórica*. Como nota Antony Pagden, em *La caída del hombre natural*, nele são cotejadas algumas preocupações que caminham nessa direção, a exemplo do esboço de uma *classificação* satisfatória dos índios, bem como de explicações para seu comportamento. Pagden ainda lembra que, para Las Casas, sendo humanas, todas as comunidades nativas poderiam chegar ao estado de felicidade com uma preparação para a chegada do evangelho⁶²⁴.

Tais discrepâncias jurídicas, presente em “non ibi aestus”, espelham uma correlata diferença entre as percepções nas duas Américas sobre o mito de são Tomé, demonstradas no capítulo “Um mito luso-brasileiro”. Por conta delas, em suma, é que, neste capítulo, o apóstolo de Cristo, ao passar do Brasil para as possessões castelhanas, perde de maneira paulatina sua parca qualidade escravista para *enriquecer-se* em detalhes, segundo Sérgio Buarque: há uma versão de são Tomé na qual ele se transforma em engenheiro (um construtor de caminhos), e instala-se na Bahia, nas primeiras décadas do século XVI. Nóbrega registra com atenção a transposição do apóstolo, inclusive a sua fuga deste lugar em razão da resistência dos índios instalados na capitania. “E vi com os próprios olhos”, assevera o religioso, para quem o personagem mitológico havia deixado o lugar com quatro pisadas, bem nítidas, no exato momento da fuga. De modo que “chegando ali se lhe abriu o rio, e passara por meio dele, sem se molhar, à outra parte. E dali foi para a Índia”. Se ele desaparece no Brasil em direção a sua terra natal, nada impede de ser visto ao mesmo tempo no Paraguai, de onde se dirige muitas vezes quando é defrontado no Brasil, e no Peru, onde chega a partir do Paraguai. Se nas possessões lusitanas ele aparece descalço, ao ausentar-se delas, ganha da imaginação local um par de sandálias, e segue calçado para os outros lugares da América espanhola: “ao entrar no Paraguai, ele calça sandálias, a julgar pelas pegadas impressas na penedia vizinha a Assunção, mencionada por Lourenço de Mendoza e Antonio Ruiz. Ao chegar ao Peru, já o encontram os índios usando uns

⁶²⁴ Antony Pagden. *La caída del hombre natural: el indio americano y los orígenes de la etnología comparativa*. Madri, Alianza Editorial, 1988. Veja o quinto capítulo do livro de Pagden, no qual levanta uma importante discussão sobre Las Casas.

sapatos semelhantes a sandálias, mas de três solas”⁶²⁵.

Para além do detalhe do solado, é possível afirmar que as versões mais ricas do mito são precisamente aquelas nas quais São Tomé está longe do Brasil e, portanto, do imaginário escravista. Por fim, no Peru, longe das acusações de exploração do trabalho forçado, “além das sandálias ou sapatos de tríplice sola, compreendia a indumentária de São Tomé peruano, segundo variados testemunhos, uma única túnica feita não se sabe se de algodão ou lã, ao parecer inconsútil e de cor tirante à do girassol”. O padre Nicolas de Techo, com efeito, chega a descrever uma cruz, também no Peru (mais precisamente, numa aldeia de “neófitos” situada nas imediações lago de Titicaca), associada à lembrança do apóstolo. Ela foi procurada pelas margens do lago, onde a tradição oral dizia que ela estava enterrada. Quando descoberta por espanhóis, foi bastante venerada por eles, por crioulos e índios, em razão dos diversos milagres a ela atribuídos. “O maior deles o de que, à imitação da cruz de Cristo, não minguava de tamanho, por mais que lhe arrancassem continuamente fragmentos para edificação dos fiéis”.⁶²⁶

Por fim, nos termos de *Visão do paraíso*, nem bandeirantes, nem jesuítas portugueses podem ser completamente absolvidos desta espécie de “lenda negra”. Ao se referir à reflexão jurídica sobre os índios, lançada sobre as Índias de Castela, Sérgio Buarque se refere pontualmente ao assunto:

[que] o esforço de um número nada irrelevante de legistas e teólogos castelhanos ajudasse a iluminar alguns dos mais delicados problemas da colonização. E o fizeram, por vezes, com tamanho denodo, que *sua ação doutrinária e humanitária parece de algum modo contrabalançar as tristes práticas de numerosos conquistadores, origem da famosa e tão discutida “leyenda negra”* (grifo nosso).

O autor fala de “conquistadores”, e não propriamente de “bandeirantes”. Em seguida, complementa, a respeito dos “portugueses”:

Os portugueses não tiveram propriamente uma “leyenda negra” ou não a tiveram tão pública. É de admirar, por outro lado, o limitadíssimo espaço que, apesar de um contato assíduo com a cultura castelhana, chegou a ocupar, em sua vida intelectual, a especulação teórica em torno [...] [da] submissão dos habitantes dessas terras⁶²⁷.

⁶²⁵ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 186.

⁶²⁶ Idem, p. 190.

⁶²⁷ Ibidem, p. 439.

Eis a *plausível ambiguidade* do argumento de Sérgio Buarque, presente na expressão “não a tiveram tão pública”. De fato, em alguma medida, a colonização portuguesa, pouco afeita à “especulação teórica”, não foi alheia às práticas deste porte. Se a “lenda” atuou de forma pouco pública não quer dizer que ela deixou de existir.

Afinal, numa perspectiva ampla, estes capítulos de *Visão do paraíso*, ao admitir o variado processo de atenuação da mitologia edênica, não estão buscando desfazer-se de uma concepção de modernidade portuguesa nos trópicos. Insiste-se no seu aspecto *circunstancial*: ao lado da moderna continentalização do mito, há realidades históricas tradicionais, simultâneas, que igualmente esperam por reconhecimento na historiografia de seu tempo. A principal delas reside na escravização indígena nas lavouras de São Paulo. Estamos diante de uma “zona cinzenta” no núcleo de *Visão do paraíso*: em “Peças e pedras”, “O outro Peru” e “Um mito luso-brasileiro”, a mitologia edênica lusitana se forma com uma ousadia inexistente noutras partes da obra, fazendo com que a diferenciação entre o presente e o passado seja contingencialmente posta à prova. E, ao retornar às suas cores atenuadas, concede legitimidade aos dois lados da polêmica que centralizam o movimento bandeirista (reconhecendo contudo maior importância à questão da escravização). Nessa direção pode-se estabelecer diferenças assaz expressivas entre Sérgio Buarque e os autores por ele citados: um chamado ao diálogo, à reavaliação gradual de perspectivas, e não disputas intelectuais estanques que dividem grupos, gerações e instituições de saber.

3.3. O futuro autor de *Visão do paraíso* no Museu Paulista

A preocupação de Sérgio Buarque em alocar em *Visão do paraíso* suas pesquisas sobre as bandeiras fez com que, de início, julgássemos conveniente apresentar uma espécie de panorama da atuação do historiador no Museu Paulista, entre 1946 e 1956, período em que foi diretor da instituição. Isso porém já foi realizado por trabalhos de qualidade, que, voltados dentre outras coisas à ambientação de Sérgio Buarque no interior da instituição, acabam por esclarecer o necessário sobre ela⁶²⁸. Por isso, tudo

⁶²⁸ A começar pela dissertação de mestrado Mariana França. *Um outro olhar: a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Campinas, Programa de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Dissertação de Mestrado), 2004; e também o artigo _____. “O Museu Paulista e a história da antropologia no Brasil entre 1946 e 1956”. *Revista de Antropologia*, v. 48, n. 2, 2005. Mais recentemente, ver Eduardo Henrique de Lima Guimarães. *O Atual e o inatual em Sérgio Buarque de Holanda*. Recife, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (Tese de doutorado), 2012. Tese que igualmente

leva a crer que, com relação à construção metodológica da noção de “atenuação plausível”, em *Visão do paraíso*, e particularmente no que ela pode interessar à elaboração do conhecimento histórico sobre as bandeiras, não parece imprescindível discutir a atuação do historiador nesta instituição no período acima apontado por todos os seus ângulos, mas privilegiar, em particular, dois de seus momentos centrais.

O primeiro deles diz respeito ao *Curso de bandeirologia*, ministrado por Sérgio Buarque em 1946, juntamente com Afonso de Taunay, Virgílio Correa Filho, Alfredo Ellis Junior, Afonso Arinos de Mello Franco e Joaquim Ribeiro⁶²⁹. Requerido por José Carlos de Macedo Soares, então interventor federal no estado de São Paulo (1945-1947), o curso, como aponta Eduardo Henrique Guimarães, representa o “marco simbólico de uma significativa passagem geracional no comando do Museu do Ipiranga”, quando o historiador Afonso de Taunay, diretor da instituição entre 1917 e 1945, é substituído por Sérgio Buarque de Holanda⁶³⁰. Há, no caso, duas questões em jogo: o evento é exemplo de um diálogo, agora institucional, estabelecido por Sérgio Buarque com estes intelectuais, que não obstante as diferenças pontuais, pertencem igualmente àquela segunda fase dos estudos do bandeirismo, situada anteriormente. Por outro lado, os elementos articulados à problemática da “atenuação plausível”, tal como discutidos na primeira metade do presente capítulo, não se encontram equacionados na apresentação de Sérgio Buarque. Com relação ao segundo momento, no Museu Paulista, outra questão se coloca: as reformas ocasionadas pela gestão de Sérgio Buarque, entre 1946 e 1956, localizam-se precisamente, nas mudanças com relação à Seção de História e, nela, a reformulação do lugar dos *Anais do Museu Paulista* dentro da Seção (e do museu). Também aqui há uma continuidade prevalecente com a gestão de Afonso de Taunay, apesar do incentivo mais vigoroso de fabricação de condições institucionais de uma “história do Brasil, e especialmente de São Paulo” que leve também em conta a questão do apresamento de índios. Por outro lado, não seria possível afirmar que a gestão de Sérgio Buarque incentive uma pauta de reflexão ambicionada em torno do estudo comparado dos imaginários ibéricos, tal como visto na primeira metade deste capítulo.

originou o artigo _____. “A modernidade brasileira reconta as tradições paulistas”. In Pedro Meira Monteiro; João Kennedy Eugênio (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas / Rio de Janeiro, Ed. da Unicamp / Ed.UERJ, 2008.

⁶²⁹ Afonso de Taunay et al. *Curso de Bandeirologia*. São Paulo, Departamento Estadual de Informações, 1946.

⁶³⁰ Eduardo Henrique de Lima Guimarães. *Op. Cit.*, p. 19. Ver “O centro para uma periferia sem centro: ou a moderna história da tradição mameluca”, segundo capítulo da tese de Guimarães.

Sérgio Buarque é nomeado diretor do Museu Paulista em 06 de fevereiro de 1946, por decreto de 25 de janeiro do mesmo ano⁶³¹. A nomeação coincide com a sua mudança do Rio de Janeiro, onde atuou, até um dia antes, na direção da Seção de Consultas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro⁶³². Tratava-se portanto de uma mudança simbólica em dois *tempos*: para a *cidade* de São Paulo e para a *área de estudos* sobre São Paulo. Sabe-se que seu interesse pelo passado paulista não foi iniciado em 1946 (lembre-se a publicação de *Monções*, um ano antes, obra na qual o historiador já trata alguns aspectos significativos da implantação e expansão, no Brasil, de uma civilização “adventícia”, respaldada em São Paulo). Agora, porém, o historiador se deparava com os condicionamentos mais aclarados para a sua formulação. Quanto à documentação disponível no acervo pessoal de Sérgio Buarque, cabe lembrar de um relato de José Lins do Rego, amigo do historiador, que revela, seja o regozijo deste com relação à mudança em curso, sejam as transformações por que passariam a vida e a sociabilidade intelectual destas duas cidades com a ‘boa nova’.

O Sr. José Carlos de Macedo Soares deu uma solução magistral à sucessão do mestre Afonso de Taunay no Museu Paulista. Para substituir a sabedoria sólida do grande erudito, foi procurar na nova geração um homem que reúne as melhores qualidades. Sérgio Buarque de Holanda abandonou tudo aqui no Rio e não vacilou: assumiu seu novo posto com a alegria de quem satisfazia um velho sonho. [...] Para nós aqui do Rio, o caso se afigura o de um verdadeiro saque. Sérgio já era nosso, apesar de todo o seu paulistanismo de

⁶³¹ Maria Amélia, viúva e colaboradora de Sérgio Buarque salienta numa nota a um discurso sobre Sérgio Buarque realizado muito provavelmente pelo filósofo Cruz Costa, que, “quando soube que a direção do Museu Paulista estava vaga, foi ao Paulo Duarte que ele telefonou, sugerindo que lembrasse seu nome ao governador Macedo Soares”. Ver “Discurso de saudação a Sérgio Buarque, dos amigos da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, por ocasião de seu ingresso como docente”. In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Vp 180 P3. No mais é particularmente expressiva a documentação sobre a atuação de Sérgio Buarque no Museu Paulista. As condições formais de sua nomeação podem ser encontradas em seus próprios currículos produzidos para concursos e demais atributos institucionais. Ver “Curriculum Vitae de Sérgio Buarque de Holanda”, produzido para o concurso de cátedra: “Curriculum Vitae de SBH”. In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Vp 88 P2; Sérgio Buarque de Holanda. “Entrevista de torna viagem com o escritor Sérgio Buarque de Holanda”. *Folha da Manhã*. 16.01.1955. In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Vp 199 P4. Reportagem de jornal intitulada “Defendida a autenticidade da carta de Anchieta”. *Folha da Noite*. 15.07.1955. In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Vp 200 P4. “Cartão de Afonso de Taunay a Sérgio Buarque de Holanda comentando sobre uma doação ao Museu Paulista”. 01.09.1948. In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Cp 91 P7. “Carta de Afonso de Taunay a Sérgio Buarque de Holanda, doando quadros ao Museu Paulista”. 25.01.1950. In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Cp 99 P7; “Carta de Roberto Meira a Sérgio Buarque de Holanda, referindo-se a reforma do Museu Paulista”. 25.03.1953. In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Cp 118 P7; “Carta de João Cabral de Melo Neto a SBH, pedindo que lhe mandasse os números da Revista do Museu Paulista”. 20.07.1956. In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Cp 193 P8. Sérgio Buarque de Holanda. “Sobre a história da literatura”. In *O Estado de São Paulo*. 22.01.1949. In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Pi 59 P14.

⁶³² “Curriculum Vitae de SBH”. In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Vp 88 P2, p. 16.

quatrocentos anos. Aqui Sérgio se criara, literariamente. E a sua autoridade, em nossos meios era a de um chefe de geração. [...] O Sr. José Carlos de Macedo Soares nos arrebatou um titular de seleção nacional. É verdade que cavou para o Museu Paulista o homem perfeito para a função, embora abrisse entre nós um claro bem difícil de se preencher⁶³³.

O *Curso de Bandeirologia*, em linhas gerais, atesta que a mudança de Sérgio Buarque para São Paulo insere-se em projetos cujas proporções vão bem além da sua trajetória pessoal: ele é embrião de uma ampla tomada de consciência sobre a importância dos estudos voltados para São Paulo, que, em relação ao Museu Paulista, segundo Ana Claudia Fonseca Brefe, se traduz no revigoramento da disciplina histórica como parte enfim distinta, quer das outras disciplinas que dividem espaço na instituição assim como das ciências naturais (como ainda veremos melhor)⁶³⁴. Sua estrutura constitui-se numa série de 12 conferências públicas sobre as bandeiras, realizadas entre 16 de maio e 12 de dezembro de 1946, na cidade de São Paulo, em sua maior parte no salão de honra da Escola Normal “Caetano de Campos”⁶³⁵. As apresentações são inauguradas por Afonso de Taunay: antigo professor de Sérgio Buarque no prestigioso ginásio São Paulo, e até então diretor do Museu Paulista, este historiador era, desde 1911, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Em 1913, fixaria, no primeiro volume da *Revista do IHGSP*, as prerrogativas da instituição: escrever a história nacional “tendo à frente o percurso e exemplo paulistas”⁶³⁶. Não obstante, se o IHGSP está diretamente vinculado à matriz teórica que elaborou o nacionalismo paulista, foi no Museu Paulista, sob a sua gestão, onde se criaram os recursos para que ele se transformasse num tema essencial da história do Brasil⁶³⁷.

Este último fator é percebido nas premissas metodológicas do texto “O bandeirismo e os primeiros caminhos do Brasil”, com o qual inaugura o evento⁶³⁸. De antemão, além de ressaltar que este “vultoso curso [...] é o primeiro realizado em São Paulo e no

⁶³³ José Lins do Rego. “A ausência de Sérgio Buarque de Holanda”. *Correio Paulistano*, 22.03.1946. In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Pt 56 P59.

⁶³⁴ Ana Claudia Fonseca Brefe. *O Museu Paulista: Afonso de Taunay e a memória nacional*. São Paulo, Editora Unesp / Museu Paulista, 2005, p. 289 e 290.

⁶³⁵ Danilo Ferretti. “Lições do passado bandeirante no ‘Curso de Bandeirologia’: Taunay e Sérgio Buarque de Holanda (1946)”. In *Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia*. Ouro Preto, Edufop, 2009, p. 2.

⁶³⁶ Ana Claudia Fonseca Brefe. *Op. Cit.*, p. 64.

⁶³⁷ Idem, p. 69.

⁶³⁸ Como afirma Danilo Ferretti: “Afonso de Taunay tomou parte destacada no evento. Coube-lhe proferir a conferência de abertura, com o tratamento do tema “O bandeirismo e os primeiros caminhos do Brasil”, abordado em duas partes principais: uma metodológico-historiográfica e outra em que aborda propriamente a temática em questão”. *Op. Cit.*, p. 5.

Brasil”, Taunay esclarece que as suas opções metodológicas gravitam em torno da avaliação acerca do que vamos entendendo por uma *modernidade continental*, alçada e representada pelo “bandeirantismo”:

Cabe-me a honra de inaugurar este como que vultoso curso. É o primeiro realizado em S. Paulo e no Brasil fixando largo e variados aspectos de fenômeno histórico que não encontra paridade nos fastos de qualquer nação. É apenas, talvez, quando muito apagado símile no trasbordamento da Rússia além dos Urais na imensa e quase deserta Sibéria de fins do século XVI, conquistada, com a única expedição de Ermak, não é exagerado dizê-lo. O alargamento dos Estados Unidos, do Atlântico ao Pacífico ocorreu em atraso de quase dois séculos em relação ao nosso tordelhesiano e operou-se já na era das armas de repetição, convém lembrá-lo. Recordar o que o bandeirantismo representa é praticar grave desatenção para com meu tão culto auditório. Bastar-me a alegar que sua área varrida de mais de dez milhões de quilômetros quadrados recobre o Brasil atual e ainda grande superfície da América espanhola. Rememorar a parte que dele cabe às jornadas dos paulistas já não mais seria desatenção senão suma injúria⁶³⁹.

Com esse tom “programático”, Taunay salienta ao “culto auditório” a importância do tema do paraíso terrestre enquanto elemento integrante dos estudos sobre o bandeirismo: recorre à toponímia de “mapas e cartas”, chamando a atenção do que “havia de fantasioso no tocante à América”; acode à “lembrança de [...] mapas, franceses, holandeses, alemães, ingleses italianos à porfia inculcam o curso de um Tietê, ou Aniemby saído da vila de São Paulo e desaguando no Cabo Frio” reiterando que, muitos deles, “afirmam a existência do grande lago de Eupana, de onde fluem o Paraná, o Paraguai, o S. Francisco e o Rio Real, este paralelo ao penúltimo”⁶⁴⁰. Às versões do lago dourado se somam aos itinerários do “El-Dorado brasileiro”, circunscritas, vale frisar, no território das Minas de Ouro de São Paulo, e corroboram uma abordagem segundo a qual “o âmago do Brasil é atingido pelas bandeiras, na ânsia do metal”. Nada do que diz respeito a esta forma particular de expansão no Brasil foi por acaso:

Acaso atravessaria as florestas de árvores de vidro e árvores de fogo, povoadas de abantesmas e animais monstruosos?

Ou antes: não se dirigia às paragens prodigiosas de Parima e do Eldorado? Ou aos lagos encantados de Manôa e de Eupana? Acaso não se lançaria também naquela vasta coleção de

⁶³⁹ Afonso de Taunay. “O bandeirismo e os primeiros caminhos do Brasil”. In *Curso de bandeirologia*. São Paulo, Departamento Estadual de Informações, 1946.

⁶⁴⁰ Idem, p. 11.

águas lacustres situada segundo os grandes geógrafos do tempo no centro do Brasil e a que atravessavam o Amazonas, o Maranhão, o São Francisco e o Rio de Janeiro?

Quanto sonho de conquista, de perscrutação da Selva, de deslocamento do mistério americano, não evocaria esse fluir do rio das Anhumas?⁶⁴¹

O historiador assegura que as principais entradas ao interior do Brasil tiveram o apoio régio, tomando como exemplo as expedições de Fernão Dias Pais, que “estabelecera um [verdadeiro] centro de operações – núcleo que, apesar da notável distância, conseguia comunicar-se com sua base de abastecimentos: São Paulo”. Em seu socorro, o governo faria partir outras expedições, conjugadas a ela, dispondo-a de “elementos europeus” e preparando-a “com mil e um cuidados”: a de Rodrigo de Castel Blanco.⁶⁴² Esta estrutura de expedições corresponderia a um modelo, que por conta de seus vínculos ao reino português, atuaria inclusive “contra a linha de demarcação tordesilhana de 1494 e a forçadora do imenso recuo do meridiano famoso”.⁶⁴³

Assim, Afonso de Taunay aclarava as prerrogativas teórico-metodológicas do curso, deixando claro o que vinha pela frente. Novamente, estamos diante de um contexto complexo: por um lado a abordagem estava preocupada com os avanços científicos pelos quais o conhecimento histórico ocidental havia passado na primeira metade do século XX (ampliação de arquivos, fontes documentais e de objetos históricos, do qual o *bandeirismo*, enquanto um objeto associado a um período distinto, era um precioso exemplo). Além disso, apesar de congrega de forma preponderante as bases de uma historiografia produzida em institutos, o curso, salienta Diogo Roiz, também sinalizava “o começo de um processo lento e diversificado de institucionalização dos estudos sobre as bandeiras paulistas nas universidades, que começavam a se multiplicar entre os cursos de Geografia e História, que foram criados a partir dos anos 1930”.⁶⁴⁴ De modo que muitas das suas prerrogativas são acomodadas na própria cadeira de Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo (embora o capítulo passado não focalize esta questão). Mesmo assim, não é possível descartar um *desvio* aberto pelo próprio tema paradisíaco no caso, na medida em que ele novamente ajudaria a eclipsar as diferenças entre *presente* e *passado*: a análise metodológica combina-se, aqui, com a glorificação

⁶⁴¹ Ibidem, p. 20.

⁶⁴² Ibidem, p. 16.

⁶⁴³ Ibidem, p. 18.

⁶⁴⁴ Diogo Roiz. *Dialética entre o “intelectual-letrado” e o “letrado-intelectual”: projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959)*. Curitiba, Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná (Tese de Doutorado), 2013, p. 150.

do tema. Ainda segundo Taunay, “à orientação do espírito de apaixonado pelas coisas de cultura e especialmente pelas que tocam a São Paulo e ao Brasil”⁶⁴⁵. Eis os termos da *modernidade* subjacente às *bandeiras*.

Quanto às demais publicações, uma delas é suficiente para ilustrar a ambiência intelectual encontrada por Sérgio Buarque no interior do evento. Trata-se de “O bandeirismo na economia do século XVII”, de Alfredo Ellis Jr.⁶⁴⁶, que só viria a corroborar as premissas apresentadas por Taunay. À época, Ellis Jr. era professor catedrático da cadeira de História da Civilização Brasileira da (FFCL/USP) e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP). Vinha revisando sua produção histórica, tarefa que fazia desde os anos 1930, mas que fora intensificada a partir de 1938, quando ingressou no curso de Geografia e História da FFCL/USP⁶⁴⁷. Até onde podemos perceber, o texto é o único do curso (ao menos entre os publicados) que trata do “bandeirismo apresador”. O pano de fundo da abordagem diz respeito ao contraste imagético da América portuguesa, representada por duas grandes regiões que disputariam a influência na formação histórica da sociedade brasileira: o Nordeste e a capitania vicentina (o historiador paulista, como é possível imaginar, estaria posicionado em favor da última). Nesse sentido, o texto se resume a um pequeno capítulo de uma história econômica, responsável pelo êxito do que ele mesmo cunhou de “raça de gigantes”⁶⁴⁸; êxito responsável, em termos históricos, pelo estímulo ao apresamento indígena pelos moradores de São Paulo.

Com “O bandeirismo na economia do século XVII”, portanto, a problemática do *apresamento* indígena vem à tona. Mas na prática é tratada como uma penosa “obrigação” a qual os paulistas, na falta de outra fonte de riqueza, tiveram que recorrer. Ellis Jr. se refere à fixação de povos indígenas tupis nas lavouras de São Paulo, a tratando como uma prática derivada da entrada de colonizadores paulistas no interior da América e de uma subsequente atividade de apresamento e de disciplinamento de uma

⁶⁴⁵ Afonso de Taunay. *Op. Cit.*, p. 7.

⁶⁴⁶ Alfredo Ellis Jr., desnecessário lembrar, é um dos principais representantes desta vertente historiográfica. Relembro, aqui, alguns trabalhos que tratam o historiador nos quadros desta historiografia. Ver Karina Anhezini. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo, Ed. Unesp, 2011; Myriam Ellis. *Alfredo Ellis Júnior, 1896-1974*. São Paulo, Editora Bentivegna, 1997; Danilo Ferretti. “O uso político do passado bandeirante: o debate entre Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Jr. (1920-1926)”. In *Estudos Históricos*. v. 21, n. 41, 2008; John Manuel Monteiro. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do Indigenismo*. Campinas, Departamento de Antropologia da Unicamp (Tese de Livre Docência), 2001; _____. “Caçando com gato: raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr”. In *Novos Estudos - CEBRAP*, n. 38, 1994.

⁶⁴⁷ Diogo Roiz. *Op. Cit.*, p. 163.

⁶⁴⁸ Idem, p. 56.

força de trabalho nativo. O “total aproximado dos apresados pela indústria paulista” nos séculos XVI e XVII, corresponde a 356.720 índios (estimativa, segundo o autor, próxima com a de Roberto Simonsen, que contabilizou 300.000 indivíduos). Desse modo, fica a impressão de que a escravização contribuiu para o que se tem chamado de “hipertrofia do poder privado” nesta parte da colônia.

A impressão é dissipada pela explicação concedida ao longo da exposição ao apresamento: embora a capitania de São Paulo não tivesse outra possibilidade de renda senão a escravização de cativos, a rigor, esta prática não visava o incremento da produção da indústria local, mas o fornecimento (exportação) de mão de obra ao comércio açucareiro do Nordeste. “Emparedados” pela desequilibrada concorrência açucareira alavancada por esta região, aos paulistas não “restava” alternativa. Por isso, o apresamento não foi “voluntário”, mas determinado “pela economia alheia, que obrigava os vicentinos ao apresamento, se quisessem se manter vivos e civilizados”.⁶⁴⁹ Ellis Jr. acabaria apresentando uma grande quantidade de dados econômicos, auxiliados pela justificativa de uma “conduta ética” dos apresadores. Se o apresamento era inevitável, somente aquela “raça de gigantes” teria a condição de realizá-lo. “Quem teria podido realizar o apresamento se não fosse a gente super selecionada?”, interroga-se o historiador, que em seguida responde: “caso o elemento humano não tivesse sido muito bom, a penetração não teria lugar”. Somente após apresentar tais justificativas é que o expositor se voltaria aos fatores econômicos propriamente ditos. O primeiro deles, e talvez o mais importante, reside no fato de “o Nordeste açucareiro ter precisado de mão de obra”, pois “caso contrário não teria o apresamento. Sim, se não houvesse consumo [nordestino], não teria sido necessária a produção [pelos paulistas]”.

A “situação de relativa euforia econômica”, porém, perdurou, para Ellis Jr., até o mandato de D. João IV como rei de Portugal entre 1630 e 1645, que, para ele, estaria articulado ao declínio do bandeirismo. Desse modo, o historiador daria eco às vozes *separatistas* de seu tempo, viralizadas em São Paulo sobretudo quando as elites dirigentes locais – igualmente pertencentes, neste caso, aos dois principais partidos políticos paulistas da época, o Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático –, convenceram-se de que Getúlio Vargas não atenderia aos seus reclamos políticos. Ellis Jr. (que, nunca é demais lembrar, foi membro do PRP), à maneira de seus aliados políticos, acusaria o declínio do bandeirismo ao governo central da época, isto é, o

⁶⁴⁹ Ibidem, p. 65.

centralismo político da corte, do qual D. João IV foi seu expoente máximo, e a *Restauração Portuguesa de 1640* seu desdobramento principal: “de fato, com a aclamação de D. João IV, o Planalto perdia as facilidades que tinha, em penetrar pelo território hispano-americano. [...] A região acabou por ter o acesso vetado às fontes abastecedoras de matéria prima para a indústria [...] que, com isso, iniciava o seu declínio com a *Restauração Portuguesa*”⁶⁵⁰. Pela mesma razão, o autor de *Raça de gigantes* não deixa de citar outra “restauração”, ocorrida alguns anos depois (1654), “a restauração do Nordeste, e, com a expulsão do Flamengo, se dava a recuperação da liberdade lusa da navegação com a África, e daí, a importação de africanos”. Com esse evento, “contrário aos interesses paulistanos, perdiam os bandeirantes apresadores, o monopólio do fornecimento de braços ao Nordeste”⁶⁵¹.

Se, nos termos da segunda fase da historiografia sobre o bandeirismo, o tema da escravidão indígena foi, em grande parte, percebido como um capítulo a mais na gloriosa construção bandeirante da nacionalidade, Alfredo Ellis Jr. não parece inverter esta lógica. O que era para ser uma reflexão historiográfica sobre os *fatores econômicos* da *escravidão indígena* acaba, aos poucos, ganhando as consagradas tonalidades de *justificativa geopolítica* da *formação do Brasil*. Nas últimas páginas de sua apresentação, o historiador afirma que, sem os feitos do “bandeirismo apresador”, não teríamos os contornos políticos e econômicos atuais do país. A esta prática devemos “as nossas fronteiras”, bem como, mais precisamente, “o fato de não sermos paraguaios”. “Foi ele”, afinal, “que, conquistando o Guairá e, violentamente, apresando os índios e

⁶⁵⁰ Alfredo Ellis Jr. não cita, é claro, nenhum evento da história de São Paulo do século XX, mas seu argumento é um eco das políticas, a ele contemporâneas, que podem ser denominadas de *separatistas*: buscavam autonomizar ao máximo São Paulo perante a federação, e criavam justificativas históricas para tanto – entre elas, as elencadas por Ellis Jr. Sobre o separatismo na historiografia, é preciso atenção ao lembrete de Maria Lígia Coelho Prado, para quem o tema “tem-se constituído em verdadeiro tabu na historiografia brasileira. Não se toca no assunto, especialmente entre os autores mais próximos de uma história oficial. Entretanto, o separatismo foi um movimento de larga repercussão em São Paulo, estando profundamente enlaçado com o movimento de 1932” (grifo nosso). In Maria Lígia Coelho Prado. *Op. Cit.*, p. 111. Se há alguma dúvida sobre as relações de Alfredo Ellis Jr. com esta expressão política das primeiras décadas do século XX, em São Paulo, Diogo Roiz é quem lembra o comprometimento do historiador com a elite cafeeira paulista, que, como reconhece alguns trabalhos (entre eles, Irene Cardoso. *A universidade da comunhão paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo, Cortez / Autores associados, 1982) era “dominada” por interesses locais: “AEJ, tal como indicou, seguiu aos passos do pai (Cf. Ellis, 1959, 1997), ao se filiar ao Partido Republicano Paulista (PRP) e concorrer às eleições para o cargo de deputado estadual. Como deputado ele defendeu a lavoura de café, posicionando-se a favor dos cafeicultores e da produção do campo e foi favorável à regularidade dos processos políticos e econômicos. Para ele, as mudanças bruscas mais serviam para desajustar a sociedade do que para renová-la”. Diogo Roiz. *A dialética entre o “intelectual-letrado” e o “letrado-intelectual”: projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959)*. Curitiba, Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná (Tese de Doutorado), 2013, p. 17.

⁶⁵¹ Alfredo Ellis Jr. *Op. Cit.*, p. 71.

destruindo as reduções jesuíticas do Paraná, impediu a ‘*vis propulsiva*’ do Paraguai espanhol”.

As ligeiras proposições historiográficas que dão início à apresentação, ao final, são substituídas por uma propaganda de teor mitológico: se a documentação mostra cativos por todos os lados, é preciso justificar ao “augusto e seletó auditório”, contemporâneo às primeiras décadas do século XX, qual seria a missão histórica destes desbravadores, para além do tráfico. O resultado é uma lapidada concepção de história segundo a qual a produção açucareira do Nordeste é explicada tão somente pelo fornecimento de escravos índios do sul do país. É como se a mão de obra africana não tivesse exercido papel importante neste processo.

Não fora do território tordesilhano, onde mais fez sentir a eficiência do bandeirismo apresador, pois, se é certo que o Brasil muito deve a ele, na conquista de suas fronteiras sulinas e nas do Nordeste, que foram recuadas, bem como na defesa de seu patrimônio paulista e fluminense, muitíssimo mais deve, pelo seu Nordeste, pois, se não fosse ele, esse mal-sinado bandeirismo apresador, a indústria agrícola açucareira não teria podido existir e desenvolver. É claro! Sem mão de obra não teria sido possível a produção açucareira.

Quem iria fabricar o açúcar? Isso quer dizer que, sem ele, não teria havido o Brasil. Ainda ninguém viu isso, pois o recuo do Meridiano e o afastamento das fronteiras, embebeda todos os que cuidam do bandeirismo!

Sem ele não teríamos produção de açúcar, e, por conseguinte, não haveria o Brasil. Pode-se, pois, repetir, em relação ao Bandeirismo de prêa, as palavras de Churchill:
“— *Nunca na História do Brasil, tantos deveram tanto a tão poucos*” (grifo nosso).⁶⁵²

Ao longo do *Curso de bandeirologia* houve poucas exceções às formas predominantes de produção historiográfica sobre os primeiros paulistas. Entre estas, a apresentação de Afonso Arinos de Mello Franco, intitulada “A sociedade bandeirante das minas”, na qual o distanciamento das diretrizes ainda assim muito pontual. Até então ele já havia publicado na área de história obras como: *O índio brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural* (de 1937); *Síntese da história econômica do Brasil* (de 1938); *Um soldado do Reino e do Império: vida do Marechal Callado* (de 1942); *Homens e temas do Brasil, Desenvolvimento da civilização material no Brasil, e História do Banco do Brasil. Primeira fase: 1808-1835* (todas de 1944)⁶⁵³.

⁶⁵² Idem, p. 76.

⁶⁵³ Diogo Roiz. *Op. Cit.*, p. 165.

De forma geral, sua exposição trata da “sociedade bandeirante” como o “início da aplicação e da adaptação das instituições sociais e dos padrões culturais vigentes na zona civilizada, ao deserto rude, súbito povoado pela estonteante atração do ouro”. A superioridade da gente paulista, no caso, ocorre por serem formadores de cidades. A “brecha” se nota num breve e significativo conselho a respeito do que ele chama de “branco invasor”: “não podemos, é certo, ao apreciarmos o passado brasileiro, subestimar a luta entre brancos e índios, que ensanguentaram o período de desembarque da civilização europeia no nosso litoral”. O “branco invasor, ao tocar a praia de que praticamente não se afasta no primeiro século, com seus petrechos, sua religião, [...] que guardavam estreitas ligações com a cultura de origem, teve de sofrer a hostilidade dos habitantes da nova terra e de reagir contra ela”. Durante o século XVII, prossegue Afonso Arinos, a civilização europeia, já representada pelo bandeirante, “envolve-se [...] em dois grandes choques, corpo a corpo, com os povos hostis. Refiro-me à destruição dos quilombos de negros, principalmente os dos Palmares, e ao extermínio das tribos índias alçadas, que tomou o nome de Guerras dos Bárbaros”. É verdade que as afirmações preservam boa dose de ambiguidade: o invasor, não obstante seu *papel* e *lugar* de invasor, não deixa de sofrer hostilidades. Já “a expansão geográfica bandeirante” e uma subsequente “fixação precoce de uma sociedade civilizada em pleno coração da América do Sul”, andou de mãos dadas com o que, aqui, caracteriza-se como um processo violento. Ainda que a violência não pareça encontrar suas justificativas no apresamento, que no caso não é mencionado, apesar de o tema aparecer em alguns excertos da apresentação⁶⁵⁴.

Como expressão da primeira amostra coletiva realizada em São Paulo sobre as bandeiras paulistas, o *Curso de bandeirologia* representa um modelo do estado no qual se encontravam as reflexões sobre os primeiros séculos de colonização paulista. Agora se pode perceber um pouco mais porque, em *Visão do paraíso*, Sérgio Buarque não pensa *como eles*; mas, em parte, *a partir deles*: no que diz respeito à representativa sociabilidade intelectual presente na passagem no comando do Museu Paulista, é difícil

⁶⁵⁴ Afonso Arinos de Melo Franco. “A sociedade bandeirante das minas”. In *Curso de bandeirologia* (Op. Cit.), p. 80. Afonso Arinos não raramente usa o termo “arrebanhamento de escravos” para designar esta atividade mediante um esboço de definição de “bandeira”. Como, por exemplo, na passagem a seguir: “Ora, a bandeira típica não era uma sociedade nômade, um povo completo com mulheres, crianças e todas as instituições em pleno funcionamento que mudasse periodicamente seu ‘habitat’, premido pela escassez de comida. A bandeira era apenas um instrumento de que a sociedade organizada se servia, a fim de ampliar o campo de seu potencial econômico, a princípio no arrebanhamento de escravos, mais tarde na pesquisa sistemática das ignotas jazidas de pedras e metais preciosos. Constituíra, como ficou dito há pouco, a patrulha de uma sociedade que se conservava à distância” (p. 82).

verificar a preocupação com uma produção historiográfica que busque propriamente superar aqueles paradigmas forjados pelas três primeiras décadas do século XX. Robert Wegner lembra que, no evento, “muitas vezes ideias em conflito convivem lado a lado e que as pesquisas e interpretações de Sérgio Buarque nem sempre deviam ser aceitas e, nem mesmo, compreendidas imediatamente”.⁶⁵⁵ Recuperar algumas de suas prerrogativas centrais, portanto, ajuda a situar a própria participação de Sérgio Buarque nele, como veremos a seguir.

3.4. Entre a *síntese* e a *singularidade* histórica

Em 6 de março de 1946, Sérgio Buarque de Holanda recebeu o convite para participar do curso de bandeirologia, como consta o ofício de Honório de Sylos, que o convidou para proferir uma palestra sobre as monções.⁶⁵⁶ O historiador segue à risca a solicitação, escolhendo com cuidado o trabalho a ser apresentado. Intitulado “As monções”, ele já havia sido publicado um ano antes, com ligeiras modificações, em “Ouro”, terceiro capítulo de obra homônima⁶⁵⁷, e depois ainda seria reformulado e republicado em mais de uma oportunidade: em “Frotas de comércio”, nono capítulo de *Caminhos e fronteiras*, lançado em 1957, e como uma parte do artigo “Índios e mamelucos na expansão paulista”, originalmente publicado no XIII tomo dos *Anais do Museu Paulista* (e que seria republicado igualmente na primeira seção de *Caminhos e fronteiras*); porém, em sua versão primitiva, o autor exclui justamente a porção que corresponderia a “Frotas de comércio”, parte desta seção.⁶⁵⁸ Por que enfim tamanha

⁶⁵⁵ Robert Wegner. *Op. Cit.*, p. 16. Em direção parecida caminha a análise de Danilo Ferretti. *Op. Cit.*, que, tendo como base o *Curso de bandeirologia*, afirma: “se, de fato, os estudos normalmente tendem a ressaltar os inegáveis traços de ruptura entre esses autores, [no caso, entre Afonso de Taunay e Sérgio Buarque] não se pode menosprezar as fortes permanências existentes” (p. 1).

⁶⁵⁶ “Ofício de Honório de Sylos a Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, 6 de março de 1946”. In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Vp 38 P1.

⁶⁵⁷ Sérgio Buarque de Holanda. “Ouro”. In *Monções*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1945.

⁶⁵⁸ Sérgio Buarque explica as transformações em “As monções” na introdução à primeira edição de *Caminhos e fronteiras*, na qual se lê: “Antes mesmo de iniciadas as pesquisas suplementares acerca das monções paulistas, imprimiu-se em parte, na *Revista do Brasil*, 3ª fase, então publicada no Rio de Janeiro sob a direção de Octavio Tarquínio de Sousa, o texto correspondente aos primeiros capítulos do presente volume. [...] Todo o conjunto, abrangendo o principal da seção aqui intitulada “Índios e mamelucos”, foi inserto, sob o título “Índios e mamelucos na expansão paulista”, no volume XIII dos *Anais do Museu Paulista*, correspondente a 1949. Nessa publicação deixava de figurar, por ter sido aproveitado em obra diferente, a que já se aludiu, o capítulo sobre a navegação fluvial. A falha é suprida agora por um trabalho onde se procura encarar o mesmo assunto de um ângulo diverso”. Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 11. Sobre a primeira seção de *Caminhos e fronteiras*, Sérgio ainda afirmaria, em uma das notas da introdução, que a ela “serviu-lhe de base a contribuição que me coube a apresentar em 1946, durante uma série de conferências relativas a vários

insistência com relação ao *texto* e ao *tema* de sua apresentação?

Sem buscar apresentar uma resposta acabada à questão⁶⁵⁹, é possível afirmar que o empenho de Sérgio Buarque, apesar de ser permeado por diversas motivações, ocorre provavelmente em razão de que “As monções” não trata de maneira exclusiva do processo de navegação fluvial (que constitui, para o autor, a pedra de toque do desenvolvimento da sociabilidade paulista na segunda metade do século XVIII, em porções interioranas do país). Na mesma apresentação a *Caminhos e fronteiras* já se chama atenção para o fato de “o plano” da obra de 1945 requerer modificações que, “fundada[s] em novas e aturadas pesquisas”, faria com que “o trabalho sobre as monções de povoado” fosse relacionada à amplitude “de um todo orgânico”, do qual até então elas representavam “tão somente uma parte mínima”.⁶⁶⁰ Ao dar início a sua exposição, o historiador salienta que seu objetivo central se volta à abordagem de “uma constelação” formada por “expressões nítidas daquela forma expansiva que parece ser uma constante histórica da gente paulista”. E da qual aqueles navegantes são parte privilegiada, porém constituinte: dividem espaço com “seus antecessores”, os bandeirantes, e, em menor medida, com o póstumo avanço do café e das grandes fazendas.

Em outras palavras, o historiador informa ao público que seu curso “pretende oferecer uma *síntese* do bandeirismo em suas várias feições e modalidades”. Não obstante, pondera que, ao mesmo tempo, “não se faça esquecer as *condições singulares* que vieram a separar dos demais sertanistas, os mareantes e passageiros das canoas de comércio”.⁶⁶¹ O texto apresentado, por essa razão, é parte integrante de uma percepção mais apurada de um *processo histórico* que, tendo o seu epicentro na colonização

aspectos da expansão bandeirante, e que se encontra igualmente impressa” (Sérgio Buarque se refere ao *Curso de bandeirologia*). Idem, p. 261.

⁶⁵⁹ Laura de Mello e Souza vem chamando atenção para o aspecto inacabado de *Monções*, ao organizar e prefaciá-la edição mais recente da obra. Como relata a historiadora, “Durante o curto convívio profissional que tive com Sérgio Buarque de Holanda, ouvi dele [em 1975, ou talvez um ou dois anos depois] [...] que trabalhava na reescritura de *Monções*. Numa das ocasiões em que a conversa voltou ao assunto, lembro-me de ter indagado porque reescrever um livro clássico, consagrado. Sérgio justificou-se dizendo que, nos quase trinta anos decorridos desde a publicação de *Monções*, levantara muita coisa nova, fora a Cuiabá, a Assunção, a Portugal, juntara grande quantidade de documentos, havia muito o que emendar e acrescentar”. Buscando um diálogo com esta questão, tudo leva a crer que grande parte destas iniciativas de Sérgio Buarque se deve a sua intenção de relacionar o processo (cultural e econômico) das monções com outros períodos históricos (as bandeiras, naturalmente), e também a um movimento societário de fronteiras mais amplas. Ver Laura de Mello e Souza. “Estrela da vida inteira”. In Sérgio Buarque de Holanda. *Monções*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014, p. 15.

⁶⁶⁰ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 10 e 11.

⁶⁶¹ Sérgio Buarque de Holanda. “As monções”. In *Curso de bandeirologia*. São Paulo, Departamento Estadual de Informações, 1946, p. 128.

alavancada por São Paulo de Piratininga, não deixa de oferecer uma explicação para a questão da formação continental do Brasil. Essa questão, afinal, é um dos elementos em comum dos acima lembrados “O ouro”, “Frotas de comércio” e “Índios e mamelucos na expansão paulista”: harmonizam a pesquisa sobre a *singularidade* da história da colonização em São Paulo com a tentativa encaixá-la num movimento fronteiriço e temporal mais vasto que, sem dúvida, aproxima – embora não iguale – estes colonizadores às realidades históricas póstumas de formação geográfica inter-capitaneal.⁶⁶²

Este harmônico jogo de luzes permite uma aproximação parcial entre “As monções” e os demais participantes do curso. A apresentação não discute propriamente o tema do paraíso terrestre, mas uma *motivação* em alguma medida tributária às elucubrações bandeirantes sobre o tema, exploradas nos três capítulos da obra: a busca do *ouro*, que, desse modo, *ocupa* um *lugar* no ajuizamento da “atenuação plausível” na medida em que é capaz de ilustrar, em termos historiográficos, o que Henrique Estrada Rodrigues, no artigo “Os sertões incultos e o ouro do passado” qualifica de “um modelo narrativo que inscreve um certo tipo de odisseia fluvial rumo ao Oeste”. Algo que tanto congrega como desmancha a identidade paulista num esboço mais dilatado de nacionalidade⁶⁶³.

Desse modo, em “As monções”, a “odisseia” chega a ocupar o lugar preenchido pela noção cultural de paraíso terrestre em *Visão do paraíso*: ambas são possibilitadas mais concretamente pela busca do *ouro*. Assim, a procura do vil metal torna viável adentrar a *síntese* anunciada ao público presente (e pesquisadores póstumos). A pesquisa associada às monções não foi acolhida nos capítulos “Peças e pedras”, “O ‘outro Peru’” e “Um mito luso-brasileiro”, de *Visão do paraíso*. Estes, como tentamos mostrar, focalizam o bandeirismo, coligando assim com a arquitetura da obra, voltada, em sua maioria, à pesquisa exaustiva de fontes históricas sobre os séculos XVI e XVII. Não obstante, a matéria das navegações fluviais setecentistas precede o argumento das motivações paradisíacas originadas particularmente com as primeiras entradas de sertanistas paulistas ao interior da América em busca de Paraupava; contribui, assim, para aquela “estrutura de sentimentos” de “cores deslumbrantes” que inspirou esses colonizadores

⁶⁶² O conjunto dos textos atrelados a “As monções” sempre nos pareceu uma das reflexões mais importantes de Sérgio Buarque seja sobre o *bandeirismo*, seja sobre as *monções*. Nele procura-se, a partir deste último aspecto, retratar as relações, sobretudo de continuidade, entre uma e outra modalidade da história da colonização da América portuguesa, bem como associá-las a um período histórico ainda mais amplo.

⁶⁶³ Henrique Estrada Rodrigues. “Os sertões incultos e o ouro do passado”. In Pedro Meira Monteiro; João Kennedy Eugênio (orgs.). *Op. Cit.*, p. 71.

em direção à *imagem* e a “uma realidade ainda presente” do “dourado propriamente dito”.

O ponto de partida para uma história das monções na América portuguesa se dá especialmente “com o descobrimento das minas do Coxipó-Mirim”, onde, no início do século XVIII, origina-se a cidade de Cuiabá, como Sérgio Buarque explica no curso. Algo que não seria possível sem “uma das grandes empresas bandeirantes”, a exemplo da “jornada aos Goiazes” do segundo Anhanguera, das expedições de Pascoal Moreira Cabral e de Fernando Dias Falcão. E este horizonte de eventos não estava à deriva⁶⁶⁴. Deveria ser compreendido como um ponto de *encontro* entre duas épocas contudo distintas. Para melhor demonstrá-la, o autor se atém então ao vocábulo *monções*, indagando os sinais categóricos que poderiam identificar as condicionantes mais longas do contexto inaugurado em Coxipó-Mirim. Se “a própria palavra ‘moção’, palavra, ao que parece, de procedência árabe, e que se generalizara entre os marinheiros lusíadas durante os grandes descobrimentos marítimos no Oriente”; “em seu significado inicial, em português [e, neste caso, em Portugal, e em Portugal quinhentista], servia para designar os ventos alternados que determinaram as épocas de navegação no Oceano Índico”. Ainda assim, para entender a peculiaridade das vias fluviais inauguradas pelos habitantes de São Paulo aproximadamente dois séculos depois, seria preciso acrescentar, por um lado, “um importante elemento de distinção, já que a navegação a vela era ignorada dos paulistas”, mas por outro, reconhecer que “existe, assim, um traço comum entre nossas monções e as do Oriente: isto é, a periodicidade regular a que eram sujeitas”.⁶⁶⁵

Regularidade é uma expressão central para adentrar a maneira pela qual emergem estas pequenas embarcações atrás de ouro. Se elas foram “subsidiadas” pelos primeiros sertanistas, o novo contexto aponta, para além de “uma agitação de superfície”, a uma “funda transformação” que, no limite, levaria à “*ação disciplinadora e de algum modo amortecedora sobre o ânimo tradicionalmente aventureiro daqueles homens*”. O

⁶⁶⁴ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 128. A alusão ao início de uma história das monções com o descobrimento das minas de Coxipó-Mirim pelas grandes empresas bandeirantes que a precederam não é trivial para o pensamento de Sérgio Buarque, devendo ser aqui lembrada. Logo no texto original de *Monções*, por exemplo, é possível notar esta continuidade entre as duas formas de organização social. Com relação às expedições específicas que levaram às descobertas das minas de Coxipó, Sérgio Buarque já afirmaria na obra: “O êxito dos esforços de Pascoal Moreira e seus associados teria sido difícil, neste transe, se não surgisse a bandeira de Fernão Dias Falcão, com seus 130 homens de guerra e recursos de todas as espécies para a mineração [...]. Graças a esse auxílio providencial, ficaram remediados os mineiros [...] Sérgio Buarque de Holanda. *Monções*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014, p. 74 e 75.

⁶⁶⁵ Sérgio Buarque de Holanda. “As monções”. In *Curso de bandeirologia (Op. Cit.)*, p. 130.

expositor aponta ao seu público e a seus pares um processo histórico que pode ser qualificado de *modernização* daqueles primeiros paulistas. Não estamos mais na capitania de São Paulo. Coxipó-Mirim foi adquirindo fama entre as seguidas gerações de paulistas, chegando de início a ser confundida com “o paraíso encoberto em que Deus pois nossos primeiros pais”.⁶⁶⁶

Para explorá-la e ocupá-la, organizou-se grandes comboios que buscavam dar fim às unidades mais ou menos isoladas, empregadas nos primeiros tempos. A princípio, a regra era partir um único comboio por ano. Depois se somaram iniciativas particulares, comumente agregadas às embarcações oficiais, além de “outras medidas que o tempo e a experiência aconselhavam”: o resguardo de mantimentos, viajantes. Não que tudo se resumisse a ganhos e vantagens. Os prejuízos que marcaram os primeiros tempos, por exemplo, vieram particularmente da ausência de resguardo regular desses dois fatores. Em 1720, “correu todo esse ano [...] sem que chegasse viva alma ao arraial de Coxipó, embora numerosas pessoas tivessem embarcado no Tietê com esse destino”. Os que partiram desde o ano seguinte encontraram mantimentos podres pelo caminho, além de viajantes mortos dentro de canoas.

Mas a regra, convém insistir, era a formação de uma regularidade nos deslocamentos: para tanto, remediou-se as falhas, que não passaram despercebidas pelo palestrante; e as quais fez questão de frisar a partir do tratamento da canoa enquanto um objeto integrante da cultura material da vida e do cotidiano destes personagens inéditos na formação brasileira do século XVIII⁶⁶⁷. Por essa razão, elenca por exemplo os remendos providenciados por conta dos estragos causados pelas chuvas: “para isso recorria-se geralmente a cobertas de lona, brim ou baeta, sustentadas sobre uma armação de madeira, constituída de uma barra que descansava sobre duas forquilhas

⁶⁶⁶ No capítulo “Ouro”, de *Monções*, há a seguinte passagem: “tamanho foi o alvoroço causado pela notícia do descobrimento que – diz o cronista [Joseph Barbosa de Sá] – “se aballarão muitas gentes deixando cazas, fazendas, mulheres e filhos botando-se para estes Sertoens como se fora a terra da promessa ou o Parahyso incoberto em que Deus pos nossos primeiros paes”. Sérgio Buarque de Holanda. *Monções*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014, p. 75.

⁶⁶⁷ A questão da cultura material no pensamento de Sérgio Buarque não é objeto do presente capítulo. Mas nunca é demais lembrar que ele procura compreendê-la por meio, entre outras coisas, da evolução do modelo de canoa usada pelos paulistas. Veja-se por exemplo o capítulo “O transporte fluvial”, de Idem, em grande parte dedicado a mostrar a evolução da fabricação de canoas pelos paulistas no século XVIII. Sobre a cultura material no pensamento do autor, ver sobretudo: Maria Odila da Silva Dias. “Dialogando com Sérgio Buarque de Holanda”. In *Ciência e Cultura (SBPC)*. v. 54, 2002; Ilana Blaj. “Sérgio Buarque de Holanda, historiador da cultura material”. In: Antonio Candido. (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998; Ilana Blaj; Marina Maluf. “Caminhos e fronteiras: o movimento na obra de Sérgio Buarque de Holanda”. In *Revista de História*. n. 122, 1990; e Mariana França, *Op. Cit.* As referências, embora resgatem aspectos diferentes desta questão, deixam claro que, para Sérgio Buarque, a cultura material foi um precioso ponto de partida para o estudo da interação entre índios e colonizadores paulistas.

também de madeira e dispostas de um lado e outro na parte central de cada canoa”⁶⁶⁸. Outra melhoria importante foi a introdução de “mosquiteiros” nas embarcações. É dentro desse contexto de regularização de uma *modernidade de termos próprios*, uma “modernidade plausível”, se assim for possível dizer, que Sérgio Buarque se volta à “técnica da navegação fluvial”, e através dela à própria fabricação das canoas.

Por meio da história das canoas paulistas, as populações indígenas são retratadas. Num primeiro momento, apesar de pertencerem de modo majoritário ao tronco Tupi, elas aparecem como “índios”, não como comunidades indígenas portadoras de traços diferenciais. Isto permite retratá-las como coadjuvantes de uma *política de alianças* (no caso, sobretudo cultural) responsável pela consolidação da presença das monções nos arredores de Cuiabá. O colonizador estaria então diante de populações que não deveriam ser *apresadas*, mas aproveitadas (a própria modelagem indígena de construção de canoas serve como exemplo deste aproveitamento). Sem alianças, a própria expansão continental de *fronteira* não ganha positividade. “A técnica de navegação fluvial adotada durante a época das monções”, explica Sérgio Buarque, “conservou praticamente intacta a tradição indígena”: na fabricação de canoas, na escolha do material de construção e no próprio sistema de navegação “pode-se dizer que foi nula a influência europeia”.⁶⁶⁹ Adota-se portanto embarcações monóxilas (feitas de lenho inteiriço), mais resistentes do que as canoas de casca, “também de procedência indígena e de que se serviram muitos dos antigos bandeirantes”. Para a construção deste meio de transporte empregam-se madeiras determinadas, desconhecidas ou mesmo “ignoradas pelas bandeiras”, tal como a da peroba e a ximbouva, que conseguem atingir um diâmetro relativamente grande, além de suportarem muito bem a humidade⁶⁷⁰.

Durante as viagens, “ficava a parte central destinada à carga. À frente, no espaço livre, que não excedia de dois ou três metros, iam seis remeiros, além do piloto e proeiro”. Também a técnica de “mareagem [...] prevalecia decididamente a tradição indígena”.⁶⁷¹ Este aperfeiçoamento não pode ser tratado em vão. É ele que, por um lado, permite o movimento mais continuado nas “estradas móveis” – termo que Sérgio Buarque cunharia em *Monções*, e dali em diante⁶⁷², para designar os rios utilizados mais

⁶⁶⁸ Sérgio Buarque de Holanda. “As monções”. In *Curso de bandeirologia*. São Paulo, Departamento Estadual de Informações, 1946, p. 130.

⁶⁶⁹ Idem, p. 138.

⁶⁷⁰ Ibidem, p. 138 e 139.

⁶⁷¹ Ibidem, p. 140.

⁶⁷² Sobre as “estradas móveis”, ver o capítulo homônimo, em *Monções (Op. Cit.)*, ou ainda em sua versão reescrita em Sérgio Buarque de Holanda. *Capítulos de expansão paulista*. São Paulo, Companhia das

e mais pelos barqueiros –, e por outro, um processo de *sedentarização* comumente requerido pela modernização da mineração em Cuiabá. Paradoxo aliás descrito numa passagem em que é possível perceber uma nova composição societária proveniente da atividade das minas nesta cidade, então recentemente criada:

Entre as mercadorias carregadas ia de tudo quanto pudesse servir para as necessidades imediatas da vida e também para o luxo. Desde o sal, destinado à cozinha dos mais ricos e aos batizados, até as fazendas de seda para festejos ou solenidades. Porque do Cuiabá só se exportava ouro e pouco mais se produzia do que ouro. “Ouro que a terra já se cansa de dar...”, comentava cem anos depois das primeiras monções o sargento-mor engenheiro Luiz D’Alicourt.

Nas frotas de comércio – frotas que chegaram a abranger, por vezes, trezentas ou quatrocentas canoas – ia o bastante para que não morressem de fome os moradores de Cuiabá, e depois os de Vila Bela e de outras localidades nascidas da expansão cuiabana e à medida que se empobreciam as antigas jazidas [...].

Alguns desses elementos de subsistência só aos poucos se introduziram e, em muitos casos, não sem forte resistência das autoridades. Os primeiros moradores do arraial cuiabano tiveram uma existência comparável a dos índios coletores e caçadores, existência que só se concebe em largos espaços livres e só se concilia com um modo de vida andejo e inconstante. O próprio exercício da mineração requeria, no entanto, uma fixidez e sedentaridade que se obtém, de ordinário, mediante a concentração e a reprodução, em terreno relativamente limitado, das indispensáveis fontes de subsistência⁶⁷³.

Acha-se ouro, cria-se em torno dele um povoamento “estável e duradouro”, e finalmente este centro é transformado “em fulcro de um novo sistema de colonização” *ultramarina*. Ao auditório, e aos seus colega e pares, Sérgio Buarque acaba por argumentar em favor de uma transformação do *estatuto histórico* dos agentes e protagonistas deste processo: de pequenos embarcadores, passam paulatinamente a desempenhar um papel que, se não é similar, ao menos é bastante aproximado com o de *navegadores ultramarinos*: comumente partiam de um porto habitado, Araritaguaba, para atingirem cinco meses depois, outro porto, o de Cuiabá. Ou seja, “uma área vasta e erma como o Oceano”,

Letras, 2014 (capítulo homônimo). Ambos preservam grande aproximação com a apresentação do autor, a exemplo da seguinte passagem (encontrada naqueles dois capítulos) na qual há a mesma descrição da disposição dos navegantes durante as viagens: “Era regra, durante as viagens, ir o piloto de pé, no bico da proa, o proeiro da mesma forma e cinco ou seis remeiros, também de pé, distribuídos pelo espaço livre de carga, que media, junto à proa, pouco mais de 2,5 metros. À popa, em espaço de tamanho correspondente a esse, amontoavam-se, mal abrigados, todos os passageiros”. (p. 107).

⁶⁷³ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 141.

enfrentada durante um período equivalente à travessia do Atlântico⁶⁷⁴.

Por *sistema de colonização*, entenda-se uma noção que, neste caso, preserva alguma proximidade com um *processo moderno de formação da nação*: Sérgio Buarque nem na apresentação, e tão pouco nos seus trabalhos, jamais chega a se referir aos três primeiros séculos da América portuguesa como algo que possa ser entendido nos limites de um nacionalismo emergente. Não obstante, se os atores acima lembrados têm a função de navegadores ultramarinos, o trajeto por eles enfrentado já acolhe algumas justificativas históricas e societárias que, em termos historiográficos, culmina na explicação de uma *modernidade* nacional “que abarca quase todo o Brasil”: a busca do ouro é comparada a um “monstruoso e desordenado empreendimento capitalista” no qual “todos os atos são determinados, neste caso, pelo gosto da pecúnia e visam um objetivo preciso e previsto”. E, se “postos nos dois pratos da balança os lucros e as perdas que porventura terão ficado do esforço daqueles desbravadores”, teremos como resultado positivo a “abertura de comunicações regulares”, nas quais “as terras centrais se agregaram finalmente à América Portuguesa”⁶⁷⁵.

Ao mesmo tempo, o expositor insiste em sublinhar os aspectos arcaicos desta organização societária. A certa altura da apresentação, Sérgio Buarque lança uma pergunta aos demais presentes: “Compensaria tal riqueza tudo quanto exigiram as monções dos desbravadores do Brasil Central?” E prontamente, complementa: “É fácil responder, neste ponto, pela negativa”.⁶⁷⁶ Se há elementos capitalistas em jogo, seria “capitalista no sentido mais lato e, naturalmente, menos rigoroso que pode admitir a palavra”.⁶⁷⁷ Em todo o sistema de comunicações adotado, os “únicos progressos reais que aos poucos se introduziram, foram iniciativa dos próprios indivíduos que se aventuraram a tais viagens, e nasceram de uma experiência direta, sem qualquer outro auxílio ou estímulo”. Para ilustrar o progresso apontado, é lembrado o depoimento de um passageiro, escrito em 1727 e que relata a sua própria saída de Sorocaba com “catorze negros” e três canoas. Ao longo do caminho, perde duas delas e se endivida por conta dos gastos de mantimento que adquiriu no trajeto. Além disso, “dos negros, vendi seis meus, que tinha comprado fiado em Sorocaba, quatro de uns oito que tinha dado meu tio, e todos dez para pagamento de dívidas”. Dos que sobraram, três morreram, sobrando um único. De modo que, das vinte e três canoas que partiram de Sorocaba,

⁶⁷⁴ Idem, p. 143.

⁶⁷⁵ Ibidem, ver especialmente p. 142 a 146.

⁶⁷⁶ Ibidem, p. 144 e 145.

⁶⁷⁷ Ibidem, p. 144.

somente catorze conseguem chegar a Cuiabá. As outras nove perderam-se pelo caminho. E o mesmo a cada ano ocorre com outras tropas⁶⁷⁸.

Outro elemento deste arcaísmo reside na caça de índios. Porém, a problemática do apresamento durante o século XVIII é em parte reequacionada pelo autor: os conflitos, no caso, não ocorrem propriamente em razão da busca por mão de obra cativa tupi-guarani às lavouras de São Paulo. É preferível pensá-los nos termos de guerras esporádicas, desencadeadas pelo avanço de mareantes recém-chegados, fixados em áreas originalmente habitadas por populações indígenas denominadas “Tapuias” por colonizadores; e depois reconhecidas falantes da língua Jê, e situados no Brasil central⁶⁷⁹.

Os paulistas, no século XVIII, não falavam a língua destas populações, como ocorria em São Paulo (e talvez em outras regiões, a julgar por uma série de artigos de Sérgio Buarque⁶⁸⁰). Tapuia era um “apelido” pejorativo dado primeiramente pelas populações indígenas tupis e, depois, por colonizadores, aos índios de “língua travada”, de quem

⁶⁷⁸ Ibidem, p. 144.

⁶⁷⁹ “Guerra”, neste caso, é um termo que oferece uma alternativa à busca de índios para o apresamento. Se por um lado as populações indígenas fornecem os subsídios para alianças, por outro, são objeto de combate nos percursos fluviais. Sobre a análise e a conceitualização histórica de guerra entre as populações Tapuia/Jê, ver: John Manuel Monteiro. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do Indigenismo*. Campinas, Departamento de Antropologia da Unicamp (Tese de Livre Docência), 2001. _____. “Tupis, Tapuias e a História de São Paulo: revisitando a velha questão Guaianá”. In *Novos Estudos – Cebrap*. n. 34, 1992. Cristina Pompa *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru, SP: EDUSC/ANPOCS, 2003. Pedro Puntoni. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo, Edusp, 2002. Renato Martins. *Perigosos, arredios e diplomáticos: notas sobre as guerras Timbira em Goiás e no Maranhão (1840-1889)*. São Paulo, Departamento de Antropologia Social FFLCH-USP (Dissertação de Mestrado), 2009; e Marcela Coelho de Souza. *O Traço e o círculo: o conceito de parentesco entre os Jê e seus antropólogos*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (Tese de Doutorado), 2002.

⁶⁸⁰ Sabe-se que, desde *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque chama atenção para o fato de que “entre paulistas do século XVII fosse corrente o uso da língua-geral, mais corrente, na verdade, do que o próprio português”. Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 125. Em “A língua geral em São Paulo (III)”, o autor faz uma afirmação parecida: “Em que época, aproximadamente, principia a declinar entre moradores do planalto paulista o uso corrente da língua tupi? Os textos até aqui invocados para indicar o predomínio de tal idioma na Capitania de São Paulo procedem, em sua grande maioria, do século XVII, como se viu, e precisamente do último decênio do século XVII”. O historiador ainda faz questão de mostrar que o pouco uso do português nesta época deve-se, acima de tudo, à comunicação necessária com o índio *na lavoura*: “a utilização em larga escala de tais índios nos misteres caseiros e na lavoura, enquanto não se generalizava a importação de escravos pretos, deve-se atribuir-se a menor docilidade com que, em algumas zonas rurais, os habitantes cederam ao prestígio, já então sempre expansivo da língua portuguesa”. Sérgio Buarque de Holanda. “A língua geral em São Paulo (III)”. In Marcos Costa (org.). *Op. Cit.*, p. 304 e 306 (originalmente publicado em *O Estado de São Paulo*, 13.06.1946). No segundo artigo desta série, sugere-se que a regra pode ter sido válida para algumas regiões do Paraguai: “Um século depois de Antonio Vieira, de Arthur Sá de Menezes, de Antonio Pais de Sande, condição exatamente idêntica a que, segundo seus depoimentos, teria prevalecido em São Paulo do último decênio seiscentista será observada por d. Félix de Azara em Curuguatí, no Paraguai. Ali também as mulheres falavam só o guarani e os homens não se entendiam com elas em outra língua, posto que entre si usassem por vezes o castelhano”. Sérgio Buarque de Holanda. “A língua geral em São Paulo (I)”. In Marcos Costa (org.). *Op. Cit.*, p. 297 (originalmente publicado em *Estado de São Paulo*. 11.05.1946).

ambos eram inimigos. Posteriormente, verificou-se que estes grupos, à diferença dos povos tupi-guarani, mais hospitaleiros à alteridade, têm na guerra um elemento importante do seu processo de diferenciação.⁶⁸¹ Se a guerra, como vimos, é uma espécie de metodologia aplicada pelas bandeiras para o sucesso do apresamento de tupi-guaranis; entre as monções, a belicosidade – muito a contragosto destes navegadores – não redundava com igual frequência em escravidão, ainda que seu efeito mais importante corresponda ao impedimento à expansão histórica.

Ocorre que, em “As monções”, a questão da guerra entre índios e colonizadores está mais suavizada do que em suas obras de fôlego. Talvez porque a comunicação se destine ao evento que busca avançar no processo de institucionalização dos estudos sobre as bandeiras, sendo na prática a porta de entrada de Sérgio Buarque na direção do Museu Paulista, como estamos vendo. A guerra, porém, aparece em sua obra homônima, que por essa razão será aqui analisada; como, também, por ser uma das publicações de Sérgio Buarque cujo conteúdo mais se assemelhe à apresentação do *Curso de bandeirologia*. É possível exemplificar o papel da guerra na obra chamando atenção para os índios caiapós, habitantes do planalto do Brasil Central, situados aproximadamente trezentos ou quatrocentos metros acima do nível do mar. Há notícia deles no fim do século XVIII, nas margens meridionais do rio Itapura, nas proximidades de São Paulo. De autoria de “um paulista largamente experimentado na milícia dos sertões, o tenente-coronel Candido Xavier de Almeida e Souza” e inspirada em Morgado de Mateus, havia um projeto à época que consistia em transformar a região (um dos pontos de partida ou de passagem para Cuiabá) em um núcleo de moradores, dispondo de bois de tração e de carros para facilitar as varações e propiciar “considerável economia de pessoal das canoas que costumava ser empregado nesses serviços”. Desse modo, “os moradores poderiam resguardar-se melhor dos assaltos do gentio caiapó, traiçoeiro de natureza, e que no tempo seco passava frequentemente o Paraná no salto de Urubupungá e dirigia-se para aquele sítio [Itapura]”.⁶⁸²

Este não era um projeto isolado. Os navegantes precisavam de lugares seguros entre São Paulo e Cuiabá: “aprovado e realizado o projeto de fundação dos povoados, seria necessário abrir comunicação por terra entre eles, aproveitando para isso os terrenos planos que margeiam o Tietê”. Não por acaso, Candido Xavier tinha em vista outra povoação, que “seria estabelecida a pouca distância do rio Paraná e fronteira à boca do

⁶⁸¹ Ver Marcela Coelho de Souza. *Op. Cit.*; e Renato Martins. *Op. Cit.*

⁶⁸² Sérgio Buarque de Holanda. *Monções*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014, p. 69 e 70.

Pardo, utilizado ordinariamente na navegação para Cuiabá e minas do Mato Grosso”; a ela seguiriam algumas outras. “De acordo com o plano, seria novamente desembarcado em toda a sua extensão, para maior comodidade dos comerciantes e expedicionários destinados ao Brasil Central”. É fundamental salientar que o projeto não é efetivado por completo: se ainda em 1783 eram visíveis os sinais de derrubadas e queimadas, ao longo do antigo caminho, que ligava as bordas do antigo rio Paraná [...] à cidade de São Paulo”; um decênio mais tarde, “na carta cartográfica atribuída a João da Costa Ferreira, já não se faz menção de sua existência [...] e os terrenos por onde se projetara lá aparecem sob o letreiro, que havia de perdurar para a mesma região até o começo do século atual: “Sertão Desconhecido”.⁶⁸³

Ora, os “assaltos” – termo amplamente presente na documentação estudada por Buarque de Holanda em *Monções* – não eram raridade. A solução para as frotas de comerciantes atravessarem o rio Pardo (outra das variadas vias de acesso para se chegar ao Cuiabá) foi diferente, mas não menos incisiva, pois por lá “os incômodos e riscos [...] eram bem conhecidos durante toda a era das monções. Pode-se ter ideia do que fossem essas dificuldades, considerando que as canoas destinadas ao Cuiabá gastavam, em muitos casos, cerca de dois meses para vencer, ali, o mesmo percurso que, no sentido inverso, era completado em sete dias”. O rio, em suma, não obstante sua funcionalidade, não abrigava varadouros confortáveis, de modo que se optou por restringir ao mínimo qualquer contato com terra firme. “Um estabelecimento permanente, em tal situação, permitiria evitar ou, ao menos, diminuir o risco de assaltos de gentio caiapó, que vagava nas comarcas a leste do Pardo e só se sabia pelear traiçoeiramente, atacando, em seus ranchos, as tropas descuidadas”.⁶⁸⁴

A guerra era realizada sobretudo com armas. Em 1788, por exemplo, a condução comercial de canoas poderia custar, nos valores da época, em torno de 20 mil-réis, e cada “carrada”, 9,6 mil-réis. Havia porém um único problema que faria tais viagens tornarem-se menos frequentes e desde logo rentáveis: “nesse chapadão não cessavam os insultos do gentio caiapó e, assim, carros e passageiros só podiam deslocar-se em grupos e sob a escolta de homens bem armados”.⁶⁸⁵ Os índios por sua vez também são flagrados com hábitos semelhantes. As notícias a respeito se referem à região do rio Coxim, “chamado por um viajante o cabo tormentoso da navegação do Cuiabá”. Este

⁶⁸³ Idem, p. 70.

⁶⁸⁴ Ibidem, p. 145.

⁶⁸⁵ Ibidem, p. 125 e 126.

comumente não apresentaria grandes problemas às monções: “por vezes a água abre caminho entre barrancos abruptos, de mais de cinquenta metros de altura”. Porém, sobre ele guardam-se igualmente relatos que revelam uma discreta especulação sobre ataques de índios hostis: “Muitos navegantes se admiram do proveito que poderia tirar, e não tirava, o gentio caiapó, tão belicoso e inimigo dos cristãos, se, do alto dos montes, lançasse pedras sobre as canoas”. Pois “com uma acometida dessa ordem, onde o agressor não chega a arriscar-se, poucas embarcações escapariam incólumes”.⁶⁸⁶

Junto à vivência concreta deste cotidiano turbulento, e em grande parte por conta dela, os assaltos eram imaginados com intensidade parecida, como Sérgio Buarque procura apontar: “a imaginação dos que viajavam para o Cuiabá continuou acalentando perspectivas de um trajeto menos áspero”. Em São Paulo, costumava-se lembrar com frequência a história de certa canoa que ao conseguir escapar a um assalto de índios nas vizinhanças do rio Cuiabá, rumou “ao arrepio das águas” para o São Lourenço para enfim dirigir-se a um de seus braços, o Piquiri. Por lá fazem uma “pequena varação”, mas logo passam para o Sucuriú, que se lança ao Paraná, quase em frente à barra do Tietê. Por fim, “acrescentava-se que, em todo o percurso, os tais navegantes não teriam sofrido o transtorno das cachoeiras, embora encontrassem muito índio caiapó, motivo pelo qual foi desprezada mais tarde essa rota”.⁶⁸⁷

Cabe ainda sinalizar que, para os colonizadores com seus varadouros em perigo, os caiapós (e também outros grupos, caso dos guaicurús, pertencentes à família linguística homônima, e residentes entre as capitanias de Goiás e Mato Grosso) eram inimigos comparáveis aos colonizadores espanhóis. Um e outro impediam a *expansão* e a *fixação* geográfica dos desbravadores. Se a aproximação não se mostra muito saliente nos relatos sobre a região de São Paulo, o mesmo não acontece com os testemunhos referentes às regiões fronteiriças da América do Sul, a exemplo das divisas entre o Brasil e o Paraguai. Neste caso a qualificação comum estabelecida aos inimigos “nativos” e àqueles oriundos da península ibérica permite entender de maneira mais razoável as relações belicosas entre os adventícios, recém-chegados de São Paulo, e os caiapós: tanto as populações indígenas não tupis como seus vizinhos castelhanos oferecem obstáculos à expansão (e com isso, à conceptualização da noção) de *fronteira*. É este o sentido de uma passagem de *Monções* acerca de um varadouro ameaçado por caiapós que, não por acaso, salienta as estratégias de combate ao grupo dos “tempos

⁶⁸⁶ Ibidem, p. 128.

⁶⁸⁷ Ibidem, p. 120.

coloniais”, prosseguindo enfim ao contexto da Guerra do Paraguai, no século XIX – século do nacionalismo, por excelência.

Nos tempos coloniais, semelhante varadouro [situado entre as bacias do Paraná e Paraguai] [...], seria quase de todo impraticável [...] devido aos índios bravos e também – conforme já se observou – à proximidade da fronteira paraguaia, que o expunha a ser fortemente cortado e ocupado pelos vizinhos do sul. Foi com o fim de evitar semelhante perigo que o barão de Melgaço, depois da Guerra do Paraguai, chegou a recomendar o restabelecimento da rota do Pardo-Anhaduí-Guaçu até o ponto onde principiava a ser mais difícil navegação. Desse ponto em diante, na direção da Vacaria ao Nioac, seria aberto um caminho de carros, empreendimento relativamente fácil em lugar pouco acidentado. Domados, enfim, os caiapós e os ferozes índios cavaleiros, afastada, por conseguinte, a ameaça constante de seus insultos, era lícito cogitar no aproveitamento, para vias de comunicação terrestre, de um imenso carrasqueiro, onde o caminhante, nos seus percursos, pode, a qualquer momento, escolher a linha reta⁶⁸⁸.

Portanto, a guerra entre colonizadores e caiapós assume um papel parecido ao argumento relativo ao apresamento de “peças”, encontrado em *Visão do paraíso*. Porém, ele adquire força somente em *Monções*, não em “As monções”. Pode-se enxergar naquele caso um contraponto crítico à síntese ufanista da história do Brasil. Se o tema da escravidão de populações majoritariamente tupi-guarani faz com que, em *Visão do paraíso*, os paulistas quinhentistas e seiscentistas desviem da imagem de cores douradas de uma lagoa paradisíaca; *Monções* salienta esta mesma desistência entre seus “sucessores” (paulistas do Setecentos) por conta de “assaltos” de indígenas das famílias Jê que os impedem o acesso ao ouro. A guerra faz ressurgir as diferenças societárias suscitadas pela questão do trabalho nas lavouras paulistas, ainda que, ao contrário destas, o “realismo” não esteja situado em regiões litorâneas (como no caso destes terrenos agrícolas), e sim nos instáveis varadouros do sertão cuiabano. O resultado, vale insistir, é o relativo prejuízo histórico e econômico da formação das fronteiras representadas sobretudo pela mineração.

Ainda assim, é equivocado imaginar que a exposição “As monções” não tenha nenhuma intenção de afastar-se das proposições dos demais palestrantes, e talvez das propostas que, involuntariamente (por hábito de pensamento) ou de maneira proposital (como projeto intelectual, quando não pedagógico), comandam o *Curso de*

⁶⁸⁸ Ibidem, p. 119.

bandeiriologia. Isso não impede de pensar que Sérgio Buarque, ante o complexo jogo de aproximações e afastamentos, não opte, em parte, por este último aspecto com a condição de que se cultive um clima de declarado diálogo: diálogo seja com todos os expositores na casa; seja com os recursos teórico-metodológicos então disponíveis àqueles que ousassem *descrever* os três primeiros séculos de colonização de São Paulo, e ainda, como se não bastasse, oferecer uma *explicação* convincente a eles, e que fosse para além deles. É precisamente esse clima de diferenças amistosas, de *diferenças* entre *afins*, que, do “ritual de passagem” do historiador recém-chegado a São Paulo, será, treze anos depois, transposto para alguns capítulos da obra *Visão do paraíso*.

Tal afastamento, contudo, não retira a necessidade e possibilidade de pensar a ocasião do estudo comparado de *Visão do paraíso*: do *Curso de bandeiriologia* às guerras entre colonizadores e caiapós, presentes em *Monções*, quase nada permite constatar o estabelecimento da comparação nos termos propostos pela obra de 1959, ou mesmo como um método específico de análise. O mesmo é válido à literatura que nos parece mais aparentada à produção e compreensão da fala “As monções”, sobretudo a obra homônima.⁶⁸⁹ Em termos mais amplos, Gabriella Lima de Assis nota com argúcia a retomada de alguns aspectos da reflexão buarquiana sobre as bandeiras nos capítulos “Peças e pedras”, “O ‘outro Peru’” e “Um mito luso-brasileiro”; em especial “[n]aqueles mitos edênicos que descreviam a presença de metais preciosos nas terras americanas”. E “também sobre como o metal amarelo aparecia nos relatos quinhentistas, bem como acerca da cobiça e da ambição das expedições em busca da região do ‘outro’ Peru”⁶⁹⁰. Daí para a identificação de um estudo sistemático e esclarecido das duas Américas ibéricas é um caminho que, de fato, pode se mostrar tortuoso e incompleto.

3.5. Sérgio Buarque e a Seção de História

É na Seção de História Nacional, criada em 29 de dezembro de 1922 por Afonso de Taunay, que uma “história do Brasil, e especialmente de São Paulo” se converte em demanda de pesquisa no Museu Paulista. Não que os vínculos entre a diretoria comandada pelo autor de *História geral das bandeiras paulistas* com a de Herman von

⁶⁸⁹ As demais produções de Sérgio Buarque sobre o bandeirismo serão discutidas em sua maioria no capítulo seguinte, bem como em outras partes da tese.

⁶⁹⁰ Gabriella Lima de Assis. *Op. Cit.*, p. 103-105.

Ihering, primeiro diretor da instituição (1894-1916), sejam ausentes⁶⁹¹. Porém, para Sérgio Buarque, a fundação da seção corresponde ao salto mais importante rumo à modernização da pesquisa histórica no interior da instituição. O então diretor publica na imprensa periódica logo ao assumir o cargo mais de um artigo a respeito, procurando deixar claro o clima de declarado *diálogo* – termo que parece melhor que o de *continuidade* – com a antiga direção do Museu Paulista. Num deles, intitulado “Revista do Museu Paulista”, publicado n’*O Estado de São Paulo*, em 1947, afirma-se:

Assumindo a direção do Museu Paulista em 1917, Afonso de E. Taunay, historiador dos mais ilustres de nossa terra, criou-se pouco mais tarde a seção de História Nacional, especialmente de São Paulo, e de Etnografia. Essa iniciativa prometia transformar a orientação primitiva do estabelecimento, em que as tradições brasileiras e paulistas ocupavam lugar quase apagado. Na realidade, o autor de *História Geral das Bandeiras Paulistas* não se descuroou durante sua administração de desenvolver as seções dedicadas às várias ciências naturais enquanto estiveram sob sua alçada, mas ao mesmo tempo empenhou-se para que o Museu correspondesse melhor às finalidades que sugeria tacitamente sua própria localização em sítio histórico, e onde tudo parecia estimular o interesse pelo estudo do nosso passado⁶⁹².

No mesmo artigo, os *Anais do Museu Paulista*, também fundado em 1922 e com periodicidade constante desde então, é tido como circunstância e desdobramento

⁶⁹¹ Questão importante, mas não procuramos adentrá-la e tão pouco respondê-la. Sobre a gestão de Hermann von Ihering, ver: Lilia Schwarcz. *O espetáculo da raça: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, especialmente “Os museus etnográficos brasileiros”, terceiro capítulo, que destaca o perfil personalista de sua gestão; Ana Maria de Alencar Alves. *O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder: o Museu Paulista, 1893-1922*. São Paulo, Humanitas, FFLCH/USP, 2001, que talvez seja a análise mais detalhada da gestão de Hermann von Ihering, oferecendo uma densa reflexão sobre o papel da história natural no Museu. Para um panorama sobre os primórdios da história natural no Brasil, ver Maria Margaret Lopes. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo, Hucitec, 1997.

⁶⁹² Sérgio Buarque de Holanda. “Revista do Museu Paulista”. In Marcos Costa (org.). *Op. Cit.*, (originalmente publicado em *O Estado de São Paulo*, em 1947), p. 381. Além da influência, o diálogo entre Sérgio Buarque e seu antecessor entre 1946 e 1956, inclusive em relação ao andamento das atividades no Museu Paulista à época, foi expressivo. Taunay foi um leitor atento de *Monções*, como ele atesta numa carta: dá parabéns ao seu sucessor por “ser grande conhecedor de nossas coisas”. “Carta de Afonso D’Escragnole Taunay a SBH, agradecendo a remessa do livro *Monções* e elogiando o mesmo”. 23.03.1945. In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda / Siarq-Unicamp*. Cp 73 P6. Com relação ao Museu Paulista, há pelo menos duas cartas endereçadas ao então diretor da instituição na qual Taunay faz doações de documentos históricos, inclusive iconográficos. Ver “Carta de Afonso D’Escragnole Taunay a SBH, doando quadros ao Museu Paulista”. 25.01.1950. In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda / Siarq-Unicamp*. Cp 99 P7. Entre os quais o relato das “Notícias practicas das minas do Cuyabá e Guyazes na Capitania de São Paulo”, da Coleção Padre Diogo Soares referente a monções empreendidas a Cuiabá, que descreve caminhos fluviais e terrestres da região, populações indígenas existentes, ataques a roças e monções. Ou seja, questões parecidas com as discutidas no presente capítulo. A documentação é passada a Sérgio Buarque por ocasião da transmissão do cargo do Museu.

necessário à modernização disciplinar da pesquisa historiográfica na seção: “a instituição dos *Anais do Museu Paulista*, cujo primeiro número saiu no ano em que se celebrava o centenário da Independência do Brasil e com o propósito expreso de comemorar a grande data, foi corolário natural dessa nova orientação”⁶⁹³. Afinal, “destinando-se particularmente a servir ao estudo de História do Brasil, sobretudo de São Paulo, correspondia, por outro lado, à necessidade de criação de um órgão especializado nesses estudos”. As observações revelam as reformas mais significativas no museu, entre 1946 e 1956: (1) a consumação do processo de autonomia disciplinar da Seção de História, separando-a definitivamente da área de Etnografia (e realocando, esta, numa nova seção, a de Etnologia, criada a partir do decreto-lei n. 16595, que originou também as seções de Numismática e Linguística); e (2) a retomada da publicação da *Revista do Museu Paulista* (criada por Hermann von Ihering, primeiro diretor do museu, em 1895, e interrompida durante a gestão de Taunay, que o sucedeu). Mas a retomada procurava em parte atualizar o antigo papel da *Revista* na instituição – publicar de maneira exclusiva os estudos antropológicos, reavivados pela Seção de Etnologia, como esclarece Sérgio Buarque: “a oportunidade do seu reaparecimento deve-se à reforma que, em dezembro de 1946, criou a Seção de Etnologia, destinada à preservação, enriquecimento e estudo do acervo antropológico do Museu Paulista”.

Os *Anais*, portanto, diferenciavam-se em termos metodológicos da *Revista*: “a diversidade [entre ambas] nos seus métodos de pesquisa e em suas finalidades precípuas, aconselhava e impunha mesmo uma separação que se refletisse em publicações distintas e especializadas”, pois “destinando-se a *Revista*, doravante, aos estudos antropológicos, enquanto os *Anais* continuam dedicados, de preferência, a assuntos historiográficos, consagra-se nitidamente essa separação”⁶⁹⁴. Desnecessário lembrar “a conexão íntima entre os modernos estudos de História do Brasil e os de Etnologia” no interior do Museu Paulista, bem como a proximidade entre as duas publicações e suas respectivas áreas de estudo⁶⁹⁵. Não obstante, é a peculiaridade dos

⁶⁹³ Sérgio Buarque de Holanda. “Revista do Museu Paulista”. In Marcos Costa (org.). *Op. Cit.*, (originalmente publicado em *O Estado de São Paulo*, em 1947), p. 381.

⁶⁹⁴ Idem, p. 382.

⁶⁹⁵ Novamente nos remetemos à dissertação de Mariana Françaço, (*Op. Cit.*) na qual se salienta o desejo de Sérgio Buarque em incentivar os trabalhos de etnologia no Museu Paulista: “O período em que esteve na direção do Museu Paulista foi relevante para a carreira de Sérgio Buarque de Holanda. Naquela instituição, ao implementar as reformas e contratações que deram novo impulso aos estudos de etnologia do museu, este diretor entrou em contato com o que havia de mais moderno em etnologia naquela época, tanto através da publicação de artigos na revista do museu quanto do convívio com etnólogos como Herbert Baldus e Harald Schultz. Além disso, a perspectiva adotada nos seus trabalhos do período que se inicia em 1945 também podem ter sofrido o impacto do trabalho naquela instituição (p. 63).

Anais do Museu Paulista com relação ao incremento dos estudos historiográficos na seção e na instituição, o cerne desta reflexão. É nela que, segundo o historiador, é possível vislumbrar o desdobramento central da construção do conhecimento historiográfico sobre o bandeirismo; e, se nossa análise for razoável, o processo de construção do conhecimento sobre as bandeiras. Como lembra Ulpiano Bezerra de Menezes, os *Anais do Museu Paulista* traziam à tona, desde a sua fundação, a marca do “estatuto epistemológico” à instituição que a abrigava⁶⁹⁶.

Para melhor compreendê-lo da perspectiva de Sérgio Buarque, cabe considerar seus aplausos à gestão administrativa de Afonso de Taunay e relacioná-los à própria veiculação dos *Anais*. Se por um lado este diálogo institucional entre as duas diretorias se aparenta às semelhanças metodológicas de *Visão do paraíso* com os historiadores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; por outro, desvenda a distância da proposta comparada com a experiência administrativa de Afonso de Taunay e, inclusive, de Sérgio Buarque. Ambas afinal não apresentam propostas metodológicas de comparação entre as Américas ibéricas. Veja-se os onze relatórios administrativos expedidos no período. O *Relatório referente ao ano de 1947* reitera o diálogo da reforma de dezembro de 1946 com a estrutura administrativa passada. Refere-se aos decretos da “organização anterior” que criou as quatro principais seções do Museu, entre as quais a de História Nacional. Daí conclui, sem hesitar, que “com o decreto já mencionado, de 27 de dezembro de 1946, consagrou-se simplesmente uma situação existente de fato.”⁶⁹⁷ Um indício importante chamou a atenção durante a pesquisa: a reforma de azulejos do Museu Republicano “Convenção de Itu”, extensão da Seção de História do Museu Paulista, exatamente a mesma entre as duas gestões. O *Relatório referente ao ano de 1948* alude ao avanço dos trabalhos de azulejamento do pavimento térreo do museu, iniciados antes de 1946. Para tanto já estavam encomendados painéis

⁶⁹⁶ Para o historiador, “Está claro, portanto, que a História não tem um estatuto epistemológico, mas ético. Daí a convivência pacífica com o museu de História Natural, apesar da existência do que hoje, nos parecem graves contradições. Assim, a noção de coleção é estranha ao museu histórico, pois o acervo é composto de objetos históricos (cujo sentido, normalmente, se origina no contágio com fatos e figuras notáveis), únicos e singulares e, de preferência, com valor estético. A coleta de campo é irrelevante; a permuta, desconhecida; a compra é prejudicada pelos altos custos do antiquário; resta a doação, que introduz, com frequência, os objetos como suporte da autoimagem dos doadores. O uso documental das peças é praticamente nulo”. Ver Ulpiano Bezerra de Menezes. “Museu Paulista”. In *Estudos avançados*. v. 8, n. 22, p. 576.

⁶⁹⁷ *Relatório referente ao ano de 1947, apresentado ao Sr. Dr. Francisco Brasiliense Fusco, digníssimo Secretário da Educação, pelo Diretor do Museu Paulista, Sérgio Buarque de Holanda*. 31/01/1948. p. 1.

de plaqueta cerâmica de autoria do ceramista Antonio Luis Gagni⁶⁹⁸.

Os tomos XIII e XIV dos *Anais do Museu Paulista* publicados pela gestão de Sérgio Buarque também são testemunhas desta continuidade. Tomemos como exemplo o XIII. O então diretor, no primeiro dos onze relatórios administrativos expedidos no período, esclarece que ele fora organizado pelo “meu antecessor” Afonso de Taunay⁶⁹⁹. Ao apresentá-lo, localiza o objetivo central do periódico: a publicação de artigos e documentos “relacionados com a história do Brasil, e especialmente de S. Paulo”; e “seu papel de particular relevo nos modernos estudos da história do Brasil”, finalidade esta que “não constituirá novidade”⁷⁰⁰. Também não constitui novidade a composição do corpus documental, presente de forma majoritária na publicação. Formado por “Documentos Espanhóis inéditos, referentes ao bandeirantismo, mandados copiar no Arquivo de Sevilha pelo Dr. Afonso de Taunay”, já havia sido em parte impresso nos volumes I, II e V dos *Anais*⁷⁰¹. Ora, de autoria de Taunay é “São Paulo: Vetera et Nova”, um dos dois artigos que acompanham o tomo, e que chamam atenção de Sérgio Buarque inclusive “pelas lições que encerra”.⁷⁰² Que lições eram estas? Uma introdução aos escritos, então inéditos, do geógrafo neerlandês João de Laet sobre a corografia paulista, bem como o projeto, de autoria de Taunay, de enquadrá-lo à retificação mítico-histórica dos primeiros paulistas.⁷⁰³

É nesse contexto que o número inicial dos *Anais* é reverenciado: exemplo palpável da modernização e especialização específica por que passou o setor, e para a qual, a bem da verdade, o fracionamento dos demais setores foi uma medida estratégica para robustecê-lo⁷⁰⁴. “Essa especialização”, com efeito, “já se refletia, aliás, na publicação

⁶⁹⁸ Relatório referente ao ano de 1947, apresentado ao Sr. Dr. João de Deus Cardoso de Mello, digníssimo Secretário da Educação, pelo Diretor do Museu Paulista, Sérgio Buarque de Holanda. 27/01/1948.

⁶⁹⁹ Idem, p. 24.

⁷⁰⁰ Sérgio Buarque de Holanda. “Anais do Museu Paulista”. In *Anais do Museu Paulista*. Tomo XIII. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1949, p. VI e VII.

⁷⁰¹ Tito Livio Ferreira. “Explicação necessária”. In Idem, p. 290.

⁷⁰² Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. VIII.

⁷⁰³ Ver Afonso de Taunay. “Prefácio”. In *Anais do Museu Paulista*. Tomo I. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1922; _____. “Prefácio”. In *Anais do Museu Paulista*. Tomo II. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1925; e _____. “Prefácio”. In *Anais do Museu Paulista*. Tomo V. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1931.

⁷⁰⁴ Com isso não buscamos afirmar que os setores de Numismática e de Etnologia fossem negligenciados pelo então diretor da instituição. Quanto ao primeiro caso há uma entrevista de Sérgio Buarque concedida ao *Correio Paulistano* (1947) sobre a sua direção no Museu Paulista, na qual salienta as “medalhas militares do Império, destacando-se as medalhas da Campanha Cisplatina e da Restauração da Bahia e espadins”. O periódico, aliás, destaca de maneira atenciosa o contato do entrevistador com o setor ao descrever suas “paredes onde brilham retratos de pessoas com o peito cheio de medalhas e comendas. Por eles apreende-se como se dispunha sabidamente uma medalha no peito de quem a tenha merecido”. Ver Sérgio Buarque de Holanda. “Nestas paragens há cento e vinte anos”. In *Correio Paulistano*. 07.08.1946.

que, instituída em 1922, visava a divulgar os trabalhos da seção, criada em dezembro do mesmo ano”:

Sob a dedicada e sábia direção de Afonso de E. Taunay, meu ilustre antecessor, os *Anais do Museu Paulista* constituíram desde seu volume inicial, publicação de consulta necessária para estudiosos de nossas questões de história. Não competiria, pois, à nova diretoria mudar o bom rumo do órgão da Seção de História. Ao contrário do que sucedeu no caso da *Revista do Museu Paulista*, que ressurgiu em 1947, com especialização definida, passando a abranger unicamente assuntos de Etnologia, Arqueologia, Antropologia Física e outras disciplinas afins – e isso significou um abandono de sua tradição de ecletismo, exigido pelo desmembramento sucessivo das seções de Botânica e Zoologia, que passaram a formar instituições distintas – aos *Anais* não cabia senão persistir na orientação primitiva (grifo nosso).⁷⁰⁵

Não parece possível aproximar, no entanto, os pressupostos gerais desta inserção de São Paulo na história do Brasil à ambição metodológica de comparar as duas Américas pela ótica do imaginário, ou qualquer outra esfera de existência histórica, por assim dizer. Pois aqui também a publicação de documentos sobre a América portuguesa e/ou espanhola, a exemplo daqueles que Afonso de Taunay manda copiar, ainda estão *subordinados* ao paradigma da expansão paulista; ainda que, como não poderia deixar de ser, a expansão seja analisada conjuntamente à organização societária da América espanhola.

As vinculações entre as duas diretorias nos levaram a uma análise dos *Anais do Museu Paulista* desde o “tomo primeiro – comemorativo do Primeiro Centenário da Independência”, publicado em 1922. Nele, Taunay logo certifica seus objetivos centrais: órgão da Seção de História do Brasil do Museu Paulista, teria como pano de fundo “a publicação de trabalhos da seção, bem como a publicação de documentos incorporados pelo museu”. Além disso, relata alguns aspectos da história do empreendimento, destacando as autoridades que estiveram por trás do que de um “grande desenvolvimento tomado, ultimamente, pelos assuntos da história brasileira, e de São Paulo”, responsável pela criação de uma “seção especial destinada a incrementar os

In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Pt 58 P59. Com relação à área de etnologia, basta lembrar novamente nos passos de Mariana França, que Sérgio Buarque contrata dois antropólogos – Herbert Baldus e Harald Schultz – importantes teóricos da aculturação, para coordená-la. Ver *Op. Cit.* Deve-se ressaltar que as separações em jogo acabaram por sobrelevar, inclusive, a pesquisa de numismática e etnologia, processo que optamos não discutir.

⁷⁰⁵ Sérgio Buarque de Holanda. “Anais do Museu Paulista”. In *Anais do Museu Paulista* – Tomo XIII. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1949, p. VI.

estudos das coisas da nossa tradição”.⁷⁰⁶ Entre os quais estavam dois governadores do Estado de São Paulo: Altino Arantes e Washington Luís, este, como vimos, referência bibliográfica de *Visão do paraíso*. O primeiro “carinhosamente auxiliou o Museu e facultou-nos, já em 1917 e 1918, os meios para abrímos as duas primeiras salas consagradas à tradição paulista, no Ipiranga”; o seguinte, “com a aproximação das comemorações centenárias, ocorreu, em 1921, a concessão do grande crédito aberto pelo atual governo, graças ao qual pôde a seção de história desenvolver-se notavelmente”. De modo que

a instituição dos *Anais* é uma consequência natural destes pontos de vista. Continuamente posto ao par dos trabalhos do Museu, por que se interessa, com a maior vivacidade, culto como é e amigo devotado da ciência e da cultura, mostrou o Sr. Dr. Alarico Silveira [então Secretário do Interior do governo de Washington Luís] de empenho que fundássemos este segundo órgão do nosso estabelecimento. [...] Muito se interessou, pois, a que editássemos os *Anais* o que gostosamente encetamos logo⁷⁰⁷.

Taunay, desse modo, incluiria à fundação dos *Anais do Museu Paulista* alguns elogios àquele mesmo procedimento institucional caracterizado de “surto” no artigo “O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos”, de Sérgio Buarque.⁷⁰⁸ Neste último não se faz referência direta aos *Anais*, porém são lembradas as iniciativas que originaram a “impressão de valiosos documentários” por iniciativa de Washington Luís, sem as quais o periódico não teria saído do papel⁷⁰⁹.

Os tomos seguintes dos *Anais do Museu Paulista* (II e III), publicados respectivamente em 1925 e 1927, acolhem uma expressiva homenagem a Capistrano de Abreu assinada por Pandiá Calógeras. Reencontrar o autor de *Minas do Brasil* realizando, por intermédio de Afonso de Taunay, uma homenagem ao historiador

⁷⁰⁶ Afonso de Taunay. “Prefácio”. In *Anais do Museu Paulista* – Tomo I. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1922, p. IV.

⁷⁰⁷ Idem, p. V.

⁷⁰⁸ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 604.

⁷⁰⁹ Como salienta Ana Claudia Fonseca Breffe (*Op. Cit.*), o mesmo elogio aos *Inventários e testamentos* é realizado por Afonso de Taunay, como parte dos agradecimentos a Washington Luís. Como Sérgio Buarque, Taunay a utilizava em suas obras, e em razão de sua força simbólica, chegou a ser exposta pelo próprio Museu Paulista. Em suas publicações “ele põe em destaque a documentação que utilizou – especialmente as *Atas e Registro Geral da Câmara de São Paulo*, desde o período quinhentista, e os *Inventários e testamentos*, ambos publicados pelo Arquivo Municipal de São Paulo graças à iniciativa do prefeito Washington Luís. [...] Pelo caráter de raridade e por conta da riqueza dessa documentação, Taunay pediu ao governo municipal que parte do material original, pertencente ao Arquivo Municipal, fosse emprestada ao Museu Paulista para ser exposta em uma das salas relativas ao passado paulista, durante as festas centenárias” (p. 100).

cearense é algo significativo à nossa análise. Sobretudo porque ilustra com desenvoltura a complexidade do próprio contexto historiográfico do qual Sérgio Buarque retira concretamente os pilares para arregimentar os capítulos “Peças e pedras”, “O outro Peru” e “Um mito luso-brasileiro”. Nesse sentido, ganha aqui especial atenção ao ser capaz de subsidiar a reflexão sobre os tomos dos *Anais* mandados imprimir pelo segundo diretor da instituição. Desnecessário insistir o quanto a obra de Capistrano de Abreu já levanta contundentes reparos à perspectiva historiográfica amparada pela problemática da construção da nação. E o faz, às vezes, ao evidenciar a configuração de um Brasil territorialmente fragmentado. Não obstante, a reverência de Calógeras a Abreu é melhor compreendida em primeiro lugar à luz de *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*, de Rebeca Gontijo. Para a autora, o legado da produção intelectual de Capistrano de Abreu articula-se a um movimento de (re)descoberta do Brasil iniciado ainda no século XIX e que se prolongou até, pelo menos, os anos 1950, despertando o interesse pelo interior do país.⁷¹⁰ A questão, em Abreu, o deixa numa posição ambígua no que diz respeito aos critérios de inovação historiográfica de então: por um lado ele não está necessariamente ligado à explicação histórica que resulta numa modalidade específica das escritas da história não raro lapidadas pela questão nacional, isto é, uma História Geral do Brasil; (Capistrano de Abreu, por exemplo, considerava a existência de “cinco Brasis” – o amazônico, o litorâneo, o baiano, o paulista e o rio-grandense)⁷¹¹. Por outro, articula-se ao objetivo de compreender as linhas gerais do país, invariavelmente ancorado às iniciativas valorizadas pelo Estado Novo de “conquista do território”, que recorrem à imagem do bandeirante paulista para se legitimar⁷¹². Em razão da ausência de pesquisas

⁷¹⁰ Rebeca Gontijo. *Op. Cit.*, p. 45.

⁷¹¹ Entenda-se por tal “explicação organizada”, nas palavras da historiadora, um modelo historiográfico ainda ancorado nos critérios de apreensão da nacionalidade típicos da historiografia do século XIX formulada pelos corredores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: “As primeiras disposições epistemológicas dos membros do IHGB evidenciam a preocupação com a “correção dos trabalhos já publicados, a definição do que é uma fonte e a narração de ações históricas em um plano que apreenda o geral”. Além disso, prevalecem três dificuldades: o problema da conservação arquivística e da publicação dos manuscritos; a ausência de domínio sobre os recursos filosóficos que poderiam ser úteis à escrita da história; e a questão das distâncias geográficas, que dificultava a ideia de uma história geral. [o trecho com aspas corresponde a afirmações citadas pela autora de Temístocles Cezar. “Lição sobre a escrita da História. Historiografia e Nação no Brasil do século XIX”. *Diálogos*, vol. 8, n. 1, 2004, p. 17 e 18]. Buscando ir além da crônica dos acontecimentos passados, os sócios almejavam encontrar um “princípio organizador”, capaz de configurar um início, um meio e um fim para a história do Brasil” (p. 263).

⁷¹² Novamente nas palavras de Gontijo: “desenvolver uma ciência da cultura nacional era o objetivo, sendo que esse empreendimento exigia a indicação dos intérpretes que poderiam servir como guias no processo de “redescobrimto” do Brasil. Cabe, portanto, tentar compreender o papel da cultura e dos produtores culturais no projeto do Estado Novo, observando o lugar que Capistrano de Abreu veio a ocupar em meio a uma estratégica ordenação dos campos do saber”. *Idem*, p. 105.

de fôlego sobre Pandiá Calógeras, o trabalho de Gontijo é uma demonstração suficiente da aproximação metodológica entre Capistrano de Abreu e Pandiá Calógeras no interior dos estudos sobre o bandeirismo.

E, por isso, agrega legitimidade à homenagem do historiador carioca enquanto elemento de compreensão daquilo que Sérgio Buarque chama de “surto de estudos sobre o passado paulista, especialmente sobre a expansão geográfica do Brasil colonial”⁷¹³. O terceiro tomo dos *Anais do Museu Paulista* é parcialmente dedicado à memória do historiador cearense, em razão de sua morte, aos 74 anos, no dia 13 de agosto de 1927⁷¹⁴. A exemplo do “Discurso proferido a 13 de setembro de 1927 pelo Exmo. Sr. Dr. João Pandiá Calógeras na seção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, comemorativa do passamento do historiador” (republicado pelos *Anais*), em que se salienta o convívio por aproximadamente quatro décadas com Capistrano de Abreu. O espaço concedido ao autor de *Minas do Brasil*, além de ser uma reverência a Capistrano de Abreu, também ilustra a importância do pensamento historiográfico de Pandiá

⁷¹³ Na ausência de estudos sobre Pandiá Calógeras, ainda podemos complementar as afirmações de Gontijo com a do estudo de Danilo Ferretti sobre as relações indenitárias, historiográficas e políticas em São Paulo, entre, aproximadamente, 1850 e 1930. Para Ferretti, “Capistrano se manteve, durante a maior parte de sua vida intelectual, em contato direto com representantes de importantes setores diretamente empenhados em políticas territorialistas. A sua aproximação com estes indivíduos foi lenta e gradual, sendo decorrência do duplo movimento, ocorrido ao longo de toda a década de 1880, de definição de seu projeto historiográfico territorialista individual e de sua inserção nas principais instituições culturais monárquicas que antes tanto atacara. Pode-se definir pelo menos três grupos com os quais o autor travou contato neste período e com os quais se relacionaria pelo resto de sua vida: o dos diplomatas ainda empenhados na delimitação das fronteiras externas brasileiras (Barão do Rio Branco, seu ex-aluno Pandiá Calógeras, Domício da Gama), o dos engenheiros e geólogos que implantavam a infra-estrutura ferroviária da modernização saquarema e que continuariam com sua ‘geografia militante’ na República (Orville Derby, Teodoro Sampaio, John Casper Branner e Miguel Arrojado Lisboa, este responsável pela implantação em 1906 da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, voltada a ‘vencer’ o sertão nordestino), e o dos intelectuais paulistas, empenhados na ocupação do sertão de seu Estado pela colonização e expansão da fronteira agrícola cafeeira (Martim Francisco III, Domingos Jaguaribe, Eduardo Prado, Paulo Prado). O que havia em comum entre todos eles era o envolvimento direto com questões relacionadas à delimitação e ocupação do território nacional, ainda que com finalidades diferentes em cada caso. Vários deles, inclusive, se destacaram no estudo laudatório das Bandeiras, que se tornou o referencial histórico não somente da identidade paulista mas principalmente de uma visão territorialista e modernizadora da nação”. Danilo Ferretti. *A construção da paulistanidade: identidade, historiografia e política em São Paulo(1856-1930)*. São Paulo, Programa de Pós Graduação em História Social, do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado), 2004, p. 135.

⁷¹⁴ Logo no prefácio, por exemplo, há um extenso depoimento de Afonso de Taunay sobre Capistrano de Abreu. O então diretor da publicação se volta às relações pessoais que tivera com o recém falecido para destacar a proximidade intelectual entre eles por meio da condição de professor e aluno. No prefácio, Taunay lembra que estes vínculos deram-se desde muito cedo, por sugestão de sua mãe, Cristina Teixeira Leite. Nas palavras do aluno: “meu convívio de quase quarenta anos com o mestre. Vi-me na nossa casa das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, menino de 12 anos, seu aluno de História do Brasil, seu explicando único, entusiasmado com as suas lições”. Isso se deve “sobretudo à solicitude de minha querida mãe para que eu tivesse sempre os melhores professores do Rio de Janeiro. Assim, naquele ano de 1889, foram meus explicadores, [...] [dentre outros,] Capistrano de Abreu”. Afonso de Taunay. “J. Capistrano de Abreu – in memoriam”. In *Anais do Museu Paulista* – Tomo III, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1927, p. 13.

Calógeras nos *Anais do Museu* e na Seção de História. Trata-se de um “estudo” resultante de “quarenta e três anos [...] [que] ligou-me a Capistrano de Abreu [n]a mais perfeita amizade, sem uma nuvem, sem um desfalecimento, no mais elevado convívio de espíritos que se possa imaginar”⁷¹⁵. Sem esquecer as relações afetivas entre os dois historiadores, interessa aqui destacar que esses anos foram responsáveis pela estruturação das referências metodológicas de Calógeras, que, no depoimento, são reveladas na medida em que ele apresenta seu mestre.

Para Calógeras, Capistrano de Abreu condensava uma harmonia entre “erudição” e “sentimento fundo da nacionalidade”: “Percepção aguda do detalhe [...] [e] descrever grandes sínteses. Tudo brotava a luz nessas grandes discussões”. Nas “afetuosas e inspiradas conversas com outros beneméritos do pensamento nacional: Rio Branco, amigo e admirador de Capistrano, que sem limites lhe retribuía os sentimentos”; ou “Joaquim Nabuco, na fase preliminar da missão de Roma, no preparo dos documentos brasileiros sobre o conflito com a Guiana inglesa”; e ainda “Martin Francisco, amigo constante e inseparável, com o qual vivia em desacordo turrão e a quem tanto queria”. Calógeras acaba presenciando “descrições que traça a *Iliada* dos combates entre deuses”. Para além dos exemplos e do olhar familiar, é possível antever uma leitura de Capistrano de Abreu segundo a qual a crítica das fontes se soma à tentativa de interpretação da História do Brasil.

A leitura de Calógeras procura corroborar as hipóteses de uma historiografia produzida em institutos e museus. Termos como “respeito [...] pelo documento” convivem com “facilidade de verificação das origens”, “grupamento filosófico dos sucessos” e “correntes formadoras do determinismo econômico e dos conceitos espirituais”. Esta *síntese* entre *crítica histórica* e *filosofia da história* – com direito a determinismos de toda ordem – caracterizaria, na ótica do discípulo, a obra *Capítulos de história colonial*:

Com o mestre cuja memória procuramos hoje enaltecer, aparecem virtudes novas, ou com mais relevo postas em destaque: o respeito ritual pelo documento; a facilidade de verificação das origens; o grupamento filosófico dos sucessos; as correntes formadoras do determinismo econômico e dos conceitos espirituais: a análise mais precisa dos fatos; a ampliação do campo devassado; a pesquisa de depoimentos mais abundantes e mais

⁷¹⁵ João Pandiá Calógeras. “Discurso proferido a 13 de setembro de 1927 pelo Exmo. Sr. Dr. João Pandiá Calógeras na seção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, comemorativa do passamento do historiador”. In Idem, p. 21.

seguros; o impessoalismo da psicologia; o apuro na preocupação de narrar e nunca de provar; a mais absoluta probidade no citar e concluir; a redação *sine ira ac studio*.

Os *Capítulos de História Colonial* já são e cada vez mais constituirão modelo de orientação honesta de beleza literária e de crítica construtora. E há tantos outros, filhos do mesmo conceito superior.

As soluções de tanto enigma histórico de nosso país, o descobrimento e a divulgação de obras primas esquecidas, ou insuficientemente aproveitadas, a coordenação de pesquisas e a convergência delas, obedeceram ao critério novo do espírito sabedor e claro do grande morto, ao seu poder de evocação de ambientes, à noção impessoal e altruísta de auxiliar e sugerir colaborações irrestritas, não reservando nunca para si, antes com todo partilhando as riquezas que havia coligido.⁷¹⁶

Por fim se ressalta a ligação afetiva de Capistrano com São Paulo e o Brasil por meio da trajetória biográfica e institucional do historiador. Apesar de sua origem maranguapense, “era [...] um adorável coração e uma alma de escol, profunda e requintadamente paulista e brasileira desse grande Brasil uno e forte que todos nós amamos”. Em termos institucionais, o elogio traduz a forte adesão dos historiadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro à *obra* e à *pessoa* de Capistrano de Abreu: “Nesta velha casa, no nosso querido Instituto, de que era sócio já antigo, não há quem ignore o afeto e o zelo que lhe mereciam”.⁷¹⁷

Essas são as diretrizes historiográficas encontradas por Sérgio Buarque no Museu Paulista. Ante a proximidade entre um e outro mandato, há porém uma visível reforma gradual no interior dos *Anais do Museu Paulista* e da própria Seção de História. Trata-se de uma reavaliação na abordagem da documentação histórica. A partir de 1946, a problemática do apresamento dos índios é enfim equacionada ante as balizas interpretativas que culminam na formação continental no Brasil. Os tomos XIII e XIV,

⁷¹⁶ Convém ainda insistir que as reflexões de Calógeras podem ser vistas por meio das relações entre história e memória (relações estas que o presente trabalho não pretende explorar). Além do trabalho de Gontijo, ver Ricardo Benzaquen de Araújo. “Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu”. In *Estudos Históricos*, v.1, n.1, 1988: no caso, a ênfase é mais nos aspectos modernos da crítica histórica do historiador, a exemplo da seguinte passagem, que se confunde com os próprios objetivos e hipóteses do artigo: “[É preciso lembrar a] importância intrínseca da obra de Capistrano, talvez a mais rica contribuição individual à historiografia brasileira no período que se situa entre a produção de Varnhagen e as análises de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, e, de outro, pela possibilidade de seu exame permitir a discussão de uma série de questões ligadas à chamada concepção moderna de história, realista, factual e narrativa, concepção que, entre nós, parece-me ser mais praticada do que efetivamente analisada” (p. 28). Nesse sentido, é evidente que a análise empreendida por Calógeras é mais do que nunca permeada pelas circunstâncias institucionais, características dos primeiros tempos do Museu Paulista, e não reflete qualquer consenso sobre a produção intelectual de Capistrano de Abreu.

⁷¹⁷ João Pandiá Calógeras. *Op. Cit.*, p. 28.

publicados na gestão de Sérgio Buarque, já acolhem a mudança em curso, então praticada de maneira generalizada, isto é, tanto pelo diretor da instituição quanto pelos demais funcionários administrativos do museu, ou pelo menos alguns deles. Entre os quais Tito Lívio Ferreira, que a partir de sua gestão exerceu o cargo de chefe da Seção de História. Segundo os relatórios administrativos da gestão, era altamente devotado à função, bem como às atividades que exerce conjuntamente, como por exemplo na Secretaria da Educação, onde assumiu a “incumbência específica de proceder à revisão dos textos de História do Brasil destinados ao ensino primário”⁷¹⁸.

É ele quem fornece uma “Explicação necessária” à anexação dos “Documentos espanhóis” acima aludidos, que “completam, com este número, a publicação”.⁷¹⁹ Não deixa de chamar atenção à importância central desta documentação ao avanço dos estudos históricos: “desnecessário é encarecer o valor dessa publicação para a história das bandeiras paulistas, no século XVII. Para ela volta-se a curiosidade inquieta dos investigadores do passado de São Paulo. E daí sua magna importância”⁷²⁰. Taunay faz observações parecidas ao referir-se ao acervo discutido por Ferreira, nos tomos anteriores: “neste primeiro tomo” [...] “principiamos a impressão de papeis do Arquivo Geral das Índias, de Sevilha, sobre o bandeirismo, absolutamente inéditos e de capital importância para o estudo dos fatos bandeirantes”.⁷²¹ No quinto tomo, reitera seus comentários: “vultosa parte documental em que os leitores verão o seguimento da publicação de papéis do *Arquivo geral das Índias* em Sevilha estampados nos nossos tomo I [...]”.⁷²² Porém, à diferença de Tito Lívio, desconsidera os conflitos entre colonizadores paulistas e grupos indígenas.

O então chefe da Seção de História não ignora os “fastos” aos quais alude Afonso de Taunay. A exemplo da trajetória dos habitantes de São Paulo, que, tal como em *Visão do paraíso*, dedicam suas vidas a encontrar pedras preciosas no Peru: “através de sua leitura verifica-se como os paulistas realizaram as jornadas sulinas, Paraná abaixo, rumo ao Paraguai, Uruguai e bacia do Prata. Chegaram a ameaçar o Peru, o Potosí”⁷²³. Estes

⁷¹⁸ *Relatório de 1955 apresentado ao Senhor Doutor Vicente de Paula Lima digníssimo secretário de Estado dos negócios da Educação, pelo Diretor do Museu Paulista, Sérgio Buarque de Holanda*. 14/01/1956, p. 21.

⁷¹⁹ Tito Lívio Ferreira. “Explicação necessária”. In *Anais do Museu Paulista* - Tomo XIII, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1948, p. 290-A.

⁷²⁰ Idem, p. 290-A.

⁷²¹ Afonso de Taunay. “Prefácio”. *Anais do Museu Paulista* – Tomo XIII, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1948, p. V.

⁷²² Afonso de Taunay. “Prefácio”. In *Anais do Museu Paulista* – Tomo XIII, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1948, p. VI.

⁷²³ Tito Lívio Ferreira. *Op. Cit.*, p. 290-A.

desbravadores são os mesmos que, na obra de 1959, seguem atrás das miragens paradisíacas por recomendação e patrocínio de D. Francisco de Sousa. Assim, se a problemática da busca de ouro é lançada pelo historiógrafo, a “Explicação” alude igualmente à mesma desistência, sublinhada por Sérgio Buarque aproximadamente uma década depois, “dessas minas” por “a gente de São Paulo” “se ocupar mais em fazer entradas aos índios do Paraguai” para trazê-los de volta à capitania. De modo que a “Explicação necessária” é, a rigor, uma explicação do processo paulatino de desistência da mineração por conta do apresamento, que depois reapareceria, nos termos do então diretor da instituição, no desânimo quanto à busca ao “outro Peru”.

Os portugueses de São Paulo continuaram a perturbar os trabalhos dos jesuítas do Paraguai. Estes [...] informam que o Paraguai e o Paraná são rios dos mais caudalosos das “yndias occidentales”. Quase um século e meio após o descobrimento do caminho marítimo para as Índias, por Vasco da Gama, os espanhóis ainda continuaram a denominar “Índias occidentais” ao continente americano. E parecem perder-se ainda nas incertezas da geografia medieval, quando a Idade Moderna já andava quase bicentenária. Nesse documento se relacionam os moradores da cidade real de Guairá, “que não terá mais de quarenta” e do povoado de Vila Rica do Espírito Santo, ambas sobre o rio Paraná, que terá “duzentos espanhóis”, sem contar os índios. Este povoado, informam, “dista cem léguas pouco mais ou menos do povoado de São Paulo, onde começa o governo do Brasil”. Assim, para os informantes, até a vila de São Paulo se estendia a jurisdição política e judiciária de Espanha. Demais, continuam, como o Brasil começa em São Paulo e segue para o Norte, a região Sul pertence a “senhores particulares portugueses”. Há poucos anos era de Lopo de Souza, o governador da capitania de São Vicente, onde se situa o dito povo de São Paulo, distante cerca de 12 léguas de São Vicente. *Dom Francisco de Sousa, seu governador, descobrira minas de ouro “muy ricas”. Remetem-se amostras a sua majestade: “uma cadeia de pepitas naturais”. Dessas minas pouco se aproveita a gente de São Paulo por ser gente “aragana” e se ocupar mais em fazer entradas aos índios do Paraguai. Todos os anos lá aparecem, uma ou duas vezes, com tropas grandes e pequenas, “até chegar a 400 e 600 portugueses”. E assolam e despovoam as províncias ribeirinhas do Paraná.*

*Dessas incursões trazem, segundo uns, “duzentas mil almas”. Só de uma vez, disse o governador do Paraguai, trouxeram mais de “dez mil almas” (grifo nosso)*⁷²⁴

Tanto a “Explicação” quanto *Visão do paraíso* se referem a um mesmo *acontecimento*, por meio do qual se vislumbra o argumento que nosso trabalho persegue. Trata-se dos “presentes” recebidos por d. Francisco de Sousa (as “pepitas naturais”). É verdade que

⁷²⁴ Tito Lívio Ferreira. *Op. Cit.*, p. 290 – B.

na obra de 1959 a trama chega a apontar o desejo no governador em transformar o Brasil num “outro Peru” por conta da oferta recebida. Aqui e alhures, contudo, a ênfase é dada na questão da desistência à busca das minas e a sua correlata substituição por objetivos mais “realistas”, apoiados no apresamento dos índios do sul do continente americano.

O mesmo tomo acolhe aquela que consideramos a principal contribuição de Sérgio Buarque à mudança de enfoque no museu. Trata-se do artigo “Índios e mamelucos na expansão paulista”⁷²⁵. Como vimos, este trabalho corresponde à primeira seção de *Caminhos e fronteiras*, no qual foi postumamente republicado; na obra de 1957, a seção é preenchida pelo capítulo “Frotas de comércio” (que, por sua vez, origina-se de uma versão, com ligeiras modificações, de “As monções”, texto apresentado no *Curso de bandeirologia*). No que diz respeito aos objetivos do presente capítulo, a publicação de “Índios e mamelucos” nos *Anais do Museu Paulista* não é isenta de significado: estamos diante de um trabalho que apresenta uma significativa divergência com relação à história praticada no período áureo do bandeirismo. Se “Explicação necessária” de Tito Lívio é indício de uma renovada orientação intelectual em jogo, “Índios e mamelucos” é a confirmação dela pelas páginas dos *Anais*.

Não cabe, aqui, uma análise exaustiva deste conhecido artigo. Busca-se situar seu lugar na formulação crítica à imagem cristalizada do bandeirante como conquistador do território no interior do museu. Enquanto parte de *Caminhos e fronteiras*, “Índios e mamelucos” ocupou bastante atenção de estudiosos, que conferiram a ele o papel de “liderança” com relação à capacidade de refutar a transposição, para a realidade colonial, do ufanismo tributário à visão de “São Paulo como a locomotiva da nação”. Um bom exemplo dessa avaliação se encontra no artigo “Pulsações, sangrias e sedimentação: Sérgio Buarque de Holanda e a análise da sociedade paulista no século XVII”, de Ilana Blaj⁷²⁶. Nele se afirma que Sérgio Buarque “critica [...] uma certa visão

⁷²⁵ Sérgio Buarque de Holanda. “Índios e mamelucos na expansão paulista”. In, *Anais do Museu Paulista* – Tomo XIII, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1948.

⁷²⁶ Ilana Blaj. “Pulsações, Sangrias e Sedimentação: Sérgio Buarque de Holanda e a análise da sociedade paulista no século XVII”. In *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1988. A mesma crítica pode ser encontrada em _____. *Sérgio Buarque de Holanda: historiador da cultura material*. In *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998; Ilana Blaj; Marina Maluf. *Caminhos e fronteiras: o movimento na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. n. 122, 1990; Maria Odila Leite da Silva Dias. *De Monções a Caminhos e fronteiras*. In *Revista do Brasil*. v. 3, n. 6, 1987; _____. “Sérgio Buarque de Holanda, historiador”. In Sérgio Buarque de Holanda. *Sérgio Buarque de Holanda: história*. São Paulo, Ática, 1985; _____. “Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda”. In Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998; _____. “Sergio Buarque na

ufanista que ressalta a braveza, o espírito indômito e empreendedor do paulista, quase antecipando para o período colonial a construção pensada para parte do século XIX e século XX, de São Paulo como a ‘locomotiva da nação’”.⁷²⁷ Quanto ao alvo da crítica, complementa a historiadora: “estamos nos referindo, sobretudo, aos escritos de autores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”.⁷²⁸

Ilana Blaj tem razão: como vamos tentando demonstrar, a reflexão empreendida seja no *Curso de bandeirologia*, no Museu Paulista ou ainda em *Visão do paraíso*, não poderia ser igualada à de tais autores; não obstante os vínculos expressivos entre eles. “Índios e mamelucos” é assim exemplo privilegiado de uma reviravolta teórico-metodológica que culmina na historiografia realizada no interior da Universidade. Faz sentido, portanto, posicioná-lo num *entre-lugar*: “entre duas institucionalizações da escrita da história, entre a história pensada e produzida pelo IHGB e pela Universidade, para tomarmos aquelas que parecem ser as instituições mais marcantes de cada momento”.⁷²⁹ Por essa razão, as linhas mestras do artigo, assim como, e principalmente, o lugar no qual é publicado, ajudam a completar um “quebra-cabeça” relativo ao argumento de Sérgio Buarque: se a apresentação ao *Curso de bandeirologia* trata sobretudo da expansão paulista no século XVIII, o artigo publicado nos *Anais* percorre o mesmo tema nos séculos XVI e, principalmente, no XVII. Uma diferença que não é propriamente cronológica: a imagem de São Paulo enquanto polo modernizador do Brasil em “Índios e mamelucos” é perceptivelmente mais atenuada do que em “As monções”. Naquele caso, trata-se de uma fase do bandeirismo segundo a qual os paulistas ainda não haviam experimentado todos os requisitos da modernização continental possibilitada pela regularização das navegações fluviais; e, por isso, de uma condição em que a crítica documental se alia com mais vigor a uma construção explicativa da história capaz de produzir uma representação diferencial do passado.

Alguns elementos de “Índios e mamelucos” permitem pensar nessa direção. Tal como nos capítulos iniciais de *Visão do paraíso*, o artigo insiste em interrogar qualquer certeza técnica quanto às linhas demarcadoras que lapidavam a unidade geográfica continental imaginada a partir de São Paulo: “um mapa do século XVII, apenso à História

USP”. In *Revista de Estudos Avançados*. n. 22, 1994; Manuel Cavalcanti Proença. “Caminhos e fronteiras”. In *Revista do Brasil*. n. VI, 1987.

⁷²⁷ Ilana Blaj. *Op. Cit.*, p. 83.

⁷²⁸ Idem, p. 85 (nota 5).

⁷²⁹ Mateus Henrique de Faria Pereira e Pedro Afonso Cristóvão dos Santos. “Odisseias do conceito moderno de história: *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen*, de Capistrano de Abreu, e *O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos*, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados”. In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. n. 50, p. 32.

dele guerre del Brasile do carmelita Giuseppe de Santa Teresa, representa-nos a vila de São Paulo como um centro de amplo sistema de estradas expandindo-se rumo ao sertão e à costa”. Porém, “os nomes estropiados e o tosco desenho desorientam quem pretendesse utilizar o documento para elucidação de algum ponto obscuro de nossa geografia histórica”. Quanto ao “resto da América portuguesa”, “os sítios povoados não passam, em geral, de simples manchas descontínuas ao longo da marinha, mal plantadas na terra e quase independentes dela”. Não que São Paulo se furte a uma fisionomia peculiar no conjunto da colonização brasileira. Sérgio Buarque destaca seu “colorido social inconfundível”: indivíduos aptos ao deslocamento, diferentes, assim, do sedentarismo típico da sociedade constituída no litoral nordestino⁷³⁰. Porém o deslocamento não se confunde com a busca de novos lineamentos geográficos que atribuíssem à América portuguesa uma formação orgânica. Ao contrário: “será talvez exagerado imaginar-se um traçado inteiramente fixo para as trilhas [...] usadas [...] pelos bandeirantes. É bem conhecida a instabilidade de algumas dessas primitivas vias de comunicação [...] quando surja uma interrupção mais ou menos prolongada no seu uso”. Assim, “cada viagem tomaria, de certo modo, a aparência de uma exploração nova, de um novo trabalho de engenharia”⁷³¹. Tudo era feito a pé, e “a própria navegação fluvial não figura, nesse movimento, salvo como exceção à regra”.⁷³²

Apoiando-se em *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano* (1936), de Alfredo Ellis Jr., e *História seiscentista da vila de São Paulo* (1926-1929), de Afonso de Taunay, Sérgio Buarque reflete sobre aquele mesmo desejo de D. Francisco de Sousa em encontrar “novos potosis”. Ante as dificuldades de locomoção dos primeiros paulistas, o governador investiga a possibilidade em importar lhamas do Peru para facilitar a busca de metais preciosos. O projeto porém não dá certo: “O paulista continuou a caminhar a pé, onde não podia dar-se o luxo de possuir cavalgadura”.

Sonhando sempre com novos potosis, d. Francisco de Sousa chegara a pensar, em princípios do século XVII, na possibilidade de fazer importar duzentas lhamas do Peru; nesse sentido houve mesmo uma provisão real. O plano jamais chegou a consumir-se,

⁷³⁰ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 177. Vale lembrar que, em *Caminhos e fronteiras*, Sérgio Buarque não se refere somente ao mapa do carmelita Giuseppe de Santa Teresa, mas a “alguns mapas e textos do século XVII apresentam-nos a vila de São Paulo como centro de amplo sistema de estradas expandindo-se rumo ao sertão e à costa”. Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 19.

⁷³¹ Idem, p. 192.

⁷³² Ibidem, p. 282.

como não se consumaram outros grandes projetos do senhor de Beringel, ao menos enquanto viveu. E o paulista continuou a caminhar a pé, onde não podia dar-se o luxo de possuir cavalgadas. Em realidade as estradas do sertão e as do mar⁷³³.

Em seguida é reforçada uma imagem pejorativa das “estradas do sertão e do mar” contemporâneas ao “século das bandeiras”. O objetivo, no caso, seria diferenciá-las, em termos societários, da futura supremacia do tropeiro.

Em realidade as estradas do sertão e do mar – esta construída de propósito para pedestre, e parece que em forma de escada nos lugares mais alcantilados, segundo fazem crer velhos testemunhos – adaptavam-se mal às cavalgadas durante todo o século XVII, o século das bandeiras. E além disso a relativa escassez de cavaleiros nessa época, não autoriza a crer que pudessem ser utilizados em escala considerável pelos moradores da terra. A posse de cavalgadas correspondia, aparentemente, menos a uma conveniência prática do que a um luxo⁷³⁴.

A ausência de lhamas em São Paulo gerou à época um serviço de locomoção realizado predominantemente por índios “especialmente dedicados ao transporte de fardos e passageiros”. Se, a certa altura, São Paulo passa a conviver com animais de transporte, o fato não deixa de gerar medidas desastrosas: “a de aumentar consideravelmente o número de desocupados e vadios” que até então viviam da prestação de serviço de locomoção. Tais dificuldades acabam consagrando uma imagem pejorativa do bandeirismo. Pois São Paulo consolida-se como uma capitania isolada do resto do país. Neste momento, conforme observou Ilana Blaj referindo-se à “Índios e mamelucos”, “Sérgio Buarque rejeita a tese do progresso linear, evolutivo, que teria caracterizado

⁷³³ Ibidem, p. 284.

⁷³⁴ Ibidem, p. 284 e 285. No capítulo “O ‘outro Peru’” não consta as referências a Afonso de Taunay e Alfredo Ellis Jr.. Já as mesmas anedotas sobre D. Francisco de Sousa ganham fôlego e se concentram nas opiniões do governador acerca dos novos potosis. A exemplo da seguinte passagem: “Com todo o desvairado otimismo de seus planos grandiosos, não é impossível que, no íntimo, Dom Francisco se deixasse impressionar por aquela ideia, partilhada com outros portugueses da época, de que, em matéria de ouro e prata, Deus se mostrara mais liberal aos castelhanos, dando-lhes a fabulosa riqueza de suas minas. Assim se explica a miragem do Potosi, o sonho, que já tinha sido o de Tomé de Sousa, de fazer do Brasil um “outro Peru” e que está presente em todos os atos de sua administração. Essa ideia obsessiva há de levá-lo, em dado momento, ao ponto de querer até introduzir lhamas andinas em São Paulo. Com esse fito chegaria a obter provisão real, lavrada em 1609, determinando que se metessem aqui duzentas lhamas ou, em sua linguagem, “duzentos carneiros de carga, daqueles que costumam trazer e carregar a prata de Potosi, para acarrear o ouro e a prata” das minas encontradas nas terras de sua jurisdição. E recomenda-se no mesmo documento que das ditas lhamas se fizesse casta e nunca faltassem. Já seria essa, à falta de outras, uma das maneiras de ver transfiguradas as montanhas de Paranapiacaba numa réplica oriental dos Andes”. Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 158 e 159.

nosso passado colonial, a ponto de *obliterar as diferenças e os localismos, produzindo as famosas sínteses de nossa história colonial*” (grifo nosso).⁷³⁵

Por fim, este capítulo não oferece uma explicação acabada à discrepância gradual de “Índios e mamelucos” com tudo o que havia sido sugestionado até então pelas páginas dos *Anais*. Insiste-se todavia no fato de que, em termos institucionais, a ideia de apresentar “As Monções” em 1946 no *Curso de bandeirologia* e três anos depois publicar “Índios e mamelucos” seja fruto de uma opção estratégica; estratégia de produzir um “distanciamento dialogado” com seus “pares”. Mesmo assim, uma distância integral nunca se efetiva de fato. No próprio livro *Caminhos e fronteiras*, de 1956, como aponta Fernando Novais, “finalmente podemos visualizar melhor a sutileza polissêmica do belo título, pois o livro trata, ao mesmo tempo, das trilhas dos bandeirantes e raias da Colônia, mas sobretudo das direções e limites de nossa Civilização”⁷³⁶. Tão pouco se efetiva completamente em *Visão do paraíso*, embora neste caso a distância seja algo por assim dizer predominante.

O impacto da apresentação de Sérgio Buarque do *Curso de bandeirologia*, bem como de sua gestão no Museu Paulista, em *Visão do paraíso*, não impede de pensar a ocasião do estudo comparado dos imaginários ibéricos nesta obra. Desnecessário retomar o argumento das páginas anteriores para embasar esta afirmação. Tomem-se as observações presentes nos tomo XIII dos *Anais do Museu Paulista* que gravitam em torno de D. Francisco de Sousa, que parecem sintetizar o percurso percorrido por este capítulo, bem como a diferença de paradigmas em jogo⁷³⁷. Em 1958/1959 o autor produz uma roupagem peculiar das cobiçadas minas de Potosi por D. Francisco de Sousa, como tentamos mostrar: as reorganiza dentro de um modelo de história comparada, buscando adaptá-las a um objetivo de investigação convergente aos códigos disciplinares de uma tese de cátedra. Em 1949, quando da publicação do referido tomo, a alusão ao governador se dava em outros termos. A comparação entre a América portuguesa e espanhola é realizada de forma intermitente, pontual, e como um tema

⁷³⁵ Ilana Blaj. *Op. Cit.*, p. 83. A contestação também pode ser vista pela representação – que, por uma questão de recorte, não é explorada em nosso trabalho – do processo de adaptação daqueles sertanistas à sociabilidade indígena; algo que, como salienta Robert Wegner, “significava rebaixar o herói bandeirante que se elevava acima dos selvagens e da natureza hostil da selva para o humilde lugar de quem, para vencer as hostilidades do meio e os índios que subjugou, foi obrigado a aprender com estes mesmos indígenas técnicas e hábitos mais adequados para sua sobrevivência”. Robert Wegner. *Op. Cit.*, p. 16.

⁷³⁶ Fernando Novais. “Prefácio”. In Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p. 8.

⁷³⁷ Consideramos somente o tomo XIII pois é o único publicado durante a gestão de Sérgio Buarque que promove uma reflexão historiográfica tendo o sétimo governador do Brasil como referência.

subsidiário à questão da expansão bandeirante. Algumas poucas regiões da porção castelhana do continente são mencionadas na “Explicação necessária”, de Tito Lívio. Mas servem quase que exclusivamente à descrição das tentativas de assenhoreamento delas pelos “Portugueses de São Paulo”.

Entre elas, o Paraguai. “Curioso o modo como os Portugueses de São Paulo exerciam a sua atividade nos territórios ocupados pelos jesuítas do Paraguai”, indaga-se Tito Lívio. A região achava-se no centro de uma disputa por sua posse territorial e pelo domínio leigo ou religioso dos povos nativos por portugueses de São Paulo e jesuítas. O foco das atenções contudo recai nos primeiros, considerados pela documentação que ampara a análise do então diretor da Seção de História “cada vez mais perigosos”: “entre essa gente má se compõe, pela maior parte, ‘de delinquentes facinorosos desterrados de Portugal por seus delitos [escravagistas] e são menos cristãos’ do que se pensa”. Nem a pessoa, nem a imagem de Antonio Raposo Tavares são poupadas por Tito Lívio, que ressalta: “os jesuítas exigem a prisão e entrega das autoridades espanholas do rei do bandeirantismo, para que seja feita justiça”. De fato, o autor mostra-se alinhado às proposições do diretor da instituição em relação à análise do bandeirantismo. Com relação à abordagem das fronteiras entre as Américas ibéricas, “Explicação necessária” menciona o fato de que, à época, tanto portugueses quanto espanhóis pouco sabiam por onde passava a linha fronteira entre o Brasil e os Andes⁷³⁸, com isso adiantando uma hipótese depois aprimorada em *Visão do paraíso*. Porém, a observação a rigor não se desdobra em reflexões mais consistentes e detalhadas, ou mesmo num método específico de análise que poderia guiar a leitura dos documentos no interior do museu. É esse o ponto que, a partir de D. Francisco de Sousa, interessa frisar.

⁷³⁸ Tito Lívio. *Op. Cit.*, p. 290-D e 290-E.

Capítulo 4 – Políticas ibéricas de colonização da América

Este capítulo pretende refletir sobre uma indagação lançada por Sérgio Buarque logo na primeira frase de “América portuguesa e Índias de Castela”, último capítulo de *Visão do paraíso*: “É possível, desta excursão já demorada à volta dos mitos geográficos difundidos na era dos grandes descobrimentos marítimos, tirarem-se conclusões válidas para um relance sobre a formação brasileira, especialmente durante o período colonial?”.⁷³⁹ A questão se adequa às intenções deste capítulo da obra, que tem a função de apresentar uma conclusão às proposições do estudo comparado percorrido nas páginas anteriores deste trabalho. Lembremos novamente: Sérgio Buarque explica à banca examinadora durante a defesa de sua tese de cátedra que “a proposição e a conclusão existem na tese [e no livro], ainda que o último capítulo, que pretendeu ser de certo modo uma conclusão, não tivesse tido esse título”.⁷⁴⁰ Cabe observar que o então candidato à cadeira de Civilização Brasileira fala, ao mesmo tempo, sobre *proposição* e *conclusão*, procurando concatenar estas duas etapas do trabalho acadêmico⁷⁴¹. Aquela que elegemos como a terceira parte de *Visão do paraíso*, circunscrita pelo sexto capítulo, “As atenuações plausíveis” ao último, procuram assim responder à indagação ao propor e comparar, de forma mais aclarada do que outras partes da obra, dois *modelos de colonização*. E demonstrar que, neles, as *diferenças* entre o caso encontrado na América portuguesa e nas Índias de Castela, bem como suas respectivas formas imaginárias acerca do paraíso terrestre, podem ser categorizadas em termos políticos.

A atenuação do imaginário acerca da colonização na América portuguesa é explicada, aqui, por dois fatores que se somam num único modelo político feitorial da colonização: a maciça presença da Coroa no governo central da colônia, que acabou por condenar de forma sistemática as elucubrações imaginárias que concediam um “lugar honroso” à América lusitana na mística topografia edênica; e, ainda, um modelo mercantil que se circunscreve nos limites da circulação intermitente de mercadorias. E que por isso mesmo, nos termos propostos e reiterados por Sérgio Buarque, ela não poderia ser confundida com o moderno desenvolvimento de um modelo colonial

⁷³⁹ Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 443.

⁷⁴⁰ Myriam Ellis. “Concurso para provimento da Cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo”. In *Revista de História*. n. 38, 1959, p. 497.

⁷⁴¹ Sérgio Buarque afirmaria que “A proposição e a conclusão existem na tese, ainda que o último capítulo, que pretendeu ser de certo modo uma conclusão, não tivesse tido esse título”. (Myriam Ellis. *Op. Cit.*, p. 497); ele estava respondendo à seguinte arguição do “professor dr. Afonso Arinos de Melo Franco [que] terminou a sua arguição afirmando o valor da obra no campo da Geografia, da História, da História das Ideias, da Medicina e da Literatura. [Não obstante,] sua última objeção crítica [...] [foi] que se explicasse o candidato como considerava a tese. Como um trabalho universitário de concatenação de dados, de proposição e conclusão? Como, se a tese escapava a essa orientação?”. *Idem*. p. 496.

pautado na grande propriedade monocultora, destinada à *produção* de gêneros para o comércio europeu. Em relação à expansão espanhola nas Índias de Castela, pode-se perceber, ainda nos passos do historiador, um modelo moderno de “cunho nitidamente imperial”, aplicado também às regiões da Europa. Uma modernidade que, diferentemente do caso lusitano, baseou-se na liberdade concedida pelo Império ao arbítrio e à imaginação individual: é como se predominasse o esforço privado e individual sobre a ação do Estado. Para demonstrar estes fatores recorreremos, também, às linhagens historiográficas que subsidiam a referida indagação do autor. Ambos os modelos são pensados por meio de uma leitura do que a história da História convencionou chamar de história política; leitura que se divide em dois tempos, por assim dizer: a partir do modelo da colonização do Brasil pensado por meio de um diálogo com a concepção de história política do historicismo alemão, representado pelo historiador Leopold von Ranke. Já a América espanhola ganha uma análise pautada por uma metodologia vinculada a uma concepção de história política da Escola dos Annales, particularmente do principal representante de sua segunda geração, Fernand Braudel.

Em seguida, nosso trabalho abre um parêntese. A ocasião do problema central de *Visão do paraíso* não se traduz evidentemente num isolamento estanque em relação às demais reflexões de Sérgio Buarque de Holanda, convém reiterar. Por conta disso, busca-se fazer uma análise de como o estudo comparado, na obra de 1959, a um só tempo *aproxima-se* e *distancia-se* da conhecida proposta de comparação das Américas ibéricas, acolhida em *Raízes do Brasil*. Salientamos anteriormente, e mais de uma vez, que *Raízes do Brasil* não seria incluído em nossa análise, seja por conta da periodização escolhida, seja por não representar exatamente o cerne do que igualmente se acostumou denominar de “fase historiográfica” de Sérgio Buarque. No entanto, percebê-lo próximo e, ainda, distante de *Visão do paraíso*, ajuda, por um lado, melhor compreender esta última obra, inclusive e sobretudo os seus “aspectos de circunstância”, em razão das próprias diferenças que se quer aqui destacar. Fechado o parêntese, faremos uma análise de um resultado de pesquisa de Sérgio Buarque em sua estadia de dois anos como docente e pesquisador na Itália, entre 1952 e 1954. Trata-se de *A contribuição italiana para a formação do Brasil*: obra originalmente publicada na forma de artigo⁷⁴², acolhedora de uma hipótese amadurecida neste período, e que subsidia a formulação do

⁷⁴² Sérgio Buarque de Holanda. *A contribuição italiana para a formação do Brasil*. Florianópolis, UFSC, 2002 (originalmente publicado em *Revista Ausonia*. v. IX, n. 5, 1954).

modelo político feitorial acima lembrado. A saber, que este se assemelhava de forma expressiva às atividades coloniais italianas tardo-medievais, marcadas pela noção de *entreposto*. A análise por um lado explora os nexos possíveis entre a produção da publicação e dos últimos capítulos de *Visão do paraíso*; destaca, contudo, que *A contribuição italiana* não traz o desvelo metodológico sobre a comparação dos imaginários ibéricos, encontrada alguns anos mais tarde na obra que se origina do concurso de cátedra.

Por último, faremos uma reflexão dividida em dois momentos sobre a atividade de Sérgio Buarque como professor e, também, como aluno da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, entre 1947 e 1958. Primeiro busca-se mostrar que, como docente de História Econômica do Brasil da cadeira Roberto Simonsen, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, atividade desenvolvida com ligeiras interrupções entre os anos de 1947 e 1955, o autor já se dedicava ao ensino de uma História Geral do Brasil, com ênfase na economia política do período colonial e republicano, em prejuízo, mais uma vez, do que estamos considerando como objetivo central de *Visão do paraíso*. Em seguida destacamos o aluno da Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais da instituição desde agosto de 1956, quando se matricula para obter um título acadêmico necessário para prestar o concurso à cadeira de Civilização Brasileira. Tem-se em vista no caso a seguinte questão: é a contingência do curso (e, assim, do concurso) que o leva a desenvolver uma formalização e sistematização de fôlego, em moldes particularmente historiográficos e acadêmicos, dos dois modelos de colonização que serão objeto de análise das próximas páginas. Eles aparecem não nos trabalhos finais apresentados como requisitos obrigatórios desta etapa. Estão maciça e particularmente presentes em outro requisito necessário à obtenção do diploma: sua dissertação de metrado, intitulada *Elementos formadores da sociedade portuguesa na época dos Descobrimentos*⁷⁴³, defendida em 04 de julho de 1958.

4.1. O moderno Império ultramarino espanhol

A concepção de Império espanhol atribuída por *Visão do paraíso* à expansão colonial ultramarina espanhola também encontra suas referências na produção historiográfica da Escola dos Annales. Agora porém são deixadas pontualmente de lado as obras e autores

⁷⁴³ Sérgio Buarque de Holanda. *Elementos formadores da sociedade portuguesa na época dos Descobrimentos*. São Paulo, Escola Livre de Sociologia e Política (Dissertação de Mestrado), 1958.

que, tal como *O problema da incredulidade*, de Lucien Febvre, auxiliam a discussão sobre a Renascença (ainda que a reflexão sobre este período histórico propriamente dito seja o tempo todo preservada, como veremos). É que agora Sérgio Buarque está atento à segunda geração, e nesta ao paradigmático *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II* (1949), de Fernand Braudel⁷⁴⁴.

É conhecida a oposição de suas três gerações à história política tal como realizada pelo *historicismo*. Francisco Calazans Falcon salienta como são muitas e não raro contraditórias as significações dadas a esta expressão.⁷⁴⁵ Ainda assim, com o objetivo de deixar nossa argumentação menos intrincada, é preciso dizer que estamos nos referindo propriamente ao historicismo cientificista, que compreende para Arno Wehling “a produção da esmagadora maioria dos cientistas sociais entre 1850 e a Primeira Guerra Mundial nos campos da história, antropologia, direito, sociologia, economia, ciência política”. E que se caracteriza “nas suas vertentes mais conhecidas – evolucionismo, positivismo, grande parte do marxismo – pela prevalência da explicação histórica sobre a sistêmica, da diacronia pela sincronia, pela busca de leis que traduzissem as regularidades do processo histórico”⁷⁴⁶. Parece-nos este o contexto no qual uma ideia de história política historicista é praticada, e que, por isso mesmo, equivale ao alvo contra o qual se insurge a Escola dos Annales.

A posição de Fernand Braudel, contudo, não se confunde com a negação da história política, mas, isto sim, ao reclamo de uma história política em novos termos: por um lado seria preciso se desfazer da teleologia e de qualquer coisa que pudesse ser assentada no evolucionismo a partir da qual uma análise factual seria conduzida; por outro, buscava-se promover conciliações variáveis entre os fenômenos de “ruptura” e os de “tempo imóvel”, realocando-os, quase sempre, no que o historiador francês definiu como a duração média dos acontecimentos; e, pertencente a ela, uma concepção de

⁷⁴⁴ A edição citada por Sérgio Buarque corresponde à original: Fernand Braudel. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris, A. Colin, 1949. Ao longo do trabalho vamos utilizar a seguinte edição: Fernand Braudel. *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. São Paulo, Martins Fontes, 1984. Poderíamos ir além desta referência, pois, por exemplo, é citado, também, e amparando as alusões a Fernand Braudel, “Pierre CHAUNU, *Seville et l'Atlantique (1504-1650). Partie Statistique, I*” (ou seja, um dos alunos principais de Braudel, e uma das obras mais importantes desta geração).

⁷⁴⁵ Francisco José Calazans Falcon. “Historicismo: antigas e novas questões”. In *História revista*. v. 7, n. 1/2, 2002, p. 24.

⁷⁴⁶ Arno Wehling. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro/Niterói, Editora Central da Universidade Gama Filho/Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994, p. 29.

história política não exclusivamente factual, nem condenada a sê-lo.⁷⁴⁷ A diferença entre estas duas concepções transparece até mesmo numa carta de Fernand Braudel a Lucien Febvre, na qual confidencia a seu mestre o desejo de estudar a política mediterrânea de Felipe II. Febvre demonstrava um real encantamento com o tema, mas ao final inquire: “Felipe II e o Mediterrâneo, belo objeto. Mas por que não o Mediterrâneo e Felipe II? Um outro grande tema ainda? Pois, entre esses dois protagonistas, Felipe e o Mar Interior, as importâncias não são iguais”⁷⁴⁸.

É como se, para a história política historicista, mais importante é a história cronológica de Felipe II, e para Fernand Braudel, o soberano importa na medida em que é capaz de esclarecer uma *conjuntura política* mais vasta em termos *geográficos e temporais*. Neste mesmo “andar da história” estaria o domínio propriamente político da concepção braudeliana de História, responsável, precisamente, por orientar a leitura da obra *O mediterrâneo* por Sérgio Buarque: um domínio representado pelos impérios do século XVI, precisamente o Império Espanhol “na época de Felipe II”. Por isso, o *político* não deve ser associado a uma “história quase imóvel” e estrutural. Converge mais propriamente com a “temporalidade média” que o Império Espanhol ocupava na época, pois se trata de “movimentos de conjunto e/ou coletivos” que ganham sentido por uma politização cujo desenho é centralizado na realeza de Felipe II. Este, enquanto substituto e herdeiro de Carlos V, representa a partir da segunda metade do século XVI, nos termos de *O mediterrâneo*, “[um] Império muito mais vasto, mais coerente, mais sólido do que o de Carlos V, menos empenhado na Europa, mais exclusivamente centrado na Espanha e assim trazido para o Oceano”⁷⁴⁹.

É ocioso esboçar qualquer genealogia sobre a concepção de Império de Fernand Braudel, uma vez que *Visão do Paraíso* está longe de acolhê-la de forma integral, ou mesmo exclusiva. De *O mediterrâneo*, Sérgio Buarque incorpora aquela paulatina

⁷⁴⁷ Fernand Braudel. *Escritos sobre a História*. São Paulo, Perspectiva, 2005, p. 46. Como saliente Rodrigo Bianchini Cracco. *A longa duração e as estruturas temporais em Fernand Braudel: de sua tese O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II até o artigo “História e Ciências Sociais: A longa duração” (1949-1958)*. Assis, Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP (Dissertação de Mestrado), 2009, “A tese de Braudel *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l’époque de Philippe* [...], é considerada por muitos autores como uma obra que pode ser lida de diversas formas, a mais comum destas formas é invertendo as três partes da obra, numa leitura ao contrário. Neste sentido temos a princípio um relato de eventos, história política, militar e diplomática sob a égide da figura de Felipe II, seguida do estudo das durações de médio fôlego, das conjunturas econômicas e sociais e, por fim, um estudo das relações do homem com o meio, da geografia da região mediterrânica, estendendo-se por desertos e planícies nos arredores” (p. 52).

⁷⁴⁸ Lucien Febvre. *Philippe II et la Franche-Comté*. Paris, Champion, 1912. In José Jobson de Andrade Arruda. “O Século de Braudel”. In *Novos Estudos – Cebrap*. v. 2, n. 4, 1984, p. 37.

⁷⁴⁹ Fernand Braudel. *Op. Cit.*, p. 36.

“consciência das Índias” durante governo de Felipe II, em parte inédita se comparada ao seu predecessor, Carlos V, e que, precisamente por isso, resulta estrategicamente numa forma de ocupação *incompleta* do Novo Mundo. Até certo ponto a questão é saber “se o oceano pertencerá à Reforma ou aos Espanhóis, à gente no Norte ou aos ibéricos, porque é exatamente do Atlântico que se trata desde então”. “O império hispânico [afinal] inclina-se para o Oeste, na direção desse imenso campo de batalha, com a sua prata, as suas armas, os seus barcos, as suas bagagens, as suas ideias políticas”⁷⁵⁰. Mas, mais ainda, trata-se de uma *concepção de Império* que, para além do Novo Mundo, tem como finalidade primeira o domínio político do Mediterrâneo, daí a importância deste espaço geográfico para Fernand Braudel, e, como ainda veremos, para a construção da mesma questão em *Visão do paraíso*.

Se for possível articular este “conjunto político” – o termo mais uma vez é de Braudel⁷⁵¹ – às escalas de análise mais amplas, é possível dizer que estaríamos diante de um *novo tempo do mundo*, isto é, aquele “tempo histórico” cunhado pelo historiador francês “retomando a feliz expressão de Wolfram Eberhard”, historiador especializado na China⁷⁵². A expressão é utilizada no título do terceiro e último volume de *Civilização material, economia e capitalismo*, bem como no conhecido artigo “A História e as Ciências Sociais: a longa duração” (neste caso, para sublinhar a originalidade do historiador quando confrontado com cientistas sociais): “O tempo do mundo, o tempo histórico aí se encontra, como o vento em Eolo, mas fechado numa pele de bode”. Não se trata da totalidade da história dos homens, mas “um tempo vivido nas dimensões do mundo, o tempo do mundo, que no entanto não é, não deve ser, a totalidade da história dos homens. Esse tempo excepcional rege, conforme os lugares e as épocas, certos espaços e certas realidades”.⁷⁵³ Os impérios modernos, na forma de um “super-Estado”,

⁷⁵⁰ Idem, p. 36.

⁷⁵¹ Ibidem, p. 39.

⁷⁵² Agradeço a José Jobson de Andrade Arruda pela sugestão em incorporar no argumento da tese a configuração braudeliana de um “Novo tempo do mundo”.

⁷⁵³ Fernand Braudel. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: o tempo do mundo*. São Paulo, Martins Fontes, 1996, p. 8; Ver _____. “História e Ciências Sociais: a longa duração”. In *Revista de História*. n. 62, 1965, onde o historiador afirma, em resposta a Gurwitsch: “Cada realidade social esconde seu tempo ou suas escalas de tempo, como vulgares conchas. Mas que ganharemos com isso, nós, historiadores? A imensa arquitetura desta cidade ideal permanece imóvel. A história está dela ausente. O tempo do mundo, o tempo histórico aí se encontra, como o vento em Eolo, mas fechado numa pele de bode. Não é contra a história que estão, final e inconscientemente, os sociólogos, mas contra o tempo da história – esta realidade que permanece violenta, mesmo se se procura dominá-la, diversificá-la” (p. 291). Lembre-se que estamos preocupados com a instância política desta expressão, e não exatamente econômica, apesar desta ser importante. Por isso não será necessário se ater à visão braudeliana (prosseguida, por exemplo, por Imanuel Wallerstein, e em menor medida, por Giovanni Arrighi) de “economia-mundo”, ela mesma entendida numa tríplice temporalidade: um espaço cujos

condiz com esse “novo tempo” do mundo. Como salienta Guilherme Ribeiro, eles arregimentam relações entre os espaços político e econômico⁷⁵⁴ e assim, agora nas palavras de Braudel, “coloca um problema de conjunto”: uma forma peculiar de modernidade que não é, ainda, a plena modernidade capitalista; uma modernidade regida por “triunfos da política sobre a economia” que todavia possibilita a Europa irromper “para o vasto mundo, para o Mediterrâneo desde o século XI, para o Atlântico com as fabulosas viagens de Colombo (1492) e de Vasco da Gama (1498)”⁷⁵⁵

4.2. Histórias da colonização portuguesa no Brasil

O historiador alemão Leopold von Ranke, por sua vez, é referência para Sérgio Buarque ilustrar o modelo político feitorial da colonização portuguesa. Ranke é citado uma única vez em *Visão do paraíso*. Trata-se da obra *Die Osmanen und die spanische monarchie im 16. und 17.*⁷⁵⁶. Se o historiador alemão é no caso pontualmente aludido, é possível saber que esta publicação foi lida e analisada com dedicação pelo congêneres brasileiro: três de seus capítulos se encontram na coletânea de textos de Leopold von Ranke, organizada e apresentada por Sérgio Buarque. Intitulados “As colônias americanas”, “Aquisição de Portugal” e “A restauração de Portugal”⁷⁵⁷, merecem aqui atenção redobrada, pois subsidiam a referida reflexão empreendida na obra de 1959. Antes de adentrá-la é necessário esclarecer o que Leopold von Ranke entende por história política. Sem procurar explorar a questão por todos os ângulos, e cuidando para mais a frente delinear a leitura específica de Sérgio Buarque de *Die Osmanen und die Spanische Monarchie*, lembre-se que seus pressupostos relacionam-se ao método historista de análise histórica.

Por método historista, entenda-se uma crítica ao historicismo, tal como anteriormente esboçado, segundo a qual o processo histórico não pode ser compreendido por meio de

limites se rompem de tempos em tempos, recortado por jurisdições políticas concorrentes, formado por zonas concêntricas por uma divisão de trabalho que as hierarquiza, gravitando o conjunto em torno de um polo, representado originalmente por uma cidade-estado, depois por uma capital econômica.

⁷⁵⁴ Guilherme Ribeiro. *Espaço, tempo e epistemologia no século XX: a geografia na obra de Fernand Braudel*. Niterói, Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (Tese de Doutorado), 2008, p. 214.

⁷⁵⁵ Fernand Braudel. *Op. Cit.*, p. 45.

⁷⁵⁶ Leopold von Ranke. *Die Osmanen und die Spanische Monarchie im 16. und 17. Jahrhundert*. Leipzig, Duncker & Humblot, 1877 [1827].

⁷⁵⁷ Ver *Leopold von Ranke: história* (Sérgio Buarque de Holanda, org.). São Paulo, Ática, 1979.

uma abordagem teleológica. É preferível encará-lo como expressão do *particular*. Na medida em que, para Leopold von Ranke, uma época não prenuncia, tão pouco oferece uma explicação causal para o desenvolvimento de outra, ela não serviria, pois, para embasar explicações evolucionistas da história. Daí a expressão que ligaria o nome do historiador alemão a uma profissão de fé tão empirista quanto afeita à hipótese de uma noção de relativização antirracionalista, a relativização antropológica e cultural propriamente dita: “cada época é imediata a Deus”⁷⁵⁸. Como lembra Fernando Novais, alguns elementos desta crítica servem como ponto de partida da leitura de Ranke proposta por Sérgio Buarque em “O atual e o inatual em Leopold Von Ranke”, introdução à referida coletânea⁷⁵⁹: “o que ele [Sérgio Buarque] define como *historismo*, a diferença que ele faz entre historicismo e historismo [...] me parece que é crucial para entender o procedimento metodológico de Sérgio Buarque”.⁷⁶⁰

“O atual e o inatual em Leopold von Ranke” de fato enfrenta este debate. É possível portanto dizer que historicismo, nos termos de Sérgio Buarque, diz respeito à “explicação escatológica” em que se verifica “essa preocupação com o sentido (fim) da História”⁷⁶¹. Ora, “no caso de Ranke dá-se exatamente o oposto. Uma das constantes críticas que lhe foram feitas ainda em vida dirige-se contra sua recusa deliberada a querer dar sentido à História”⁷⁶². Em outras palavras, “é forçoso observar que sua noção científica da História, ao mesmo tempo em que lhe traçava limites fixos no espaço, também excluía a dimensão do futuro”.⁷⁶³ Ao se referir a uma “história política”, Leopold von Ranke está menos preocupado com uma sucessão lógica ou cronológica de eventos, e mais no que Sérgio da Mata, a partir do filósofo Odo Marquard, acertadamente caracteriza como um história multiversal: a busca por uma “história no singular [que] nada mais seria do que um agregado de histórias” e na qual a história universal seja movida não por um sentido e fim determinado e sim pelas conexões de

⁷⁵⁸ Sobre as condicionantes mais amplas do pensamento de Leopold von Ranke, ver: Julio Bentivoglio. “Leopold von Ranke”. In Jurandir Malerba (org). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro / Porto Alegre, Editora da FGV / EDIPUCRS, 2010. Para uma crítica do historiador alemão ao evolucionismo, ver: Georg Iggers. *The german conception of history: the national tradition of historical thought from Herder to the present*. London, Wesleyan University Press, 1988.

⁷⁵⁹ Sérgio Buarque de Holanda. “O atual e o inatual em Leopold von Ranke”. In *Leopold von Ranke: história* (Sérgio Buarque de Holanda, org.). São Paulo, Ática, 1979.

⁷⁶⁰ Fernando Novais. “Comentário à comunicação de Antonio Candido”. In *3º colóquio UERJ – Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro, Imago, 1992, p. 107.

⁷⁶¹ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 45 e 46.

⁷⁶² Idem, p. 46.

⁷⁶³ Ibidem, p. 31.

povos particulares⁷⁶⁴.

A noção de história multiversal permite assim aproximar a história política de Leopold von Ranke à conceitualização do termo cultura, proposta sobretudo nos primeiros dois capítulos da tese. Não por acaso, um dos filólogos que Sérgio Buarque chama ao primeiro plano para lapidar o que ele entende ser a noção de historismo do historiador alemão é Ernst Robert Curtius. Este salienta a aversão francesa ao historismo germânico, que nada mais seria do que a atualização do antagonismo entre “civilização” e “cultura”, em outros termos, evidentemente⁷⁶⁵: de um lado, a “civilização” expressa pelo historicismo (particularmente, pelo pensamento racionalista e universalizante do iluminismo que alimentaria o liberalismo e o positivismo de meados do século em diante); de outro, a “cultura”, representativa do historismo (captação por processos irreduzíveis à razão analítica e de totalidades históricas singulares e concretas)⁷⁶⁶. Para exemplificar esta discussão, que no limite diz respeito à natureza e à própria inteligibilidade do processo histórico, Sérgio Buarque recorre ao historismo de Jacob Burckhardt, “que tanto se irritava com o princípio de racionalidade universal”⁷⁶⁷. E lembra a solução proposta pelo autor suíço ao seu próprio nervosismo: tratar o processo histórico por meio da noção de continuidade, não de progresso.

A expansão ultramarina, com efeito, conforma-se a um momento da história universal articulado às histórias nacionais europeias. Mas o fato de serem “nacionais” não significa que desaguam numa concepção de futuro comum. O “comum”, no caso, se dá por meio da duração de uma forma cultural, como explica Sérgio Buarque, tendo, muito provavelmente, como referência uma leitura de Ranke entremeada por Burke:

[Um] “momento” notável há de manifestar-se [...] com a expansão ultramarina, em que diferentes nações do ocidente europeu, guerreando-se, embora, muitas vezes, se acham articuladas pelos mesmos propósitos, nascidos [...] do desejo de estender sobre terras distantes, muitas vezes ignoradas das gerações antecedentes, sua fé e o empenho de dilatar além dos mares a cultura que tiram de uma tradição comum⁷⁶⁸.

Para perceber as diferenças, isto é, a perspectiva multiversal existente dentro desta

⁷⁶⁴ Sérgio da Mata. “Ranke reloaded: entre história da historiografia e história multiversal”. In *História da Historiografia*, n. 6, 2011, p. 249.

⁷⁶⁵ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 34.

⁷⁶⁶ Para uma diferenciação entre as vertentes francesas e alemãs do historicismo e do historismo, ver “A ação e a renúncia”, primeiro capítulo de Gabriel Cohn. *Crítica e resignação: Max Weber e a teoria da social*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

⁷⁶⁷ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 43.

⁷⁶⁸ Idem, p. 26.

tradição comum, é preciso atenção aos capítulos de *Die Osmanen und die Spanische Monarchie* compilados pelo historiador brasileiro. Em tempo: são complexas e cheias de possibilidades as leituras de Sérgio Buarque de Leopold von Ranke, presentes em *Visão do paraíso*. É preciso descartar também as tentativas muito convictas de aproximar a ideia de “histórias nacionais”, presente no historiador alemão, do modelo político feitorial da colonização portuguesa consubstanciado na obra de 1959: na ótica desta publicação, muito mais importante do que o adjetivo “nacionais” é, certamente, o substantivo “histórias”. Assim, a primeira particularidade atribuída por Ranke à expansão ultramarina portuguesa é tratá-la como *subsidiária* à espanhola. Esta, em “A aquisição de Portugal”, capítulo de *Die Osmanen und die Spanische Monarchie*, é percebida pelos portugueses como um Império superior às formas propriamente lusitanas de organização social: “os portugueses conservavam viva a consciência de suas peculiaridades [...] no contato com um império poderoso que os superava e, certa vez, até ameaçou devorá-los”. Donde a anedota: “as festas comemorativas das vitórias de lusitanos sobre castelhanos não deixaram jamais de celebrar-se com alegria e orgulho”. A exemplo de “D. Catarina, que deveria ser o símbolo da aproximação luso-espanhola, não era popular, tanto que muita gente da roda de seu neto procurava evitá-la”.⁷⁶⁹

Quais peculiaridades? A de que a expansão de Portugal não era imperial, mas de colônias ainda assim organizadas como praças descontínuas e isoladas ao longo da costa. Segundo Ranke,

as guerras contra os mouros também levaram os portugueses até a costa africana, onde erigiram praças fortes; competindo com os castelhanos, mas tomando caminhos próprios [...]. *Os portugueses tentaram fundar colônias de plantaçoão, fadadas a um futuro ainda maior; no momento, porém, sua preocupação maior era a ocupação da Índia Oriental, que se limitava a algumas praças isoladas ao longo da costa, as quais davam a impressão, vistas de longe, de formar um vasto império e, como tal, foram administradas*” (grifo nosso).⁷⁷⁰

4.3. As raízes de *Visão do paraíso*

⁷⁶⁹ Leopold von Ranke. “A aquisição de Portugal”. In *Leopold von Ranke: história* (Sérgio Buarque de Holanda, org.). São Paulo, Ática, 1979, p. 125.

⁷⁷⁰ Idem, p. 123.

Abramos parêntesis, pois de certa forma, e para além da referência a autores, o processo de formulação do estudo comparado de *Visão do paraíso* em parte se encontra entre as cinco primeiras edições de *Raízes do Brasil* (1936; 1948; 1956; 1963; 1969). Cabe resumir de antemão a forma de interpretação do país que, independentemente da edição, e a partir de uma proposta comparativa dos processos de colonização nas Américas portuguesa e espanhola, é tratada como inerente ao texto da obra de estreia do autor: teríamos por um lado uma imagem na qual os portugueses aparecem como aventureiros (pouco racionais); por outro, com relação à experiência espanhola na América, um modelo racional e urbano de colonização. A despeito das diferenças desta dicotomia com o que vamos considerando o objetivo central de *Visão do paraíso*, esta obra, segundo uma leitura que percebe a reflexão buarquiana do ponto de vista de sua unidade, documenta esta interpretação; evidentemente, é uma leitura legítima e correta. Todavia ela não esgota as possibilidades de análise do diálogo que *Raízes do Brasil* ao mesmo tempo preserva e suspende com a publicação de 1959.

Ritmo espontâneo: organicismo em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda, de João Kennedy Eugênio⁷⁷¹, ajuda a refletir sobre os fatores de continuidade e descontinuidade entre esta forma de interpretação do país e o estudo comparado de *Visão do paraíso*. Para o autor, a *polaridade de Raízes do Brasil* pode ser adentrada por meio do que a obra concebe por *organicismo*; isto é, a persistência no argumento de Sérgio Buarque, sobretudo vigente nas duas primeiras edições de *Raízes*, mas também em *Caminhos e fronteiras*⁷⁷² –, segundo a qual “há a ideia de que todo povo, cultura ou sociedade possuiriam uma unidade orgânica e um correspondente filtro, expressão do padrão cultural, que agiria para mantê-la”.⁷⁷³ A polaridade, desse modo, corresponderia a um “acordo de opostos”, que pode ser exemplificado no papel de alguns *topoi* do pensamento de Sérgio Buarque acerca da colonização portuguesa com relação às suas mutações às suas formas contrárias, por assim dizer. O organismo, ao encontrar antagonismo, não se desmancha nele, mas defende-se por meio de um processo de negociação que culminaria, sobretudo, na incorporação de alguns traços exógenos com

⁷⁷¹ João Kennedy Eugênio. *Ritmo espontâneo: organicismo em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Teresina, Edufpi, 2011.

⁷⁷² Sobre a questão em *Caminhos e fronteiras*, ver João Kennedy Eugênio. *Ritmo espontâneo: organicismo em Raízes do Brasil e Caminhos e fronteiras de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro. Departamento de História da UFF (Tese de Doutorado), 2010, da qual sua obra resulta, que contém uma parte – a “II Parte: o organicismo em *Caminhos e fronteiras*” – não foi publicada no livro.

⁷⁷³ João Kennedy Eugênio. *Ritmo espontâneo: organicismo em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Teresina, Edufpi, 2011, p. 27.

a condição de que estes não afetassem a sua própria forma essencial⁷⁷⁴.

As relações entre o organicismo e a referida forma de interpretação do país de *Raízes do Brasil* fornecem, no caso, um percurso compreensivo às interrogações acima lançadas a esta obra e *Vidão do paraíso*. Por meio delas, João Kennedy demonstra os vínculos de um dos fatores que auxilia a imagem da colonização portuguesa no livro de estreia de Sérgio Buarque, a saber, a feitorização, com a problemática do “realismo pedestre”, pelas páginas da obra de 1959. Mais ainda, sinaliza que o processo de *colonização* como *feitorização* já se agrega ao argumento do livro de estreia de Sérgio Buarque⁷⁷⁵, para, mais à frente, desenvolver outra questão: o “ânimo pedestre” dos portugueses, que renuncia, de forma ‘orgânica’, às “imaginações delirantes” dos conterrâneos espanhóis⁷⁷⁶. Este “realismo” é ampliado e amadurecido a partir da segunda edição de *Raízes do Brasil* à medida que Sérgio Buarque adensa sua erudição histórica, a transpondo sobretudo no capítulo que, na edição de 1936, corresponde a “O passado agrário” (e sua continuação), e que, na seguinte, se chama “O semeador e o ladrilhador” (este, acrescido de modificações em relação à primeira versão)⁷⁷⁷. É nesse momento que o “realismo pedestre”, nos termos em que foi aqui situado, será sistematizado pela primeira vez.

“A erudição histórica é guiada pelo prisma organicista” uma vez que “as páginas acrescidas [na segunda edição], dedicadas ao ânimo pedestre dos portugueses nos séculos XV e XVI [...] explicitam o topoí desse veio”. Estão presentes no retrato de *Raízes do Brasil* da ocupação portuguesa deste lado do Atlântico. No limite, a própria expressão “realismo pedestre”, ao transparecer uma renúncia em “transfigurar a

⁷⁷⁴ Idem, p. 274 e 275.

⁷⁷⁵ Ibidem, p. 250. Sobre os aspectos mais amplos dos percursos de historicidade presentes em *Raízes do Brasil*, ver: Raphael Guilherme de Carvalho. *Um “estudo compreensivo”: historicidade em Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda*. Curitiba, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado), 2013.

⁷⁷⁶ Ibidem, p. 400.

⁷⁷⁷ Ibidem, p. 400. Nas palavras de João Kennedy, “No capítulo 4 (que, a partir de então [da segunda edição], passa a se intitular ‘O semeador e o ladrilhador’), ocorre algo surpreendente: a erudição histórica é guiada pelo prisma organicista. [...] As páginas acrescidas, dedicadas ao ânimo pedestre dos portugueses, nos séculos XV e XVI, são inigualáveis [...]. E [também] porque suscitam uma questão: Como entender essas páginas no contexto de revisão de *Raízes do Brasil*?” (Ibidem, p. 400). Seja como for, o autor igualmente afirma que há uma “atenuação do organicismo” durante o processo de elaboração da segunda edição de *Raízes do Brasil*, uma vez que “mudaram as circunstâncias históricas e [Sérgio Buarque, agora mais crítico a *Raízes do Brasil*] passou a realçar as possibilidades de reinvenção da sociedade” (p. 440). Desse modo “ao exumar as mudanças feitas por Sérgio Buarque para a segunda edição de *Raízes do Brasil*, notamos que estava se distanciando do organicismo” (p. 442). Portanto, e ainda a partir das próprias considerações de *Ritmo espontâneo*, é possível dizer que o realismo – e dentro dele, o realismo ocasionado pela feitorização do Brasil – pode ser lido na chave dessa atenuação (do organicismo), embora, talvez, esta não seja a leitura empreendida pela obra.

realidade”, pode e deve ser pensada na mesma direção. “Aí [se] ressalta um prisma organicista que, embora distante de todo sistema de abstração e utopia, não é adverso à mudança”.⁷⁷⁸ João Kennedy Eugênio porém admite que em *Visão do paraíso* o organicismo é evitado: “Sérgio se adaptava às novas circunstâncias”; entre estas, a de procurar a realçar as possibilidades de reinvenção da sociedade. A partir do “Prefácio à segunda edição” Kennedy Eugênio afirma: “Sérgio Buarque dirá que, ao discutir as atenuações do mito edênico não pretendeu ‘associá-las a alguma suposta e imutável característica étnica, ou a um vago ‘espírito nacional’ dos portugueses, que os definisse, em particular, contra os castelhanos’”.⁷⁷⁹ Por isso, *Ritmo espontâneo* contribui para a percepção das relações de continuidade e distância aqui perseguidas entre as obras de 1936 e 1959: em *Raízes do Brasil*, a comparação das duas Américas foi, por assim dizer, menos um projeto previamente imaginado, e mais uma obsessão enfrentada por Sérgio Buarque a partir da segunda edição da obra. É ela, não a de 1936, que de fato fornece os elementos que depois seriam reaproveitados pelo autor ao elaborar a problemática do “realismo pedestre” em *Visão do paraíso*. Ainda assim, neste último caso, esta se dê em novos termos, termos deliberadamente avessos ao organicismo. Voltaremos a tais questões ao fecharmos o parêntese sobre *Raízes do Brasil*.

Por ora interessa relembrar e precisar ainda mais os termos da comparação em *Raízes do Brasil*: é em “O passado agrário” (continuação) e, depois, em “Semeadores e ladrilhadores”, que o processo de feitorização da América portuguesa, enquanto expressão “de nossos irregulares padrões de sociabilidade e vida econômica”, ganha vínculos com a questão da formação do Brasil:

Essa primazia acentuada da vida rural concorda bem com o espírito da dominação portuguesa, que renunciou a trazer normas imperativas e absolutas, que cedeu todas as vezes em que as conveniências aconselharam a ceder, que cuidou menos em construir, planejar ou plantar alicerces, do que em feitorizar uma riqueza fácil e quase da mão.⁷⁸⁰

Podendo, assim, ser pensada não como um momento específico do processo de colonização, mas como elemento estruturante dela. Se na primeira edição da obra Sérgio Buarque já salienta que

⁷⁷⁸ Idem, p. 403.

⁷⁷⁹ Ibidem, p. 441.

⁷⁸⁰ Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 95 e 96. As duas passagens já estão presentes na primeira edição da obra, como se pode notar em Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936, p. 59.

mesmo em seus melhores momentos, a obra realizada no Brasil pelos portugueses teve um caráter acentuado de feitorização, muito mais que de colonização. Não convinha que se fizessem aqui grandes obras, ao menos quando não produzissem imediatos benefícios. Nada que acarretasse maiores despesas ou pudesse resultar em prejuízos para a metrópole.

no mesmo trecho da edição seguinte, vincula-se o processo de feitorização ao amplo *quadro da época mercantilista* – talvez, buscando-se reforçar este ponto da argumentação, que, na anterior, não parece uma questão evidente:

mesmo em seus melhores momentos, a obra realizada no Brasil pelos portugueses teve um caráter mais acentuado de feitorização do que de colonização. Não convinha que aqui se fizessem grandes obras, ao menos quando produzissem imediatos benefícios. Nada que acarretasse maiores despesas ou resultasse em prejuízo para a metrópole. O preceito mercantilista, adotado aliás por todas as potências coloniais até o século XIX, segundo o qual metrópole e colônias hão de completar-se reciprocamente, ajustava-se bem a esse ponto de vista.⁷⁸¹

A edição final de *Raízes do Brasil*, contudo, reforça este ponto. No caso, o papel do mercantilismo na feitorização do Brasil resulta menos no fornecimento de mercadorias ao comércio europeu, e mais em dificultar a produção de artigos que pudessem competir com os do Reino⁷⁸².

Nesta edição, Sérgio Buarque estava mais preocupado em vincular a economia feitorial com o “ânimo pedestre dos portugueses”, sobretudo durante o século XVI. É nessa “parte”, e não em qualquer outra, que se percebe um modo de comparação já característico de *Visão do paraíso*, segundo o qual, por um lado, “a expansão portuguesa no mundo” representa um juízo “que *experiências* fazem repousado”; e por

⁷⁸¹ Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 107.

⁷⁸² Na primeira edição de *Raízes*, Sérgio Buarque fornece como exemplo um caso de tentativa, em vão, de exportação de trigo pelo Rio Grande do Sul “para outras regiões do país” por volta de 1870. Em reação, “o gabinete de Lisboa proibia sumariamente o cultivo desse cereal, pois a metrópole queria ter o privilégio de seu fornecimento às outras capitanias” (p. 80). Outro exemplo, elencado em seguida, salienta que “o mesmo sucedera dois séculos antes com relação ao cultivo de vinha na capitania de São Vicente” (p. 80). Já na edição posterior, o exemplo relativo a São Vicente é retirado (talvez porque se trata de uma região ligada ao desenvolvimento das bandeiras, que, como ainda veremos, *não* está inclusa no modelo de feitorização do Brasil proposto por Sérgio Buarque). No lugar, cita-se um alvará de 05 de janeiro de 1785, de amplo alcance pelo território colonial, “que mandava extinguir todas as manufaturas de ouro, prata, seda, algodão, linho e lã porventura existentes no território brasileiro, [pois] alegava-se que, tendo os moradores da colônia, por meio da lavoura e da cultura, tudo quanto lhes era necessário, se a isso juntassem as vantagens da indústria e das artes para vestuário, ‘ficarão os ditos habitantes totalmente independentes de sua capital dominante’”. (p. 107 e 108).

outro, ao pensamento “delirante”, e não exatamente racional, dos colonizadores espanhóis. Aqui, Cristóvão Colombo entra em cena como personagem para depois ressurgir com ainda mais força em *Visão*.

A esse chão e tosco realismo cabe talvez atribuir a pouca sedução que, ainda em nossos dias, exercem sobre o gosto um tanto romanesco de alguns historiadores muitas façanhas memoráveis dos portugueses na era dos descobrimentos. Comparada ao delirante arroubo de um Colombo, por exemplo, não há dúvida que mesmo a obra de um Vasco da Gama apresenta, como fundo de tela, um bom senso atento a minudências e uma razão cautelosa e pedestre. [...]

A expansão dos portugueses no mundo representou sobretudo obra de prudência, de juízo discreto, de entendimento “que experiências fazem repousado”. E parece certo que assim foi desde o primeiro ato, apesar de todas as galas poéticas em que se tem procurado envolver”⁷⁸³.

Não obstante o seu aspecto aventureiro, a expansão portuguesa já é, ao mesmo tempo, resultado de “obra de prudência”, que, entre a invenção e a tradição, acaba por dar prioridade à última. “A tradição portuguesa”, assevera Sérgio Buarque, “longe de manifestar-se no puro afã de glórias e na exaltação grandiloqua das virtudes heroicas, parece exprimir-se, ao contrário, no discreto uso das mesmas virtudes”. E se, por exemplo, Camões, nos *Lusíadas*, encontrou alguma vez o momento adequado para formular essa tradição, foi justamente nas oitavas finais de sua epopeia, em que aconselha d. Sebastião a “favorecer e levantar os mais experimentados que sabem ‘o como, o quando e onde as coisas cabem’, e enaltece a disciplina [...] que se aprende na prática assídua – ‘vendo, tratando, pelejando’ – e não pela fantasia – ‘sonhando, imaginando, estudando’”⁷⁸⁴. Nas mesmas páginas, esta última *metáfora* já aparece complementada por uma “vocaçāo imperial” dos castelhanos marcada pela “vontade normativa” de “aspiraçāo à unidade de partes tão desconexas”⁷⁸⁵. Temos, assim, já esboçada a comparaçāo entre as colonizaçōes portuguesa e espanhola que, mais tarde, será desenvolvida em *Visão do paraíso*, inclusive nos últimos capítulos da obra.⁷⁸⁶

Esse parêntese sobre a comparaçāo de *Raízes do Brasil* não foi em vão. Percorrê-la de forma sinuosa, como aliás este tipo de problematizaçāo requer, permite chegar a um

⁷⁸³ Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 110.

⁷⁸⁴ Idem, p. 114.

⁷⁸⁵ Ibidem, p. 116.

⁷⁸⁶ Como ainda veremos, em muitos pontos, esta “vocaçāo imperial” dos espanhóis não corresponde à mesma vocaçāo quando tratada em *Visão do paraíso*.

juízo significativo sobre suas relações com *Visão do paraíso*. Por um lado, *Raízes do Brasil* de fato antecipa a formalização do estudo comparado, e particularmente do modelo político feitorial da colonização portuguesa, da obra de 1959 (algo que as próximas páginas também ajudam a demonstrar). Mas é uma exceção à regra no que diz respeito às propostas de fôlego de estudo comparado das colonizações ibéricas realmente concluídas pelo autor: nenhuma outra obra sua, afinal, acolhe uma formalização nos termos do objetivo central de *Visão do paraíso*. (Se tentamos apontar essa ausência em *Monções*, *Capítulos de literatura colonial*, *Do Império à República*, mais a frente trataremos de *Caminhos e fronteiras*). Assim, o espaço aqui concedido a *Raízes do Brasil* não deixa de ser um procedimento estratégico pelo qual a própria ocasião do estudo comparado de *Visão do paraíso* pode ser pensada em relação às demais obras historiográficas do autor. Por outro, há diferenças significativas entre as duas obras: em *Raízes do Brasil*, por exemplo, o cotejo entre as colonizações ibéricas é formalizado num momento peculiar de revisão da primeira edição desta obra, e está localizado em alguns capítulos. Nestes, a problemática do imaginário não está colocada, seu conteúdo no limite apresentando similaridades com os capítulos finais de *Visão do paraíso*, e não, como somo tentados a pensar, com a totalidade de seu objetivo central. Ou exemplo condiz mesmo com a questão do organicismo, que, dentro das propostas do nosso trabalho, interessa na medida em que prenuncia um paradigma atuante na primeira obra do autor, mas meio, ou, ainda, completamente ineficaz em *Visão do paraíso*. Dessa feita, uma vez que a soma destas continuidades e diferenças parecem ser úteis à compreensão da historicidade do estudo comparado de *Visão do paraíso*, fechamos o parêntese.

Originalmente publicado em Siena (Itália), na revista *Ausonia* (IX, nº 5), sob a direção de Luigi Fiorentini, em 1954, *A contribuição italiana para a formação do Brasil*⁷⁸⁷ (2002) resulta das atividades de pesquisa e docência de Sérgio Buarque em Roma, entre 1952 e 1954. Em linhas gerais, o texto trata dos vínculos culturais, mas sobretudo históricos, que unem e diferenciam Portugal, Brasil e Itália. Muitos sublinham, e com razão, a importância das pesquisas então realizadas pelo autor nas

⁷⁸⁷ Sérgio Buarque de Holanda. *A contribuição italiana para a formação do Brasil*. Florianópolis, NUT/NEIITA/UFSC, 2002.

bibliotecas e arquivos italianos para confecção de *Visão do paraíso*: para Antonio Candido, “fica patente a importância da sua estadia na Itália, pois foi certamente lá que [...] teve a oportunidade de fazer pesquisas, vasculhando os arquivos da Arcádia Romana e renovando a bibliografia, de maneira que viria influir inclusive nas concepções de *Visão do Paraíso*”⁷⁸⁸. Já Maria Odila lembra que “em 1958, na iminência do concurso para a cátedra de História do Brasil” Sérgio Buarque “trabalhava noite e dia na redação de *Visão do Paraíso*, para o qual vinha acumulando notas havia alguns anos durante sua estada em Roma, mas que foi escrito num período curto de três a quatro meses”⁷⁸⁹. Segundo Laura de Mello e Souza, o processo formativo de Sérgio Buarque em Roma, para ela tão importante quanto o iniciado com a estadia alemã, entre 1929 e 1931, não deixaria de se fazer notar na obra de 1959⁷⁹⁰. Thiago Lima Nicodemo, que dedica toda uma parte de *Alegoria moderna* às relações entre a experiência italiana do autor com o texto de *Capítulos de literatura colonial*, corrobora e desenvolve alguns pontos desta continuidade⁷⁹¹. Não obstante, o estudo comparado seja dos imaginários, seja ainda das próprias colonizações portuguesa e espanhola, é praticamente inexistente em *A contribuição italiana*. De modo que, se as suas relações com *Visão do paraíso* são mais do que evidentes, elas não chegam a contrariar o aspecto de ocasião do problema central desta obra. Até porque a comparação, aqui, diz respeito à ressonância do modelo feitorial da colonização italiana na forma da feitorização portuguesa, hipótese que Sérgio Buarque aliás desenvolve nas duas ocasiões, e que, por isso, requer atenção.

Para *A contribuição italiana*, a colonização portuguesa é um prolongamento, através das grandes rotas do Atlântico, da ação de seus predecessores, os navegadores italianos da Idade Média. O esforço da publicação, portanto, reside em situar ao leitor esta proximidade. Considera-se que o Brasil exerceu “um papel secundário no império colonial português do século XVI”, e, como parte alheia de um Império, caracteriza-se por entrepostos, isto é, fortes e fazendas de 10 mil milhas de extensão. Leopold von Ranke não é citado, porém a caracterização ressoa a imagem das “praças isoladas ao longo da costa”, que para o historiador alemão demarcaria a especificidade da colonização ultramarina portuguesa. O trabalho também sugere um tipo de atividade

⁷⁸⁸ Antonio Candido. “Introdução”. In Sérgio Buarque de Holanda. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo, Brasiliense, 1991, p. 19.

⁷⁸⁹ Maria Odila da Silva Dias. “Sérgio Buarque de Holanda na USP”. In *Revista do Instituto de Estudos Avançados*. v. 8, n. 22, 1994.

⁷⁹⁰ Laura de Mello e Souza. “Sérgio e a Itália”. In *Folha de São Paulo - Jornal de Resenhas*. São Paulo, 2003.

⁷⁹¹ Thiago Lima Nicodemo. *Alegoria moderna: crítica literária e história da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo, Fap-Unifesp, 2014.

econômica aos entrepostos lusitanos do litoral atlântico: aquela circunscrita aos limites da intermitente circulação de mercadorias, e não a que se dá no âmbito da produção sistemática das mesmas. “Ali não eram evidentes [uma d]as riquezas que constituíam a maior ambição dos homens do século XVI: o açúcar da madeira”. O intermitente comércio resulta, assim, mais da extração do que da produção (por isso não é recorrente a alusão, por exemplo, ao mercado de açúcar e de tabaco, e sim, de “papagaios de cores vistosas, junto com animais exóticos para os europeus” e “pau-brasil, ou brasil”). “Foi o que bastou para que à nova terra fosse dado esse nome e fossem abandonadas as designações primitivas de Santa Cruz e Vera Cruz”⁷⁹². A isso enfim se soma a parca ocupação demográfica do território colonial: “uma população insuficiente para colonizar terras que deveriam ter sido um prolongamento [...] do território metropolitano”⁷⁹³.

O desfecho de *A contribuição italiana* concentra-se no esforço de aproximar essas feitorias dos entrepostos daqueles mesmos navegadores italianos situados no litoral do Mediterrâneo:

Com exceção das pequenas ilhas do Atlântico, pouco distantes de seu território, as possessões coloniais fundadas no período áureo de sua expansão ainda ostentam notáveis traços de semelhança com as alfândegas e os entrepostos que as cidades marítimas italianas haviam disseminado ao longo da costa do Mediterrâneo e do Mar Negro⁷⁹⁴.

Uma vez que, para Sérgio Buarque, esta organização “não foi certamente um caso isolado”, ele procura mostrar “como tal influência esteve presente nos mais variados aspectos da história da colonização do Brasil”. Manifestava-se já na época em que “os lusitanos procuravam prolongar através do oceano a obra dos pioneiros de seus antecessores: os navegadores e os mercadores italianos”⁷⁹⁵. Por isso, o prolongamento é tratado nos termos de uma “fidelidade constante a uma tradição [que] revela-se já no primeiro ato daquela expansão”⁷⁹⁶. Cabe lembrar que, para mostrá-la, nosso autor recorre, sim, à comparação com as possessões espanholas ultramarinas: estas seriam marcadas por um Império colonial, prolongamento mesmo do território

⁷⁹² Sérgio Buarque de Holanda. *A contribuição italiana para a formação do Brasil*. Florianópolis, NUT/NEITA/UFSC, 2002, p. 61.

⁷⁹³ Idem, p. 63 e 64.

⁷⁹⁴ Ibidem, p. 65.

⁷⁹⁵ Ibidem, p. 109.

⁷⁹⁶ Ibidem, p. 65.

metropolitano⁷⁹⁷. Porém, em razão dos próprios objetivos do artigo, Sérgio Buarque aqui também não insiste em minuciar e definir o caso.

4.4. A feitorização do Brasil

Em *Visão do paraíso*, Leopold von Ranke é citado uma vez no último capítulo da obra justamente quando Sérgio Buarque apresenta uma sucinta diferenciação entre as duas formas coloniais que, no limite, nosso trabalho persegue. Eis a passagem:

É sobretudo pelo vivo contraste com as novas perspectivas que à expansão de Castela nos mundos distantes parecem dar aquela experiência e esta consciência imperiais que se realça o caráter disperso, fragmentário, linear, mais de feitorização que de colonização, assumido, quando e enquanto possível, pelas atividades ultramarinas dos portugueses. Há quase século e meio mostrou Ranke o engano dos que pensavam num império português quinhentista, considerando a extensão ocupada pelos seus estabelecimentos do além-mar. É mister ter-se em vista, porém, que desse engano estavam longe de participar os que, durante o século XVI, puderam informar-se com segurança sobre o que representavam aqueles estabelecimentos⁷⁹⁸.

Visão do paraíso se refere ao excerto de *Die Osmanen*, citado na décima nota do capítulo⁷⁹⁹, no qual se alude àquelas “praças isoladas ao longo da costa” que configuravam a ocupação colonial portuguesa na Índia Oriental. Pouco antes Ranke lembra o malogro dos “portugueses [que] tentaram fundar colônias de plantação, fadadas a um futuro ainda maior”: no caso, desqualifica-se, ao menos pontualmente, qualquer interpretação acerca da ideia de um efetivo processo de colonização do Brasil, e, repare-se, de uma subsequente noção de futuro. O excerto, tal como incorporado por *Visão do paraíso*, contribui à tentativa mais aclarada de Sérgio Buarque em comparar as duas políticas ibéricas de colonização da América, ajudando a percebê-la como um elemento dos objetivos centrais da obra.

Mas Ranke, no caso, não trabalha nem com a ideia, nem a com a noção de feitorização, ainda que sugira alguns elementos para a formulação desta imagem, aproveitados por Sérgio Buarque com diligência: após citar *Die Osmanen*, *Visão do paraíso* a reforça insistentemente a partir de uma contestação de época feita pelo jurista

⁷⁹⁷ Ibidem, p. 59.

⁷⁹⁸ Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 451.

⁷⁹⁹ Idem, p. 516.

holandês Hugo Grotius (1583-1645) sobre o monopólio lusitano de mares e terras distantes. O personagem não aceitava a reivindicação portuguesa pela posse efetiva destes territórios sem os terem ocupado de forma concreta. Daí a semelhança, para Grotius, entre *descobrimento* e *ocupação* – dois aspectos que faltaria ao caso lusitano. Após a denúncia, a imagem de feitoria está dada ao leitor de *Visão do paraíso*. Mas como qualificar a hipótese do aspecto feitorial da colonização portuguesa, anunciado no mesmo parágrafo em que Ranke é citado, uma vez que ela não aparece no texto historiador alemão? A solução ao impasse foi explicar a importância de Ranke nos capítulos finais de *Visão do paraíso*, em parte, a partir de dois historiadores brasileiros que, ao lado do autor de *Die Osmanen*, contribuíram diretamente para a caracterização do regime de feitorias: Capistrano de Abreu e Caio Prado Jr., que, desse modo, serão discutidos e mobilizados na medida em que em que ajudam a aclarar uma leitura rankeana da colonização portuguesa empreendida na obra.

As páginas iniciais de “América portuguesa e Índias de Castela”, de *Visão do paraíso*, recorrem à “Nota” preliminar à *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, de Capistrano de Abreu⁸⁰⁰. A leitura do historiador cearense da obra do religioso baiano, no caso, serve como ponto de partida para Sérgio Buarque ilustrar a imagem da feitorização que, para ele, se nota, em primeiro lugar, no estilo de escrita dos cronistas e historiadores portugueses do século XVI sobre o Brasil. Não por acaso se relembra aquele senso de unidade da arte renascentista em contraste com a do fim da Idade Média, que se apoia nas categorias de “unidade” e “multiplicidade”, do historiador Heinrich Wölfflin: “nas primeiras páginas deste livro pôde ela sugerir a lembrança dos artistas medievais e especialmente de fins da Idade Média, ‘atentos ao pormenor, ao episódico, avessos quase sempre a induções audazes’ em contraste com o idealismo, com a fantasia, e ainda um senso de unidade próprio dos ‘renascentistas’”.⁸⁰¹ Aqui porém Wölfflin é retomado para frisar uma ideia já percorrida por Ranke, e que Sérgio Buarque, com ajuda de Capistrano de Abreu, encontra na escrita da história daqueles cronistas e historiadores: a concepção da história como um “agregado de histórias”, que reflete-se na escrita de Frei Vicente do Salvador e seus pares não de uma História do Brasil, e sim de “histórias do Brasil”:

Parece difícil dizer até onde tal quadro se aplica à generalidade dos historiadores

⁸⁰⁰ Ibidem, p. 445.

⁸⁰¹ Ibidem, p. 444.

portugueses do século XVI, que prolongariam, neste caso, uma tradição anterior e ainda viva entre sua gente: o assunto exigiria estudo especial que não cabe nestas páginas. Pode-se pretender, porém, sem exagero, que corresponde à *totalidade* dos historiadores ou cronistas lusitanos interessados nas coisas do Brasil durante a mesma época, mesmo quando aqueles cujo critério de observação nos pareça de uma objetividade e minuciosidade quase científicas. E não se cuide que isso é verdadeiro tão-somente dos autores quinhentistas. O que disse, por exemplo, Capistrano de Abreu do estilo de Frei Vicente do Salvador, quando compara suas frases e contas do rosário mecanicamente debulhadas, estende-se também à maneira de narrar os fatos próprio do frade historiador. “Seu livro afinal”, disse ainda quem mais pelejou por exumá-lo, “é uma coleção de documentos antes reduzidos que redigidos, mais histórias do Brasil do que História do Brasil”. E Frei Vicente escrevia no terceiro decênio do século XVII.

Ora, a persistência dessa maneira, ainda estreme da influência dos modelos humanísticos [...] é tanto mais significativa quanto está bem longe de ser um caso individual. O que nela parece refletir-se é o modo de sentir e é a *forma mentis* de toda uma sociedade que só aparentemente se despojou dos padrões velhos. Nem se pode cuidar que deve ser grande, aqui, o abismo entre os homens que escrevem e os que fazem e vivem a História.⁸⁰²

A mesma questão é tratada com mais vigor no capítulo “As atenuações plausíveis”, cuja construção foi analisada alhures, e que por isso merece atenção. Dessa vez o escolhido é o jesuíta Simão de Vasconcelos, especialmente a sua *Crônica da Companhia de Jesus* (1663), que, se analisada apressadamente, poderia passar a equivocada impressão de ser uma exceção entre esses cronistas e historiadores. A *Crônica* afinal acolhe, no plano imaginário, uma forte idealização paradisíaca do Brasil capaz de emitir, em termos políticos, uma imagem integrada do continente americano. Há para Sérgio Buarque uma “imaginação piedosa” em Vasconcelos, reforçada pela “fascinação mirífica dos segredos e ‘curiosidades’ da terra”. Para ilustrá-la nosso autor recorre a um procedimento que não se encontra em outras partes da obra: cita um

⁸⁰² Ibidem, p. 445. O importante papel de Frei Vicente do Salvador em *Visão do paraíso*, aliás, mereceria um estudo a parte. Sérgio Buarque já reconhece em seu estilo um “realismo pedestre” desde o primeiro capítulo, ao afirmar que “não está um pouco neste caso o realismo comumente desencantado, voltado sobretudo para o particular e o concreto, que vemos predominar entre nossos velhos cronistas portugueses? Desde Gandavo e, melhor, desde Pero Vaz de Caminha até, pelo menos, Frei Vicente do Salvador, é uma curiosidade relativamente temperada, sujeita, em geral, à inspiração prosaicamente utilitária, o que dita as descrições e reflexões de tais autores” (p. 40). Mais a frente, *História do Brasil*, do religioso, é referência para contabilizar o número de escravos indígenas capturados por bandeiras, entre as quais a de Sebastião Tourinho; e ademais, a reconhecer que “os tais homens não tinham saído a caçar pedras, senão peças”. Ele ainda auxilia a descrição de vegetais com propriedades miraculosas (p. 326); e a desmistificar a resistência, crescida na antiguidade, em habitar as zonas tórridas: “Frei Vicente do Salvador, nascido, este, dentro da área outrora tão combatida, pois viera à luz do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos, sob o governo de Mem de Sá” (p. 412).

extenso trecho da *Crônica* destacado no corpo do texto. O excerto corresponde a “Notícias antecedentes, curiosas e necessárias das cousas do Brasil”, prólogo da obra, citado da seguinte forma:

Dizião, que entre as nações sobreditas, moravão algumas monstruosas. Huma de anãos, de estatura tão pequena, que parecem afronta dos homens, chamados Goayazis. Outra he de casta de gente, que nasce com os pés às avessas; de maneira, que quem houver de seguir seu caminho, há de andar ao revê do que vão mostrando as pisadas: chamão-se Matuyus.

Outra nação he de gigantes, de dezesseis palmos de alto, valentíssimos, adornados de pedaços de ouro por beijos e narizes, aos quaes todos os outros pagão respeito: tem por nome Curinqueans.

Finalmente que ha outra nação de mulheres também monstruosas no modo de viver (são as que hoje chamamos Almazonas, semelhantes ás da Antiguidade, e de que tomou o nome do rio) porque são mulheres guerreiras, que vivem por si sós, sem commercio de homens: habitão grandes povoações de huma Província inteira, cultuvando as terras, sustentando-se de seus próprios trabalhos. Vivem entre grandes montanhas: são mulheres de valor conhecido que sempre se hão conservado sem consorcio de varões; e ainda quando, por concerto que tem entre si, vem estes certo tempo do anno a suas terras, são recebidos d’elas com as armas nas mãos, que são arco, e frechas; até que certificadas virem de paz, deixando primeiro as armas, acodem ellas a suas canoas, e tomando cada qual a rede, ou a cama do que lhe parece melhor, a leva a sua casa, e com ella recebe o hospede, aqueles breves dias, que há de assistir; depois dos quaes, infalivelmente se tornão, até outro semelhante do anno seguinte, em que fazem o mesmo. Criam entre si só as femeas d’este ajuntamento; os machos matão, ou os entregão as mais piedosas aos pais que os levam⁸⁰³.

O excerto aponta para uma parte característica do mito das Amazonas, elemento paradigmático, para Sérgio Buarque, da construção do mito paradisíaco. *Visão do paraíso* contudo assevera: “limita-se o jesuíta português a redizer, às vezes com palavras idênticas, o que já antes dele tinham afirmado cronistas ilustres, em particular o padre [espanhol] Cristóvão de Acuña”. Cristóvão de Acuña também ganha atenção de “As atenuações plausíveis”, que não perde a oportunidade de citar o excerto de *Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas*, de 1641, no qual, segundo Sérgio Buarque, Vasconcelos se inspira. Situado ao lado do anterior e em itálico, o reproduzimos a seguir:

⁸⁰³ Simão de Vasconcelos. *Crônica da Companhia de Jesus*. Lisboa, 1865 [1663] (edição citada pelo autor). Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 210 e 211.

Dizen que cercanos á su habitación, á lá vanda del Sur em Tierra firme, viven, entre otras, dos naciones, la uma de enanos, tan chicos como criaturas muy tiernas, que se llaman Guayazis, la outra de uma gente que todos ellos tienen los pies al reués, de suerte que quien no conociendo los quisiese seguir sus huellas, caminharía siempre al contrario que ellos. Lláman-se Mutayus, y son tributários a estos Tupinambás [...]

[...] u por fin y remate de todos están los Curiguerés, que segun las informaciones de los que los auian visto, y que se ofrecián a llevarnos á su tierra, son Gigantes de diez y seis palmos de altura, muy valientes, andan desnudos, traen grandes patenas de oro em las orejas y narices, y para llegar à sus pueblos son necessários dos meses contínuos de caminho desde la boca del Cuchiguará.

Son mujeres de gran valor y que sempre se han conservado sin ordinario comercio de varones, y aun quando estos por concierto que com ellas tienen, vienen cada año á sus tierras, los reciben com las armas em la mano, que son arcos y fechas, que juegan por algun espacio de tempo, hasta que satisfechas de que vienen de paz los conocidos, y dexando las armas, acuden todas á las canoas, ó embarcaciones de los guéspedes y cogiendo cada uma la amaca que halla más a manos, que son las camas em que ellos duermen, la llevan á su casa, y colgandola em parte donde el dueño la conozca, le reciben por guésped aquellos pocos dias, despues delos quales ellos se vuelven á sus tierras, continuando todos los años este viagem por el mismo tiempo.

Las hijas hembras que deste ayuntamiento las nacen, conseruan y crian entre si mesmas que son las que han dellevae á delante el valor, y costumbre de sua nacion, pero los hijos varones no hay tanta certeza de lo que com ellos hazen⁸⁰⁴.

Sérgio Buarque ainda insiste: a descrição das Amazonas da *Crônica* não só oferece uma réplica à reflexão de Acuña destas guerreiras mulheres. Espelha uma “pobre figura” se cotejada, por sua vez, com as de *El Paraíso en el Nuevo Mundo*, de 1656, de Antonio de León Pinelo, conselheiro real de Castela, contemporâneo do jesuíta português. Se Vasconcelos dedica “miseros” “sete parágrafos” à reflexão sobre o paraíso, este devota não menos do que cinco livros, que ao todo somam 88 capítulos, e 838 folhas de 307x202 mm no formato de manuscritos, além de dois “enormes cartapácios”, de 930 páginas. Pinelo não só descreve, mas indaga-se sobre o assunto: segundo *El Paraíso en el Nuevo Mundo*, a “árvore da ciência do bem e do mal” [...] “não daria a maçã, nem o figo e nem, como quiseram alguns modernos, a banana, e sim o maracujá, a ‘granadilla’ dos castelhanos”⁸⁰⁵. O contraste mais importante residiria na convicção de que o homem havia nascido na América do Sul, e aqui habitou até ao tempo do dilúvio universal. (Noé havia feito sua arca na vertente ocidental da

⁸⁰⁴ Apud, Idem, p. 210 e 211.

⁸⁰⁵ Ibidem, p. 214.

cordilheira do Andes com cedros e madeiras fortes. Tendo a arca saído dos Andes peruanos nove dias depois de principiadas as águas, rumou diretamente para a Ásia, “guiada pela mão de Deus”, e depois de “propagar-se ali a nova espécie humana, voltou ao Novo Mundo”)⁸⁰⁶. Leon Pinelo portanto ajuda a invalidar aquele “resquício” de propaganda do paraíso incluso em *Crônica da Companhia de Jesus*, de Simão de Vasconcelos. Sabe-se como a questão do plágio é complexa para Sérgio Buarque, conduta para ele não necessariamente condenável⁸⁰⁷. Mas a julgar pelo argumento de “As atenuações plausíveis”, Vasconcelos é um plagiador da *forma* da descrição de *Nuevo descubrimiento*, de Acuña.

Estas histórias no plural encontram, no argumento de Sérgio Buarque, uma tradução política, pois no limite o imaginário paradisíaco é obstaculizado pelo poder centralizador e disciplinador da Coroa nos trópicos. A própria trajetória intelectual de Simão de Vasconcelos é, aqui também, exemplo: junto à reflexão de muitos historiadores portugueses de época acaba sendo censurada por universidades portuguesas em razão de recomendações expressas decretadas pela Coroa. Entre as quais a própria *Crônica*: nela transparece uma aposta sobre o lugar “plantado por Deus o próprio Paraíso Terreal” (no caso, no Grão-Pará). É justamente esse o ponto no qual, para a censura, reside o problema⁸⁰⁸. Autoridades universitárias de Évora e de Coimbra até chegam a reconhecer algumas condições que não prejudicariam a sua publicação

⁸⁰⁶ Ibidem, p. 215.

⁸⁰⁷ Abram os um ligeiro parêntese nesta nota para lembrar o artigo Sérgio Buarque de Holanda. “Plágios e plagiários”, in *O espírito e a letra*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996 (originalmente publicado em *Revista do Brasil*, 14-22.09.1921) que norteia em grande medida nossa análise. Nele o autor esclarece que o plágio, em si, não é problemático nem condenável. “É muito comum” assevera, “o plágio inconsciente, até em escritores de boa nota. É muito fácil mesmo a um homem de talento apoderar-se de ideias alheias e repeti-las como próprias. Muito comum, muito fácil e muito natural”. Entretanto, há um tipo de plágio inadmissível, o plágio da *forma*, que é bem diferente do plágio do *pensamento*: “é que, se existe certa apropriação do pensamento, a forma, em grande parte, continua diversa” (p. 130). Tudo leva a crer que Vasconcelos plagia a forma de Acuña, e não só o pensamento.

⁸⁰⁸ De fato, “Notícias antecedentes, curiosas e necessárias das cousas do Brasil” traz uma defesa explícita da existência do paraíso terrestre na América, embora, ao menos na parte anexada em *Visão do paraíso*, o Grão-Pará não é citado. De todo modo, a seguinte passagem fornece a dimensão das convicções de Simão de Vasconcelos, sem dúvida bastante agudas, não obstante a interpretação de Sérgio Buarque, que as vê como uma repetição das inquietações castelhanas sobre o mesmo tema: “Em nenhuma destas partes da África, ou Azia assignadas, ou junto a ellas, ou delas para o Sul, sabemos que esteja o Paraíso terreal nem vemos Autores, que ali o pusessem, nem Deos para ele escolheria partes tão fora das condições daquele Jardim de deleites. E suposto que alguns Autores se achem, que quizerão enobrecer a Ilha Tapobrana com este dom do Autor da natureza, he com mui pouco fundamento, sendo couza sabida a improporção de seu clima, malsão e infesto á saúde dos homens. Como testefica o P. Lucena na vida de São Francisco Xavier lib. 3, Cap. 10, e dito se deixa ver, que o que seguir que o Paraíso está para o norte da Equinocial, averiguando que não está na parte que responde a Africa ou Azia, he força que diga que está na America: Está em hua das três partes: não na da Africa, ou Azia, logo na America”. Simão de Vasconcelos. “Notícias antecedentes, curiosas e necessárias das cousas do Brasil”. In *Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil*. Lisboa, 1663. Apud, Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 539.

integral, posto não haver nela nada que defendesse a existência concreta do paraíso na América. Esta porém não foi a opinião dos “pareceres unânimes dos doutores”, que logo baixaram uma ordem terminante para riscar os parágrafos mais destacados e autorizar a impressão, desde que as partes mencionadas fossem suprimidas.

“A própria hipótese [...] não pode simbolizar senão o poder de uma realeza absorvente e disciplinadora das vontades individuais e que, por isso, deixa pouco lugar à fantasia turbulenta [...]”.⁸⁰⁹ Este fora o resultado de um “estranho conluio de elementos tradicionais e expressões novas, que irá distinguir Portugal em pleno Renascimento”⁸¹⁰: “as formas modernas respeitaram ali, em grande parte, e resguardaram, um fundo eminentemente arcaico e conservador”⁸¹¹. Trata-se de um paradoxo: por um lado, “moderna é, sem dúvida, aquela avassaladora preponderância da Coroa”, representativa de uma proposta de “sobrepular as vontades individuais”. Na prática estamos novamente diante daquele juízo de Capistrano de Abreu sobre o pontilhado de histórias de Frei Vicente do Salvador. Uma “simples fachada”, para Sérgio Buarque, pois “aqui, ao contrário, como encontrasse poucas resistências desse lado, a realeza lograra mobilizar em torno de si energias ativas da população”⁸¹².

Na perspectiva de “América portuguesa e Índias de Castela”, a presença da Coroa na América portuguesa não culminou no surgimento de um sentimento nacional. A centralização monárquica em Portugal foi responsável pelo modelo de ocupação predominantemente litorâneo do Brasil, cuja fórmula era tradicional na medida em que fora encontrada pronta de outros povos, particularmente “de seus predecessores e mestres: os marinheiros italianos da Idade Média”. Desnecessário esmiuçar a imagem de Frei Vicente do Salvador, perseguida por Sérgio Buarque desde pelo menos *Raízes do Brasil*⁸¹³, e em *Tentativas de mitologia*⁸¹⁴, de povoamento de colonizadores que

⁸⁰⁹ Idem, p. 206.

⁸¹⁰ Ibidem, p. 207.

⁸¹¹ Ibidem, p. 207.

⁸¹² Ibidem, p. 207.

⁸¹³ A imagem já está presente no capítulo “Semeador e Ladrilhador”, no qual se lê: “E Frei Vicente do Salvador, escrevendo no século seguinte, ainda poderá queixar-se de terem vivido os portugueses até então ‘arranhando as costas como caranguejos’ e lamentará que os povoadores, por mais arraigados que à terra estejam e mais ricos, tudo pretendam levar a Portugal”. Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999, p. 107. Trecho, aliás, também encontrado na primeira edição de seu livro de estreia: “Frei Vicente do Salvador, que escrevia em princípios do século XVII e se queixava do fato de terem vivido os portugueses até aquela data ‘arranhando as costas como caranguejos’”. Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936, p. 79.

⁸¹⁴ Em Sérgio Buarque de Holanda. *Tentativas de mitologia*. São Paulo, Perspectiva, 1979, é possível notar essa mesma ideia, embora neste caso o religioso não seja citado: “e há, ainda aqui, a manifestação, por assim dizer, de uma técnica específica de colonização, que os portugueses não abandonarão enquanto não os moverem a isso circunstâncias estranhas. A razões que tinham aconselhado essa preferência pelo

aranhavam as costas como caranguejos⁸¹⁵. Basta lembrar que no capítulo final de *Visão do paraíso* ela é retomada com maior vigor. E agora o “colonizador-caranguejo” aparece como réplica e tradução da forma de ocupação fragmentária do espaço, percebida por Ranke, bem como do modelo tardo-medieval feitorial de colonização daqueles marinheiros italianos. Em *Raízes do Brasil*, esta relação é mais atenuada.

O parágrafo de *Visão do paraíso* no qual a imagem é mobilizada, afirma-se, um pouco antes, que permanece “intacta a fórmula que presidira desde o começo a expansão portuguesa e que pôde ser comparada a uma linha de feitorias e fortalezas de 10 mil milhas de comprimento”⁸¹⁶. A ela se soma a citação do erudito italiano quinhentista Filippo Sassetti, especialista na ocupação dos colonos italianos na Índia, e que os caracterizava de bate-praias. Na mesma frase, Sérgio Buarque afirma que estes “tinham sua *réplica* nos do Brasil, que, de acordo com a observação famosa de Frei Vicente de Salvador, viviam a arranhar as fraldas do mar como caranguejos”.⁸¹⁷ O parágrafo vem logo depois da explicação densa do modelo de colonização italiano. Esta imagem portanto é a tradução histórica resultante da metodologia dos historiadores e cronistas quinhentistas portugueses, reconhecida por Capistrano de Abreu no autor de *História do Brasil*; e a partir dele, é aplicada por Sérgio Buarque aos “homens que [...] fazem e vivem a História” da colonização da costa da América portuguesa.

A centralização da Coroa portuguesa e a correlata feitorização litorânea são os elementos principais para a compreensão dos aspectos propriamente econômicos deste modelo político. De antemão, cabe fixar os paradigmas referenciais de um determinado sistema colonial da época moderna que mais se aproxima das referências e parâmetros de *Visão do paraíso*: um moderno sistema fundamentado no capital mercantil e no trabalho compulsório de africanos e nativos, arregimentado pelos imigrantes brancos livres, majoritariamente portugueses, ante um sistema reagido pelos princípios do

povoamento costeiro foram tão fortes e persistentes que ainda em pleno século XIX as exprime Varnhagen quando apresenta como um verdadeiro benefício para os brasileiros o fato de só tardiamente ter-se realizado a expansão para o interior da Colônia” (p. 75).

⁸¹⁵ Lembre-se que Frei Vicente de Salvador, *História do Brasil*. São Paulo e Rio de Janeiro, Wiszflóg irmãos, 1918. (Edição revista e apresentada por Capistrano de Abreu), mobiliza esta imagem justamente no terceiro capítulo, intitulado “Da demarcação da terra e da costa do Brasil com a do Peru e índias de Castela”, para justificar ao leitor que não reconstituirá a história do interior do Brasil: “Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse, por negligência dos portugueses que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos” (p. 19).

⁸¹⁶ Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 466.

⁸¹⁷ Idem, p. 466.

monopólio e do exclusivo. Uma configuração típica do mercantilismo.⁸¹⁸ Sérgio Buarque, ao buscar iluminar as diferenças entre o caso lusitano na América e a referida ideia da colonização como sistema, acaba caracterizando-o como um estágio feitorial de exploração comercial. Quase não se atém à complexidade inerente à empresa colonial em sua fase de povoamento europeu e de subsequente organização e produção de uma economia complementar voltada para o mercado metropolitano. Opta, assim, em privilegiar uma fase não exatamente preliminar, mas coexistente a esta, que se circunscreve nos limites da circulação das mercadorias⁸¹⁹.

Nesta parte da obra o texto “O sentido da colonização”, capítulo introdutório de *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Jr., é citado de maneira um pouco diferente da qual é, de fato, utilizado. Nas últimas páginas do capítulo, Sérgio Buarque afirma:

“se vamos à essência de nossa formação”, diz um historiador brasileiro, “veremos que na realidade nos constituímos para oferecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais do isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem aquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras”⁸²⁰.

A passagem remete à fase de colonização, que, como vimos, se difere em parte do processo de feitorização do Brasil. Sérgio Buarque porém está mais preocupado com

⁸¹⁸ Esta caracterização de colonização foi baseada na recente contribuição de José Jobson de Andrade Arruda. “A Colônia Brasil: história e historiografia”. *Travesía. Revista de Historia Económica y Social*, v. 17, n.1, 2015. Que aliás se ampara também em Caio Prado Jr. para “a fixação dos paradigmas referenciais que conduziram à teorização e consequente conceitualização sobre a existência de um determinado sistema colonial da época moderna” (p. 10).

⁸¹⁹ As páginas iniciais de Fernando Novais. “O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial”. In *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo, Cosac & Naify, 2005, diferenciam os processos de *feitorização* e *povoamento* dentro do “sentido” da colonização brasileira: “A atividade colonizadora dos povos europeus na Época Moderna, inaugurada com a ocupação e a utilização das ilhas atlânticas, e logo desenvolvida em larga escala com o povoamento e a valorização econômica da América, distingue-se da empresa de exploração comercial que desde o século XV já vinham realizando os portugueses nos numerosos entrepostos do litoral atlântico-africano [...]. Efetivamente, a empresa colonial é mais complexa, envolvendo povoamento europeu e organização de uma economia complementar voltada para o mercado metropolitano. Em outras palavras, pode-se dizer que nos *entrepuestos* africanos e asiáticos a atividade econômica dos europeus (pelo menos nesta primeira fase) se circunscreve nos limites da circulação das mercadorias: a colonização promoverá a intervenção direta dos empresários europeus no âmbito da produção” (p. 46).

⁸²⁰ Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 467 e 468. Somente para constar, na 44ª nota do capítulo, lê-se: “Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil contemporâneo*, p. 26” (a edição citada é a primeira: Caio Prado Jr. *Formação do Brasil contemporâneo*. Martins Editora, 1942).

este último estágio que, nas palavras de Caio Prado Jr., não citadas em *Visão do paraíso*, “a ideia de povoar não ocorre inicialmente”⁸²¹. Aliás, é neste momento que, também para este autor, ocorre o estabelecimento de feitorias comerciais. De modo que, nestas condições, “‘colonização’ ainda era entendida como aquilo que dantes se praticava; fala-se em colonização, mas o que o termo envolve não é mais do que o *estabelecimento de feitorias comerciais, como os italianos vinham de longa data praticando no Mediterrâneo*”⁸²². Parte significativa do capítulo “América portuguesa e Índias de Castela” é um desenvolvimento desta proposição.

O capítulo começa lembrando um contrato tardo-medieval, celebrado em 1317 pelo rei português D. Dinis com Micer Manuel Peçanha, o Pezagno genovês, admitido para almirante-mor de Portugal. A parceria, que incluiria a doação do lugar de Pedreira, em Lisboa e o fornecimento de vinte homens de mar, naturais de Gênova, visava a “adoção dos métodos genoveses por Portugal” com relação ao desenvolvimento da marinha do reino⁸²³. O contrato não passou em branco por Sérgio Buarque, que acompanha passo a passo a transmissão do cargo de almirante aos descendentes de Manuel Peçanha para além “do princípio do século XV”⁸²⁴. Assim, “tanto quanto a das repúblicas italianas, a atividade ultramarina desenvolvida pela monarquia portuguesa tem acentuado cunho mercantil”⁸²⁵. A começar pela própria “concessão de capitânias hereditárias”: “à maneira do que sucederá depois no Brasil, estaria longe de representar uma ruptura com os precedentes da colonização italiana”⁸²⁶. Um exemplo consiste no placentino Bartolomeu Perestello, que ao receber de Portugal a donataria de Porto Santo, “nada faz crer que se viu diante de uma novidade absolutamente ignorada em sua terra natal”. Ele se deparava com uma realidade praticada “desde remotas eras, e não só nas colônias do

⁸²¹ Caio Prado Jr. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 2000, p. 12.

⁸²² Idem, p. 12.

⁸²³ Sérgio Buarque, aliás, acompanha, em diversos estudos, esta prática de doação de terra ou terrenos por autoridades portuguesas a italianos, que extrapolam os motivos meramente econômicos (embora nos casos analisados a partir de agora, se vinculam a estes). Basta lembrar suas reflexões sobre os escritores árcades, nas quais se constata, por exemplo, que “entre as demonstrações do favor régio, nenhuma, porém, devia tocar o coração dos amáveis pastores [escritores árcades italianos] como a dádiva, que em 1725 lhes fez o Bragança, de uma faixa triangular de terreno à beira de uma das tortuosas rampas do Janicula, com a soberba vista da cidade, para servir de casa própria à Arcádia romana”. Ver Sérgio Buarque de Holanda. “O gosto arcádico”. In *Tentativas de mitologia*. São Paulo, Perspectiva, 1979, p. 246. É provável que estas doações se articulem com uma prática conciliatória entre Portugal e Itália, pois como Sérgio Buarque salienta, num e noutro caso, o fornecimento de terra como prática é, entre os fins da Idade Média e no Renascimento, prática bastante comum.

⁸²⁴ Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 462.

⁸²⁵ Idem, p. 462.

⁸²⁶ Ibidem, p. 463.

mar Negro ou na Crimeia, mas também nas ilhas gregas e ainda em Córsega”⁸²⁷. Prática parecida, desenvolvida pela república de Veneza, é igualmente considerada pelo historiador originária do modelo de concessão de donatarias: a recorrência à “administração direta dos lugares ultramarinos”. “Para todas essas conquistas tornou-se preciso obter confirmação da *Signoria*, que deveria dar aos donatários posse hereditária. Desse modo, todo o arquipélago [de Cícladas, colonizado por uma expedição saída de Constantinopla] passou a ser rapidamente uma espécie de lago veneziano”⁸²⁸.

“América portuguesa e Índias de Castela” não descarta a importância das colônias italianas na introdução de “um sistema econômico de ‘plantações’, de açúcar e algodão, que prenuncia não apenas o que fariam os portugueses na Madeira, mas ainda o que desenvolveriam no Brasil”. As plantações de Veneza no século XIV “já comportavam uma técnica de plantio do açúcar mais adiantada do que as dos engenhos americanos dos séculos XVII e XVIII, pois expedia o produto em pães já perfeitamente apropriados para o consumo”⁸²⁹. Mas há poucos elementos na obra que caracterizam a economia brasileira como de povoamento à base da monocultura latifundiária e escravista, alegada por *Formação do Brasil contemporâneo*.⁸³⁰ A escravização indígena nos séculos XVI e XVII, por exemplo, recebe atenção de *Visão do paraíso*, como mostramos no capítulo anterior; porém, o mesmo não ocorre com a escravidão negra nas Américas. A África não é descartada pelo autor: a exploração portuguesa da costa ocidental africana “poderia”, aliás, “assimilar-se, de certo modo, a uma vasta empresa exorcística”⁸³¹ pois o continente se revela propício para o mito do paraíso terrestre se atenuar na imaginação ambivalente destes adventícios. “Demônios e fantasmas que, através dos milênios, tinham povoado aqueles mundos remotos, sua passagem vai deixar, se tanto, alguma vaga e fugaz lembrança, em que as invenções mais delirantes só aparecem depois de filtradas pelas malhas de um comedido bom senso”⁸³².

Em *Visão do paraíso*, a colonização europeia na América portuguesa não é moderna;

⁸²⁷ Ibidem, p. 463.

⁸²⁸ Ibidem, p. 464.

⁸²⁹ Ibidem, p. 464.

⁸³⁰ Desnecessário percorrer com vagar o sistema econômico proposto em *Formação do Brasil contemporâneo*, pautado nas relações entre escravidão e monocultura. De todo modo, cabe lembrar que, em *Visão do paraíso*, é como se não estivesse colocada a questão segundo a qual, nos termos de Caio Prado Jr., “a agricultura é o nervo econômico da civilização. Com ela se inicia [...] e a ela deve a melhor porção de sua riqueza. Numa palavra, é propriamente na agricultura que assentou a ocupação e exploração da maior e melhor parte do território brasileiro” (p. 129). E que esta é um dos fatores para, mais a frente, se afirmar: “naturalmente o que antes de mais nada, e acima de tudo, caracteriza a sociedade brasileira [...] é a escravidão” (p. 277).

⁸³¹ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 48.

⁸³² Idem, p. 48.

ela não acolhe todos os componentes do que Caio Prado Jr., na introdução de sua principal obra, caracteriza como “o *sistema colonial* na totalidade de seus caracteres econômicos e sociais”.⁸³³ Ainda assim uma questão se impõe: quais são os gêneros extraídos das feitorias? Sérgio Buarque não a responde: sugere-se um modelo de feitorização no qual há algum comércio à beira da praia. Mas não é citado um gênero que se extraia de maneira rotineira, com predominância, uma vez que na obra a centralização da Coroa ocasiona menos no *incentivo* do que no *adiamento da* “colonização efetiva”: “A verdade é que a Coroa, no que toca aos senhorios de ultramar, não renunciou, senão em termos restritos, à ação direta, e ainda assim o fez nos casos em que esta não promettesse imediatamente bom sucesso”. É isso “o que se sucederá no Brasil, cuja colonização efetiva tem início, por outro lado, num momento em que a força expansiva de Portugal parece ameaçada de colapso”⁸³⁴.

Este momento anterior à “colonização efetiva” corresponde ao decorrer do século XVII, como se lê nos dois últimos parágrafos da obra: “o tempo mudará tal situação, e no século XVII é um pouco a imagem do Império espanhol, das Índias de Castela, que irá empolgar por sua vez os portugueses”⁸³⁵. Esta, porém, é uma constatação isolada na parte final de *Visão do paraíso*. Tais parágrafos buscam menos constatar e demonstrar do que fazer apostas para o futuro⁸³⁶. O anterior, situado entre a alusão a *Formação do*

⁸³³ Caio Prado Jr. *Op. Cit.*, p. 2. Na introdução de *Formação do Brasil contemporâneo*, Caio Prado Jr. se refere ao século XIX com maior frequência do que em “Sentido da colonização”. Na introdução, na qual se analisa o aspecto sistemático à colonização brasileira, dado pela obra, este sistema é usado como contraponto ao *oitocentos*, pois é o momento mesmo onde o sistema chega ao seu limite, pois nele “não é somente o regime de subordinação colonial em que nos achávamos que está em jogo: mas sim o conjunto das instituições, o *sistema colonial* na totalidade dos seus caracteres econômicos e sociais que se apresenta prenhe de transformações profundas. A obra colonizadora dos portugueses, na base em que se assentava, e que em conjunto forma aquele sistema, esgotara suas possibilidades”. (*Op. Cit.*, p. 2). Duas destas possibilidades, expressas nas partes seguintes da obra, e que dão sentido à expressão, intitulada por Caio Prado Jr., de “sentido da colonização”, estarão quase ausentes em *Visão do paraíso*: (1) a “Grande lavoura” (esmiuçada por Prado Jr. precisamente em capítulo homônimo) e (2) a escravidão negra (percorrida por *Formação* no capítulo “Organização social”).

⁸³⁴ Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 466.

⁸³⁵ Idem, p. 468.

⁸³⁶ De todo modo, vale citar, somente em nota, estes dois parágrafos na íntegra para salientar a diferença deles com o que aqui se discute: “O tempo mudará tal situação, e no século XVII é um pouco a imagem do império espanhol, das Índias de Castela, que irá por sua vez empolgar os portugueses. Se o alargamento da silhueta geográfica do Brasil se faz muitas vezes em contraste com a direção inicialmente impressa à atividade colonial lusitana, e sobretudo por obra de mamelucos e mazombos, não é menos certo que irá perder terreno paulatinamente entre reinóis, no próprio reino, aquela visão singela e tranquila da América portuguesa que se espelhava nos escritos de seus primeiros cronistas. D. Francisco de Sousa já fora quase um taumaturgo. E seu sucessor, d. Diogo Botelho, reclama para si o título de vice-rei, como se o enfeitiçasse a esperança de governar outro Peru ou uma segunda Índia. Teremos também os nossos eldorados. O das minas, certamente, mas ainda o do açúcar, o do tabaco, de tantos outros gêneros agrícolas, que se tiram da terra fértil, enquanto fértil, como o ouro se extrai, até esgotar-se, do cascalho, sem retribuição de benefícios. A procissão de milagres há de continuar assim através de todo o período colonial, e não a interromperá a Independência, sequer, ou a República”. Idem, p. 469.

Brasil contemporâneo e o fim do livro, segue o modelo proposto por Sérgio Buarque, a exemplo da passagem de Diogo de Campos Moreno, autor do *Livro que dá razão do Estado do Brasil*, “onde escreve, por volta de 1612 [ano de publicação da obra], que ‘os brancos, nestas partes, vivem ao longo da costa, mais hóspedes do que povoadores’”.⁸³⁷

4.5. Conjuntura política da expansão espanhola na América

O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico agregou-se, mais de uma vez, às referências metodológicas de Sérgio Buarque ao conceber a obra *Visão do paraíso*. No artigo “Os projetos de colonização e comércio toscanos no Brasil ao tempo do grão duque Fernando I (1587-1609)”, de 1967, o historiador brasileiro, por exemplo, relata como, num dos quinhões “mais provocadores de sua obra mestra”, se expôs “os altos e baixos nas relações entre o mundo mediterrânico e o espaço atlântico”; e, neste contexto, as “tentativas ‘bem curiosas do grão-duque Fernando de Toscana [...] para alcançar o Brasil’”⁸³⁸. O estudo realizado pelo historiador francês despertou em Sérgio Buarque o interesse, transposto “em livro publicado há oito anos”⁸³⁹, em retratar um dos resultados destes “altos e baixos” entre as relações entre a Europa e o Brasil: o projeto do grão duque em mandar colonos à capitania do Espírito Santo em razão das “novas que se faziam quentes no sertão da antiga capitania de Vasco Fernandes Coutinho sobre a existência ali de minas preciosas”⁸⁴⁰.

Quanto à última parte de *Visão do paraíso*, a obra que resulta da tese de doutoramento do historiador francês fará parte quer de uma nota, quer do próprio texto do capítulo “América portuguesa e Índias de Castela”, para “imprimir à expansão castelhana o cunho nitidamente imperial que logo a distingue e onde parece residir sua grande novidade”⁸⁴¹. Trata-se de uma leitura consideravelmente do historiador francês

⁸³⁷ Idem, p. 468.

⁸³⁸ Sérgio Buarque de Holanda. “Os projetos de colonização e comércio toscanos no Brasil ao tempo do grão duque Fernando I (1587-1609)”. In *Revista de História*. n. 71, 1967.

⁸³⁹ Sérgio Buarque se refere a *Visão do paraíso*.

⁸⁴⁰ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.* p. 398. O capítulo “Poças e pedras”, de *Visão do paraíso*, se refere ao projeto que, por se tratar de iniciativas de colonização toscana no Brasil, foram “naturalmente impedidos pelo zelo da Coroa”. A exemplo da seguinte passagem: “Quando, passados os primeiros contratemplos sucedidos já na administração de Vasco Fernandes, se fizeram mais quentes as novas das minas do sertão, deu-se por isso mesmo, um maior fluxo de povoadores para aquelas partes e um começo de prosperidade. De sorte que, pouco a pouco, pareciam elas restabelecer-se do desbarato a que se viram de início condenadas. [...] Não seria outra, porventura, a causa da tentativa para o estabelecimento ali, algum tempo depois, de colonos toscanos”. Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 100.

⁸⁴¹ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 446.

uma vez que ela ajuda a solidificar o maior estudo publicado por Sérgio Buarque sobre a modelagem política da América portuguesa, presente no último capítulo da obra. Estudo em parte inédito e apartado da extensão de seu trabalho. Desse modo, parece legítimo reconhecer, primeiramente, a importância de *O mediterrâneo* na ampla preocupação de Sérgio Buarque com relação à caracterização de uma conjuntura política inaugurada por um “novo tempo do mundo”. Para melhor compreendê-la, é preciso se voltar à abordagem dos Reis Católicos enfrentada por *Visão do paraíso*. Como nas partes iniciais do segundo volume de *O mediterrâneo*, a obra salienta que “é sob o reinado de Carlos V, o Carlos I dos espanhóis, que esse império vai tomar dimensões imprevistas, chegando a abarcar quase todo o Novo Mundo e esgalhar-se mesmo até o Extremo Oriente, onde alcança e ultrapassa, em detrimento dos portugueses, a famosa demarcação de Castela”.⁸⁴² Antes desse “novo tempo”, as “Índias Ocidentais” se parecem com o quadro político fragmentário, associado à forma “conservantista” da colonização portuguesa. Elas “não iam além de um pequeno grupo de ilhas”⁸⁴³. Nem para Braudel, nem para Sérgio Buarque, o Novo Mundo assume a importância na configuração deste império como terá, um pouco depois, com seu sucessor, Felipe II. Para ambos os historiadores, o principal legado de Carlos V “é o moderno império espanhol”⁸⁴⁴ (ainda que, em vida, e em grande parte contra a sua própria vontade, o imperador não pudesse testemunhar integralmente desta nova realidade). Para Sérgio Buarque, soa como paradoxo o fato de que “o fundador do império espanhol, no estilo moderno, e por muitos aspectos o verdadeiro iniciador do moderno colonialismo, dirigiu todos os esforços num sentido muito diferente e mesmo àquilo que, sem o saber, e, ainda mais, sem o querer, veio finalmente a realizar”.⁸⁴⁵

⁸⁴² Idem, p. 448. Lembremos que, na segunda parte de Fernand Braudel. *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. São Paulo, Martins Fontes, 1984, intitulada “Destinos coletivos e movimentos de conjunto”, o historiador francês se dedicaria aos impérios modernos, entre os quais “nas origens” destes “A unidade espanhola: os Reis católicos”. Para tanto chama a atenção da mesma transformação de “Carlos I” em “Carlos V”: “Carlos V sucede em Espanha a Fernando. É então Carlos de Gante e torna-se Carlos I, em 1516”. E, também, à questão da ampliação deste Império: “com ele, tudo se complica e se amplifica como, na outra extremidade do mar, com Solimão o Magnífico” (p. 33). Um pouco antes, Braudel chama atenção para um “desvio” por parte dessas iniciativas a uma “América desconhecida” e o surgimento da atividade por parte de conquistadores (p. 32). Não exatamente com a mesma ênfase, como veremos: o que Sérgio Buarque descreve como algo “chegando a abarcar quase todo Novo Mundo” se dará, para Fernand Braudel (como também para o historiador brasileiro), principalmente durante o reinado de Felipe II.

⁸⁴³ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 448.

⁸⁴⁴ Idem, p. 450. Fernand Braudel, em seu livro, intitula o contexto de Carlos V como “uma grande experiência imperial” (*Op. Cit.*, p. 35).

⁸⁴⁵ Ibidem, p. 450. Fernand Braudel afirma algo parecido ao mostrar que a política de Carlos V não focalizou exatamente suas bases políticas na Espanha, ainda que, com o tempo, a Espanha saia fortalecida de maneira inédita dentro da Europa: “A Espanha encontra-se relegada para a retaguarda da história

Quando Carlos V é substituído por Felipe II, este se torna autor de um Império “mais vasto”, “mais coerente”, *mais espanhol*. Ao mesmo tempo as Índias, enquanto fator da reprodução deste Império melhor consciente de sua própria existência, tem um peso indiscutivelmente maior. Com esta dimensão atlântica, estaria mesmo “pronta” a sua caracterização: “apenas cinco anos depois de sua morte [de Carlos V], podia Felipe II exprimir [...] o desejo de ver-se coroado imperador das Índias”. Assim, “a simples circunstância de ser formulado o pedido indica o grau de maturidade a que chegara, na Espanha, a nova consciência imperial”.⁸⁴⁶ Como no modo braudeliano, o historiador elege um *acontecimento* (o pedido) e nele identifica uma *tomada de consciência*, já conjuntural (o Império), ao seu significado. Por motivos semelhantes, em *Visão do paraíso*, este império, fortificado na Espanha e “assim trazido para o Oceano”, terá como finalidade principal não propriamente a América, mas a manutenção do mundo europeu mediterrânico no tempo de Felipe II.

Por isso, Fernand Braudel não é citado por Sérgio Buarque para retificar uma presença castelhana centralizada na América. Ao contrário, busca-se salientar que a intervenção política no Novo Mundo ganha sentido na medida em que subsidia o alastramento do Império numa concepção braudeliana de *mediterrâneo*. Sobre isso, *Visão do paraíso* afirma:

Um historiador [Fernand Braudel] que vê na *expansão mediterrânica do poderio ibérico* um prolongamento da velha política dos reis de Aragão pôde dizer que, depois de Fernando, ‘a cruzada espanhola saiu da península, não para mergulhar deliberadamente na África miserável, não para se perder no Novo Mundo, mas para situar-se abertamente no próprio coração da Cristandade de então, em seu coração ameaçado, na Itália’. O mesmo historiador, aludindo ao relativo desinteresse de que fora objeto o ultramar por parte dos senhores da Espanha, escreve ainda: ‘Acusamos Maquiavel de não se mostrar atento à imensa inovação dos descobrimentos marítimos. Ora, imagine-se que, ainda no século XVII, o Conde-Duque de Olivares, esse rival nem sempre infeliz de Richelieu, esse quase

falsamente brilhante do Imperador. [...] [Carlos V] não terá tempo para ser Carlos de Espanha. Curiosamente, só o será muito tarde, no fim da sua vida, por razões sentimentais e de saúde. A Espanha não foi o grande personagem da história de Carlos V, ainda que contribuisse para sua grandeza. Claro que seria injusto não ver o que a Espanha conseguiu dar à aventura imperial” (p. 33). Durante seu mandato, portanto, nem mesmo, nem chega a presenciar aquele “moderno colonialismo” que alude Sérgio Buarque. Pois, para Braudel, “notemos também que, pela força das coisas, não podia apoiar-se diretamente na Espanha, excêntrica em relação à Europa e que ainda não era amplamente abastecida pelos tesouros do Novo Mundo: não o será, de maneira importante, antes de 1535” (p. 35).

⁸⁴⁶ Ibidem, p. 450.

*grande homem, não chegara a aperceber-se da importância das Índias*⁸⁴⁷ (grifo nosso).

A passagem se encontra no início do segundo tomo de *O mediterrâneo*, precisamente na parte intitulada “Os impérios”, no qual Fernand Braudel apresenta “um panorama político válido” dos mesmos⁸⁴⁸. “América portuguesa e Índias de Castela”, além de se voltar a estas partes do continente americano, não deixa de conectá-las o tempo todo, além da Espanha, à Europa, pois “para a Espanha, para Castela, dedicada muito mais à política europeia, os mundos distantes continuariam a ser, durante largo tempo, e apesar de suas imensas riquezas, um simples instrumento da mesma política”⁸⁴⁹.

Mais do que a tipologia ou a genealogia de *Império* de *O mediterrâneo*, é particularmente esta estratégica prioridade imperial à Europa mediterrânica em detrimento do Novo Mundo o fulcro pelo qual é possível verificar a importância de *O mediterrâneo* na configuração de Império espanhol, proposta por *Visão do paraíso*. Nos termos de *O mediterrâneo*, Império é, sobretudo, algo ainda em grande parte *alheio* a Estados-nações e a Estados-territoriais, posto que “estes monstros” mais correspondem a “grupos mais amplos, monstruosos: aglomerados, heranças, federações, coligações de estados particulares”⁸⁵⁰. Esta definição não é citada, tão pouco aplicada de maneira literal por *Visão do paraíso*. Não obstante, ela por certo abre possibilidades para compreender um aspecto nada acessório do modelo proposto por Sérgio Buarque, que, afinal, se desdobra para a conquista e colonização da América espanhola: a de que a sua grandeza e mundialização fez-se menos por conta de uma ação oficial do Estado (quanto mais de um Estado Nacional) do que por uma adesão, percebida, nas “Índias de Castela”, pelo esforço privado e individual.

A versão expandida da passagem de *O mediterrâneo* citada por *Visão do paraíso*

⁸⁴⁷ Ibidem, p. 457. Em nota, Sérgio Buarque se refere ao segundo tomo de *O mediterrâneo* da seguinte forma: “*La Méditerranée et le Monde méditerranéen à l’époque de Philippe II*, pp. 517 ss” (p. 517).

⁸⁴⁸ Fernand Braudel. *Op. Cit.*, p. 17. A passagem, em sua versão expandida, citada mais a frente, corresponde à seguinte: “Todavia, quase imediatamente, a Espanha deixa-se desviar da África. Em 1492, Cristóvão Colombo descobre a América. Três anos mais tarde, Fernando o Católico é envolvido em complicações italianas. Historiador apaixonado, Carlos Pereyra critica a Fernando, o astuto e hábil aragonês, este desvio na direção do Mediterrâneo, pelo que se absteve de trabalhar para o verdadeiro futuro da Espanha, inscrito fora da Europa, nessas terras áspers, nuas e pobres de África, na América também, esse mundo desconhecido, abandonado pelos senhores da Espanha à aventura sob as suas piores formas. Sim, mas é a este abandono do *Ultramar* à iniciativa privada que se devem as espantosas aventuras dos *Conquistadores*. Acusávamos Maquiavel de não estar atento à imensa inovação dos descobrimentos marítimos; ora, pensem que ainda no século XVII, o conde duque de Olivares, esse rival nem sempre feliz de Richelieu, esse quase grande homem, não tinha ainda compreendido a importância das Índias” (p. 32). Voltaremos a ela.

⁸⁴⁹ Idem, p. 456.

⁸⁵⁰ Fernand Braudel. *Op. Cit.*, p. 19.

agrega ainda um trecho não reproduzido nesta última obra (mas que anexamos em nota), no qual Fernand Braudel alude a “*este abandono do Ultramar à iniciativa privada que se devem as espantosas aventuras dos Conquistadores*” (grifo nosso). Não se trata propriamente de um abandono como nós o entendemos, isto é, no sentido de *renunciar*. Elas podem ser traduzidas por um princípio de livre iniciativa, já possível antever na definição acima apresentada por Braudel, e que, paradoxalmente, possibilita o processo de constituição da hegemonia espanhola no mundo europeu e cristão. Logo após o historiador francês ser citado na obra de 1959, Sérgio Buarque se vê diante de um paradoxo com relação ao colonialismo castelhano na América, ao afirmar: “é difícil imaginar, apesar de tudo isso, como ainda sobrassem *caballeros de armas* para a formidável empresa de ultramar. E como se fosse dado aos espanhóis perseguir sem desfalecimento a política imperial nos ‘reinos’ e províncias do Novo Mundo”. Em seguida, dá cabo à própria indagação: “*explica-se, por esse lado, ao menos, certo predomínio que foi deixado nessas terras, desde o início, sobretudo de início, à ação individual*” (grifo nosso).⁸⁵¹

Por “iniciativa individual e/ou privada”, entenda-se a maciça adesão ao Império, cuja eficácia de sua popularidade reside precisamente em algo que, a partir de Fernand Braudel, toma conta da preocupação de alguns de seus discípulos: a *liberdade administrativa*, concessora de uma “margem de arbítrio” aos colonizadores espanhóis: “a margem de arbítrio que se deixou de início aos conquistadores”, assevera Sérgio Buarque, “pode prender-se de qualquer modo, além das dificuldades com que deveria lutar a Coroa de Castela para intervir mais decisivamente nas terras de ultramar, à margem de liberdade administrativa e jurídica que desfrutaram, na Europa, diversas regiões dependentes da Coroa de Castela”⁸⁵². O autor salienta que essa autonomia não

⁸⁵¹ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 458.

⁸⁵² Idem, p. 460. Cabe lembrar a proximidade entre Fernand Braudel e Pierre Chaunu. A questão da popularidade de um Império nos moldes modernos era, para Braudel, tão importante na configuração dos mesmos que o historiador não deixa de chamar atenção a este fato em sua própria caracterização do assunto. É no caso, toma como exemplo a paixão popular por política dos italianos da época: “A Itália? Sim, um estranho laboratório para homens de Estado: todo o povo aí discute política, segundo a sua paixão – a do carrejão da praça do mercado, a do barbeiro na sua loja ou dos artesãos nas tabernas; porque a razão de Estado – essa redescoberta italiana, não saiu de reflexões solitárias, mas de uma lição coletiva”. Esta “razão de estado” braudeliana é um dos embriões dos Impérios, na mesma época (p. 33). Mais propriamente à Espanha, Braudel afirma que “as cidades, com as suas espantosas reservas de vida democrática asseguraram o triunfo dos Reis Católicos” (p. 31). E, quanto a Felipe II, afirmaria que este “foi tão amado pelos Castelhanos como seu pai pela boa gente dos Países Baixos”. Enfim, com relação à liberdade administrativa, ainda em Braudel, é possível dizer que *O mediterrâneo* dedica toda uma parte à questão, intitulada “As autonomias locais”, na qual insiste: “O espetáculo destas grandes maquinarias políticas pode induzir-nos facilmente ao erro. Comparando as do século XVI às do século XV, vemo-la desmedidamente aumentadas. Mas tudo continua a ser questão de proporções. Se se pensar nos tempos

pode ser confundida com uma interpretação historiográfica segundo a qual, por um lado, “as índias não eram colônias”, e por outro, com a aspiração de uma identidade nacional.⁸⁵³

A caracterização de um modelo de Império espanhol pelas páginas finais de *Visão do paraíso*, tomando de empréstimo algumas questões de *O mediterrâneo*, leva Sérgio Buarque a incorporar uma literatura historiográfica especializada sobre a América hispânica. Alude-se a *El Estado español en las Índias* (1941), de Ots Capdequi, que, aqui, cumpre a função de fazer coro àquela “iniciativa individual”, aberta pela ênfase desmedida dada pelos soberanos espanhóis à geografia mediterrânica. É possível dizer que, ao recorrer ao historiador valenciano, o modelo, nos termos de Buarque de Holanda, se “fecha”, chegando a uma apreciável síntese que satisfaz o pesquisador que se aventura pelo tema: sem a “ação individual”,

ficaria incompreensível ali a obra turbulenta dos conquistadores. ‘Já se disse, e é uma verdade absolutamente comprovada’, escreve Ots Captegui, ‘que o descobrimento, conquista e colonização da América Espanhola foi eminentemente popular. Significa isto que, nas expedições descobridoras, predominou o esforço privado, individual, sobre a ação oficial do Estado’. *Esse largo papel confiado e, melhor, largado à iniciativa individual não impedirá que se erga, sob a égide de Castela e das leis castelhanas, o império espanhol das Índias.*⁸⁵⁴ (Grifo nosso).

presentes e nas enormes massas de funcionários ao serviço do Estado, o número dos “oficiais” do século XVI é muito irrisório. *O mesmo é dizer que, por meio deste pessoal insuficiente, os vastos estados com poderes ‘absolutos’ apenas exercem uma influência imperfeita. Na base, ei-los incompletos, ineficazes. Esbarram com mil autonomias subjacentes e que não podem vencer*” (grifo nosso). (p. 52). Na esteira dessa discussão, Sérgio Buarque se refere a Pierre Chaunu, da seguinte forma: “Pierre Chaunu, *Seville et l’Atlantique* (1504-1650). Partie Statistique, I, pp. 140 ss”. (Lembremos que, para Chaunu, a autonomia administrativa na América espanhola se dava pelo próprio valor relativo dos textos jurídicos, relativização que só aumentava deste lado do Atlântico).

⁸⁵³ Ibidem, p. 460.

⁸⁵⁴ A citação faz parte do primeiro capítulo de Ots Capdequi. *El estado español en las Indias*. Buenos Aires/México, 1941. Em sua versão expandida, fica claro que essa questão “particularista” se assentava numa questão jurídica denominada de *capitulação* (um contrato expedido pela Coroa que possibilitava conceder uma espécie de privilégio – “mercedes” – aos envolvidos na empresa colonizadora): “Se há dicho, y es una verdade histórica absolutamente comprovada que el descubrimiento, conquista y colonización de América española, fue una obra eminentemente popular. Significa esto que em las expediciones descubridoras predominó el esfuerzo privado, individual, sobre la acción oficial del Estado. [...] Em estas capitulaciones, que recuerdan por su carácter y contenido las viejas cartas de población [...] [nas quais] se fijaban los derechos que se reservaba la Corona em los derechos que se reservaba la Corona em los nuevos territorios a descubrir y las mercedes concedidas a los distintos participantes em la empresa descubridora. [...] Las consecuencias jurídicas, originadas por este sistema preponderantemente privado, fueron importantes. La fuente primera y principal del nuevo derecho em los territorios de nuevo descubrimiento, la constituyeron las *capitulaciones*. Tuvo así este derecho, em sus orígenes, um carácter *particularista*, porque cada capitulación constituyó el código fundamental – espécie de carta Puebla o fuero municipal – em el territorio a su amparo decubierto. [...] Pero, a pesar de esta preponderância del

Por conta deste modelo de colonização, a expansão castelhana pôde se internar “em busca dos segredos da terra” e desenvolver a ocupação sistemática ao interior da América espanhola. Sua expansão ao oeste “encontra apoio e estímulo na própria Coroa castelhana, ao passo que Lisboa, interessada, embora, nessa mesma busca, tende a estorvar o estabelecimento de moradores no sertão, visando a favorecer, antes de tudo, a ocupação do litoral”⁸⁵⁵. O exato contrário, por exemplo, do que “se pode ver no Regimento de nosso Tomé de Souza”, no qual, para Sérgio Buarque, se assemelha a um “documento básico”, quando não uma “verdadeira carta magna do Brasil” que já apontaria tendências e modelos constitucionais aptos a uma “colonização progressiva” da porção portuguesa da América⁸⁵⁶.

4.6. O professor e aluno Sérgio Buarque

Alguns anos antes de escrever *Visão do paraíso*, Sérgio Buarque, imerso numa das atividades mais significativas de sua trajetória historiográfica, não privilegia a problemática da formação da América portuguesa sob a ótica do modelo de feitorização e seu contraste com a concepção de Império espanhol. Trata-se mais propriamente do período em que é professor de História Econômica do Brasil na Escola de Sociologia e Política de São Paulo⁸⁵⁷, atividade que exerce de maneira contínua entre 1947 e 1955, salvo uma interrupção parcial, em 1949, e outra total, entre 1953 e 1954, “por motivo de viagem ao estrangeiro”⁸⁵⁸. O curso pertencia à cadeira de História Econômica do Brasil,

elemento privado em las empresas descubridoras, la presencia del Estado español se acusa com matices más o menos acentuados desde los primeros descubrimientos” (p. 16-18).

⁸⁵⁵ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 459.

⁸⁵⁶ Idem, p. 459.

⁸⁵⁷ Não custa lembrar: sobre a importância da trajetória de Sérgio Buarque na ELSP: ver Rodrigo Ruiz Sanches. “Sérgio Buarque de Holanda: a trajetória de um intelectual independente”. Araraquara, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Ciências e Letras – Unesp (Tese de Doutorado), 2007.

⁸⁵⁸ O “Curriculum Vitae de Sérgio Buarque de Holanda”. In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Vp 88 P2., salienta que, em 1949, Sérgio Buarque vai a Paris convidado da UNESCO para participar de um “estudo da conceitualização de democracia e a diversidade de suas interpretações no tempo e no espaço”; também participa de um “comitê instituído por aquele organismo das Nações Unidas para o exame e seleção das contribuições resultantes do Inquérito a que procedeu acerca dos contatos, relações e originalidade das culturas”; e enfim “participou [...] na sede da UNESCO, em Paris, de um comitê para estudo das traduções de obras clássicas de diferentes povos, consideradas como um meio de entendimento internacional”. (p. 10). Em 1948, ainda nos termos do currículo, Sérgio Buarque, por indicação do Ministério das Relações Exteriores, exerce a docência de “Estudos Brasileiros – ‘studi brasiliani’ – da Università degli Studi de Roma, tendo dado um curso regular que se prolongou pelos anos de 1953 e 1954”. O curso seria realizado em junto a uma pesquisa empreendida em arquivos italianos (p. 7).

fundada em 1933, no mesmo ano em que a Escola é fundada. É a primeira do gênero no país, e fora idealizada por Roberto Simonsen, seu professor mais antigo e um dos membros fundadores da Escola. Simonsen, na condição de docente e elaborador do programa inicial da cadeira, dedicaria uma de suas partes à reflexão sobre a feitorização da América portuguesa, sinalizando aos seus sucessores no cargo a possibilidade em abordar o tema em sala de aula. Esta “deixa”, aliás, se encontra numa parte pouco lembrada de *História econômica do Brasil*, de Simonsen, livro que, como nota Júlio Assis Simões, “foi produzido durante os cursos dados na ELSP”.⁸⁵⁹ Trata-se do “Programa da cadeira de História econômica do Brasil da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo”. Programas de curso, de forma geral, costumam ser curtos e este não é uma exceção à regra. Se ele se encontra logo no início de *História econômica*, é porque agrega algum valor de *modelo* a esta que pode ser considerada a “primeira cadeira de História Econômica do Brasil”, como igualmente salienta Simões⁸⁶⁰. Porém, e esse é o ponto, a questão da feitorização no “Programa” obedece à intenção de fornecer um panorama sobre os condicionantes gerais da economia brasileira, do período colonial ao nacional, de modo a aclarar a percepção e uma subsequente atuação de seu público alvo, desde a época de sua fundação: uma “elite” que buscava aprimorar uma consciência nacional “de intervenção”, isto é, orientada à administração pública.

Seu conteúdo buscava abranger, de ponta a ponta, o processo relacional entre a *colonização* e *nacionalização* brasileira na medida em que estes dois processos se mostrassem articulados à ordem internacional. Tinha início com a “Fase das indústrias extrativas” e culminava com “A evolução econômica dos países americanos”, e, em particular, “O Brasil em face da economia mundial”. Tudo leva a crer que, no que diz respeito à colonização econômica do Brasil, o curso valorizava, ao menos em parte, o enfoque diferenciado entre “Feitorias comerciais e colonização”, pois, dos seus 25 tópicos, o primeiro, intitulado “O aproveitamento econômico das terras brasileiras”, se divide em “Fase das indústrias extrativas” e “O pau-brasil”, dois processos articulados a este processo na América portuguesa. O próprio termo “Feitoria” aparece no tópico seguinte, intitulado “Feitorias comerciais e colonização”, e segundo o qual trata menos

⁸⁵⁹ Júlio Assis Simões. “Um ponto de vista sobre a trajetória da escola de sociologia e política”. In Iris Kantor; Débora Maciel; e Júlio Assis Simões (org.). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação (1933-1953). Depoimentos*. São Paulo, Editora Sociologia e Política, 2009, p. 39. Sobre as bases gerais de Sérgio Buarque na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, ver Rodrigo Ruiz Sanches. *Sérgio Buarque de Holanda: a trajetória de um intelectual independente*. Araraquara, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp (Tese de Doutorado), 2007.

⁸⁶⁰ Júlio Assis Simões. Idem, p. 39.

da colonização como um processo acabado e mais dos “Resultados econômicos das primeiras tentativas de colonização”.⁸⁶¹ Porém, atenção parecida é dada à inserção econômica do Brasil no comércio internacional em razão do comércio de açúcar. Ela ganha destaque no quarto tópico, após a discussão de algo qualificado de “evolução econômica do Norte, Centro e Sul no século XVI”. Neste momento, o gênero alimentício é visto dentro de uma fase específica, marcada, entre outras coisas, pela “preponderância do Brasil na produção mundial do açúcar”.⁸⁶² De modo que, à diferença do processo de feitorização, o processo de colonização passa a ser compreendido como um sistema por conta de sua integração no mundo. É concedida atenção parecida, por sua vez, às outras “fases” da economia colonial da América portuguesa: a “situação econômica do Brasil em fins do século XVII” é ilustrada pela “atuação dos jesuítas”, pela “penetração dos paulistas, as origens das Bandeiras” e pelo “ciclo do ouro e dos diamantes”.⁸⁶³ Em seguida a atenção recai na mineração, sempre com enfoque na inserção colonial no mercado internacional. A exemplo do sexto tópico do curso, que tem início com “A mineração e sua repercussão na economia portuguesa e mundial” e segue com “a contribuição do Brasil para a evolução do capitalismo no século XVIII. O declínio da mineração e a crise daí resultante”⁸⁶⁴.

Os tópicos que seguem só confirmam a distância de uma análise exclusivamente voltada à feitorização e, de modo mais amplo, à colonização do Brasil: quanto à independência de 1822 dá-se prioridade à “independência econômica do Brasil em face de Portugal”, à “Repercussão econômica da mudança da Corte portuguesa”, bem como aos “serviços prestados pelas administrações portuguesas ao Brasil”. Durante o Império,

⁸⁶¹ O presente trabalho não busca sugerir vínculos entre as obras *História econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen, e *Visão do paraíso*, de Sérgio Buarque (ainda que de fato possam existir). Não obstante, naquela há elementos que podem auxiliar a compreensão deste programa de curso, ajudando a melhor entendê-lo. A começar pelo papel da feitorização em *História econômica*. Assim como na obra de 1959, em muitos momentos ela aparece como um dos estágios da colonização brasileira, como se nota na seguinte passagem de Roberto Simonsen, *Op. Cit.*: “Na Terra de Santa Cruz, o valor e as possibilidades de comércio não justificavam, como já vimos, organizações da mesma importância. Mas, ainda assim, foram instaladas, quer pelos concessionários do comércio do pau-brasil, quer pelo próprio governo português, várias feitorias, postos de resgate, em sua maioria de caráter temporário, onde se concentravam, sob o abrigo de fortificações primitivas, os artigos da terra que as naus vinham buscar. São por demais deficientes até hoje as notícias sobre essas feitorias, Igarapé, Itamaracá, Bahia, Porto Seguro, Cabo Frio, São Vicente e outras intermediárias, que desapareciam, ora esmagadas pelo gentio, ora conquistadas pelos franceses. Mas o próprio comércio do pau-brasil é uma demonstração de sua existência e as notícias que se têm, referentes à década anterior a 1530, salientam a preocupação do Governo português de defendê-las. Nessa época apresentou-se iniludível ao Rei de Portugal, este dilema: *ou ocupar efetivamente a Terra de Santa Cruz, ou correr o risco de perdê-la*” (p. 100). Repare que, assim como em *Visão do paraíso*, a problemática da “colonização efetiva” é colocada em questão.

⁸⁶² Idem, p. 19.

⁸⁶³ Idem, p. 20.

⁸⁶⁴ Ibidem, p. 20.

três são os pilares que fundamentam a análise da economia presente no programa: escravidão, borracha e, sobretudo, o café. Daí em diante o programa ganha os contornos necessários para a formação prática de uma elite politicamente instruída: os tópicos sobre o período republicano confundem-se em grande parte com uma aclarada reflexão sobre o papel do estado paulista ante o país. De início mobiliza-se uma ampla análise das diferenças e semelhanças da “federação política e federação econômica” para concluí-la com “São Paulo na Federação”. Somente um tópico, o décimo quarto, se dedica à comparação do Brasil com os demais países da América do sul e do norte: “A evolução econômica dos países americanos; razões da sua diferenciação”. Não parece ter muita relevância no programa. A bem da verdade, subordina-se, visivelmente, aos interesses mais declaradamente locais da cadeira na qual o curso é sediado⁸⁶⁵.

Os *Anuários da Escola de Sociologia e Política de São Paulo*, referentes aos anos de 1947, 1948 e 1949, correspondem aos primeiros documentos que mencionam Sérgio Buarque na condição de professor da instituição; e, precisamente, a apresentar a estrutura de seu curso.⁸⁶⁶ São exclusivamente tais referências que nos fornecem as bases centrais para a reflexão sobre a atividade docente de nosso historiador, algo, no caso, a ser realizado por meio dos tópicos contidos nos programas, bem como da bibliografia recomendada aos alunos, dividida em “indispensável” e “suplementar”. Apesar de bastante resumidos, tudo leva a crer que, também neste caso, os documentos foram elaborados pelo então docente da Cadeira de História Econômica. E, no conjunto, revelam duas frentes nas quais o historiador, ao longo de sua carreira, investe na reflexão sobre a história econômica: o Brasil colonial e mais propriamente a expansão bandeirante. Por isso mesmo, seus cursos preservam relativa distância da grade proposta por Roberto Simonsen, pois embora estejam inseridos dentro de uma reflexão sobre a história econômica colonial e nacional do Brasil, privilegia-se o período colonial. Ainda assim, tanto o imaginário como objeto que poderia amparar uma reflexão sobre o tema, quanto o estudo comparado das Américas ibéricas, encontram-se, pois, literalmente ausentes dos cursos.

Mais precisamente, estamos diante de um caso que talvez se aproxime das próprias relações mantidas entre *A contribuição italiana para a formação do Brasil* e *Visão do*

⁸⁶⁵ Ibidem, p. 21.

⁸⁶⁶ Ver *Anuário da Escola de Sociologia e Política de São Paulo: décimo terceiro ano letivo*. São Paulo, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1947; *Anuário da Escola de Sociologia e Política de São Paulo: décimo quarto ano letivo*. São Paulo, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1948; e *Anuário da Escola de Sociologia e Política de São Paulo: décimo quinto ano letivo*. São Paulo, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1949.

paraíso: os cursos, seja pela ótica da colonização do Brasil ou na perspectiva específica da expansão paulista, já trazem a problemática da feitorização (embora a palavra não conste nos programas, e, lembremos, em *A contribuição italiana*). Procuramos realizar, portanto, uma descrição detalhada dos abreviados programas com a finalidade de destacar a questão da feitorização. Como os programas revelam a indicação de bibliografia “Indispensável” e “complementar”, vamos procurar estabelecer conexões entre os tópicos e os livros sugeridos. O objetivo consiste em esclarecer até o fim do capítulo as diferenças entre esse caso e a formalização do estudo comparado entre os modelos políticos de colonização das Américas portuguesa e espanhola, presentes, pois, em *Elementos formadores da sociedade portuguesa na época dos Descobrimentos*. Isto é, uma formalização já ocasionada diretamente pelas circunstâncias do concurso de cátedra.

As referências bibliográficas contemplam seja o processo de colonização do Brasil como um todo, seja pela perspectiva do bandeirismo, e não se resumem só a referências, pois parte do curso buscava discuti-las à parte. Os dois primeiros tópicos de *Anuário* do ano letivo de 1946, por exemplo, procuram enfatizar a “Importância recente dos estudos de História Econômica – seu desenvolvimento no Brasil”, e, em seguida, uma “Introdução bibliográfica [...] [sobre] as principais fontes para o estudo da história econômica”⁸⁶⁷. No primeiro caso encontram-se, entre outros, *História econômica do Brasil*, de Caio Prado Jr.⁸⁶⁸ Ele carrega igualmente, ou talvez com ênfase maior, a distinção entre feitorização e colonização do Brasil. Há inclusive uma passagem idêntica à de “O sentido da colonização”, de *Formação do Brasil contemporâneo*, na qual Caio Prado Jr. estabelece um modelo de *feitorização* a partir de “como os italianos vinham de longa data praticando no Mediterrâneo”.⁸⁶⁹ Sobre as bandeiras é possível notar, por exemplo, dois livros de João Pandiá Calógeras. Como “bibliografia recomendada” é indicado *Minas do Brasil e sua legislação*; como “complementar”, *Formação histórica do Brasil*⁸⁷⁰. Outros autores também vêm à tona: *Expansão geográfica do Brasil colonial*, de Basílio de Magalhães; e alguns periódicos, caso da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, do primeiro número ao

⁸⁶⁷ *Anuário da Escola de Sociologia e Política de São Paulo: décimo terceiro ano letivo*. São Paulo, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1947, p. 57.

⁸⁶⁸ Idem.

⁸⁶⁹ Caio Prado Jr. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1976.

⁸⁷⁰ *Anuário da Escola de Sociologia e Política de São Paulo: décimo terceiro ano letivo*. São Paulo, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1947.

quadragésimo terceiro⁸⁷¹.

Em *História econômica do Brasil*, Caio Prado Jr. dedica “Preliminares (1500-1530)”, primeira parte da obra, inteiramente à questão da feitoria, assim como a distingue do processo de “A ocupação efetiva” do Brasil (segunda parte), marcada pelo “início da Agricultura” e a colonização. A questão de “Preliminares” lembra o tópico “Motivos econômicos da expansão ultramarina de Portugal e sua influência na colonização. Os primeiros contatos dos portugueses com o Nono Mundo, - Exploração do pau de tinta”, presente no *Anuário* do ano letivo de 1946⁸⁷². Esta parte do livro tem início com uma apresentação do que Caio Prado intitula de “Caráter geral da formação econômica brasileira” (muito parecida e cheia de passagens semelhantes, aliás, com a de “O sentido da colonização”); e prossegue com a reflexão sobre nossas “Primeiras atividades” e particularmente, dentro destas, a “Extração do Pau-Brasil”.

Esta última representaria menos o desenvolvimento da colonização do Brasil e mais um momento prévio, marcado por viagens que “eram apenas de exploração [geográfica]”. Ainda assim, o “espírito empreendedor daqueles aventureiros”, sublinha Caio Prado, “conseguiu encontrar [...] espalhada por larga parte da costa brasileira, e com relativa densidade [...] uma espécie de vegetal semelhante a outra já conhecida no Oriente, e de que se extraía uma matéria corante empregada na tinturaria”. Chamava-se *pau-brasil*, e foi responsável pelos “primeiros contatos com o território que hoje constitui o Brasil”⁸⁷³. Longe de relembrar a conhecida história de extração do pau-de-tinta, interessa frisar a questão dos “primeiros contatos” com o Brasil. Termo presente tanto no tópico do curso como na primeira parte de *História econômica*, “primeiros contatos”, nas palavras de Caio Prado Jr., corresponde precisamente à forma de “exploração rudimentar que não deixou traços apreciáveis, a não ser na destruição [...] das florestas nativas donde se extraía a preciosa madeira”. E a partir do qual “não se criaram estabelecimentos fixos”. Ou seja, ao processo de feitorização do mal nascente Brasil: “a indústria extrativa do pau-brasil tinha necessariamente de ser nômade; não era capaz, por isso, de dar origem a um povoamento regular e estável”⁸⁷⁴.

⁸⁷¹ Idem.

⁸⁷² Ibidem, p. 57.

⁸⁷³ Idem, p. 24 e 25.

⁸⁷⁴ Ibidem, p. 26. Não custa lembrar que, em *Visão do paraíso*, a extração de “pau de tinta” tem alguma importância no conjunto do argumento relativo aos motivos “realistas” (comerciais) de colonização do Brasil. A exemplo da seguinte passagem, na qual o governador Dom Diogo opta por um aspecto mais “tradicional”, mais seguro, de nossa economia: a extração de pau-brasil: “o fato é que, motivadas ou não pela *capitis diminutio* de que se ressentia Dom Diogo, suas objeções à divisão das capitanias e, ainda mais, à superintendência isenta das minas procuram amparar-se no prudente realismo de quem, a promessas

Em *História econômica do Brasil*, o processo de colonização com todas as letras é estabelecido aproximadamente a partir do terceiro decênio do século XVI. Na parte seguinte da obra, “A ocupação efetiva”, particularmente no capítulo “Início da agricultura”, se volta ao processo de defesa das “terras brasileiras” por um “processo mais amplo e seguro: a ocupação efetiva pelo povoamento e colonização”. A partir de então, Caio Prado Jr encara a colonização por todos os ângulos; isto é, como *sistema*: o estabelecimento, em primeiro lugar, de capitanias que “serão doadas a titulares que gozarão de grandes regalias e poderes soberanos; caber-lhes-á nomear autoridades administrativas e juízes em seus respectivos territórios, receber taxas e impostos, distribuir terras, etc”. E se “Os donatários, que em regra não dispunham de grandes recursos próprios, levantaram fundos tanto em Portugal com na Holanda”, “a perspectiva principal do negócio está na cultura da cana-de-açúcar”, “um produto de grande valor comercial na Europa”.⁸⁷⁵

Foi um fenômeno que, para o autor, perdurou por toda a costa brasileira: “particularmente do Extremo-Nordeste, na planície litorânea hoje ocupada pelo Estado de Pernambuco; e do contorno da Bahia de Todos os Santos (o *Recôncavo baiano*, como seria chamado)”. E “não seriam aliás os únicos: de uma forma geral, toda a costa brasileira presta-se ao cultivo de cana-de-açúcar”. Pois, enfim, “é nesta base [...] que se iniciarão a ocupação efetiva e a colonização do Brasil”⁸⁷⁶, vale dizer, de um processo fundado pela “grande propriedade” acompanhada da “monocultura”. À diferença do comércio realizado por feitores, o açúcar tem “grande valor comercial”, encaixando-se assim nos gêneros “altamente lucrativos”. Nos termos de Caio Prado Jr., a grande propriedade monocultural instala-se no Brasil com o trabalho escravo negro; mais ainda, “é aliás esta exigência [peculiar] da colonização dos trópicos americanos que explica o renascimento, na civilização ocidental, da escravidão em declínio desde fins do Império Romano, e já quase extinta de todo neste século XVI em que se inicia aquela colonização”⁸⁷⁷. De modo que esta mesma exigência é responsável por um “processo de substituição do [escravo] índio pelo negro [que] prolongar-se-á até o fim da era

fulgurantes, mas aéreas, prefere um cabedal seguro, o mesmo de que a terra se tinha sempre sustentado com largueza e honra. Ao menos agora, porque nem sempre fora tão descrente e desdenhoso das riquezas minerais, fazia-se o governador, contra as novas invenções, um paladino de nossa economia tradicional, amparada na lavoura da cana e na colheita do pau-de-tinta”. Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 157.

⁸⁷⁵ Caio Prado Jr. *Op. Cit.*, p. 32.

⁸⁷⁶ Idem, p. 32.

⁸⁷⁷ Ibidem, p. 34.

colonial”.⁸⁷⁸

Os *Anuários da Escola de Sociologia e Política* revelam que, assim como no último capítulo de *Visão do paraíso*, o fenômeno acabado da colonização não ganha a mesma importância que o da feitorização nos cursos ministrados. Nos termos dos dois primeiros anuários, questões como “a grande lavoura”, o “Açúcar”, bem como os demais referenciais à efetiva ocupação econômica do litoral brasileiro, não aparecem. Já no último há dois tópicos (de um total de 24) nos quais a questão é contemplada de forma parcial: o quarto, no qual se lê: “Lavoura extensiva. [...] O açúcar e outras produções coloniais”, que logo é substituído pela questão referente aos “Métodos primitivos de aproveitamento da terra”, isto é, por algo que se aproxima mais do tema da escravização indígena do que a negra. O mesmo acontece com expressões que remetem à economia europeia: quando lembradas, articulam-se à comparação com a economia ameríndia (“agricultura sertaneja”, ou ainda, o “sítio da roça”)⁸⁷⁹. Não é possível encontrar similaridades com o que, nos termos de Caio Prado, cristaliza em grande parte o “elemento central” de uma ocupação efetiva da costa do Brasil, isto é, “o engenho [...], a fábrica propriamente, onde se reúnem as instalações para a manipulação da cana e do preparo do açúcar”⁸⁸⁰. Ou ainda, seus complementos: “grande propriedade”, “monocultura”, “escravidão”.

Essa ausência é em parte explicada por conta dos interesses de Sérgio Buarque pelo tema do fluxo e refluxo do bandeirismo, que nos *Anuários* auxiliam o tema da feitorização. Se, como vimos, a expressão “feitoria” é ausente dos mesmos, ela aparece num trabalho intitulado “Formação de uma vila sertaneja”⁸⁸¹, produzido por Sérgio Buarque já na condição de aluno da escola. Este texto inédito, aliado às questões suscitadas por nossa pesquisa, foi responsável por uma nova percepção acerca do pensamento de Sérgio Buarque sobre as bandeiras: neste caso, ele permite encará-la também pela perspectiva da *feitorização*. A análise de “Formação de uma vila sertaneja” será devidamente realizada mais a frente. Por ora, é preciso salientar como nos cursos as feitorias vão se agregando ao caso de São Paulo de Piratininga.

A partir dos *Anuários* é possível demonstrar que a economia de São Paulo, tal como nas feitorias quinhentistas, provém da extração de gêneros e também da produção de

⁸⁷⁸ Ibidem, p. 34.

⁸⁷⁹ *Anuário da Escola de Sociologia e Política de São Paulo: décimo terceiro ano letivo*. São Paulo, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1949, p. 42 e 43.

⁸⁸⁰ Caio Prado Jr. *Op. Cit.*, p. 37.

⁸⁸¹ Sérgio Buarque de Holanda. “Formação de uma vila sertaneja”. *Trabalho prático apresentado à disciplina “História social do Brasil”*. São Paulo. Escola de Sociologia e Política de São Paulo. 1957.

subsistência. No limite, sua forma remete ao argumento de *Caminhos e fronteiras*, de 1957, obra muito provavelmente derivada também destes cursos, e que por essa razão deixamos para discuti-la aqui, junto com os *Anuários*. A expansão fronteiriça a partir de São Paulo, cuja vocação “estaria no caminho, que conviva ao movimento; não na grande propriedade rural que forma indivíduos sedentários”, dá pouca margem à produção de gêneros. Sérgio Buarque recupera este ponto no programa de 1947 por meio do tópico denominado: “O planalto e litoral. Trilhas de índios usadas pelos colonos. A marcha a pé predominando sobre outros sistemas de locomoção”⁸⁸²; e que, como tudo leva a crer, é desdobramento de “Veredas de pé posto”, primeiro capítulo de *Caminhos e fronteiras*, que salienta uma imagem dos bandeirantes caminhando descalços e de costas, à maneira dos índios, rumo ao sertão da América. (Andavam de costas para confundir o inimigo, que ao avistar as pegadas destes desbravadores, os seguiriam como se eles tivessem andando para frente).

Longe de recuperar a rota destes percursos, cabe frisar que, no conjunto, como nota uma geração de estudiosos, eles coroam a discussão, cara ao pensamento de Sérgio Buarque, sobre a “instabilidade de algumas dessas primeiras vias”.⁸⁸³ Instabilidade, convém insistir, na maioria dos casos *incompatível* com o que, para Caio Prado Jr, significou um “processo mais amplo e seguro” para “a ocupação efetiva do povoamento e colonização”. Isso vai se tornando mais claro ao longo dos cursos, a partir do tópico “Os alimentos do sertão. Índios meleiros. Cera e mel, produtos típicos das povoações nascentes. Fome de cera no Brasil colonial”⁸⁸⁴; tópico que é mesmo um prenúncio do capítulo “A cera e o mel”, de *Caminhos e fronteiras*. Nele, Sérgio Buarque lembra que, se o mel chega a ser produzido por sertanistas e índios, era, a rigor, um alimento abundante em “nossos matos”, cuja extração estaria longe de ocasionar um lucrativo e estável comércio, mas “contribuiu não raro para minorar os sofrimentos dos que se internavam, durante os primeiros séculos”. Afinal, “sabe-se que muitos sertanistas

⁸⁸² *Anuário da Escola de Sociologia e Política de São Paulo: décimo terceiro ano letivo*. São Paulo, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1947, p. 57.

⁸⁸³ Como se pode notar na seguinte passagem de “Veredas de pé posto”: “Será sem dúvida excessivo imaginar-se um traçado inteiramente fixo para as trilhas de índios usadas depois pelos bandeirantes. É bem conhecida a instabilidade de algumas dessas primitivas vias de comunicação, sobretudo quando surgia uma interrupção mais ou menos prolongada no seu uso. Assim, cada viagem tornaria, de certo modo, a aparência de uma exploração nova, de um novo trabalho de engenharia. Todavia a escolha cuidadosa, pelos indígenas, dos lugares apropriados ao trânsito, preservava ao menos a direção geral do traçado e garantia, nos lugares acidentados, a passagem obrigatória por determinados sítios, que serviam de baliza ao longo do trajeto”. Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 33.

⁸⁸⁴ *Anuário da Escola de Sociologia e Política de São Paulo: décimo terceiro ano letivo*. São Paulo, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1947, p. 57.

puderam sustentar-se dias seguidos, em suas jornadas, apenas com o produto das abelhas silvestres”. Quem os retirava de seus locais de origem? Os “índios meleiros, armados de necessários apetrechos, que eram machados e cabaças”⁸⁸⁵. Quanto à cera, movimentava um pequeno comércio. Era vendida e usada para velas de festas e enterros ocorridos na capitania de São Paulo: “foi uso, durante certas festas religiosas, notadamente na procissão do Corpo de Deus, distribuírem as Câmaras tochas ou velas às pessoas de maior graduação social que acompanhassem as solenidades”. Por outro lado, “manda outra velha tradição paulistana que, nos enterros, a família do morto distribuísse círios ou tochas a todos os acompanhantes”.⁸⁸⁶

Outro tópico, denominado “A caça e a pesca na economia colonial. Métodos indígenas e adventícios; sua influência recíproca”⁸⁸⁷, relaciona-se ao capítulo “Caça e pesca”, de *Caminhos e fronteiras*. Na ocasião, torna-se claro o papel destas duas atividades no argumento de Sérgio Buarque: a caça e a pesca são complementos comerciais subsidiários da lavoura.⁸⁸⁸ Aqui também se testemunham ofertas e demandas miúdas, características da esfera feitorial, que aliás enfrentavam as mesmas dificuldades para a formação de lavouras. As três atividades, que em muitos casos apresentavam instabilidade, fruto da falta de “mercado amplo e acessível”, eram sustentadas pela mão de obra indígena dentro ou fora da capitania. O colono se encontrava numa situação bastante dependente da “natureza”: “Seu sustento ordinário nas viagens, além da farinha de guerra, de que não se separavam, ao menos nos primeiros tempos, era quase somente o que dá a terra sem a lavragem, como sendo caças e frutas”⁸⁸⁹. Muitas vezes, não conseguiam superar com êxito tais limitações, de modo que “a dificuldade em se

⁸⁸⁵ Sérgio Buarque de Holanda, *Op. Cit.*, p. 50. Note-se a similaridade dos tópicos com a seguinte passagem de *Caminhos e fronteiras*, aqui citada, propositalmente, de maneira mais extensa que no texto principal desta página: “A abundância do mel em nossos matos contribuiu não raro para minorar os sofrimentos dos que se internavam, durante os primeiros séculos. Sabe-se quantos sertanistas puderam sustentar-se dias seguidos, em suas jornadas, apenas com o produto das abelhas silvestres. Quando, após a caminhada matinal, uma tropa de paulistas se arranchava em sertão pobre de caça ou de palmitos, o trabalho maior competia talvez aos índios meleiros, armados de necessários apetrechos, que eram machados e cabaças. Nesses casos o mel torna-se o único remédio para a fome e sua ausência significou muitas vezes a última penúria” (p. 50).

⁸⁸⁶ Idem, p. 53 e 54. Não custa insistir como Sérgio Buarque busca sublinhar as relações comerciais que, no capítulo “O mel e a cera”, estão associados à cera. Muitas vezes, aliás, esse comércio era até mesmo “opressivo para a gente pobre, pois muitos se viam obrigados a vender ou empenhar seus bens para a compra de cera, quando não quisessem enterrar ocultamente os defuntos, quando não quisessem enterrar ocultamente os defuntos, embrulhando-os em redes e conduzindo-os assim aos adros ou igrejas”. Nesse argumento, Sérgio Buarque ressalta uma imagem de São Paulo também marcada pela pobreza e pelo endividamento de seus colonos. (p. 54).

⁸⁸⁷ *Anuário da Escola de Sociologia e Política de São Paulo: décimo quarto ano letivo*. São Paulo, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1948, p. 72.

⁸⁸⁸ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 70.

⁸⁸⁹ Idem, p. 60.

consumirem todos os peixes no lugar, a escassez de meios para os transportes a longas distâncias, a pouca frequência, entre os colonos – não entre os índios –, forçavam, muitas vezes, o abandono, nas praias, de grandes quantidades de pescado”⁸⁹⁰.

Por fim, as próprias lavouras de São Paulo de Piratininga, preparadas e cultivadas por “braços indígenas”, não se adequariam ao modelo de economia feitorial proposto por Buarque de Holanda? Aqui pensamos no tópico “A expansão paulista e suas causas econômicas. A necessidade de braços para a lavoura como fator mais decisivo do bandeirismo”, que aparece de dois *Anuários* ⁸⁹¹. Se o curso já apresenta indícios de que, no pensamento do historiador, há uma diferença importante entre “Grande lavoura e lavoura de subsistência” (este, outro tópico)⁸⁹², o processo de lavragem naquela capitania se adequa ao segundo caso. Não condiz com aqueles gêneros de exportação para o comércio europeu, que na célebre colocação de Caio Prado Jr. “se organizarão a sociedade e a economia brasileira”; trata-se de um gênero que se insere em formas *instáveis* de relações comerciais destinadas à subsistência.

Na série de artigos “Pré-história das bandeiras I-VIII”, publicados em diferentes momentos em 1948, Sérgio Buarque já daria testemunha desta forma irregular de produção de mercadorias. De forma geral, elas faziam parte das “exigências mezinhas e até prosaicas de sua vida doméstica e cotidiana”; e diferentemente das “riquezas fartas e quase ao alcance das mãos com que contaram desde muito cedo os plantadores de açúcar do Nordeste ou da Bahia”, “lutaram muitas vezes contra a pobreza e a mesquinhez”:

Tudo quanto de grande [os moradores de São Paulo] empreenderam obedece em parte considerável às exigências mezinhas e até prosaicas de sua vida doméstica e cotidiana. Lutaram teimosamente contra a pobreza e a mesquinhez [...]. *Morando à margem das linhas naturais de comunicação e trato com o Reino, não puderam recolher indolentemente as riquezas fartas e quase ao alcance das mãos com que contaram muito cedo os plantadores de açúcar do Nordeste ou da Bahia. E como não dispusessem de semelhantes, também careceram do instrumento do capital de produção naquelas áreas – o escravo --, que ia ter o senhor de engenho levado da Guiné no bojo dos navios negreiros.* Seus negros foram, sobretudo, quase unicamente, os “negros” da terra, nome que, por muito tempo ainda, designou apenas os indígenas do país. Para obtê-los, precisavam correr distâncias

⁸⁹⁰ Ibidem, p. 71.

⁸⁹¹ Ele aparece em *Anuário da Escola de Sociologia e Política de São Paulo*. São Paulo, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1947 e 1948 (p. 57 e 72, respectivamente).

⁸⁹² *Anuário da Escola de Sociologia e Política de São Paulo: décimo quinto ano letivo*. São Paulo, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1949, p. 43.

cada vez maiores e enfrentar obstáculos de toda natureza. Às vezes, por um feliz acaso, deparariam, nessa demanda incessante, com algum inesperado tesouro, como ocorreria com o Arzão no Rio Casca ou com o Sutil no Rio Cuiabá. E só então podiam realizar, às vezes à custa de terríveis sacrifícios, o ideal muito humano de repouso e estabilidade que lhes parecera negado pela lei da natureza (grifo nosso)⁸⁹³.

Por duas razões, esta forma de comércio não permitia muito “repouso e estabilidade”: o deslocamento pelo continente, tratado no capítulo passado, inerente ao apresamento e a comercialização de índios; bem como a parca produção de gêneros (como, por exemplo, de trigo), proveniente desta mão de obra. Porém, a continentalização neste caso pouco ou nada se articula à formação das fronteiras nacionais, uma vez que o interesse dos “traficantes” e o destino da mão de obra se dirige à capitania de São Paulo. Sérgio Buarque tentaria demonstrar a questão em “Os trigais de São Paulo”, um dos capítulos de *Caminhos e fronteiras*, sobre o qual, agora, nos voltaremos.

Segundo “Os trigais de São Paulo”, se por um lado “mais de um testemunho indica a presença eventual e o cultivo de algum trigo na capitania ainda em fins do século XVI. Contudo faltam elementos para afirmar-se que seria produzido correntemente e com escala comercial”⁸⁹⁴. A lavoura se propaga por São Paulo ao longo do século XVIII, chegando a alterar a paisagem da região: ela demandaria utensílios “da técnica europeia”, como o moinho d’água, a azenha, a atafona e o arado. Todos esses apetrechos da cultura material paulistana exerciam a função de “associar-se igualmente ao plantio da cana-de açúcar, gramínea que, mais ainda do que o trigo, pede terreno previamente preparado e amanhado”. Porém, as dificuldades pareciam ser imensas, de modo que não há notícias da instalação em larga escala de moinhos, como nota Fernão Cardim: “em um de seus tratados [descreve] que a planta se dava bem ali [em São Paulo] e no Rio de Janeiro, mas acrescenta que não constituía gênero usual, dada a falta de moendas e ‘também pelo trabalho de colher’”⁸⁹⁵. A isso se somaria as dificuldades de “importação em larga escala” de sementes europeias (o tempo de uma viagem transatlântica era mais do que suficiente para destruir seu poder germinativo)⁸⁹⁶.

O esforço não era inteiramente em vão: as primeiras décadas do século XVII indicam

⁸⁹³ Sérgio Buarque de Holanda. “Pré-história das bandeiras VIII: conclusão”; Sérgio Buarque de Holanda. “Pré-história das bandeiras IV: as peças da terra”. In Marcos Costa (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos*. São Paulo, Unesp / Fundação Perseu Abramo, 2011 (originalmente publicado em *O Estado de São Paulo*. 11.07.1948), p. 506.

⁸⁹⁴ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 174.

⁸⁹⁵ Apud, Idem, p. 174.

⁸⁹⁶ Ibidem, p. 174.

“rápido incremento da indústria”, de modo que, em 1614, nota-se “a existência de pelo menos um moinho na vila de São Paulo”. “No mesmo ano, e em 1616, concedem-se várias cartas de data de água e assento”. Já “o moinho de João Fernandes Saavedra deveria ser armado no caminho de Jerobatuba”; “O de Cornélio de Arzão, para as bandas de Pinheiros”; e o “de Amador Bueno, nas beiradas do Mandaqui”⁸⁹⁷. A Câmara de São Paulo, ciente do custoso avanço da produção de trigo pela região, trata de abater os preços, por vezes extorsivos, cobrados para a moagem, acabando por introduzir a maquia, uma forma de pagamento tradicional entre moleiros e lagareiros portugueses que agradava esses pequenos produtores⁸⁹⁸. Os cursos, contudo, mostram que não é possível atestar a extensa durabilidade temporal desses terrenos aptos à lavoura. Eles os qualificam como “sítio da roça” (um tipo de agricultura descontínua, se assim pudermos dizer, e que existe tanto pelos arredores de São Paulo, como, e em igual medida, em vilas sertanejas frequentadas de forma temporária pelos bandeirantes).⁸⁹⁹ Também neste caso o historiador não economiza comentários sobre a intermitência e o declínio de sua produção, que ocorrem quase na mesma época por conta do “escoamento de mão-de-obra [indígena] para as lavras de ouro, a partir do último decênio do Seiscentos”. O antigo maquinário é assim reutilizado, mas, agora, para uma fabricação “caseira” de outros gêneros, entre os quais o milho.⁹⁰⁰

Em abril de 1946, meses antes de tornar-se professor na Escola de Sociologia e Política, Sérgio Buarque publica no *Estado de São Paulo* dois artigos dedicados exclusivamente à economia colonial.⁹⁰¹ Ambos explicam porque, para ele, o “sistema econômico sustentado pela grande lavoura” não poderia ser entendido como uma realidade sistêmica no que diz respeito ao processo de formação do Brasil. De início, ambos não negam que “a portugueses [...] coube sem dúvida a primazia no emprego do regime que servia de norma ao tipo de exploração rural”. De modo que “a boa qualidade das terras do litoral brasileiro para a lavoura altamente lucrativa da cana-de-açúcar fez

⁸⁹⁷ Ibidem, p. 176.

⁸⁹⁸ Ibidem, p. 177.

⁸⁹⁹ O título do tópico, nesse caso, é “Agricultura sertaneja. O ‘sítio da roça’”. In *Anuário da Escola de Sociologia e Política de São Paulo*. São Paulo, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1947, p. 57. Para se ter uma ideia da similaridade entre este tópico e os textos de Sérgio Buarque, basta notar o seguinte trecho do capítulo “Os trigais de São Paulo”, no qual utiliza-se da mesma expressão: “Os inventários seiscentistas também fazem alusão, simultaneamente, à presença do trigo e dos trigais nos sítios da roça. No de Isabel Sobrinha, por exemplo, que é de 1619, estima-se em oito vinténs o alqueire do trigo, quando o do feijão é avaliado em seis vinténs”. (Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 177).

⁹⁰⁰ Idem, p. 178 e 179.

⁹⁰¹ Sérgio Buarque de Holanda. “Economia colonial I e II”. In Marcos Costa (org.). *Op. Cit.*, (publicado originalmente em *O Estado de São Paulo*. 21 e 27.04.1946).

com que essas terras se tornassem o cenário onde se iria elaborar seus traços mais nítidos o sistema característico das colônias europeias em zona tórrida”. Quanto ao “problema do trabalho”, “ficou resolvido, por sua vez, quando, frustradas as primeiras tentativas para o emprego do braço indígena, se verificou que o recurso mais fácil estaria na introdução de escravos africanos”⁹⁰².

Contudo, o que parecia caminhar para um modelo econômico ancorado, nos termos de Caio Prado Jr., numa “ocupação efetiva” da faixa litorânea do Brasil (grande propriedade/monocultura/escravismo) começa logo a desfazer-se. A produção desenvolvida no Brasil, nos termos aqui analisados, é “semicapitalista”, uma vez que *“só com alguma reserva se pode aplicar a palavra agricultura aos processos de exploração da terra que se introduziram no país com os engenhos da cana”* (grifo nosso). Ela é *inconstante e perdulária*: não apresentou, ao longo da história colonial, um padrão de estabilidade própria e suficiente para consagrar um modelo de produção *moderno* orientado “para o consumo externo”. Neste caso, “teria que prevalecer critérios grosseiramente quantitativos”, pouco aplicáveis no Brasil⁹⁰³. O motivo principal do malogro deste sistema econômico, na perspectiva de ambos artigos, reside numa concepção de *riqueza* dos colonizadores portugueses “que custasse ousadia, não riqueza que custasse labor”. Por “ousadia”, entenda-se um modo de exploração do território colonial sustentado mais pela *extração* do que pela *produção* de gêneros: os exemplos, no caso, consistem na “mesma riqueza, em suma, que se tinha acostumado a alcançar a Índia com as suas especiarias e os metais preciosos”.⁹⁰⁴ Assim, parecendo assumir alguma distância de Caio Prado Jr., Sérgio Buarque salienta algo que tem a força de uma importante proposição, que o acompanha, pelo menos, durante as decisivas décadas de 1940 e 50: “não foi [...] uma civilização tipicamente agrícola, a que instauraram os portugueses no Brasil com a lavoura latifundiária”: esta “serviu apenas para fazer ainda mais devastadores os métodos rudimentares de que se valera o indígena em suas plantações”; e que “tornou possível [somente] em certos casos, a fixação do colono”⁹⁰⁵.

Estamos, de novo, diante do conservantismo algo realista dos colonizadores portugueses, aqui elaborado por “concepções rotineiras” que “explicam como a lavoura, no Brasil, permaneceu tão longamente [...] sem progressos técnicos que elevassem

⁹⁰² Sérgio Buarque de Holanda. “Economia colonial I”. In Marcos Costa (org.). *Op. Cit.*, (publicado originalmente em *O Estado de São Paulo* em 21.04.1946).

⁹⁰³ Idem, p. 281.

⁹⁰⁴ Ibidem, p. 281.

⁹⁰⁵ Ibidem, p. 281.

consideravelmente o nível de sua produção”⁹⁰⁶.

[Aquele] princípio que, desde os tempos mais remotos da colonização, norteara a criação da riqueza no país não cessou de valer um só momento para a produção agrária. Todos queriam extrair do solo excessivos benefícios sem grandes sacrifícios. Desses colonos já dizia o mais antigo dos nossos historiadores, Frei Vicente do Salvador, que queriam usar da terra, não como senhores mas como usufrutuários, “só para a desfrutarem e a deixarem destruída”. Palavras que são como um eco destas outras, escritas setenta anos antes a el-rei D. João III pelo padre Manuel da Nóbrega: “[...] não querem bem a terra [...], nem trabalham tanto para a favorecer como para se aproveitarem de qualquer maneira que puderem; isto é geral, posto que entre eles haverá alguns fora dessa regra.

Assim formulado nos primeiros tempos de colonização, o problema ainda é, com pouca diferença, o dos nossos dias. Suas raízes penetram fundo em velhas superstições que tinha por incompatível a zona tórrida com a civilização europeia. Aos portugueses cabe, sem dúvida, a glória de terem sido os primeiros a descobrir a falsidade dessa opinião. Apenas não quiseram, ou não souberam, ou não puderam, tirar o melhor proveito do descobrimento. E é essa a tarefa que se acha reservada às atuais gerações brasileiras⁹⁰⁷.

Portanto, Sérgio Buarque está um pouco longe de conceber a produção de gêneros tal qual uma atividade articulada à visão global e integrada de um sistema colonizador que poderia explicar todos os elementos econômicos formadores do Brasil moderno. Em termos políticos, a fragmentação societária, frequentemente ligada às hipóteses em torno da feitorização, prevalece na condição de contraste com o que o autor, em “Cooperação e trabalho livre”, outro artigo sobre a história econômica do Brasil, publicado no *Estado de São Paulo*, em 1946, quase de maneira simultânea à “Economia colonial”, titula de “livre e duradoura associação entre os elementos empreendedores do país”. No Brasil, pondera, “é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os seus componentes, tendo em vista um fim exterior a eles, foram sempre os mais decisivos”⁹⁰⁸. Há, no meio disso tudo, casos isolados de organização feitorial que não exercem influência nas economias de tipo moderno, por conta de sua durabilidade efêmera: o “muxirão ou mutirão em que os roceiros se socorrem uns aos outros nas derrubadas do mato, nos plantios, nas colheitas, na fiação de algodão, na construção de

⁹⁰⁶ Ibidem, p. 282.

⁹⁰⁷ Ibidem, p. 287.

⁹⁰⁸ Sérgio Buarque de Holanda. “Cooperação e trabalho livre”. In, Marcos Costa. *Op. Cit.* (originalmente publicado em *O Estado de São Paulo*. 06.04.1946).

habitação” etc.⁹⁰⁹ Nestes casos, “se os homens se ajudam uns aos outros” fazem mais por conta da “excitação proporcionada pelas ceias, danças, descantes e desafios que acompanhavam obrigatoriamente tais serviços” e menos pelo “amor ao trabalho”⁹¹⁰.

Após percorrer esta documentação inédita referente aos programas de curso de Sérgio Buarque, concatenando-os seja à obra *Caminhos e fronteiras*, seja aos artigos do autor, é preciso esclarecer: de modo algum estamos sugerindo que, para Sérgio Buarque, os três primeiros séculos de vida na América portuguesa são alheios, de fato, à formação de um sistema colonial. Sugere-se (1) que este sistema não chega a se formar em *Visão do paraíso*. No caso, opta-se por retratar o período pela problemática, mais política do que propriamente econômica, da feitorização (e nada indica que nos artigos aqui citados a opção seja muito diferente). Esta aliás pode ser um princípio de leitura que, entreamada por Leopold von Ranke, Sérgio Buarque faz de Capistrano de Abreu e Caio Prado Jr., ainda que aqueles dois primeiros não sejam citados nos programas. E que (2) este sistema não se forma em grande parte por conta de uma opção intelectual de Sérgio Buarque de Holanda assumida ao longo da vida, ou pelo menos, a partir da década de 1940 em diante: estudar o bandeirismo, e não a escravidão negra no Brasil e alhures.

Desde quando Sérgio Buarque pensou o Brasil pela ótica da *formação*, na década de 1920 e 1930, até o desenvolvimento de seus *estudos especializados*, nos períodos seguintes, o problema *agrário* e *escravocrata* ocupa relativo espaço em sua reflexão⁹¹¹. O historiador não deixa de reconhecer, tal como, por exemplo, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior, a formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida como característica geral da colonização portuguesa. Já na época contudo não a enfrenta enquanto um tema de *investigação* ou *reflexão* na mesma proporção destes dois autores (ainda que, *grosso modo*, a escravidão apareça em Freyre mais pelo viés da mestiçagem, e, em Caio Prado, pelos aspectos agrários). A partir das décadas seguintes, a carreira de Sérgio Buarque experimenta uma espécie de “desvio de rota”, que o redireciona aos primeiros séculos da capitania de São Paulo de Piratininga. Se o autor enfrenta a problemática da *escravidão* e da *mestiçagem*, é do ponto de vista da capitania de São

⁹⁰⁹ Idem, p. 291.

⁹¹⁰ Ibidem, p. 292.

⁹¹¹ Sobre a ideia e o conceito de formação, ver: Otília Beatriz Fiori Arantes e Paulo Arantes. *Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997. Evidentemente, a oposição entre “formação” e “estudos especializados” não traduz categorias estanques, e sim tendências predominantes de fases específicas do desenvolvimento intelectual do autor.

Paulo, ou seja, da escravidão indígena e da mestiçagem luso-tupi. Os cursos ministrados na Escola Livre de Sociologia e Política, portanto, são paradigmáticos ao corroborarem esta trajetória de Sérgio Buarque de Holanda. Por um lado, auxiliam a melhor compreensão sobre a política de feitorização encontrada no texto de *Visão do paraíso*, por outro, só reiteram a ocasião do estudo comparado desenvolvido na obra: a julgar pelos *Anuários* somente dois tópicos, situados no de 1949, ilustram, a muito custo, o esboço de comparação entre as Américas: “O mercantilismo europeu e a economia colonial. Portugueses, espanhóis e holandeses” e “Novo surto de prosperidade após a Guerra do Paraguai” (este na verdade, parte de um tópico).

4.7. Sérgio Buarque diante de trabalhos finais de um curso

Sérgio Buarque torna-se aluno do Curso de Pós-Graduação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo em 04 de agosto de 1956, ao encerrar a função de docente na instituição⁹¹². Seus objetivos, no caso, residem na obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais (adquirido em quatro de julho de 1958⁹¹³), requisito necessário para concorrer ao Concurso à Cadeira de História da Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo⁹¹⁴. Como aponta a “Divisão de Estudos Pós-Graduados” da Escola de Sociologia, o historiador, enquanto aluno regular, cursou as seguintes matérias: “História social do Brasil”, ministrada por Octávio da Costa Eduardo; “Índios da América do Sul”; “Índios do Brasil”; “Problemas de mudança cultural” e “Pesquisas no Brasil” e “Problemas de aculturação”, ministradas por Herbert Baldus⁹¹⁵. Rodrigo Ruiz salienta que “Sérgio [...] levou com muita seriedade esse curso de pós-graduação, impressão comprovada pela qualidade dos trabalhos e notas recebidas”.⁹¹⁶ De fato, os

⁹¹² “Requerimento de matrícula de Sérgio Buarque de Holanda”. Acervo da Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

⁹¹³ Como atesta Herbert Baldus, então professor da instituição e orientador da dissertação de mestrado de Sérgio Buarque, como veremos melhor mais a frente: “No dia 04 de julho de 1956, o sr. SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, submeteu-se, com êxito, ao exame oral para o grau de mestre em Ciências Sociais da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, depois de ter completado os cursos pós-graduados exigidos e apresentando um tema de pesquisa, aceito pela Divisão de Estudos Pós-Graduados, com o título *Elementos formadores da sociedade portuguesa no Brasil*”, sobre a qual também falaremos adiante. Herbert Baldus. “Comprovante da Divisão de Estudos Pós-Graduados da Escola de Sociologia e Política de São Paulo aprovando SBH no exame oral para o grau de Mestre em Ciências Sociais a tese de pesquisa intitulada “Elementos formadores da sociedade portuguesa na época dos descobrimentos”. São Paulo, 30.07.1958. In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Pi 179 P18.

⁹¹⁴ Sobre o concurso para a Cadeira de Civilização Brasileira, ver o segundo capítulo do trabalho.

⁹¹⁵ Sérgio Buarque ainda se submeteria a exames de Inglês e Alemão, como consta em Herbert Baldus. *Op. Cit.*

⁹¹⁶ Rodrigo Ruiz. *Op. Cit.*, p. 75.

trabalhos, que até agora não foram analisados por especialistas, se destacam pela excelente qualidade do texto, bem como pela sagacidade no que diz respeito à exposição⁹¹⁷. Ruiz ainda sublinha que se trata de “ensaio rigorosos, fundamentados, muitas vezes, em bibliografia em língua estrangeira (alemão, francês, inglês e espanhol), atas e [...] documentos históricos colhidos nos mais diversos arquivos no Brasil e no exterior”.⁹¹⁸

Um deles, produzido para a disciplina “História social do Brasil”, intitulado “Formação de uma vila sertaneja”⁹¹⁹, já apresenta uma explanação do processo de feitorização do Brasil. Nele o então aluno da Escola de Sociologia e Política promove uma aliança entre, por assim dizer, a formação econômica subjacente às monções cuiabanas com a “maneira das feitorias quinhentistas que os portugueses semearam ao longo do litoral”. Para tanto, se volta ao caso particular de uma vila chamada Senhor Bom Jesus de Cuiabá:

Situada no extremo ocidente da América Lusitana, a vila do Senhor Bom Jesus de Cuiabá nasceu e cresceu a partir do terceiro decênio do século XVIII à maneira das feitorias quinhentistas que os portugueses semearam ao longo do litoral de três continentes [Americano, Africano e Europeu]. Nada, naqueles tempos, deveria produzir o longínquo arraial sertanejo, além do ouro das ricas jazidas aluviais, que ocupavam quase exclusivamente sua escassa população de branco, índio, mestiços e negros escravos. O mais, tudo quanto servisse para alimentar um pobre arremedo de vida “civilizada”, ia de fora, levado em canoas rústicas, numa penosa e arriscada navegação fluvial de cinco, seis e às vezes sete meses⁹²⁰ (grifo nosso).

Esta vila, assim delineada, corresponde a um *modelo* de feitoria que, como tentamos demonstrar, se nota na análise historiográfica de Buarque de Holanda: pouca produção de gêneros (com sorte, é possível falar que ela seria suficiente à subsistência); mão-de-obra minguada; circulação comercial intermitente e local de mercadorias. Mais a frente, o historiador fornece maiores detalhes sobre o seu argumento: a vila era, então, recém-

⁹¹⁷ Para a disciplina “História social do Brasil”, Sérgio Buarque apresenta o trabalho “São Vicente e as Índias de Castela” e “Formação de uma vila sertaneja”; para a disciplina “Índios da América do Sul”, apresenta o trabalho “Índios do Brasil: o paiaguá”; para a disciplina “Problemas de aculturação”, apresenta o trabalho “As canoas de casca”; para a disciplina “Problemas de mudança cultural”, apresenta o trabalho “Das piperis às balsas jesuíticas”; e para a disciplina “Pesquisas no Brasil: pesquisas sistemáticas”, apresenta o trabalho “João Manuel Pohl e os viajantes do segundo decênio do século XIX”. Em todas, obtém nota máxima.

⁹¹⁸ Rodrigo Ruiz. *Op. Cit.*, p. 75.

⁹¹⁹ Sérgio Buarque de Holanda. “Formação de uma vila sertaneja”. *Trabalho prático apresentado à disciplina “História social do Brasil”*. São Paulo, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1957.

⁹²⁰ Idem.

formada (caso característico da instabilidade requerida pelo modelo feitorial); a agricultura, também neste caso, mostrava-se insuficiente: “é como [se] não houvesse quase roças de mantimentos”. “O milho apanhado não deu para o sustento dos habitantes. A mandioca [...] ainda não estaria, por sua vez, em condições de produzir”. Neste cenário demasiadamente realista, resta o recurso à *extração* de gêneros: “assim, a caça, a pesca, a colheita de mel era tudo quanto se oferecia aos que quisessem sobreviver”⁹²¹. O incentivo à plantação da cana de açúcar é quase nulo. O receio das autoridades regionais era que o excedente fosse usado para a produção de aguardente. Nos povoados sertanejos de época, e particularmente nos “arraiais de mineração”, “a bebida constituía uma das raras distrações para a vida sorna e monótona dos moradores”.⁹²² As proximidades não ofereciam muitas opções de diversão, além da pouca cachaça produzida, por vezes, à revelia da legislação, e das “cartas de baralho [que] eram companheiras inseparáveis dos passageiros e mareantes”. Afinal, como argumenta Sérgio Buarque, estas vilas eram *semeadas*, expressão que nos remete à imagem com que Sérgio Buarque, desde, pelo menos, o capítulo “Semeador e ladrilhador”, de *Raízes do Brasil*, qualifica “essa primazia acentuada da vida rural [que] concorda bem com o espírito da dominação portuguesa”, segundo a qual “cuidou menos em construir, planejar ou plantar alicerces, do que em feitorar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão”⁹²³. Por essa razão, no trabalho final, o historiador procura retratar Bom Jesus de Cuiabá à medida que esta, em muitos pontos, atualizasse uma *diferença* com o modelo urbano; qual seja, “a criação de grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados”⁹²⁴. O vilarejo recém-formado formava-se por “ruas mal alinhadas, as casas não passavam, a princípio, de simples ranchos cobertos de palha”.⁹²⁵ Tudo lembrava instabilidade política ou econômica. “O que queriam os brancos” não era a fixação, mas “sempre alcançar maior cópia do ouro com menor despesa”.⁹²⁶

O final do trabalho diferencia, de maneira muito própria, este efêmero modo de vida com o modelo encontrado nas regiões litorâneas do Brasil, marcado, como se viu, pela grande propriedade e a monocultura: “Com o tempo, mas só muito lentamente conseguiram os pioneiros da ocupação definitiva desse trecho de terra do extenso oeste organizar uma vida à maneira da que podiam desfrutar os colonos na costa do Oceano,

⁹²¹ Idem, s.n.

⁹²² Ibidem, s.n.

⁹²³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 95.

⁹²⁴ Idem, p. 95 e 96. A oposição entre “Semeador” e “Ladrilhador” foi discutida anteriormente.

⁹²⁵ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, s.n.

⁹²⁶ Idem, s.n.

onde mais assíduo era o contato com o ultramar europeu”. Sérgio Buarque prefere citar exemplos provenientes da história cultural, da econômica. “A prova” deste novo contexto lentamente alcançado pode ser notado somente no final de período colonial, particularmente em 1797, durante os festejos em homenagem a Diogo de Toledo Lara Ordonhes (paulista que, de 1795 a 1791, foi juiz de fora de Senhor Bom Jesus). Na ocasião, puderam “aplaudir nada menos do que uma tragédia de Voltaire que documentos da época afirmam ter sido ter sido representada de modo ‘mui plausível’”⁹²⁷.

O principal trabalho para o Curso de Pós-Graduação da Escola de Sociologia e Política, contudo, foi a apresentação da dissertação de mestrado, intitulada *Elementos formadores da sociedade portuguesa na época dos Descobrimentos*⁹²⁸. Como lembra Octavio da Costa Eduardo, um dos professores de Sérgio Buarque de Holanda, o historiador “bateu às nossas portas para aqui fazer pós-graduação em ciências sociais. O curso incluía a matéria História Social e Econômica do Brasil, meio diplomaticamente encontrado para o grande historiador poder se candidatar à cátedra de História do Brasil na Universidade de São Paulo”⁹²⁹. Talvez por ser um “meio encontrado” para o concurso, a produção de *Elementos formadores*, o resultado mais significativo desta fase do percurso, já acolhe de maneira própria os dois modelos de colonização apresentados em *Visão do paraíso*.

Os vínculos institucionais entre *Elementos formadores* e *Visão do paraíso* já foram notados por estudiosos: Mariana Françaço, que se voltou ao estudo desta dissertação, nela percebe uma “base para Sérgio Buarque desenvolver sua tese de cátedra”: “‘Elementos Formadores...’ apresenta um tipo de orquestração de bibliografia e documentos de diferentes teores bastante típica deste autor”. Por exemplo, a “utilização de obras literárias (como o teatro de Gil Vicente e a *Divina Comédia* de Dante) conjugadas com documentos de época (como os relativos ao Santo Ofício), assim como com livros de outros historiadores (como o de Hermann Wätjen sobre a colonização holandesa em Pernambuco)”⁹³⁰. Alguns anos antes, Edgar De Decca, quem primeiro toma contato com a dissertação, salienta, em entrevista, que ela “oferece bases

⁹²⁷ Ibidem, s.n.

⁹²⁸ Sérgio Buarque de Holanda. *Elementos formadores da sociedade portuguesa na época dos Descobrimentos*. São Paulo, Escola Livre de Sociologia e Política (Dissertação de Mestrado), 1958.

⁹²⁹ Octavio da Costa Eduardo. “O processo de construção institucional”. In Iris Kantor; Débora Maciel; e Júlio Assis Simões (orgs.). *Op. Cit.*, p. 51.

⁹³⁰ Mariana Françaço. *Um outro olhar: a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Campinas, Programa de Mestrado em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Dissertação de Mestrado), 2004, p. 72.

históricas para entender a encenação do imaginário da conquista ibérica que compõe *Visão do Paraíso*, obra sem dúvida mais complexa e bem acabada que se alinha à tradição histórico literária de estudo das visões épicas e míticas que comandaram as conquistas ibéricas”. A mesma entrevista destaca, em seguida, um trecho elucidativo de *Elementos formadores*, no qual já transparece o modelo de feitorização da América portuguesa depois praticamente repostado em *Visão do paraíso*⁹³¹. Thiago Lima Nicodemo, no livro que resulta de sua dissertação de mestrado, finalmente sublinha que “o argumento central [...] [de *Elementos formadores*] é sintomático – a formação da sociedade portuguesa moderna destoa do contexto geral europeu por uma espécie de arcaísmo intrínseco ligado ainda a permanências medievais”⁹³². Mais recentemente, André Carlos Furtado chama novamente atenção quer à importância de *Elementos formadores* para os requisitos formais ao concurso de Cátedra, quer ao fato do trabalho seguir pouco conhecido entre seus estudiosos⁹³³.

A sugestão aqui se divide em dois atos: *Elementos formadores* é a primeira e, exceto *Visão do paraíso*, a única formalização de fôlego do estudo comparado, nos termos discutidos por nosso trabalho, realizada a partir da década de 1940 e depois. E que a iniciativa é motivada, também, pelas condições do concurso de cátedra. Assim como a obra de 1959, tais circunstâncias institucionais têm peso na construção e no direcionamento desta formalização, pois nada indica que a produção deste trabalho teria sido realizada como foi se não fosse o cumprimento do Curso de Pós-Graduação da

⁹³¹ Ver “As raízes de Sérgio Buarque: centenário do historiador tira do limbo sua dissertação de mestrado”. In *Revista Fapesp*. Ed. 93, 2003. Disponível em <http://revistapesquisa.fapesp.br/2003/11/01/as-raizes-de-sergio-buarque/>. (Acesso em 29.08.2016). A reportagem da qual se origina a entrevista recorda uma passagem, depois reencontrada quase da mesma forma em *Visão do paraíso*, na qual Sérgio Buarque discute o processo de feitorização portuguesa no Brasil a partir, como aliás vimos, da caracterização lançada pelo erudito italiano quinhentista Filippo Sassetti, especialista na ocupação dos colonos italianos na Índia, e que os caracterizava de *bate-praias*. Eis o trecho citado: “Na aurora dos tempos modernos, os estabelecimentos coloniais dos portugueses compõem-se apenas de praças isoladas, situadas quase invariavelmente junto à fralda do mar, embora de longe possam lembrar um imenso império e, como tal, se façam administrar. (...) Bem significativas são as palavras por onde Alviano, um dos interlocutores dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, lamentava que aqui a gente portuguesa fizesse tão curta a conquista, podendo-a fazer mais larga, e admitia que merecessem seus compatriotas o nome de ruins colonizadores, pois ‘em tanto tempo habitam neste Brasil não se alargaram para o sertão para haverem de povoar nêde dez léguas, contentando-se de, nas fraldas do mar [...] (...) Em carta endereçada de Goa, em novembro de 1585, a seu conterrâneo Bernardo Davanzzati, ponderava o florentino Filippo Sassetti sobre esses colonizadores. Os quais escrevia, não merecessem melhor nome do que o de bate praias, dado por um ‘negro’ natural daquelas partes, já que não se internavam um palmo terra a dentro”. A mesma entrevista salienta que, para Edgar De Decca, “há uma impressionante linha de continuidade entre essa dissertação e o clássico *Raízes do Brasil*, publicado em 1936”.

⁹³² Thiago Lima Nicodemo. *Op. Cit.*, p. 163.

⁹³³ Ver André Carlos Furtado. *As edições do cânone: da fase buarquiana na coleção História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro, Eduff, 2016, p. 34 e 35.

Escola de Sociologia e Política. Não estamos sugerindo, nem aqui, nem alhures, um passe de mágica de nosso autor na realização deste estudo que, a rigor, e como não poderia ser diferente, preserva continuidade com a reflexão de Sérgio Buarque como um todo. Sugere-se, isto sim, que a formalização do estudo comparado é uma *opção* metodológica tomada pelo então aluno da Escola de Sociologia e Política *em razão* das exigências institucionais em jogo. Assim, a lógica da ocasião de *Elementos formadores* é ela mesma parte explicativa da de *Visão do paraíso*.

A comissão julgadora de *Elementos formadores* foi composta pelos professores Herbert Baldus, Fernando Altenfelder Silva, Odilon Nogueira de Matos, A. R. Muller e Octávio da Costa Eduardo, este, orientador da dissertação⁹³⁴; porém, não é possível saber sobre o desenvolvimento da defesa, pois, no que pudermos perceber, não há documentos sobre ela, salvo um comentário de Sérgio Buarque realizado na palestra aos estudantes do “Centro de Estudos Históricos Afonso de Taunay”, analisada no primeiro capítulo. O que não retira as possibilidades de demonstrar a sugestão acima esboçada, a começar pelo aspecto de ocasião do próprio trabalho. *Elementos formadores* afinal não tem introdução, conclusão e divisão clara dos capítulos, o que evidencia de imediato uma elaboração demasiado ligeira do trabalho, ainda que acolha uma pesquisa e reflexão cautelosa.

Talvez a situação de urgência ocasionada pelo concurso de cátedra fez com que *Elementos formadores* escapasse, em muitos pontos, dos requisitos formais de um trabalho historiográfico, e particularmente de uma dissertação de mestrado. Isto é, de uma reflexão com proposição e conclusão articuladas em torno de pressupostos metodológicos definidos a partir de um problema a ser pesquisado e analisado. Sérgio Buarque salienta, por exemplo, que “Um dos examinadores” estranhou a “maneira fluida” com a qual “expunha os fatos”, aconselhando-o tratar o processo de colonização do Brasil a partir de uma caracterização prévia de uma “estrutura social bem caracterizada”. O candidato, porém, o via como um trabalho historiográfico: “objetei-lhe que semelhante argumento era próprio de sociólogos ou antropologistas pois que em História as estruturas, quando mal se insinuam já são quase ao mesmo tempo superadas”.⁹³⁵ De todo modo, suas aproximadamente 150 páginas, de forma geral,

⁹³⁴ João Ricardo de Castro Caldeira. “Sérgio Buarque de Holanda: mestre em Ciências Sociais”. In *Notícia Bibliográfica e Histórica (PUCCAMP)*, v. 170, 1998, p. 227.

⁹³⁵ Sérgio Buarque de Holanda. “Palestra proferida discorrendo sobre o tema ‘História’, a convite dos alunos do ‘Centro de Estudos Históricos Afonso de Taunay’ (196-)”. In *Fundo Sérgio Buarque de Holanda* / Siarq-Unicamp. Unicamp. Pi 179 P18, p. 1 e 2.

destacam a formação étnica da sociedade portuguesa a partir, sobretudo, do cruzamento com as culturas muçulmanas, hebraicas e ibéricas (o que quase equivale a dizer, espanhola). Em termos metodológicos, o trabalho mantém relações de parentesco com o que a historiografia da cultura poderia denominar de *cultura ibérica* dos séculos XV e XVI, ainda que o enfoque recaia nos estudos de “organização social”⁹³⁶.

Não obstante a ausência de alguns requisitos formais, *Elementos formadores* procura elucidar o modelo feitorial da colonização portuguesa, depois reencontrado no capítulo “América portuguesa e as Índias de Castela”, de *Visão do paraíso*. E tem como referência precisamente a expressão “feitoria”, agora presente no texto, pensada a partir da obra *Die Osmanen und die spanische monarchie im 16. und 17.*, de Leopold von Ranke. Por conta das diretrizes disciplinares de um curso de Ciências Sociais, Sérgio Buarque opta por abordar a colonização portuguesa por meio do que Edgar de Decca, ao pontuar as linhas gerais da dissertação, qualifica de “multiculturalismo étnico”: “o cruzamento de culturas muçulmanas, hebraica e ibérica”, que fez um “Portugal voltado para fora, sem muito apelo para a sua própria internalização, sendo a empresa colonial um sucedâneo de uma disposição já existente anteriormente”⁹³⁷. Esta “babel” étnica e cultural explicaria enfim aquela ocupação da faixa litorânea no Brasil. A “empresa colonial” reside pois na intenção desta em garantir uma residência preventiva por núcleos de feitorias instáveis:

na aurora dos tempos modernos, os estabelecimentos coloniais dos portugueses compõem-se apenas de praças isoladas, situadas quase invariavelmente junto à fralda do mar, embora de longe possam lembrar um imenso império e, enquanto tal, se façam administrar. Assim os descreveria [...] Leopold von Ranke [...]. [Assim], apresenta [se] esse império colonial lusitano do século XVI como simples linha de fortalezas e feitorias de 10 milhões de cumprimento. Tal modo de ver, longe de representar uma noção recente, não deixava de ser compartilhado pelos contemporâneos da grande expansão lusitana do ultramar. [...] Só

⁹³⁶ Sérgio Buarque, cabe lembrar, estava matriculado num curso de Ciências Sociais. As disciplinas cursadas pelo historiador demandavam conhecimento de teorias sociológicas e antropológicas, tal como a da aculturação, sobre a qual ele assiste a disciplina “Problemas de aculturação” e “Problemas de mudança cultural” com Herbert Baldus. À época, a aculturação era pensada por etnólogos que visitavam, na metade do século passado, grupos Tupi-Guarani os mais diversos; e que resultaram em trabalhos como Charles Wagley; Eduardo Galvão. *Os índios Tenetehara: uma cultura em transição*. Rio de Janeiro, MEC, 1961; Egon Schaden. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. São Paulo, EPU/Edusp, 1974; e _____. *Aculturação indígena*. São Paulo, FFCL-USP, 1964 (estes dois últimos são citados em *Visão do paraíso*). Isso ajuda a explicar o diálogo dos estudos historiográficos presentes em *Elementos formadores* com a noção de sociedade e/ou organização social.

⁹³⁷ Edgar De Decca. “Decifra-me ou te devoro: as metáforas em *Raízes do Brasil*”. In Pedro Meira Monteiro; João Kennedy Eugênio (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas / Rio de Janeiro, Unicamp / Ed. Uerj, 2008, p. 216.

ocasionalmente, aqui e ali, na África sobretudo, vamos ver a cobiça dos preadores de escravos, os “pombeiros”, como se chamavam, ou às vezes, dos caçadores de ouro, levá-los longe da costa do oceano ou das margens dos grandes rios navegáveis. Trata-se, não obstante, de penetrações esporádicas, de que não resultarão núcleos estáveis de povoamento [...]. A verdade, dificilmente contestável, e que tendo sido de fato os iniciadores em grande escala, na Europa, da expansão transoceânica, os portugueses, em contraste nítido, neste ponto ao menos, com os castelhanos, por exemplo, se limitaram a dilatar enormemente, ao longo das rotas do Atlântico e do Índico, o tipo de ação colonizadora já desenvolvido principalmente pelos seus predecessores e, em muitos aspectos, seus mestres em tais empresas: os marinheiros italianos da Idade Média⁹³⁸.

A esta altura o modelo formado nos é conhecida, sendo redundante tratá-lo novamente à exaustão. Basta lembrar que *Elementos formadores* apresenta minuciosamente, e basicamente de dois modos, a forma de colonização da América (1) por meio da associação entre a colonização espanhola e o Renascimento europeu, de maneira talvez mais clara e persuasiva do que em *Visão do paraíso*⁹³⁹; (2) da preferência da própria Espanha pela expansão dentro da Europa, ainda que a ocupação da América seja algo altamente valorizado. Quanto ao primeiro, Sérgio Buarque afirma:

Pela própria força das circunstâncias, deveriam os castelhanos sentir-se mais naturalmente inclinados à Europa renascentista, representada em particular nos dois grandes focos em que se fazia sentir seu poderio, como Itália e Flandres [...]. Pois o fato é que embora envolvidos nas intrigas dinásticas e nos interesses mercantis do velho continente, tinham estes suas atenções voltadas de preferência para o domínio do ultramar. E justamente essa parte muito ativa de Castela na própria política europeia do momento, marcada, entre outros sucessos, pelas campanhas vitoriosas de Pavia, de Saint-Quentin e de Lepanto, que tamanha

⁹³⁸ Sérgio Buarque de Holanda. *Elementos formadores da sociedade portuguesa na época dos Descobrimentos*. São Paulo, Escola Livre de Sociologia e Política (Dissertação de Mestrado), 1958, p. 1 a 4.

⁹³⁹ Pelo menos não a encontramos, nem mesmo em *Visão do paraíso...* Nos momentos mais agudos do debate entre Sérgio Buarque de Jaime Cortesão, o historiador brasileiro, por exemplo, faria uma afirmação esclarecedora a respeito das relações políticas da Espanha com o Novo Mundo, que ajuda a aclarar a sua obra que resulta da tese de cátedra. Mas nada que a vincule diretamente com o Renascimento europeu. Na ocasião, afirma: “Entre os motivos que impeliram o português a optar pelo povoamento litorâneo destaca-se a necessidade de defesa da terra. Para o castelhano, a mesma necessidade, em particular a de se resguardarem as povoações contra corsários, leva-o a internar-se em suas conquistas. Existe uma curiosa carta de Sir Water Raleigh, escrita em 1595, onde, assinalando os proveitos que tirariam os ingleses da ocupação da Guiana, caminho certo da fabulosa Manoa, o El Dorado dos espanhóis, o célebre aventureiro trata de dissuadi-los da ideia de que as opulentas possessões americanas, da Coroa de Castela, seriam vulneráveis por se acharem aparentemente desguarnecidas. [...] Isso ajuda a explicar como as possessões castelhanas, quase desde o primeiro momento, adquiriram seu perfil geográfico aproximadamente definitivo, ao passo que o Brasil só ganhou o seu muito lentamente, e não tanto por obra dos portugueses reinóis como dos seus descendentes brancos”. In Sérgio Buarque de Holanda. “Um mito geopolítico: a Ilha Brasil”. In *Tentativas de mitologia*. São Paulo, 1979, p. 76.

proteção lhe deram, só poderia corresponder, em verdade, a um desejo veemente de ver liquidada, em suas terras, a herança medieval ibérica.⁹⁴⁰

Em relação ao seguinte se lê:

no apogeu de Castela, que bem cedo aliás pudera competir com Portugal na expansão oceânica, essa mesma expansão está longe, ao contrário, de ser empolgante ou soberana. Mais do que a conquista de suas Índias, o que a engrandece, aos olhos dos estrangeiros, são as formas de organização política, religiosa, militar e intelectual, que a convertem numa das grandes potências europeias.⁹⁴¹

De modo que é preciso

ter-se em conta que, já em fins do século XVI, a importância do espanhol no resto do continente europeu começava a ser comparável, de algum modo, à que tivera anteriormente o italiano, e que em seguida, seria reservado ao francês. [...] Pode presumir-se que, em muitos aspectos, foi a Europa que mais depressa se hispanizou, de vários pontos de vista, a partir da mesma época, do que a Espanha se europeizou⁹⁴².

A dissertação enfim acaba acolhendo a cristalização dos termos historiográficos da comparação entre um modelo feitorial e imperial da colonização da América. Somadas, as passagens já conciliam tanto uma leitura braudeliana como burckhardtiana da história da América colonial (aqui, talvez, Sérgio Buarque esteja mais próximo das proposições de Jacob Burckhardt sobre a Renascença enquanto uma “descoberta do homem e do mundo” que afastaria os moradores de Veneza de um passado cultural remoto). Citadas a esta altura do trabalho, servem como peças finais de um ‘quebra-cabeça’ ao vincularem a um só tempo a Espanha seja à modernidade cultural atrelada à Renascença europeia, encontrada nos primeiros capítulos de *Visão do paraíso*, seja à modernidade política, discutida nas páginas finais da obra de 1959. Elas são peças de um método comparado que, um pouco diferente das demais reflexões historiográficas de Sérgio Buarque, está delineado por um projeto maior – a dissertação, a tese e o livro propriamente ditos. Daí o aspecto de fôlego e de ocasião do estudo. Enfim, se *Elementos formadores* cristaliza o método, *Visão do paraíso* o leva às últimas consequências. “Últimas”, cabe lembrar, num duplo sentido: na obra esta delimitação

⁹⁴⁰ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 28.

⁹⁴¹ Idem, p. 104

⁹⁴² Ibidem, p. 107 e 108.

ganha a condição de objetivo central. Depois dali, porém, Sérgio Buarque não se dedica ao assunto da mesma forma. Se for possível concluir com uma hipótese, é razoável pensar que nos anos 1960 (e depois) prioriza-se a revisão de *Visão do paraíso*, mas a obra perde espaço na agenda por conta da prioridade concedida, entre outros, à gestão e escrita de *História geral da civilização brasileira*.

Considerações finais

Tivemos inicialmente um horizonte demasiado amplo de investigação: procurar compreender, por assim dizer, o texto da obra *Visão do paraíso*. Partíamos da suposição segundo a qual a obra, apesar de amplamente reconhecida como referência fundamental da historiografia brasileira, segue pouco conhecida e investigada⁹⁴³. Em sua forma final, esta tese investigou as relações entre os polos *tradição e modernidade* no estudo comparado dos imaginários português e espanhol sobre o mito do paraíso terrestre da América na obra *Visão do paraíso*. O significado de modernidade foi delimitado pelas ambivalências, cronológicas e conceituais, entre a Idade Média e a Renascença. Já seu estudo foi realizado a partir de uma hipótese acerca das condições textuais e institucionais de produção da obra, indicativa mesmo de um paradoxo: para além de um elemento ‘despercebido’, ‘acessório’ ou mesmo ‘importante’, o estudo comparado concentra a própria condição explicativa responsável pela representação do passado na forma de objetivo central do livro *Visão do paraíso*; porém, enquanto tal, ele pode ser pensado como um objetivo de ocasião no que diz respeito às amplas preocupações da trajetória de reflexão historiográfica do autor. Algumas questões enfrentadas durante o processo inicial e final de delimitação e estudo do objeto de pesquisa da tese merecem aqui ser rediscutidas.

A começar pelo uso das fontes. A pergunta inicial lançada a elas pode ser resumida da seguinte maneira: em que medida a análise conjugada entre a obra *Visão do paraíso* e a documentação investigada pelo trabalho permite esclarecer o sentido do estudo comparado? Ao procurar respondê-la, é importante lembrar que fizemos questão de percorrer, além de *Visão do paraíso*, precisamente as obras de Sérgio Buarque de Holanda não raramente consideradas elementares para a produção propriamente historiográfica do autor. Trata-se, aproximadamente, da produção iniciada com *Monções*, de 1945, e concluída com o póstumo *Capítulos de literatura colonial*, de

⁹⁴³ Não obstante os artigos e particularmente os trabalhos acadêmicos na forma de dissertação de mestrado sobre a obra *Visão do paraíso*, publicados ou não. Entre os últimos pensamos em Luiza Laranjeira da Silva Mello. *Natureza e artifício: Sérgio Buarque de Holanda e as formae mentis portuguesa e espanhola na conquista e colonização do Novo Mundo*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História da PUC-Rio (Dissertação de Mestrado), 2005; Thiago Lima Nicodemo. *Urdidura do vivido: Visão do paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda dos anos 1950*. São Paulo, Edusp, 2008; Gabriella Lima de Assis. *A Estrutura da narrativa em Visão do paraíso de Sérgio Buarque de Holanda*. Cuiabá, Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso (Dissertação de Mestrado), 2012; José Adil Blanco de Lima. *Entre a crítica e a história: a construção de Visão do paraíso de Sérgio Buarque de Holanda*. Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013 (Dissertação de Mestrado).

1991⁹⁴⁴. Percorremos igualmente os autores incorporados na publicação de 1959 que nos pareciam amparar os pressupostos metodológicos da comparação. E, em razão de algumas abordagens sobre *Visão do paraíso* por vezes coroá-lo como “o livro mais arrojado de historiador”⁹⁴⁵, procurou-se adentrar a fase da trajetória institucional tida por especialistas como a mais significativa do autor, para a sua reflexão historiográfica: a que se situa entre as décadas de 1940 e 1960, e inclui uma série de atividades, sobretudo de pesquisa e de docência, de Sérgio Buarque no Museu Paulista, na Escola Livre de Sociologia e Política e na Universidade de São Paulo.

Esperávamos, de fato, construir um argumento pautado pela ‘solução de continuidade’ entre o *sentido* do estudo comparado na arquitetura da obra *Visão do paraíso* com a referida reflexão intelectual e a trajetória institucional no autor. Em relação à reflexão intelectual, o estudo comparado, tal como acima apresentado, não era uma problemática persistente nas obras de Sérgio Buarque, antes ou depois de 1959, ano de lançamento da primeira edição de *Visão do paraíso*. No caso daquelas três instituições, o mesmo estudo comparado não está colocado como projeto e paradigma de pauta ou reflexão, ou a própria obra *Visão do paraíso*, na imensa maioria das vezes, sequer é citada como referência. A pesquisa, assim, se deparou com um momento de inflexão especialmente durante a elaboração do segundo capítulo da tese, “Cultura, Modernidade e história comparada em *Visão do paraíso*”, o primeiro a ser redigido⁹⁴⁶.

A princípio voltado às relações de continuidade entre o conceito de Renascimento de *Visão do paraíso* e a atividade, sobretudo docente e de pesquisador, de Sérgio Buarque na Universidade de São Paulo, logo teve de ser repensado: tentou-se a todo custo insistir nas semelhanças entre o conceito de cultura renascentista como “estrutura de sentimentos” com a ideia de “civilização”, oriunda do termo “civilização brasileira”, relativo à cadeira homônima. Evidentemente, não são duas referências isentas de afinidade. Mas persegui-las por essa ótica consistiria num empreendimento arriscado, uma vez que deixaria nosso argumento demasiado vago, pois, é esse o ponto, a

⁹⁴⁴ Aproximadamente, pois não há propriamente um consenso sobre quais as obras que, de fato, são elementares para a compreensão historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda. A documentação pesquisada no caso corresponde àquelas que julgamos conveniente para a compreensão do texto de *Visão do paraíso*. São elementares, portanto, na perspectiva de uma tese sobre o referido estudo comparado presente no texto de *Visão do paraíso*. Além das obras, percorremos, com igual vigor, as outras formas de reflexão de Sérgio Buarque (artigos, prefácios, depoimentos, entrevistas etc.).

⁹⁴⁵ Ronaldo Vainfas. “Posfácio”. In Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, 2010, p. 551.

⁹⁴⁶ E também apresentado ao Exame de Qualificação, cuja banca contou com a presença da Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani, Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo e a Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda.

comparação dos imaginários ibéricos ficaria do lado de fora da análise. Onde estava tanto a problemática historiográfica relativa ao “imaginário”, bem como a comparação das variantes propriamente ibéricas do mesmo, nos cursos de Sérgio Buarque na Universidade de São Paulo? Ela também mal se fazia notar entre a produção intelectual de seus orientandos de mestrado e doutorado, na qual *Visão do paraíso*, a bem da verdade, não é referência importante. O mesmo juízo se aplica à atuação ligada a Sérgio Buarque dentro do Instituto de Estudos Brasileiros. De modo que, em sua forma original, o capítulo, seja para a orientadora do presente trabalho, seja para a banca de Qualificação, “parecia dois blocos”⁹⁴⁷. A saída ao impasse, no limite, impactou sobremaneira a redefinição da escrita de todos os capítulos da tese, cuja resolução final será discutida mais a frente.

A solução se deu sobretudo por conta de um momento peculiar das circunstâncias de produção da obra *Visão do paraíso*: as demandas institucionais do concurso à cadeira de Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo. Neste caso, a paisagem muda: desde o processo de produção da ainda mal estudada dissertação de mestrado de Sérgio Buarque, *Elementos formadores da sociedade portuguesa na época dos Descobrimentos*⁹⁴⁸, até a subsequente elaboração da tese de cátedra *Visão do paraíso*, o estudo comparado, tal como acima apresentado, se converte numa metodologia específica de análise da história. Ainda que essa metodologia seja consideravelmente explicada pelo autor somente em 1969, isto é, no “Prefácio à segunda edição”⁹⁴⁹, é possível tratá-la como uma espécie de caso à parte na sua produção historiográfica: aqui, a confluência entre imaginários ibéricos, circunscrita, pois, por uma periodização específica (o Renascimento e a colonização do Novo Mundo) está a serviço de um projeto de pesquisa e reflexão de fôlego (a dissertação, a tese e o livro que dela é originado). Laura de Mello e Souza bem ressalta a “novidade do recorte e do objeto” presente na (obra) *Visão do paraíso*⁹⁵⁰. Novidade, inclusive, em relação ao pensamento de Sérgio Buarque como um todo, e que, fora do raio delineado pelas circunstâncias do concurso e própria obra, encontra-se amenizada ou mesmo ausente.

Daí o aspecto de ocasião de *Visão do paraíso*. Por ocasião, entenda-se o fato de que

⁹⁴⁷ Aliás, aproveitamos para agradecer a apreciação.

⁹⁴⁸ Sérgio Buarque de Holanda. *Elementos formadores da sociedade portuguesa na época dos Descobrimentos*. São Paulo, Escola Livre de Sociologia e Política (Dissertação de Mestrado), 1958.

⁹⁴⁹ Sérgio Buarque de Holanda. “Prefácio à segunda edição”. In *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

⁹⁵⁰ Laura de Mello e Souza. “Posfácio”. In Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 544.

o estudo comparado, alçado à condição de objetivo central da obra de 1959, mais do que traduzir o ponto culminante da trajetória historiográfica de Sérgio Buarque, foi substancialmente motivado por uma circunstância peculiar: o concurso de cátedra. Por essa razão ele é uma modalidade específica da escrita da história do autor: a tese acadêmica produzida no interior da universidade. Eis a tradução institucional da metodologia de análise da história acima lembrada. As relações entre a primeira edição da obra, de 1959, e alguns momentos das revisões enfrentadas pelo autor entre esta data e 1977, ano da terceira edição (considerada a definitiva por nosso trabalho), também podem ser assim percebidas. De modo que, se já sabíamos que a obra *Visão do paraíso* resulta originalmente de uma tese acadêmica, faltava enfrentar algumas das relações e sentidos possíveis deste empreendimento.

Há pelo menos três momentos das alterações da tese nestas edições que devem ser aqui lembrados. O primeiro consiste num aspecto da transformação dos sete capítulos da tese em doze a partir da primeira edição: o surgimento, nesta, de “As atenuações plausíveis”, sexto capítulo. A princípio seu texto e argumento já existem no trabalho de 1958, mas estavam como que eclipsados por “Do eldorado à serra de prata”, terceiro da tese. Destacá-lo, portanto, consistiu numa das primeiras iniciativas de Sérgio Buarque em reiterar os aspectos predominantes daquilo que confere à tese de 1958 o estatuto de tese (o estudo comparado propriamente dito). Noutras palavras, o que é tese em 1958 torna-se, em grande parte por isso, objetivo central a partir de 1959⁹⁵¹. Outro momento condiz com a publicação do “Prefácio à segunda edição”, que abriga, também, uma resposta à Comissão julgadora do concurso de 1958. Se, neste caso, o estudo comparado é em suma reconhecido pelo autor como *proposição*⁹⁵², no “Prefácio” são delineadas a

⁹⁵¹ Lembremos: “As atenuações plausíveis” acolhe os aspectos predominantes do estudo comparado, abordados por meio de uma comparação dos imaginários ibéricos na América tendo como base sobretudo duas fontes de época: a *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil* (1663), do jesuíta português Simão de Vasconcelos, e *El paraíso em el Nuevo Mundo* (1656), do marrano vallisoletano Leon Pinelo. A primeira delas, para Sérgio Buarque, apresenta uma descrição desfalecida do paraíso terrestre, por assim dizer. Ao tema são dedicados apenas sete parágrafos. Já a seguinte é exclusivamente devotada ao assunto (ao todo, *El paraíso em el Nuevo Mundo* é dividido em cinco livros e 88 capítulos).

⁹⁵² Isso ocorre particularmente durante a fala de Afonso Arinos de Melo Franco, que pede para Sérgio Buarque explicitar o que ele entendia como a *proposição* do trabalho: “que se explicasse o candidato como considerava a tese. Como um trabalho universitário de concatenação de dados, de proposição e conclusão? Como, se a tese escapava a essa orientação?”. É preciso atenção para o fato de que esta pergunta é realizada precisamente quando Melo Franco suspeita, por assim dizer, das seguintes afirmações: “O fato do candidato não ter conseguido demonstrar satisfatoriamente [...] a questão da Espanha propensa ao mito, mítica, portanto, e Portugal, o país lanígero e herbívoro, mais realista”. Ao responder, Sérgio Buarque, em primeiro lugar, faz questão de reiterar as diferenças propostas no estudo comparado: “do confronto entre as descrições desses cronistas pareceu-lhe que os portugueses, muito mais do que outros povos, – especialmente do que os castelhanos – tendiam a reduzir ao plausível e ao verossímil essas visões paradisíacas”. E conclui: “a proposição e a conclusão existem na tese”. Ver

periodização e a hipótese do mesmo. Nele afinal Sérgio Buarque procura “desfazer enganos de interpretação”, procurando explicar sua obra “segundo critério aparentemente mais racional”⁹⁵³.

Ao reconhecer o estudo comparado como “o alvo dominante do presente estudo” apresenta ao leitor, por assim dizer, os aspectos predominantes do mesmo, já presentes em sua tese de cátedra. A começar pela seguinte definição de modernidade renascentista: um período, mas, mais ainda, um conceito cultural definido por uma cosmologia mística, alheia pois às relações de causa e efeito que orientam o pensamento ocidental sobretudo a partir do século XVIII. O imaginário paradisíaco, enquanto uma estrutura específica de sentimentos, é uma realidade renascentista propriamente dita. A partir desta definição, *Visão do Paraíso* elabora o estudo comparado dos imaginários paradisíacos ibéricos. E tem como base a proposição de que os colonizadores espanhóis, na condição de grandes idealizadores de uma primavera do mundo, representam este conceito de modernidade na obra. Os colonizadores portugueses, em parte indiferentes à idealização edênica, acabaram sucumbindo ao que Sérgio Buarque intitula de “realismo pedestre”: uma variante, interna a esta conceitualização, de passado tradicionalista medieval, pautado pelo particularismo que era o do pensamento formulado pelo aristotelismo da Idade Média, e não o de qualquer racionalismo moderno. De modo que a terceira transformação na obra equivale à incorporação, a partir da edição de 1977, de “Notícias antecedentes, curiosas e necessárias das cousas do Brasil”, abertura da *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil* (1663), de Simão de Vasconcelos. A *Crônica* já havia representado um caso privilegiado de “realismo pedestre” no capítulo “As atenuações plausíveis”. O anexo, ao incluir uma parte dela então inédita no texto de *Visão do paraíso*, só reitera, no limite, o papel do clérigo jesuíta no texto da obra.

Ainda que o argumento se encontre aqui sumariado, é possível dizer que, a partir dele, desenvolvemos os quatro capítulos da nossa tese. O primeiro, “As formas da história”, que surge precisamente de uma leitura do “Prefácio à segunda edição”, tem como objetivo apresentar este argumento ao ressaltar sua lógica de composição interna na obra. Lógica, inclusive, imersa às transformações acima destacadas. O seguinte,

Myriam Ellis. “Concurso para provimento da cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo”. In *Revista de história*. n. 38, 1959, p. 496 e 497.

⁹⁵³ Sérgio Buarque de Holanda. “Prefácio à segunda edição”. In *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 11 e 12.

“Cultura, Modernidade e história comparada em *Visão do paraíso*”, procura primeiramente compreender e explicar os dois capítulos iniciais da obra, respectivamente intitulados “Experiência e fantasia” e “Terras incógnitas” sugerindo que, enquanto tais, já trazem todas as proposições relativas ao estudo comparado. Em seguida, o capítulo mantém-se fiel ao seu plano original, isto é, de correlacionar “Experiência e fantasia” e “Terras incógnitas” à atuação de Sérgio Buarque na Universidade de São Paulo, entre 1956 e 1969. Porém, as conclusões no caso foram bastante diferentes, e por isso elas agora merecem atenção.

Não percorremos todos os aspectos da atuação institucional de Sérgio Buarque na instituição na qual, entre 1956 e 1969, é membro docente. Optamos propositalmente por aqueles que são bastante responsáveis por seu reconhecimento como historiador. O primeiro passo foi investigar os cursos ministrados pelo autor na cadeira de Civilização Brasileira, os quais, embora contemporâneos à muitas das modificações de *Visão do paraíso*, quase nada, ou mesmo nada, têm em comum com a obra de 1959. A julgar pelos *Programas de curso aprovados pela Congregação* da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo⁹⁵⁴, Sérgio Buarque, em sala de aula, estava distante tanto de uma problemática pautada pela questão do imaginário quanto de uma abordagem comparada das colonizações ibéricas. No limite, o período colonial era prioridade, mas não na medida em que poderia conter de específico ou suscitar reflexões e estudos particulares. Altamente focalizados no Brasil Imperial, os cursos, isto sim, servem em grande parte de respaldo ao esboço de uma História Geral do Brasil, e mais propriamente ao projeto de uma *História geral da civilização brasileira*⁹⁵⁵, ainda que a comparação entre as Américas pudesse se fazer notar. É possível dizer que, neste caso, o distanciamento do autor em relação à *Visão do paraíso* perdura na proporção em que se dedica àquela História Geral do Brasil. A começar na sua atividade de orientador de trabalhos de mestrado e de doutorado entre 1956 e 1969: de forma geral, seus orientandos dedicam-se aos três períodos da História do Brasil, alguns deles tendo participação efetiva na referida coleção *História geral da civilização brasileira*. Ainda assim, parecem desmedidamente preocupados com a esfera política e econômica de seus objetos de pesquisa. Em relação à atuação de Sérgio Buarque no Instituto de Estudos Brasileiros entre 1962 e 1969, outro momento da pesquisa da tese, enfrentado por meio

⁹⁵⁴ Ver *Programas aprovados pela Congregação para o ano letivo de 1965 e 1968*. São Paulo, Seção de Publicações, FFCL-USP, 1965 e 1968.

⁹⁵⁵ Sérgio Buarque de Holanda. *História geral da civilização brasileira*, São Paulo, Difel, 1960-1984.

da análise de seu Setor de Pesquisa pela *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, preserva-se a preocupação com a elaboração de uma História Geral do Brasil. Nela a história comparada do Brasil com as demais colônias (ou países) da América é, também aqui, praticamente nula.

O capítulo seguinte, “Apresamento e mineração”, focaliza o pouco ou nada explorado papel do bandeirismo no estudo comparado de *Visão do paraíso* tendo como referência três capítulos da obra nos quais a questão é relevante: “Peças e pedras”, “O ‘outro Peru’” e “Um mito luso-brasileiro”⁹⁵⁶. Se os objetivos gerais do mesmo já estão apontados na introdução, cabe notar que ele foi significativamente responsável por aclarar e delimitar os termos da escrita acadêmica da história, subjacente ao estudo. Sobretudo porque, por um lado, o bandeirismo, enquanto questão do pensamento de Sérgio Buarque, atualiza por assim dizer alguns pressupostos de uma escrita formulada no interior das universidades: (1) diferença entre presente e passado (imaginário português e espanhol demarcariam, assim, uma diferença com relação ao próprio presente de Sérgio Buarque de Holanda); (2) crítica e problematização das fontes (sob a forma de objetivo e proposição do estudo comparado); (3) especialização (estudo comparado como um estudo particular)⁹⁵⁷. Como, de modo geral, a escrita da história no interior da universidade foi também normatizada por outras formas desenvolvidas fora dela, o bandeirismo deixa claro que, àqueles três pressupostos, soma-se, em *Visão do paraíso*, outro paradigma de produção: o dos museus e institutos históricos⁹⁵⁸ (embora este último não seja, evidentemente, tão expressivo quanto os outros).

Por um lado teríamos a percepção alimentada em institutos históricos (em menor grau) e em universidades (de forma significativa) que atribui ao bandeirante a pecha de escravista (algo que, em *Visão do paraíso*, assume a condição de “realismo pedestre”).

⁹⁵⁶ Embora o papel do bandeirismo em *Visão do paraíso* seja pouco ou nada explorado, alguns trabalhos já chamaram sua atenção. Ver Robert Wegner. *A Conquista do oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000; Eduardo Henrique de Lima Guimarães. *O atual e o inatual em Sérgio Buarque de Holanda*. Recife, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (Tese de Doutorado), 2012; Gabriella Lima de Assis. *A Estrutura da narrativa em Visão do paraíso de Sérgio Buarque de Holanda*. Cuiabá, Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso (Dissertação de Mestrado), 2012.

⁹⁵⁷ Esta questão foi discutida durante a tese. Uma das principais referências para pensá-la foi: Mateus Henrique de Faria Pereira e Pedro Afonso Cristovão dos Santos. “Odisseias do conceito moderno de história: *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen*, de Capistrano de Abreu, e *O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos*, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados”, in: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 50, 2010.

⁹⁵⁸ Ver, por exemplo, Lucia Maria Paschoal Guimarães. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1997.

Por outro, a visão forjada sobretudo dentro do Museu Paulista nas três primeiras décadas do século XX, segundo a qual os bandeirantes, e, de quebra, os colonizadores portugueses como um todo, foram os construtores míticos da passada e presente nacionalidade brasileira. Ao notarmos tais abordagens em *Visão do paraíso*⁹⁵⁹, optamos por analisar a atuação de Sérgio Buarque como diretor do Museu Paulista, entre 1946 e 1956, instituição que, a despeito de suas inegáveis particularidades, atualiza o modelo de institutos⁹⁶⁰. O resultado da investigação atesta um panorama complexo, mas compreensível: de fato as diretrizes perseguidas pelo autor no interior desta instituição estão presentes em *Visão do paraíso* na medida em que ambos os casos contemplam o bandeirismo como objeto de pesquisa. Porém, a similaridade não retira o aspecto de ocasião do estudo comparado da obra de 1959 (este não se transforma nem em pauta e quanto mais em método de análise no interior do museu).

No último capítulo, “Políticas ibéricas de colonização da América”, tentamos demonstrar que a conclusão do estudo comparado de *Visão do paraíso* pode ser compreendida nos termos de uma história política da colonização da América: por um lado o regime de feitorização da América portuguesa (alta presença da Coroa, ocupação descontinuada e costeira do espaço e, sobretudo, produção e comercialização intermitente, ou mesmo nula, de mercadorias); por outro, uma noção de Império espanhol segundo a qual, em resumo, uma estratégica flexibilidade política quanto à colonização (e aos colonos) das Índias é, efetivamente, a condição de êxito imaginário e concreto das mesmas. Enquanto conclusão do trabalho, desenvolvido sobretudo entre o sexto e décimo segundo capítulos da obra, tem como função predominante oferecer um desfecho às proposições sobreavizadas nos primeiros dois capítulos de *Visão do paraíso*. E que, desta forma, a comparação já está colocada numa ocasião bastante peculiar das atividades de Sérgio Buarque de Holanda na Escola Livre de Sociologia e Política: a escrita de *Elementos formadores da sociedade portuguesa na época dos Descobrimentos*, dissertação de mestrado do autor, e que, enquanto tal, é motivada em razão do concurso de cátedra realizado alguns meses após sua conclusão. *Elementos formadores*, afinal, abarca a constituição, com fôlego e direcionamento exclusivos na trajetória historiográfica buarquiiana contemporânea ao período abarcado pela tese, daquilo que, em *Visão do paraíso*, corresponde à conclusão do estudo comparado.

⁹⁵⁹ Com o tranquilo predomínio da primeira, convém insistir.

⁹⁶⁰ Ver Ana Cláudia Fonseca Breffe. *O Museu Paulista: Afonso de Taunay e a memória nacional*. São Paulo, Unesp / Museu Paulista, 2005.

Isso permite afirmar que os vínculos entre a produção textual do estudo comparado e as solicitações institucionais do concurso de cátedra são elementos de uma mesma “operação historiográfica”, tal como pensada por Michel de Certeau⁹⁶¹: as demandas suscitadas pela consumação de Sérgio Buarque de Holanda como catedrático da cadeira de Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo têm peso considerável na justificativa do autor em transformar este estudo comparado em *objeto* e *objetivo*, bem como de distingui-lo, se não de forma total, ao menos substancialmente, de suas outras escritas da história. É evidente que não percorremos a trajetória de Sérgio Buarque como um todo, algo fora do raio de ação do trabalho. Porém, enfrentá-la a partir de seus momentos tidos por mais significativos – independentemente se de fato o são, pois esta é uma discussão à parte – nos pareceu um procedimento suficiente e legítimo. Ainda mais se admitirmos que o entendimento do estudo comparado como objetivo central da obra não esgota as possibilidades de investigação de suas bases metodológicas, que não se resumem, pois, num corpus historiográfico. O mesmo cabe a toda trajetória institucional aqui percorrida, cuja abordagem do nosso trabalho não procurou oferecer uma imagem definitiva dela.

As relações entre o estudo comparado de *Visão do paraíso* e o conjunto da obra e trajetória de Sérgio Buarque de Holanda podem ser lidas do ponto de vista de sua unidade. Todo o percurso deste trabalho, contudo, nos levou para uma leitura capaz de fabricar e esmiuçar a diferença. Isto é, conceber o estudo comparado de *Visão do paraíso* como que dotado de uma historicidade própria. Eis as consequências de abordar as relações entre a obra de 1959, isto é, um *monumento* da historiografia brasileira, e uma fase da carreira de Sérgio Buarque frequentemente classificada de *monumental*, como um *documento*⁹⁶². Ora, o reconhecimento de *Visão do paraíso* como monumento prestigioso na história da nossa historiografia caminhou, em muitos casos, junto com o conhecimento crítico da obra, as duas instâncias não podendo ser dissociadas. Mais ainda: o próprio processo de monumentalização da obra frequentemente foi um alerta estratégico de que era preciso, no limite, melhor compreendê-la com o necessário

⁹⁶¹ Michel de Certeau. *A escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2008.

⁹⁶² O processo de monumentalização de *Visão do paraíso* não é propriamente o tema do trabalho, ainda assim foi preciso mencioná-lo. E o fizemos tendo por base, entre outros, Jacques Le Goff. “Documento/monumento”. In *História e memória*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1996, sobretudo ao chamado para “analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” (p. 548). Ver igualmente Pierre Bourdieu. “A ilusão biográfica”. In Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Ed. da FGV, 2006; e Giselle Martins Venancio. *Oliveira Vianna: entre o espelho e a máscara*. Belo Horizonte, Autêntica, 2015.

distanciamento analítico⁹⁶³. Compreendê-la com distanciamento é o que procuramos fazer. Por isso, a principal conclusão deste trabalho é que *Visão do paraíso* de fato corresponde a uma importante reflexão no escopo de Sérgio Buarque de Holanda “maduro”. Mas não poderia ser tomada como a obra que melhor traduz ou mesmo concentre as aspirações e vocações desta maturidade justamente por conta do aspecto de ocasião de um de seus fundamentos mais elementares – o estudo comparado propriamente dito.

⁹⁶³ Embora *Visão do paraíso* seja uma obra pouco estudada, não faltam trabalhos que o reconhecem como o ponto culminante da historiografia de Sérgio Buarque e a brasileira, e que, ao mesmo tempo, desenvolveram análises críticas dela. Um exemplo privilegiado é Luiz Costa Lima. “Sérgio Buarque de Holanda: *Visão do paraíso*”. In *Revista USP*, n. 53, 2002. Parece difícil fazer uma análise de *Visão do paraíso* sem mencionar as considerações paradigmáticas sobre a metodologia da obra trilhadas por Costa Lima. Outro caso seria Thiago Lima Nicodemo. *Urdidura do vivido: Visão do paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda dos anos 1950*. São Paulo, Edusp, 2008. Ou ainda, o presente trabalho.

FONTES E BIBLIOGRAFIA⁹⁶⁴

1. FONTES

1.1. *Fundo Sérgio Buarque de Holanda – Siarq-Unicamp*

BALDUS, Herbert. “Comprovante da Divisão de Estudos Pós-Graduados da Escola de Sociologia e política de São Paulo aprovando Sérgio Buarque de Holanda no exame oral para o grau de Mestre em Ciências Sociais a dissertação intitulada “Elementos formadores da sociedade portuguesa na época dos descobrimentos””. 30.07.1958

“Carta de Roberto Meira a Sérgio Buarque de Holanda, referindo-se à reforma do Museu Paulista”. 25.03.1953.

“Carta de Afonso D'Escagnole Taunay a SBH, agradecendo a remessa do livro *Monções* e elogiando o mesmo”. 23.03.1945.

“Carta de Afonso D'Escagnole Taunay a Sérgio Buarque de Holanda, doando quadros ao Museu Paulista”. 25.01.1950.

“Carta de João Cabral de Melo Neto a SBH, pedindo que lhe mandasse os números da Revista do Museu Paulista”. 20.07.1956.

“Cartão de Afonso D'Escagnole Taunay a Sérgio Buarque de Holanda comentando sobre uma doação ao Museu Paulista”. 01.09.1948.

“Concurso da cadeira de História da Civilização Brasileira: prova escrita”. 10.11.1958.

“Concurso da cadeira de História da Civilização Brasileira: pontos para a prova didática”. 10.1987 (datação póstuma).

CORTESÃO, Jaime. “Aleixo Garcia: descobridor de humanidades”. In *Diário de Notícias*. 18.05.1952.

_____. “Obedeceu a um plano a expansão do Brasil?”. In *Diário de Notícias*. 01.06.1952.

_____. “Introdução ao debate sobre a Ilha Brasil”. In *Diário de Notícias*. 13.07.1952.

_____. “Portugueses e espanhóis na América”. In *Diário de Notícias*. 27.07.1952.

COUTINHO, Afrânio. “Visão do paraíso”. In *O Estado de São Paulo*. 16.05.1959.

“Defendida a autenticidade da carta de Anchieta”. In *Folha da Noite*. 15.07.1955.

⁹⁶⁴ Principais referências citadas.

“Discurso de saudação a Sérgio Buarque, dos amigos da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, por ocasião de seu ingresso como docente”. 04.1988 (datação póstuma).

FILHO, Adonias. “Uma constante literária”. In *Jornal do Comércio*. 08.11.1959.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A lenda negra”. In *Diário carioca*. 06.04.1952.

_____. “História e geopolítica”. In *Diário carioca*. 13.04.1952.

_____. “Tentativa de mitologia”. In *Folha da Manhã*. 15.06.1952.

_____. “A Ilha Brasil”. In *Diário Carioca*. 22-29.06.1952.

_____. “Curriculum Vitae de Sérgio Buarque de Holanda”. 1958.

_____. “Palestra discorrendo sobre o tema ‘História’, a convite dos alunos do ‘Centro de Estudos Históricos Afonso de Taunay’”. 196-.

_____. *Elementos formadores da sociedade portuguesa na época dos Descobrimentos*. São Paulo, Escola Livre de Sociologia e Política (Dissertação de Mestrado), 1958.

LAPA, José Roberto do Amaral. “Considerações em torno de uma cátedra”. In *Diário do Povo*. 19.11.1958.

MILLIET, Sergio, “Visão do paraíso”. In *O Estado de São Paulo*. 06.12.1959.

“Ofício de Honório de Sylos a Sérgio Buarque de Holanda”. 06.12.1946.

REGO, José Lins do. “A ausência de Sérgio Buarque de Holanda”. In *Correio Paulistano*. 22.03.1946.

VIANNA, Hélio. “Visão do Paraíso”. In *Jornal do Comércio*. 13, 20 e 27.12.1959.

1.2. Centro de Apoio à Pesquisa em História – CAPH-USP

Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1934-1935. São Paulo, 1935.

Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1936. São Paulo, 1937.

Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1937-1938. São Paulo, 1938.

Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. 1939-1949, volume I e II. São Paulo, Seção de Publicações, 1953.

Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1950. São Paulo, Seção de Publicações, 1952.

Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1952. São Paulo, Seção de Publicações, 1954.

Estatutos da Universidade de São Paulo: anteprojeto aprovado pelo Conselho Universitário em seção de 16 de janeiro de 1939. São Paulo, Empresa gráfica da ‘Revista dos tribunais’, 1939.

Decreto n. 13.426 de 23 de junho de 1943: Aprova o regimento de concurso para provimento dos cargos de Professor Catedrático e Livre Docente da FFCL-USP. São Paulo, Imprensa comercial, 1943.

PRADO, Antonio de Almeida. “A função cultural do ensino”. In *Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1934-1935.* São Paulo, 1935.

Programas aprovados pela Congregação para o ano letivo de 1965 e 1968. São Paulo, Seção de Publicações, FFCL-USP, 1965.

Programas aprovados pela Congregação para o ano letivo de 1965 e 1968. São Paulo, Seção de Publicações, FFCL-USP, 1968.

“Programa para o curso de Civilização Brasileira”. In *Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1934-1935.* São Paulo, 1935.

TAUNAY, Afonso de. “A propósito do curso de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”. In *Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1934-1935.* São Paulo, 1935.

1.3. Acervo do Museu Paulista

Anais do Museu Paulista – Tomo I. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1922.

Anais do Museu Paulista – Tomo II. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1925.

Anais do Museu Paulista – Tomo III. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1927.

Anais do Museu Paulista – Tomo IV. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1930.

Anais do Museu Paulista – Tomo V. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1931.

Anais do Museu Paulista – Tomo VI. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1935.

Anais do Museu Paulista – Tomo VII. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1937.

Anais do Museu Paulista – Tomo VIII. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1938.

Anais do Museu Paulista – Tomo IX. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1939.

Anais do Museu Paulista – Tomo X. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1940.

Anais do Museu Paulista – Tomo XI. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1943.

Anais do Museu Paulista – Tomo XII. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1945.

Anais do Museu Paulista – Tomo XIII. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1949.

Anais do Museu Paulista – Tomo IV. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1950.

CALÓGERAS, João Pandiá. “Discurso proferido a 13 de setembro de 1927 pelo Exmo. Sr. Dr. João Pandiá Calógeras na seção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, comemorativa do passamento do historiador”. In *Anais do Museu Paulista* – Tomo III. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1927.

FERREIRA, Tito Lívio. “Explicação necessária”. In *Anais do Museu Paulista* – Tomo XIII. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1949.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Índios e mamelucos na expansão paulista”. In *Anais do Museu Paulista* – Tomo XIII. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1949.

_____. “Anais do Museu Paulista”. In *Anais do Museu Paulista* – Tomo XIII. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1949.

Relatórios administrativos apresentados pelo Diretor do Museu Paulista, Sérgio Buarque de Holanda. (1946-1956).

TAUNAY, Afonso de. “Prefácio”. In *Anais do Museu Paulista* – Tomo I. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1922.

_____. “João Capistrano de Abreu – in memoriam”. In *Anais do Museu Paulista* – Tomo III. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1927.

_____. “São Paulo: Vetera et Nova”. In *Anais do Museu Paulista* – Tomo XIII. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1949.

_____. “A câmara dos deputados sob o Império”. In *Anais do Museu Paulista* – Tomo XIV. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1950.

1.4. *Acervo da Escola de Sociologia e Política de São Paulo*

Anuário da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. São Paulo, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1947.

Anuário da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. São Paulo, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1948.

Anuário da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. São Paulo, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1949.

Requerimento de matrícula de Sérgio Buarque de Holanda. Acervo da Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Formação de uma vila sertaneja”. *Trabalho prático apresentado à disciplina “História social do Brasil”*. São Paulo. Escola de Sociologia e Política de São Paulo. 1957.

1.5. *Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros*

Instituto de Estudos Brasileiros: histórico, organização, realizações (1963-1976). São Paulo, IEB, 1976.

1º livro de Atas: reuniões do Conselho de Administração. São Paulo, IEB-USP, (1964-1977).

Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, IEB-USP (1966-1969).

1.6. *Publicações de Sérgio Buarque de Holanda*

1.6.1. Obras de Sérgio Buarque

_____. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936.

_____. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.

_____. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

_____. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.

- _____. *Monções*. Rio de Janeiro. Casa do Estudante, 1945.
- _____. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957.
- _____. *Tentativas de mitologia*. São Paulo, Perspectiva, 1979.
- _____. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- _____. *A contribuição italiana para a formação do Brasil*. Florianópolis, UFSC, 2002.
- _____. *Monções e Capítulos de expansão paulista*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.
- _____. *Visão do paraíso*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959.
- _____. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia Editora Nacional / Edusp, 1969.
- _____. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.
- _____. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.
- _____. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, 1960-1972.
- _____. *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

1.6.2. Artigos, entrevistas, depoimentos e demais publicações de Sérgio Buarque de Holanda.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Plágios e plagiários”. In PRADO, Antonio Arnoni (org.). *O espírito e a letra*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996 (originalmente publicado em *Revista do Brasil*. 14-22.09.1921).

_____. “As monções”, *Curso de bandeirologia*. São Paulo, Departamento Estadual de Informações, 1946.

_____. “Nestas paragens há cento e vinte anos”. In *Correio Paulistano*. 07.08.1946.

_____. “A língua geral em São Paulo (I)”. In COSTA, Marcos (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos*. São Paulo, Unesp / Fundação Perseu Abramo, 2011 (originalmente publicado em *Estado de São Paulo*. 11.05.1946).

_____. “A língua geral em São Paulo (III)”. In COSTA, Marcos (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos*. São Paulo, Unesp / Fundação Perseu Abramo, 2011 (originalmente publicado em *O Estado de São Paulo*. 13.06.1946).

_____. “Revista do Museu Paulista”. In COSTA, Marcos (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos*. São Paulo, Unesp / Fundação Perseu Abramo. 2011 (originalmente publicado em *O Estado de São Paulo*. 16.11.1947).

_____. “Pré-história das bandeiras IV: as peças da terra”. In COSTA, Marcos (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos*. São Paulo, Unesp / Fundação Perseu Abramo. 2011 (originalmente publicado em *O Estado de São Paulo*. 18.07.1948).

_____. “Sobre a história da literatura”. In *O Estado de São Paulo*. 22.01.1949.

_____. “O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos”. In MONTEIRO, Pedro Meira e EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Rio de Janeiro/Campinas. Ed. da UERJ / Ed. da Unicamp (originalmente publicado no *Correio da Manhã*. 15.07.1951).

_____. “Bandeiras e monções”. In COSTA, Marcos (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos*. São Paulo, Unesp / Fundação Perseu Abramo, 2011 (originalmente publicado no *Diário Carioca*. 13.07.1951).

_____. “Entrevista de torna viagem com o escritor Sérgio Buarque de Holanda”. In *Folha da Manhã*. 16.01.1955.

_____. *Visão do paraíso: os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo, cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (Tese de Cátedra), 1958.

_____. “História brasileira num castelo medieval”. In *Encontros: Sérgio Buarque de Holanda* (MARTINS, Renato, org.). Rio de Janeiro, Azougue, 2009 (originalmente publicado na *Tribuna da Imprensa* em 15.11.1959).

_____. “Historiografia portuguesa”. In COSTA, Marcos (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo / Editora Unesp, 2011 (originalmente publicado em *O Estado de São Paulo* em 12.11.1960).

_____. “A herança colonial: sua desagregação”. In *O Brasil monárquico: o processo de emancipação*. São Paulo, Difel, 1985 [1961].

_____. “Movimentos da população em São Paulo no século XVII”. In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. n. 1, 1966.

_____. “Sobre uma doença infantil da historiografia”. In COSTA, Marcos (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo / Unesp, 2011 (originalmente publicado em *O Estado de São Paulo* em 17.06.1973).

_____. “Um mito geopolítico: a ilha Brasil”, In *Tentativas de mitologia*. São Paulo, Perspectiva, 1979.

_____. “Corpo e alma do Brasil”. In *Encontros: Sérgio Buarque de Holanda* (MARTINS, Renato org.). Rio de Janeiro, Azougue, 2009 (originalmente publicado na *Revista Novos Estudos – CEBRAP*. n. 69, 2004 [1981]).

_____. *O espírito e a letra: estudos de crítica literária*. (PRADO, Antonio Arnoni, org.). São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

_____. *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos* (COSTA, Marcos, org.). *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo / Editora Unesp, 2011. São Paulo, Fundação Perseu Abramo / Editora Unesp, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; ANDRADE, Mário de; *Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda: correspondência* (MONTEIRO, Pedro Meira, org.). São Paulo, Companhia das Letras, Edusp, IEB/USP, 2012.

1.7. Outras fontes

BELMONTE. *No tempo dos bandeirantes*. São Paulo, Melhoramentos, 1945.

CORTESÃO, Jaime. *Teoria geral dos descobrimentos portugueses*. Lisboa, Seara Nova, 1940.

_____; e VIANNA, Hélio (orgs.). *Manuscritos da Coleção De Angelis*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1951-1970.

_____. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro. Ministério das Relações Exteriores. 1952.

_____. *A fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1955.

_____. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1958.

COSTA, Emília Viotti da. *Escravidão nas áreas cafeeiras: aspectos econômicos, sociais e ideológicos da desagregação do sistema escravista*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Tese de Livre Docência), 1964.

_____. “Defesa de tese de doutoramento da licenciada Maria Tereza Schorer Petrone”. In *Revista de História*. n. 61, 1965.

ELLIS, Myriam. “Concurso para provimento da cadeira de História da Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo”. In *Revista de História*. n. 38, 1959.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “A sociedade bandeirante das minas”. In *Curso de bandeirologia*. São Paulo, Departamento Estadual de Informações, 1946.

PETRONE, Maria Teresa Schorer, *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Tese de Doutorado), 1964.

“Relatório geral das atividades do Instituto de Estudos Brasileiros em 1967”. In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. n 5, 1966.

Revista de História. n. 26 a 81 (1956 a 1969).

SILVA, Raul de Andrada e; CASTRO, Luiz Antonio de Moura. “Livre-docência na Cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo”. In *Revista de História*, n. 67, 1966.

TAUNAY, Afonso de. et alli. *Curso de Bandeirologia*. São Paulo, Departamento Estadual de Informações, 1946.

_____. “O bandeirismo e os primeiros caminhos do Brasil”. In *Curso de bandeirologia*. São Paulo, Departamento Estadual de Informações, 1946.

2. BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. “Nota preliminar”. In SALVADOR, Frei Vicente de. *História do Brasil: 1500-1627*. Irmãos Weiszflog, São Paulo e Rio de Janeiro, 1918.

_____. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Brasília, UNB, 1963.

_____. “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro”. In _____. *Ensaio e estudos (crítica e história)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

ABUD, Katia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante)*. São Paulo, Departamento de História da FFLCH-USP (Tese de Doutorado), 1985.

ADORNO, Theodor. “O ensaio como forma”. In COHN, Gabriel (org.). *Theodor Adorno: sociologia*. São Paulo, Ática, 1986.

ALCIDES, Sérgio. “O momentâneo na ‘Formação’”. *O Eixo e a Roda*, v. 20, n. 1, 2011.

ALTAMIRANO, Carlos. “Ideias para um programa de História intelectual”. In *Tempo social: revista de sociologia da USP*. v. 19, n. 1, 2007.

ALVES, Ana Maria de Alencar. *O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder: o Museu Paulista, 1893-1922*. São Paulo, Humanitas, FFLCH/USP, 2001.

ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira: história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo, Unesp, 2011.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori e ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1994.

_____. “Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu”. *Estudos Históricos*, v.1, n.1, 1988.

ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo, Hucitec, 2008.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Historiografia: teoria e prática*. São Paulo, Alameda, 2014.

_____. “O Século de Braudel”. In *Novos Estudos - CEBRAP*, v. 2, n. 4, 1984.

_____. “A Colônia Brasil: história e historiografia”. In *Travesía: Revista de Historia Económica y Social*. v. 17, 2015.

_____; TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru, Edusc, 1999.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. “A moderna cultura latino-americana: interpretações e reconstrução”. In *Política & Trabalho*, n. 39, 2013.

_____. “O conceito de formação em tempos críticos: esboço de reflexão”. (no prelo).

_____. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. São Paulo, EDUSP, 2015.

ASCRAFT, Richard. “Marx and Weber on liberalism as bourgeois ideology”. In *Comparative studies on society and history*. v.14, n. 2, 1972.

AVELINO FILHO, Goerge. “As ‘raízes’ de *Raízes do Brasil*”. In *Novos Estudos - CEBRAP*, v. 18, 1987.

_____. “Cordialidade e civilidade em *Raízes do Brasil*”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 5, n. 12, 1990.

BAGGIO, Kátia Gerab. “Iberismo, hispanismo e latino-americanismo no pensamento de Gilberto Freyre”. *Estudios del ISHiR*, v. 2, 2012.

BAIÃO, António; CIDADE, Hernani e MURIAS, Manuel (orgs.). *História da expansão portuguesa no mundo*. Lisboa, Ática, 1937.

BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro, Rocco, 1988.

BASTOS, Elide Rugai. *As criaturas de prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo, Global, 2006.

BENTIVOGLIO, Julio. “Leopold von Ranke”. In Jurandir Malerba (org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro / Porto Alegre, Editora da FGV / EDIPUCRS, 2010.

BLAJ, Ilana. “Pulsações, Sangrias e Sedimentação: Sérgio Buarque de Holanda e a análise da sociedade paulista no século XVII”. In, *Sérgio Buarque de Holanda: Vida e Obra*. São Paulo, IEB-USP, 1988.

_____. “Sérgio Buarque de Holanda, historiador da cultura material”. In: CANDIDO, Antonio. (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____; MALUF, Marina. “Caminhos e fronteiras: o movimento na obra de Sérgio Buarque de Holanda”. In *Revista de História*. n. 122, 1990.

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

_____. y FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, i: *La naissance des Annales*, 1928-1933, Paris, Fayard, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Lisboa, Editorial Presença, 1996.

_____. “A ilusão biográfica”. In Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Ed. da FGV, 2006.

BOXER, Charles. “Some notes on portuguese historiography 1930-1950”. In *History: history journal of the historical association*. n. 135/136, 1954.

BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais: a longa duração”. In *Revista de História da USP*, São Paulo, n. 62, 1965.

_____. *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

_____. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: o tempo do mundo*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

_____. *Escritos sobre a História*. São Paulo, Perspectiva, 2005.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. *O Museu Paulista: Afonso de Taunay e a memória nacional*. São Paulo, Editora Unesp / Museu Paulista, 2005.

BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

_____. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.

BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

BURUCÚA, José Emilio. *Historia, arte, cultura: de Aby Warburg a Carlo Ginzburg*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2003.

CANABRAVA, Alice. *O comércio português no rio da Prata*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1984.

CANDIDO, Antonio. “O significado de Raízes do Brasil”. In, HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.

_____. “A revolução de 1930 e a cultura”. In, *Novos estudos* - CEBRAP. São Paulo, n. 4, 1984.

_____. (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. “Entre duas cidades”. MARRAS, Stelio (org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo, Edusp / IEB-USP. 2012.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. “Sérgio Buarque de Holanda: mestre em Ciências Sociais”. In, *Notícia Bibliográfica e Histórica (PUCCAMP)*. v. 170, 1998.

_____. *IEB: Origens e significados*. São Paulo, Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes/Imprensa Oficial-SP, 2002.

CALÓGERAS, João Pandiá. *As minas do Brasil e sua legislação*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1904-1905.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. “Escola uspiana de história”. In *Revista Estudos Avançados* v.8, n.22, 1994.

CAPDEQUI, Ots. *El estado español en las Indias*. Buenos Aires/México, Colegio de Mexico, 1941.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Brasil: as raízes e o futuro”. In *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

CARDOSO, Irene. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo, Cortez, 1982.

CARNEIRO, Carlos da Silveira. “Taunay no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. v. 248, 1960.

CASSIRER, Ernst. *Indivíduo e cosmos na filosofia do Renascimento*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro, Zahar, Anpocs, 1986.

CERQUEIRA, André Sekkel. *A produção historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda: entre Monções e Caminhos e fronteiras*. Iniciação científica. São Paulo, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2010.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2008.

_____. *A cultura no plural*. Campinas, Papirus, 2012.

CEZAR, Temístocles. “Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX”. In *Diálogos*, v. 8, n. 1, 2004, p. 20.

_____. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle: essai sur une rhétorique de la nationalité: le cas Varnhagen*. Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales (Tese de Doutorado), 2002.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1987.

COELHO, Antônio Borges. *Raízes da expansão portuguesa*. Lisboa, Prelo, 1975.

_____. *O tempo e os homens. Questionar a história*. Lisboa, Caminho, 1996.

COELHO DE SOUZA, Marcela. *O Traço e o Círculo: o conceito de parentesco entre os Jê e seus antropólogos*. Rio de Janeiro, PPGAS-MN/UFRJ (Tese de Doutorado), 2002.

CONH, Gabriel. *Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

CRACCO, Rodrigo Bianchini. *A longa duração e as estruturas temporais em Fernand Braudel: de sua tese O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II até o artigo “História e Ciências Sociais: A longa duração (1949-1958)”*. Assis, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis (Dissertação de Mestrado), 2009.

CARVALHO, Marcus Vinicius Correa de. *Raízes do Brasil, 1936: tradição, cultura e vida*. Campinas, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (Dissertação de mestrado), 1997.

CARVALHO, Raphael Guilherme de. *Um “estudo compreensivo”: historicidade em Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda*. Curitiba, Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado), 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro da Cunha. “Imagens de índios do Brasil: o século XVI”. *Estudos Avançados*. v. 4, n. 10, 1990.

CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura Europeia e Idade Média Latina*. São Paulo, Edusp, 2013.

- DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- _____. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.
- DE DECCA, Edgar. “Decifra-me ou te devoro: as metáforas em *Raízes do Brasil*”. In MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Rio de Janeiro / Campinas, Ed. Uerj / Ed. da Unicamp, 2008.
- DERBY, Orville. “Roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. v. 4, 1900.
- DESCOLA, Philippe; LENCLUD, Gérard; SEVERI, Carlo; TAYLOR, Anne Christine (orgs.). *Les idées de l’anthropologie*. Paris, Armand Colin, 1988.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Estilo e método na obra de Sergio Buarque”. In NOGUEIRA Arlinda Rocha; PACHECO, Floripes de Moura; PILNIK, Márcia; HORCH, Rosemarie Erika. (orgs.). *Sérgio Buarque: vida e obra*. São Paulo, IEB-USP, 1988.
- _____. “Sérgio Buarque de Holanda na Universidade de São Paulo”. *Revista do Instituto de Estudos Avançados*. n. 22, 1994.
- _____. “Dialogando com Sérgio Buarque de Holanda”. *Ciência e Cultura (SBPC)*, v. 54, 2002.
- _____. “Negação das negações”. In MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Rio de Janeiro / Campinas. Ed. da Uerj / Editora da Unicamp, 2008.
- _____. In MORAES, José Geraldo Vinci de e REGO, José Marcio. (orgs.). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo, Ed. 34, 2002.
- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*, São Paulo. Unesp, 2005.
- EDUARDO, Octavio da Costa. “O processo de construção institucional”. In KANTOR, Iris; MACIEL, Débora; e SIMÕES, Júlio Assis (orgs.). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação (1933-1953). Depoimentos*. São Paulo, Editora Sociologia e Política, 2009.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.
- ESPAGNE, Michel. “Sur les limites du comparatisme em histoire culturelle”. In *Genèses*, n. 17, 1994.
- EUGÊNIO, João Kennedy. *Ritmo espontâneo: organicismo em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Teresina, Edufpi, 2011.

FALCON, Francisco José Calazans. "Historicismo: antigas e novas questões". In *História revista*. v. 7, n. 1-2, 2002.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

FEBVRE, Lucien. *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

_____. *Philippe II et la Franche-Comté*. Paris, Champion, 1912.

_____. *Combates pela história*. Lisboa, Editorial Presença, 1989.

FELDMAN, Luiz. "Um clássico por amadurecimento: *Raízes do Brasil*". In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 28, n. 82, 2013.

FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo, Ed. Nacional, 1959.

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira; PEREIRA, Luísa Rauter; DA MATA, Sérgio (orgs.). *Contributions to theory and comparative history of historiography: german and brazilian perspectives*. Berne, Peterlang, 2015.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo, Ed. Unesp, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro, Ed. da FGV, 2013.

FERRETTI, Danilo José. *A construção da paulistanidade: identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930)*. São Paulo, Programa de Pós Graduação em História Social. Departamento de História da FFLCH-USP (Tese de Doutorado), 2004.

_____. "O uso político do passado bandeirante: o debate entre Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Jr. (1920-1926)". In *Estudos Históricos*. n. 41, 2008.

_____. "Lições do passado bandeirante no 'Curso de Bandeirologia': Taunay e Sérgio Buarque de Holanda (1946)". *Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia*. Ouro Preto, Edufop, 2009.

FORASTIERI, Rogério. *Colônia e nativismo: a história como biografia da nação*. São Paulo, Hucitec, 1997.

FRANCO JR., Hilário. "Apresentação". In FEBVRE, Lucien. *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

FRANÇOZO, Mariana. *Um outro olhar: a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Campinas, Programa de Mestrado em Antropologia Social do Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Dissertação de Mestrado), 2004.

_____. “O Museu Paulista e a história da antropologia no Brasil entre 1946 e 1956”. *Revista de Antropologia*, v. 48, 2005.

FREIJOMIL, Andrés. “Un historiador del ocaso: los derroteros intelectuales del primer Huizinga (1897-1919)”. *Revista Prismas*. n. 13, 2009.

FURTADO, André Carlos. “Leituras e leitores à margem da primeira edição de *Visão do paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda (1959)”. In *I Encontro de Graduandos e Pós-Graduandos do Núcleo de Pesquisa e Estudos em História Cultural*. Niterói, PPGH-UFF, 2014.

_____. *As edições do cânone: da fase buarquiana na coleção História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro, Eduff, 2016.

_____. “Passados (im)perfeitos ou a ótica buarquiana sobre o Império do Brasil na América”. In *Revista Brasileira de História*. v. 36, n. 73, 2016.

GEERTZ, Clifford. 1978. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

GINGRICH, Andre and FOX, Richard G. (Edited). *Anthropology, by comparison*. London / New York, Routledge, 2002.

GINZBURG, Carlo. *História noturna: decifrando o sabá*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

GLEZER, Raquel. *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo*. São Paulo, Alameda, 2007.

GODINHO, Vitorino Magalhães. “A historiografia portuguesa: orientações, problemas, perspectivas”. In *Revista de História*. n. 21/22, 1955.

_____. *A economia dos descobrimentos henriquinos*. Lisboa, Sá da Costa, 1962.

GOMBRICH, Ernst. “In search of cultural history”. In *Ideals and idols: essays on values in History and Art*. Phaydon, London, 1979.

_____. *Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo, Martins Fontes, 1986.

GOMES, Angela de Castro. “Dialética da tradição”, In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 12, v. 5, 1990.

GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*. Rio de Janeiro, Faperj / 7 Letras, 2013.

GRESPLAN, Jorge. “Teoria da história em Caio Prado Jr.: dialética e sentido”. In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 47, 2008.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Editorial Mapfre / Fondo de cultura econômica, 2000.

GUERINI, Andréia. “Apresentação”. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A contribuição italiana para a formação do Brasil*. Florianópolis, UFSC, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo Henrique de Lima. *O Atual e o Inatual em Sérgio Buarque de Holanda*. Recife, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (Tese de Doutorado), 2012.

_____. “A modernidade brasileira reconta as tradições paulistas”. In MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Rio de Janeiro / Campinas, Ed. da Uerj / Ed. da Unicamp, 2008.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Itinerários historiográficos inexplorados: Sérgio Buarque na trilha de Capistrano de Abreu”. In *Revista Maracanan*. n. 2, 2004.

GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. “Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. In *Revista Estudos Históricos*. n.1, 1988.

GURZA LAVALLE, Adrian. *Vida pública e identidade nacional: leituras brasileiras*. São Paulo, Editora Globo, 2004.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte, Autêntica, 2013.

HUIZINGA, Johan. *O outono da Idade Média*. São Paulo, Cosac & Naify, 2010.

IGGERS, Georg. *The german conception of history: the national tradition of historical thought from Herder to the present*. London, Wesleyan University Press, 1988.

IGLÉSIAS, Francisco. “Sérgio Buarque de Holanda: historiador”. In 3º Colóquio UERJ *Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro, Imago, 1992.

_____. *História e literatura: ensaios para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 2009.

IUMATTI, Paulo Teixeira; VELLOZO, Julio Cesar. “Conhecimento, política e instituições no Brasil (1889-1934)”. *Reflexos: revue pluridisciplinaire du monde lusophone*, v. 2, 2013.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. “Historiografia, uma questão regional?”. In SILVA, Marcos (org.). *Republica em migalhas: historia regional e local*. São Paulo, Marco Zero, 1990.

JASMIN, Marcelo Gantus. “História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 57, 2008.

_____. e FERES JR., João (orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro, PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006.

KANTOR, Iris. *Usos diplomáticos da ilha-brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas*. *Varia História*. v. 37, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro. Contraponto / PUC-RIO, 2006.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Montaillou: povoado occitânico de 1294 a 1324*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

LEFORT, Claude. *As formas da história*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

LE GOFF, Jacques. “Documento/monumento”. In *História e memória*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1996.

LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. São Paulo / Belo Horizonte, Edusp / Itatiaia, 1980.

LEVI-STRAUSS, Claude. “Introdução: História e Etnologia”. In *Antropologia estrutural II*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.

LIMA, Jose Adil Blanco de. *Entre a crítica e a história: a construção de Visão do paraíso de Sérgio Buarque de Holanda*. Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em História da UFJF (Dissertação de Mestrado), 2013.

LIMA, Luiz Costa. “Sérgio Buarque de Holanda: *Visão do paraíso*”. In *Revista USP*. n. 53, 2002.

LIMONGI, Fernando. “Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo”. In MICELI, Sergio. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice, 1989.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo, Hucitec, 1997.

LUÍS, Washington. *Na capitania de São Vicente*. Brasília, Editora do Senado Federal, 2004.

MADRE DE DEUS, Gaspar. *Memórias para a história da capitania de São Vicente*. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Edusp, 1975.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. “Algumas notas sobre o poder municipal no Império português durante o século XVI”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n. 25 e 26, 1988.

MARRAS, Stelio (org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo, Edusp / IEB-USP, 2012.

MATA, Sérgio da. “Ranke reloaded: entre história da historiografia e história multiversal”. In *História da Historiografia*. n. 6, 2011.

_____. “Johan Huizinga: humanismo e teoria da história nas sombras do amanhã”. In *História da Historiografia*. n. 18, 2015.

MEDEIROS, Bruno Franco et. al (orgs.). *Teoria e historiografia: debates contemporâneos*. Jundiaí, Paco Editorial, 2015.

MELLO, Luiza Larangeira da Silva. *Natureza e artifício: Sérgio Buarque de Holanda e as formae mentis portuguesa e espanhola na conquista e colonização do Novo Mundo*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História da PUC-Rio (Dissertação de Mestrado), 2005.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. “O salão nobre do Museu Paulista e o teatro da história”. In *As margens do Ipiranga: 1890-1990*. São Paulo, Museu Paulista, 1990.

MÉTRAUX, Alfred. “Migrations historiques des Tupi-Guarani”. In *Journal de la Société des Américanistes*, v. 19, Paris, 1927.

_____. *La civilization matérielle des Tribus Tupi-Guarani*. Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1928.

MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel, 1979.

NIMUENDAJÚ, Curt. *As Lendas de criação e destruição do mundo como fundamento da religião dos Apapocuva-Guarani*. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1987.

MARTINS, Renato. *Perigosos, arredios e diplomáticos: notas sobre as guerras Timbira em Goiás e no Maranhão (1840-1889)*. Dissertação de mestrado. Departamento de Antropologia Social FFLCH-USP. São Paulo, 2009.

MONTEIRO. John Manuel. “Tupis, tapuias e a história de São Paulo”. In *Novos Estudos* - CEBRAP. n. 34, 1992.

_____. “Caçando com gato: raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr.”. In *Novos Estudos* - CEBRAP. São Paulo, n. 38, 1994.

_____. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do Indigenismo*. Campinas, Departamento de Antropologia da Unicamp (Tese de Livre Docência), 2001.

MONTEIRO, Pedro Meira. *A queda do aventureiro*. Caminas, Ed. da Unicamp, 1999.

_____. e EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Rio de Janeiro / Campinas, Ed. da Unicamp / Ed. da UERJ, 2008.

_____. *Signo e desterro: Sérgio Buarque de Holanda e a imaginação do Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2015.

_____. e SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Uma edição crítica de *Raízes do Brasil*: o historiador lê a si mesmo”. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* (edição crítica). São Paulo, Companhia das Letras, 2016.

MORAES, Rubem Borba de; BERRIEN, William. (orgs.). *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Brasília, Senado Federal, 1998.

MORSE, Richard. “O multiverso da identidade Latino-Americana, c. 1920-c. 1970”. In BETHELL, Leslie. *A América Latina após 1930: ideias, cultura e sociedade*. São Paulo, Edusp, 2011.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; GONÇALVES, Marcia de Almeida; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2011.

NICODEMO, Thiago Lima. *Urdidura do vivido: Visão do paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*. São Paulo, Edusp, 2008.

_____. *Alegoria moderna: consciência histórica e figuração do passado na crítica literária de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo, FAP-Unifesp, 2014.

_____. “Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda”. In *Revista História da Historiografia*. n. 14, 2014.

NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado*. São Paulo, Editora Unesp, 2011.

NOVAIS, Fernando. “Prefácio”. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

_____. “O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial”. In *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo, Cosac & Naify, 2005

_____. “Prefácio a Jaime Cortesão: ou ‘encontro marcado’”. In CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Fundap, 2012.

_____; SILVA, Rogério Forastieri da (orgs.). *Nova História em perspectiva*. São Paulo, Cosac & Naify, 2011.

OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. “O espetáculo do Ipiranga: reflexões preliminares sobre o imaginário da Independência”. In *Anais do Museu Paulista*. v. 3, n. 1, 1995.

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro, Ed. da FGV, 2013.

PAGDEN, Antony. *La caída del hombre natural. El índio americano y los orígenes de la etnologia comparativa*. Madri, Alianza Editorial, 1988.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. São Paulo, Unesp, 2005.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. “Odisseias do conceito moderno de história: *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen*, de Capistrano de Abreu, e *O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos*, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados”. In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. n. 50, 2010.

PEREIRA, Robson Mendonça. *Washington Luís na administração de São Paulo (1914-1919)*. São Paulo, Editora da UNESP, 2010.

PIVA, Luiz Guilherme. *A modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*. São Paulo, Ed. 34 / Dep. de Ciências Políticas, FFLCH-USP, 2000.

POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru / São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2003.

PONTES, Heloísa. “Círculos de intelectuais e experiência social”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 12, 1997.

_____. “Elias, renovador da Ciência Social”. In NEIBURG, Federico et al (orgs.). *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo, Edusp, 2001.

PRADO, Antonio Arnoni. *Trincheira, palco e letras: crítica, literatura e utopia no Brasil*. São Paulo, Cosac & Naify, 2004.

_____. *Dois letrados e o Brasil nação*. São Paulo, Ed. 34, 2015.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, (1926-1934)*. São Paulo, Ática, 1986.

_____. “Repensando a história comparada da América Latina”. In *Revista de História*. n. 53, 2005.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo, Edusp, 2002.

RAMA, Angel. *La ciudad letrada*. Montevideo, Arca, 1998.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.

RANKE, Leopold von. *Die Osmanen und die Spanische Monarchie im 16. und 17. Jahrhundert*. Leipzig, Duncker & Humblot, 1877.

_____. *Leopold von Ranke: história* (HOLANDA, Sérgio Buarque de, org.). São Paulo, Ática, 1979.

RIBEIRO, David William Aparecido. *Cartografia das relações: as condições de produção intelectual e os percursos de escrita histórica de Jaime Cortesão no Brasil*. São Paulo, Programa de História Social da Universidade de São Paulo (Dissertação de Mestrado), 2015.

RIBEIRO, Guilherme. *Espaço, tempo e epistemologia no século XX: a Geografia na obra de Fernand Braudel*. Niterói, Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (Tese de Doutorado), 2008.

ROCHA, João Cezar de Castro. “Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre: raízes de uma rivalidade literária”. In *Revista Dicta&contradicta*. Rio de Janeiro / São Paulo, Civilização Brasileira / IFE, 2012.

RODRIGUES, Enrique Estada. *Fronteiras da democracia em Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo, Curso de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado), 2005.

_____. “O conceito de ‘formação’ na historiografia brasileira”. In MEDEIROS, Bruno Franco et. al (orgs.). *Teoria e historiografia: debates contemporâneos*. Jundiaí, Paco Editorial, 2015.

RODRIGUES, José Honório. “Explicação”. In ABREU, Capistrano de. *Capítulos de literatura colonial (1500-1800) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília, UNB, 1963.

ROIZ, Diogo. *Os caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)*. Curitiba, Appris, 2012.

_____. *A dialética entre o “intelectual-letrado” e o “letrado-intelectual”: projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959)*. Curitiba, Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná (Tese de Doutorado), 2013.

ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das minas*. Belo Horizonte, UFMG, 2008.

SANCHES, Dalton. *Entre “formas hesitantes e bastardas”: ensaísmo, modernismo e escrita da história em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Mariana, Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto (Dissertação de mestrado), 2013.

SANCHES, Rodrigo Ruiz. *A questão da democracia em Sérgio Buarque de Holanda*. Araraquara, Faculdade de Ciências e Letras da Unesp (Dissertação de mestrado), 2001.

_____. *Sérgio Buarque de Holanda: a trajetória de um intelectual independente*. Araraquara, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras, Unesp/Araraquara (Tese de Doutorado). 2007.

SANTIAGO, Silviano. *As raízes e o labirinto da América Latina*. Rio de Janeiro, Rocco, 2006.

SANFORD, Charles, *The quest of Paradise: Europe and American moral imagination*. Urbana, University of Illinois Press, 1961.

SANTOS, Márcio. *Bandeirantes e paulistas no sertão de São Francisco*. São Paulo, Edusp, 2009.

SEWELL, William. *Logics of history*. Chicago. University of Chicago Press, 2005.

SCHADEN, Egon. *Aculturação indígena: ensaios sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos índias em contato com o mundo dos brancos*. São Paulo, Pioneira, 1959.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. “Iberismo e luso-tropicalismo na obra de Gilberto Freyre”. In *História da Historiografia*, n. 10, 2012.

SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SCWRARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo / Rio de Janeiro, Ed. Nacional / Finep, 1979.

SERRÃO, Joel (org.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto, Livraria Figueirinhas, 1963-1971.

SEWELL, William. *Logics of history: social teory and social transformation*. Chicago, The University of Chicago Press. 2005.

SIMÕES, Júlio Assis. “Um ponto de vista sobre a trajetória da escola de sociologia e política”. In KANTOR, Iris; MACIEL, Débora; e SIMÕES, Júlio Assis (orgs.). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação (1933-1953)*. Depoimentos. São Paulo, Editora Sociologia e Política, 2009.

SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil*. Brasília, Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 2005.

SOUZA, Laura de Mello e. *Sabás e calundus: feitiçaria, práticas mágicas e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado), 1986.

_____. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

_____. “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”. In SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

_____. “Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial”. In *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto, 1998.

_____. “Os Novos Mundos e o Velho Mundo: confrontos e inter-relações”. In PRADO, Maria Ligia Coelho e VIDAL, Diana Gonçalves (orgs.). *À margem dos 500 anos: reflexões irreverentes*. São Paulo, Edusp, 2002.

_____. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

_____. “Posfácio”. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

_____. “Estrela de uma vida inteira”. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

STRATHERN, Marilyn. “Not giving the game away”. In GINGRICH, Andre; FOX, Richard. (Edited). *Anthropology, by comparison*. London / New York, Routledge, 2002.

SZTUTMAN, Renato. *O profeta e o principal: a ação política ameríndia e seus personagens*. São Paulo, Edusp, 2012.

THOMAS, Keith. *Religião e o declínio da magia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

_____. *O homem e o mundo natural*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Maria Amado e CARTOGA, Fernando. *História da história em Portugal: séculos XIX-XX*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

VAINFAS, Ronaldo. “Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*”. In, MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. São Paulo, Senac, 2001.

_____. “Sérgio Buarque de Holanda, historiador das representações mentais”. In MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Rio de Janeiro / Campinas; e Ed. da Uerj / Ed. da Unicamp, 2008.

_____. “História cultural e historiografia brasileira”. In *História: questões & debates*. Curitiba, n. 50, 2009.

_____. “Posfácio”. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro, E. e H. Laemmert, 1854.

VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna: entre o espelho e a máscara*. Belo Horizonte, Autêntica, 2015.

WAGLEY, Charles e GALVÃO, Eduardo. *Os índios Tenetehara: uma cultura em transição*. Rio de Janeiro, MEC, 1961.

WAIZBORT, Leopoldo. *A passagem do três ao um*. São Paulo, Cosac & Naify, 2007.

_____. “O mal entendido da democracia: Sergio Buarque de Hollanda, *Raízes do Brasil*, 1936”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 26, n. 76, 2011.

_____. “Apresentação”. In WARBURG, Aby. *Histórias de fantasma para gente grande*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

_____. “*Raízes do Brasil*: inércia e transformação lenta”. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.

WARBURG, Aby. *Histórias de fantasma para gente grande*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste*. Belo Horizonte, UFMG, 2000.

_____. “América, alegria dos homens: uma leitura de *Visão do paraíso* e de *Wilderness and paradise in christian thought*”. In ROCHA, João Cezar de Castro (org.). *Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia*. Rio de Janeiro, TopBooks, 2003.

_____. “Latas de leite em pó e garrafas de uísque”. In MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Hollanda: perspectivas*. Rio de Janeiro / Campinas, Ed. da Uerj / Editora da Unicamp, 2008.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade: 1780-1950*. São Paulo, Editora Nacional, 1969.

WÖLFFLIN, Heinrich. *A arte clássica*. São Paulo, 1990.

_____. *Conceitos fundamentais da história da arte*. São Paulo, Martins Fontes, 2006.

ANEXOS

Jaime Cortesão - Introdução ao debate sobre a Ilha-Brasil*

*Originalmente publicado no *Diário de Notícias* (13.07.1952)

Sérgio Buarque de Holanda, em três longos artigos, levanta engenhosos embargos ao “mito da Ilha-Brasil”, que, a nosso ver, explica, em grande parte, o processo da formação territorial do Estado Brasileiro.

O crítico eminente fá-lo nos termos da mais perfeita correção. Rende, por mais do que uma vez, homenagem ao esforço, honestidade e competência do seu antagonista, embora ponha em dúvida a legitimidade de uma “interpretação, em certos aspetos revolucionária, da história do Brasil”.

Esta gentileza cavalheiresca no terçar das armas me forçaria se outras razões não bastassem, a responder-lhe, quando mais não fosse como agradecimento às bondades de que me cumula. Mas a estes prevalecem dois motivos: o convencimento de que estou na razão e de que um debate em condições semelhantes, isto é, sem a acerbação das vaidades feridas, pode ser útil àquela espécie de leitores, mais sequeiros de compreender os problemas filosóficos e até de política da história, do que excitar o paladar com os condimentos ácidos da verrina.

Antes de entrar no âmago do problema, seja-me lícito desfazer o que suponho equívoco do meu interlocutor. Diz ele que o convidei expressamente ao debate. Retifiquemos. Depois de um articulado esquemático da nossa tese, terminávamos: “este rápido enunciado é a base parcial dum livro que estamos redigindo. Por ventura, até que saia a lume, seja prematuro discuti-la. Mas que a discutam desde já estudiosos de grande autoridade, como Sérgio Buarque de Holanda, havemos por elevada honra. E não nos furtaremos ao debate”.

Não era propriamente um convite, mas um propósito declarado de aceitação, caso o meu interlocutor persistisse na crítica, embora conhecendo antecipadamente os inconvenientes dum debate, em que me visse forçado a afirmar magistralmente, **malgré moi**, fatos a que não pudesse prestar a ampla prova documental, incompatível, com a imprensa diária.

Falamos na possibilidade de fazer compreender os problemas filosóficos, mas seria mais certo dizer, as posições filosóficas, em que assentam as duas interpretações da história do Brasil – a minha e a que me opõe Sérgio Buarque de Holanda. Enquanto o meu interlocutor opta, para explicar a história, mais que tudo, pelas fatalidades do

determinismo econômico, “as puras contingências econômicas”, no seu dizer, nos outros, dando uma grande parte à causalidade econômica, fundimos, intimamente os fenômenos de produção e de organização do Estado com as condições geográficas e atribuímos à livre iniciativa do homem e a inserção do espírito e da vontade na história, um poder que Buarque de Holanda lhes recusa.

Esse o fundo do problema (sic). “Apesar de tudo, declara Buarque de Holanda, referindo-se à nossa tese, - receio bastante que não passe duma hipótese engenhosa, nascida dessa nossa constante tentação de querer sujeitar os acontecimentos a uma coerência racional, mais ou menos rigorosa... uma ordem retrospectiva e apologética, espécie de **logicatio post eventum**...”

Nós, ao invés, receamos que Sérgio Buarque minimise e degrade, em geral, o homem e a sua capacidade perceptiva e criadora das linhas mestras duma política fundada sobre a geografia, e, em particular, do adventício português no Brasil, por menosprezar as enormes virtualidades da sua vivência histórica.

Poderíamos, é certo, correr o perigo neste caso, de cair numa sobreestimação, que algum leitor tachasse de nacionalista. E o nosso interlocutor, se expressamente a não acusa, mais que uma vez permite aflorar semelhante suspeita ao espírito do leitor. Parece-nos injusta a imputação a quem afirma a cada passo a importância enorme que o índio teve na formação territorial do Brasil. Ao índio, e em especial, ao tupi, chamamos “bússola e mapa vivo” das bandeiras, e ao Estado brasileiro uma criação do hibridismo étnico e cultural luso-tupi.

Quando, pois, Buarque de Holanda escreve que “a conquista do sertão, onde não dependeu da presença dos grandes rios navegáveis, essa só se tornou efetiva, graças ao concurso do mameluco e ao do índio”, estamos plenamente de acordo. Mas, embora reconhecendo que sem a cultura e a colaboração do ameríndio se não poderia explicar a expansão territorial, por vezes fulminante, do Estado brasileiro, não podemos esquecer que o português deu – o que é essencial – consciência, direção, sentido político ao ímpeto e à cultura expansionista dos aborígenes. Desconhecer ou negar a importância primordial que assumiram na história das bandeiras ou mais genericamente da formação territorial do Brasil, um Antônio Raposo Tavares, um Pedro Teixeira, um Cristóvão de Abreu para citar apenas alguns dentre os maiores, afigura-se nos erro e depreciação incompatível com a serena equidade da história. E, não obstante, um espírito superior e tão compreensivo, como o do nosso antagonista, não hesita em cair nessa carência de juízo. Sob o pretexto de que Georg Friederici, por não ser um português, nem brasileiro,

pode julgar tais assuntos sem paixão e preconceito nacionalista, Sérgio Buarque de Holanda subscrive o juízo elementar e sumário daquele autor de que “no Brasil, a América foi conquistada para os europeus pelos americanos”; e a de que “os bandeirantes, cujo íntimo, cujo sangue, espírito, instinto, vinham essencialmente das veias e da hereditariedade dos índios da terra, são os verdadeiros penetadores e conquistadores do interior do Brasil”.

Ainda quando não existissem razões históricas, a simples etnologia mandava que os bandeirantes, produtor híbrido, na sua maioria da fusão de duas raças, uma das quais a portuguesa, participassem em alto grau, mais do que do sangue ou do instinto, do espírito construtivo e muito mais evoluído dos colonos. Mais justa e próxima das obscuras realidades, que, neste caso, o historiador e sociólogo buscam dilucidar, se nos afigura a nossa interpretação, mais do que uma vez expressa, de que o português e o tupi eram duas raças que acertavam o passo, isto é, possuidoras de características culturas de mobilidade, de cuja fusão resultou um produto tão sadio e harmônico como os bandeirantes paulistas, em que as virtualidades étnicas e culturais duma das raças se multiplicarem pelas da outra. Ao subscrever as frases, eivadas de abusdez, de Friederici, não estará, por isso mesmo, Buarque de Holanda, caindo no contrassenso daquilo a que poderíamos chamar o nacionalismo tupi?

Num conceito meramente literário e anti-científico? E não explicará, no fundo, esse nacionalismo indianista, *à rebours*, que exclui essencialmente o português do bandeirismo, a sua recusa ao nosso conceito do mito da Ilha-Brasil? E para terminar, por hoje, acrescentamos apenas que se os argumentos de autoridade valem, nós poderíamos opor ao de Friederici, muitos outros, ainda menos suspeitos, neste caso, de nacionalismo português. Seja, por exemplo, o de Júlio Mesquita Filho, - e abtemo-nos de qualificativos que as nossas mútuas relações de estima não permitem. Trata-se no caso dum sociólogo paulista das bandeiras: e eis o que afirma nos seus **Ensaio Sul-Americanos**: “É na semelhança de métodos e processo de penetração, que conservam as explorações levadas a cabo pelos portugueses na África e na Ásia, com a obra realizada pelos que determinaram o recuo do meridiano de Tordesilhas, que se poderá encontrar a causa do sucesso obtido pelos construtores do Brasil geográfico”. E mais categoricamente: “O bandeirismo, na sua essência, é um fenômeno eminentemente, visceralmente português”. O nacionalismo luso, onde ele se esconda, está vingado.

Sérgio Buarque de Holanda - Historiografia Portuguesa*

*Artigo originalmente publicado em *O Estado de São Paulo* (12.12.1960)

Não são poucas, em nossos dias, as perplexidades a que se expõe o historiador ante a figura do infante d. Henrique. Ninguém, razoavelmente, nega a grandeza sem exemplo de sua obra. O que se discute, e às vezes com algum calor, é a parte maior e menor que lhe toca na empresa associada ao seu nome. Como sucede muitas vezes em casos tais, esse nome acabou por absorver em sua trajetória ao longo do tempo as figuras menores que o rodeavam. De onde a quase impossibilidade de separar-se o que de direito lhe cabe de contribuições alheias a seu estímulo e iniciativa.

Há, e em número já considerável, quem busque desligar da ação de d. Henrique muitos dos grandes feitos empreendidos em sua época pelos marinheiros lusos. A importância desses fatos independentes de sua orientação tem sido efetivamente realçada, nos últimos tempos, por historiadores do porte de Duarte Leite, José de Bragança, Antônio Sérgio, Veiga Simões, Magalhães Godinho e outros mais, que tendem a ver neles um movimento antes coletivo do que pessoal, largamente animado pela burguesia mercantil do Reino, de notória responsabilidade na própria ascensão da casa de Avis. E não é por acaso, lembram alguns desses autores, que a fase mais ativa da expansão portuguesa na costa de Guiné vem a coincidir, em vida do navegador, com os oito anos da regência de seu irmão Dom Pedro, vale dizer, em outras palavras, com a ascendência política daquela mesma burguesia.

Mesmo assim permanece decisiva a parte de d. Henrique nesse movimento nacional, não apenas individual ou dinástico, a que se associam os descobrimentos marítimos e as explorações de novas terras. Quando se apresentam restrições ao papel absorvente ou até exclusivista que veio a adquirir a figura do infante é para melhor compreender, reduzindo-a proporções humanas e plausíveis, sua grandeza histórica, não para abatê-la ou negá-la. Longe de constituir invenção moderna ou fruto do zelo patriótico de alguns historiadores portugueses, o fato é que, tomando em bloco, parece resistir a qualquer contradição.

O mal desse zelo patriótico, em particular das acerbadas reivindicações de primazia – Pierre Chaunu aludia, não há muito, ao “nacionalismo retrospectivo” verdadeiramente incomparável de inúmeros historiadores portugueses –, não está apenas em que ele tende a falsificar ingenuamente o passado, mas também em que provoca, num inevitável

contragolpe, outras reivindicações nacionais que, por serem não raro tão pouco científicas quanto elas, podem refazer-se, ao cabo, mais eficazes. Não é assim de admirar que a obra dos navegadores e descobridores portugueses tenha dado origem a increpações injustas ou até absurdas.

O bom remédio, aparentemente, para muitos desses desvarios pode encontrar-se na exemplar sobriedade das crônicas lusitanas do século XV. Elas não se acham isentas, é certo, das tendências deformadoras que distinguem o gênero panegírico. E é o que precisamente se dá com as de um Gomes Eanes de Zurara, dedicadas ao enaltecimento dos feitos do infante. Segundo os usos da época, mal se conceberia herói que não se conformasse a certas normas éticas cujo modelo vinha, de ordinário, dos livros de cavalaria. Conhecido, porém, esse vício, já se torna relativamente fácil atinar com o que se dissimula.

Aqui e ali parece o cronista ceder, por outro lado, à atração do miraculoso e do sobrenatural. Assim é que na *Crônica da tomada de Ceuta* ainda dá crédito à opinião vulgar de que Santiago em pessoa apareceu a Remígio, e de que um anjo do céu se manifestou a d. Afonso na Batalha de Naves. Detém-se, além disso, em lembrar, como quem acena para fato insólito, prenúncio de outros, que o infante d. Henrique, "do ventre de sua madre, trouxe consigo abraçada à semelhança da cruz de nosso senhor Jesus Cristo"⁹⁶⁵.

Na maioria desses casos, no entanto, o autor parece obedecer a fórmulas fixas já consagradas desde os clássicos latinos, e que não de ser interpretadas nesse sentido. Elas não o impedem de ater-se quase sempre a uma visão direita e discreta dos fatos. Pode-se mesmo perguntar se tal atitude não responderia a uma atitude generalizada entre o público lusitano de sua época, muito menos crédulo, no que diz respeito às obras humanas e terrenas, do que seríamos tentados a supor.

Notem-se os escrúpulos, por exemplo, com o que o mesmo Zurara, na *Crônica de conde dom Pedro*, procura justificar-se pelo fato de anunciar, quase sempre, perdas maiores de parte dos mouros do que dos cristãos e portugueses nas lutas de Marrocos. A causa dessa diferença de tratamento, observa, longe de provir de "alguma afeição ou não devido escrever"⁹⁶⁶, prende-se apenas à falta de defesa de soldados muçulmanos, que só por exceção se vestem de armaduras, ao contrário do que sucede com os cristãos.

⁹⁶⁵ Zurara, *Crônica da tomada de Ceuta*.

⁹⁶⁶ Id., *Crônica do conde dom Pedro*.

E “razoavelmente”, diz mais, “gente sem armas nunca pode por igual fazer peleja com gente armada e usad de sofrer o peso e o trabalho das armas”⁹⁶⁷.

O cuidado do “devido escrever”, isto é, com a verdade e segurança, levava-o mesmo às partes da África onde contava poder apreender melhor e diretamente o que ia por aquelas terras. De uma de suas crônicas diz que redigira duas vezes, emendando sempre o que conhecia errado, “deixando as particularidades em que nunca se pode achar verdadeira certidão”⁹⁶⁸.

E mesmo onde parece admitir misteriosas ou milagrosas aparições, mal se pode pretender que Zurara lhes dá crédito cabal. Ele próprio refere, e aparentemente para aprová-la, a estranheza com que d. João I se dirigira certa vez ao capitão Afonso Furtado e ao prior do hospital por darem atenção a agouros de marroquino velho em vez de cuidarem de seu serviço, e sendo homens de tamanha autoridade lhe fossem a falar um em “astronomia”, outro em “semelhanças e feitiços”.

É bom observar que, entre historiadores portugueses quatrocentistas que, diretamente ou não, trataram da fase henriquina, é precisamente Zurara quem mais parece distanciar-se dessa indiferença ante as manifestações miraculosas, alheia às regras canônicas. O mesmo crédulo, seguramente o mais realista, ainda é Fernão Lopes, que supera de longe seus contemporâneos portugueses e tem lugar dos mais eminentes na historiografia europeia da Idade Média. Mas Fernão Lopes pertence a uma fase anterior à de Zurara, embora não falte quem chame a atenção para a sua modernidade aparente. Se essa modernidade tem a ver com aquele robusto realismo, conviria lembrar que o seu é um realismo de timbre bem medieval, adverso às fantasmagorias humanísticas ou renascentistas, e afeito antes às formas tangíveis que a divina sabedoria pôs e ordenou neste mundo.

É ela tão somente, é a sabedoria divina, que guia os passos dos homens, de tal sorte que seu bom ou mal sucesso valerá por um juízo de Providência. “Mas temos”, diz a *Crônica de d. João I*, “que o mui alto senho Deos, que em sua providência nenhuma coisa falece, que tinha disposto de o mestre ser Rei”⁹⁶⁹. A própria morte do Andeiro e ainda a do bispo de Lisboa parecem a Nun’Álvares, e naturalmente ao cronista, nada menos do que coisa sagrada, “obra de Deus”, que se quisera lembrar do reino de Portugal, livrando-o dos inimigos.

⁹⁶⁷ Ibid.

⁹⁶⁸ Ibid.

⁹⁶⁹ Lopes, *Crônica de D. João I*.

As formas visíveis, ainda que muito importem, importam sobretudo na medida em que espelham um plano etéreo. Não admira que possam deixar algum lugar para aparições misteriosas como as dos cometas presságios – ainda uma herança quase automaticamente aceita dos clássicos da Antiguidade – ou como a profecia do alfageme, que também se acha na *Crônica do Condestabre*. E talvez porque a visão corpórea é tida como imperfeita, comparada à espiritual, onde o Espírito Santo alumia os olhos da alma, e porque os “humanais feitos se julgam segundo a intenção”, há pouco espaço, nos escritos do mesmo Fernão Lopes, para a descrição da figura humana, coisa accidental, em verdade, de pouco peso no cumprimento dos decretos da Providência.

Entre os autores quatrocentistas portugueses, as peculiaridades físicas das personagens retratadas só costumam gravar-se, de modo geral, quando fogem ao comum: as referências à “cara inglesa”, por exemplo, em tal ou qual descendente da rainha dona Felipa, ou ainda a algum defeito corporal mais marcado. Mesmo no retrato que o mais notável desses cronistas nos deixa de dona Filipa, o que sobressai não são os aspectos físicos, mas os dotes de espírito. Mais prolixa nesse particular, ainda que bastante sumária, é a descrição do duque de Lencastre: “homem de bem feitos membros, comprido e direito, não de tantas carnes como requeria a grandeza de seu corpo, e seria da idade de até 60 anos, de poucas cãs, segundo tais dias, e de boa palavra, não muito trigosa”⁹⁷⁰.

A propósito, é de notar como os defeitos que forem mais o ouvido do que o olhar surgem com relativa frequência nos escritos de Fernão Lopes. Em Dom Pedro, o Cru, de Portugal, a primeira coisa que lhe chama a atenção é a gagueira. Do seu homônimo em Castela, ocorre-lhe lembrar que “ciciava um pouco na fala”. E do conde de Arraiolos diz que não tinha voz clara: isto, acrescenta tranquilamente, por causa “de um cerco que comeu ratos”.

Um aspecto que passaria por moderno, quase atual, no cronista de d. João I, está no lugar considerável que dá à gente popular e humilde, quando na de Zuarara essa mesma gente quase se apega e é tida em pequena conta. A discrepância pode provir, em grande parte, da disparidade das situações que um e outro deveram relatar. Ao passo que Zurara descreve um tempo em que a pobreza e os estado de cavalaria procuravam recobrar o velho esplendor, Fernão Lopes pinta, sobretudo, com o declínio da velha nobreza, a

⁹⁷⁰ Ibid.

ascensão da burguesia citadina e a agitação da raia miúda de Lisboa e do Porto, tendo quase a identificar com os ideais destas.

Ainda que não trate da gesta henriquina, testemunha ele, como nenhum outro, antes ou depois, as condições gerais que deveriam propiciar a expansão ultramarina de Portugal. Parece exato falar, nesse caso, em ascensão da burguesia. Contudo é mister admitir a expressão com alguma reserva. E apesar de ser dos temas diletos da moderna historiografia portuguesa o vincular-se a expansão ultramarina, em seu começo, aos apetites materiais dessa classe burguesa, o assunto merece ser clareado de outro aspecto.

A reserva àquela palavra “burguesia” teria pouco a ver, certamente, com a participação, esta ativa e indubitável, dos mercadores, mecânicos e gente ainda mais ínfima das cidades, na elevação da dinastia de Avis, mas antes com as implicações eventuais de tal participação. Não custa a muitos crer que a condição de “burguês” corresponde a alguma realidade uniforme, imutável, capaz, por isso mesmo, de reagir de forma aproximadamente igual em qualquer época e em qualquer lugar. Ora, parece descabido querer pensar, a propósito da gente popular que em fins do século XIV ajudou a alçar ao trono português o Mestre, na classe que passados quatro séculos, irá levantar-se, na França, contra os tronos e os altares. Mas seria menor a diferença que já separa o “povo miúdo” de Fernão Lopes dos “*popolani*”, miúdos ou grossos, pouco importa, de Dino Compagni ou Giovanni Villani, que antecederam de século e meio ou mais o cronista português?

É significativo que, enquanto o populacho florentino é conduzido a mudar a ordem política de sua República, em parte pela própria ambição, mas principalmente pelo gosto de novidades – segundo o pretendem aqueles mesmos e outros historiadores italianos da época -, o de Lisboa e o do Porto esforçam-se, ao contrário, por querer resguardar ou vingar tradições caprichosamente quebradas. Contra el-rei d. Fernando, o primeiro gesto de revolta do povo, encabeçado pelo alfaiate Fernão Vasques, é suscitado pela notícia de que o soberano vai casar com mulher de condição mais baixa : “como verdadeiros portugueses lhe vinham dizer que tomasse mulher filha de Rei, qual convinha a seu estado, e que quando com filha de Rei casar não quisesse, que tomasse uma filha de fidalgo”⁹⁷¹.

Temem, os povos, que esse desafio d’el-rei nos bons e antigos usos fosse origem de inovações arriscadas. E não errarão nesse juízo, pois desde que passou a reinar dona

⁹⁷¹ Ibid.

Leonor, quem o diz é ainda Fernão Lopes, “aprenderam as mulheres a ter novos jeitos”, diferentes dos “que se acha nos anciãos tempos que outra Rainha de Portugal fizesse”⁹⁷², e não é essa a causa principal das muitas mudanças que logo padecerá o Reino?

A alta estima que, depois disso, continuará a ter a nobreza em contraste com o povo humilde, só afeito a baixos sentimentos e interesseiros, é tema constante entre os cronistas portugueses do quatrocentos. Ainda aqui Fernão Lopes parece, por vezes, abrir exceção. Não se pode, porém, afiançar que fosse de todo estranho a um modo de sentir que seria corrente e invencível em seu meio. O Mestre, quando se decide a manter o conde João Fernandes, por lhe parecer que um tal ato é de sua honra e serviço, mostra nisso a “diferença que há dos filhos dos Reis aos outros homens”. Assim o diz Álvaro Pais, quando o beija na boca depois de ouvir seu assentimento. E assim cuida, por certo, o cronista que anota o episódio e as palavras.

No final da *Crônica de d. João I*, não deixa ainda Fernão Lopes de assinalar, louvando-a, a distinção que fazia o condestável entre os homens de elevada e os de baixa condição, quando desordenavam do regimento que lhes dera. Assim, sempre que se tratava de cavaleiros ou honradas pessoas, limitava-se Num’Álvarez a exprobrar-lhes o mal feito com tristeza e temperança. Mas se fossem de menor condição esses desordeiros, a uns matava-lhes os cavalos, a outros feria nos corpos, de maneira que os pequenos tivessem grande medo e os fidalgos o mais profundo respeito e acatamento.

Fernão Lopes que, por momentos, parecera fazer suas aspirações dos representantes das classes populares, muitos deles “nobilizados” agora e voluntariamente esquecidos de sua origem baixa, não se mostra menos do que os outros, inimigos de usança que possam servir de ameaçada ordem tradicional. Mas não é isso o que mais importa aqui. O mais importante é que não pensavam nem agiam diversamente dele as gentes do “comum povo” apesar do largo espaço ocupado por elas em sua narrativa. Nada faz crer que essa “burguesia” lusitana, tão ativa nas de 1363-1365, pretendia levar consigo à tona algum princípio de verdadeiramente inovador.

Bem diferente dela parecem, pela mesma época e depois, aqueles burgueses de Gand, que também pelejam por fazer um “mundo novo”, nas próprias palavras de Philippe de Commines, mas que não querem dar crédito senão aos de sua laia, olhando com mau olho os poderosos e os grandes. O cronista flamengo ou borguinhão ainda está longe de

⁹⁷² Ibid.

compartilhar desse modo de ver. Nem se poderia esperar outra coisa de quem, como ele, pertence por sua origem aos privilegiados. Contudo, um seu contemporâneo, o secretário Nicolau Maquiavel, registra placidamente, no pórtico de sua biografia de Castruccio Castracani, o fato de todos ou quase todos os que no mundo operam grandíssimas coisas terem tido “baixo ou obscuro o nascimento de origem”.

Assim podia cuidar um autêntico florentino, e não só no século XVI como no trezentos. Para um português da era das grandes navegações, tal pensamento, porém, seria inconcebível ou inconfessável, ainda quando afetasse admitir que tão digna é a nobreza do espírito quanto a do sangue, pois todos saíram do mesmo barro. E que a “burguesia” portuguesa daqueles tempos ou há de ser julgada segundo padrões peculiares, ou sua revolução, se efetivamente lhe cabe esse nome, saiu gorada de nascença. Os ofícios mecânicos e mercantis que tinham feito a grandeza das repúblicas italianas e das cidades de Flandres continuaram a ser tidos ali em má conta pela mesma gente que antes os exerceram.

É mister frisar essa distinção quando as alude à “revolução burguesa” que parece inaugurar a expansão portuguesa no mundo. Os historiadores que frisaram esse problema foram movidos largamente movidos pela ambição de reagir contra as explicações idealistas da origem das navegações e dos descobrimentos marítimos. E sobravam-lhes razões para isso. O infante não foi, por certo, o simples idealista ou o cruzado que se comprazia por vezes em pintar a historiografia romântica. Daí, porém, há um longo caminho para cuidar-se que ele, ou que o infante Dom Pedro, ou ainda que os reis portugueses da era dos grandes descobrimentos representavam e sequer renunciavam a moderna “mentalidade” burguesa e capitalista, que não busca apenas o lucro, mas é sobretudo meticulosa, sóbria, previdente e amiga de calcular perdas e ganhos.

Por mais que se tenha pretendido o contrário, tudo faz crer que já a conquista e ocupação de Ceuta fora uma empresa constantemente perdulária, posto que gloriosa. Se não há como negar que a avidez dos despojos de uma guerra curta contribuiu para o assalto à praça, é bem duvidoso que os promotores de façanha estivessem aparelhados, como o tinham estado os de Gênova duzentos anos antes – quando realizaram um golpe semelhante contra a mesma Ceuta –, para uma obra que não requer aridez de cavaleiros, mas tino de bufarinheiros e regatões.

Depois disso, as próprias riquezas que resultarão para o Reino, dos feitos de Guiné, riquezas em escravos negros principalmente, mas também em ouro, em marfim, em

malagueta, não darão para cobrir o muito que neles se gasta. Durante toda a vida do infante permanecerá deficitário o negócio da África. Outro tanto há de ocorrer em épocas ulteriores. É sabido que os erros políticos e os desmandos financeiros de d. Afonso V deixaram exaurido o tesouro régio. De que vale o fruto das expedições no além-mar se o próprio soberano se vê obrigado a confiscar a prata das igrejas, prometendo pagar (e não o há de cumprir) apenas a metade do valor, para atender a projetos grandiosos (e não os há de realizar) e necessidades mezinhas?

Mais pecuniosos, embora seu filho e sucessor não pareça adverso a gastos suntuários que traduzem antes amor à ostentação do que opulência real. O resultado, dizem-no Rui de Pina e Garcia de Resende, é que d. João II nunca alcançará recurso bastante para ir em pessoa à África, como sempre o desejara. E, apesar do muito dinheiro que cobrou dos judeus, e do que lhe ia do ouro da Mina, consegue, quando muito, saldar metade dos compromissos assumidos pelo pai com o confisco às igrejas, isto é, a quarta parte do valor desse confisco.

Seria de esperar, em seguida, que o feito do Gama, quando abriu caminho novo para a terra das especiarias, servisse para aliviar a penúria do Reino da Coroa. A verdade é que as rendas do Oriente estarão ainda longe de pagar o que custam as expedições, sem falar o que se perde em terças, ordinárias, casamentos, moradias, graças especiais e faustosas embaixadas. No mesmo ano em que se descobre o Brasil, o próprio d. Manuel é forçado a negociar os juros da dívida real para fazer face às despesas crescentes. A dívida, contudo, não deixará de avolumar-se, apesar disso, de ano para ano, levando o rei, por fim, quase à falência declarada. É impossível dissimular essa procissão de desastres financeiros quando se considerem as especulações de muitos historiadores recentes, que buscam discernir os fundamentos econômicos da expansão portuguesa. Diga-se, de passagem, que a busca é perfeitamente legítima e até necessária. Se há algum engano nesse caso, o engano não está no alvo, está na linha de mira. É bem possível, e até provável, que os descobridores lusitanos fossem alentados de início por uma “burguesia” numerosa e atuante. Mas querer fabricá-la à imagem de modelos abstratos, destacados do tempo e do espaço, é fazer uma construção retrospectiva e evanescente. Tratava-se de uma burguesia, se é preciso recorrer à palavra mágica, mas antes de tudo seria uma burguesia portuguesa e quatrocentista, ambiciosa de presas e honras, mas alheia a certas virtudes mais prosaicas que nos evoca hoje esse conceito.

O grosso dos cabedais apurados ao longo da aventura ultramarina de Portugal destina-se sempre à aquisição do indispensável para o custeio da mesma aventura. Sem

um apelo constante à importação de matérias-primas e manufaturados, ficaria o Reino praticamente impossibilitado de levar avante sua política de expansão. Para principiar, faltava-lhe madeira boa e bastante que alimentasse sua marinha desfalcada pelos constantes naufrágios e avarias. E além da madeira, era mister comprar no estrangeiro tudo quanto requeria a construção naval: cachamago, estopas, alcatrão, breu, betume para calafetagem, cânhamo para amarras e enxárticas. Soma-se tudo isso a exigência de material para escambo: lãs e linhos de Flandres, capas de Inglaterra e Irlanda, estanho de mesmas ilhas britânicas, artefatos de Nuremberg, objetos de cobre da Europa Central, transportados para Lisboa em barcos de Dantzig, Lübeck ou Hamburgo.

Não admira se os ganhos obtidos nas expedições fossem constantemente inferiores aos gastos exigidos para seu equipamento. Como justificar, em circunstâncias tão adversas, a teimosa demanda dos que vão em busca de mares nunca dantes navegados? A pergunta permanecerá seguramente sem resposta para os que se atenham a critérios econômicos próprios de nosso tempo. E talvez não seja grande exagero dizer das grandes navegações portuguesas, que pertencem menos à história do que à pré-história da economia moderna.

Sérgio Buarque de Holanda - Formação de uma vila sertaneja*

*Trabalho prático apresentado à disciplina de História Social do Brasil, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1957.

Situada no extremo ocidente da América Lusitana, a vila do Senhor Bom Jesus de Cuiabá nasceu e cresceu a partir do terceiro decênio do século XVIII à maneira das feitorias quinhentistas que os portugueses semearam ao longo do litoral de três continentes. Nada, naqueles tempos, deveria produzir o longínquo arraial sertanejo, além do ouro das ricas jazidas aluviais, que ocupavam quase exclusivamente sua escassa população de branco, índios, mestiços e negros escravos. O mais, tudo quanto servisse para alimentar um pobre arremedo de vida “civilizada”, ia de fora, levado em canoas rústicas, numa penosa e arriscada navegação fluvial de cinco, seis e às vezes sete meses.

O início do povoado data daquela noite de outubro do ano 1722, em que um dos homens do sorocabano Miguel Sutil, tendo saído de seu rancho a buscar mel de pau, regressou com vinte e três granetes de ouro, que, pesados, deram cento e vinte oitavas. Essa colheita extraordinária, e mais a do dia seguinte, que rendeu meia arroba e seiscentas oitavas do metal precioso, fizeram que rapidamente se despovoasse o primitivo arraial do Coxipó, fundado em 1718 por Pascoal Moreira Cabral Leme, afluindo toda gente para o sítio do novo e sensacional descoberto.

No primeiro mês de exploração, em que já se deu início à construção da igreja do Senhor Bom Jesus, que daria seu nome à futura vila, recolheram-se nessas Lavras do Sutil, como logo se chamaram, mais de quatrocentas arrobas de ouro, sem que as socavas se tivessem aprofundado mais de meio metro.

Trazida a notícia a São Paulo, foi enorme o alvoroço produzido em toda a população. Espalharam-se logo as mais incríveis lendas sobre o tesouro encontrado. Correu, por exemplo, que, à falta de chumbo para as espingardas, serviam-se ali os moradores de granetes de ouro. De ouro, diziam outros, eram também as pedras que sustentavam as panelas nos fogões⁹⁷³.

Embora tratasse Pascoal Moreira de dar ao povoado uma incipiente ordem civil e cuidasse de regular a cobrança dos quintos reais, a chegada incessante de novos

⁹⁷³ Joseph Barbosa de Sá, “Relação das povoações do Cuyabá e Matto grosso de seos principios thé os presentes tempos” (1773), *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, XIII, p.34.

aventureiros dificultava muito o desenvolvimento tranquilo das lavras. Sobretudo não havia como normalizar o abastecimento dos moradores, devido à distância em que se encontravam dos centros já colonizados. Os gêneros mandados em 1723 de São Paulo, chegaram em sua maior parte deteriorados. E como não houvesse quase roças de mantimentos, para decerem todos da mais atroz miséria. Nos meses de maio e junho, em que deveriam quebrar-se as espigas, o milho apanhado não deu para o sustento dos habitantes. A mandioca, se plantada logo após o descobrimento do Sutil, o que é duvidoso, ainda não estaria, por sua vez, em condições de produzir. Assim, a caça, a pesca, a coleta de mel era tudo quanto se oferecia aos que quisessem sobreviver.

Uns poucos moradores mais providentes tinham tratado de fazer suas sementeiras, embora devessem para isso desviar seus índios e negros do mister da mineração. Assim cresceram nas proximidades das minas as primeiras plantações de feijão, abóbora, batata doce e banana, além do milho, sustento principal daquela gente. A cana de açúcar não era bem vista pelas autoridades dos reinos das imediações das jazidas, e logo se tomaram providências contra o seu cultivo. A principal causa das medidas nesse sentido era o receio de que surgissem os engenhos de aguardente, origem de “muitas desordens”, diria o governador Rodrigo Cesar de Menezes, “além de ser a perdição dos negros”⁹⁷⁴.

É significativo que essas condições se refletem, já em 1722, nos preços alcançados pela aguardente em São Paulo, onde os vendeiros não se conformaram com as posturas que tinham fixado em um cruzado a medida desse gênero. A razão da carestia e carência do produto estava, segundo declarou o próprio procurador do Conselho, Manoel Luiz Perras, em vereação de 22 de abril daquele ano, nas viagens que faziam para o Cuiabá muitos dos lavradores de cana “e os que não hião sempre mandavão Negros e por esta razão não haveria as ditas agoardentes de cana e assim comprarão os taberneiros mais cara...”⁹⁷⁵.

Nada impede, porém, que algum tempo mais tarde, em 1728, e quase sob as vistas do próprio governador Rodrigo Cesar, principiassem a desenvolver-se os canaviais nas redondezas de Cuiabá e que, em 1729, já se vendesse ali aguardente fabricada na terra. Não hesitariam alguns fabricantes em mandar a vendê-la por intermédio das negras de tabuleiro aos próprios trabalhadores nas lavras e faisqueiras. Foi provavelmente esse um

⁹⁷⁴ *Documentos Interessantes para a Historia e Costumes de São Paulo*, XII., p.103 e XLI. pp. 220 e 255 ss.

⁹⁷⁵ *Actas da Camara da Cidade de São Paulo*, IX (São Paulo, 1916), p. 168.

dos motivos que, a 4 de agosto de 1733, determinaram o conde de Sarzedas a lançar um bando proibindo aos moradores e mineiros que mandassem as tais negras às lavras, pois disso se seguia o mesmo dano que causavam às vendas ou casas de pasto, onde os escravos acabavam por largar o ouro que tiravam, privando os senhores de seus jornais⁹⁷⁶.

Do uso e abuso da cachaça entre a gente do lugar, não deveriam ser acusados, todavia, apenas os negros, se é merecida a fama que a esse respeito angariaram já então e mais tarde os cuiabanos. Dirigindo-se em 1747 ao capitão general D. Luiz de Mascarenhas, advertia-lhe o intendente João da Fonseca Cruz contra o perigo de dar crédito àquela gente, “por não saberem mais que beber cachaça”⁹⁷⁷. Como na generalidade dos povoados sertanejos da época e mormente nos arraiais de mineração, a bebida constituía uma das raras distrações para a vida sorna e monótona dos moradores. A bebida e também a jogatina. Esta já participava durante as viagens fluviais, onde as cartas de baralho eram companheiras inseparáveis dos passageiros e mareantes. Não admira, pois, se na Cuiabá de 1727, com suas escassas centenas de brancos, já funcionassem duas casas de “truque de taco”. Pelos regulamentos da tributação local, podemos hoje saber que tais espeluncas chegavam a render de imposto cento e vinte e oito oitavas⁹⁷⁸.

Nas ruas mal alinhadas, as casas não passavam, a princípio, de simples ranchos cobertos de palha. No regimento que deveria levar João Leme, em 1723, dizia-se, porém, expressamente, que havendo telha no lugar ou “barro capaz para elas”, fizessem-se as casas telhadas, porque, dessa forma, “além de mais graves, são também mais limpas e de melhor duração”⁹⁷⁹. Numa população constituída em maioria, senão na quase totalidade, de índios tupis, negros, mulatos e mamelucos⁹⁸⁰ a vida social e familiar distinguia-se por um rude relaxamento. Tudo se fazia segundo o arbítrio de alguns caudilhos mais audaciosos, cujas violências não eram sofreadas sequer pelo bom senso de um Moreira Cabral ou de um Falcão. Em 1723 só havia no arraial uma mulher casada, Gertrudes de Almeida Campos, esposa de Lourenço Leme. O restante dos

⁹⁷⁶ *Documentos Interessantes*, XXII., p. 52.

⁹⁷⁷ *Documentos Interessantes*, LXVI, p. 204.

⁹⁷⁸ Nogueira Coelho, “Memórias Chronologicas da Capitania de Matto Grosso e principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendencia do Ouro”, *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*.

⁹⁷⁹ *Documentos Interessantes*, XII, p. 100.

⁹⁸⁰ *Bandeirantes no Paraguai* (São Paulo, 1949), p. 385.

povoadores vivia em amancebamento com as criadas índias⁹⁸¹. Em 1730 modificara-se pouco a situação; posto que já erigida em vila, Cuiabá só tinha alguns homens com suas mulheres e filhos, segundo consta de um testemunho então colhido em Assunção do Paraguai⁹⁸².

As asperezas da vida sertaneja eram o motivo, ou o pretexto, para que os solteiros não tomassem estado e os casados mais se fizessem acompanhar das mulheres legítimas. Por outro lado as autoridades lusitanas, informadas de que para a vila de Itú iam “algumas mulheres mal procedidas, brancas, bastardas e mulatas forras” com o intento de se passarem àquelas minas, decidiram logo atalhar os seus passos para evitarem-se as desordens, dissensões e desconfianças que suscitava sua presença. Assim foi que o governador Rodrigo Cesar de Menezes ordenava, num bando de 2 de julho de 1723, que nenhuma pessoa de qualquer condição levasse consigo para as minas semelhantes mulheres⁹⁸³. Se essa proibição não teve a mesma sorte da que visava a impedir o plantio de cana de açúcar, não é fácil precisar, sabendo-se como se sabe que, no Brasil colonial, tanto quanto das Índias de Castela, sempre prevaleceu a regra famosa do “obedezco pero no cumplo”. Como o que ambicionavam os brancos, era sempre alcançar maior cópia de ouro com a menor despesa, não era certamente invejável a posição dos que labutavam nas minas. Dos índios batizados constava que eram tratados como escravos, sem embargo das determinações expressas de Sua Majestade que os queria livres de nascença⁹⁸⁴. E em 1740 escreve o governador e capitão general ao conde das Galveas que o Mato Grosso haveria de ser sempre um “cemitério de negros”⁹⁸⁵. A escassez de animais de tiro e carga fazia com que se confiassem aos negros, além do trabalho nas lavras, todos os serviços de transporte. Mesmo os simples transportes de água e terra nas minas. Ora um negro não podia conduzir de cada vez, na melhor hipótese, mais de uma arroba de terra, ao passo que um boi, por exemplo, conduz, sem dificuldade, oito a dez arrobas.

Pode dizer-se, assim, que a introdução de animais, não menos do que a de plantas domésticas, ajudaria aos poucos a implantação naqueles sertões de hábitos de vida e de convívio, além de valores econômicos, sociais e morais mais consentâneos com a tradição europeia. Os primeiros animais domésticos chegaram já no ano de 1723: porcos

⁹⁸¹ *Idem. Ibidem.*

⁹⁸² *Idem.* p.432.

⁹⁸³ *Documentos Interessantes*, XII, p. 111.

⁹⁸⁴ *Documentos Interessantes*, LXVI, p.34.

⁹⁸⁵ *Documentos Interessantes*, LXVI, p. 46.

e galinhas. Na mesma monção teriam ido, segundo depoimento prestado em Assunção por um índio chamado Miguel, fugido aos portugueses, um touro e uma vaca⁹⁸⁶. Se procriaram, como consta do mesmo depoimento é de crer que não fosse muito adiante a criação, pois anos mais tarde surge mais de uma informação acerca da ausência ali de bovinos, e o governo da capitania empenha-se em que sejam levados da Vacaria. Em 1727 sabe-se por informação de um cronista contemporâneo João Antonio Cabral Camelo, que na frota onde ele próprio seguira para as minas, foram quatro ou seis novilhas pequenas “e já no ano de 730 ficavam algumas paridas, e se produziram couros de porcos e cabras e em breve se cobrirão de gado os campos”⁹⁸⁷. Para aceitar a afirmação feita muito mais tarde por outro cronista, Barbosa de Sá, de que os rebanhos de vacuns existentes em Cuiabá descendiam dos primeiros touros e vacas surgidas ali em 1739 é preciso admitir que a criação iniciada doze anos antes tivesse sido sacrificada pela falta de recursos de que padeceram os antigos moradores.

Quaisquer que tenham sido as dificuldades enfrentadas para a introdução desses animais, o fato é que se adaptaram, por fim, às condições adversas do lugar e adaptaram-se, em realidade, melhor de que os cavaleiros. Estes, introduzidos também nos primeiros tempos ainda eram muito poucos em fins do século XVIII. Sanchez Labrador, escrevendo em 1770, observa que os cavalos eram comprados a preços elevadíssimos aos espanhóis, chegando a alcançar cem pesos, cada um ao passo que os muares eram adquiridos ao dobro dessa quantia. Essa circunstância, entre outras, fez com que se generalizasse o uso dos bovinos bestas de carga, uso que prevalece em Cuiabá até os nossos dias⁹⁸⁸ (16).

Com o tempo, mas só muito lentamente conseguiram os pioneiros da ocupação definitiva desse trecho de terra do extremo oeste organizar uma vida à maneira da que podiam desfrutar os colonos na costa do oceano, onde mais assíduo era o contato com o ultramar europeu. E em alguns casos adquiriram não apenas os traços essenciais dessa vida, mas ainda os que poderiam considerar-se supérfluos num sertão distante e desprovido de recursos. A prova está em que no ano de 1797, durante os festejos feitos em homenagem ao ouvidor Diogo de Toledo Lara Ordonhes puderam os cuiabanos assistir e aplaudir nada menos do que uma tragédia de Voltaire que documentos da época afirmam ter sido representada de modo “mui plausível”.

⁹⁸⁶ *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, IV. , p. 498.

⁹⁸⁷ *Bandeirantes no Paraguai*. cit., p. 385.

⁹⁸⁸ P. José Sanchez Labrador, *El Paraguay Católico*, II (Buenos Aires, 1910), p. 304.